



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI SUP. ÚNICO AO Nº 105, SEXTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2021

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rocha

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2021 5

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2021 17

1.2 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de fevereiro de 2021 27

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2021 34

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2021 38

1.3 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2021 82

1.4 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2021 84

Ata da 3ª Reunião, realizada em 21 de maio de 2021 146

Ata da 4ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2021 151

Ata da 5ª Reunião, realizada em 11 de junho de 2021 175

1.5 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de junho de 2021 202

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de junho de 2021 230

Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de junho de 2021 258

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de junho de 2021 290

1.6 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP



Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de março de 2021	321
---	-----





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Maria do Carmo Alves e Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Jorginho Mello, Antonio Anastasia, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Confúcio Moura, Flávio Arns, Paulo Paim, Leila Barros, Wellington Fagundes, Vanderlan Cardoso, Dário Berger, Plínio Valério, Eduardo Gomes, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Otto Alencar, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Daniella Ribeiro, Lasier Martins, Esperidião Amin e Rogério Carvalho. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Collor, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Eduardo Braga, Rose de Freitas, Mailza Gomes, Kátia Abreu e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para o biênio 2021/2022. **Resultado:** Instalada a Comissão e eleitos o Senador Marcelo Castro, Presidente, e a Senadora Leila Barros, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/02/23>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2021-2022.

Comunico que foi indicado para a Presidência o Senador Marcelo Castro e para a Vice-Presidência a Senadora Leila Barros. E, tendo sido esta a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos uma eleição por aclamação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta.

Consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.

As Senadoras e os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleitos o Senador Marcelo Castro, Presidente, e a Senadora Leila Barros, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Convido os Senadores eleitos a ocuparem os seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu quero cumprimentar as Sras. e os Srs. Senadores membros da Comissão de Educação.

Pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, Republicanos e Progressistas) são titulares: Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro, Dário Berger, Mailza Gomes e Kátia Abreu. Suplentes: Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Daniella Ribeiro e Esperidião Amin – o Esperidião Amin, nós vamos ascendê-lo à condição de titular.

O Bloco Parlamentar Podemos (PSDB e PSL) tem como titulares os Senadores: Izalci Lucas, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Roberto Rocha. Suplentes: Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Eduardo Girão, Lasier Martins, Romário.

Há alguns cargos vagos aqui ainda, porque os blocos não indicaram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Bloco Parlamentar Senado Independente (Rede, PDT, Cidadania, PSB) tem como titulares: Cid Gomes, Leila Barros – nossa colega aqui que acaba de ser eleita nossa Vice-Presidente – e Fabiano Contarato. Como suplentes: Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira.

Do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT e PROS): Zenaide Maia, que nos honra aqui com sua presença, Paulo Paim e Fernando Collor. E suplentes: Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha.

Do PSD estão presentes aqui como titulares: Senador Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso. E suplentes: Nelsinho Trad, Otto Alencar, Sérgio Petecão.

E o Bloco Parlamentar Vanguarda (Democratas, PL e PSC) tem como titulares: Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, que nos honra aqui, presidiu a sessão e fez a eleição, e Wellington Fagundes. Como suplentes: Zequinha Marinho, Marcos Rogério e Chico Rodrigues.

Então, queria aqui agradecer a confiança de todos depositada em mim, escolhido Presidente da Comissão, e na Leila também, escolhida Vice-Presidente da Comissão.

A gente sabe que o momento que nós estamos vivendo é um momento muito difícil. A Comissão de Educação praticamente não funcionou no ano passado devido à pandemia – só funcionou no início do ano, nos primeiros meses do ano. E este ano nós vamos ver, porque o Senado só tem dois plenários que podem funcionar remotamente para a gente tomar decisão, que são o Plenário 3 e o Plenário 7. Então, a gente vai ver, para conciliar com as outras Comissões, mas, quando houver verdadeiramente necessidade, a gente poderá reunir-se.

Eu acho que a medida mais apropriada para a gente fazer as reuniões é como o Presidente Rodrigo Pacheco está querendo fazer: de forma semipresencial. Então, uma parte vem e comparece presencialmente, sem aglomerar, tomando todas as precauções e todos os cuidados e medidas higiênicas para não se contaminar ou contaminar a outra pessoa, e usando máscara, evidentemente; e os outros, então, participariam remotamente. Talvez seja essa a medida mais adequada para o momento.

É claro que nós temos um trabalho muito grande pela frente: a educação do nosso País é cheia de carências; o Brasil infelizmente é um dos países que ficaram para trás na evolução, e um dos motivos principais, segundo todo um consenso de todos os estudiosos, é que o Brasil nunca teve uma educação de massa de qualidade. Até há poucos anos, nós ostentávamos índices de analfabetismo muito elevados. Verdadeiramente as coisas começaram a mudar de maneira significativa com a instituição do Fundeb, no Governo Fernando Henrique; e as coisas vêm, e todos os outros Presidentes vieram dando continuidade, os Governadores também, os Prefeitos, e houve uma conscientização maior, em nível nacional, da necessidade premente de uma melhor educação. Os nossos índices não são índices que nos orgulhem – pelo contrário, na parte da educação, nós não somos bem classificados em nível internacional –, mas já foi muito pior e melhoramos muito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pergunto se alguém queria fazer alguma manifestação. (*Pausa.*)

A nossa Vice-Presidente Leila, por favor, com a palavra.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente Marcelo Castro. Saúdo o senhor nesta manhã e o parabenizo pela aclamação neste Plenário. E parabenizo e saúdo também todos os Senadores e Senadoras – também os que estão presentes *on-line*.

Cumprimento aqui o nosso Presidente anterior, que nos dois últimos anos comandou esta Comissão, o Senador Dário Berger. É um prazer ter o senhor aqui, junto conosco, nesta eleição.

Enfim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, teremos grandes desafios nesses próximos dois anos. Nós encaramos os piores índices de investimento na educação nesta última década. Sabemos que a educação do nosso País foi muito comprometida por causa da pandemia, mas nós não podemos levar isso como justificativa para não trabalharmos, para não priorizarmos a educação do nosso País. Os jovens, as crianças, enfim, os brasileiros esperam uma resposta desta Casa e principalmente desta Comissão, numa pauta que, para todos nós, deveria ser – e eu acredito que para a grande maioria o é – prioritária.

Então, eu agradeço a confiança dos pares, agradeço a confiança do Bloco Senado Independente pela indicação do meu nome e prometo a todos aqui trabalhar com muita disposição para ajudar o nosso País e, principalmente, esta pasta, que é muito importante para o nosso País, que é a da educação.

Obrigada a todos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Presidente... Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Alô, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Dário Berger, ex-Presidente desta Comissão.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu quero cumprimentar V. Exa. por assumir esta importante Comissão e quero cumprimentar a querida amiga Leila Barros, que vai ser a nossa Vice-Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a honra de ser o ex-Presidente desta Comissão nos dois últimos anos. Tivemos algumas dificuldades, bem relatadas por V. Exa., em função da pandemia, que prejudicou, de certa forma, os nossos trabalhos presenciais. Entretanto, tenho a certeza de que fizemos aquilo que foi possível fazer e aprovamos talvez a maior e mais expressiva política pública – junto com o SUS, as duas políticas públicas mais expressivas deste País –, que foi o Fundeb.

Para o Fundeb, nós fizemos aqui inúmeras audiências públicas, inúmeras consultas e chegamos a um projeto de consenso, que foi aprovado por unanimidade pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados praticamente, razão pela qual é de se louvar a capacidade dos Relatores – aqui no Senado, foi o Senador Flávio Arns, que fez um belíssimo trabalho, a quem eu quero também louvar.

E quero acrescentar ainda que o maior patrimônio que um cidadão pode ter, na minha opinião, é o patrimônio da educação. Através da educação é que ele consegue verdadeiramente a mais sublime independência que um ser humano pode ter, que é a independência de construir a sua família, de buscar a sua felicidade e de ajudar na construção do nosso Brasil.

Continuo convicto de que esta é a Comissão mais importante do Senado Federal, porque aqui nós tratamos de gente, de pessoas. Nós tratamos, sobretudo, das nossas crianças e dos nossos jovens, que representam a esperança viva de um futuro melhor. O futuro desta Nação está diretamente ligado à importância que nós dermos para a educação no presente, e isso tem que ficar bem claro nesta Comissão.

Tenho certeza de que V. Exa., que é um Parlamentar extremamente consagrado aqui no Senado Federal, já foi Ministro de Estado, orgulha o nosso partido e, sobretudo, orgulha o Senado Federal, certamente vai fazer um grande trabalho, dando continuidade ao trabalho que nós fizemos nos últimos dois anos. Então, parabéns a V. Exa.!

Parabéns a todos nós! Continuamos todos juntos pela educação! Vamos firmes, seguimos na luta e vitória à frente desta pandemia para a gente voltar à normalidade deste País!

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Por videoconferência.*) – Presidente Marcelo Castro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos a V. Exa. as suas palavras encorajadoras. Nós sabemos que a missão é árdua, é difícil, mas, evidentemente, nós estamos aqui para ajudar o nosso País, ajudar o nosso povo e não podemos fugir das responsabilidades que se nos impõem.

O Senador Paulo Paim parece que queria...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Depois do Paulo Paim, eu peço também um pequeno tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Dário Berger, ex-Presidente, pelo belíssimo trabalho que fez na Comissão. Ele deu um destaque, e eu também reafirmo que foi fundamental esta Comissão no Fundeb.

Mas, meu querido Presidente Marcelo Castro, ora eleito, a minha querida Leila Barros disse e, de fato, nós vamos ter muito trabalho nesta Comissão. Eu sempre escolho três Comissões: Educação, Assuntos Sociais e Direitos Humanos, e, mais uma vez, o PT me indica para esta Comissão.

Eu já digo que estou muito, muito, muito preocupado quando a PEC emergencial, pelo menos até o momento, acaba com o mínimo para a saúde e educação, o que já vem se somar à visão que tem a nossa querida Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. A Andifes aponta redução na previsão de despesas discricionárias nas universidades federais em 17,5%. No total, já com essa redução, temos uma parcela de 55,28% em recursos condicionados.

Eu só faço o destaque desses pontos. Sei que não é o dia do debate, mas demonstra que, com Senadores competentes, preparados, como são o nosso Presidente e a Vice, nós faremos um debate, faremos o debate público.

As audiências públicas, tenho certeza, muitas delas serão como esta. Eu sou daqueles que estou na área considerada de vulneráveis. Completo, agora em março, 71 e tenho diabetes e pressão alta, mas vou tentar, dentro do possível, estar presente em todas as reuniões desta Comissão. Contem comigo.

Eu concordo plenamente com as palavras que ouvi até este momento e, naturalmente, com as do Senador Flávio Arns, que vai falar em seguida, que esta Comissão é o coração do Brasil. Eu diria até – eu falo tanto em políticas humanitárias – que é o coração do mundo, do Planeta, porque sem educação nós não vamos a lugar algum.

Sempre me perguntam qual é o caminho: "Qual é o caminho, Paim, para combater o racismo, a desigualdade?". Eu digo que só há um caminho: claro, há as políticas humanitárias, mas o caminho número um é educação.

Os meus cumprimentos. Tenho certeza de que faremos todos nós juntos um excelente trabalho sob a coordenação do Senador Marcelo Castro e da querida, também Senadora... A gente fala querida Senadora... Por que essa história de querida é só para as mulheres? Eu não tenho problema nenhum!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Querido Senador Marcelo Castro e querida Senadora Leila Barros, estamos à disposição de vocês para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Paulo Paim. Obrigado pela manifestação.

Passo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Quero cumprimentar os colegas Senadores da Comissão, particularmente os colegas e amigos Marcelo Castro e Leila Barros, que agora estão assumindo a Presidência e a Vice-Presidência.

Concordo com o Senador Paulo Paim: esta é a Comissão mais importante para o Brasil. Ela foi muito bem conduzida nos dois últimos anos pelo amigo Senador de Santa Catarina Dário Berger, que fez um trabalho extraordinário, inclusive em relação ao Fundeb. Ele patrocinou 15 audiências públicas na Comissão de Educação e, toda semana, trazia para o debate assuntos daquela semana, importantes, essenciais na área da educação.

Temos plena confiança no Senador Marcelo Castro e na Senadora Leila Barros e queremos ficar à disposição para o que for necessário, porque educação é prioridade absoluta. São 70 milhões de brasileiros que não têm educação básica. Como é que nós vamos sair da pandemia e recuperar o País sem termos isso? São 40 milhões de brasileiros com mais de 25 anos que só têm o ensino fundamental; 11 milhões de pessoas no Brasil não são alfabetizadas. Então, é um desafio gigantesco para o Brasil – o resto é o resto – educação com o apoio de todas as políticas públicas.

E, no dia de ontem, fomos surpreendidos pela PEC emergencial que liquida o Fundeb – só a intenção de liquidar o Fundeb, porque nós aprovamos isso por unanimidade no ano passado – ainda com o argumento de que os resultados são ruins! As pessoas não conhecem os resultados, têm que perguntar para a Comissão de Educação e não para a área econômica. A área econômica talvez, talvez conheça de economia – talvez, não tenho tanta certeza se essa turma toda conhece de economia –, mas de educação é a educação. Por que liquidar o Fundeb? Porque querem acabar com a vinculação de 25% para a educação. O Fundeb é uma subvinculação. "Ah, há muito dinheiro!" São R\$3,7 mil por ano, US\$700 por aluno por ano! É demais isso?! Há país desenvolvido que emprega US\$8 mil, US\$10 mil! Quanto é que a pessoa paga numa escola particular? São R\$1 mil, R\$2 mil por mês! Nós estamos falando de R\$3,7 mil por ano. Aprovamos no ano passado, e agora estão propondo acabar com tudo. É uma nau sem rumo! E nós da Comissão não podemos permitir que isso aconteça! Liquidar o Fundeb é liquidar o futuro do Brasil. Eu, inclusive, falei ontem: é uma atitude criminosa. Estão tirando o pão do adolescente, da criança e do adulto. O pessoal diz: "Ah, não estamos falando de pão". A educação é o pão, o alimento que vai formar o cidadão para o futuro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o primeiro chamamento que eu faço aos nossos Líderes e amigos, Leila, Dr. Marcelo, para que nos unamos e digamos: "Olha, façam outras...". A gente quer o auxílio emergencial, lógico, mas por que acabar com o Fundeb? Isso seria uma tragédia para o nosso País. Não podemos permitir. Vamos ser educadores, vamos pensar no bem, vamos nos unir. Prioridade absoluta: educação, com apoio de outras políticas públicas.

Então, sucesso, Dr. Marcelo, médico, educador, político, e Leila, atleta. Educação, esporte e cultura: estamos juntos nessa caminhada. A gente quer ajudar, porque o que a gente mais deseja é que o Brasil seja um país desenvolvido, justo, independente, com conhecimento, e isso é pela educação de qualidade, da creche até a pós-graduação. Vamos caprichar para isso. Inclusive quanto aos resultados, que ficam dizendo que são ruins, até o 5º ano nós já ultrapassamos as metas de 2021: 95% das crianças na escola, no ensino fundamental. Temos que melhorar, lógico – isso em qualquer país do mundo –, mas vamos fazer isso juntos, e não liquidar, terminar, fazer com que não exista algo tão maravilhoso, aprovado por consenso no ano passado.

Grande abraço a todos e, particularmente, ao Marcelo Castro e Leila. E um abraço para o Dário Berger, que foi extraordinário nessa luta a favor do Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não tenha dúvida, Senador Flávio Arns, de que todos nós, juntamente com V. Exa., estaremos unidos aqui em defesa da educação do Brasil e, naturalmente, em defesa do Fundeb, que foi uma luta de muitos anos. Ano passado nós conseguimos novamente aprová-lo, porque já ia se extinguir, e V. Exa., que foi o Vice-Presidente da Comissão de Educação, e o Senador Dário Berger, que foi o Presidente, naturalmente tiveram um grande papel nesta que é uma das leis mais importantes para o futuro do nosso País, a lei do Fundeb.

Passo a palavra agora à nobre colega Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Quero aqui cumprimentar o nosso Presidente, Senador Marcelo Castro; nossa Vice-Presidente Leila Barros; também o nosso ex-Presidente Dário Berger; nosso Vice-Presidente que terminou de falar; todos os colegas Senadores.

Eu vou acrescentar pouca coisa ao que foi falado aqui. Sem educação não há cidadania. Eu e o Presidente somos médicos de formação, e a gente sabe que educação é prevenção da violência, é para a saúde; povo educado é mais saudável, Leila, porque povo educado vai participar do esporte. O próprio esporte exige ao mesmo tempo que você seja educado. Não existe país que saia da miséria sem investir na educação. A gente não está aqui inventando a roda, gente. O mundo todo já provou que só se desenvolve um país educando seu povo, porque povo educado é povo esclarecido, é povo que tem um olhar diferenciado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, não poderia deixar de chamar atenção para essa PEC Emergencial, que está sendo como uma chantagem que o Governo está fazendo com o Senado, com o Congresso Nacional, no sentido de que só vota o auxílio emergencial... Porque eu acho que, depois da vacina, não há uma pauta mais importante do que a do auxílio emergencial. Gente, nós temos quase 250 mil óbitos pela Covid e, se não houver esse auxílio emergencial, nós vamos ter centenas de milhares de óbitos pela fome – pela fome, miséria extrema! O IBGE já mostrava isso em dezembro de 2019, e a pandemia só escancarou aquilo de que a gente já tinha conhecimento.

Então, acredito no Senador Marcelo Castro e em Leila. Acredito que nós vamos ter um ano mais difícil, porque, no ano passado, tivemos o privilégio de aprovar o Fundeb, que foi um sonho, como todo mundo disse, que se iniciou, que a gente conseguiu constitucionalizar e aumentar os recursos. Como vamos suspender a vinculação constitucional dos recursos da saúde e da educação?

E, para finalizar, Presidente, eu só queria dizer o seguinte. Nada contra ajustes fiscais, podem ser feitos, mas eu digo aqui, desafio e pergunto: digam um país no mundo que saiu de uma crise econômica sem um plano para gerar emprego e renda. Só com ajuste fiscal, retirada do poder de compra do trabalhador, do servidor público, nós não vamos sair desta crise. O Estado brasileiro tem que investir na geração de emprego e renda, e não há como gerar emprego e renda também sem educação.

Parabéns e contem com Zenaide aqui, fazendo parte desta Comissão. E continuo dizendo: educação não é gasto, é investimento.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos a V. Exa., Senadora Zenaide Maia. Evidentemente, faremos um trabalho aqui, e tudo o que nós formos fazer vai ser uma construção a muitas mãos. E V. Exa., que tem um papel de destaque aqui nesta Comissão, sem nenhuma dúvida, dará muitas contribuições.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Senador Izalci Lucas, remotamente.

Em seguida, falará o Senador Wellington Fagundes.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Marcelo, eu quero parabenizar você e a Leila, desejar-lhes muito sucesso. Sei da competência de vocês, mas eu quero aqui também ressaltar o trabalho do Dário Berger, que fez um belo trabalho no ano passado.

De fato, eu fiz questão de falar aqui, Marcelo, porque é inadmissível... Nós aprovamos, no final de dezembro, a PEC do Fundeb. Houve um esforço danado, a gente ficou dez anos discutindo essa matéria e, agora, numa canetada, os caras querem acabar com a vinculação da saúde e da educação. É uma coisa absurda! Eu não tenho nenhuma dúvida disso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem fizemos uma reunião da Frente Parlamentar da Educação, da qual eu sou Vice-Presidente e a Dorinha é Presidente, e agora, de manhã, a Frente Parlamentar Mista da Educação está soltando uma nota, juntamente com as outras entidades da área de educação. Nós não podemos admitir sequer a discussão desse tema de desvinculação de educação e saúde. Você sabe o que acontece se fizermos isso. Então, eu quero aproveitar e pedir o apoio incondicional da Comissão de Educação. É evidente que eu sei que todos concordam com a gente, até porque nós aprovamos por unanimidade essa PEC no Congresso.

Encontrei por acaso com o Líder Fernando Bezerra agora e falei: "Fernando, não dá, não há a mínima condição nem de discutir uma matéria dessa". Como é que... Pegar um processo emergencial... Nós temos que aprovar esse emergencial o mais rápido possível, de preferência esta semana, mas não dá para colocar temas polêmicos no meio da PEC Emergencial. É um tema que, se quiserem discutir, vamos discutir, mas fora disso.

No mais, eu quero desejar muito sucesso. Estou como titular da Comissão. Eu entrei na política pela educação, não abro mão disso, e quero colaborar com vocês, naquilo que for possível, para melhorar a educação do Brasil.

Obrigado e sucesso para vocês dois e para toda a equipe da Comissão de Educação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Passo a palavra, então, ao nobre Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente Marcelo Castro, quero saudá-lo e parabenizá-lo por estar assumindo aqui com a Senador Leila Barros. Com certeza, todos nós esperamos dessa Mesa um grande trabalho, principalmente neste momento que a gente vive, da pandemia.

E saúde tem a ver diretamente com educação: um povo com uma boa educação, principalmente educação de base, é requisito para que as crianças possam ter muito melhores condições, inclusive sanitárias. Como V. Exa. é médico, conhece muito bem e sabe da importância disso.

Eu quero também parabenizar a Mesa anterior, Senador Dário Berger e Flávio Arns, porque também foram muito atuantes. Esta foi uma Comissão em que sempre trabalhamos em muita harmonia.

Essa questão do Fundeb, todos sabem, foi uma luta muito grande, na Câmara dos Deputados e depois aqui, comemoramos, voltou para a Câmara, e todos nós comemoramos aquilo que era o sentimento também dos educadores brasileiros, dos profissionais da educação Brasil afora. Talvez esse tema tenha sido um dos temas pelos quais mais fui cobrado. Falo até porque tenho cinco irmãs, todas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

professoras – então mais ainda, não é? –, mas a cobrança é da sociedade brasileira como um todo. Foi uma conquista que alcançamos. Então, eu acho que não pode haver situação mais complexa para um país do que abandonar essa perspectiva para as futuras gerações. Acho que caberá a V. Exas. nos conduzir.

Quinze dias atrás estive no FNDE. Nós temos hoje, segundo o FNDE, três mil creches inacabadas no Brasil – três mil creches inacabadas! É sabido que o nosso País também carece muito de planejamento: como é que se liberam tantas creches, às vezes para uma mesma cidade? São muitas creches numa mesma cidade, e inacabadas! Eu penso, Sr. Presidente, que talvez tivéssemos que estudar até a criação de uma comissão especial ou talvez de uma subcomissão, porque não é possível termos três mil creches inacabadas no Brasil. E eu sempre digo que uma obra inacabada não serve para nada, é dinheiro público desperdiçado, e depois, para retomar essa obra, o custo é muito maior.

Então, eu sugiro a V. Exa., principalmente por se tratar das nossas crianças... O desempregado hoje, desesperado, não tem onde colocar o filho. E mesmo que amanhã volte tudo à normalidade, essas creches precisam ser concluídas. Nós precisamos concluir essas creches, este deveria ser o maior mutirão a fazer na área da educação, concluir essas três mil creches – e muitas delas têm noventa e tantos por cento da obra prontos, faltando pouquíssimo para terminar.

Além disso, eu fiz um trabalho muito intenso aqui relativamente à criação das novíssimas universidades. Essas novíssimas universidades foram criadas, estão implantadas, já com reitores nomeados. São duas em Goiás; uma no meu Estado, Mato Grosso; uma no Piauí; também foi criada mais uma agora em Tocantins e outra em Pernambuco. E o que acontece? Para este ano, Sr. Presidente, essas novíssimas universidades têm que ter a nomeação dos cargos, que não seria a criação de novos cargos, para terem funcionalidade, porque, caso contrário... Porque já têm o orçamento próprio e não têm vice-reitor – está nomeado, mas, de fato, não existe –; e, assim, os outros cargos.

A alternativa era o projeto de lei. Esse projeto de lei eu já fiz, apresentei, já passou aqui no Senado da República. E ressalto que esse projeto foi elaborado, inclusive, no Ministério da Educação, já está na Câmara dos Deputados. E eu quero aqui, de público, pedir a V. Exa. para marcarmos uma audiência com o Presidente Arthur – eu já falei pessoalmente com ele. Inclusive, quanto a esses reitores, parece que chegam hoje aqui. Eu vou me socorrer em V. Exas., pelo prestígio da Presidência e da Vice-Presidência, para pedirmos que essa matéria seja colocada em pauta também.

No mais, é claro, ao falar em educação, nós temos muito o que fazer e trabalhar, principalmente neste momento. Então, eu parablenho mais uma vez V. Exas. Tenho certeza de que vamos fazer aqui um grande trabalho e quero me colocar como parceiro presente nesta Comissão, principalmente neste momento pós-pandemia, em que eu acho que vamos ter que fazer um grande trabalho para fazer voltarem essas escolas a funcionar, e da melhor forma possível.

Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não tenho a menor dúvida, Senador Wellington Fagundes, de que nós vamos precisar muito da colaboração e da participação de V. Exa. Iremos fazer um trabalho aqui coletivo em favor da educação do nosso País.

Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e seis minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Vanderlan Cardoso, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Paulo Paim, Leila Barros e Jorge Kajuru, e ainda dos Senadores não membros Carlos Portinho e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Rose de Freitas, Dário Berger, Mailza Gomes, Kátia Abreu, Styvenson Valentim, Roberto Rocha, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Fernando Collor, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Emendas da CE ao PLOA 2021. Finalidade:** Discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela CE à CMO, referentes ao PLOA/2021 (PLN 28/2020) – que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro 2021". Relator: Senador Eduardo Gomes. **Resultado:** Aprovada a apresentação das seguintes Emendas à CMO: **Emendas de apropriação: Emenda n.º 1** - R\$ 500 milhões para a ação "0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Dário Berger, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Marcelo Castro, Confúcio Moura e Jorge Kajuru. **Emenda n.º 2** - R\$ 200 milhões para a ação "219V - Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior", na unidade orçamentária 26101 – Ministério da Educação – MEC, de iniciativa dos Senadores Dário Berger, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Paulo Paim, Humberto Costa e Zequinha Marinho. **Emenda n.º 3** - R\$ 100 milhões para a ação "20ZF - Promoção e Fomento à Cultura Brasileira", na unidade orçamentária 54205 - Fundação Nacional de Artes, de iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues; e **Emenda n.º 4** - R\$ 100 milhões para a ação "5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer", na unidade orçamentária 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta, de iniciativa dos Senadores Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Flávio Arns e Leila Barros. **Emendas de remanejamento: Emenda n.º 1** - R\$ 20 milhões para ação para a ação "0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola", na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, a partir do remanejamento de R\$ 10 milhões da ação "20RQ – Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica" (sequencial 5991), e R\$ 10 milhões da ação "0A12 – Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior" (sequencial 6003), ambas da unidade orçamentária 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do MEC. **Emenda n.º 2** - R\$ 100 milhões para a ação "4086 - Funcionamento e Gestão de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Instituições Hospitalares Federais”, na unidade orçamentária 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, a partir do remanejamento de R\$ 50 milhões da ação “2000 – Administração da Unidade” (sequencial 5029) e R\$ 50 milhões da ação “212H – Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)” (sequencial 5034), ambas da unidade orçamentária 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta. **Emenda n.º 3** - R\$ 100 milhões para a ação “0509 - Apoio e Desenvolvimento da Educação Básica”, na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação, a partir do remanejamento de R\$ 100 milhões da ação “12KU – Apoio à implantação de escolas para educação infantil” (sequencial 6004), na unidade orçamentária 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, do Ministério da Educação. O Presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião, que são aprovadas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos.

Senador Marcelo Castro

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião se destina à deliberação das emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a serem apresentadas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.

Foram apresentadas 93 emendas, de iniciativa dos Srs. Senadores Flávio Arns, Randolfe Rodrigues, Eduardo Gomes, Roberto Rocha, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Leila Barros, Dário Berger, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Paulo Rocha, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Confúcio Moura, Zenaide Maia e Eduardo Braga.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para leitura do seu relatório sobre as emendas que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte irá apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária – Ploa 2021.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Bom dia, Presidente, Senador Marcelo Castro.

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar V. Exa. pela eleição, no dia de ontem, como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. É certeza de bons serviços prestados ao Brasil, não só pelo que fez como Ministro, mas pelo brilhante trabalho que V. Exa. realizou como Presidente da Comissão de Orçamento até a semana passada próxima. Eu tenho certeza de que são um orgulho para a população do Piauí o desempenho de V. Exa. no mandato e o grande respeito e admiração que V. Exa. tem de todos nós Senadores e Senadoras.

Quero cumprimentar a todos também e passar à leitura do relatório.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, no prazo estabelecido pela Comissão foram oferecidas 91 propostas de emenda de apropriação e 3 de remanejamento ao Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2021 (Ploa 2021).

As propostas de apropriação se distribuíram da seguinte forma: 58 foram destinadas à área da educação, 13 para área a cultura, 10 para a área do esporte, e ainda 7 para a área da defesa, 2 para a ciência, tecnologia e inovação, e 1 para a política externa. Por sua vez, as 3 propostas de emenda de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remanejamento são para a aquisição de veículos para transporte escolar da educação básica, Caminho da Escola; para o funcionamento da gestão de instituições hospitalares federais; e para o apoio ao desenvolvimento da educação básica, todas indicadas pelo Exmo. Sr. Senador Marcelo Castro.

Conforme consta da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento. Dessa forma, apesar de reconhecer a relevância e o mérito de todas as sugestões apresentadas, tivemos que escolher apenas quatro proposições de apropriação. As três indicadas para emenda de remanejamento foram acatadas.

Propomos manter o que tradicionalmente tem prevalecido nesta Comissão, ou seja, destinar duas emendas de apropriação para a educação, uma para a cultura e uma para o esporte. Assim, indicamos para aprovação aquelas propostas que acreditamos serem as que mais contribuirão para melhorar as condições de vida da população brasileira, sendo que, em geral, são também aquelas que recebem o apoio do maior número de Parlamentares.

Na educação, decidimos reforçar com R\$500 milhões a ação “0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola”. Pretendemos, com esse apoio, ampliar o acesso à educação da parcela da população mais vulnerável, principalmente do meio rural, especialmente considerando o cenário pós-pandemia que está no horizonte. Apoiaram esta emenda os Senadores: Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Dário Berger, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Marcelo Castro, Confúcio Moura e Jorge Kajuru.

Ainda na educação, a outra iniciativa que recebeu nosso apoio foi a que destina mais R\$200 milhões para a ação “219V – Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior”. Não temos dúvida de que nossas Instituições Federais de Educação Superior sofreram muito com o impacto devastador da pandemia da Covid-19 e necessitam do nosso apoio. Propuseram esta emenda os Senadores: Dário Berger, Vanderlan Cardoso, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Paulo Paim, Humberto Costa e Zequinha Marinho. Para a cultura, optamos por alocar mais R\$100 milhões para a ação “20ZF – Promoção e Fomento à Cultura Brasileira”, indicada pelo Senador Randolfe Rodrigues. Nosso intuito é fortalecer o setor de eventos, um dos mais afetados com a pandemia.

Finalmente, no esporte, optamos por acolher a proposta que reforça com R\$100 milhões a ação “5450 – Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, recreativo e de lazer”, de modo a proporcionar à camada mais necessitada da sociedade uma opção de lazer, reduzindo a injustiça e a exclusão que atinge aqueles em situação de vulnerabilidade social. Esta emenda foi apoiada pelos Senadores Eduardo Braga, Randolfe Rodrigues, Flávio Arns e Leila Barros.

Também acolhemos as três emendas de remanejamento apresentadas pelo Senador Marcelo Castro. A primeira consigna R\$20 milhões para a ação “0E53 – Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola”; a segunda consigna R\$100 milhões para a ação “4086 -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais"; e a terceira consigna R\$100 milhões para a ação "0509 – Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica".

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2021.

Esse é o relatório, Sr. Presidente – fortalecido pela presença do Senador Esperidião Amin, que chega a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Parabenizo o Senador Eduardo Gomes pelo relatório, em que apresentou as emendas da Comissão. Foram 94 emendas apresentadas: três de remanejamento e 91 de apropriação. Foram diversos Senadores membros da Comissão, e o Senador Eduardo Gomes manteve a tradição desta Comissão de destinar duas emendas para a educação, uma emenda para a cultura e uma emenda para o esporte.

Apresentamos também mais três emendas de remanejamento, de forma tal a entendermos que todas as áreas foram cobertas com essas emendas. Agora, cabe a nós fazermos um trabalho junto aos relatores setoriais, porque tem área de esporte e de educação que são separadas, e ao relator geral, a fim de conseguirmos recursos para fazer face a essa demanda da Comissão.

O Senador Paulo Paim pede a palavra remotamente. Então, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Em seguida, ao Senador Esperidião Amin. *(Falha no áudio.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – ... também minha querida amiga Vice-Presidente, Senadora Leila Barros; e também nosso querido amigo – como todos o são –, o Senador Esperidião Amin, meu amigo, que está aí também; e Relator, Senador Eduardo Gomes. Eu queria só, Presidente, agradecer o Senador Eduardo Gomes, que com grandeza olhou para todos, ampliou ao máximo para atender todos os Senadores que encaminharam emenda, dentro do possível. Acatou duas emendas de nossa iniciativa que vão favorecer, na nossa ótica, claro, aqueles setores que são mais vulneráveis.

Então votarei com a maior tranquilidade o relatório por ele apresentado e vou na linha de V. Exa., para nós dialogarmos com os outros Senadores para que, no final, lá no Plenário, a redação do orçamento contemple tudo que nós aprovamos aqui na Comissão.

Por fim, Presidente, permita só – e aqui eu vou terminar – que eu diga que estou muito preocupado com a PEC emergencial. O Relator da PEC emergencial está propondo que Estados e Municípios fiquem desobrigados a fazer investimentos mínimos em saúde e educação, temas que esta Comissão, eu sei, vai tratar sempre como prioridade. Isso é inaceitável e só vai aumentar a pobreza e a desigualdade social. Esses direitos são fundamentais para o bem-estar, o crescimento e o próprio desenvolvimento sustentável.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu falo em desenvolvimento sustentável, é porque eu entendo que é pela educação também que a nossa moçada vai aprender a defender o meio ambiente, e meio ambiente é vida.

Então, Presidente, fica aqui o meu registro. Sei que, se for necessário, esta Comissão vai se apresentar. Eu já vi a posição de V. Exa., vi também a do Senador Eduardo Gomes e vi também a do Senador Esperidião Amin, que mostraram as mesmas preocupações que eu estou aqui, neste momento, registrando. Saúde e educação são a alma do nosso povo. Saúde é vida e educação é formação para sustentar as melhores propostas em relação à vida de nós todos, dos brasileiros e do próprio meio ambiente, que passa também pela educação.

Eu sempre digo, quando me perguntam – eu que vim de uma família, como muitos de nós, pobre – qual é o caminho. O caminho são dois: trabalhar e estudar, estudar e trabalhar. Se não fizer esses dois, não tem sucesso. E aí, nós, homens públicos, e o próprio Estado brasileiro, temos que dar condições para que isso aconteça.

Parabéns a toda a equipe, parabéns à Comissão. Eu tenho muito orgulho em dizer que sou titular desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem, Senador Paulo Paim. Obrigado pelas observações. Evidentemente, todos nós aqui – acredito – estamos de acordo com as preocupações e apreensões de V. Exa. quanto a essa PEC emergencial, que está pautada para ser votada hoje.

Passo a palavra ao próximo inscrito, Senador Esperidião Amin. Com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero, mais uma vez, cumprimentar V. Exa. por ter assumido a Presidência da Comissão de Educação. Já o fiz quando o Senador Dário Berger lhe transferiu essa singular responsabilidade. Digo "singular" pelo momento que nós estamos vivendo. Eu começo pelo geral para depois chegar ao particular das emendas, até porque eu solicitei à minha assessoria... O meu gabinete está combatido. Temos quatro internados, mas eu não tive contato com eles.

Tenho, inclusive, um colaborador que está na UTI num hospital aqui de Brasília. E o Jibrán, que me acompanhava aqui, apesar da sua fama de nadador e de atleta, também está com Covid, além de mais dois colaboradores. Então, eu estou procurando esclarecer se as emendas que eu vou defender foram ou não protocoladas, e ainda não tive essa informação. Por isso, eu vou começar pelo geral – vou começar pelo geral.

O que o Senador Paim falou e o que me fez considerar a sua missão singular é que nós estamos aqui discutindo. Viemos para cá com o propósito de acrescentar recursos à educação. Todos nós escrevemos as nossas emendas na expectativa de poder levar um pouco mais de recurso, seja para transporte escolar – para o que eu todos os anos coloco recurso nas emendas de Santa Catarina...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha emenda, em particular, versa sobre educação profissional e tecnológica, só que agora nós temos que conferir o que significaria perdemos a exigência de um mínimo de investimento em educação. De saúde eu nem vou falar, de saúde eu não vou falar, mas só quero prevenir o seguinte: é verdade que não faltaram recursos financeiros às prefeituras e aos governos estaduais no ano passado. Vamos ser justos. Todos foram atendidos de maneira republicana não apenas pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, não apenas pelo Executivo, mas pelo Legislativo também. Nunca se discriminou aqui nem pedido de empréstimo, nem transferência de recurso. Mas, neste ano, o aperto é inimaginável. Saúde é outra questão. Estou aproveitando aqui a presença do Líder do Governo para fazer uma reflexão, como seu colaborador. O sucesso do Governo é vital para o País.

O cenário para a educação tem ainda outra peculiaridade. Nós estamos voltando à educação presencial tanto no pré-escolar... A minha neta foi para o jardim da infância toda feliz, toda faceira. Os jovens estão indo para as escolas em sistemas mistos, híbridos, mas estão voltando. Os professores estão assustados. Em março, agora, completo 53 anos da minha primeira missão como professor. Comecei a lecionar em março de 1968.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Estamos empatados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, mas o senhor é muito mais velho do que eu, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tem esse porém. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É só para dizer que o professor está assustado, porque o professor que tem uma idade média é muito mais vulnerável do que o seu aluno. E, ontem, a Deputada Angela Amin fez um apelo ao Secretário da Saúde, ao Ministro da Saúde, ao Governador do Estado, junto com tantos outros defensores da causa da educação, para que o profissional da educação seja priorizado na questão da vacinação.

Deste cenário perverso, eu concordo com as emendas que o Senador Eduardo Gomes aqui nos apresenta: 500 milhões para aquisição de veículos de transporte escolar, tudo bem, o Estado de Santa Catarina vai botar mais um pouquinho ainda; 200 milhões para apoio ao funcionamento das instituições federais de educação superior, também sou a favor, mas eu queria, muito ingenuamente, privilegiar a educação profissional e tecnológica, porque esse nicho é o nicho em que mais vagas existem.

A educação profissional e tecnológica – aí defendendo a minha emenda, apresentada ou não – é crucial para o Brasil sair dessa posição de vendedor de *commodity*.

E finalmente, apresentada ou não, eu vou defender a emenda que apresento em favor do patrimônio cultural brasileiro. Não é exatamente a versão do Senador Eduardo Gomes, porque ele fala em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer, mas eu não posso deixar de defender a situação de preservação do patrimônio cultural brasileiro, especificando recurso para o patrimônio histórico, artístico e arqueológico, especificando também as ações, pedindo que o Senador Eduardo Gomes, se não puder incluir, pelo menos faça uma referência, porque nós todos sabemos que aqui estamos dividindo migalhas para potes que estão se esvaziando. Se o conteúdo do pote estivesse crescendo, mas não, nós nem sabemos qual vai ser o conteúdo do pote na previsão orçamentária. Então, nós estamos querendo acrescentar, agora, não sabemos sobre quanto estaremos acrescentando.

Então, eu queria só trazer esses dois temas: educação profissional e tecnológica e patrimônio histórico, artístico, natural, arqueológico a esta discussão, até prestigiando o seu relatório e o desenvolvimento desse trabalho na Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a manifestação do nobre Senador Esperidião Amin, agradecendo a homenagem que faz à minha pessoa pela Presidência da Comissão, passo a palavra então ao Relator, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, cumprimentando o Senador Esperidião Amin, nosso amigo, professor, sempre orientando esta Comissão. Todas as intervenções dele são verdadeiras oportunidades de melhorar aquilo que a gente está produzindo.

Eu, independentemente da questão dos prazos, quero dizer que primeiro devo fazer uma observação sobre o quadro grave traçado por ele com relação à questão orçamentária. É também uma oportunidade para fazer uma observação de que, tanto no ano de 2019 como no ano de 2020, o Governo, de maneira surpreendente, tem tido a maior execução orçamentária da história, muito pelo trabalho do Legislativo também, que, com o advento das emendas impositivas individuais e de bancada, mas principalmente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E bancadas estaduais...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – E bancada estaduais, que colocam, como no meu Estado de Tocantins, uma das emendas de bancada do ano passado para ônibus escolares, para todos os Municípios. Então, é um governo que vem trabalhando forte na execução orçamentária.

Há uma discussão em curso muito forte de amparo e abrigo às novas iniciativas de amparo social determinadas pelo Presidente da República, como o auxílio emergencial adicional para quatro meses, e também com todo o cuidado com o Bolsa Família e os programas sociais neste momento de crise aguda, mas existe a possibilidade também de isso ser excetuado do teto de gastos. É um debate que está em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curso, pode vir a êxito este ano, para o exercício deste ano. Então, eu queria me comprometer aqui não só a citar as duas emendas no relatório, adicionar ao relatório, mas também, como Líder do Governo no Congresso Nacional, com assento na Comissão de Orçamento para os encaminhamentos, e, junto ao Deputado Federal Zé Vítor, do PL, de Minas Gerais, a defender um recurso para o ensino tecnológico, embora tenhamos acatado também as emendas dos institutos federais, que têm no seu perfil também essa determinação.

Fizemos também uma observação muito pontual para este ano no apoio à cultura, para o exercício da cultura enquanto indústria cultural: o artista que não tem onde se apresentar e o promotor de eventos, que é, talvez, a categoria mais castigada e sem nenhum tipo de recurso nesta pandemia. Você imagina um produtor no Nordeste e no Norte do País, Santa Catarina, da nossa Oktoberfest e tudo, o sofrimento desses brasileiros e brasileiras que fazem da arte, da apresentação da arte todo um projeto, vivem disso, e os seus auxiliares, *hosters*, transportadores, e uma série de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E ainda bem que aprovamos o projeto de lei que criou o programa – o projeto do Eduardo Braga –, que, no caso de não execução no ano passado, permite que ele seja recolhido às fundações ou secretarias de cultura estaduais, para serem...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – E o Presidente, agora, o Presidente Jair Bolsonaro, abre também a possibilidade de linhas específicas de crédito para os produtores de eventos não dos grandes artistas do Brasil, mas para aqueles que promovem a estrutura para que os artistas ainda em início de carreira possam trabalhar.

Então, eu quero fazer um compromisso aqui com o Senador Espiridião Amin e com esta Comissão de conversar com o Relator setorial, de conversar com o Relator Geral, que é do nosso partido, o Senador Marcio Bittar, para que seja sensibilizado no aproveitamento de uma emenda de quaisquer das bancadas dos 26 Estados e do Distrito Federal que reforce os recursos, baseado nessa necessidade, já que nós só tínhamos quatro emendas para serem admitidas.

Então, V. Exa. terá toda a atenção, carinho e nosso compromisso com a cultura e com o ensino profissional e tecnológico no País.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Em discussão o relatório do nobre Senador Eduardo Gomes. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, eu o submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que estejam de acordo com o relatório do Senador Eduardo Gomes sobre as emendas que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte irá apresentar ao orçamento, ao Ploa 2021, permaneçam como estão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

As quatro emendas de apropriação e as três emendas de remanejamento acatadas pelo Relator serão oferecidas ao PLN 28, de 2020.

Antes do encerramento, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Paulo Paim, Eduardo Girão, Flávio Arns, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Fabiano Contarato, Izalci Lucas, Mecias de Jesus, Leila Barros, Carlos Viana, Zenaide Maia, Maria do Carmo Alves, Nelsinho Trad, Lasier Martins, Marcos do Val e Otto Alencar. Deixam de comparecer os Senadores Mara Gabrilli, Jorge Kajuru, Rose de Freitas, Marcio Bittar, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2021-2022, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Após a instalação da Comissão, foram eleitos para Presidente o Senador Humberto Costa e para Vice-Presidente o Senador Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/02/23>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão, para o biênio 2021/2022.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Humberto Costa; para Vice-Presidente, Senador Fabiano Contarato.

Havendo a concordância de V. Exas., Sras. e Srs. Senadores, gostaria de propor que a eleição ocorra por aclamação, considerando que não há chapa concorrente. Há apenas a indicação do Senador Humberto Costa para Presidente e a do Senador Fabiano Contarato para Vice. Não havendo objeção, procederíamos dessa maneira. Há a concordância aqui dos que estão pelo sistema remoto e dos que estão também presencialmente.

Coloco em votação a proposta de eleição por aclamação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Foram eleitos, por aclamação, para Presidente o Senador Humberto Costa e para Vice-Presidente o Senador Fabiano Contarato.

Convido os eleitos para, se assim quiserem, fazerem uso da palavra.

Indago ao Senador eleito, Presidente Senador Humberto Costa, se quer fazer uso da palavra.

V. Exa. tem o uso da palavra, Presidente. Parabéns!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. Por videoconferência.) – Sr. Presidente Marcos Rogério, Srs. Integrantes da Comissão de Direitos Humanos, as pessoas que nos acompanham pelas redes sociais do Senado e pela TV Senado, serei muito breve, primeiro para dizer da minha satisfação, da minha alegria, da minha honra de poder presidir uma Comissão tão importante. Vou dedicar todos os meus esforços para fazê-lo no sentido de contribuir para o nosso País, para o nosso Congresso Nacional.

Segundo, eu quero aqui não somente parabenizar, mas agradecer todo o trabalho que foi desenvolvido pelo Senador Paulo Paim, que hoje termina o seu trabalho à frente desta Comissão, que ele já teve a oportunidade de presidir por várias vezes, e agradecer especialmente toda a ajuda que me deu nesse processo da transição.

Quero dizer também da minha enorme satisfação de poder ter ao meu lado, como Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Fabiano Contarato, que é, sem dúvida, uma das maiores revelações desta Legislatura, uma pessoa da maior firmeza, de uma postura ética irretocável, de um compromisso social sem dúvida irreparável, e certamente estará na Comissão de Direitos Humanos reafirmando esse compromisso com a cidadania da população brasileira.

Eu pretendo que esta Comissão continue a ser uma porta de entrada para as demandas e os anseios da sociedade, um espaço em que possamos auscultá-la, afinal de contas é uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Espero que temas importantes para o trabalho legislativo possam chegar até a Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será também um espaço fundamental para a defesa e o debate dos temas relativos aos direitos humanos, e eu pretendo que ela possa não apenas ser uma Comissão que se reúna e que mantenha atividades tão relevantes quanto as audiências públicas que ficaram tão conhecidas sob a direção do Senador Paulo Paim, que, inclusive já convidei para presidir várias dessas audiências que vamos fazer, mas eu quero também ir aos Estados, acompanhar nos Estados a maneira com que os direitos humanos estão sendo vivenciados, estão sendo trabalhados e promovidos.

Então, Sr. Presidente, eu quero agradecer muito a condução de V. Exa. e dizer que muito brevemente, se Deus quiser, estaremos todos juntos aí para fazer com que a Comissão de Direitos Humanos continue a ser uma referência importante para a população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e o cumprimento uma vez mais pela eleição para conduzir os trabalhos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa numa missão que não é tão fácil. Embora seja reconhecida a competência de V. Exa., suceder o Senador Paim, numa Comissão que tem as características dele, não é tarefa fácil. Desejo muito sucesso a V. Exa! O Senador Paim certamente continuará tendo cadeira cativa nesta Comissão, como todos nós Senadores aqui o conhecemos tão bem.

Eu indago ao Senador Paulo Paim se gostaria de fazer uso da palavra.

V. Exa., sempre Presidente, tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Por videoconferência.) – Primeiro, meus cumprimentos ao nobre Senador Marcos Rogério, que preside esta reunião com a competência e a qualidade de sempre e que foi um parceiro durante todos os anos nesta Comissão. Nos momentos até de mais entrave e de diferenças, o que é normal no debate político, você sempre entrava como um mediador, como alguém que contribuía para nós encontrarmos uma saída. E assim fazíamos. Então, fica aqui o meu reconhecimento a V. Exa., que, casualmente, está presidindo a reunião de hoje, sendo também um Senador sempre presente.

Quero também, de pronto, cumprimentar o Senador Telmário Mota, que foi o meu Vice durante todo esse período. Em toda vez que eu necessitei dele, ele esteve presente, ajudou, colaborou para os mandatos das Comissões.

Claro que é sempre uma despedida e, eu diria, com certa tristeza, porque todo mundo sabe que eu vivi muito, muito tempo da minha vida não só nesse mandato, em outros anos, exatamente nesta Comissão, mas, ao mesmo tempo, Humberto, é também de alegria, porque eu sei o Senador que você é, a sua capacidade, o brilho e a força com que você toca cada tecla cujo som você quer que seja ouvido em todo o País, que é o som das políticas humanitárias. Sei, tenho certeza absoluta de que você, junto com o Senador Fabiano Contarato, que já vem da Comissão do Meio Ambiente, em que fez um belo trabalho... Então, esta dupla – permitam-me que eu diga assim, com muita simplicidade –, Humberto Costa e Fabiano Contarato, são duas estrelas que vão dar muito brilho, mas muito brilho mesmo para a nossa Comissão.

Eu quero ser breve. Claro que já fiz o balanço de encerramento de mandato e não é a hora de fazer isso, e sim de enaltecer o novo Presidente e o Vice, mas quero só enaltecer – permita-me ainda, Presidente – a nossa equipe, que sempre esteve aí. Uma equipe que não tinha hora, não tinha dia, não tinha noite, podia



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ser sábado ou domingo, estava sempre à disposição. E eu cumprimento, para não citar todos, mas quero abraçar e cumprimentar todos, a Mariana, que é a Secretária – secretária-geral, como eu tinha mania de dizer – e o Christiano; um substituí o outro em todos os momentos, naturalmente com todos os outros homens e mulheres que aí atuam, todos, todos, todos defendendo causas e não partidizando, em nenhum momento, ou fazendo mais carinho para mim, que era Presidente, ou para o ex-Presidente. Eles vêm de diversos Presidentes, independentes de partido, e sempre numa posição de compromisso com as políticas humanitárias.

Mas hoje, mais do que nunca, eu quero aqui, mais uma vez, deixar meu abraço, com muito carinho e respeito, aos dois Senadores, Humberto Costa e Fabiano Contarato. Contem comigo. Toda vez em que for preciso, eu estarei à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Mais uma vez registro aqui o reconhecimento à trajetória de trabalho do Senador Paulo Paim à frente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa por todos nós – independentemente do núcleo partidário a que pertencamos –, que temos, Senador Paim, respeito e reconhecimento por sua trajetória, por seus feitos.

Pela ordem de inscrição, com a palavra, o Vice-Presidente eleito, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Parabéns pela condução nesta tão importante Comissão do Senado Federal!

Eu quero aqui agradecer a todos aqueles que depositam no Senador Humberto Costa a confiança de que muito vai dignificar esta Comissão de Direitos Humanos.

Quero aqui também estender, agradecer à sempre presente e atuante Senadora Zenaide. Senadora Zenaide, eu sempre aprendo com a senhora. A gente tem um olhar muito forte voltado para aqueles que mais precisam. Nós fomos eleitos para essas pessoas, eu não tenho dúvidas, e a senhora pode contar comigo incondicionalmente.

Eu quero fazer um agradecimento especial ao Senador Paim, com quem eu sempre aprendo. Humildemente, eu vou me colocar sempre à sua disposição, Senador Paim. E, como cidadão, como brasileiro, eu agradeço por tudo que o senhor fez, faz e vai continuar fazendo em defesa dos direitos humanos.

Senador Humberto, eu me sinto lisonjeado por ser o seu Vice, porque o senhor é um aguerrido, é uma pessoa que muito dignifica o mandato. Eu acho que uma das melhores virtudes no ser humano é a gratidão, e só não reconhece os avanços que nós tivemos na área social e de direitos humanos com o Partido dos Trabalhadores quem é ingrato. Eu venho de uma família pobre, mas sempre tivemos acesso à saúde e à educação graças a muitas políticas públicas.

É preciso, sim, provocar uma ruptura nesta visão simplista de que direitos humanos são direitos para defender bandido. Quem tem essa visão nem sabe o que são direitos humanos. Os direitos humanos foram uma inspiração trazida, em 1979, pelo jurista tcheco Karel Vazak, que, inspirado pelos princípios da Revolução Francesa de "liberdade, igualdade e fraternidade", elencou categorias de direitos, colocando direitos humanos de primeira geração, segunda geração e terceira geração. Nós temos que estar atuantes e vigilantes a todo momento – como sempre disse Platão, a sabedoria está na repetição – para dar efetividade a esses direitos humanos, que passam pela liberdade, igualdade e fraternidade em toda a sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plenitude. Passam pelo meio ambiente, pelo direito das mulheres, dos negros, dos deficientes, dos pobres, dos índios, das comunidades quilombolas, das minorias, que não são minorias. Eu costumo dizer que elas são maiorias minorizadas. Qual o percentual de mulheres na população brasileira? Mais de 52%. Então, elas não são minoria. Qual o percentual da população brasileira composto por pardos e negros? Não são minorias. É preciso dar vez e voz a essa multidão, que clama, que tem sede de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, para, quem sabe, um dia, todos sermos iguais perante a lei.

Estou muito emocionado de fazer parte desta Comissão e aqui quero estender meu fraterno abraço a todos os integrantes desta Comissão, aos secretários, ao Vice, às secretárias, aos terceirizados, ao pessoal da Câmara, às pessoas que aqui estão.

Façam uso desta Comissão de Direitos Humanos! Esta Comissão é de vocês, das ONGs, da comunidade acadêmica, das universidades, das escolas, dos negros, dos índios, dos quilombolas, dos boias-frias. Ela é de vocês! Usem este mandato meu, enquanto Vice-Presidente, e, com certeza, o do Senador Humberto, o do nobre e querido Senador Paulo Paim, o da Senadora Zenaide e o de todos nós aqui, na certeza de que seremos a voz de toda a população brasileira.

Eu estou muito feliz. Um delegado de polícia, Senador Marcos Rogério, sempre foi visto como um violador de direitos, e eu tenho orgulho de falar que sou delegado de polícia há 27 anos. Mas eu tenho mais orgulho de falar que o delegado é o primeiro garantidor dos direitos humanos. É necessário não rotular, é necessário cobrar que esses profissionais façam do seu múnus público aquilo que a Constituição, o Código de Processo Penal e o Código Penal determinam, na luta pela efetivação da espinha dorsal do Estado democrático de direito, que é a Constituição da República Federativa do Brasil. Muito obrigado.

Desculpem-me por ter me alongado.

Eu estou aqui à disposição, muito feliz por fazer parte de uma Comissão a que dou tanta importância, que é a Comissão de Direitos Humanos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e o cumprimento também pela eleição à Vice-Presidência desta Comissão, nobre Senador Fabiano Contarato.

Pela ordem de inscrição, fala o Senador Flávio Arns. Na sequência, a Senadora Zenaide também terá a palavra.

Senador Flávio Arns, V. Exa. tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Pela ordem. Por videoconferência.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. Quero cumprimentá-lo também por estar presidindo os trabalhos da CDH. V. Exa. também sempre foi membro desta Comissão. É uma alegria estarmos juntos!

Quero parabenizar o Senador Humberto Costa – pode contar com a gente, estamos juntos, estaremos juntos na Comissão –, assim como o nosso amigo Senador Fabiano Contarato, Vice-Presidente. Eu tenho absoluta convicção de que a sociedade brasileira olha para vocês e diz: "Nós, com vocês, teremos o espaço, o diálogo, a oportunidade de debater, de discutir, de refletir, de pensar sobre o que é importante". Então, eu também me coloco à disposição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também deixar um abraço grande para o Paulo Paim, que foi Presidente desta nossa querida Comissão juntamente com Telmário Mota, e dizer, Paulo Paim, que foi uma alegria. Trabalhamos bastante, antes da pandemia, muito juntos, participando dos debates, das discussões, enfim, do que fosse necessário.

E quero dizer para a sociedade toda não esquecer que esta é uma Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Então, todo mundo pode participar, dentro das regras estabelecidas, sugerindo, fazendo propostas. Acho que é um canal extraordinário de entendimento para a sociedade.

Só para terminar, digo à nossa Comissão de Direitos Humanos, faço um apelo aos membros desta nossa querida Comissão para não aprovarmos a desvinculação dos recursos da saúde e da educação nessa PEC emergencial. Todos nós de direitos humanos somos a favor do auxílio emergencial – tenho absoluta certeza disso –, do Bolsa Família e de tudo que possa ajudar a população. Mas acabar com o Fundeb, por exemplo, liquidar o Fundeb, que foi aprovado por consenso, por unanimidade, que é educação básica – estão acabando com a vinculação, ou seja, acaba a subvinculação do Fundeb –, isso, para o Brasil, é algo que eu diria que vai rasgar a carta de direitos humanos, porque educação é tudo, depois vem o resto, principalmente educação básica e saúde. No momento da pandemia, tirar o valor, o percentual, a vinculação da saúde é uma temeridade absoluta. Então, vamos pensar em outras coisas. Que as pessoas façam o que têm que fazer na economia, com tantos problemas – ainda precisam mostrar que entendem dessa área –, mas vamos cuidar de direitos humanos, e educação está no topo da pirâmide, junto com saúde, assistência, previdência, auxílio emergencial, grupos minoritários, essa diversidade que faz a riqueza do Brasil.

Abração!

Estamos juntos. Vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Flávio Arns.

Última oradora inscrita, Senadora Zenaide Maia. V. Exa. tem a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Senador Marcos Rogério, que está na Presidência eventual, quero cumprimentar o Humberto Costa, também o meu amigo Contarato e Paulo Paim. Eu fiz parte desta Comissão e quero deixar claro aos dois que, independentemente de ser titular ou suplente, vou ajudar.

Esta é uma Comissão que dá visibilidade ao povo brasileiro do que são direitos humanos. Como falou agora o Flávio Arns, é uma violação dos direitos humanos essa PEC que está para ser aprovada.

Tirar recursos da saúde, num momento desses, e da educação... A educação é que dá cidadania. E esses direitos humanos... Isso é retirar direitos humanos! Nós não podemos aceitar essa chantagem, ou seja, a população vai escolher entre o auxílio emergencial e ter o direito de o seu filho ser socorrido ou ter o direito de ter seu filho numa creche com merenda escolar, porque para a grande maioria às vezes é a única alimentação. Então, que bom que nós estamos nos unindo. Esse já é um trabalho desta Comissão.

Quero lembrar que o que me chamou atenção, Marcos, nesta Comissão, foi a defesa de todas as formas de vida. Esta Comissão não defende só a vida do ser humano, ela defende a vida de animais, das florestas, do nosso meio ambiente. E por ter essa participação ativa da população, a gente dá visibilidade, Marcos,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós sabemos que conhecimento é poder. E isso aqui abre um leque grande para as pessoas terem conhecimento e saberem quando seus direitos estão violados.

Parabéns, Contarato! Parabéns, Humberto! Parabéns, Paulo Paim e nosso querido Flávio Arns!

E vamos trabalhar!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço à Senadora Zenaide Maia, às Sras. e aos Srs. Senadores que estiveram presentes aqui no Plenário da Comissão e aos que pelo sistema remoto participaram.

Nada mais havendo a tratar, desejando votos de pleno êxito à nova Mesa Diretiva da Comissão, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL E POR MEIO REMOTO, COM A FINALIDADE DE DEFINIR AS EMENDAS A SEREM APRESENTADAS PELA CDH AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2020-CN, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.

Às doze horas e quinze minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e um, quinta-feira, no Remota, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Roberto Rocha, Carlos Viana, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Leila Barros e Otto Alencar, e ainda do Senador não membro Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Irajá, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Discussão e votação **das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLN nº 28 de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.** Relator: Senador Humberto Costa. Às onze horas e dezessete minutos o Senador Humberto Costa passa a presidência para o Senador Paulo Paim, para que possa relatar a matéria. O Senador Paulo Paim passa a palavra ao Senador Humberto Costa, que lê o Relatório. Após a discussão da matéria, O Senador Paulo Paim põe em votação o Relatório do Senador Humberto Costa, que é aprovado, indicando que a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 28/2020:

Nº	UO	Ementa/Localidade/Ação	Valor(R\$)
1	81101	14XS - Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres - Nacional	100.000.000
2	81101	21AR - Promoção e Defesa de Direitos para Todos - Nacional	100.000.000
3	81101	14UF - Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo - Nacional	200.000.000
4	30202	21BO - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - Nacional	100.000.000

Às onze horas e trinta minutos o Senhor Senador Paulo Paim devolve a presidência para o Senador Humberto Costa. O Senhor Presidente propõe, ainda, que a Secretaria da Comissão fique incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas à CMO. Em seguida, o Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, que é dada por aprovada. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta presente reunião.

Agradeço o comparecimento de todos os Srs. Senadores que aqui se encontram.

Gostaria de informar a pauta da presente reunião, que, assim como as demais reuniões de Comissões no dia de hoje, se destina à apreciação e à indicação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2021, Projeto de Lei nº 28/2020 do Congresso Nacional (Mensagem nº 487/2020, na origem).

Foram apresentadas 29 emendas perante a Comissão.

Como sou o Relator das emendas, eu passo a palavra ao ilustre Senador Paulo Paim para que, assim, eu possa fazer a leitura do relatório.

Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De imediato, quero agradecer ao Senador Carlos Viana, que veio na corrida aqui para preencher o quórum, e ele o fez com uma brevidade de segundos.

Agradeço a todos que estão presentes e mesmo àqueles que não puderam estar, pela importância deste momento. E, de imediato – porque já participamos da reunião de posse e fiz os devidos elogios a toda a Comissão, aos funcionários desta Comissão, e naturalmente ao Presidente Humberto Costa e ao Contarato, que é o Vice –, encaminhando para o Relator, para que ele apresente o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Agradeço também a presença dos Senadores Carlos Viana, Rose de Freitas, Roberto Rocha, Leila Barros, Eduardo Girão, Kajuru.

Farei aqui a leitura.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 2020, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2021, PL nº 28/2020 (Ploa 2021), em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 10 de fevereiro a 1º de março para apresentação de emendas ao PLOA.

A Resolução nº 1, de 2006–CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das comissões permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de comissão, em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidir por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Cabe ressaltar que, segundo o art. 2º da Instrução Normativa CMO nº 1/2021, aplicam-se à apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 2021 e das respectivas emendas as normas constantes do relatório do Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas aprovado na Reunião Ordinária de 08/10/2019, que firma diversas interpretações a respeito da admissibilidade das proposições. As disposições do referido relatório devem ser observadas, sob risco de as emendas apresentadas não terem seu mérito analisado por vício de admissão. Em especial, cabe destaque ao item do relatório que associa o caráter institucional das emendas à compatibilidade da ação proposta com as competências regimentais da Comissão Permanente.

Nesse contexto, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2021.

Sob a análise desta Comissão encontram-se 29 sugestões de emendas, apresentadas pelas Senadoras Leila Barros, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Soraya Thronicke e Zenaide Maia, e pelos Senadores Fabiano Contarato, Flávio Arns, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Marcio Bittar e Paulo Paim.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas ao abrigo das competências regimentais da Comissão e estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão.

É o relatório.

Análise.



Não foram apresentadas indicações de emendas ao texto, nem de emendas de remanejamento. O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à CDH. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manterem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos, além de apresentarem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada pelas emendas de Comissão devem vislumbrar um plano nacional, não se limitando a região ou localidade específica.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, os critérios de seleção consistiram em selecionar três programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares, e outra segundo o juízo político desta relatoria, em qualquer caso alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

No âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – Administração Direta, propomos a escolha das seguintes ações.

“14XS – Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres”, objeto de sugestões apresentadas pelas Senadoras Leila Barros, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Soraya Thronicke – que não faz mais parte desta Comissão – e Zenaide Maia, e pelos Senadores Humberto Costa, Jorge Kajuru, Marcio Bittar e Paulo Paim, na forma da sugestão de número 07, com valor de R\$100 milhões;

“21AR – Promoção e Defesa de Direitos para Todos”, sugerida pelos Senadores Flávio Arns, Humberto Costa, Jorge Kajuru, Marcio Bittar e Paulo Paim, e pelas Senadoras Mara Gabrilli e Zenaide Maia, na forma da sugestão de número 25, com valor de R\$100 milhões;

“14UF – Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo”, sugerida pelos Senadores Fabiano Contarato, Humberto Costa, Jorge Kajuru e Marcio Bittar, e pela Senadora Mara Gabrilli, na forma da sugestão de número 16, com valor de R\$200 milhões.

No âmbito do Fundação Nacional do Índio – Funai, propomos a escolha da ação “21BO - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”, proposta pelo Senador Paulo Paim (sugestão nº 24), com valor de R\$100 milhões, com a ressalva de que, como as emendas propostas pela Comissão devem ter caráter nacional, o subtítulo deve ser ajustado para “Nacional”.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2021, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, das seguintes emendas, conforme o quadro anexo.

Número 1. CDH 1. Número da sugestão: 7. Unidade Orçamentária 81101. Ação 14XS – Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres – Nacional. Valor de R\$100 milhões. Sugestões: 1, 6, 7, 11, 13, 14, 17, 22, 27.

Número 2. Número da sugestão: 25. Unidade Orçamentária 81101. 21AR – Promoção e Defesa de Direitos para Todos – Nacional, R\$100 milhões. Sugestões: 2, 5, 12, 18, 20, 21, 23, 25, 29.

Número 3, da CDH. Número da sugestão: 16. Unidade Orçamentária 81101. 14UF – Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo – Nacional. R\$200 milhões. Sugestões: 4, 10, 15, 16, 28.

Número 4, sugestão nº 24, Unidade Orçamentária 30202. 21BO – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas – Nacional, R\$100 milhões. Sugestão nº 24.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Portanto é este, Sr. Presidente, o relatório. (Pausa.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão o relatório.

Se houver algum Senador que queira emendar, comentar, discutir, rejeitar, posicione-se neste momento. (Pausa.)

Pelo que percebo, não há nenhum Senador contrário ao relatório muito bem elaborado e construído pelo nosso querido Presidente, Senador Humberto Costa.

Eu apenas comento que me sinto contemplado, porque todos os setores mais vulneráveis estão contemplados no relatório apresentado pelo Senador Humberto Costa: índios, combate e enfrentamento ao racismo, preocupação com a igualdade, direitos para todos, questão das mulheres, preocupação com os quilombolas, enfim, todos, no meu entendimento, de uma forma ou de outra, estão contemplados.

Consequentemente, com esse rápido comentário, eu coloco em votação o relatório.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório.

Passo a Presidência de volta ao nosso querido Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço a V. Exa., assim como agradeço a todos os participantes desta Comissão.

Não havendo nada mais a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião e comunico que brevemente marcaremos uma nova reunião para que possamos dar andamento à pauta de projetos, bem como à discussão sobre temas relevantes para a área dos direitos humanos.

Muito obrigado!

(Iniciada às 12 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 3^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um, no Remota, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Mecias de Jesus, Nilda Gondim, Zenaide Maia e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores não membros Jean Paul Prates, Marcos do Val, Paulo Rocha e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Eduardo Girão, Flávio Arns, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 5/2021 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "a importância das Estatais e o impacto na privatização da Eletrobrás". Participantes: Ikaro Chaves, Representante da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobrás - AESEL; Clarice Ferraz, Diretora do Instituto Ilumina; Nelson Hubner, Consultor em Energia, ex-Secretário Executivo e Ex-Ministro de Minas e Energia e ex-Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e Maurício Tolmasquim, Ex-presidente da Empresa Pública de Pesquisa Energética. Resultado: Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/05/31>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Inicialmente, então, bom dia a todos e a todas aqui presentes, os Senadores, os nossos convidados debatedores, as pessoas todas que nos estão acompanhando pela TV Senado, pela Rádio Senado e também pelas redes sociais.

Eu declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 5/2021, Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre a importância das estatais e o impacto da privatização da Eletrobras.

Nós vamos contar, para esta audiência pública, com a condução, a Presidência dos trabalhos pelo Senador Paulo Paim, que é o requerente da reunião e é hoje uma das pessoas que está mais diretamente vinculada a essa luta importantíssima que é a do enfrentamento à tentativa de privatização da Eletrobras.

Teremos a presença da Dra. Clarice Ferraz, que é Diretora do Instituto Ilumina; do Dr. Ikaro Chaves, representante da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras (Aesel); do Dr. Maurício Tolmasquim, ex-Presidente da Empresa Pública de Pesquisa Energética, e do Dr. Nelson Hubner, consultor em energia, ex-Secretário Executivo e ex-Ministro de Minas e Energia, além de ex-Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Esse tema da audiência de hoje é de extrema importância e gravidade. A tentativa que o Governo Federal vem fazendo, no sentido de privatizar todo o sistema Telebras já é, por si só, algo inadequado, pelo momento em que ocorre, em plena pandemia, inadequado pelo fato de que não foi objeto de um amplo debate na sociedade, especialmente porque, nesse momento de pandemia, o processo de funcionamento do Congresso Nacional é extremamente restrito e limitado. Então, esse processo tem avançado de forma extremamente rápida, pulando etapas do processo legislativo normal e, ao mesmo tempo, sem a devida discussão dos impactos que acarretará sobre a atividade econômica, sobre especialmente a vida das pessoas que moram e vivem no nosso País.

É extremamente importante que a articulação social feita pelos movimentos, feita por Parlamentares, feita por lideranças dos movimentos sociais esteja começando a dar uma resposta importante a isso.

E todos nós temos hoje uma expectativa muito grande de que o Senado Federal possa rejeitar essa proposição e preservar o interesse da população brasileira.

Ainda mais nesse momento, em que estamos às vésperas de viver um processo de até um possível racionamento por conta da crise hídrica e a necessidade de utilização do expediente das chamadas termelétricas, o que vai elevar de imediato a níveis bastante expressivos os valores da conta de energia elétrica, particularmente para os consumidores industriais, para os consumidores comerciais, agravando a situação de desemprego, mas principalmente para os consumidores médios e pequenos, que já estão espoliados por esse processo da pandemia, pelo desemprego, enfim, por tantos fatores que alteram nesse momento.

Então, eu queria de imediato, passar a palavra para o nosso companheiro Paulo Paim, que tem sido aqui no Senado uma das principais lideranças nessa articulação, e desejar a todos um amplo sucesso. A Mariana está dando um suporte técnico aí. Eu vou acompanhar um pouco, mas daqui a pouco eu tenho que sair para cuidar de uma outra coisa tão relevante também, que é a CPI da Pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, quero desejar a todos e a todas um amplo sucesso. Dizer, Paim, que a Comissão de Direitos Humanos, da mesma forma como foi no período que você presidiu aí com muita competência, está completamente aberta para nós podermos contribuir nesse processo de evitarmos que essa privatização, da forma como ela está se dando, que nós possamos interrompê-la. Está bem?

Então, eu quero agradecer a todos e a todas, me desculpar por não poder ficar o tempo inteiro. Vou acompanhar as primeiras falas e passo, de imediato, a palavra ao Senador Paim. E eu vejo aqui a presença da Senadora Zenaide, creio que outros Senadores também se farão presentes.

Com você a palavra, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Senadores, Senadoras e aqueles que estão nos assistindo por todo o Brasil, pela força da TV Senado, Agência Senado e as redes que as entidades, os partidos colocaram à disposição para acompanhar esse debate.

Mas eu queria em primeiro lugar cumprimentar o nosso Presidente desta Comissão, o Senador Humberto Costa, que está fazendo um excelente trabalho na CPI. Somente por isso ele não vai presidir toda a reunião, aí me convidou como requerente do ofício. Eu assinei em nome de um bloco de Parlamentares, não fui só eu, para que eu então coordenasse aqui.

Parabéns, Humberto Costa, parabéns, Rogério Carvalho, e todos aqueles que estão fazendo um belo trabalho na CPI.

Ele já citou os Senadores presentes, Vanderlan Cardoso, Rose de Freitas, as nossas queridas Zenaide Maia e a Senadora Nilda Gondim.

É um prazer estar com vocês e também, é claro, com os nossos queridos convidados, que o Humberto já apresentou: Clarice Ferraz, Ikaro Chaves, Maurício Tolmasquim e Nelson Hubner.

Eu só vou fazer uma pequena introdução, pequena mesmo, para mostrar, na mesma linha do Humberto, qual é a nossa visão desse tema. Então, vamos lá rapidamente, por três minutinhos.

Saúdo os convidados, os especialistas que vão debater esse tema tão importante, que fica no complexo das estatais e no impacto da privatização da Eletrobras.

A todos que nos assistem, servidores, empregados, empregadores, público em geral, reforçamos aqui a nossa visão da importância das estatais dentro de cada ramo de atuação.

Deixo claro também... O nosso Senador Marcos do Val, eu já o estou vendo aí.

Seja bem-vindo também, Marcos do Val!

Eu não sou daqueles do Estado máximo nem do Estado mínimo. Acho que nós estamos aqui na linha do equilíbrio.

A Eletrobras, no ramo da distribuição de energia elétrica, atende diretamente às famílias do setor produtivo do País, ou seja, atende a todos, tanto o empregado como o empregador e, naturalmente, as famílias.

Em um momento em que milhares de pessoas estão passando fome e em que a miséria aumenta, agravada pela pandemia da Covid-19 – infelizmente, já estamos na terceira onda –, o desemprego bate recorde, e o aumento dos preços dos alimentos, da gasolina, enfim, do custo de vida em geral afeta sempre os mais pobres. Não é de graça que cem milhões de pessoas estão chorando, implorando pelo auxílio emergencial





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de R\$600, com que dá para comprar um pouquinho mais do que uma cesta básica – com o que saiu, não se compra uma cesta básica.

Imaginem vocês que nos estão assistindo neste momento que, se a Eletrobras for privatizada, a energia elétrica, com certeza – podem me cobrar no futuro, podem cobrar do Humberto pela fala que ele já fez –, ficará mais cara para a população.

Infelizmente, o Governo Federal está insistindo na pauta da privatização, privatização e privatização! São alvo de privatização, como todos nós sabemos – e aumenta a nossa preocupação; o tema de hoje é um tema fundamental –, a Caixa Econômica, o Banco do Brasil, a Empresa Brasileira de Comunicação, os Correios, a Eletrobras, como aqui já foi citado, empresas com alto rendimento em áreas estratégicas do Governo, que prestam serviços essenciais à população.

No caso da privatização da Eletrobras, a distribuição de energia elétrica, serviço essencial para a população, como nós dizemos e repetimos, chegará às famílias e às fábricas com um custo maior do que o que é pago até o momento. Isso vai gerar efeito cascata, ou seja, os valores dos produtos finais também aumentarão de preço, desequilibrando o orçamento das famílias e, consequentemente, influenciando negativamente o processo inflacionário.

Estudos apontam que o setor elétrico tem atraído investimento suficiente para garantir a sua expansão. Portanto, privatizar a Eletrobras para ter recursos privados para a expansão do setor não é necessário. Não é necessário! Esses investimentos já estão ocorrendo. Entre 2003 e 2018, a capacidade instalada no Brasil cresceu 70%. A Eletrobras tem capacidade para gerar 30,1% de energia e possui 44% das linhas de transmissão do País. Com a privatização dessa estatal, o poder de mercado nas mãos de uma empresa privada não vai gerar competição justa, e caminharemos para uma injustiça social. Vai prejudicar principalmente os consumidores.

Portanto – aqui eu concluo –, a Medida Provisória 1.031, que trata da privatização da Eletrobras e que pode entrar na pauta ainda este mês, tem que ser contestada, debatida. Temos que fazer sessão temática, Paulo Rocha, irmos a fundo nessa questão. Não pode acontecer, como na semana passada, quando nós votamos três MPs sem sequer poder... Os dignos Relatores, todos excelentes Relatores, não puderam mexer uma vírgula. Por isso, já está aprovada sessão temática. Para mim, deveria haver sessões até nos Estados para aprofundar esse debate.

A partir de agora, eu quero só dizer que o Governo Federal, num momento desse, devia se preocupar com a oferta da vacina para todo o País – nós estamos chegando a 500 mil mortes – e não entrar nesse tema. Lembro aqui, com essa última frase minha, que a OMC hoje, em todos os jornais, está cobrando uma posição objetiva do Brasil sobre a licença compulsória das vacinas. Até agora, o Governo não se posicionou, e o Brasil, juntamente com a Índia, são os dois países em que mais morrem brasileiros e brasileiras.

Como já dito no início, conforme combinado com o Humberto, nós vamos agora dar a palavra a cada um dos senhores. Num primeiro momento, são dez minutos para cada um, de imediato, a não ser que os senhores queiram mudar, porque também terão toda liberdade.

Passamos à Diretora do Instituto Ilumina, Dra. Clarice Ferraz.

O tempo agora é de vocês. Eu vou ficar só na coordenação.

É uma alegria ver João Paulo Rocha, que já chegou, Senador Humberto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARICE FERRAZ (Para expor.) – Bom dia a todos.

Eu agradeço pelo convite.

Bom dia a V. Exas. e a todos que estão nos assistindo.

É um prazer estar conversando com vocês sobre esse tema tão urgente. Como estudiosa do setor, realmente o espaço é muito importante.

Eu gostaria de compartilhar uma breve apresentação, se possível.

Está aberto aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O tempo é seu.

A SRA. CLARICE FERRAZ – Você pode liberar para mim, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria só registrar, me permita, que o nosso querido Vice-Presidente... Estamos com o Presidente e com o Vice. É uma honra para mim ter sido convidado a presidir, Contarato. Ambos falarão no momento que entenderem adequado.

A SRA. CLARICE FERRAZ – Senador, me desculpe. Eu preciso que alguém libere meu compartilhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem é que libera?

A SRA. CLARICE FERRAZ – Agora foi. Obrigada.

Eu preparei uma breve apresentação.

Ontem, na verdade, nossa discussão era, adaptando um pouco, por medo justamente do risco de racionamento que bate à nossa porta e da necessidade do enfrentamento urgente dessa questão. De qualquer forma, é importante clarificar o ambiente em que tudo isso está acontecendo, além das considerações importantes que o Senador Paim colocou, ou seja, esse projeto de privatização está acontecendo antes que esteja definido o novo marco regulatório. A gente está privatizando a maior empresa de eletricidade, a que é mais estruturante de toda a nossa organização setorial, antes que sejam definidas novas regras do setor, que estão, na verdade, sendo discutidas no PL 414, agora, na Câmara dos Deputados.

Então, esse erro aconteceu em 1995. Eu vou mostrar uma série histórica, mostrando que isso leva a um não investimento quando se faz o ajuste do marco regulatório após uma privatização, uma mudança de ativos. As reformas organizacionais e regulatórias que estão em curso alteram fundamentalmente o valor desses ativos existentes.

Então, como eu ia dizendo, em paralelo no Ministério de Minas e Energia está acontecendo essa modernização intitulada "modernização do setor elétrico brasileiro", com uma separação fio-energia, e uma proposta de expansão do mercado livre como se a liberdade de escolha fosse resolver um problema de oferta. E a agência reguladora vem ganhando um enorme protagonismo porque ela pode mudar o nível das tarifas. Então, o jeito que for precificado os serviços de eletricidade daqui para a frente vai mudar realmente como a gente vai valorizar os nossos ativos amanhã.

Então, todo esse processo está acontecendo sem que a própria agência de regulação tenha apresentado uma análise de impacto regulatório e uma disposição de como será a alocação de riscos do nosso setor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hidrelétrico aqui no Brasil. Então, é um cenário de enorme incerteza, e nada pior do que a incerteza para atrair investimento. Além disso, como vem nos lembrar o racionamento, como vem nos lembrar a pandemia, há um processo gravíssimo de mudança climática em curso – grande incerteza do lado da oferta e da demanda agravado por uma crise de água que vem nos trazer esse risco de racionamento que bate à nossa porta.

Em paralelo, no setor elétrico, a gente vive um cenário de transformações tecnológicas, uma mudança realmente de paradigma, com grande expansão de fontes renováveis, cuja operação altera muito o funcionamento do sistema. E, além disso, por conta da pandemia, quer dizer, são uma série de crises que se somam, mas, na origem, o ponto em comum realmente é a nossa crise ecológica – uma profunda crise econômica e uma profunda rediscussão do Estado como o único capaz de provocar uma retomada das atividades econômicas, de agir contraciclicamente, assim como vem lançando a ousada proposta do Governo Biden, o plano enorme de recursos lançado pela União Europeia e por tantos outros países para reestimar a retomada econômica em seus territórios.

Nesse momento, qual é a diferença? Vou falar isto daqui muito rapidamente porque a questão do racionamento eu creio que pede uma atenção particular. O problema dessas fontes é que elas são muito variáveis e, então, elas dependem da geografia. Então, onde existe muito sol é mais no Nordeste, elas são variáveis... Eu não sei exatamente quando elas vão entrar, e o jeito que eles se conectam à rede varia: são geradores não síncronos, quer dizer, eu não tenho inércia, e, quando parar o sol, quando parar o vento, vai cair a geração. Então, é preciso que imediatamente algo esteja pronto para entrar.

Vem se falando de flexibilidade no setor elétrico e uma busca de sistemas mais robustos que sejam mais flexíveis. Então, essa flexibilidade é dada por quê? Um backup, uma bateria são soluções tecnológicas caríssimas, nem sempre ambientalmente muito favoráveis, mas nós temos aqui uma coisa extraordinária em termos de armazenamento que são justamente os nossos reservatórios. E essa é a grande estratégia e vantagem do Brasil, desde que eles sejam recuperados, porque o reservatório nos dá as três necessidades de que um sistema com energias renováveis precisa com urgência, para seu equilíbrio e a garantia da segurança do abastecimento. A flexibilidade espacial, porque, se eu estiver integrada com linhas de transmissão, eu vou poder ir buscar os recursos onde eles estão e poder jogar com a complementariedade dessas fontes. Uma flexibilidade temporal, quer dizer, se o reservatório tem água, basta eu gerar, eu ligar, eu acionar o meu reservatório e eu vou gerar eletricidade, e essa eletricidade vai vir; então, ela dá estabilidade, faz o backup mais rápido do que todas as tecnologias existentes hoje – a não ser uma bateria que esteja conectada no local e que tenha, em uma outra ordem de grandeza, o preço –; além disso, ele fornece o serviço de acompanhamento da carga diária, quer dizer, durante as horas do dia, como varia o meu consumo. Se houver algum problema com relação às novas renováveis, eu sempre tenho o meu reservatório pronto para atender.

E, por último, um problema que nós criamos aqui no Brasil: eu conto com esse reservatório para equacionar o meu planejamento, porque aqui não há a geleira, eu não sei como vai ser; mas, se eu tenho a água no reservatório, eu já tenho uma previsão de quanta eletricidade eu vou poder tirar dali. Então, como eu tenho que organizar a minha operação hoje de acordo com o nível de preenchimento do meu reservatório e qual é a assistência que ele pode me dar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu venho estudando isso há muitos anos e eu acompanho seminários no MIT e em diversos outros institutos, NREL, que é um laboratório nacional americano, um dos sete financiados pelo Governo Federal só destinado a estudo de energia. Então, o que se coloca é um grande desafio de como ter segurança energética em presença dessas fontes variáveis. Esse chefe de projeto falou assim: "Olha, o que ajuda mesmo é transmissão e reservatório", porque aí você tem a sua bateria e você teria como se fosse uma bateria móvel, porque essa eletricidade pode caminhar ao longo das linhas de transmissão.

Então, é esta a nossa geografia aqui no Brasil: temos caixa de águas aloçadas e temos a transmissão, que é capaz de alocar essa eletricidade para onde a gente vai necessitar. Então, eu tenho reserva operacional e eu tenho reserva de regularização. E isso é magnífico, isso é um valor inestimável nesse momento de transformação tecnológica.

Lembrando aqui justamente a importância também desses centros de pesquisa. Dentro da Eletrobras existe o Cepel, que, inclusive, foi criado para justamente desenvolver a alta tecnologia de transmissão à época da integração da eletricidade de Itaipu, quer dizer, era uma grande, grande quantidade de eletricidade. Como é que a gente iria, então, trazer essa eletricidade, esses blocos de eletricidade para eletrificar o País e possibilitar o desenvolvimento. Os desafios são de outro detalhamento hoje em dia, mas é uma história que se repete. E a gente deveria saber tirar partido disso.

Então, só colocando que esse modelo que vem sendo colocado para nós de mercados livres e mais regionalizados vêm sendo contestados ao redor de todo mundo, onde mesmo eles foram adotados. Então, fora do mercado é que se encontram as soluções para um incentivo ou para o equilíbrio da rede. Se querem mais renováveis, é uma tarifa especial. Por exemplo, a Califórnia, nos Estados Unidos, está com o mercado e obrigação de garantia de capacidade de renováveis e agora de baterias, já que são renováveis. Então, são tarifas caríssimas, que vêm provocando sérios impactos econômicos, gastos públicos e pobreza energética, que vem aumentando em todo mundo. Literatura europeia, sobretudo, é de cálculo de novos índices de pobreza energética: como atender a baixa renda e por que as pessoas não estão conseguindo pagar.

Então, para onde a gente vai caminhando hoje, com a configuração brasileira, é para esse mercado texano, quer dizer, um mercado livre, ignorando as incertezas inerentes às mudanças climáticas. E o que acontece quando a gente se expõe a eventos com que a gente não está acostumado a lidar e a gente tem outras fontes – lembrando que o Texas é um estado riquíssimo em recursos energéticos? Então, o resultado foi apagão e muitas mortes, além de uma explosão tarifária e falências ao longo do setor. E a gente, se tiver tempo, pode detalhar na discussão.

Então, basicamente, o que está em jogo hoje, nesse projeto de privatização, é uma escolha do futuro do nosso País, entre: vamos adotar uma encarar energética ou não; vamos encarar as mudanças climáticas ou não; vamos nos preocupar com uma tarifa a preços módicos e uma indústria competitiva, geradora de empregos, ou não. Porque o que esse projeto nos apresenta é a ignorar a nossa base hidráulica, usar os nossos reservatórios como uma fonte de eletricidade como outra qualquer, como uma fonte barata, e complementar isso com fóssil. Nossa matriz vem sendo carbonizada ao longo desses últimos anos, isso vem nos levando a uma carbonização, aumento de preço e insegurança, além de maior dependência internacional porque essas tecnologias não são nacionais e tampouco é o combustível. O gás do pré-sal, os petroleiros já disseram, não vem para essas termoeletricas que estão sendo planejadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a opção é a gente utilizar o quê? Todos os nossos potenciais de renováveis – porque este País é extraordinário realmente, tem um potencial enorme de energia solar, eólica e biomassa – e fazer justamente a regularização hidráulica, preservando um nível de reservatórios adequado para a preservação do meio ambiente, para as matas, para restaurar o nível de umidade que a gente precisa. Este País está ficando seco. E na verdade, ao fazer isso, ao tirar proveito, como se fez no começo, com a Eletrobras, ao tirar partido dos nossos recursos naturais, a partir daí a gente consegue eletricidade barata. Agora, esse sistema tem que ser coordenado: eletricidade barata, descarbonizada, o que vai ser precificado a partir de 2023 nos Estados Unidos, provavelmente. A Europa também já tem uma taxa, barreiras tarifárias vão sendo criadas em torno dessa questão. Isso é uma coisa também que condena nossa indústria e nos condena a ficar nessa economia primária exportadora, num meio ambiente que se degrada.

Então, só para desmistificar e realmente combater essa narrativa mentirosa que vem sendo colocada, eu gostaria de acrescentar esse eslaide aqui: isso aqui é o pós... Isso aqui é do Banco Mundial, é o nível de investimento que aconteceu historicamente: senhoras e senhores, após a privatização não há investimentos, sobretudo agora, se a gente está numa mudança organizacional profunda e se os meus reservatórios vão poder ser valorizados como bateria amanhã. Estou vendendo como barato uma mina de ouro que, amanhã, vai fornecer uma série de serviços que vão ser precificados como tal: equilíbrio instantâneo, acompanhamento de carga, reserva de planejamento, isso vai ser precificado, além de ser uma energia limpa.

Então, privatização não traz investimento, sobretudo em períodos de grande instabilidade e sobretudo em período de escassez hídrica, que faz aumentarem os preços.

Esse eslaide ficou muito carregado, mas eu quis só juntar algumas informações, então...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é importante, porque vai ficar tudo no YouTube. Então, é importante, as pessoas podem depois assistir novamente.

A SRA. CLARICE FERRAZ – Excelente, Senador.

Eu peguei uma nota técnica da Aneel ontem, justamente justificando a Conta-Covid, e aí dizendo como não seria tão grave, neste momento, porque no ano passado, quando ela foi adotada... Comparando, dizendo "mas vamos comparar com 2014", que foi um período onde a hidrologia não foi muito favorável e os preços, então, atingiram – vejam aqui – o preço referência do PLD... Eu perdi meu mouse. Enfim, na última linha, na barra vermelha desses itens que eu coloquei à direita da tela, vocês vejam: o preço de referência era o preço teto em período de escassez. Então, essa descotização em período de escassez fará com que a recontração dessa eletricidade seja realizada ao preço mais elevado que há. O impacto tarifário é muito maior, muitas vezes maior do que está estimado tanto no cálculo da consultoria como nos cálculos que vêm sendo fornecidos, além do estudo da Abrace e tudo isso. Então, a gente está falando de uma recontração num período de escassez.

E quem pagará essa conta, Senador? Esse povo brasileiro, que já não tem nem dinheiro para comprar gás, que paga uma gasolina a R\$6 o litro. Então, é um projeto realmente de desestruturação profunda e de trevas, literalmente, porque isso aqui é a exclusão do acesso pela incapacidade de pagamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Lembrando da tarifa social, isso volta para o Governo assumir essa despesa. Então, por último, só lembrando: no mundo todo, o que a gente vê é uma retomada cujo pilar está no setor de energia. Então, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente faz a retomada com desenvolvimento sustentável, a eficiência energética e a integração das renováveis. Eu gero emprego e eu faço uma retomada sustentável. E o papel da Eletrobras é essencial nesse contexto. É necessário que a gente não desarticule o nosso setor agora, sobretudo, e que se proponha realmente uma câmara, como foi feito no racionamento anterior, para que realmente se administre o que deve ser feito. Esse problema é um problema do Executivo, que joga para as Casas Legislativas e quer abrir mão do enfrentamento dessa questão. A gente precisa enfrentar esse racionamento agora. E ter uma empresa estatal é essencial para lidar com isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Clarice Ferraz. Foi brilhante. Eu não vou fazer nenhum comentário porque vamos ganhar tempo.

Se os Senadores concordarem, eu tenho mais três inscritos, que são os painelistas, depois, pela ordem de inscrição, eu vou passar a palavra a todos os Senadores e Senadoras.

Agora, de imediato, o Dr. Ikaro Chaves, representante da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras.

O SR. IKARO CHAVES – Bom dia, Senadoras, bom dia, Senadores.

Senador Paim, se o senhor puder liberar para eu fazer uma apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peço para a técnica no Senado liberar de imediato, como foi feito para a Dra. Clarice.

O SR. IKARO CHAVES (Para expor.) – Senadores, mais uma vez, bom dia aos Senadores e Senadoras, aos demais convidados e a todo mundo que está nos assistindo.

Eu queria falar um pouco sobre a questão da importância da Eletrobras e da importância da energia elétrica para nossas vidas.

A primeira pergunta é: energia elétrica é um direito humano, já que nós estamos da Comissão de Direitos Humanos? Essa pergunta pode ser feita aos mais de 700 mil brasileiros que vivem no Amapá e que passaram recentemente por um apagão, ficaram 5 dias sem nada de energia elétrica e 22 dias passando por um racionamento extremamente severo. Os amapaenses descobriram da pior maneira possível quão importante é a energia elétrica. Não é só luz, energia elétrica também é água, porque não existe sistema de abastecimento de água que funcione sem energia elétrica; não existem nem telecomunicações; nem mesmo sacar dinheiro os amapaenses conseguiam, porque os caixas eletrônicos também precisam de energia elétrica. Então, quando a gente está falando da Eletrobras, da principal empresa do setor elétrico brasileiro, da empresa estruturante, como a Clarice mesmo já colocou aqui, empresa que administra quase metade do nosso sistema de transmissão e mais da metade da nossa capacidade de armazenamento de energia através da água dos reservatórios, a gente está falando de mexer com a vida das pessoas. É a primeira reflexão que temos que fazer. A indústria elétrica não é uma indústria qualquer, é a indústria básica. Praticamente não há brasileiro que não use energia elétrica na sua vida.

E nós estamos falando, como a própria Clarice já falou, de um momento diferenciado. Nós estamos – e as notícias estão na mídia, não somos nós que estamos trazendo isso, a mídia tem trazido –, o próprio Ministro afirmou que estamos vivendo a maior crise hídrica desde 1931, a maior crise hídrica do Brasil em 90 anos. E isso não é algo trivial, isso vai trazer sérias consequências para o País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bom lembrar que nos anos 90, quando houve um processo de privatização, quando o Governo Fernando Henrique colocou a Eletrobras no Plano Nacional de Desestatização, nós tivemos, primeiro, uma escassez de investimentos, justamente porque os investidores estavam esperando a privatização para poder adquirir esses ativos, porque é muito mais fácil adquirir um ativo pronto do que construir um ativo novo. E nós tivemos racionamento justamente por causa da proibição de a Eletrobras fazer novos investimentos e da falta de apetite da iniciativa privada de fazer esses investimentos, já que estavam esperando a privatização. Mas, quando o Governo Fernando Henrique percebeu que haveria um racionamento, que isso seria inevitável, o que ele fez? Suspendeu a privatização da Eletrobras. Então, pelo menos esta responsabilidade o Governo Fernando Henrique teve: ele suspendeu; a partir de 2001, o processo de privatização da Eletrobras praticamente parou, porque ele sabia que, se privatizar era um erro, privatizar no meio de um racionamento, no meio de uma crise hídrica e de uma crise energética, era uma irresponsabilidade. Lamentavelmente, este Governo não tomou essa atitude. Esperamos que os gestores ainda possam fazer isso, e agora está nas mãos das senhoras e dos senhores Senadores decidir sobre o futuro do setor elétrico brasileiro.

O racionamento é uma possibilidade cada vez maior, mas uma elevação substancial da tarifa é uma certeza. Já está dado, já está precificado que nós vamos ter um aumento muito grande na conta de luz dos brasileiros e das brasileiras a partir deste ano. Por quê? Por um motivo simples: se há menos água, vai ter que ser gerada energia com termelétricas, até porque a energia eólica não é despachável, não é possível determinar a que horas vai haver vento. Esses investimentos não são investimentos de curto prazo, não se pode simplesmente comprar caminhões de geradores e instalar no sistema elétrico brasileiro. Isso não vai resolver o nosso problema, nós somos um país de 210 milhões de habitantes, com uma economia grande e diversificada. Então, certamente, a necessidade de acionar todas as termelétricas, inclusive termelétricas caríssimas, a mais de mil reais o megawatt/hora, vai trazer um impacto na conta de luz. Alguns especialistas preveem 13% ou 14% este ano de aumento na conta de luz só por conta disso.

E o projeto de privatização da Eletrobras, como está colocado, ele envolve o processo de descotização, que é algo, a nosso ver, mais absurdo ainda. Então, não só se privatiza a Eletrobras, que é uma empresa lucrativa, que lucrou R\$30 bilhões nos últimos três anos, que foi a sexta empresa mais lucrativa do Brasil. A empresa de energia mais lucrativa do Brasil foi a Eletrobras e foi a sexta mais lucrativa entre todos os setores do País no ano de 2020. Então, os senhores vejam que, num ano de pandemia, a Eletrobras lucrou muito: R\$6,4 bilhões! Lucrou mais que a Petrobras no primeiro trimestre deste ano, diga-se de passagem.

O processo de descotização consiste em retirar das usinas 7.451MW de garantia física, de usinas cotizadas, que vendem uma energia em média a R\$61,00 o megawatt-hora – mesmo adicionando o risco hidrológico, esse preço chega no máximo a R\$92,00 o megawatt-hora. A ideia é passar isso para o mercado livre, onde as redistribuidoras vão ter que recontratar essa energia a um preço três vezes maior. A própria Aneel colocou um preço-base para este ano no mercado regulado de R\$253,00 o megawatt-hora. Só que, com essa descotização, esse preço vai subir ainda mais. Nós prevemos – os nossos estudos da associação dos engenheiros e da associação dos empregados da Eletrobras também –, os nossos cálculos nos levaram à conclusão de que o preço-base da energia vai chegar a algo entre R\$294,00 e R\$300,00 o megawatt-hora com a descotização. Isso vai trazer um aumento na conta de luz de pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos 14%. Isso só por causa da descotização, sem agregar um megawatt-hora ao sistema elétrico brasileiro!

Se a gente somar com isso a renovação de Tucuruí como produtor independente, porque a previsão é de que a Usina de Tucuruí, que é uma usina muito grande... Tucuruí tem 4.019MW de garantia física, é a segunda maior usina genuinamente brasileira. Só perde para Belo Monte, que, aliás, também é operada pela Eletronorte. Tucuruí, se a renovação fosse dada pelo sistema atual, pela legislação atual, nós teríamos uma redução de 10% no preço da energia este ano. Então, o que nós vamos fazer é ter um aumento de 14% e uma não redução de 10% que poderia aliviar o bolso dos brasileiros. Por esse projeto, isso não vai acontecer.

Então, nós vamos ter uma renda hidráulica, um recurso que vai ser retirado do bolso dos brasileiros e das brasileiras, consumidores residenciais, pequenas indústrias, o próprio comércio, as prefeituras, os agricultores, de quase R\$20 bilhões por ano. São quase R\$600 bilhões que vão ser retirados dos consumidores ao longo dos 30 anos de concessão. A própria Fiesp já havia denunciado que isso aconteceria, quando o projeto de privatização apareceu pela primeira vez em 2017.

E qual a contrapartida? A contrapartida que o Governo prevê são alguns fundos regionais que estão sendo propostos para serem criados no âmbito da revitalização do Rio São Francisco, do Rio Parnaíba, da Bacia do Rio Grande e também para o programa de redução estrutural, um programa de eletrificação, na verdade, da Amazônia Legal. Esses programas todos somam R\$8,75 bilhões a serem pagos. Além disso, R\$2,5 bilhões para a conta de consumo de combustível, R\$25,5 bilhões que vão para o Tesouro, ou seja, o Tesouro vai arrecadar R\$25,5 bilhões com a privatização. É isso que vale a maior empresa do setor elétrico da América Latina. Diga-se de passagem que, desses R\$25,5 bilhões, têm que ser retirados pelo menos R\$4 bilhões que são o recurso previsto para a criação da tal nova estatal, que vai ter que absorver Itaipu e a Eletronuclear, ou seja, R\$21,5 bilhões no final das contas.

E R\$25,5 bilhões, para a CDE, que é a Conta de Desenvolvimento Energético. O Governo tem dito que isso vai reduzir a conta de luz, o que é fake news, não tem outro nome para isso que está sendo colocado. A CDE representa menos de 10% da conta média residencial dos brasileiros, menos de 10%. E essa redução que está sendo prevista, R\$25 bilhões, mal paga o orçamento da CDE para este ano, que é de R\$24 bilhões, e ela vai ser feita ao longo dos 30 anos, ela não vai ser feita de uma vez. Então, uma redução na conta de luz dos brasileiros por conta da privatização da Eletrobras vai ser de 0,35%, ao passo em que a gente vai ter 14% de aumento. Então, na verdade, vai ter um aumento líquido de 3,67% na conta de luz.

E aqui está uma conta de para onde vai essa... (Falha no áudio.) Só concluindo aqui, Senadores, para onde vai esse recurso que vai ser retirado dos brasileiros: 4,25% de todos esses R\$600 bilhões ao longo de 30 anos vão para a CDE; 3,59% para o Tesouro; apenas 1,46% para os fundos regionais que estão sendo propostos; e 90% desse recurso vai para os bolsos dos acionistas. E não há absolutamente nenhuma garantia de que uma Eletrobras privada vá fazer investimentos no setor elétrico brasileiro – nenhuma! Não é possível obrigar uma empresa privada a fazer investimento no setor de geração e transmissão, porque, se fosse assim, as demais empresas privadas do setor, que são muitas, estariam fazendo investimentos agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para se ter uma ideia, a Engie, uma das maiores empresas privadas de geração de energia, que, aliás, foi criada com parte da energia da Eletrobras – foi privatizada da Gerasul lá nos anos 90 –, a Engie destinou a seus acionistas, no ano de 2020, 98% do seu lucro. Ela não fez investimento; ela mandou para os acionistas na França. E a gente também...

Então, só para concluir, Senador, nós fizemos um exercício: se a gente fizesse uma descotização parcial – em vez de descotizar 100% da energia, se descotizássemos apenas 15% –, o que isso acarretaria? A gente teria uma redução no preço da energia, porque, como Tucuruí é muito grande, a parte de Tucuruí que iria para o regime de cotas ainda seria maior do que a parte que seria descotizada. Então, a gente teria a agregação de 1.695MW de garantia física no regime de cotas, rendendo uma energia muito mais barata, o que é praticamente uma usina de Itumbiara e uma usina de Furnas juntas no sistema de cotas, vendendo energia mais barata. Isso traria uma redução na conta de luz de 3,19%, e para esses fundos regionais que estão sendo propostos, que estão orçados em R\$875 milhões por ano ao longo de dez anos, o que está sendo colocado como um grande benefício para o País. Nesses fundos regionais, a gente, em vez de colocar 835 milhões, poderia colocar R\$4,44 bilhões por ano, ou seja, mais de cinco vezes o que o Governo prometeu, e não por dez anos, por 30 anos.

Então, na verdade, esses benefícios que estão sendo colocados são uma gorjeta que está tentando ser paga à população ao custo de um aumento estrutural na conta de luz e de uma insegurança enorme com relação aos novos investimentos. A gente espera que os Senadores e as Senadoras analisem isso.

Lamentavelmente o Governo não apresentou até agora nenhum estudo sobre o impacto tarifário da privatização. Nós fizemos esse estudo. A Aneel fez um estudo em 2017, Senador Paim, em que ela previa um aumento de 16,7%, até 16,7%, só com o processo de descotização. Naquele momento, não se colocava Tucuruí no projeto; Tucuruí estava fora. Agora Tucuruí entrou porque a concessão está perto de vencer. De lá para cá, a Aneel não apresentou um outro estudo, muito menos o Ministério de Minas e Energia. Também não foi apresentado nenhum estudo sobre o impacto da privatização no mercado de energia. Em lugar nenhum do mundo, se permite que uma empresa privada controle 30% do mercado, controle 25% do mercado, controle praticamente toda a bateria do setor elétrico, que são nossos reservatórios. Em lugar nenhum do mundo isso acontece. A Eletrobras é uma price maker, ela tem capacidade de formar os preços e ela faz isso hoje em benefício da modicidade tarifária. Se ela for privatizada para fundos internacionais, quem garante que o poder de mercado da Eletrobras não vai ser utilizado justamente para aumentar o preço da energia, maximizando ainda mais os lucros da empresa e espoliando o nosso povo?

Então, Senador Paim, Senadoras e Senadores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ikaro Chaves, representante da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras.

Vocês todos voltarão a falar outra vez. Eu só vou dar um pequeno aviso, porque, na minha leitura, não falei que eles também querem privatizar o Serpro, portos, Dataprev, e por aí vai. Então, estou complementando.

Parabéns pela síntese. Muito bom.

Vamos em frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim, ex-Presidente da Empresa de Pesquisa Energética. Depois que todos falarem, começam os Senadores. Primeiro a Senadora, a Zenaide Maia, que pediu, e o Jean Paul.

É com você, Maurício.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM (Para expor.) – Está bom.

Bom dia, Senadoras, Senadores.

Muito obrigado pela oportunidade.

Vou tentar aqui compartilhar... Peço, por favor, para liberarem o compartilhamento da tela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço à técnica aí do Senado que providencie – é lá na Comissão que eles organizam. (Pausa.)

Liberado.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Não está em modo apresentação, mas eu posso... Dá para ver, imagino.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Está aparecendo? Eu acho que dá para seguir desta forma.

Eu vou responder só quatro perguntas, Srs. Senadores e Senadoras, que acho importantes para ver se realmente a medida provisória é adequada e necessária ou não.

A primeira pergunta é se a privatização da Eletrobras é necessária para atrair capitais privados e garantir a expansão do setor elétrico. A resposta é "não", e eu vou dizer o porquê. Primeiro, nós não temos problemas, desde 2004, quando o Governo Lula fez a segunda reforma do setor elétrico, para atrair capitais para a expansão do setor. Entre 2005 e 2018, a capacidade instalada cresceu 70%, enquanto a economia cresceu a um ritmo muito menor do que esse. E o mais interessante é que quase 80% desses investimentos foram de capital privado. Então, o capital privado está investindo no setor elétrico justamente por conta dos leilões que foram organizados, implantados a partir do Governo Lula, e o vencedor desses leilões ganha um contrato de longo prazo. Esses leilões são tão atrativos que, no leilão que vai ocorrer neste ano, há 1.841 projetos inscritos, totalizando 67 mil megawatts, mais de 66 mil megawatts. O que é 67 mil megawatts? É mais ou menos... O Brasil precisa em torno de 6 mil megawatts por ano para atender a demanda. Então, a gente tem no leilão o equivalente a dez vezes o que é necessário para atender a demanda. Então, não faltam interessados investindo no setor elétrico.

Segunda questão. Com a privatização da Eletrobras, qual é esse impacto para a competição no mercado, já que está em um modelo competitivo? Ora, a privatização vai ser muito negativa, porque ela vai dar a uma entidade privada, com recursos em caixa que vão entrar com a privatização, um poder de mercado muito grande.

A Petrobras já tem 30% de participação e mais 40% da transmissão. Entrando esse volume de recursos, esse das entidades privadas, vai praticamente ter um poder de mercado que permite a ela fixar preços, ou seja, ir contra a competição e, portanto, o interesse do consumidor.

Talvez a pergunta mais importante seja: qual o impacto da privatização sobre o consumidor? Ela é muito negativa. Primeiro, pelo fator que o Ikaro bem apresentou. O que que foi feito em 2012? Em 2012, como havia várias hidrelétricas que tinham sido pagas pelos consumidores durante muitos anos, o Governo fez uma proposta para todas as empresas cujos contratos de concessão estavam para terminar: "Olha, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prorrogaremos os seus contratos, se vocês aceitarem vender a energia pelo preço de custo mais uma taxa de lucro de 10%". Como o investimento já estava amortizado, o preço de custo da hidrelétrica era muito baixo, e, por isso, pôde baixar a tarifa.

Para se ter uma ideia, hoje, o valor dessa energia dessas hidrelétricas está em torno de R\$73, enquanto a energia projetada, não se sabe quanto vai ser, mas pode chegar até o triplo desse valor. Então, não há como o consumidor não ser afetado, porque por algo que ele paga hoje um valor ele vai ter que pagar até três vezes mais.

A segunda questão é que, para poder passar a medida, para ela ser aprovada, foram incluídas uma série de medidas que não têm a ver com o próprio processo e que encarecem para o consumidor. A primeira é a contratação de 6 mil megawatts de termoeletricas, contratação longe do mercado consumidor... A energia termoeletrica, em todo sentido, deve estar próxima à carga, então, não deve ser longe, mas não deve ser em locais que não tenham gás. Aí a gente deve pensar: "Poxa, qual é a lógica de construir uma térmica onde não haja gás?" A lógica é forçar a construção de gasodutos.

Ora, além disso se utiliza a matriz, porque significa as térmicas funcionarem, eles dizem, de forma inflexível. O que que significa "forma inflexível"? Quando houver muita água, muito vento e muito Sol, não se vai aproveitar esses recursos naturais e vai se ter que queimar gás, que é poluente e é mais caro. Então, essa medida é ruim para o consumidor, é ruim para o meio ambiente.

Mas não fica só aí. Esse modelo cria uma reserva de mercado para as térmicas, mas cria uma reserva de mercado também para as pequenas centrais hidrelétricas. Ele exige que 50% do mercado regulado, obrigatoriamente, terão que ser atendidos pelas centrais hidrelétricas, até atingir 2 mil megawatts, e, depois, 40% do mercado terão que ser atendidos por pequenas centrais. Ora, uma criação de uma reserva de mercado totalmente contra a própria lógica – isso é argumento de competição. E o que é mais interessante: apesar de essas fontes terem o mérito de serem renováveis, as pequenas centrais custam mais do dobro do que as fontes eólicas fotovoltaicas. Então, qual é o objetivo de se garantir uma reserva de mercado para uma fonte que é das mais caras da matriz, a não ser atender alguns grupos de interesse? Mas a questão não fica aí apenas.

Existe um programa, que foi implementado em 2004, que teve muito mérito de produzir as fontes renováveis e se chama Proinfa. Os contratos desse programa terminariam em 2026. Ora, numa canetada vão prorrogar para esses empreendedores sortudos, sem nenhuma licitação, sem nenhuma competição, mais 20 anos de contrato. Também aqui é estranho e também o consumidor vai pagar porque poderiam haver outros empreendimentos mais baratos, que poderiam atender melhor o consumidor.

A quarta e última pergunta que queria responder é que o programa traz algumas medidas de desenvolvimento regional ou mesmo uma política social. Mas será essa privatização da Eletrobras a melhor maneira de alavancar recursos para esses programas? Eu não creio e eu vou explicar por quê. Quais são esses programas?

Primeiro, o programa de revitalização do Rio São Francisco, geração para a Amazônia Legal e a recuperação do reservatório de Furnas. Segundo, estão querendo pegar a energia de Itaipu, cujo contrato termina em 2023. O consumidor brasileiro durante 50 anos pagou em dólar a Itaipu e, agora que a dívida foi paga, se propõe o seguinte: em vez de você ficar agora com a energia mais barata para o consumidor, eu vou pegar – eu botei aí 25%, mas na verdade é mais – 50% do benefício dessa energia mais barata para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder prorrogar esses programas regionais além de dez anos e criar um programa de preferência de dentro.

Ora, ambos os programas são meritórios. Ninguém pode ser contra um programa de desenvolvimento regional, ninguém pode ser contra um programa de transferência de renda, mas por que o consumidor de energia elétrica tem que pagar por isso? Isso é uma distorção. Isso tem que sair do Orçamento da União, dos impostos. É mais transparente e mais justo.

Na hora em que se encarece a energia elétrica, está se penalizando a economia como um todo, está se tirando a competitividade da indústria, está onerando os serviços. E é uma forma muito injusta porque todos serão penalizados, até o pequeno consumidor. Essa forma de transferência de renda busca taxar um bem essencial à vida das pessoas, que é a energia elétrica – e cada vez mais a gente depende dela –, para criar programas. Então, é uma maneira transversa de usar a tarifa para criar ou subsidiar alguns produtos. Então, espero, com essas questões, poder ter mostrado que realmente a proposta de privatização não atende nem o interesse do consumidor nem as necessidades do setor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Maurício Tolmasquim, ex-Presidente da Empresa Pública de Pesquisa Energética! Parabéns! Muito bom!

Então, de imediato, fala o nosso quarto e último convidado. Em seguida, falarão a Senadora Zenaide, o Senador Jean Paul e a Senadora Nilda.

Então, passo a palavra, de imediato, ao Dr. Nelson Hubner, consultor em energia, ex-Secretário Executivo, ex-Ministro de Minas e Energia e ex-Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica.

O tempo é seu.

O SR. NELSON HUBNER (Para expor.) – Bom dia, Senador!

Bom dia, Senadores!

É um prazer estar com vocês aqui, ajudando a discutir um pouco esse tema, que é muito mais que a venda da Eletrobras, pois isso está botando em risco o futuro do País.

O Tolmasquim e o Ikaro já mostraram bastante esses números todos aí desses impactos. A única coisa que eu acrescentaria é que todos esses números deles podem ser ainda pequenos em relação à realidade que pode vir a acontecer, ou seja, no cenário que eles chamam de modernização do setor elétrico e que a Clarice já bem explanou também, fala-se até em despacho de usina por preço, ou seja, em você não otimizar todo o despacho de energia que vem das usinas. Cada dono de usina vai despachar no momento em que o preço está mais alto, vai despachar aquilo "desotimizando" toda essa cadeia. Aí o céu é o limite! Nós estamos falando, como a Clarice colocou bem, que, mais que os 30% de capacidade instalada da Eletrobras, há os 50% dessa energia que ela chamou de flexível. E é perfeito isso. As nossas usinas, que são as baterias, têm... Elas é que definem o preço. Por que o preço, como todo mundo colocou, vai disparar agora? Porque está com pouca água o reservatório. Elas definem!

Então, quem é dono de 50% das energias das nossas usinas hídricas, sendo que boa parte delas já está completamente parca – estão amortizadas todas essas usinas –, aí sim, pode impor o preço que quiser em um mercado liberalizado. Então, todos esses cálculos que a gente está fazendo em função do preço médio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de energia no nosso mercado podem ser muito maiores até do que esses números astronômicos apontados pelo Ikaro e pelo Tolmasquim.

Então, na minha apresentação, vou focar muito mais agora outro lado, o lado aqui... Afinal de contas, nós estamos...

Ah, eu preciso compartilhar aqui minha tela! Deixem-me ver se consigo já fazer isso direto. Acho que está aberta. Vou fazer isso direto.

Então, eu vou focar muito mais um papel que, acho, é mais afeito a esta Comissão, que é o de cuidar realmente dos direitos humanos, dos direitos da sociedade, dos direitos, inclusive, difusos dos nossos consumidores.

Então, todos esses números que já foram colocados... Por exemplo, tratou-se da descotização, o que parece muito bonito: "Nós vamos modernizar o nosso setor brasileiro, vamos botar que o mercado passe a definir preço, não algo que é definido através de um contrato, que é um contrato de longo prazo". Então, as distribuidoras... Qual é o resumo? Elas perdem toda essa energia que hoje é contratada através de cotas e têm que comprar outra energia para substituí-la. E vão comprar a preço de mercado. Esses cálculos que tanto o Tolmasquim quanto o Ikaro fizeram podem chegar a R\$7 bilhões por ano, podem chegar a R\$13 bilhões sem computar os efeitos, como o Ikaro fez, e podem chegar a muito mais que isso se simplesmente for vendida no mercado do setor.

Mas de onde vem isso? Esses contratos de concessão foram celebrados, por 30 anos, com proprietários de todas as usinas, ou seja, toda essa energia que está dividida por cota hoje... Quando as usinas venceram suas concessões – e todas elas estavam vencendo em torno de 2015 –, a MP 579 foi convertida na Lei 12.783. E o que ela disse? Que todos os proprietários dessas usinas poderiam renovar automaticamente a concessão sem pagar nada para o Tesouro, sem pagar dinheiro para ninguém, por um contrato de 30 anos, desde que aceitassem as condições que foram colocadas na lei. O que é? É alocação de cotas de garantia física de energia e potência das usinas hidrelétricas às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do sistema interligado nacional, ou seja, todos os nossos consumidores e pequenos consumidores que estão ligados às empresas de distribuição passaram a comprar essa energia, que é a energia mais cara que a gente já tem e que o consumidor compra hoje. Eles já colocaram os preços para vocês aí.

O que essa medida provisória propõe? Agora o Governo envia ao Congresso a MP para privatização da Eletrobras e, entre outras questões, define: "Para promoção da desestatização de que trata esta Lei, a União fica autorizada a conceder, pelo prazo de trinta anos, contado da data da assinatura dos novos contratos, novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica sob titularidade e controle, direto ou indireto, da Eletrobras". A MP está mal escrita ainda, porque, na verdade, é assim: para usinas que tenham sido prorrogadas pelo art. 1º daquela lei que eu citei. Ora, então, o Governo agora... Quer dizer, esse inciso I é ótimo para o Tesouro Nacional – faltou até o Ikaro explicitar, lá no final, que também o Tesouro Nacional ganha muito e quer equilibrar sua conta, porque ele vai receber bônus, que ele calculou lá como de R\$25 bilhões pelo menos, fora Tucuruí e Mascarenhas, que incluíram depois – e também para os novos controladores acionistas da empresa, porque, com essa chamada liberação do mercado de energia, eles terão seus lucros multiplicados ao infinito, ou seja, como eu disse, eles podem impor o preço que quiserem ao mercado de energia brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vi na MP – e eu acho que os Srs. Senadores deveriam se debruçar sobre isso e também os órgãos de defesa do consumidor neste País – o quê? Os consumidores cativos que compulsoriamente assinaram teriam esse contrato através das distribuidoras, receberam o direito de ter a energia de todas as usinas que foram pagas com seus recursos através da tarifa – há usinas aí de 1940, 1950, 1970, e nós já pagamos duas vezes o valor dessas usinas – e agora podem usufruir de uma energia mais barata, mas perdem o direito de receber a energia mais barata e disponível para eles e são obrigados a comprar nova energia muito mais cara. Será que o Senado vai aprovar essa quebra de contrato? Isso é quebra de contrato, minha gente. Há um contrato celebrado, baseado na Lei 12.783, que garantiu a todos os consumidores cativos deste País receber a energia das cotas a um preço regulado, com critério definido através da lei.

Quem vai defender, então, o lado do consumidor? – porque todas as associações, todo mundo aí, os grandes consumidores, todo mundo está se movimentando, e aí criaram isso aí. Agora, quem vai olhar o lado do consumidor brasileiro?

E tem mais – isto também já foi bem explicado e não vou detalhar, não vou entrar em números porque o tempo é pequeno –: existem todas as chamadas benesses aí que o projeto de lei de conversão criou, ou seja, que é a contratação de térmicas, PCH, prorrogação do tal Proinfa e até energia de Itaipu, gente! Com relação a Itaipu, como o Tesouro Nacional não pode pegar bônus de outorga porque aquilo ali não pertence à União – o direito de uso daquela água –, ela é uma usina binacional, pertence ao Brasil e pertence ao Paraguai também, então ele não pode cobrar bônus para outorga, o que o Tesouro faz? – parece que ele vai ser bonzinho... Como agora acaba o financiamento da Usina de Itaipu, ele vai pegar... Quer dizer, como a energia iria cair para o consumidor brasileiro, que pagou desde 1984 o valor da energia de Itaipu em dólar para poder financiar essa usina, e esse dólar ia direto para o Tesouro Nacional, que há muitos anos quitou os financiamentos externos e ele passou a ser dono da dívida de Itaipu, ele agora, em vez de deixar baixar essa tarifa para todos os consumidores brasileiros, que pagaram Itaipu, também quer pegar um quinhão disso aí: e vai a metade desse valor também para o Tesouro Nacional. Então, essas são as chamadas benesses.

Então, só para explicar como é que funciona o setor brasileiro, a expansão e a segurança do setor elétrico são garantidas pela compra de energia nova, que só quem paga são os consumidores cativos das distribuidoras. Como não escolhem a energia que comprem, a regulação define que a expansão – e isso foi definido lá na lei que o Tolmasquim citou hoje, de 2004 – deve se dar por leilões públicos, em que os vencedores são os que oferecem energia pelo menor preço. Pelo menos, isso é devido, então, para os consumidores brasileiros. Se você vai comprar energia, nós vamos fazer um leilão público e comprar a energia mais barata que está ofertada no mercado, para que o preço de energia não exploda. As usinas, então, ofertavam os leilões em todos os projetos, antecipadamente, aprovados pela EPE, dentro de uma lógica da expansão do planejamento otimizado do setor brasileiro. As fontes mais baratas hoje quais que são? Solar, eólica e usinas hídricas – embora usinas hidrelétricas e principalmente com reservatórios possam ter um preço inicial mais alto, no fundo, com o tempo, depois que elas são amortizadas, elas têm um ganho brutal, porque, quanto a usina hídrica, o custo dela é para implantar e depois não tem mais combustível, não tem nada, e uma vez pago o investimento o preço dela é mínimo. É por isso que essas usinas de cotas têm um preço tão mais baixo do que as energias de mercado. Mas, então, são essas usinas que permitem esses créditos aos consumidores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, como solar e eólica são fontes intermitentes, como a Clarice explicou muito bem esses aspectos, as nossas usinas hidrelétricas são fundamentais para garantir esse equilíbrio, e a melhor combinação, então, para o País é o quê, em termos de energia? É ter usinas hidrelétricas, com reservatórios. E térmicas, só se forem flexíveis – e não essa bondade que o projeto de lei nos prometeu aqui.

Só para terem uma ideia, isto aqui é número, isto aqui veio da página da Aneel do último leilão de geração, de nº 04, de 2019, que é base para reajustar essas tarifas. Olha aqui: usina hidrelétrica maior são a R\$150 por megawatt-hora; as PCHs, a R\$230.

E, como já apresentaram, a usina eólica custa R\$99 e solar sai R\$84 nesse leilão. Isso aqui está na página da Aneel, que fez esse leilão.

Agora, o projeto de lei na Câmara, agora submetido ao Senado, subverte toda a essência disso que falei do modelo setorial, cria reservas de mercado para fontes, como o caso da térmica, o caso da PCH, e impõe todo sobrecusto da produção dessa energia para aqueles que são responsáveis pela garantia do suprimento, que são os consumidores cativos. Somos nós que garantimos a expansão do sistema com os leilões de energia, onde só as distribuidoras contratam no contrato de longo prazo. E quem ainda paga isso são os consumidores cativos. Então, será que alguém perguntou aos consumidores se eles querem essa energia mais cara em detrimento das fontes solares e eólicas tão mais baratas? Para que eu vou... Alguém perguntou, então, aos consumidores se eles querem prorrogar os caros contratos do Proinfa, se podem comprar energia solar e eólica por menos da metade do preço dessa energia já amortizada, essa energia velha? Ou seja, estão oferecendo para o consumidor, falando assim: "Me filho, você está precisando de trocar seu carro hoje; então, vou lhe vender um carro aqui. Eu tenho um Fusquinha feito em 2004, e eu vou lhe vender". O consumidor vai ser obrigado a comprar esse Fusquinha 2004. O preço do Fusquinha é R\$150 mil. "Mas, doutor, R\$150 mil é mais do que um carro de luxo no Brasil." Ele falou assim: "Olha, não interessa. Isso aqui agora é o que nós podemos fazer para você, porque o Brasil precisa aí do seu apoio". Então, vem cá: "Mas eu posso comprar um carro zero muito melhor por um terço do preço, por que eu vou comprar o Fusquinha?". Alguém compraria esse Fusquinha com o dobro, o triplo do preço de um carro zero? Ninguém. Mas isso está sendo imposto ao consumidor brasileiro.

Será que o Senado Federal vai referendar, então, esses negócios aprovados pela Câmara? Eu não tenho outro nome para essas benesses que são colocadas lá nesse projeto de conversão. É a essa modernização que visam tanto? Porque todo discurso é o de dar poder ao consumidor, e lhe impõem a obrigação de comprar uma energia muito mais cara do que ele pode comprar hoje no mercado? Quem é que faz a defesa dos direitos desses consumidores de energia? Então, é essa discussão que eu acho que cabe fundamentalmente a esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Nelson Hubner.

Vocês podem ver que eu estou tirando a máscara porque eu estou sozinho aqui na sala. Mas veio uma senhora fazer uma vacina. Então, para quem assistiu aí, eu só tirei o ombro, viu? Eu não tirei a camisa. Eu tirei aqui o ombro, ela fez a vacina e já foi embora. Pronto, agora, como eu estou sozinho, eu vou poder tirar a máscara. Eu botei a máscara para acompanhar a presença dela aqui na sala.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Dr. Nelson Hubner, excelente. Meus cumprimentos. Tinha assistido já, lá na bancada, à sua exposição também como a de todos os outros.

O Sr. Nelson é consultor de energia, ex-Secretário Executivo e ex-Ministro de Minas e Energia e ex-Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Como eu havia combinado, agora a palavra vai ser para os Senadores; depois de os Senadores falarem, eu já tenho aqui umas 20 perguntas. É claro que eu vou selecionar... Teremos um momento em que vocês responderão as perguntas e, ainda, as considerações finais serão com vocês.

Se os Senadores concordarem, ficaria cinco minutos para cada Senador.

Eu estou vendo ali também a Senadora Mailza, Líder Mecias, Senadora Rose de Freitas... São os que estou vendo ali na tela, também, além dos que já citei.

Então, de imediato, Senadora Zenaide, por cinco minutos; Senador Jean Paul depois, por cinco minutos; e a Senadora Nilda, também inscrita, por cinco minutos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui Paulo Paim, que está presidindo esta audiência pública de importância fundamental, quero também cumprimentar e já agradecer a Clarice Ferraz, Ikaro Chaves, Maurício Tolmasquim e Nelson Hubner.

Esclarecedoras, Paulo Paim. A população tem que tomar conhecimento porque isso é mais, como a gente diz, um ataque ao povo brasileiro. Com essa história de atrair investidores, nós temos exemplos macabros aqui. O povo já paga um preço muito caro pelos combustíveis com essa história de botar no mercado financeiro, alinhar ao dólar, e o gás de cozinha. Então, o que é que eu estou vendo e acho que a gente tem que chamar à atenção? O Senado não pode fazer isso com a maioria do povo brasileiro, Paulo Paim. Nós já temos fome de muita gente, muitos brasileiros, 20 milhões, e levando à morte. Para a maioria, só a cesta básica não resolve porque não pode pagar o gás de cozinha. Nós temos quase 0,5 bilhão de mortos por falta da compra da vacina na hora certa. E agora nós queremos condenar o povo brasileiro à escuridão?

Gente, olha, com todo o respeito, acho que nós Senadores temos a obrigação de não aprovar esse PL 1.031. Uma medida provisória para vender uma estatal que foi o povo brasileiro... Porque o mais difícil das hidrelétricas, o mais caro, como foi mostrado aqui, é construir. O povo constrói, depois, em nome de um mercado, de uma centena de acionistas, vamos deixar o povo na escuridão? Eu acho que, se a gente aprovar esse projeto de lei, a gente estará dizendo o seguinte: a população está sendo tratada como se fossem sequestradores, quando a polícia chega, corta comida, corta isso e aquilo, e por fim deixa na escuridão. Não é assim que a gente vê fazerem para se renderem? Um povo... Um Estado onde um governo nega o aumento real do salário mínimo!

E outra coisa: vai matar as empresas, gente, o comércio, a indústria. O Brasil tinha uma vantagem ainda na indústria porque a energia era barata, considerada barata, e agora nós vamos entregar ao mercado financeiro, mostrando... Por exemplo, a Engie, que é a maior geradora privada de energia do Brasil, francesa e tal, manda 98% do lucro para os acionistas dela, não investe. Essa história de que tem que atrair o capital estrangeiro porque vai investir, nós já conhecemos isso. Conhecemos isso na reforma trabalhista: vamos tirar todos os direitos do trabalhador porque vai atrair investimento. Conhecemos isso quando tiraram o direito de o trabalhador comum se aposentar, com a reforma da previdência, dizendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ia atrair o capital e que ia tirar... Agora, além de fome levando à morte, além de falta de vacina levando à morte, o Governo brasileiro resolveu deixar as pessoas na escuridão, porque é isso.

Qual o sentido de a gente estar aqui? A cada dia se abre um poço maior, uma distância maior entre os mais ricos e os mais pobres, a escuridão para o povo brasileiro, que é o que vai acontecer. Não tenham dúvida de que, se se aprovar esse 1.031... E nós temos que esclarecer a população. Não são só os trabalhadores, mas os comerciantes, a indústria brasileira tem que olhar para isso. E se vai dicotimizar, eu não estou falando da descotização, gente, para quem está me ouvindo: é jogar no mercado e ficar igual ao preço dos combustíveis. No dia em que os acionistas quiserem um preço maior... E a gente já está em seis reais. Dicotimizar, separar, não ter um controle geral, como é feito justamente com a Eletrobras, cada um vai botar esse preço no mercado, e a população mais pobre, que já não tem um salário mínimo, que já está com fome, que já está desempregada... O comércio vai desempregar mais gente, a indústria vai desempregar. E é a escuridão!

Todos os colegas Senadores, com todo respeito, eu acho que a gente não pode permitir mais isto: uma medida provisória privatizar uma empresa pública que dá lucro e que tem uma importância fundamental na vida de todos, deixar alguma empresa, tipo a Engie, que já é acionista de uma parte, acender e apagar a luz do seu povo.

Era isso que eu queria dizer, agradecendo mais uma vez, Paulo Paim. Eu acho que o Senado não tem o direito de fazer isso com o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia, competente, preparadíssima, como sempre.

Eu vi que algumas Senadoras têm um probleminha de consulta médica. E eu tenho agora o Jean Paul, que é o grande coordenador, na verdade, de todo o nosso campo de atuação nesse tema, e eu ia passar a palavra para ele, a não ser que seja uma questão de suma importância.

Se dá para esperar um pouquinho, é rápido.

Senador Jean Paul, em seguida, Senadora Nilda, que eu tenho inscrita aqui.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Paulo Paim.

Eu quero agradecer à Clarice, ao Ikaro, ao Maurício Tolmasquim, ao Nelson Hubner, pessoas altamente qualificadas. Eu não vou repetir, embora quisesse até fazer um sumário geral da situação, mas eu queria traduzir um pouco isso até para os nossos próprios Senadores que estão nos ouvindo aqui. Estou vendo o Líder Mecias, a Senadora Mailza, a Senadora Rose, a Senadora Zenaide, que já falou aqui, a Senadora Nilda, os demais que devem também acompanhar, as assessorias que estão acompanhando este assunto na CDH, e também a quem está nos assistindo em casa.

Nós vimos aí na apresentação o que é, do que trata essa medida provisória da Eletrobras. Em dois capítulos maiores, ela trata da diluição do capital do Estado brasileiro na Eletrobras, através do mercado de ações, Eletrobras essa que é a holding das holdings do setor elétrico brasileiro. Furnas, Chesf, Eletronorte, Eletrosul, todas são subsidiárias diretas da Eletrobras. Portanto, estamos vendendo o controle no mercado de ações, diluindo capital do Governo, aumentando o número de ações da Eletrobras, proibindo o Governo de comprar e, com isso, reduzindo a participação do Estado brasileiro na Eletrobras,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, por sua vez, implica a venda do controle de Furnas, Eletrobras, Eletrosul, Eletronorte. É exatamente disso que nós estamos falando no capítulo 1 da medida provisória.

O capítulo 2 da medida provisória é um saco de gatos, é um saco de sacanagens – me desculpem a expressão, mas é isso –, todos os cartórios que quiseram arrumar a sua vida, acertar 20, 30 anos de fluxo de caixa, benefícios, privilégios, negociatas e picaretagens estão no capítulo 2 da medida provisória. É tanta picaretagem, pessoal, que o próprio mercado – o famoso mercado –, aquele mais produtivo, não tão especulativo, aquele que se autodenomina setor produtivo, a indústria têxtil, a indústria de brinquedos, a indústria do aço, a indústria do escambau, todas as indústrias, emitiram, Senador Paim, um manifesto na semana passada dizendo que preferem não ter essa MP da Eletrobras, tal a quantidade de picaretagens, de privilégios e de sacanagens que enfiaram via enxertos legislativos, que a gente chama carinhosamente, e não devia, de jabutis. São enxertos legislativos!

Essa prática foi coibida por Aliomar Baleeiro quando o Congresso, a Câmara dos Deputados, ainda era lá no Rio de Janeiro, Tolmasquim, lá no Palácio Tiradentes. Quando na UERJ, no curso de Direito, o livro do Aliomar Baleeiro de Direito Financeiro nos ensinava, chamavam-se "caudas orçamentárias": quando ia ser votada a lei do Orçamento, que todo mundo sabia que tinha prazo, os caras enfiavam um monte de coisas para eles lá, coisas dos cartórios deles, dos interesses de cada um, enfiavam lá. Com a lei, ia um monte de artigos: chamavam-se "caudas orçamentárias". Foram comentadas até que saiu uma provisão que hoje proíbe – o Senador Paulo Paim sabe – colocar na lei do Orçamento outras coisas. Pois isso está acontecendo, Senador! Isso é mais grave do que tudo isso que nós estamos falando, isso está acontecendo todos os dias no Congresso. Isso é uma denúncia que eu faço aqui para as pessoas do público que talvez não percebam isso.

Nós aqui passamos o tempo todo vigiando, monitorando artigos completamente indevidos, desconcatenados da ementa que você lê na lei, colocados ali para passar algum interesse de alguém. E mais, há falácias sobre nomes de leis: Lei do Saneamento, que não tinha nada de saneamento, nós estávamos vendendo o controle da água; a Lei da Capitalização da Eletrobras não capitaliza Eletrobras nenhuma, ela vende o controle da Eletrobras e enfia um monte de jabutis lá para acertar a vida de PCH, que não tem mais competitividade, como o Tolmasquim explicou aí. Ora, não temos nada contra PCH, agora, as fontes – Tolmasquim sabe, Hubner também –, as fontes vão variando de acordo com as circunstâncias e a história energética do País. Há momentos em que elas são menos competitivas que a eólica e a solar. Ora, admitam o mercado! A gente fala tanto de mercado e, quando o mercado vai funcionar, o cara quer proteção, quer privilégio, quer que o Estado construa gasoduto.

A gente acabou de vender – este Governo e o Governo anterior, de Michel Temer – todas as malhas de gasodutos do Brasil, da Petrobras. Uma empresa operava esses gasodutos para ela mesma, com custos internos, mas se alegou que era para haver investimentos, porque ela usava os gasodutos todos, integralmente, não passava espaço para ninguém. Aí, disseram: "Vamos vender a malha do Sudeste." Venderam. "Vamos vender a malha do Nordeste." Venderam. Pergunte se esses governos passaram um compromisso de investimento para as empresas que compraram. Nada! Elas simplesmente compraram a mesma malha, ficaram com a mesma malha, e a mesma Petrobras continuou usando a mesma capacidade e alugando dessas empresas o uso dos gasodutos. O que que adiantou isso? Adiantou para quê? Que burrice é essa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu quero chegar a um ponto: será que os nossos liberais são tão atrasados, tão retardados assim? Eles pegam ideias da Thatcher, do Reagan e vêm trazer agora para o Brasil porque são burros? Não, senhoras e senhores, não são burros, não são inocentes; são oportunistas! E cuidado, Srs. Senadores e Senadoras: se vocês entrarem nessa, estarão sendo também, porque vão estar assinando, avalizando interesses específicos completamente contrários aos consumidores brasileiros.

Isso vai ser julgado, e não vai ser pela história daqui a 50 anos, como é o impeachment e outras coisas; vai ser dali a dois anos! Dali a dois anos, Senador Paulo Paim, nós já vamos saber o impacto tarifário que essa venda da Eletrobras e os cartórios criados por ela, do gás natural onde não tem gás, onde o Governo, que vendeu a malha de gasoduto, vai ter que construir gasoduto para o cara fazer uma térmica subsidiada num lugar que não tem gás nem mercado! Isso faz algum sentido na cabeça de vocês? É isso que está na MP, não estou exagerando, não. Parece inacreditável, parece burrice, mas não é burrice! É oportunismo!

E quem estiver com isso... Eu sou muito controlado, todos já me conhecem no Senado, mas quem avalizar isso de mim não terá trégua, porque toda vez que eu encontrar, vou dizer: "Você é aquele que entrou na MP dos jabutis, na MP dos oportunistas e perpetrou esse crime contra os consumidores brasileiros". Veja que nós não estamos falando aqui em momento nenhum de esquerdismo, de comunismo, de estatismo, nada disso; apenas e tão somente que este não é o momento de usar uma medida provisória para pulverizar o capital da Eletrobras, todas as outras fontes que a gente está falando aqui. Isso não é momento de fazer isso.

Nós estamos no meio de uma pandemia: ninguém no mundo está vendendo ativos, ninguém no mundo está vendendo refinaria, ninguém no mundo está vendendo a holding das holdings de um enorme país como o Brasil, com hidrelétricas amortizadas, pagas – pagas! –, para depois aplicar preço de mercado a elas. Então, isso é um absurdo! Sem modelo! O Ikaro ou a Clarice mencionou... Sem modelo, sem a valoração, que vai ficar pronta em agosto ou setembro, sei lá. Como é que a gente vai vender? Parece, Paulo Paim, o modelo da previdência: a gente votou a reforma da previdência com números todos errados, sem os números.

A gente está agora fazendo essas coisas, a gente faz reforma no escuro; aí, depois, vê no que é que dá. Isso aqui não é laboratório de experiência ultraliberal, não. Além do mais, essas experiências já deram nesses outros países. Então, só pode ser por oportunismo; não é burrice, é oportunismo! Acabaram as oportunidades lá, venderam tudo para os outros, deu errado, a turma está sendo cobrada pelo que não entregou, essa que é a verdade na Inglaterra, na França, na Espanha. Tolmasquim viajou o mundo ensinando o pessoal a fazer leilão, porque eles não sabiam. Então, estão sendo cobrados pelo que não entregaram. E aí, vêm para o Brasil: "Ah, aqui tem uns caras que vão trabalhar para a gente – sabe-se lá com que interesse –, ajudar a gente a fazer a mesma coisa que a gente fez nos anos 80 lá, e a gente ganha esse tempinho; depois, quando a gente tomar um pau aqui, a gente sai fora de novo". É oportunismo, é reforma descartável, é reforma dirigida, é disso que nós estamos falando.

Então, a gorjeta do desenvolvimento regional eu não quero. Se um Senador de Pernambuco ou outro não sei de onde quiser gorjetinha para fazer obra da Codevasf, eu não quero. Eu não quero troco nem gorjeta para passar esse absurdo.

É isso. Desculpem-me a veemência, mas eu acho que a gente tem que colocar desse jeito. A gente pode fazer isso. Talvez os técnicos não possam, mas nós podemos, Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, meu amigo. Até já!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Jean Paul.

Permitam que eu diga só esta frase: ele é um especialista, senão o maior deles, nesse tema no Congresso – quando digo Congresso, é Senado e Câmara.

Jean Paul, se você tiver tempo para fazer o pronunciamento de encerramento, queria que fizesse, porque você cuida desse tema com muita competência. Eu estou aqui presidindo porque encaminhei o requerimento em seu nome, inclusive.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É verdade, Paulo. Eu vou pedir desculpas, mas não vou poder – talvez eu não possa fazê-lo, mas vou tentar voltar a tempo –, porque eu combinei uma visita a uma escola solar, Tolmasquim. Nós vamos fazer aqui projetos de escolas solares, instalar painéis solares em escolas para diminuir a conta de luz das escolas públicas do Rio Grande do Norte. Então, vou fazer a primeira visita aqui e vou voltar, o.k.?

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

Eu vou passar, de imediato, porque eu sei que ela está com um compromisso também agora, à nossa querida Senadora Nilda.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para interpelar.) – Olá, Senador.

Senadores, bom dia. Bom dia a todos: palestrantes, Senadoras, colegas que estão presentes.

Eu quero dizer a vocês o seguinte: que esses palestrantes foram os mais esclarecedores para convencer cada vez mais a gente de que a Eletrobras não pode ser privatizada, com argumentos fortes, irrespondíveis, incontestáveis.

A Eletrobras é uma empresa lucrativa. Isso está claro. Em 2020, obtive o lucro de 6,4 bilhões. Além disso, entre os anos de 2000 a 2020, a Eletrobras repassou para o caixa da União o montante de R\$19,3 bilhões em dividendos em valores atualizados.

Se a empresa é tão importante, tão lucrativa, por que privatizar uma empresa que é patrimônio nacional, minha gente? Por quê? Por argumentos que são inteiramente sem fundamento, argumentos que podem ser plenamente questionáveis?

Basta dizer que nós Parlamentares, Senador Paim, não estamos sabendo os valores, nós não estamos sabendo as combinações, nós estamos inteiramente por fora dessa transação.

É lamentável que a gente esteja ainda discutindo uma coisa tão evidente, tão transparente, tão certa, que é evitar que a Eletrobras, a nossa empresa, seja privatizada. Então, vamos pedir, fazer um apelo às redes sociais, vamos mobilizar o povo brasileiro, vamos conscientizá-lo de que a gente tem que lutar veementemente contra essa esdrúxula, essa – eu não sei nem o que dizer – reação do Governo, querendo privatizar uma empresa tão estratégica, tão lucrativa, tão benéfica para o brasileiro.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Muito obrigada, Senadores.

Muito obrigada a todos que estão comparecendo e a esses palestrantes que deram mais uma luz para todos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Nilda. Você tem o poder de síntese muito grande, mas disse tudo. Meus cumprimentos. Parabéns, mais uma vez, pela sua caminhada.

Agora, nós vamos para o momento das perguntas. São tantas que eu vou tentar resumir, mas vamos lá. Se alguns puderem tomar nota ou comentar rapidamente uma ou outra...

Pedro Abreu, Rio de Janeiro: "Na minha opinião, todas as estatais devem ser privatizadas com o mercado liberado para a livre concorrência. O Estado só atrapalha o mercado". Quem puder responder...

Aqui, a gente lê tudo – isso aqui é do e-Cidadania – para que ninguém diga que a gente está sendo tendencioso.

Rodrigo Rios Ribeiro, Rio de Janeiro: "Estatais estratégicas, como a Eletrobras, nunca deveriam passar por essa situação de serem privatizadas! É lucrativa e tem dinheiro em caixa". Não precisa privatizar.

Simone Nunes de Freitas, São Paulo: "A Eletrobras não pode ser privatizada, é um patrimônio do povo construído com muito suor há mais de 50 anos. Digam não à privatização!".

Pegando a ideia, vocês responderão, não é?

Licia Guerra, Minas Gerais: "Infelizmente, ficaremos igual ao Amapá: sem condições básicas, pois uma empresa privada não cumpriu o acordo em contrato e tem grandes advogados". Ela está criticando o que fizeram no Amapá, onde quem salvou foi a área pública.

Fernando Claudino de Souza: "Se a privatização fosse a salvação do País, tudo bem! Eu só desejo que dentro das estatais ocorra mais transparência com o dinheiro público". Ele apenas quer que haja cada vez mais transparência nas estatais.

David Barbosa, Minas Gerais: "O Estado deve iniciar a infraestrutura, mas a sociedade privada deve assumir o desenvolvimento, através da privatização". David Barbosa, Minas Gerais.

Roberto Fagner da Costa Germano, Ceará: "A privatização de qualquer setor energético será sempre um retrocesso, basta ver [...] [o que fizeram com a Liquegás] foi vendida com o pretexto de baixar o gás". E daí? O que aconteceu? O preço do gás baixou? Não, aumentou.

Thiago Simith: "O Governo deveria se preocupar apenas com saúde, segurança e educação? Sim, o.k., mas quais dessas áreas funcionam sem energia elétrica?". Ele está valorizando a energia elétrica. Se saúde é importante, se segurança é importante, se educação é importante, energia elétrica também é muito importante.

Bruno Vinicius, Minas Gerais: "No mundo todo, está havendo a reestatização. Por que aqui no Brasil estamos indo pelo lado contrário? A Eletrobras dá prejuízos?". É a pergunta que ele deixa.

Milton Viana, Rio de Janeiro: "Das estatais que foram privatizadas qual retorno positivo que teve para a sociedade? Já vivemos na prática o absurdo nas tarifas de contas de energia".

Eu vou ler meio rápido, vocês peguem a ideia – é só a ideia.

Joana Darc, de Pernambuco: "As energias renováveis são utilizadas pela Eletrobras? E por que só haveria energia hídrica, se teriam mais impactos ambientais?". Falou da importância das energias renováveis.

Nelson Fulton, do Paraná: "Como pensaram em vender por 40 bilhões uma empresa que vale um patrimônio de 700 bilhões? [É o que está aqui] Se dá prejuízo, quem comprar vai tirar o lucro de onde?" Se é que que dizem que dá prejuízo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alexander Loviz, do Rio de Janeiro: "Por que, em vez de privatizar, o Governo não incentiva a evolução do consumo de energia limpa? Setenta por cento dos lares consomem 200kw/mês".

E, terminando, o Vítor Miranda, DF: "Do ponto de vista estratégico e militar, não seria uma brecha política a privatização do setor elétrico?" Está falando aqui já de democracia.

Margarida Pinheiro, de Goiás: "Nós temos um País rico em todo tipo de recurso. Porém, nós já vendemos matéria-prima demais. Agora vamos vender nosso produto final?"

R Magalhanz Luna, do Rio de Janeiro: "De que forma a privatização da Eletrobras pode comprometer a segurança estratégica do setor energético?"

Néviton – é que há aqui... Eu nem vou ler todas, que não dá... – Pinheiro Filho: "Nosso sistema é interligado. Ocorreu uma diminuição brusca da demanda energética. Então, por que esse caos energético?"

Ronaldo Ramalho: "Como dar um passo tão importante sem discutir com a sociedade? Qual a justificativa técnica?"

"Quem pagará a conta da privatização da Eletrobras?" Aqui foi posto pela equipe do Senado. Outras perguntas que vão nessa linha: "Quem pagará a conta da privatização da Petrobras?"

Eu não quero deixar Santa Catarina mal, porque Santa Catarina mandou aqui inúmeras... "Há uma clara irregularidade: quebra de regime jurídico do processo de descotização das 15 usinas da Eletrobras" Refere-se à MP. "Qual será o impacto da descotização das contas de luz, incluindo as usinas de Tucuruí e Mascarenhas de Moraes? É justo que o consumidor brasileiro pague novamente por usinas já amortizadas?"

Ainda: "É comum atribuir modicidade tarifária à Eletrobras pelo preço de energia e usina cotizada, mas é verdade que a Eletrobras também praticou melhores preços dos deságios e regiões na transmutação de energia?" Pergunta.

Agora vai uma pergunta... Essa primeira pergunta ele dirigiu para o Sr. Nelson, viu? E ele dirige uma agora para o Ikaro.

"Levando em consideração uma crise hídrica que se abate sobre o País e o risco real de racionamento da energia elétrica, o que pode acontecer no País caso [espero que não] a Eletrobras seja privatizada?"

Ainda, mais uma pergunta para o Sr. Ikaro: "Com a privatização da Eletrobras, haverá mais competição no mercado e diminuição do preço da energia?" Pergunta.

E, por fim, pergunta ao Sr. Maurício: "O senhor foi responsável por desenhar os modelos de leilões de energia no Brasil, com contratos de longo prazo que permitiram dar segurança ao setor e garantiram a inspeção da matriz e a isenção das novas renováveis. Hoje o senhor avalia que a Eletrobras está pronta para competir em novos leilões?"

Olha, não para de chegar aqui, viu? Aqui há mais quatro, cinco... Quem sabe vocês respondem e, se no final eu puder, eu leio mais algumas.

Agora eu vou voltar para a lista dos convidados. Eu começo de novo com a Dra. Clarice.

Se puder responder no tempo de dez minutos, que é muita coisa... Eu não vou dar só cinco não.

A SRA. CLARICE FERRAZ (Para expor.) – Tá, obrigada, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que vou começar... Até foi depois repetida essa pergunta, com relação ao Ikaro, mas é muito importante que se entenda.

Esse argumento de que privatização vai trazer concorrência é falacioso. São os mesmos acionistas que compõem os conselhos das grandes empresas. Não há concorrência nesse setor. Além disso, como a gente mostrou aqui, a Eletrobras é uma grande empresa. Então, ela já nasce com o poder de mercado, como disse o Ikaro, então com o poder de determinar preços. Então, nesse sentido, não há concorrência possível com uma empresa desse tamanho, sobretudo se ela controla 50% dos reservatórios e vai então controlar 50% da capacidade de regularização, 50% da bateria futura do nosso setor elétrico brasileiro.

Então, não, não haverá concorrência. E sobretudo, se fosse um cenário em que a concorrência fosse possível, ainda assim é um problema muito sério. A origem desses mercados livres em exposição à concorrência é que os geradores ganham um preço elevado, então há uma tentação de se reter a oferta para que esse preço suba.

Então, eles não estão querendo competir entre si. Eles estão querendo que esse preço aumente e assim valorizar o máximo os seus ativos. Esse programa de jogar com essa escassez já levou a diversas crises de abastecimento ao redor do mundo. Já tivemos a crise da Califórnia, logo na primeira leva de abertura de mercado, que é um perfeito exemplo disso.

Então, não. Essa abertura de mercado e essa privatização não trazem mais concorrência. Trazem concentração de mercado, escassez de oferta e graves problemas para toda a economia nacional, porque isso se expande para além do setor elétrico aqui, a gente vai encontrar o problema.

Além disso, é também importante a gente chamar atenção e olhar para amanhã, não só olhar para ontem. Então, a Eletrobras hoje, no portfólio dela, além desse fator estratégico que eu estava colocando, alguém estava de renováveis e tudo... É uma joia essa empresa porque, além dessa capacidade de regularização, 91% do parque gerador dela é renovável.

Na hora em que a gente começar a taxar carbono, na hora em que a gente começar a valorizar adequadamente, isso é uma discussão. Está se prevendo que essa taxa sobre carbono entre em vigor em 2023, é amanhã – nos Estados Unidos, por exemplo, e na Europa também, há outras barreiras que vão entrar em vigor –, então, essa empresa também vai ter uma eletricidade mais valorosa a vender, está se entregando o que há de mais precioso.

Também gostaria de ressaltar que também entendo isso como um problema e uma grave crise da nossa democracia. Iniciar um processo dessa gravidade, com impactos tão severos para a nossa economia hoje e determinantes para o nosso futuro, com uma medida provisória em regime de urgência, cuja justificativa vem dizer que em paralelo ocorrem processos de reforma, isso é contrário a toda a teoria econômica e de mercados elétricos de eletricidade.

A ordem é: reestrutura-se o setor, definem-se as regras e, terceiro, se necessário for, privatiza-se. Jamais uma privatização pode anteceder uma transformação organizacional porque é a ordem das coisas e o direito de propriedade que vai definir o valor desses ativos.

Então, que não se discuta sobre isso, que a sociedade não saiba o que está acontecendo, que os Senadores deixem passar esse cheque em branco que foi assinado pelos Deputados é gravíssimo. Eu espero que os senhores, nobres Senadores, consigam sensibilizar os seus colegas porque a iminência do racionamento é realmente enorme.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não há como não ser vinculada a essa severa crise de água e de energia que nós iremos enfrentar. É preciso um comitê de gestão de crise, e me preocupa muito que esse decreto assinado pelo Presidente, na sexta-feira, ele mesmo já liberando termelétricas, tente então: "Ah, esse jabuti, talvez, a gente retire, então!". Mas é o coração dessa MP que é muito grave e que destrói o nosso futuro como economia produtiva, como economia limpa, como economia que tem lugar no mundo de amanhã, de transição energética, que produz produtos e gera eletricidade limpa, renovável e barata.

Então, não basta retirar a termelétrica. É preciso preservar a Eletrobras, é preciso ter um planejamento, é preciso enfrentar esse racionamento agora.

A única coisa que a gente consegue fazer, em um curtíssimo espaço de tempo, em termos de expansão de oferta, é a solar fotovoltaica, que, como o Senador Jean Paul Prates bem colocou, é a mais barata que existe, lembrando que a gente está com bandeira vermelha, justamente por conta da escassez. Só essa bandeira vermelha encarece a nossa conta em quase R\$70. E o leilão de expansão da solar é de R\$84 – saiu o preço. Isso é muita falta de planejamento, para a gente chegar aonde a gente está chegando, não é? Então, em vez de a gente só ficar pagando esses acréscimos e tudo, por que não há um equacionamento dessa questão?

Então, a gente tem que expandir isso com as renováveis, que são rapidamente instaladas, a solar e a eólica, sobretudo fazendo um plano muito agressivo de eficiência energética, que poderia contemplar justamente a baixa renda, com troca de chuveiro elétrico para o solar térmico. Vai para as escolas. Esses impactos tarifários previstos vão afetar severamente as contas das prefeituras Brasil afora. A conta de luz está em tudo, está nos hospitais, está na escola, está em tudo.

Então, realmente, eu espero que, ao discutirmos aqui, as discussões possam ser ampliadas, que possa haver outras discussões, que esse tema seja debatido como deve ser, em plenário, em ritos democráticos respeitados, e que se olhe realmente para a urgência do enfrentamento.

Eu acho que, no primeiro momento, Senador Paim, eu fico por aqui. Aí eu deixo os outros... Estou aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Dra. Clarice Ferraz! Meus cumprimentos! Já respondeu uma série de perguntas, inclusive outras que estavam no outro documento.

Estou vendo aqui que o nosso colega e amigo Líder Mecias de Jesus, do Republicanos, disse que teve de sair, mas ele quer receber todo esse material. Então, eu já peço, pela sugestão dele, que a gente o mande para os 81 Senadores. A Senadora Zenaide Maia fez a mesma solicitação na fala dela e a repetiu agora: que a gente mande para os 81 Senadores. Então, já fica aí a orientação para a Secretaria da Comissão.

Agora vamos, de imediato, por até dez minutos, se assim entender, ouvir o Dr. Ikaro Chaves.

O SR. IKARO CHAVES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria aproveitar... O Senador Lucas Barreto estava aqui. Acho que ele já saiu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele estava aqui, mas teve que sair também. Ele deixou um abraço para todos aqui.

O SR. IKARO CHAVES – É um Senador que, realmente, sempre defendeu o Estado do Amapá.

Eu também conheço muito bem o Estado do Amapá. Sou trabalhador da Eletronorte e já trabalhei muito lá, já fui muitas vezes lá. É um Estado maravilhoso, que tem algumas particularidades. Eles não têm uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ligação por terra com o resto do País. Então, lá eles sempre tiveram problemas energéticos, sempre passaram por esse tipo de situação. Felizmente, no Governo Lula e no Governo Dilma, houve a interligação, o que foi um grande avanço.

Agora nós vivemos... No ano passado, talvez, aquilo tenha sido um aviso para o restante do País do quão sensível é o setor elétrico. Uma empresa privada... O que aconteceu lá foi que a transmissão de energia, a ligação energética entre o Amapá e o restante do Brasil era feita, é feita, aliás, por uma empresa privada. É uma empresa privada que negligenciou, Senadores, a manutenção do sistema, que negligenciou o sistema com relação à aquisição de equipamentos; a gente conhece os técnicos que estiveram lá. Realmente eram equipamento de péssima qualidade para quê? Para aumentar a margem de lucro. Para aumentar a margem de lucro, deixaram a população do Amapá numa enorme vulnerabilidade, que, aliás, ainda existe. A vulnerabilidade persiste no Amapá. E, quando houve aquela tragédia, que era uma tragédia anunciada, porque um transformador, Senador, não foi feito para durar cinco anos, ele foi feito para durar trinta anos... Então, não é razoável que, com cinco anos de operação, os transformadores tenham tido aquele problema, problema de manutenção, problema de projeto. Tudo isso foi para maximização do lucro. E quem foi socorrer a população do Amapá, que passou por aquela crise humanitária que foi o apagão, foram os técnicos da Eletronorte. Foram os colegas da Eletronorte que foram lá. Aliás, a Eletronorte não tem nada a ver com aquele equipamento, com aquela subestação.

A pergunta que a gente faz é a seguinte: se a Eletronorte tivesse sido privatizada, será que a Eletronorte privada teria mandado seus técnicos naquele momento, sem ter um contrato, por exemplo? Não havia nenhum contrato com a Eletronorte com relação ao ressarcimento dos custos. Quem foi fazer a manutenção, quem foi socorrer aquela população foi a boa e velha empresa estatal, que agora o Governo quer privatizar. Então, isso é algo que a gente tem que pensar, inclusive em casos de contingência.

Nós tivemos, na semana passada, Senador, um blecaute em grande parte do País causado também por uma empresa privada que faz a transmissão de Belo Monte para a Região Sudeste, ou seja, não é verdade que a iniciativa privada tenha sempre mais qualidade técnica. Pelo contrário, o que nós estamos vendo hoje no Brasil...

Uma pergunta que um internauta fez é sobre a questão da implicação da privatização com relação a questões estratégicas, inclusive de segurança nacional. Os Estados Unidos da América entendem isso. O que eles fizeram lá? Nos Estados Unidos, a maior parte do setor elétrico é privado, é verdade; as distribuidoras e a maior parte da geração são privadas. Até as centrais nucleares são privadas, Senador Paim, nos Estados Unidos, mas as hidrelétricas, 75% delas, todas as grandes, são estatais – todas. Por quê? E nunca pensaram em privatizar. Mesmo com toda a liberalização do setor elétrico nos Estados Unidos, nunca passou pela cabeça de nenhum governante privatizar. O Presidente Trump pensou e encaminhou um projeto de privatização da transmissão da Bonneville Power authority, porque a maior parte da transmissão nos Estados Unidos também é estatal. E o que aconteceu? O Congresso dos Estados Unidos negou. Então, não houve a privatização de um pedaço do sistema de transmissão nos Estados Unidos. E a das hidrelétricas, então, nem passa na cabeça deles, tanto é que as principais hidrelétricas são administradas e são operadas e mantidas pelo corpo de engenheiros do Exército dos Estados Unidos. Então, o Brasil vai abrir mão disto: do controle dos seus reservatórios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que eles fazem isso nos Estados Unidos? Não é só por causa da geração de energia, é porque um reservatório não é só uma fábrica de megawatt-hora. A água dos reservatórios vai ser cada vez mais importante para a agricultura, para a pesca, para a sanitização humana, para as pessoas beberem água. Então, esse tipo de conflito por conta da água é algo potencial que pode acontecer em qualquer país. E, se nós privatizarmos a Eletrobras, isso vai acontecer no Brasil. Aliás, já acontece em algumas situações. Sem uma mediação de uma empresa estatal, esses conflitos vão parar no Judiciário. E aí vai ser um juiz que vai determinar se vai haver água para beber, se vai haver água para agricultura, se vai haver água para gerar energia. Certamente uma empresa do tamanho da Eletrobras privada vai ter muito mais poder de pressão sobre os órgãos públicos – que é o que a gente vê – e sobre as agências reguladoras, inclusive.

Sobre as perguntas que foram colocadas aqui, Senador, primeiro com relação à privatização versus competição, o setor elétrico em si é um setor em que não existe competição – no Brasil praticamente não existe –, porque é um setor baseado na hidroeleticidade e não é possível você, por conta da lei da oferta e da procura, fazer aumentar a chuva. Então, se o preço da energia num sistema térmico aumenta, isso vai incentivar com que os empreendedores construam mais termoeletricas. Na Inglaterra, por exemplo, se o preço da energia subir, constroem mais termoeletricas, trazem gás natural do Estados Unidos, da Rússia, de onde quer que seja. Não existe a possibilidade de o preço da energia aumentar e por isso chover mais. A meteorologia não responde, Senadores, aos sinais de mercado, não é verdade? Então, não há como dizer que haverá competição no setor elétrico brasileiro em hipótese alguma.

Agora, se há uma maneira... Se privatizar a Eletrobras é algo ruim, privatizar nesse modelo é a pior maneira de fazer o errado. Por quê? Porque, além disto, além de não haver concorrência naturalmente no setor elétrico brasileiro, ainda vai ser tudo para uma empresa só. Então, alguns... Nós não defendemos a privatização em hipótese alguma e já explicamos o porquê disso, agora alguns liberais inclusive – tanto é que na Câmara muitos liberais votaram contra – dizem: "Ora, se é para privatizar, por que não se privatiza aos pedaços, empresa por empresa, para que haja algum tipo de concorrência?". Então, nem isso esse projeto traz. É um projeto concentrador de mercado, não é um projeto que estimule, que emule a competição.

Com relação à questão da crise hídrica que nós estamos vivendo agora, que implicação isso pode ter? Ora, uma empresa que está para ser privatizada não investe. Foi assim nos anos do Governo Fernando Henrique, nos anos 1990: quando a empresa foi colocada para privatização, ela parou de investir. O Governo Temer, desde que começou, também tinha o interesse de privatizar, e, por isso, a Eletrobras ficou praticamente proibida de investir. Não é verdade, Senadores, que a Eletrobras não tenha capacidade de investir: a Eletrobras tem R\$15 bilhões em caixa parados – R\$15 bilhões! Não é verdade que ela não tem dinheiro para investir. O que acontece é que ela está proibida, de fato, de investir. A direção da Eletrobras não investe, não entra em leilões, e quando entra, entra para perder – e nós podemos provar isso. E o que acontece? Quando, nos anos 1990, houve a privatização, depois da privatização, Senadores, quem foi construir usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, Belo Monte, Jirau, Santo Antônio? Foi a Eletrobras. Então, se ela for privatizada e depois vier essa crise hídrica, quem é que vai construir as hidrelétricas, as usinas eólicas, as usinas solares no País depois de este Governo acabar? – porque o Brasil não acaba em 2022: esperamos que não, não é, Senadores?

Então, realmente, é a pior maneira e o pior momento possível para se fazer a privatização da Eletrobras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Ikaro Chaves.

O Líder Paulo Rocha pediu a palavra – ele não falou antes, e estava inscrito. Então, eu vou conceder a palavra para o Líder, que está fazendo um excelente trabalho. Parabéns, Paulo! Está fazendo um trabalho magnífico, viu? – não só como Líder da bancada, mas também na articulação com todos os movimentos sociais.

Cinco minutos, meu Líder.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ó, Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oi.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nós somos parceiros já há muito tempo aqui no Parlamento, e o seu elogio é muito importante para a nossa bancada, porque você é um dos baluartes da nossa bancada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é por causa da idade, viu? Porque eu sou o mais idoso da bancada. (Risos.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Eu queria dizer aos nossos Parlamentares, colegas nossos, que a Bancada do PT tem uma posição muito clara em relação a essa questão da privatização – e não é uma posição ideológica –, principalmente porque nós estamos vivendo num momento muito polarizado das ideologias em nosso País.

Nós estamos movidos muito mais pela responsabilidade que nós temos perante o nosso País, o nosso povo, a nossa Nação. E o Governo atual não só erra no processo da privatização, como usa instrumentos autoritários de leis de lá. A medida provisória é um instrumento de cima para baixo que o Executivo usa, por isso é fundamental que a gente se demore em aprofundar esses temas nas Comissões, nas audiências públicas.

Como é que uma situação dessa de privatização do sistema elétrico do nosso País, com todas as diferenças regionais – não só de desenvolvimento, mas de biomas, diferenças de climas –, como é que a gente vai mexer numa empresa assim, com esse instrumento legislativo, sem que debata com o conjunto da sociedade, com os interesses que estão colocados? Não só do capital, mas também do povo, dos trabalhadores. A energia mexe não só com a vida humana, mas mexe com a vida econômica, com a economia; mexe, enfim, com a estrutura. É uma política estruturante da vida humana, da vida econômica, da vida social, da vida... Enfim, de todos. Até um animal que está preso no zoológico depende da energia; imagina a pessoa humana.

Então, nossa posição é muito clara: nós vamos fazer tudo para que a gente crie uma maioria para derrotar essa medida provisória; ou, num processo discutido com os nossos pares, para caducar, para que o Governo mande outro instrumento para discutir. Nós não fugimos do debate, de qualquer debate que seja posto pelo Governo. Agora, tem que dialogar e respeitar o processo democrático e legislativo que nós temos construído no nosso País, mas, ao mesmo tempo, principalmente quando mexe com a vida das pessoas, com a vida do nosso País.

Paim, para concluir, nós sempre fomos muito claros nesta posição: Eletrobras, Petrobras e Banco do Brasil, para mim, são a estrutura da alma, da vida do nosso País, da vida humana, da vida econômica, da vida política, enfim, do funcionamento da nossa Nação. Por isso, a Eletrobras, para nós, faz parte desse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tríduo e nós vamos fazer tudo para fazer uma maioria política aqui no Congresso Nacional para derrotar essa medida provisória.

Quero dizer aí aos nossos Parlamentares que nós nos dividimos em tarefas. O companheiro Paim vai processar na Comissão de Direitos Humanos, enquanto companheiro Humberto está ocupado lá na CPI, para poder trazer todos esses debates para a Comissão de Direitos Humanos, para a gente dialogar, aprofundar, chamar todos os setores da sociedade, para a gente discutir esses problemas. E, na questão da Eletrobras, o companheiro Jean Paul é o responsável pelo tema perante a nossa bancada e perante o Plenário do Congresso Nacional.

Obrigado, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Líder! Parabéns pela fala, de forma objetiva, rápida, dando a visão do partido e também se somando à posição já expressada pela Minoria e também pelas Senadoras Zenaide Maia e Nilda Gondim. Todos que falaram aqui foram muito bem e falaram nesse sentido que é também a tua orientação como Líder do PT.

Eu só queria, rapidamente... Vou passar para os nossos convidados de novo, que estão participando, estão ouvindo. Não precisa que todos usem da palavra, naturalmente.

Senador Humberto Costa, Senador Contarato, Senadora Zenaide Maia, Senador Jean Paul Prates, Senadora Nilda Gondim, Senador Paulo Rocha – eu falei só Contarato, então lembro aqui que é Fabiano Contarato – Rose de Freitas, Vanderlan, Mailza Gomes e também outros que passaram aqui e que foram muito bem lembrados, como, por exemplo, o Senador Lucas Barreto... Na verdade o número é maior do que eu listei até o momento.

Por favor, Dr. Maurício Tolmasquim, a palavra é sua, por dez minutos.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM (Para expor.) – Obrigado Senador.

Pelo grosso das perguntas, a gente podia sentir que uma parte defendia a privatização, a parte menor, e uma outra parte defendia manter a estatal. Eu acho que a questão aqui desse debate não é entre estatistas e privatistas, acho que é uma questão entre quem defende o interesse público e quem está defendendo interesses específicos.

Eu escrevi com o Nelson um artigo publicado no Valor que tem tido uma grande repercussão. Eu tenho recebido vários e-mails e telefonemas de várias pessoas que têm uma visão mais liberal e que inclusive estavam antes defendendo a privatização da Eletrobras, e eles falaram comigo que estão horrorizados. Quer dizer, mesmo aqueles que têm um sentimento mais liberal ou mais privatista estão contra a medida. Então, eu acho que a gente tem, inclusive, que ampliar o debate, chamando alguns desses atores. O Presidente da Abrace, que representa os grandes consumidores de energia elétrica, agradeceu a mim pelo artigo que foi feito. Outras pessoas também escreveram.

Por que essa medida está unindo tanto aqueles que estão a favor da privatização, mas uma privatização correta, quanto aqueles que acham que a privatização é equivocada, que deve ser estatizada? Porque o projeto é um projeto que vai contra o interesse público, ele vai contra mesmo os dogmas de um mercado mais competitivo, ele cria reserva de mercado para algumas fontes, ele cria reserva de mercado para alguns grupos de interesse, porque são prorrogados alguns contratos, de alguns empreendedores, e ele também dá a um agente privado um grande poder de mercado. Então, mesmo aqueles que são favoráveis





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a um mercado livre, a um crescimento do mercado livre, estão com medo, porque eles falam assim: uma Eletrobras privada vai criar uma grande comercializadora que vai dominar o mercado, se o mercado for totalmente livre. Então os próprios agentes que são a favor da ampliação do mercado livre estão muito preocupados com essa MP. O pessoal da área ambiental também está preocupado, porque ela traz as termelétricas, que vão aumentar a poluição e vão dificultar a entrada de fontes renováveis, porque vai haver momentos em que os operadores eólico, solar e hídrico vão deixar de receber suas receitas, porque a térmica vai estar sendo despachada no seu lugar, e isso vai tornar essas fontes menos competitivas. Ela transfere recursos do consumidor, através da tarifa, para os outros interesses, interesses regionais, interesses diversos. Então, isso daí também traz uma oposição dos consumidores. Além disso, ela tem um papel de desotimizar o sistema elétrico, porque o sistema elétrico hoje funciona com leilões. Quem oferece a menor tarifa para construir e operar a usina recebe um contrato de longo prazo. Agora vai haver um mercado cativo para algumas fontes, ainda que elas não sejam as mais competitivas.

Então, o que eu acho é que, neste momento, a maioria das pessoas e grupos são contra a privatização da Eletrobras como está no projeto. E há também essa questão que foi colocada, sobre a questão democrática, esse é o instrumento é o mais adequado. Pelo que me lembro do tempo em que fui secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, medida provisória é para questões de urgência, de caráter de urgência, e não parece que haja algum elemento que caracterize essa questão de urgência. Alguns desses fatores... E me ligaram até pessoas que são a favor da privatização, de um mercado mais liberal, mas que estão muito incomodados com a medida, perguntaram se não era possível fazer uma Adin contra essa medida. É claro que seria uma decisão do partido, mas acho que seria outra frente que deveria ser analisada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Maurício Tolmasquim.

Vocês podem ver que nada aqui ficou sem resposta, e toda resposta num alto nível. É muito bom resposta no alto nível explicando às pessoas que, se estão equivocadas, por que estão. E nenhum replicou, porque poderia mandar para cá e eu ia ler, mas ninguém mandou, sobre o que vocês responderam.

Agora, com enorme satisfação, eu passo a palavra também, dizendo que estão na tela conosco a Senadora Nilda, a Senador Zenaide, nos acompanhando, o Senador Vanderlan, a Senadora Mailza e a Senadora Rose.

Eu passo a palavra agora para o nosso convidado Dr. Nelson Hubner. Por favor, o seu tempo disponível é de até 10 minutos.

O SR. NELSON HUBNER (Para expor.) – O.k. Muito obrigado, Senador Paim.

A gente vê a quantidade de questionamentos, uns a favor, outros contra. Realmente, hoje o mundo está tão radicalizado que parece que é um lado ou outro, não é?

Então, a gente poderia fazer essa análise até do ponto de vista da economia liberal mesmo. Então, como é que se deveria ou não se deveria... O que a gente sente é isto, ou seja, está um pouco no imaginário da população brasileira o seguinte: "Não, realmente o Estado não funciona. Então vamos privatizar, e aí tudo o que vale é o mercado."

Acho que é um cidadão de Belo Horizonte, se não me engano, cujo nome eu não consegui guardar quando você colocou, e eu quero focar na resposta a ele, porque o Tolmasquim já explorou bem o fato de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que essa MP, em especial esse projeto de conversão, é tão ruim, mas tão ruim, que trouxe para o nosso lado, quer dizer, para quem está contra essa maluquice que estão querendo fazer, todo o setor industrial brasileiro, todo o setor de comércio, todo mundo que tomou conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É importante, muito importante essa fala!

O SR. NELSON HUBNER – É, e a gente viu isso nesse artigo que o Tolmasquim citou e a gente publicou no Valor. É impressionante! Do mesmo jeito que o Tolmasquim recebeu, eu recebi também, e de gente que, assim, por princípio, acha, como um monte de cidadãos brasileiros colocaram em suas perguntas, que tem que ser privado mesmo, porque tem que ter competição, e a competição vai baixar os preços e tal. Então, eu quero focar nisso, e quero responder para esse cidadão aí que está com essa coisa na cabeça.

Primeiro é o seguinte: a competição no mercado é boa para baixar os preços? Eu tenderia a concordar com ele em muitos aspectos. Realmente, funciona para um monte de coisas que eu compro, como sabonete, chiclete, bala, chocolate para os meus netos e mais não sei o quê. Isso aí não precisa de ninguém controlar, vai ter muita gente, qualquer um pode produzir, o custo de implantar uma indústria dessas não é tão complexo, aí tem uma relativa competição entre todo mundo que revende isso, e você consegue ter algum ganho para a sociedade.

Agora, nós estamos falando de energia elétrica, em especial energia elétrica em um país em que 70% dos nossos recursos são hídricos. E quando a gente tem, por exemplo, este momento que a gente está vivendo, em que está faltando água, uma Eletrobras privada, unicamente com Tucuruí... Ela fala o seguinte: "Não, eu não vou despachar Tucuruí." Pronto, aí já vem o racionamento, porque não consegue atender... É uma usina, uma usina, num momento de crise desse aí.

Então, o dono da Eletrobras, com duas ou três grandes usinas, ele impõe o preço que quiser. Mas que raio de mercado, então, é esse? E na hora em que eu vendo a Eletrobras, em vez de eu estar aumentando a competição no mercado, eu estou diminuindo, eu estou tirando um agente e, provavelmente, o controlador dela vai ser um agente que já está no mercado: eu estou concentrando mais ainda esse mercado.

Por isso é que, em todos esses países que têm, realmente, muitos recursos hídricos, mesmo quando praticam o mercado liberalizado, como o mercado americano, que citaram como exemplo, e muitos outros mercados... O Ikaro já detalhou bem aí e eu apresentei dados na semana passada para um grupo de Senadores mostrando como é que é isso no mundo.

Gente, ninguém vende uma usina hídrica amortizada. Isso é na Noruega, que tem 90 e tantos por cento de sua energia consumida vindo de fonte hídrica e, desde 1909, o Parlamento norueguês definiu o quê? Apaga uma usina, volta para o Estado. E o Estado, a União não cobra outro bônus, porque o bônus de outorga é lá no início. Ela simplesmente passa para uma estatal norueguesa que opera essas usinas para o resto da vida.

E tem mais: como a Noruega começou a participar de um mercado liberalizado com países vizinhos, a energia dessa Statkraft, que é a estatal deles, que é a Eletrobras deles, vende essa energia para o preço nesse mercado. E aí, para os noruegueses é bom. Se o Brasil pudesse vender a nossa energia que sobra das hidros para o mercado americano, a gente ganhava o dinheiro de lá e dava um subsídio na tarifa para o consumidor interno. Podia ser um bom negócio, como os canadenses da Hydro-Québec fazem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A província de Quebec no Canadá é a mesma coisa. A sua usina hídrica toda pertence à província, ao Estado, e o Estado definiu: no meu mercado aqui, você vai me entregar energia a preço de custo, energia de cotas, como as nossas. Só que o Brasil faz para o Brasil inteiro, reparte para cada Estado. Lá, não; dá para a província de Quebec. Aí, fala assim para a Hydro-Québec: o que você produzir a mais pode vender para quem você quiser. E eles vendem para o mercado liberalizado no norte dos Estados Unidos, lá na região que eles chamam de New England lá, que tem um operador independente, e vendem essa energia. Competindo com quem? Com térmicas caras para caramba que tem lá. Então, dá um lucro brutal, brutal, mas eles aproveitam esse lucro para investir na província.

No nosso País, nós estamos passando para um privado que vai vender energia no Brasil pelo preço que quiser e o lucro não será repartido com a sociedade, ficará só para o controlador dessa empresa. Ora, que brincadeira é essa? Então, eu queria responder para esse cidadão, ou seja, vocês liberarem o mercado de sabonete, de bala, chiclete, bicicleta, não sei o quê, onde você consegue ter uma competição, é uma coisa. Energia, eu não tenho opção, e o consumidor nosso, como nós falamos, se chama cativo, porque está preso no mercado da distribuidora, e esse preço é regulado. Por que é regulado? Há quantos operadores no mercado de energia no Brasil? Se você pegar os dez operadores maiores, já controlam todo o mercado de energia brasileiro. Então, você não tem competição, é impossível acontecer isso.

E por isso que nem Estados Unidos, como Ikaro colocou lá, vende usina hídrica, está tudo na mão do Estado. E ele vende essa energia com preço regulado, a preço de custo regulado pela agência federal americana, para o que eles chamam utilities, quer dizer, distribuidoras – e os Estados Unidos têm muitas distribuidoras municipais, lá tem muito isso –, para cooperativas, para tudo. A quê? A preço de custo, ela não vende nesses mercados competitivos.

E o pessoal que acha bonito isso, a competição aí, peguem isso aí, tem relatório da agência nacional de energia. Peguem nos Estados Unidos os Estados onde a energia é mais cara. Então, você tem dois Estados em que a energia é mais cara, Havaí e Alasca, que é até pela situação de lá, uma ilha e o outro fica isolado do norte lá. Os outros são esses Estados, essa região de New England que eu estou falando lá, que é um mercado liberalizado no norte que tem poucos recursos renováveis e baratos; o outro é a Califórnia, que é o mercado mais avançado, moderno, considerado no mundo. Só perde em termo dos preços mais altos no mercado americano para o Havaí, para o Alasca e para esses Estados lá do nordeste americano, que por sinal compram energia cara do Canadá, como eu falei aqui. É exatamente a Califórnia, mesmo a Califórnia tendo muito recurso solar, em especial, e muito recurso hídrico, mas eles botam isso para competir.

Então, eu acho que a sociedade, o nosso cidadão tem que entender isto: uma coisa é o mercado de varejo, em que eu tenho a opção de ter ou não ter. Mesmo o produto alimentar – "ah, não, agora esse produto está muito caro" –, eu posso comprar um substituto. Na energia, a gente não tem substituto. Enquanto eu não conseguir botar ponto solar no teto da minha casa, comprar bateria própria e me desligar do sistema, eu sou escravo disso aí. Por isso tem que ser regulado. É isso que eu penso.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Nelson Hubner. Em sua exposição, foi brilhante, como todos os outros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu recebi aqui outras perguntas, mas percebi que muitas são repetidas. Vou rapidamente ler, aí vocês poderão responder ainda sobre essas aqui. Algumas se repetem.

Sabemos que os países mais desenvolvidos são os que mais investem em pesquisa, tecnologia e inovação em energia elétrica. Como está o investimento nesse setor no Brasil?

Outra: levando em consideração que a crise hídrica se abate sobre o País e há risco real de racionamento de energia elétrica, o que pode acontecer no País caso a Eletrobras seja privatizada?

Com a privatização da Eletrobras haverá mais competição no mercado e diminuição do preço da energia?

Outra pergunta.

Para que o Brasil seja autossuficiente em distribuição de energia elétrica, quais são os desafios para a expansão da geração do setor elétrico?

Outra pergunta: a privatização da Eletrobras é necessária para atrair os capitais? A Eletrobras atualmente é capaz de atrair investimentos suficientes para garantir a sua expansão? Qual a capacidade de geração de energia atualmente da Eletrobras? Qual o impacto de privatização da Eletrobras sobre o consumidor brasileiro?

As que forem repetidas vocês desconsiderem.

O estabelecimento de cotas para a contratação de Pequenas Centrais Hidrelétricas, as chamadas PCHs, terá impacto tarifário?

Perguntas outras aqui eles dirigem, mas todos podem responder.

Há uma clara irregularidade de quebra de regime jurídico no processo de descotização... Essa eu já fiz.

São essas aqui. Outras, para mim, se repetem. Seria isso.

Eu daria agora, se vocês assim entenderem, cinco minutos a cada um para responder às perguntas e para considerações que vão no sentido deste debate. E, por fim, nós faremos então a despedida de cada um.

Começamos de novo pela Dra. Clarice.

A SRA. CLARICE FERRAZ (Para expor.) – Obrigada, Senador Paim.

Eu vou pegar uma das últimas, falando sobre como se daria a expansão. É muito importante que se entenda que o setor elétrico... Há uma indústria elétrica mundial. E essa indústria elétrica mundial está passando por uma grande transformação – a gente está falando de uma mudança de paradigma tecnológico. E há uma crise, realmente, ecológica em curso. Então, o setor energético passa por uma grande transformação. A gente vai descarbonizando e, para descarbonizar, a gente tem que consumir menos petróleo e menos combustível fóssil, mas eu vou aumentar o meu consumo de eletricidade. Então, isso é extremamente pressionado. O consumo de eletricidade cresce sete vezes mais do que o de combustíveis fósseis em meio aos desafios de se incorporar essas novas fontes, de ter as novas tecnologias que consigam equilibrar o sistema.

Então, é preciso que se entenda que o setor elétrico amanhã é renovável e tem que incorporar uma grande quantidade de energias renováveis que são variáveis. Para isso é que a gente tem que fazer essa expansão com isso na base do nosso pensamento estrutural. Então, o reservatório assume outro papel e é essencial para equilibrar e manter o nível de preços módicos, o que, inclusive, é um dos pilares do setor elétrico brasileiro na sua gênese. Então, energia limpa, barata e abundante, agora, com as novas tecnologias, é com tecnologia variável e regularização via reservatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, é essencial o investimento em P&D – vou fazendo aqui uma ligação com outra pergunta que foi realizada. A gente vai muito mal aqui no Brasil... Eu sou professora de universidade pública. É outra área também em que nós estamos sendo muito desestruturados. Em particular, no setor elétrico, se tem pelo menos esse laboratório que é o Cepel, mas ele deveria ser muito expandido e fortalecido, e talvez deveriam criar outros, para que se possam realmente desenvolver, ter autonomia sobre as tecnologias e ter conhecimento sobre as tecnologias que serão adotadas. O que a gente quer para os nossos engenheiros? O que a gente quer... Eu penso nos meus estudantes. Eles vão ser técnicos somente de operação e manutenção? Nenhum demérito a essa função, mas é preciso também pensar na geração de inteligência nacional, no que está em jogo. É uma nova geopolítica da energia de que a gente está falando aqui, e o Brasil está sendo sabotado na origem dessa transformação. Isso precisa realmente ser impedido. Voltando a uma questão sobre esse risco real de racionamento, o que acontece é o agravamento desse racionamento, porque se desarticula um setor que tem que estar preparado para enfrentar essa questão. Então, isso é de responsabilidade do Executivo, ele precisa lidar com isso. Ele envia essa MP para as Casas Legislativas, depois ele diz que é o mercado que vai coordenar, quando os fatos, as evidências históricas nos mostram que o mercado não é capaz de exercitar a coordenação, sobretudo na nossa geografia nacional, como muito bem colocaram o Nelson Hubner e o Ikaro, dizendo que a meteorologia não responde a sinal de preço. Nós precisamos nos preparar, nós precisamos nos adaptar, nós precisamos ter controle e espaço de coordenação.

Lembro que, na época de Fernando Henrique, nas privatizações, a despeito de terem adotado um modelo de mercado, em que se acreditou... E aquilo foi feito com seriedade. Eu estudei profundamente, eu pensei que também pudesse ser feito, mas, quando você vai estudar, não é possível, realmente não é possível. Pela nossa geografia, esse sistema, pelo menos a parte toda hidrelétrica e da transmissão, tem característica de monopólio natural. Não são só alguns segmentos aqui. Isso é uma coisa do Brasil, do nosso Território integrado. Graças a esse desenho, isso é uma grande vantagem, que pode ser utilizada para integração do Território e para integrar todas essas fontes, com desenvolvimento regional e com tudo isso sendo pensado.

O que foi feito? Foi feita uma observação da realidade, objetivamente. Risco de racionamento: precisamos paralisar esse processo e ter uma estratégia de enfrentamento. Então, não importa se estava com mercado livre, com uma agência reguladora independente; foi chamada e criada uma câmara de gestão de crise; parem tudo, e a gente tenta evitar desdobramentos gravíssimos, que são os desdobramentos de um racionamento. Houve estudos que estimaram a perda do PIB... Nós estamos em profunda crise econômica, são 20 milhões de brasileiros em situação de fome, estão em insegurança alimentar mais tantos outros.

Então, realmente, não importa a reforma setorial agora, importa o enfrentamento desse problema que tem graves impactos macroeconômicos, sociais e ambientais, porque a única resposta do Governo neste momento foi colocar mais termelétricas que não entrarão em operação a tempo de mitigar esse risco e, além disso, priorizar a utilização da água do reservatório para, justamente, geração de eletricidade, quer dizer, isso afeta a irrigação, isso é mais fome, isso é mais perda de biodiversidade e isso é mais seca para o futuro. A gente tem que equilibrar, a gente tem que saber usar nossos recursos naturais, a gente tem que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidar do que é nosso. Não é assim. O espaço de mercado não é o espaço de coordenação de que a gente está precisando agora, neste momento.

Com isso eu encerro as minhas palavras, e com extrema preocupação. Espero que a gente tenha podido, neste espaço, sensibilizar os nobres Senadores e que esta mensagem seja transmitida aos nossos nobres colegas.

Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Clarice Ferraz. Respondeu às diversas perguntas com muita clareza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Dr. Nelson.

O SR. NELSON HUBNER – Gostaria de solicitar que eu pudesse falar primeiro, agora, porque eu vou ter que estar às 11h em um debate com representantes de Governadores também sobre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sem nenhum problema.

Dr. Nelson, com a palavra por cinco minutos.

O SR. NELSON HUBNER (Para expor.) – Eu não gasto nem cinco minutos.

Na verdade, eu tinha relacionado aqui dois temas para comentar, e os dois foram muito bem comentados pela Clarice, exatamente estes dois temas: a questão dos desafios de expansão, e nós estamos realmente no momento de uma mudança radical do sistema elétrico, principalmente por uma questão de mobilidade elétrica, ou seja, é a mudança da matriz de transporte, que vai sair dos derivados de petróleo, de combustíveis fósseis, para a eletricidade, o que aumenta mais o desafio, e o resto a Clarice já explicou muito bem, e a questão da pesquisa.

O mundo inteiro hoje bota bilhões de dólares e euros em pesquisa, principalmente para este nosso setor, em cima dessa mudança tecnológica. É questão de hidrogênio, é questão de veículos elétricos e tudo mais. E o que aconteceu no nosso País? O nosso Congresso aprovou uma lei – e o setor elétrico tinha, e tem ainda, recurso destinado, que sai da tarifa do consumidor, para aplicar em pesquisa no setor energético –, retirando uma boa parte desses recursos para quê? Para julgar, para tudo quanto é coisa. "Ah, vamos botar não OCDE para diminuir já o impacto para o consumidor, que está pagando demais!" Esperem aí: por que não tiram uma parte do Tesouro, que está indo para tudo quanto é coisa?

Então, eram esses comentários.

Eu queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui falando e queria fazer este apelo aos Senadores e à sociedade brasileira: em vez de pegar estas frases prontas, como: "o que é bom é a competição, vendam tudo", que aprofundem, escutem um pouquinho isso que a gente tem colocado, verifiquem realmente o que acontece no mundo. Está tudo hoje na internet. Busquem, tirem as respostas de vocês. Essas palavras prontas podem levar a gente para um caos total nos próximos anos. Como o Senador Jean Prates falou, não vai demorar, não. Eu já falei isto outro dia num debate: não tenho dúvida de que, daqui a dois, três anos, um próximo Governo um pouquinho mais sério que entrar aí vai ter que mudar isso tudo de novo, porque é insustentável para o País. É só isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos. Eu me despeço, então, e agradeço muito a oportunidade de estar aqui discutindo com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço, Dr. Nelson Hubner, ex-Ministro de Minas e Energia no Governo Dilma e ex-Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Você deu uma verdadeira aula, como todos os convidados. Como você está se retirando neste momento para uma outra atividade com os Governadores, eu, aqui, de público, agradeço a grande contribuição, porque essa posição de vocês é, na verdade, a defesa do povo brasileiro.

Muito obrigado, Dr. Nelson. Até uma próxima oportunidade.

E quero lembrar que nós teremos, por iniciativa de um grupo de Senadores, como Jean Paul e tantos outros que estão aqui, como Zenaide e Nilda, tantos outros – vou ler depois –, um debate no Plenário. Às vezes, quando alguém assiste a uma audiência pública como esta, que foi provocada pelo movimento social e pelas bancadas, pode dizer: "Ah, mas tem que ouvir o outro lado". Vamos ouvir, sim! Pode ser numa audiência pública – fica aqui já o convite, se assim entenderem –, mas teremos no Plenário do Senado, antes da votação, um amplo debate, com a Agência Senado, TV Senado, Rádio Senado, para todo o Brasil! Eu espero que se façam presentes os que pensam diferente, o que é muito bom, como a gente falou tanto aqui em democracia... Houve casos e casos e casos, nesta própria Comissão, em que, embora convidados, não se faziam presentes. Espero que se façam presentes!

Obrigado, Dr. Nelson. Não vou prendê-lo mais, sei que tem um compromisso agora, às 11h.

O SR. NELSON HUBNER – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria já agradecer a todo o sistema de comunicação do Senado da República. Nós estamos ao vivo para todo o Brasil desde as 8h30 – agora, são 11h05 –, e vamos continuar, porque estamos caminhando agora para o encerramento.

Passo a palavra ao Sr. Ikaro Chaves, da Associação de Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras.

O SR. IKARO CHAVES (Para expor.) – Senador, primeiro, eu queria só fazer um disclaimer aqui: eu também sou Conselheiro de Administração da Eletronorte, mas eu tenho que avisar aqui que eu não falo em nome do Conselho da Eletronorte. É uma obrigação legal que eu tenho. Fui eleito pelos trabalhadores. Eu queria falar começando por onde o Nelson terminou: a questão da transição energética que nós estamos vivendo e a transição em termos de mobilidade. Então, privatizar a Eletrobras não é só criar uma empresa que vai comandar o setor elétrico do Brasil, é criar uma empresa que vai comandar o setor de transportes no Brasil, porque, no futuro próximo, os veículos vão ser elétricos. E quem dominar o mercado de energia vai dominar o mercado de transportes, ou seja, nós estamos criando um monstro no Brasil dominado pela BlackRock, por outros fundos internacionais, por fundos soberanos, porque quem vai comprar a Eletrobras vão ser capitais de fundos soberanos da Noruega, dos Emirados Árabes, do Catar... Então, é algo extremamente grave! País nenhum do mundo está fazendo isso. Pelo contrário! A Alemanha, por exemplo, reestatizou, na última década, mais de 370 empresas do setor elétrico. Quem privatizou nos anos 90 viu que isso foi um erro e está voltando atrás agora. E nós não podemos fazer isso justamente agora, em que a privatização, principalmente do setor elétrico, deixou de ser política moderna. Pelo contrário! Hoje em dia, é uma política atrasada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria também lembrar aqui, Senador, que esta audiência a gente deve aos Senadores, claro, mas também a uma mobilização dos trabalhadores. Nós fizemos uma proposta legislativa que teve mais de 20 mil adesões, ou seja, a nossa categoria está mobilizada não só para defender os seus empregos, mas para defender o País. Então, nós estamos nessa luta já há muito tempo. E a gente fez essa mobilização. Eu quero agradecer aqui à categoria dos eletricitários que tem sido tão importante para defender esse pedaço fundamental da nossa soberania que é a Eletrobras.

Só para lembrar aqui, Senador, a gente vai ter um aumento por conta da descotização de 14% e mais um aumento por conta da adição dessas termelétricas que foram colocadas e também das PCHs. Nós calculamos um aumento de 22% na conta de luz – 22%! Se a gente levar em consideração que não vai haver a renovação pelo sistema de cotas de Tucuruí, na verdade, entre aumento e frustração de redução, nós vamos ter 34% que vão ser retirados dos bolsos dos consumidores, sem contar o aumento que já está contratado pela crise hídrica, pois estão entrando térmicas caríssimas agora, no sistema. Ou seja, nós estamos tratando de um "tarifaço" no bolso do consumidor, no pior momento para se fazer isso, quando o País está em crise, o desemprego é recorde e a pandemia persiste. Não há absolutamente nenhuma justificativa para se fazer isso.

Com relação à questão da crise hídrica, talvez seja mais grave. Vamos lembrar: depois do racionamento de 2000, 2001, quem salvou o Brasil não foi empresa privada dos Estados Unidos, da Europa, da China, de lugar nenhum; foi a Eletrobras. Foi a Eletrobras que comandou a construção da usina de Belo Monte; foi a Eletrobras que comandou a construção de Jirau, de Santo Antônio, de Teles Pires e de todas as obras estruturantes, inclusive a interligação de grande parte da região do País, como Rondônia, Acre... Foi a Eletrobras que fez isso! Agora, se não tiver a Eletrobras nas mãos, sob o controle público, quem vai fazer isso? Quem vai obrigar uma empresa privada a investir? Nós estamos falando de aumento da conta de luz e de risco de abastecimento no futuro!

E, quanto ao aumento da conta de luz, Senadores, é bom lembrar que não é só para o consumidor residencial; é para as escolas, é para os hospitais, é para a indústria, é para as prefeituras... Então, é algo extremamente grave o que nós estamos tratando aqui. Então, a gente não pode deixar que isso aconteça.

E essa privatização é um escândalo, porque a Eletrobras tem R\$44 bilhões para receber, que se chama RBSE, que é uma dívida que foi reconhecida pela União, através da Aneel, e que vai ser paga à Eletrobras, a partir deste ano, até o ano de 2028, de R\$44 bilhões. Então, a Eletrobras vai ser vendida por 25 bilhões, que é o dinheiro que vai entrar no Tesouro, mas já vai ter R\$44 bilhões. Ou seja: nós vamos pagar para privatizar. Então, isso é, de fato, um escândalo.

Sem falar que também está prevista na legislação algo que, na nossa opinião, é extremamente grave, que a Eletrobras está inscrita lá na MP que chegou ao Senado. A União permanecerá como garantidora dos empréstimos da Eletrobras. Privada! Ou seja: nós vamos ter a União garantindo os empréstimos de uma empresa privada! É como se eu vendesse um carro e continuasse pagando o seguro. Algo absurdo!

Então, a gente espera realmente que o Senado corrija o erro da Câmara dos Deputados, que aprovou essa medida provisória sem nenhum debate, sem nenhum estudo e sem a oportunidade de que a gente pudesse apresentar nossos argumentos que nós estamos tendo aqui.

Mais uma vez, Senador, Senadores, muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Dr. Ikaro Chaves, da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobras.

Eu achei interessante esse exemplo do carro, porque aconteceu comigo. Eu vendi um carro para um cidadão, ele... Eu disse: "Ó, você vai lá...". Eu entreguei tudo na mão dele: "Vai lá e passa para o teu nome". Na maior confiança. Não é que ele bate o carro no caminho? O que que aconteceu? Foi para juízo, e eu tive que pagar R\$60 mil. O prejuízo de um cidadão, com o que ele bateu.

O seu exemplo, assim, quando você falou... Eu me senti superinjustificado, mas, bom, eu tinha entregado os papéis todos para ele e tal...

Mas meus parabéns a todos pela forma clara, nítida e bem didática de cada explicação que foi dada.

Agora eu acho que falta somente o Dr. Maurício, não é, Dr. Maurício?

O Dr. Maurício, que é ex-Presidente da Empresa Pública de Pesquisa Energética e professor da Universidade do Rio de Janeiro.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM (Para expor.) – Obrigado. Vou ser breve.

O que mais abala, às vezes, é não haver uma justificativa clara para essa MP, que vai afetar todo o setor elétrico.

Em termos de atração de investimentos, expansão, ela não vai atrair. Hoje o setor não tem problema de atrair os capitais necessários à expansão do sistema. Então, essa não é uma justificativa adequada.

Abaixar a tarifa também não vai abaixar, ao contrário, ela vai aumentar por diversos mecanismos. Primeiro porque vai chegar as usinas que já foram amortizadas, hidrelétricas, e o consumidor já pagou pelo investimento. O custo de operação de uma hidrelétrica é muito barato, operação e manutenção.

Então, hoje o consumidor se beneficia de pagar muito pouco por essa energia e vai permitir que a Eletrobras privada venda essa energia ao preço de mercado. Então, o consumidor vai deixar de pagar um valor que gira em torno de R\$70 para pagar algo que pode chegar a três vezes ou mais desse valor.

Além disso, ele dá a possibilidade às usinas que estão em fim de período de concessão, como Tucuruí, de acontecer o mesmo. Então, terminada a concessão de Tucuruí, podia também o Governo pegar e obter esse diferencial desse custo de operação e manutenção do preço de mercado e reverter esses recursos para baratear a tarifa do consumidor.

Ao invés disso, Tucuruí vai dentro do pacote. Quem pegar Tucuruí, vai pegar o direito de vender essa energia por mais tempo. Além disso, abocanha os ganhos de Itaipu. Itaipu, que foi paga durante 50 anos, agora... Você acabou de pagar a sua dívida, aí na hora que você acabou de pagar, falou: "ufa, agora eu posso aproveitar, ter uma energia mais barata". Não. O consumidor vai começar a pagar tudo de novo porque quem vender a energia de Itaipu ao preço de mercado vai auferir esse benefício.

Então, essa medida vai no sentido de encarecer a energia e ela também cria reserva de mercado, o que acaba sendo ruim para os próprios investidores privados. Então, como eu disse, essa MP não é uma questão ideológica. Ela vai tanto contra aqueles que acreditam, com uma visão mais estatista, mas ela vai também contra quem tem um pensamento mais liberal porque ela vai levar a uma diminuição de competição e a um aumento de reserva de mercado por algumas fontes e por alguns empreendedores.

Então, eu acho que realmente é importante mobilização, uma ação do Senado no sentido de tentar evitar essa votação, retardar a votação. Se não for possível ganhar, pelo menos que evite que se expire o prazo dessa medida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aos Senadores por essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Maurício Tolmasquim. Meus cumprimentos pela sua fala. Todos com uma fala muito didática. Não sei se algum dos convidados tem algum complemento para fazer. (Pausa.)

Dra. Clarice, há algum complemento? (Pausa.)

Então, agradeço a todos.

Senadora Nilda, se quiser fazer um complemento, fique à vontade. (Pausa.)

O microfone está sem som.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Ah, o microfone! Está o.k.?

Eu achei excelente, Senador Paim. Todos os palestrantes, todos, foram esclarecedores, tiraram as nossas dúvidas, apresentaram motivos de sobra para que a gente possa defender arduamente a nossa Eletrobras, conscientes de que temos de convencer todos, inclusive todos os nossos Senadores, para que a gente possa dar a resposta necessária a esse Governo, que não tem compromisso social nem compromisso com o brasileiro.

É isso que eu quero dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Nilda! Eu gosto da sua fala direta.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Tem que ser!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos falando aqui de luz e de água, estamos falando, muitas vezes, de R\$600, estamos falando de cesta básica. Olha, eu, de forma encabulada, tive que dizer que encaminhei... Vou para 40 anos de Congresso, onde entrei na Constituinte. Com este mandato, vão ser 40 anos. Nunca imaginei que, um dia, eu ia entrar com um projeto para que as famílias mais vulneráveis tivessem direito a um bujão de gás a cada dois meses. Foi um apelo popular que chegou para mim, com muito, muito apoio. E isso eu fiz! E não me arrependo. Mas vejo o que está em jogo neste momento: é a nossa luz! Quem de nós vive sem luz? Ninguém! Precisamos de luz para todos, de vacinas para todos, de água para todos, de habitação, por mais simples que seja, para todos! Eu me lembro do Minha Casa, Minha Vida e de tantos programas nesse sentido. Precisamos fortalecer o SUS.

A SRA. NILDA GONDIM (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – E o Luz para Todos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente!

Temos que fortalecer as nossas estatais. Por exemplo, quando me falam... E me alertavam aqui: "Paim, Serpro e Dataprev...". É a vida de cada um que vai cair nas mãos da área privada! Vão fazer o que bem entenderem com as informações! Calculem o que é que vai acontecer!

Mas eu queria, além deste encerramento rápido, fazer ainda os encaminhamentos, para ver se vocês concordam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos que participaram e aos Senadores que já pediram, embora não tenham podido participar, que nós mandássemos o vídeo desta audiência para os 81. Então, eu agradeço em nome dos 81 Senadores, mesmo daqueles que pensam de forma diferente, porque assim é a democracia.

Vamos agora aos encaminhamentos.

Vamos realizar outras audiências públicas, que estão previstas, se não me engano, em mais duas ou três Comissões.

Foi também lembrado para mim aqui pelos nossos telespectadores que, de preferência, sejam feitas reuniões nos Estados e até nas câmaras de Vereadores. Todos têm que se interessar por esse tema! Os Vereadores podem fazer reunião lá para debater essa questão tão importante, que é a vida da Eletrobras, que são as nossas vidas.

Então, haverá audiências nos Estados, audiências nos Municípios, para discutir essa questão.

Quero avisar que todas as apresentações dos participantes estarão disponíveis no site do Senado, anexas ao resultado desta reunião. Tudo estará no YouTube. Vai continuar circulando nas redes, na íntegra, a nossa conversa aqui no dia de hoje.

É aquilo que eu tinha falado: nós vamos mandar, então, para os 81 Senadores o link desta audiência pública.

Lembro que eu acho que é muito importante, além das Comissões, o debate com convidados a favor e contra, que encabeçou essa ação de Justiça, como esse que assinei primeiro, com o Jean Paul. Mas serão convidados a favor e contra, inclusive pessoas representando o Governo. Está previsto, não tem data ainda, mas, enquanto não for realizada essa audiência pública no Plenário do Senado... O requerimento já foi aprovado. Como foi aprovado, não há votação enquanto não houver também essa audiência pública.

Por fim, foram quase quatro horas de conversa, porque fizemos uma preliminar inclusive. Eu me sinto assim 100% contemplado. Vocês me deram instrumentos, argumentos para que eu participe, digamos, de forma muito mais firme, Senadora Nilda, desse debate no Plenário do Senado. Acho que essa medida provisória deveria caducar e, para não levar constrangimento aos Senadores, não deveria nem ser votada. Se for votada, não pode ser aprovada, não é?

Há algumas coisas que são sagradas para nós. Calcule você e imagine... Eu sou tempo da geladeira e do Frigidaire, não sei como é o termo de hoje. A tua geladeira e o teu Frigidaire não funcionando, como fica lá no interior do interior do Rio Grande, onde a gente levou o Programa Luz para Todos? E, agora na mão da área privada, como fica o Luz para Todos? Agora mesmo, nós conseguimos, durante um período, que não se pagasse a luz, que protelasse. Então, é um momento muito difícil.

A Senadora Zenaide Maia voltou. Zenaide, eu dei para a Senadora Nilda e ela fez umas rápidas considerações. Eu queria muito, Zenaide – você sabe da sua voz e da sua importância para o Brasil e para todos nós –, que você também fizesse as suas considerações finais. Eu só agradeço e encerramos.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Paulo Paim, quero dizer, como a Senadora Nilda, que aos três palestrantes a gente tem que agradecer, porque eles nos enriqueceram com conhecimento técnico e o resultado que isso traria. Gostei quando ele falou porque há essa mania agora de vender as empresas brasileiras e dizer que as estatais é que não têm valor. Inclusive, agora estão acabando com os serviços públicos com a reforma administrativa. Então, o que acontece? O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amapá é o exemplo, gente, entre outros. No apagão lá, quem foi socorrer foi o Estado brasileiro, foi o povo.

Mas quero dizer o seguinte: nós temos que sensibilizar a sociedade. Eu acho que isso está começando pela quantidade de perguntas que vieram da população. E isso é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não li nem a metade, Senadora. Não li nem a metade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Nem a metade. A população tem que acordar e a gente tem que fazer um comparativo. Está aí o preço dos combustíveis, do gás de cozinha dizendo essa mesma coisa. A gente não pode, Paulo Paim, ampliar cada vez mais essa desigualdade social, ou seja, quem está pagando o preço caro é o povo com fome, é o povo desempregado. Quem está levando a fome, como eu digo, é o povo, sem vacina, morrendo não só de fome, mas por falta de vacina. A gente sabe que é por falta de vacina.

O desemprego: nós tínhamos que chegar ao pequeno comerciante. A luz, o consumidor é cativo, como foi dito aí. Não tem para onde correr. Luz para Todos, que era o sonho de todo mundo, a gente está vendo: quem é que vai pagar o preço? O povo mais pobre, esses 20 milhões, que já não têm botijão de gás. E, para quem ainda está desempregado, o salário mínimo não teve um aumento real.

Então, eu acho que, como vocês, a gente tem que deixar caducar. Mas a gente tem que pensar, Paulo Paim. Não é possível que a gente esteja no Congresso Nacional vendo 20 milhões morrendo de fome, mesmo o País sendo um dos maiores produtores de alimentos e exportadores do mundo, Paulo Paim! Eu ouço todo dia dizer que a gente alimenta um bilhão de pessoas no mundo; e deixamos 20 milhões morrerem de fome aqui? Os outros países estão comprando para alimentar o seu povo – para alimentar! Como vai ser? A gente não alimenta, não vacina, não dá dignidade, lembrando, gente, que essa população que está aí desempregada e passando fome, eles estão oferecendo ao Estado brasileiro aquilo que ele mais abraça, que é sua força de trabalho, para alimentar a sua família! E, como a gente vê o Estado brasileiro dizendo que defende a família... Eu quero lembrar aqui o que o senhor disse de outras vezes: quem defende a família, gente, defende um teto para essa família, defende alimentos para essa família, defende emprego, defende educação para essa família, e defende saúde para essa família!

Então, gente, nós temos que fazer algo, porque nós estamos vendo pessoas morrendo de fome, pessoas morrendo por falta de vacinas, pessoas desempregadas morrendo de fome também, o comércio fechando e desempregando mais gente, a indústria sem condições. Eu me lembro de uma frase de José Alencar, uma vez numa palestra, o saudoso José Alencar dizendo o seguinte: que a energia, o Brasil e a indústria tinham isso de vantagem, tinham uma energia barata. Então, nós não podemos... Não temos o direito de condenar esse povo também à escuridão. É o que está sendo proposto, porque ele não vai ter de onde tirar o dinheiro para enriquecer, cada vez mais, aqueles que têm muito. Não tenho nada contra a iniciativa privada ganhar dinheiro; agora, por favor, gente, sejam pelo menos capitalistas, porque o capitalismo quer que o trabalhador tenha o poder de compra na mão. Aqui se tira o poder de compra, o comércio não vende.

Vamos falar do lado financeiro, já que o humano não sensibiliza muito este Governo. Então, se o povo está desempregado, não tem recursos, não compra no comércio, o comércio não vende, o Governo não arrecada; a indústria não vende e o Governo não arrecada; vamos por aí, gente. E digo mais, aqui, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

finalizar: nunca um país no mundo saiu de uma crise econômica na história do mundo sem o investimento maciço do maior investidor de qualquer país que é o Estado. O Brasil quer sair dessa crise econômica sem o Estado brasileiro investir em quem gera emprego e renda, gente? Pelo amor de Deus, não é reduzindo o salário mínimo que vai aumentar isso aí! Tem que investir em infraestrutura!

O povo está pedindo trabalho; o povo não está pedindo privilégio, não. O povo está querendo viver, Paulo. E, se não vacinar, o País doente também não sai da crise econômica.

Então, quero agradecer mais uma vez ao senhor, porque eu costumo dizer que o senhor é grande. A gente enriquece de conhecimento cada vez que tem esse conhecimento e os palestrantes. Eu, como Nilda... A gente tem que ter argumento. Como disse o nosso colega Jean, foi tudo para ver essa parte prática, mas a gente que é dona de casa – não é, Nilda? – é uma economista nata. E não precisa ser grande economista para ver que não é vendendo as empresas brasileiras, destruindo o serviço público que a gente vai sair dessa crise. Não vai mesmo.

Então, escuridão para o povo brasileiro, além de fome e morte por Covid-19, não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, valeu. Grande Senadora Zenaide Maia, muito obrigado. Bancada Feminina... Olha aqui, nesse momento, na tela, estão três mulheres. A Bancada Feminina está muito bem, muito atuante, fazendo um belo trabalho.

Eu queria encerrar, então, nesse momento, agradecendo já a todo o sistema de comunicação do Senado, a todo o sistema de comunicação das redes sociais de diversos partidos, das centrais, das confederações de associações, que ajudaram a informar o Brasil do que está acontecendo em relação à nossa querida Eletrobras.

Então, muito obrigado, Clarice Ferraz; muito obrigado, Ikaro Chaves; muito obrigado, Maurício Tolmasquim; muito obrigado, Nelson Hubner.

E termino só com uma frase de que eu gosto – duas frases, se me permitem –, duas frases, e daí a gente encerra. A primeira delas: o Estado é de todos e para todos e a justiça social deve ser o caminho para a igualdade. Às vezes me perguntaram: qual é o caminho? Eu disse: o caminho a gente faz caminhando, construindo junto.

E eu termino dizendo só a frase de que eu mais gosto: é muito bom saber que no mundo existem pessoas iguais a vocês.

Muito obrigado. Até a próxima. Estamos juntos.

Palmas a vocês todos, nossos convidados. (Palmas.)

Tchau, tchau. Abração.

(Iniciada às 8 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE ABRIL DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, PLENÁRIO VIRTUAL.

Às quatorze horas e doze minutos do dia cinco de abril de dois mil e vinte e um, no Plenário Virtual, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Jarbas Vasconcelos, Izalci Lucas, Soraya Thronicke, Angelo Coronel, Carlos Viana, Lucas Barreto, Wellington Fagundes e Acir Gurgacz, e ainda dos Senadores não membros Carlos Fávaro, Mailza Gomes e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Gomes, Elmano Férrer, Mecias de Jesus, Roberto Rocha, Marcos Rogério, Jayme Campos, Jean Paul Prates, Fernando Collor e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2021 - CI, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Obter esclarecimentos acerca do Edital de Concessão do Bloco Sul de Aeroportos, notadamente do Aeroporto de Navegantes/SC, que levou o Estado de Santa Catarina a solicitar administrativamente a impugnação do leilão. **Participantes:** Ronei Saggioro Glanzmann, Secretário Nacional de Aviação Civil; representante do Ministério da Infraestrutura; Tiago Sousa Pereira, Diretor Substituto da Agência Nacional de Aviação Civil; Juliano Alcântara Noman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil; João Augusto Ribeiro Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União; e Raimundo Carreiro, Ministro do Tribunal de Contas da União. **Resultado:** Audiência pública interativa remota realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Carlos Viana, os Deputados Federais Carlos Chiodini, Angela Amin e Norma Pereira e os senhores Luiz Dagoberto Corrêa Brião (Procurador Geral do Estado de Santa Catarina), Sérgio Rodrigues Alves (Presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina), Dalírio José Beber (ex-Senador da República) e Leodegar Tiscoski (Secretário de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/04/05>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatro minutos do dia quatorze de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Confúcio Moura e Zequinha Marinho, e ainda da Senadora não membro Rose de Freitas. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Omar Aziz, Rogério Carvalho, Eliziane Gama e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater o tema Governo digital. **Participantes:** Sr. Gileno Gurjão Barreto, Diretor-presidente do Serviço Federal de processamento de dados - Serpro; Sr. Jacson Venâncio de Barros, Diretor do Departamento de informática do Sus - Datasus; Sr. Alan do Nascimento Santos, Diretor de Relacionamento e Negócios da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev (representante de Gustavo Henrique Canuto); Sr. Ítalo Nogueira, Presidente da ASSESPRO NACIONAL - Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia de Informação; Sr. Sérgio Paulo Gallindo, Presidente da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais - Brasscom; e Sr. Rodolfo Fücher, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Software - ABES. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/05/14>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de maio de 2021.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: Governo Digital.

Foram convidados para participar: Sr. Gileno Gurjão Barreto, que é Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); Sr. Jacson Venâncio de Barros, Diretor do Departamento de Informática do SUS, Sistema Único de Saúde, (Datasus); Sr. Alan do Nascimento Santos, que é o Diretor de Relacionamento e Negócios da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); Sr. Ítalo Nogueira, Presidente da Assespro Nacional (Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação); Sr. Sergio Paulo Gallindo, que é o Presidente da Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais); e o Sr. Rodolfo Fücher, que é o Presidente da Abes (Associação Brasileira das Empresas de Software).

Bem, nós aprovamos nesta Comissão o Requerimento nº 1, de minha autoria, com o objetivo exatamente de falar bastante aqui sobre o Governo Digital. Eu quero manifestar aqui a importância desse tema. Eu tive a oportunidade de agora inclusive, na CPI do Covid, dizer da importância dos membros da CPI olharem também essa questão da melhoria da legislação, do aperfeiçoamento das políticas públicas do Estado.

A gente percebe um sistema, como o Sistema Único de Saúde, ligado... A saúde hoje tem um orçamento em torno de 132 bilhões. Nós temos um sistema que é universal, mas, infelizmente, não há nenhuma integração entre Estados e Municípios. A gente percebe, aqui na Capital da República, uma falta total de integração de sistema, até mesmo falta de sistema, falta de controle. Aqui sequer há controle de estoque de medicamento. Portanto, é um absurdo o que ocorre com relação ao Governo, que praticamente é analógico no século XXI. Nós temos aí todas as condições.

Diversos países inclusive já são totalmente digitais. Já quero aqui até comunicar que um dos requerimentos que aprovamos foi um convite à Presidente da Estônia, país que é 100% digital. Mas nós ainda convivemos com pessoas que acordam às 6h da manhã para pegar um ônibus, gastam duas horas para chegar a um hospital, a uma clínica para marcar uma consulta – muitas vezes nem conseguem a consulta e, quando conseguem, ainda é daqui a seis meses, um ano – e voltam para casa. Quer dizer, são horas e horas que o cidadão perde para fazer simplesmente uma consulta, marcar uma consulta, algo que,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apertando um botão em qualquer aplicativo, poderia ser resolvido. Nós convivemos ainda com uma situação em que os pacientes, chegando ao médico, ao hospital, a uma consulta, o médico não tem nenhuma informação do paciente digitalizada. Quer dizer, um absurdo!

Na área da educação, a gente percebeu agora com a pandemia: a maioria dos Municípios sem aula, os alunos sem frequentar aula e sem acesso à internet. As próprias escolas não estavam preparadas, inclusive, para um momento como este. Então, nós antecipamos pelo menos em dez anos essa situação da tecnologia. Nós levaríamos dez anos, talvez, para chegar ao estágio em que estamos, mas a gente precisa melhorar.

E o objetivo aqui da Comissão Senado do Futuro agora é buscar criar políticas públicas de Estado, para Estados e Municípios, tomando aqui como referência, como piloto, a região metropolitana do Distrito Federal, tendo em vista que aqui é mais fácil, porque aqui é Estado e Município. Então, qualquer política pública discutida aqui no DF é mais fácil de ser implementada, porque não se tem que discutir muito com os Municípios. Minas Gerais tem mais de 800 Municípios; se tivéssemos que discutir uma política municipal, teríamos que chamar aqui 800 Prefeitos para discutir essa política. Aqui, não. Aqui é Estado e Município e, então, fica mais fácil.

O objetivo desta reunião é conversar, inclusive, com o Serpro, que é do Governo Federal, com a Datasus também, que é do Ministério da Saúde, que trata do Sistema Único de Saúde, com a Dataprev também, que também é do Governo Federal e também, algo importantíssimo, conversar com a iniciativa privada. A gente precisa ver de que forma a gente pode facilitar a vida do cidadão. A nossa preocupação é que o Governo promova uma interação, facilite realmente o acesso da sociedade, do cidadão, ao serviço público, para que ele possa dedicar essas horas que ele perde no transporte, na fila... Aqui, para vocês terem uma ideia, na Capital da República, as pessoas ainda dormem na fila para fazer uma matrícula! É uma coisa absurda, parece até que estamos no século passado! Por isso é que nós os convidamos para fazer este debate.

Eu ainda sonho que, no curto prazo, a gente consiga criar aqui realmente o Governo Digital, com uma identificação única. O cidadão que paga imposto, que paga multa no Detran, aquele que faz a matrícula e aquele que vai ao supermercado é o mesmo. Então, a identificação é única, porque é o mesmo que tem o título de eleitor, que tem suas obrigações, que paga seus impostos. Eu vejo que o objetivo é a gente ter uma identificação única do cidadão.

E, aí, tem que ter integração. O próprio TSE tem um sistema hoje que tem de ser compartilhado, porque é bastante atualizado, e a gente precisa ter essa interação.

Não é possível o que acontece hoje, por exemplo, na segurança pública também: não há essa integração de informações entre os órgãos da Segurança Pública – o banco de dados da Polícia Federal é um, da Polícia Civil é outro, da Polícia Militar é outro, do Bombeiro é outro. Essa é uma coisa assim que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não existe. Por isso que nós estamos promovendo essa reunião: para ver de que forma, com essas autoridades todas aqui que entendem da área, de que forma que a gente pode passar o País para o século XXI na área de gestão pública.

Nós já aprovamos aqui um projeto do GovTech, que é o Governo eletrônico, e agora é o debate. A gente precisa buscar solução para isso.

Então, eu vou passar a palavra para os nossos convidados.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-612211.

Nessa exposição inicial, para cada orador – lógico que nós não vamos limitar aqui, mas se puderem fazer –, o tempo será entre 10, 15 minutos, para que todos possam falar e depois a gente passa a palavra para os Senadores que estão participando.

Agradeço muito aqui já a presença, estou vendo aqui o Senador Zequinha Marinho, estou vendo aqui a Rose de Freitas. E vamos iniciar então.

Eu vou já imediatamente passar a palavra para o Sr. Gileno Gurjão Barreto, que é o nosso Diretor do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), para que ele possa falar um pouquinho para gente sobre a questão do Governo Digital.

Com a palavra o Dr. Gileno.

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO (Para expor.) – Bom dia, Senador Izalci Lucas. Bom dia, Senador Confúcio Moura. Bom dia, Senadora Rose de Freitas. Bom dia, Senador Zequinha Marinho. Estamos todos aqui reunidos. Agradeço a presença de vocês.

Gostaria também de cumprimentar meus colegas, Rodolfo Fächer, Sergio Gallindo, da Brasscom, Jacson Barros, Alan Santos, Ítalo Nogueira. Bom dia a todos e bom dia a todos os meus conterrâneos brasileiros, por assim dizer.

Senadores, Sr. Presidente, eu agradeço muito essa oportunidade de vir aqui falar para os senhores e também, claro, para todos aqueles que nos ouvem, para todo o povo brasileiro, sobre esse tema que é tão caro a todos nós, que é a transformação digital.

Quando nós falamos de transformação digital, nós falamos de uma revolução silenciosa: é aquilo que acontece nos bastidores, mas que transforma a vida das pessoas – e transforma a vida das pessoas de uma forma que não há retrocesso. Quando nós transformamos, quando nós fazemos a transformação digital – seja nós, o Serpro, sejam todas as empresas privadas que aqui estão e que participam desse processo junto aos seus clientes, junto às empresas, junto aos órgãos da administração pública –, quando há essa transformação, ela não volta mais atrás. Quem avança não quer retroceder. Então essa é a grande



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

importância da transformação digital e do que nós achamos que estamos fazendo, todos aqui juntos, silenciosamente, em benefício do cidadão brasileiro, das pessoas comuns, daqueles que acordam, como o Senador muito bem falou, pela manhã e têm que tomar um ônibus e ir para como o Senador muito bem falou, pela manhã e têm que tomar um ônibus e ir para uma fila do INSS, ou para uma fila da Receita Federal, ou para uma fila de qualquer um dos órgãos da administração pública. Então, o que nós queremos é justamente isto: que essas pessoas não precisem sair das suas casas para ir a uma fila. Nós queremos que as pessoas fiquem nas suas casas, trabalhando ou vivendo com os seus familiares.

Dito isso, Senador, eu vou fazer uma breve apresentação. Eu agradeço esse tempo. Eu vou tentar me ater aos 15 minutos regulamentares – talvez eu passe um pouquinho. Já peço, de antemão, desculpas aos senhores: talvez, precise sair um pouco desta reunião e passar 15 minutos com os meus colegas aqui do Serpro, porque nós teremos um evento hoje pela manhã de comemoração de 100 milhões de contas no portal GovBr.. É um grande marco para o Brasil, é um grande marco para a evolução, para a transformação digital dos brasileiros. Mas eu irei e voltarei, prometo aos senhores.

Dito isso, eu gostaria de compartilhar uma apresentação com os senhores, falando... Senador Izalci, eu pediria para o senhor me permitir compartilhar uma tela, uma apresentação com os senhores. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, com certeza. Os nossos técnicos estão providenciando rapidamente. O.k.

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO – Vamos ver se agora vai.

Os senhores estão vendo a minha tela?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, perfeitamente.

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO – Deixem-me organizar aqui para o lado para eu também ter a visão completa. Colocarei em forma de apresentação. Bem, acho que agora os senhores conseguem ver, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Ótimo!

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO – Eu gostaria de falar sobre o Serpro e a transformação digital do Brasil. Com esta apresentação, eu pretenderei passar aos senhores boa parte, se não todas, das iniciativas que têm sido adotadas pelo Governo Federal por meio do Ministério da Economia – da Secretaria de Governo Digital e da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Presidente Bolsonaro, Ministro Paulo Guedes, Secretário Caio Andrade, Subsecretário Luis Felipe Salin e eu, na sequência. Nós seguimos uma cadeia e uma equipe que trabalha unida em prol da transformação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digital. E o nosso tema é a missão do Serpro. A missão do Serpro é conectar Governo e sociedade. Essa é a nossa missão, essa que está nesse planejamento estratégico que aqui está, atrás de mim, e que fica presente na sala de toda a diretoria, para que nós não esqueçamos a nossa missão técnica, que é a de administrar essa empresa com o objetivo de conectar Governo e sociedade.

Vou passar um pouco por três grandes dimensões. Primeiro, as iniciativas para a transformação digital. Gostaria de falar um pouco sobre o acesso ao GovBr, sobre o portal GovBr, que são iniciativas muito precisas e focadas do Ministério da Economia. Depois passaremos para as iniciativas combinadas de Governo, tudo aquilo que nós estamos fazendo junto com as empresas, com a iniciativa privada, e com os órgãos da administração pública federal. E, por fim, parcerias, que são um pouco a evolução da gestão, uma evolução que foi trazida pela Lei nº 13.303, que é de literalmente combinar Estado e sociedade, ou combinar Poder Público e iniciativa privada para melhor servir aos cidadãos.

Primeiro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos aqueles que nos assistem, eu gostaria de falar do acesso.gov.br. O acesso.gov.br é uma conta única do cidadão para acessar serviços públicos digitais de forma segura. Então, quando os senhores hoje baixam nos seus celulares, em qualquer dos sistemas disponíveis, o aplicativo meugov.br, nós estamos falando disso. Mas não é apenas isso. O GovBr é toda uma infraestrutura, é toda uma série de ações e iniciativas para que nós possamos ter um único Governo para um único cidadão. Não queremos ter muitos governos para um cidadão. O cidadão, como o Senador falou bem no início, está cansado de ter Municípios, Estados e União, cada um com seus serviços, cada um com suas prerrogativas, cada um com suas exigências, e ele, um único cidadão – vamos chamá-lo de contribuinte – pagando impostos a todos. Não, o cidadão gostaria de ter um único Governo. É um Governo para um cidadão. Isso a transformação digital nos permite fazer, e é isso que nós estamos buscando: uma conta única, o gov.br, para o cidadão acessar serviços públicos digitais de forma segura.

Nesses últimos meses ou dois anos, vamos falar assim, nós já conectamos 2.800 serviços, nós já temos 100 milhões de contas de brasileiros, dos 215 milhões de habitantes, nós temos 180 milhões de *logins* por mês – 180 milhões de pessoas acessam esses serviços – e o acesso a esses serviços cresce 5% ao mês – não é ao ano, é ao mês.

Quais são os principais serviços digitais, que são aqueles mais acessados pelos brasileiros? Eu gostaria de mencionar aqui o e-CAC – nós estamos falando aqui de Receita Federal –, a carteira digital de trânsito, a carteira de trabalho digital, o meu INSS. Temos um portal de serviços do Denatran. Quando nós falamos aqui de Redesim, significa que qualquer brasileiro que queira abrir uma empresa, seja ela uma MEI, seja ela uma Ltda., seja ela uma pequena empresa, ele, por meio do Redesim, consegue fazê-lo já de forma quase totalmente digital. Ainda falta muito – ainda falta algo, porque, como nós sabemos, é uma competência compartilhada entre Estados e a União. O Redesim conectou todos os Estados, melhorou muito os serviços, mas poderia melhorar um pouquinho mais se, como o Senador Izalci Lucas nos falou, houvesse maior integração entre União e Estados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos falando aqui também do Conecte SUS, porque é o nosso grande objetivo, lá na frente, o cidadão ter no seu celular uma *wallet*, uma carteira, para que ele tenha tudo isso disponível apenas em um lugar, para que, no seu telefone celular, ele possa ter toda a jornada de sua vida de forma digital. É isso que os governos digitais, hoje, Senador, fazem, buscam, e é isso que o Governo brasileiro está buscando também – sem se esquecer do Enem, dos nossos estudantes.

Como eu disse, é um meio seguro... Além disso, além de ser uma conta única, o GovBr ou o acesso.gov.br permite um meio, disponibiliza um meio seguro para todos os brasileiros acessarem essas soluções digitais, com a garantia da identidade do usuário. Esse é um tema que nós temos muito que discutir, porque, depois da Lei 14.129, recentemente aprovada, nós teremos a interoperabilidade das bases de dados do Governo Federal. Isso é muito importante. Isso é, eu diria, um alicerce ou uma pedra angular para que nós possamos ter realmente um Governo 100% digital. É muito importante que isso ocorra no futuro.

Toda conta criada no GovBr passa por um processo de validação. Quando o cidadão lá chega, quando nós... Eu tenho minha conta e acredito que os senhores também a tenham, bem como todos aqueles que nos assistem. Os cidadãos meus conterrâneos brasileiros, quando entram no gov.br, têm a garantia de segurança daquele cadastro ou daqueles dados que eles lá colocaram. A Lei Geral de Proteção de Dados garante isso. E isso foi um grande avanço para que nós pudéssemos delimitar todo esse escopo, todo esse perímetro de segurança sobre os dados das pessoas.

Nessa conta única, no gov.br, ele pode, além de acessar serviços, também acessar bancos pela internet. Eles podem, caso necessário, conectar certificados digitais em nuvem e ter literalmente acesso a todos os serviços, independentemente do grau de segurança que seja exigido.

Como eu disse, isso tudo está no celular – isso tudo está no celular. Quando nós chegamos ao Serpro, nós percebemos que havia, na mais cética – vou usar a palavra em inglês – das pessoas, ainda aquela coisa do computador e implementamos o que nós chamamos de *mobile first*: no final do dia, as pessoas estão conectadas ao seu celular. Mesmo quando estão conectadas ao seu *desktop*, ao seu computador pessoal, as pessoas estão com o celular do lado; é lá que elas vivem hoje... O Senador, por exemplo, está conectado ao seu celular neste momento, não é, Senador? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou verificando aqui o gov, o meu Governo, o gov, não é?

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO – Exatamente! Nós não passamos sem conectar o nosso celular. Ele está sempre aqui ao lado. Nós estamos aqui, o senhor está falando, e eu estou aqui com meu celular, onde tenho todos os nomes dos Senadores e as anotações que eu fiz dos temas que eu gostaria de debater.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é o *mobile first*. Não adianta nós despendermos recursos públicos ou privados em aplicações *web* para *desktops* se as pessoas, o cidadão, o brasileiro comum estão no ônibus com seu celular. Então, lá tem que ser a prioridade. Nós temos que investir em transformação digital a partir do telefone celular, e isso economiza muito dinheiro. O senhor não sabe o quanto.

Bom, o que nós temos hoje no meugov? Nós temos prova de vida, leitura de QR Codes, muitas vezes serviços disponibilizados por QR Code, nós temos *wallet* de documentos digitais, nós podemos favoritar documentos, desbloquear biometrias, ter históricos de acesso e consentimentos.

Só um momento, Senador... Tem alguém aqui. (*Pausa.*)

Pois não. Ah, tá bom? Ok. Obrigado.

Desculpe-me, Senador, foi uma breve interrupção.

E, nessa *wallet* de documentos, nós temos aqui o maior exemplo, que acho que todos nós temos, que é a carteira nacional de habilitação. Todos que conseguiram já baixar a sua carteira nacional de habilitação têm à disposição um documento que é aceito, inclusive, por exemplo, em aeroportos. É uma forma de identidade, é uma identidade aceita e digitalmente aceita. O que nós queremos agora é ampliar tudo isso para todas as pessoas, porque sabemos que talvez 30% ou, no máximo, 40% dos brasileiros dirigem. Nós queremos alcançar 100% da população. Temos o CPF digital, o certificado de reservista, o certificado de alistamento militar. E nós temos a disponibilizar, em breve, o cartão de vacinação e, o que será o principal, o documento nacional de identidade. Aquela nossa velha identidade da Secretaria de Segurança Pública nós queremos disponibilizar em todo o Brasil, para todas as pessoas. É o nosso próximo passo e a nossa próxima meta.

Que benefícios isso traz para todos? Redução de fraudes relacionadas à identidade do usuário, redução de custos – isso é inexorável –, flexibilidade para definir os serviços disponíveis, o que o Estado pode disponibilizar, como e para quem, e os níveis de segurança adequados para cada tipo de acesso ou para cada grau de necessidade de acesso das pessoas. Então, são grandes benefícios que já estão disponíveis a todas as pessoas.

Agora, vamos sair um pouco do celular e vamos falar um pouco para aqueles que trabalham, para aqueles que estão à frente do seu computador no dia a dia. Nós temos o portal gov.br. Os senhores lembram que, algum tempo atrás, nós entrávamos em um *site* e cada *site*, cada sítio – vamos falar em português – tinha uma cara, uma foto, eram dispostos de formas diferentes, porque cada ministério ou cada órgão da administração pública tinha o seu castelinho feito internamente, de acordo com a cabeça dos gestores, ao longo do tempo. É natural que isso tivesse acontecido, porque é a própria evolução da tecnologia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós buscamos com o portal GovBr é unificar todos esses sítios, todos os serviços e torná-los mais únicos ou mais uniformes para que todos os cidadãos tenham a mesma experiência. Esse é um processo que toma algum tempo, como nós veremos um pouco mais adiante, mas que tem sido feito, e nós temos contado com a colaboração de todos os órgãos da administração pública, em especial da administração pública federal.

Hoje nós já temos 106 portais migrados para o gov.br; 4.281 serviços públicos migrados para o gov.br, acesso único, um cidadão, um governo; 170 URLs, são sítios; e nós eliminamos 353 URLs que lá estavam e não serviam para nada, só consumiam recursos públicos no final do dia.

Quando nós falamos aqui, eu acho que é importante os senhores terem essa percepção, o Serpro, hoje, não é o maior prestador de serviços digitais ou de serviços de tecnologia da informação para o Governo Federal. O Serpro não é um monopólio, o Serpro só tem 15% do mercado de tecnologia da informação, o Serpro só consome 15% do orçamento público federal de tecnologia da informação. As empresas privadas estão juntas conosco e elas são importantíssimas para isso, as empresas privadas são, nessa nossa visão nova, nossas parceiras para isso, elas têm que estar conosco e elas têm que agregar tecnologia, agregar serviços, agregar tudo que é importante para junto, com o Serpro... O Serpro é apenas um viabilizador de políticas públicas, o Serpro não é monopolista.

Nós temos, nesse sentido, que também pensar muito em como estamos despendendo o nosso dinheiro.

São 23 ministérios que já migraram para o gov.br. Nós temos aqui a relação dos *top* 24 portais que migraram. Claro que nós falamos sempre primeiramente de Receita Federal do Brasil e, Senador, quando eu falo de Receita Federal do Brasil, os senhores sabem que eu sou, de origem, um advogado tributarista. Eu posso dizer para os senhores que eu sou um advogado tributarista com MBA, com experiência, mas eu sou um advogado tributarista com muito orgulho, e eu posso dizer aos senhores que a Receita Federal do Brasil, se não a maior, ela é uma das maiores usuárias ou uma das maiores receitas federais, vamos chamar assim, do mundo, em uso de tecnologia da informação.

A Receita Federal do Brasil... Nós reclamamos, sempre reclamamos, porque temos que reclamar mesmo para que nós possamos, para que nós continuemos a evoluir, mas a Receita Federal do Brasil é um motivo de orgulho para o Brasil, porque ela foi pioneira no uso de tecnologia da informação na década de 90 e, hoje, é uma das mais avançadas do mundo, reconhecida pela OCDE em termos de uso de tecnologia da informação e, por isso mesmo, uma das receitas federais mais eficientes do mundo. É um motivo de orgulho para todos nós.

Mas temos outros portais: Enem, INSS, Portal do Empreendedor, eSocial, Previdência, Imprensa Nacional, MEC, Anvisa, Trabalho, Anatel. Em breve nós traremos a Aneel. São muitos portais que estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vindo para esse único canal de acesso do cidadão, de comunicação do cidadão com o Governo, com o Estado brasileiro, que é o gov.br.

Vamos passar um pouco mais adiante, com um pouco de dados; somos uma empresa de tecnologia da informação, de dados.

Nós temos quase 500 milhões de visualizações nessas páginas – são números –, 89 milhões de usuários. Estamos batendo 100 milhões esta semana, como eu falei agora há pouco.

Nós temos aqui, como eu falei, o *mobile first*: 62% desses acessos vêm por celular; em segundo, obviamente, *desktops*; e *tablets* na sequência. Esses números vão variar um pouco por causa da pandemia agora, voltamos a ter um pouco mais de uso de computadores em casa no *home office*. Então, isso vai variar um pouquinho, mas o *mobile*, o celular tem que vir primeiro de tudo.

Como nós chegamos a isso? Começamos em 2019 a missão que nos foi dada pelo Presidente Bolsonaro, pelo Ministro Paulo Guedes, pelo à época Secretário Paulo Uebel e hoje pelo Secretário Caio Andrade. Nós começamos já focados nisso. E a nossa missão é, em final de 2022, termos algo que já é transformador, que será ainda mais transformador e que não terá retrocesso, que será um Estado e um Governo mais digital. Começamos em 2019 com a plataforma gov.br, começamos essa unificação. E, em 2021, nós queremos ter um relacionamento que nós chamamos de 360 no gov.br. O Governo quer se relacionar com as pessoas mais ativamente, no sentido de buscar a opinião das pessoas e saber melhor o que elas pensam dos serviços para que a gente possa melhor aplicar os recursos públicos naquele serviço ou naquilo que é mais importante para a pessoa comum, para aquela pessoa, como o Senador falou, que pega o ônibus às 7h da manhã e ouve ainda o seu rádio – hoje, eles ouvem pelo telefone celular, mas ainda ouvem o "radinho", as notícias às 7h da manhã.

Como eu disse, o Governo 360 ou o GovBr 360 tem o objetivo de aproximar o cidadão, construindo um relacionamento baseado na confiança e no entendimento dos usuários sobre os serviços públicos. Não podemos aqui falar de forma diferente, Senador: temos 100 milhões de contas, sim, mas há muitas pessoas que não conseguem acessar os serviços públicos, porque elas têm um outro nível de relacionamento com o digital e ainda estão avançando, aprendendo. Na minha casa – todos nós temos –, eu tenho a minha mãe. A minha mãe tem 82 anos, a D. Nancy. Ela ainda tem alguma dificuldade de acessar serviços, de acessar o Zoom... Muito embora ela queira e consiga muito bem, não é muito fácil a interação com toda essa tecnologia. Então, a gente precisa saber o que o cidadão precisa, as suas dificuldades e os seus problemas, para que a gente possa disponibilizar melhor os serviços.

Agora, eu vou falar um pouquinho das iniciativas combinadas. Nós estamos falando aqui de acesso GovBr, quando nós chegamos a um celular, e nós estamos falando de Portal GovBr, mas são muitas as iniciativas que estão sendo adotadas por todos os órgãos da administração pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou aqui me permitir, Senador, ser muito breve – acho que já passei um pouco do tempo –, para não passar muito do tempo e falar muito pontualmente de cada uma delas. E a gente pode discutir sobre todas elas à medida que esta audiência avançar.

Ministério da Infraestrutura. Todas são iniciativas de transformação digital. Temos o Embarque Seguro, para que todos os cidadãos possam chegar aos aeroportos e entrar no avião ou passar pelos acessos sem absolutamente o cartão de embarque, só com o reconhecimento facial. Nós temos o *app* InfraBR. Estamos tentando um projeto para melhorar a vida dos caminhoneiros, do transporte rodoviário de carga.

O Porto sem Papel, que é uma iniciativa que tem um potencial de economizar bilhões de reais. Já avançamos muito com o Pucomex, mas podemos avançar ainda mais. A janela única do comércio exterior para que o exportador e importador possam acessar os serviços num único portal, de única forma e com todos os dados e não se relacionarem com todos os *stakeholders* do processo de importação, de uma forma única e não isoladamente – Anvisa, Receita, Ministério da Infraestrutura, MAPA –, todos num lugar só.

Carteira Digital de Trânsito. Isso a gente já está falando. Já disponibilizamos recentemente – eu ainda chamo de DUT – o DUT digital. Meus colegas aqui vão depois reclamar comigo. Com o DUT digital nós podemos agora transferir os automóveis sem necessidade de ir ao cartório fazer aquela assinatura, fazer aquele reconhecimento de firma presencial, como era exigido antes. Isso já pode ser feito digitalmente por todos nós.

Falamos do acesso ao GovBr, do SouGovBr e do Comprasnet. Estamos melhorando o portal para que as contas públicas possam ser ainda mais eficientes. O Comprasnet é um modelo, o mundo inteiro nos procura para saber como funciona o Comprasnet. Mas ele pode ser melhorado, precisa ser melhorado e está sendo melhorado.

Plataforma + Brasil. Esse é um projeto importantíssimo para acelerar a internalização de novos recursos, de novos instrumentos de transferências e recursos, obviamente, trazendo inteligência e inovação para o relacionamento entre o Governo e a sociedade ou entre os entes federados.

O FGTS Digital, o Regularize Fácil, o Siafi Web. Aí nós estamos falando de gestão de Governo na veia. Melhorar o Siafi, aquele que nós conhecemos, que os Srs. Parlamentares conhecem do Orçamento da União. Pode ser muito melhorado e ele vai ser melhorado.

O PIX STN, hoje nós pagamos tributos. O MEI, o pequeno empresário hoje pode pagar tributos pelo PIX. Então, o PIX STN é um projeto do Governo Federal. Temos outra coisa muito importante, que é o PIX, mas o projeto PIX STN, ele permite a muitas empresas terem uma vida mais fácil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo muito isso, Senador. É o seguinte, quando nós falamos sobre melhoria do ambiente de negócios, o senhor imagine que a maior parte das empresas, 80% a 90% das empresas são MEIs ou são pequenas empresas. E uma pessoa, aquela única pessoa, ela é um empresário ou ela é o único sócio das empresas, das microempresas, das EIRELIs. Elas perdem boa parte do tempo ainda lidando com a burocracia de ter uma empresa. Nós queremos que a pessoa, o empresário, o microempresário e o pequeno empresário usem seu tempo na sua empresa trabalhando e ganhando dinheiro e não cumprindo ou seguindo ritos burocráticos do Estado.

Mas vou avançar muito, senão eu falo demais.

Plataforma Governança Territorial, CAD 3.0, Despacho das forças de segurança pública. Isso aqui nós estamos falando já no âmbito do Incra, do Ministério da Justiça, da DPU e do Ministério das Relações Exteriores. A gente está passando por todos os ministérios. O SIS-DPU, o Sistema Consular Integrado.

No âmbito da Receita, sim, sempre muitas iniciativas. O b-cadastro, a padronização dos fluxos de negócios na prática de atos... A Redesim, de que a gente falou, o CNPJ; o Sisen, uma melhor análise dos omissos do Imposto de Renda – isso veio a partir do auxílio emergencial. O auxílio emergencial foi disponibilizado para a população brasileira e, claro que, nós percebemos, o Governo percebe, nós percebemos que houve alguns maus usos. Então, a partir do digital nós agora estamos analisando e cruzando uma série de dados para saber o que é isso. Não é quem são os invisíveis, que nunca tinham sido... Os invisíveis surgiram durante o auxílio emergencial. Agora nós temos que saber quem são os invisíveis e quais são as políticas públicas que podem melhorar a vida desses invisíveis. Isso vem a partir da percepção do Imposto de Renda da Pessoa Física, que é o principal dado que nós temos sobre renda dos brasileiros.

Temos Senda e Rdoc, o e-Processo – e aí nós estamos falando do relacionamento do cidadão com a Receita Federal do Brasil –; o eSocial, simplificação de fluxos, aumento de público alvo, integração com o fundo de garantia digital, a nota fiscal de serviços eletrônica. Nós vimos a nota fiscal eletrônica e nós achamos que o Brasil já é 100% digital. Aliás, nisso nós somos muito mais avançados do que o resto do mundo. Mas, em termos de serviços, ainda não somos nem 50% digitais, temos que avançar muito. Os Municípios ganharão muito com a adesão ao Sistema Nacional de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicos.

E vou passar um pouco mais, vou avançar. Essa apresentação ficará disponível para todos os senhores e para aqueles que nos assistem. O Comex é importantíssimo, como eu já falei.

O Ibama e o Ministério do Meio Ambiente. Há pouco tempo o Ministério do Meio Ambiente se tornou mais um cliente do Serpro; não era cliente do Serpro, e nós estamos ajudando muito e com um esforço muito grande para ajudar o Ministério do Meio Ambiente em termos de tecnologia da informação para que as políticas públicas de preservação sejam mais eficazes, porque os senhores creiam, quando o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Ricardo Salles fala que a situação é muito difícil do ponto de vista de tecnologia da informação, é uma verdade, eu posso dar esse depoimento. Há muito a ser melhorado e é um trabalho que está sendo iniciado praticamente do zero para que haja o mínimo de interação digital com o cidadão brasileiro quando nós falamos de meio ambiente.

Prosseguindo.

Fundo de Garantia Digital. Na SPU nós temos agora o portal de vendas Gov. As pessoas poderão comprar, adquirir imóveis dentre os 800 mil imóveis que a União tem, grande parte deles sem utilização, um verdadeiro duto de gastos públicos, e os cidadãos poderão se candidatar a comprar esses imóveis, a participar de processos licitatórios, e a União poderá melhor gerir o seu patrimônio imobiliário, vamos chamar assim.

E nós temos, obviamente, o próprio Serpro. Agora, falando um pouquinho de nossa casa, o Serpro tem uma série de iniciativas que viabilizam tudo isso também por meio de produtos próprios. O Serpro não é só prestar serviços sob medida, o Serpro disponibiliza serviços para a sociedade e para a iniciativa privada também, conectando o Governo à sociedade. LGPD é um grande orgulho nosso, a gente tem auxiliado os órgãos da administração pública a estarem em *compliance*, em *full compliance*, como a gente chama com LGPD, e nós temos ferramentas para isso, não é? É o Biovalid, e o Datavalid... O Datavalid, que permite a verificação de dados biográficos e biométricos, a própria certificação digital... O NeoID, que é o nosso certificado em nuvem, não é? Senador, se o senhor quiser ter um certificado em nuvem, o senhor não precisa mais do *token*. Baixe-o no *desktop*, no celular, e transações que os *sites* permitam serem feitas por certificação digital, o senhor pode fazer isso em nuvem, pelo celular, sem plugar o famoso *token*.

A LGPD, Senadores, nobres colegas e Srs. Senadores, foi muito importante nisso. A ausência da LGPD deixava esse ambiente muito volátil, vamos dizer assim. A LGPD delimitou o perímetro de ação legal, de ação para todos nós, administração pública, setor privado, onde e até que ponto nós podemos ou devemos compartilhar ou tratar dados. Ela alterou esse cenário para o bem, e a administração pública tem que estar preparada para isso. Isso é um grande ponto, e a gente está apoiando todos os órgãos da administração pública, não só da União. Aqueles Estados e Municípios que nos procurarem a gente apoiará também. A gente quer ajudar o Governo, empresas e sociedade, para que a gente tenha esse salto. Esse salto só é permitido, só é possível com segurança e com respeito à privacidade.

Bom, o Serpro tem todo... Olhando para a LGPD, o Serpro passa por todo o ciclo da LGPD. Temos muitos outros serviços a serem lançados ainda em 2021, e o Serpro... Desde a Lei 13.303, já eram permitidas parcerias entre iniciativa privada e setor público. Quando nós chegamos aqui... Há uma questão cultural, é verdade. Então, isso era algo que ninguém... Não é que não tinha ouvido falar, mas não interessava ou era visto como algo, assim, esotérico, vamos falar, uma parceria entre a iniciativa privada e o setor público, mas hoje nós não podemos achar que o Estado ou que a iniciativa privada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem continuar nesse ritmo, nessa velocidade que a tecnologia imprimiu às nossas vidas sem parcerias, seja entre iniciativa privada e iniciativa pública e mais ainda no setor público – mais ainda no setor público. Com todas as limitações que nós temos orçamentárias, ou nosso modo de aquisições, como nós contratamos serviços e bens, como nós consumimos tecnologia, tudo isso segue um padrão legal, que tem um outro *timing*, quando nós olhamos para a velocidade que a tecnologia imprimiu às nossas vidas hoje.

Não há possibilidade de continuarmos avançando sem parcerias. Renegar essa possibilidade significa perdermos relevância. A tecnologia avança tanto e tão rápido, as pessoas avançam tanto e tão rápido que não avançar junto com isso significa perder relevância. E isso, para uma administração, para uma gestão empresarial, é muito importante.

O Serpro é relevante e ele só será relevante no futuro se continuar avançando. E, com toda a nossa estrutura de Estado brasileiro, o Estado brasileiro que pensa muito só em si próprio... Nós temos aqui, nós temos hoje – aí é uma opinião pessoal – um Estado que se preocupa mais com ele do que com o cidadão. É o que nós estamos tentando mudar, mas o Estado hoje consome recursos – o nosso Leviatã – e chegou a um ponto em que, se ele não estiver junto com a iniciativa privada, se ele não firmar parcerias, o próprio Estado perderá relevância para os cidadãos. O Estado, o Serpro, a Petrobras, qualquer empresa pública perderá relevância se não avançar junto com a sociedade. Então, para isso, temos que estar juntos com a iniciativa privada.

As parcerias que temos feito têm objetivos de ampliar portfólios, melhorar o retorno financeiro. A gente tem que, a gestão pública tem que ter o olho na eficiência, na economicidade, é princípio básico de Direito Administrativo. É econômico ou não é: se não for econômico, eu não devo despender recursos públicos; a iniciativa privada o fará. Não é?

Voltando aqui às parcerias, elas têm objetivos de ter também retorno financeiro para o Estado, para o governo, retorno estratégico, conquistar novos mercados. E aí, como eu falei para os senhores, nós não somos monopolistas, nós temos só 15% do mercado da administração pública. Então, o Serpro compete no mercado, nós trabalhamos para isso. A gente observa o art. 173 da Constituição. Então, o nosso propósito é ir àqueles novos mercados, é buscar novos nichos, porque nós somos uma empresa de tecnologia. Se a iniciativa privada não trouxer a tecnologia, o Serpro pode trazer a tecnologia, a novidade, o avanço, sim. Então, esse é o objetivo que a gente tem aqui com parcerias. O maior exemplo disso é o que nós estamos disponibilizando para todo o Governo, que se chama Serpro MultiCloud. Nós estamos em parceria com a iniciativa privada para melhor prover à administração pública um cardápio, um menu de possibilidades para migração à nuvem.

Quando a gente olha aqui o nome Serpro, Serviço Federal de Processamento de Dados, é um nome ultrapassado. Nós até gostaríamos de mudar esse nome, mas ele veio na lei de criação do Serpro. Hoje voltamos a adotar o nome de fantasia, Serpro, porque processamento de dados, Senador Izalci, Srs. Senadores, daqui a cinco anos, talvez não exista mais da forma como existe hoje, com grandes *data*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

centers, tudo estará nas nuvens, na nuvem. E a nuvem não é nada mais do que grandes *data centers* que você pode utilizar de forma compartilhada, mais barata.

Estados, Municípios, órgãos não precisam... Eu não sei se os senhores sabem, mas nós temos feito um censo dos *data centers*, há 130 *data centers* só no Distrito Federal – grande parte deles com um nível de utilização de 10%, 15%, 20%. São recursos que, se compartilhados, por exemplo, em nuvem, poderiam ser economizados. Então, o Serpro, em parceria com a iniciativa privada, está disponibilizando isso.

E isso faz parte do que a gente chama... Para tudo isso, há um esforço de gestão interna: um novo Serpro para um novo Brasil. Nossa missão é conectar governo e sociedade, converter dados em conhecimento e transformar inteligência em resultados, e entregar soluções digitais para transformar o governo e viabilizar a implementação das políticas públicas. Esses são os nossos objetivos.

Eu vou passar agora adiante e estou à disposição dos senhores para qualquer pergunta, até a hora que for necessária. Pedirei 15 minutinhos só para fazer o evento dos 100 milhões de acessos, dos 100 milhões de contas no gov.br, mas eu voltarei aqui à reunião rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom, Gileno. Obrigado.

Eu agradeço a apresentação. Extrapolamos um pouquinho o tempo, mas era importante a gente conhecer bem o que está sendo feito no Serpro. E vamos agora também para as outras apresentações, mas eu quero depois que haja perguntas dos próprios participantes, principalmente da iniciativa privada com o setor público, porque há muita coisa técnica. A gente tem medo até de uma digitalização da burocracia, a gente quer evitar isso também. Então, para a gente saber como é que... E aí nada melhor do que os profissionais para também perguntarem e a gente interagir, porque aqui o que interessa para nós é esse foco no cidadão. Acho que o serviço público perdeu esse foco do cidadão. O cidadão está perdido. Inclusive, tem que melhorar muito essa linguagem mais popular para as pessoas poderem saber acessar melhor esses serviços. Então, Gileno, não demora muito, não, porque vai ter muita pergunta para você aqui.

Eu agradeço muito a sua apresentação.

Bem, eu vou passar imediatamente também ao nosso diretor do Departamento de Informática do SUS (Datasus), que também é uma empresa do Governo. E a gente até vai perguntar depois se vai juntar, se vai ter uma fusão, porque o mesmo paciente, a pessoa que utiliza o Datasus, também é o mesmo cidadão.

Então, com a palavra Jackson Venâncio de Barros, para falar sobre o Datasus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JACSON VENÂNCIO DE BARROS (Para expor.) – Olá, Senador. Bom dia. Bom dia a todos.

Na pessoa do Senador Izalci, eu cumprimento os demais Senadores, as pessoas que nos ouvem e os colegas aqui que estão nessa mesa.

Senador, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Jacson, perdoe-me.

Eu me esqueci de anunciar também a presença do meu Líder, meu querido Senador Confúcio.

Obrigado, Senador.

O SR. JACSON VENÂNCIO DE BARROS – Olá, Senador Confúcio. Bom dia.

Eu consigo compartilhar minha tela, Senador? Deixe-me ver aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está disponível. O.k.

O SR. JACSON VENÂNCIO DE BARROS – Bom, primeiro, mais uma vez, muito obrigado pelo convite.

É importante aqui também nós alinharmos alguns entendimentos. Há muita coisa acontecendo. Infelizmente, toda essa questão que está acontecendo com o País acaba, em alguns momentos, evidenciando algumas ações e não evidenciando outras ações. E é importante esse espaço para que a gente possa alinhar tudo que está acontecendo.

E não é diferente no Datasus. O Datasus é um departamento – só para a gente alinhar –, ele não é uma empresa, ele é um departamento dentro da secretaria executiva, mas certamente ele é um departamento que, além das questões de tecnologia para fora do SUS, tem também que se preocupar com as tecnologias das diversas secretarias finalísticas do Ministério da Saúde. Mas é algo que a gente tem feito, tem tentado fazer, com todas as limitações de equipe e de infraestrutura.

Bom, eu queria começar informando e deixando uma mensagem.

Eu cheguei em 2019, no início do Governo. Sou de São Paulo, venho do Hospital das Clínicas do Estado de São Paulo, onde trabalhei alguns anos, e toda essa experiência nos ajudou a dar ao Datasus um peso diferente em relação ao tratamento da informatização da saúde. E eu deparei com uma questão que o senhor pontuou muito bem em relação aos países. Há vários países que estão avançando na saúde digital e o Brasil, infelizmente, era uma página em branco em relação à saúde digital. Isso me incomodou bastante assim que eu cheguei e, numa das reuniões com uma série de pessoas, quando eu perguntei o que se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendia de saúde digital, cada um tinha um texto diferente, as coisas não convergiam e, em alguns pontos, até se sobrepunham.

Enfim, o primeiro trabalho foi alinhar o entendimento do que a gente quer e para onde a gente quer ir. Então, nós desenvolvemos um trabalho e, aí, esse documento virou um livro, *Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028*, no qual nós nos reunimos junto com os conselhos de secretários municipais e estaduais, junto com a Anvisa, junto com a ANS e junto com alguns parceiros das secretarias finalísticas, e montamos o que a gente entende que é salutar para o Brasil estar como protagonista na saúde digital.

Nós somos um país com muita gente competente. Independentemente de ter infraestrutura em todos os polos, nós já avançamos muito com o apoio dos outros ministérios, com o apoio do próprio Senado e da Câmara dos Deputados, em relação a fomentar a informatização nas pontas. E privilegiando o quê? A continuidade do cuidado, isso é muito importante.

Hoje o paciente que é atendido na atenção primária... O médico, o profissional, como o senhor bem colocou, não faz a menor ideia do que lhe acontece na atenção especializada e, ao encaminhá-lo para a atenção especializada, o histórico não o acompanha. Isso gera repetição de exames, gera até novas receitas de medicamentos, e podemos ter aí várias interações medicamentosas porque a informação não está disponível.

A gente até criou um jargão: a informação tem que estar disponível para quem precisa no momento em que precisa, seja ele cidadão, seja ele profissional de saúde, seja ele gestor – por que não? O gestor também precisa ter uma visão para poder praticar a sua política pública dentro do menor ponto possível, ou seja, do Município. E lembro que o SUS é tripartite. Nós não conseguimos criar... O SUS é formado por um conjunto de atores, não é só o Ministério da Saúde, é bom deixar isso claro. Há uma pactuação, há um comitê tripartite que reúne Estado, Município e a União, e é esse comitê que delinea, que norteia as ações do SUS, inclusive também na informatização. Então, este documento foi criado para mostrar qual é a posição do País e aonde o País quer ir.

E aconteceram algumas coisas interessantes. Nós publicamos esse documento também em inglês e fomos convidados a participar tanto da OMS, para poder apresentar a nossa proposta, como nós fomos convidados também para fazer parte das discussões de como será o tratamento da informação da imunização no País, quer dizer, no mundo como um todo. Esse é um grande privilégio para o Brasil. Eu entendo que nós temos que enaltecer esses convites, porque, até então, as pessoas ainda tinham muita dúvida de que caminho o País está seguindo.

Para os senhores terem uma ideia, quando iniciou a pandemia, nós criamos um aplicativo chamado, na época e ainda é, Coronavírus-SUS. Esse aplicativo foi criado em uma semana justamente para levar a informação para as pessoas que estavam chegando ao País, porque era uma coisa muito nova. E essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integração, algumas coisas que nós fizemos chamaram a atenção de alguns países vizinhos. Então, com o apoio da Secretaria de Governo Digital, nós transformamos esse aplicativo em um aplicativo aberto. Hoje esse aplicativo está sendo utilizado em alguns países da Europa e em alguns países da América Latina. Isso também é motivo de orgulho, porque nós conseguimos criar um bom *benchmarking* em relação à saúde.

Neste documento, nós tratamos sete eixos e cada eixo tem uma série de ações que serão conduzidas. Então, essa é a nossa bússola do que o Datasus quer fazer e do que os Estados e Municípios precisam fazer. Aqui o Datasus não vai, o Ministério da Saúde não age sozinho; a gente precisa muito apoio do Parlamento, muito do apoio do Senado, para que estas coisas que estão aqui consigam ser materializadas.

E é importante deixar um ponto claro: o usuário, o cidadão é o protagonista, ele é o ponto focal de tudo. Então, por esse motivo, todas as nossas ações estão sendo baseadas no CPF, o que me parece óbvio, mas não era óbvio na saúde. Havia um monte de cadastros paralelos que dificultavam essa integração e interoperabilidade entre os sistemas nacionais, estaduais e municipais. Nós conseguimos criar uma rede focada no CPF que possa sustentar essa nossa proposta de saúde digital até 2028.

Aqui é para os senhores terem uma ideia da quantidade de artigos e documentos que a gente está escrevendo. Nós estamos criando vários boletins semanais, desculpa, mensais, que mostram a evolução desse processo. Logicamente, há uma evolução; a gente não consegue resolver um problema de dez anos em um ano, mas eu posso garantir para os senhores que nós estamos montando uma base muito sólida, que vai permitir que a gente tenha inovações com o apoio do Serpro, com o apoio da iniciativa privada, com o apoio de *startups*, para que a gente possa realmente levar a saúde digital e atender melhor o nosso paciente.

E aí é importante também deixar claro que, quando eu falo de SUS, eu estou falando da saúde pública e privada. Em um momento como este, não dá para separar mais as coisas, elas têm que andar juntas. A gente precisa ter visão do paciente que está na iniciativa privada e que vem para o SUS; e o contrário é verdadeiro. O que nós vimos nos últimos anos? Muitas pessoas perderam os seus empregos, perderam os seus convênios, vieram para o SUS, e o SUS não tinha o histórico desse indivíduo. A gente não faz a menor ideia do que acontece se ele não fala. Enfim, é para esse ponto que a gente quer chamar a atenção.

Então, daqui para a frente, tudo que eu vou falar é em decorrência dessa necessidade de integração de informações, tendo o paciente, tendo o cidadão como ponto focal, ponto central. É ele que tem que comandar a história dele e a jornada dele na saúde.

Para que isso possa acontecer, nós desenvolvemos algumas coisas, para permitir que tudo isso que eu estou comentando com os senhores seja viável. A primeira grande coisa criada, vamos dizer assim, foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensar numa infraestrutura que permitisse essa conexão de vários atores da saúde. São vários atores. Então, nós criamos a Rede Nacional de Dados em Saúde. Essa rede vai propiciar essa conexão, essa integração, esse compartilhamento e essa interoperabilidade de dados na saúde. Através do quê? Através de troca de mensagem.

Não é o Datasus que tem que desenvolver sistemas. Há muitos anos, o Datasus desenvolve *softwares*. Há muitos anos, o Datasus criou vários *softwares* que as pessoas usam para sistemas informações criados por nós. Eu estou, há dois anos, aqui, mas eu venho de um hospital público onde eu sou usuário do Datasus.

Então, qual é a nossa proposta? A nossa proposta é que, independente do sistema, independente de quem crie, independente da inovação, ele possa ser conectado, ele possa ser integrado. Logicamente que tudo isso carece de maturidade também. Muito se fala em integração na área financeira, que é o nosso *benchmark*. O Brasil é um dos principais países do mundo em integrações em saúde financeira, mas houve uma evolução. Talvez, se o PIX nascesse há dez anos, não decolaria. Então, essas iniciativas que hoje nós temos em relação ao uso da tecnologia, ao compartilhamento de conhecimento nos proporcionou ter o PIX não área financeira.

Qual é o meu sonho? Não sei se vou estar aqui, mas o meu sonho é ter o PIX da saúde. Esse é o meu sonho, é o que eu quero alcançar, é o que nós devemos alcançar.

E qual é o grande problema que a gente vê hoje? Em algumas aulas que eu dou e *workshops* de que participo, eu sempre coloco, e quero deixar este ponto aqui, para a reflexão: nós estamos maduros para compartilhar dados de saúde? Há um desafio. Muita gente tem receio de compartilhar seu dado de saúde, não quer que esses dados sejam transmitidos. Então, nós temos que levar confiança para o nosso cidadão de que esse compartilhamento – inclusive, para esses profissionais de saúde – aconteça. Para os senhores terem uma ideia, eu vou contar um "causo" de uma pessoa que teve um acidente na estrada – eu acompanhei –: ela precisou fazer um exame dentro do primeiro hospital que estava próximo daquela cidade do interior, e fez o exame. No dia seguinte, ela teve alta e, no dia seguinte, ela foi a um outro hospital, já na capital de São Paulo. Quando ela levou aquele exame, o hospital da capital não aceitou, porque não foi um exame – estou falando de papel, não estou falando de tecnologia – feito em um laboratório credenciado pela rede. Não faz sentido para mim isso.

Então, veja, nós também, os profissionais de saúde também precisam ter essa confiança em todos os níveis de serviço. Aí não é uma questão só de tecnologia. É uma questão de processo, é uma questão de confiança em toda essa cadeia que nós estamos vendo.

Como é que eu materializo tudo isso? Tudo isso que eu digo, como é que funciona? Então nós criamos o Programa Conecte SUS. O Conecte SUS tem componentes. Então, eu diria, de uma maneira muito simples, que o Conecte SUS é a materialização da RNDS. Tudo que acontece lá dentro, que é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arcabouço tecnológico, eu vejo na palma da mão, tanto do médico quanto do cidadão. Então, o que nós criamos? Tudo que bate na RNDS o cidadão vê no seu histórico, na sua *timeline*, no seu prontuário eletrônico. Eu não gosto de usar a palavra prontuário, porque quando a gente fala de prontuário, a gente cria uma expectativa. Então, eu gosto de falar de seu histórico clínico, de todas as suas interações com os sistemas ou com os serviços de saúde. Hoje nós temos a vacinação, eu tenho os exames. Eu não sei se os senhores sabem, nós tínhamos um desafio que era conectar os exames. Nós temos 380 laboratórios enviando, diariamente – nós temos aproximadamente 15 milhões de exames de Covid –, para a RNDS, que automaticamente replica essa informação para o Conecte SUS, e o paciente tem o seu laudo imediatamente.

A mesma coisa vale para a versão profissional. Na versão profissional, com a autorização do cidadão, com toda a questão de consentimento, o profissional também consegue acessar aquele histórico de paciente. Eu tenho o prontuário de uma evolução durante o período de internação? Não, não tenho, mas eu sei que ele ficou internado, eu sei que ele ficou cinco dias na UTI, eu sei que ele tomou alguns medicamentos e eu sei que ele teve alta melhorada ou ele teve alta para acompanhamento. Eu sei que ele fez uma tomo, que ele fez um raio-X, eu sei que ele fez um exame especializado. Eu não sou médico, sou engenheiro, mas eu acredito que essas informações vão corroborar para que ele possa ampliar o espectro e certamente ter uma conduta melhor. Então, essa é a nossa proposta em relação ao Conecte SUS e, como eu friso, para permitir a continuidade e a transição do cuidado.

Todos os nossos acessos estão baseados no GovBr. Não tem por que criar um novo processo de conectividade e elegibilidade, usamos o GovBr. Como bem falou o Presidente do Serpro, nós estamos inteirados, integrados a tudo que está acontecendo. Para os senhores terem uma ideia, se eu baixar o Conecte SUS hoje, só o Conecte SUS, só ele, para obter o certificado vacinal, já serão 120 milhões de pessoas. É disso que nós estamos falando.

Eu vou passar um vídeo, Senador, um apanhado do que eu disse.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JACSON VENÂNCIO DE BARROS – Esse é um exemplo do que nós estamos falando, do que nós fizemos em relação ao Conecte SUS.

Algumas iniciativas vão ao encontro do conjunto dessa questão tecnológica. Nós sabemos que não adianta também só fazer o sistema, só colocar tecnologia. Nós temos que ter a questão de capacitação, nós temos que prover a infraestrutura.

Então um projeto muito interessante, que é inédito no País, é o Informatiza APS. Não sei se os senhores sabem que, pela primeira vez, nós estamos incentivando as unidades básicas de saúde, dando um dinheiro novo para elas poderem sustentar sua UBS em troca de uma informação qualificada. Isso nunca existiu. Na verdade, isso era um grande problema, e nós estamos incentivando... Para os senhores terem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma ideia, nós temos hoje 50 mil equipes de Saúde da Família, mais de 50 mil, distribuídas em 40 mil, em 43 mil Unidades Básicas de Saúde. Dessas 43 mil, nós iniciamos o projeto com apenas 50% informatizadas; hoje, nós estamos praticamente com 70% informatizados. Esse é um grande avanço. Os Municípios entenderam a necessidade dessa informatização.

Também nós temos outro projeto de conectividade, com o apoio do MCTI, do MC, da RNP e do Ministério das Comunicações também – a Rede Nacional de Pesquisa está junto com o Ministério das Comunicações. O que nós fizemos? Nós criamos um processo de aquisição de *links* de internet, satélites, fibra ótica. Hoje, aproximadamente sete mil unidades não têm condições de bancar a sua internet. Então, nós colocamos a internet. Nós estamos apoiando por 12 meses – agora a gente está trabalhando em 18 meses –, para que, a partir daí, o Município consiga andar com as próprias pernas em cima desse refinanciamento que nós estamos fazendo no Informatiza APS.

Nós estamos programando, agora para a metade de junho, a integração da atenção primária com a RNDS. O que significa isso? Significa colocar um botão dentro do prontuário da atenção primária e, ao clicar esse botão, o profissional da saúde bebe as informações que estão na RNDS e tem uma ideia geral do histórico do paciente. Isso também é inédito no País, é algo em que a gente está trabalhando para criar a cultura do compartilhamento da informação de saúde.

Temos um projeto junto ao Ministério da Defesa e aos demais ministérios em relação à telessaúde. Fizemos aqui no interior de Goiás, em Cristalina, um piloto para que a gente possa levar telessaúde. Aí eu posso falar que caberia aqui uma sessão só para falar de telessaúde. Temos tele-UTI, podemos falar de segunda opinião, de teleconsultoria. O que os senhores acham? Eu não sei se os senhores sabem que nós temos números importantes de atendimento na atenção primária pós-Covid. Os pacientes pós-Covid estão indo à atenção primária, porque o nível de sequelados não é baixo. Há artigos importantes falando sobre isso. E nós temos que nos preparar para isso.

Estudo da viabilidade de prescrição eletrônica é uma coisa... E, quando o senhor foi perguntar para mim o que a gente pode fazer para aprimorar isso, eu não tenho dúvida de que é flexibilizar a certificação. A forma como nós tratamos certificação digital hoje, para mim, é custosa e é uma grande barreira para a informatização completa da saúde. E aqui não estou falando só do médico; o médico não é o único profissional que insere informações dentro de um ambiente ou dentro de um prontuário. Nós estamos falando de enfermeiros, nós estamos falando de fisioterapeutas, nós estamos falando de psicólogos. São pessoas... E aí, quando a gente vai para a gama de profissionais que pertencem a essas categorias, como os farmacêuticos, nós precisamos flexibilizar.

Tenho várias ideias de como usar o GovBr para fazer isso. Por que não se eu uso o GovBr para fazer um monte de coisa? Logicamente, até um determinado nível. Eu não vou usar o GovBr para prescrever medicamentos controlados. Tudo bem, mas 80% eu resolvo. Então, eu acho que cabe essa discussão, cabe essa reflexão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui para os senhores terem uma ideia de como a coisa funciona na prática. Nós temos aí as integrações de milhões de doses de vacina. É muita informação. Nunca o País teve um programa de vacina identificado pelo CPF. Nós temos dois Estados que usam sistemas próprios e 70 Municípios que usam sistemas próprios. Então, a RNDS propôs ou permitiu essa conectividade e transparência da informação. Temos muitos problemas. É lógico que temos problemas. O Brasil teve que se adaptar a fazer uma campanha vacinal identificando o CPF, identificando o cidadão através do CPF.

Aqui os senhores podem ver que, em qualquer campanha, com simplesmente um "x", eles entregavam o papel. Então, esse é um ponto importante para os senhores verem como as coisas estão conectadas, e a coisa acontece de forma transparente. Ele vai tanto para o Conecte SUS como para o profissional. E a mesma coisa vale com os exames laboratoriais.

Nós criamos uma portaria para que os laboratórios pudessem enviar os dados do Covid, mas, infelizmente, as portarias têm uma certa efetividade, mas eu ainda acho que poderíamos fazer algo mais forte, porque nem todos cumprem uma portaria.

Este é o certificado que já está no ar, quem tomou as duas doses já tem acesso a esse certificado via Conecte SUS. Este certificado foi baseado em várias informações, inclusive para as nossas reuniões junto à OMS.

O Brasil, acredito, não está atrás em relação a essas questões. Hoje, a gente, nas reuniões, deu para ver que a gente está modelo, a gente é um modelo. Na semana que vem, eu vou participar de uma reunião com países latino-americanos, mostrando tudo o que a gente já fez. Logicamente tivemos problemas, mas aprendemos com eles também para permitir e chegar ao estágio em que nós chegamos.

Aqui um dos exemplos... Eu só quero chamar a atenção para um item, que é o PDF, que está à direita da minha tela. Isso é o seguinte, vamos imaginar que alguém pode perguntar: "Como fica o vulnerável? Ele não tem celular, ele não tem internet, ele não tem computador". Tudo isso que eu estou mostrando para os senhores funciona tanto num *desktop* quanto num celular, sem problema algum. A nossa proposta é que a pessoa que não tem acesso a esse recurso se encaminhe até uma unidade básica de saúde, eu imprimo o seu certificado vacinal e ele anda como se fosse uma receita, sem problema algum. Então, tudo isso também foi encaminhado.

Senador, é isso que eu tinha para dizer, espero ter contribuído com alguma coisa, estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana, Jacson, agradeço a sua participação.

É evidente que o objetivo aqui desta Comissão é exatamente não só divulgar o que está sendo feito, mas para a gente buscar uma solução.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente precisava implantar isso num piloto. Acho que Brasília, o DF aqui, tem todas as condições de ser um piloto, porque aqui nós recebemos todos os Prefeitos e Governadores constantemente e quando você tem o que mostrar, é igual a São Tomé, você tem que ver para crer.

Então, eu sugiro, e a gente quer fazer assim, um piloto nacional, porque eu tenho certeza de que pode ser muito mais, depois, absorvido e compreendido pelos demais atores, mas agradeço a sua apresentação.

Já passo imediatamente ao Alan do Nascimento Santos, que está aqui como Diretor de Relacionamento e Negócios da empresa da Dataprev, que também é do Governo.

O SR. ALAN DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor.) – Bom dia a todos, bom dia, Senador Izalci Lucas, em nome de quem cumprimento todos os membros da Comissão, todos os demais convidados do Senado, colegas da Administração Pública que estão trazendo as suas colaborações para o processo de transformação digital, e para as entidades que estão acompanhando e todos os cidadãos que estão conectados na apresentação.

Eu vou também tomar esta oportunidade aqui e apresentar um material que a gente trouxe.

Nós preparamos uma apresentação muito voltada para explicar um pouco do contexto sobre quais soluções a Dataprev está engajada para contribuir com esse processo.

Eu acho que vai ser bem interessante porque, de certa forma, complementa a apresentação inicial do Gileno e do Jacson nesse contexto para ter uma visão geral das frentes que nós estamos envolvidos para contribuir para o processo de transformação digital.

Eu não estou habilitado aqui para compartilhar a tela. Poderia liberar, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k.

O SR. ALAN DO NASCIMENTO SANTOS – Obrigado.

Vamos falar um pouquinho do acesso da Dataprev, como é que ela está engajada nos...

Primeiro, a Dataprev está engajada... A gente tem um papel muito voltado para as políticas sociais do Governo, de apoiá-las. E aqui a gente trouxe alguns números importantes do alcance das ações com as quais a gente trabalha diretamente.

A gente tem a questão dos serviços do INSS, aqui a gente trouxe um dos indicadores que é o volume de valores pagos para todos os beneficiários do INSS – supera em R\$0,5 trilhão. A gente tem a operação do seguro-desemprego na política de trabalho e o Loas, que é um benefício assistencial que é operado na rede do INSS. E, excepcionalmente, no ano passado, a gente teve a operação do auxílio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emergencial, que está sendo reeditado neste ano, e do BEm, que é um programa na área do trabalho, que atinge o público dos empregados que precisam manter a relação de trabalho com os efeitos da pandemia, que alcançou a ordem de R\$33 bilhões. Só totalizando essas políticas, a gente chega a um universo de quase R\$1 trilhão, o que equivale aí a 13% do PIB e que é um número próximo aí do volume do PIB da indústria. Então, quando a gente olha por esse ângulo, a gente percebe o alcance que essas políticas têm, de distribuição de renda do Estado para os cidadãos e o quão importante é que a gente tenha uma solução de acesso a serviços, de efetividade, de controle, para que a gente tenha eficiência em todos esses serviços. É disso que a gente vai falar um pouquinho.

Quando a gente fala desse alcance, a gente tem um pilar fundamental que é o Cadastro Nacional de Informações Sociais, que é um grande motor de informações que a gente opera e que consolida informações de identificação, de dados pessoais, de emprego e renda em diversas fontes. O conceito dessa base, o principal ponto... Na verdade, ele trabalha modelos tecnológicos para poder usar a melhor informação disponível em cada uma dessas fontes, ou seja, quando a gente está falando de dado pessoal, a gente tem lá o cruzamento de dados por CPF, Cnis da Caixa, que tem a base PIS e do Bolsa Família; a gente está falando da informação do Pasep, está falando de informação do Sirc, informações de registro civil. E há processos que conseguem identificar qual a melhor informação que essas bases possuem para que a gente possa usá-las. Então, a gente tem lá os campos nome da mãe, data de nascimento, etc. e tem processos para trabalhar a melhor informação e sempre estar usando o dado mais efetivo. Da mesma forma, na visão de emprego e renda, a gente tem dados lá de Rais, Caged, e-Social, de Gfip e outras fontes, e existe todo um conjunto de critérios de prevalência e de sobreposição para poder identificar qual a melhor informação para a gente ter a visão completa.

O alcance dessas bases hoje que somam aí mais de 38 bilhões de registros dentro dessas bases – há dados de trabalhadores desde a década de 70... Ainda assim, não alcança todos os dados que a gente poderia ter.

Existem fontes de Governo que a gente ainda está incorporando ao Cnis, é um processo aí que gradualmente a gente vai tratando. Mas a gente tem criado inclusive instrumentos para encurtar o processo de convergência dessas bases, por exemplo, no auxílio emergencial, a gente vai falar um pouquinho mais à frente, mas a gente teve oportunidade de consolidar os dados do Cnis com os dados externos, dados de empresas, dados da folha do setor público, folha dos militares, dados dos Estados e Municípios, de quem mora no exterior e outras fontes que, num primeiro momento, ainda não estavam integradas, mas que contribuíram para aquele benefício.

E utilizando esse conjunto de informações, a gente tem três grandes políticas que são alcançadas atualmente, que são as políticas dos serviços previdenciários, atualmente concentradas no Regime Geral de Previdência, que é executado pelo INSS e atuando a gente está avançando também para contribuir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os serviços dos regimes próprios de previdência que envolvem Estados, Municípios e a própria União.

A gente tem as políticas trabalhistas, a gente vai falar um pouquinho de cada uma delas, e os serviços assistenciais. A gente trabalha diretamente em alguns e contribui indiretamente com alguns outros grupos. Vamos explicar um pouquinho como estamos atuando nessas várias dimensões.

Como é que a gente visualiza um pouco melhor o alcance desses serviços? A gente tem o serviço da área previdenciária, o serviço da área trabalhista, o serviço da área assistencial e aqui a gente tem o conjunto em que a Dataprev diretamente atua. Na área assistencial, como falei, os serviços diretamente vinculados ao CadÚnico ainda não são diretamente alcançados pela Dataprev, mas a gente tem algumas integrações com esses serviços.

Nesse ano passado, com o desafio do auxílio emergencial, principalmente, a gente conseguiu trazer para esse conjunto tratado como Plataforma Social, que é esse conjunto de dados do povo brasileiro, a gente conseguiu alcançar, usar essa engrenagem dos dados assistenciais, trabalhistas e previdenciários para ter essa visão do cidadão, e, no processo da pandemia, a gente conseguiu alcançar inclusive um público que tem sido tratado como os invisíveis, que são pessoas que não são alcançadas por nenhuma dessas políticas. E o fato é que quando a gente percebe a integração dessas políticas nos surgem várias oportunidades, inclusive de promover o cidadão, alcançar, de acordo com a necessidade que ele tem naquele momento e principalmente conseguir estabelecer políticas para trazê-lo para uma condição melhor de vida, sair da esfera assistencial, entrar para a esfera do trabalho e, na sequência, previdenciária.

E aí, nesse contexto, a Dataprev altera o que a gente chama de esteira de serviços, em que a gente tem diversas camadas que são utilizadas por cada uma dessas políticas. Então, na primeira camada disse a gente tem o tratamento, como falei, dos melhores dados de identificação do cidadão, os melhores dados de emprego e renda de que o Estado dispõe e, a partir daí, a gente aplica regras de elegibilidade do cidadão, que passa pelo processo de atendimento, do requerimento, da aplicação, das regras de cada um, cada benefício e cada política têm as suas regras específicas. Em cima disso, é feita análise de elegibilidade e aí entra todo o processo que a gente vem evoluindo para automatizar e melhorar a experiência do cidadão nessa interação.

E há a definição da exigibilidade e, após isso, as atualizações e evoluções dos benefícios, assim como o tratamento do contencioso quando há negativa pelo contencioso judicial ou administrativo desses cidadãos para cada uma dessas políticas.

Por fim, a gente tem a esteira de pagamentos. Hoje, diretamente, a gente atua no pagamento do INSS, que é um modelo que eu reputo como talvez o de maior referência. Hoje a gente paga 36 milhões de benefícios todo mês e não há custo de pagamento com isso. O INSS... *(Falha no áudio.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a folha, recebe um valor significativo pela geração dessa folha, e a gente tem uma integração com quase toda a rede bancária e consegue operar isso, diluir esse serviço de forma adequada, sem onerar o Estado e com um grau de controle muito alto, nos centavos, do que foi pago, a apropriação das rubricas e tudo mais.

A gente tem um modelo um pouco diferente no seguro-desemprego, em que a gente faz a gestão do pagamento, mas a operação é concentrada na Caixa Econômica; mas que tem um nível de controle também alto.

E, no caso do auxílio, foi um processo que foi feito de forma mais rápida, não houve muito tempo de maturação. A gente faz um processo de definir os valores a serem pagos, a elegibilidade, e o controle de pagamento é feito diretamente pelo Ministério da Cidadania junto à Caixa. Mas esse processo, essa esteira contempla todo o ciclo de pagamento, interação com a rede bancária, controle do retorno daquilo que foi pago, gestão de consignações, no caso do INSS, e também uma camada com que a gente tem mexido bastante, que é a camada antifraude e, que, na verdade, perpassa toda essa esteira.

A gente tem aí, no caso do trabalho, por exemplo, uma dinâmica muito rica, como na do seguro-desemprego, em que, mensalmente, é conferido se o cidadão arrumou um outro emprego, se ele, por algum motivo, tornou-se inelegível, se ele passou a se tornar elegível ao benefício. No próprio auxílio a gente também tem procedimentos dessa natureza e o no INSS a gente tem uma série de controles, principalmente na folha. Agora a gente está implantando rotinas aí de trilhas e de monitoramento mais agressivas para ter uma gestão melhor desses processos – tudo isso no contexto da transformação digital.

Aqui uma visão mais panorâmica desse serviço, em que a gente tem lá a perspectiva previdenciária, o alcance que ela tem. A gente trata também da parte da receita previdenciária junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que é da parte da dívida, há uma série de serviços.

E há a parte assistencial. A gente, inclusive, tem um ponto de destaque aqui. Do ano passado para cá, a gente, além do auxílio emergencial, tratou da Lei Aldir Blanc, voltada para o público de artistas, e que tem um conceito bem interessante, em que a tomada de decisões é distribuída. Cada Estado, cada Município toma a decisão em cima de um motor de regras de consultas às nossas bases federais. Então, quando algum cidadão busca esse serviço, o Estado endereça o CPF, a gente pega o extrato da vida daquela pessoa com os indicadores que a gente precisa para aquele programa e entrega para o Estado tomar a decisão em cima daquela informação. E, nesse modelo, a gente tem sido procurado por alguns Estados e Municípios para estender. Esses Estados estão preparando novos serviços assistenciais, inclusive alguns auxílios emergenciais de caráter regional, e a ideia é utilizar essa mesma esteira de serviços. E faz todo sentido haver essa convergência e não precisar de cada ente criar o seu próprio modelo de controle se a gente já tem tudo isso disponível. Então, é uma visão que a gente traz aqui para compartilhar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando um pouquinho mais diretamente dos *cases*, a gente tem – já falei um pouquinho – o *case* do auxílio emergencial... No ano passado, a gente teve... Em meados de março, começou a discussão; em início de abril, a gente teve a definição do modelo e, no sexto dia, a gente já estava mandando para pagamento – no oitavo dia foi o primeiro pagamento – o primeiro benefício pago, mas foi um processo de construção, que, ao longo do tempo, foi ganhando corpo. O sistema está em evolução até hoje, mas a gente teve um alcance que eu reputo como inacreditável, de 150 milhões de pessoas que pediram, direta ou indiretamente – no caso dos membros do CadÚnico não precisaram pedir, a gente processou automaticamente. Mas alcançou 151 milhões de pessoas, que tiveram os cadastros analisados, e, desses, chegou a um pico de 65 milhões de pagamentos.

E aqui a gente desmistifica um ponto importante da transformação digital, que é o alcance. Sempre se fala da dificuldade, que a gente não consegue chegar ao público, enfim, mas a gente percebe que, se o desenho colaborar e o modelo estiver bem formatado, a gente consegue alcançar sim. A gente conseguiu alcançar os chamados invisíveis, a gente conseguiu alcançar um público bastante significativo, utilizando as ferramentas que a gente tinha ao alcance.

A gente contou com a parceria da Caixa, na construção dos serviços que operaram esses benefícios, mas o alcance, eu acho, é um *case* fundamental, que pode inspirar os próximos serviços, até porque ele traz um conceito bem interessante, que é o de elegibilidade automática. Então, o cidadão manifesta interesse, e, a partir daí, todo o processo de dizer se ele tem ou não direito é automatizado. Isso é um critério que traz uma série de perspectivas e de possibilidades de alcance dos serviços ao cidadão.

Outro *case* que também foi bastante ampliado no período da pandemia, que já tinha um nível de utilização alto, mas subiu bastante, foi o da carteira digital, a carteira de trabalho digital. Hoje é um dos principais serviços de Governo, está lá no contexto... Cada carteira... A gente também está conectado ao gov.br, mas aqui a gente tem uma relação direta com os trabalhadores, num volume grande, de mais de 20 bilhões de acessos/mês, e a gente conseguiu alcançar aí mais de 70% dos atendimentos. Por exemplo, no serviço de seguro-desemprego, hoje são tratados de forma 100% remota, que é um número bem significativo e que desonera as redes de atendimento do Sine e das delegacias do trabalho. Então, a gente tem um volume bastante relevante e um nível de efetividade grande. Mais à frente a gente vai falar um pouquinho de como a gente está pensando a evolução desse serviço.

Um outro caso de referência no trabalho, que complementa essa visão, é o Sine, o Sistema Nacional de Emprego, e a gente tem aí a automação da parte de intermediação de mão de obra, da parte do abono e consulta de informações, que alcança aí também um volume acima de 2,7 milhões de pessoas por mês, para tratar desse serviço, e a gente trouxe ainda, ano passado, a questão do benefício emergencial, que é um benefício que tem um alcance, teve um efeito fundamental, foi uma política superbem-sucedida, premiada inclusive, pela qual a gente conseguiu preservar mais de 10 milhões de empregos. E tudo isso foi utilizado preponderantemente por esses canais automatizados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, no contexto do INSS, há outros *cases* importantes, a gente tem o Meu INSS, que é um serviço que chega à casa de 38 milhões de acessos/mês. Então, um *case* muito grande de serviços, são mais de 90 serviços dentro do Meu INSS que estão ao alcance do cidadão. Praticamente tudo que o cidadão pode fazer sem precisar da agência está no Meu INSS.

A gente também incluiu no ano passado a plataforma *chatbot*, que é a Helô, que hoje já alcançou mais de 19 milhões de atendimentos. É um número que está em franco crescimento. A gente começou com algo na ordem dos 100, 200 mil acessos/mês. Hoje, a gente já passa de 4,5 milhões de acessos/mês. Então, é um volume de acessos bem interessante.

E, além disso, a gente conseguiu no ano passado alcançar, inclusive, um benefício que, num primeiro momento, não estava no contexto da transformação digital, que foi o benefício por incapacidade. Ano passado a gente teve um modelo em que o cidadão conseguia instruir seu pedido, e a análise foi feita de forma remota pelos peritos do INSS, pelos médicos. E este ano a gente evoluiu esse modelo, já está trabalhando com conceitos de teleperícia e outros recursos para conseguir automatizar.

A gente também teve uma experiência na área do Loas, do assistente social. Agora, está entrando este ano a possibilidade também de fazer essa interação de forma remota e alcançando públicos bem sensíveis, cujo deslocamento é sempre um problema, há dificuldade de a gente tratar.

A gente também está em andamento com outro projeto importante que é a prova de vida, que começou como piloto no ano passado. A gente fez esse trabalho a quatro mãos com o Serpro e já alcançou 300 mil beneficiários que já tiveram a prova de vida efetivada. E agora a gente está entrando numa outra fase, que é tornar esse processo piloto uma prática, alcançando todos os beneficiários que têm o cadastro lá no Denatran ou no TSE, a gente consegue utilizar essa estrutura.

Então, são alguns *cases*. É claro que não são os únicos, mas aqueles de maior volume, que ilustram o processo de alcance que a transformação digital pode ter, certamente alcançando boa parte da população brasileira.

Agora, na segunda parte, a gente vai falar um pouquinho de qual a agenda em que a gente está engajado este ano. Uma dessas agendas é a automação de benefícios. A gente tem aí uma meta bem ousada. Quando a gente fala em transformação digital, muitas vezes a gente tem o primeiro momento, que é a gente tirar a necessidade de o cidadão ir a uma unidade presencial para fazer um agendamento, para fazer um pedido, mas isso não é suficiente. Não adianta ele fazer o pedido remoto, aí vai entrar e depois vai para a retaguarda, que ainda tem um processo analógico, um processo que foi concebido no mundo analógico. Às vezes até está instrumentalizado de sistemas, mas ele não foi repensado para ser utilizado pelos serviços eletrônicos que possuem potencial de automação.

Nesse caso aqui, a gente está falando justamente de tratar esse segundo grande desafio que é transformar plenamente o serviço, que é pegar um benefício requerido eletronicamente e fazer análise,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

validação, conclusão, sem a necessidade de ter um humano lá para fazer uma análise, para pedir mais documentos, para fazer um tratamento burocrático.

Então, essa é uma meta que a gente tem, de sair de 6% dos pedidos de benefício para 38%, lá no caso do INSS, que é um número grande. A gente aqui ainda não está falando dos outros casos em que ainda há uma interação com o cidadão, porque a gente automatiza boa parte desse processo, mas ainda restam algumas situações que exigem interação; aqui a gente está falando estritamente dos casos em que a meta é alcançar 100% de automação. E esse processo envolve aí toda uma reengenharia de processos, de normas, de procedimentos e de ferramentas, lançando mão de recursos de inteligência artificial, de otimização, de leitura de documento de forma automática e de vários outros recursos, integrando isso também àquela camada antifraude, criando elementos para permitir que a gente tenha segurança também nessa tomada de decisão.

Da mesma forma, a gente busca alcançar o processo de atualização de benefício. A gente tem um volume grande aí de operações. Depois que o cidadão tem o benefício, há uma série de rotinas aí que o INSS opera. Hoje a gente já automatiza totalmente 47% dessas demandas, e a nossa meta é alcançar 70% dessas demandas sem a necessidade de atuação do analista do INSS; com isso, a gente consegue direcionar esse analista para trabalhar com os casos mais complexos, aqueles casos que exigem de fato uma análise mais qualificada que a gente ainda não alcança com automação.

Um outro exemplo desse processo também é um projeto que a gente tem feito em conjunto com o CNJ e com os tribunais federais, que é o INSS JUD, que é um processo que – em resumo – visa a fazer com que o processo de quando alguém entra na Justiça, a Justiça em vez de pedir um processo para o INSS, toda aquela burocracia, a gente está montando APIs, integrações, para que a Justiça tenha acesso direto aos dados daquela pessoa e, a partir daí, tomar a decisão e implantar isso também automaticamente. Esse trabalho está sendo feito aí com dois principais sistemas da Justiça, que é o e-Proc, que atende dois tribunais federais, e o PJe, que alcança o STJ e os demais tribunais federais. E, com isso, a gente alcança, só para ter uma noção, mais de 569 mil tarefas que são feitas de forma manual e que vão passar a ser feitas totalmente automatizadas. E aí o ciclo entre a tomada de decisão e a implantação para o cidadão, a gente tem uma revolução aí nessa área. Eu acho que é bem ilustrativo. Esse projeto já começou a ser implementado. As primeiras entregas foram no ano passado; e, até outubro deste ano, a gente já pretende estar com esses dois ciclos aí completos de implantação e com alcance muito grande.

Uma outra ação que a gente está em curso no INSS – e agora a gente está discutindo com a PGFN também para uma sistemática parecida – é a implantação da solução de CzRM, que é uma tecnologia de gestão da relação com o cidadão, em que a gente está fazendo, primeiro, uma fase inicial. O principal foco dessa solução é conseguir a convergência dos canais de atendimento. A gente mencionou lá o Meu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

INSS, que é um canal importante, já pegou, a gente tem ainda o 135 e o atendimento presencial. E hoje esses canais de atendimento têm um grau de interação bastante limitado.

O trabalho inicial que a gente está fazendo é o de montar uma base de conhecimento e construir essa visão do cidadão, para que, no momento em que o cidadão procurar a Previdência, quem o estiver atendendo não precisar perder preciosos minutos para recuperar informações daquela pessoa. Ele vai ter, além dos dados da pessoa que já estão disponíveis, os dados de processo e tudo mais, vai ter também quantas vezes aquela pessoa procurou, que tipo de serviço que procura, o que já se pode deixar preparado para atender de pronto aquela pessoa, o que já se consegue atender por uma URA, pelo próprio *chatbot*, e já resolver o problema daquela pessoa sem precisar passar por um atendimento humano. Então, há uma série de melhorias, e a gente está montando essa estrutura.

Num primeiro momento a gente está integrando o 135 com o Meu INSS e, na sequência, queremos estender para os atendimentos presenciais. Então, é uma agenda importante. A gente tem uma perspectiva de evolução da qualidade, mais do que o processo em si, a qualidade e a experiência do cidadão para com os serviços do INSS. É um modelo que a gente está montando de forma a ele poder ser integrado – o Gileno comentou bem que também tem essa perspectiva lá no GovBr –, e a gente vai ter oportunidade de contribuir para essa visão na interação do cidadão com os serviços de Governo.

Outro processo que a gente está conduzindo é a convergência dos serviços do trabalho. Há um projeto que está em andamento na Secretaria do Trabalho, a Secretaria de Produtividade, também no Ministério da Economia. A ideia é fazer convergir todos os serviços do trabalho e transformar a carteira de trabalho num *superapp* – que é um conceito que a gente já conhece, alguns aí da área privada, não é? – trazer isso para o mundo do cidadão, convergindo aquele serviço que a gente já tem na carteira de trabalho, no Sine Fácil, integrando o serviço de qualificação e intermediação de mão de obra inclusive com produtos de mercado, para a gente ter camadas de serviço para interagir. E trata-se também de trazer a oportunidade de interação financeira, no sentido de o empregador poder usar essa plataforma para otimizar também o modo de pagamento, de interação financeira com seus empregados. E aqui envolve processo de contratação, de desligamento e tudo mais, a gente conseguir otimizar e transformar toda a interação trabalhista da pessoa em poucos cliques, numa ferramenta que não exija que a pessoa precise se deslocar para um balcão ou ter uma burocracia por trás para ter a vida resolvida.

É um desafio grande, a gente está concluindo a modelagem desse processo, mas ainda este ano a gente já vai iniciar o desenvolvimento, que é uma evolução daqueles serviços que já estão aí com alcance grande. A meta é alcançar todo o público trabalhista, desde o trabalhador mais simples até as exigências mais complexas do mercado de trabalho.

Por fim, mencionei um pouco as frentes de análise de risco. A gente tem uma sistemática aí, a gente já tem alguns resultados importantes – trouxe dois exemplos aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do seguro-desemprego, a plataforma de análise de risco já alcança mais de 4,6 bilhões de economia ao ano. E aqui estão postas várias formas de abordar isso, desde a análise preventiva: quando alguém tenta obter algum benefício, não traz todos os elementos e a gente consegue identificar, por cruzamento, que aquele benefício é indevido; quando os benefícios foram concedidos e, ao longo da operação, a gente identifica que eles podem ser suspensos porque ele deixou de cumprir os requisitos para se manter ativo; quando da própria apuração de casos e situações onde a gente trabalha em conjunto, há um grupo de trabalho com a Polícia Federal, com os entes de controle, CGU, TCU, e o controle interno dos órgãos.

Ano passado, a gente fez um trabalho bem interessante com a Secretaria de Pesca, em que a gente teve a oportunidade lá de repassar o universo de pescadores, o que teve um alcance gigantesco. A gente pegou diversas situações, já fez o processo de suspender os pagamentos – a gente conseguiu um alcance aí de quase meio bilhão no aumento desses benefícios para o seguro-desemprego – e trouxe algumas rotinas que evitam isso. É um trabalho que não acabou, a gente tem ainda muitas situações para tratar. E este ano a gente está estendendo isso com um foco maior no INSS, na parte do Loas, do benefício assistencial que o INSS opera, no regime geral de previdência, porque a gente está começando um trabalho mais estruturado lá com o INSS, e também no auxílio emergencial a gente está levando mais cidadania a alguns desses recursos de monitoramento. E tudo isso é feito num formato em que a gente busca sempre focar em não onerar o cidadão, para não criar instrumentos em que eu tenha que trazer o cidadão para o balcão, eventualmente ter um falso positivo e ter um desgaste com o público daquele que, de fato, teria... A gente tem procurado focar naqueles casos em que temos condições de eletronicamente identificar se de fato aquele pagamento não deve ser continuado ou não deve ser iniciado, dentro dessa esteira de tomada de decisão, por isso que isso está engajado na agenda de transformação digital.

Bom, eu passei meio rápido aqui pelo processo, devido ao avançado da hora, mas foi no sentido de dar essa visão geral da atuação da Dataprev nessa agenda de transformação digital, mas fico à disposição. Há vários outros exemplos que eu poderia trazer, mas eu procurei trazer aqueles mais representativos para a vida do cidadão.

Fico à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Alan.

Eu quero até pedir desculpa a todos os convidados. A gente poderia promover uma audiência para cada convidado de hoje, porque realmente é muita coisa que muita gente desconhece ainda. Acho que é importante a população começar a entender um pouco, mas eu ainda vejo o cidadão um pouco distante ainda. Eu mesmo não conhecia praticamente nada, aliás, alguma coisinha, mas há muita coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico imaginando: não basta só a pessoa bater no aplicativo para marcar uma consulta. Ela tem que ter certeza de que vai chegar ao ponto de ônibus, vai haver um ônibus naquele horário, e que vai chegar lá e o médico também vai estar lá para atender. Então, não basta fazer só o aplicativo, tem que fazer que funcione a operação como um todo.

Eu vou passar agora para a iniciativa privada, que é muito importante. E eu gostaria muito de que tanto o Ítalo, quanto o Sergio Gallindo e o Rodolfo fizessem algumas colocações bem no sentido de crítica construtiva, para ver como é que a gente consegue transformar tudo isso aí num cartãozinho do cidadão, o cidadão ter acesso a tudo isso através de um único cartão, vamos dizer assim.

Então, eu vou passar agora para o Ítalo Nogueira, que é o nosso Presidente da Assespro Nacional.

Ítalo, obrigado pela presença.

O SR. ÍTALO NOGUEIRA (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, primeiro, ao Presidente da Comissão, Senador Izalci; à Senadora Rose de Freitas.

Eu queria parabenizar essa audiência, congratular também aqui os amigos das demais entidades, Rodolfo e Sergio Paulo, meus amigos; os amigos aí também da iniciativa pública.

E eu vou fazer uma breve apresentação da Assespro, rapidamente, e a gente vai tentar fazer aqui um *startup pitch*, Senador, para respeitar o tempo e para que a gente possa realmente debater e conseguir conversar sobre um tema tão importante como é o tema do Governo Digital.

A Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia, principalmente para aqueles que estão acompanhando, é uma entidade de 45 anos de idade e que representa, tem como missão representar e fomentar os interesses coletivos das empresas associadas na construção de uma sociedade fortalecida pela tecnologia da informação. Então, é muito importante que tudo que a gente faz como iniciativa privada tenha o viés exatamente de chegar à sociedade, fortalecendo-a através da tecnologia.

Como eu falei, ao longo dos últimos anos, desde 1976, focada, a Assespro tem assento nos principais conselhos, junto com os amigos aqui de outras entidades. Temos pequenas, médias e grandes empresas. Não temos barreira de mercado para ter apenas empresas brasileiras, mas representamos, na grande parte, empresas pequenas e médias, organizações e outras grandes nacionais.

Somos a única entidade a figurar na Aleti e ter cadeira na Witsa, que é uma associação global de entidades de tecnologia da informação – e a associação ibero-americana é a Aleti.

Estamos em 19 Estados do Brasil, temos presença, com regionais funcionando, em 13 Estados da Federação. Então, nos principais ecossistemas de inovação, a Assespro está sempre presente.

A gente acredita, nobre Senador e demais amigos, que a força de qualquer ecossistema, principalmente pela chance de ter conhecido diversos, pela força que nós temos, inclusive, de troca com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essas entidades globais, que ambiente, empresas, academia, recursos e Governos constroem uma força. E temos aí gigantescos bons exemplos para o Governo Digital.

Aqui são algumas das ações. Essas são de *match day*, a gente exatamente juntar oferta e demanda, seja ela da iniciativa pública, seja ela da iniciativa privada, para que a gente possa entregar serviços através das empresas privadas.

Aí, alguns eventos que a gente fez, com o WCIT, em 2016, que é o maior congresso global de tecnologia, que foi realizado aqui, com o apoio das nossas coirmãs, também pela nossa Assespro; o MyInova, que é um evento que começou como Paraná TIC e hoje anda pelo Brasil; um fundo de investimento privado – essa pauta de capital empreendedor, que é uma pauta em que a Assespro vem trabalhando de maneira muito forte; e a criação, esse ponto da LGPD. Nós trabalhamos, desde o início da lei, fizemos, realizamos, ainda em 2019, o maior congresso sobre Lei Geral de Proteção de Dados, com 40 mil pessoas inscritas. Temos uma certificação para *data protection officer* dentro da Assespro Academy, e eu tenho a honra de estar na lista tríplice. A gente entende que tem que ter belíssimas mentes de advogados no Conselho da Agência Nacional de Proteção de Dados, mas a gente também tem que ter a visão do empresariado, principalmente na cadeira destinada às empresas.

Criamos um Conselho de Inteligência Jurídica em 2019, em que a gente tem as mentes de 12 advogados que entendem muito da Assespro. Por esses 45 anos, sempre foi muito forte tecnicamente no entendimento do nosso setor. E a gente criou esse Conselho de Inteligência Jurídica exatamente para balizar e nos ajudar principalmente nessa troca, na construção coletiva. E a gente tem hoje apoio em todas as regionais desses advogados e desse conselho.

Aqui é a nossa gestão. Eu tenho aí sete vice-presidentes. Todos, na entidade, somos empresários e empreendedores que militam no dia a dia nas suas empresas, que conhecem a dor do dia a dia dos nossos negócios e sabem as dificuldades de algumas concorrências que surgem e, obviamente, da problemática de se empreender neste Brasil que possui um arcabouço legal extremamente complexo.

Então, especificamente voltado para o PL nº 317, e falando do Governo Digital, a gente queria parabenizar e frisar, Senador Izalci e demais amigos, que a gente teve uma grande vitória aprovando esse texto, e também essa semana outro grande texto – parabenizando Senado e Câmara –, que é o texto do marco legal de *startups*, que ajuda, diminui algumas barreiras para nossas empresas *startups* e para os empreendedores do Brasil.

Especificamente com relação ao PL 317, nós fizemos uma ampla divulgação pelo veto do art. 29, que cobrava, que tinha a ideia de cobrar os dados, e o Presidente vetou. Nós ficamos muito felizes, tivemos um apoio muito grande de diversos Parlamentares, de diversos Senadores, e agradecemos pela forma como ficou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora nós temos um projeto de lei, de Governo Digital. Nós temos um caminho que temos que trabalhar, a partir de agora, como entidade, como essa entidade que está há 45 anos lutando pela melhoria desse ambiente de negócios no Brasil e que está, como eu falei, em 19 Estados da Federação. Neste momento, quando a gente fala de Governo Digital, de transformação digital, a gente obviamente tem que se solidarizar com as vidas que a gente perdeu nesta pandemia – ainda estamos perdendo muitas e temos que tomar cuidado –, mas se tem uma coisa positiva é que a gente viu uma antecipação, uma transformação, 2025, 2030 chegar em pouco tempo, e aí a iniciativa privada, principalmente, responder muito rápido.

Durante muito tempo, por exemplo, tivemos amigos que nos antecederam que estão do lado do Governo, inclusive cuidando de algumas pautas voltadas à saúde, e durante muito tempo, Senador, falávamos da importância da telemedicina e do caminho que deveria se abrir com essas oportunidades. E a pandemia nos trouxe, nos mostrou que possivelmente a gente tende a diminuir muito principalmente os custos naquele tratamento preventivo, naquele acompanhamento. Além de todas as outras coisas, eu destaco a questão, por exemplo, das aulas *on-line*, em que a gente precisa focar principalmente naqueles que não têm. Então, o Estado tem que olhar e desenvolver políticas públicas para que a gente possa, como iniciativa privada, trabalhar e alcançar lá a ponta, porque nós temos capilaridade, como iniciativa privada. E essa transformação digital que a gente comenta, tão importante para nosso País, baseada na transformação... Não existe transformação digital sem transformação de cultura. O pilar fundamental da transformação digital é a transformação cultural. E aí, nessa forma de transformação cultural, Senador e demais amigos, eu acho que a gente tem que exercitar a mudança da forma de pensar – alguns falam em *mindset* – principalmente daqueles que estão na iniciativa pública.

Quando a gente vê... Eu acho que alguns que me antecederam falaram sobre algumas coisas, falaram das contratações e dos gigantescos *data centers* que estão espalhados pelo Brasil, por exemplo. Esse é um exemplo claro de que, quando a base era uma infraestrutura, governos compravam, compravam, compravam *data centers* em vez de contratar serviços. Eu acho que aí é onde está o principal ponto desse projeto de transformação digital. E, às vezes, há um equívoco na interpretação por parte de algumas pessoas que estão à frente de algumas iniciativas.

No nosso entendimento, na Federação, seja o Estado, seja o Executivo, sejam Estados e Municípios, a gente precisa desenvolver exatamente política pública. O Gileno falou da ideia de que o empresário se dedique à atividade empresarial, não à burocracia. A Assespro, de outro lado, quer que o Governo se concentre nas políticas públicas e deixe a execução dessas atividades para o setor privado. O setor privado é sempre mais ágil, vai responder mais rápido.

Obviamente, a gente precisa sempre elevar o sarrafo da governança, do acompanhamento, retirar do caminho quem não estiver executando bons serviços ou quem estiver usando as compras públicas como um caminho... Nós vimos, ao longo dos últimos anos, no Brasil, diversos equívocos de contratação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas privadas em outras verticais, e a gente coloca, pontua que a gente tem que olhar o cuidado da governança, mas a gente não pode nunca deixar e querer executar as ações em detrimento, porque isso seria, ou melhor, isso é uma concorrência desleal, no sentido de haver uma carga tributária e um arcabouço legal muito pesados nas costas do empresariado brasileiro e de haver iniciativas públicas que acabam concorrendo e tirando parte do mercado nacional.

Nós não podemos também esquecer, nobre Senador Izalci, grande parceiro do setor, que vários lugares do mundo que são exemplo de transformação digital, países que são exemplo de transformação digital prepararam a base. Eles cuidam dessa estratégia e das políticas e fomentam o setor de tecnologia dos seus países, porque essa é uma indústria transformadora de países, de pessoas, de sociedade. A gente tem que trabalhar exatamente no sentido de fomentar...

Todos aqui que já tiveram a chance de visitar os grandes ecossistemas pujantes das empresas que estão no Brasil... Sejam bem-vindas as empresas se gerarem empregos aqui, se recolherem impostos aqui no Brasil! Sejam bem-vindas mais e mais empresas! Mas, quando a gente visita os ecossistemas, seja o chinês, seja o de Israel, seja o dos Estados Unidos, que todos conhecemos, a gente vê exatamente o fomento do Governo na problemática... Inovação só existe com problema. No Governo Digital, a gente tem um monte de problema. Um amigo sempre me disse: "Se tem um lugar que tem problema é o Brasil". Então, vamos desenvolver políticas públicas e fomentar que as nossas companhias privadas possam criar gigantes de caráter em escala global.

Então, a nossa visão como Assespro, essa entidade que está no Brasil todo e que tem mais de 2,5 mil associados, é a de que a gente precisa utilizar esse projeto de Governo Digital e o novo marco legal das *startups* e a mudança, como eu falei, de *mindset* por parte de muita gente... Eu costumo dizer que a gente não tem que privatizar tudo, absolutamente. Não é uma visão de que tudo tem que ser privatizado, mas a gente tem que entender que, se a gente fosse ter uma empresa prestadora de serviços...

Eu acho que também foi o Gileno que falou que 15% do mercado agora abrem a porta para parcerias. Imagine, se num PIB de 7,4 trilhões, a gente tivesse 1,1 trilhão tirado da iniciativa privada e voltado para a iniciativa pública de diversos setores, da agricultura, do transporte, da tecnologia da informação, da construção civil.

Então, o que a gente coloca é que a gente tem que ter, sim, estruturas que cuidem de dados, que cuidem da estratégia, mas que não executem. A execução tem que ser feita por parte da iniciativa privada. Não existe governo digital se não existir um país digital e um mercado inovador, em que a gente fomenta, principalmente, essa moçada e se torne, inclusive, sedutor, como setor, para que essas crianças e esses jovens que estão na periferia possam sair das suas escolas, no 9º ano, possam ingressar nos anos finais e possam entender que o setor de tecnologia é um caminho porque paga três, quatro vezes mais do que os demais setores e é um caminho não só para a transformação da vida desses jovens, mas principalmente para a transformação da vida dessas famílias que não têm acesso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para finalizar, a gente não pode, de maneira nenhuma, se esquecer de um dos principais desafios que nós estamos tendo, que é o apagão da mão de obra. Num país que tem 15 milhões de desempregados, Senador Izalci, a gente não pode aceitar que a gente tenha hoje milhares de vagas abertas para o setor sem a gente ter condição de ocupar em diversos momentos do ano passado, no meio da pandemia, com o Ministro Paulo Guedes, com o Ministro da Educação, com o Rogério Marinho, no MDR, com tantos ministros do Governo e do Executivo, como colocamos. Esse é o maior desafio do Brasil.

Acho que o senhor, na sua belíssima condução, no entendimento que tem do setor de tecnologia da informação, entende que o setor privado deve ser fomentado e trabalhado para que continue crescendo, entende que a gente possa formar mais e mais mão de obra. Esse é o maior desafio na nossa visão, porque todas as empresas e setores estão se tornando setores digitais, e a gente deve formar gente para ocupar esses espaços que agora a gente tem abertos e que vão obviamente transformar a nossa Nação.

Respeitando o tempo, por fim, eu gostaria de parabenizar um associado nosso, Senador, que é o Cesar (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife), que completa 25 anos, um dos maiores centros de inovação que nós temos no Brasil e que vem ajudando tanto na educação, como também na política de transformação e inovação do País.

Respeitando o tempo, eu queria dizer para os amigos que a gente gostaria e quer debater bastante sobre diversos temas, mas o ponto central é que temos um PL, temos um Governo Digital, temos a iniciativa privada pronta e precisamos ter essa visão e esse *mindset* por parte de todos os que constroem a lei, que executam a lei e que estão na iniciativa pública para que a gente possa fomentar o crescimento, o desenvolvimento e a transformação do nosso País. A transformação do Governo Digital brasileiro só vai acontecer se nós fomentarmos a transformação digital e transformarmos a matriz, como a indústria de tecnologia, numa indústria forte que vai vender para o Brasil e para o mundo.

Respeitando o tempo aqui, eu queria agradecer demais por este momento, aqui na nossa audiência, abrir e deixar a palavra para os demais amigos que vão falar pela iniciativa privada.

Muito obrigado, Senador Izalci, muito obrigado a todos que estão aqui participando dessa *live*. Quero cumprimentar os nossos milhares de empresários e empreendedores que estão espalhados, colaboradores. Vamos continuar firmes desenvolvendo o setor de TIC privado do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ítalo.

Passo imediatamente a palavra para o Sergio Paulo Gallindo, que é o nosso Presidente da Brasscom, Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Sergio.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (Para expor.) – Obrigado, Senador Izalci.

Eu vou projetar aqui, vou tentar projetar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. (*Pausa.*)

Está liberado, Sergio.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está liberado.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO – Todos veem aqui? (*Pausa.*)

Senador Izalci, queria agradecer a honra do convite para participar desta audiência pública. Queria, através da Senadora presente, saudar a todos os participantes dessa reunião, todos os Senadores e demais Parlamentares. Queria, também, na figura do Gileno, saudar todos aqueles que participaram desse painel – muita informação importante e preciosa.

Eu vou fazer aqui uma rápida apresentação da Brasscom e depois vou me permitir fazer uma espécie de resenha sobre essa questão da transformação digital.

A Brasscom tem como seu cartão de visitas esse *chat* que aqui está. Nós somos, hoje, uma associação com 90 grupos empresariais. Nas duas camadas de cima, a gente vê as grandes e médias empresas, aliás, perdão, as grandes empresas. Na passagem aqui, a gente vê que nós temos, na Brasscom, a representação de grandes multinacionais, tanto internacionais quanto multinacionais brasileiras e, aqui embaixo, naquela sessão aqui chamada de colaboradores, nós temos as pequenas e médias empresas, todas bastante inovadoras.

A Brasscom, por conta dessa diversidade, representa bastante bem o corte da fenomenologia da era digital. A maior parte das nossas empresas são prestadoras de serviços, mas nós temos também *software*, nós temos empresas de *hardware*, empresas de plataformas e até a saúde conectada e a agricultura digital estão presentes no nosso ecossistema. Então, essa é a grande fenomenologia da era digital, representada aqui pela Brasscom.

Enquanto instituição, a Brasscom adota uma governança típica de empresas de capital aberto. O nosso fórum maior é a assembleia de associados. Essa assembleia elege um conselho de administração para mandato de dois anos. Aqui nós temos a atual conformação do Conselho de Administração, com a Presidência do Laércio Consentino. Temos muito orgulho de termos duas mulheres no Conselho de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Administração. E todos esses executivos são os Presidentes das suas respectivas empresas. Nossa Diretoria é bem enxuta aqui, sou eu, a Mariana e o Sergio Sgobbi.

E, todos os anos, a Brasscom faz um planejamento estratégico que é sempre centrado neste propósito: o propósito da Brasscom é trabalhar por um Brasil digital, conectado e inovador. Para este ano agora de 2021, nós temos pilares estratégicos. Um é trabalhar pela questão da tributação, do emprego e da competitividade do País; o segundo é a formação de talentos em tecnologia; e o terceiro é vida e cidadania na era digital, em que a gente encaixa a parte da Lei Geral de Proteção de Dados, a questão da segurança da informação, a questão de IoT e da inovação de modo geral.

O nosso setor é um setor importante do ponto de vista econômico. A Brasscom entende o setor como um macrossetor, que inclui as empresas de TIC propriamente ditas, que são as empresas que fazem prestação de serviço, *software e hardware*. Contabilizamos aqui como se fosse uma grande empresa todo o resto da produção de tecnologia que é feita pelas empresas que não são de tecnologia, tais como grandes bancos e algumas empresas de varejo e de produção de bens de consumo. As PRODs, como o Serpro e Dataprev, que estão aqui presentes, estão contempladas no setor, porque são empresas que têm na tecnologia o seu moto de existir. E há as telecomunicações.

Esse macrossetor no ano passado venceu, pela primeira vez, a barreira de R\$500 bilhões em receita bruta. Este valor aqui de R\$505 bilhões representa uma proporção do PIB de 6,8%, que tem se mantido bastante consistente nos últimos anos e experimentou um crescimento nominal de 2,1%. Vejam bem: isso num ano de pandemia. E nós também, pela primeira vez, suplantamos a barreira de 1,5 milhão de profissionais: hoje, agora, nós somos 1,62 milhão de profissionais. No ano passado, foram contratados 59 mil profissionais. Então, é um setor forte, é um setor diversificado, que tem muito a contribuir com essa pauta de que nós vamos agora falar um pouco mais detalhadamente.

Apresento aqui quase que uma série de jornadas, para que a gente entenda o que está acontecendo e o que precisará acontecer em termos de Governo Digital.

Quais são os aspectos de base para um país verdadeiramente digital? São estes três aqui. Internet, com acesso à banda larga de alta velocidade, de qualidade e também com capilaridade, é o primeiro pilar. O segundo pilar é o de dispositivos, precisamos de dispositivos não só dos mais sofisticados, como *smartphones* mais sofisticados, mas precisamos também de dispositivos menos sofisticados para a população de baixa renda. E o terceiro ponto é o letramento digital, pois a nossa população precisa começar a ter condição de usar a era digital e a sua fenomenologia de uma forma fluida. A gente sabe que as nossas novas gerações já nascem digitalizadas, mas, mesmo elas, precisam, por exemplo, desenvolver um pensamento computacional.

E aqui já eu vou falar de cara de políticas públicas. No caso da internet, precisamos de capilarização; precisamos, para isso, de mais antenas; precisamos também de melhor qualidade, vem aí o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5G, e precisamos também que a internet tenha o custo mais baixo. Então, precisamos dessas políticas públicas, e isso faz parte da nossa evolução digital.

No mesmo caso dos dispositivos, lembro aqui a Lei do Bem, que tinha um regramento específico para dispositivos voltados à baixa renda. Precisamos retomar esse tema. E na questão da educação, precisamos formar, por exemplo, mais programadores no Brasil e, para isso, precisamos aumentar a oferta de cursos no ensino médio, programadores que devam ser formados pelo ensino médio profissionalizante.

Uma das primeiras jornadas que nós estamos enfrentando – hoje tivemos aqui uma aula de três grandes empresas sobre o que se está fazendo na transformação digital – é reconhecer o seguinte: nós viemos de um passado distante de desburocratização, na era do Ministro Beltrão, ainda uma desburocratização de papel e com cultura cartorial bastante complexa. O primeiro passo que nós demos foi no e-Gov. O e-Gov representa a tecnologia da era inicial da internet. E o Brasil se houve muito bem nessa fase, só que nós tivemos um pequeno hiato e nos atrasamos. Eu me lembro da iniciativa do Presidente Michel Temer, que foi uma precursora com o Programa Brasil Eficiente, e iniciou o debate sobre a transformação digital. Eu me lembro de ter participado de algumas dessas reuniões, nas quais quando falávamos que a interface deveria ser pelos *smartphones*, muitos, muitos naquela ocasião achavam que isso não era tão necessário. E hoje, com muita alegria, eu vejo as três empresas aqui investindo, de fato, nessa transformação digital.

A transformação digital tem certas categorias, tem certas características que estão aqui listadas. Falamos hoje de muitas delas, falamos sobre móveis, falamos sobre nuvem, falamos também sobre LGPD e o que nós estamos vendo hoje é exatamente o que se espera dessa fase de transformação: serviços ágeis e redução de custo. Mas não se esgota aqui. O verdadeiro Governo Digital vai se traduzir a partir de um uso intensivo de mais um conjunto de tecnologias que ainda não foram mobilizadas e massificadas aqui no Brasil. E eu citaria algumas, como, por exemplo: inteligência artificial, que só agora nós estamos começando a utilizar; o *blockchain*, que tem um potencial enorme de automatizar e dar mais segurança para várias transações; realidade virtual e realidade aumentada, que podem ser aliados muito bons para a parte de educação, e por aí vai. Tudo com um foco importante na segurança da informação. Hoje nós temos reiteradamente presenciado mundo afora – e o Brasil não foi exceção – sequestro de dados. Isso causa insatisfação e insegurança para a população. Precisamos investir mais na questão da segurança da informação. O que se pretende atingir com o governo digital? Não só são serviços ágeis, mas serviços intuitivos. Não só a prestação dos serviços, mas serviços personalizados; que o poder público e a iniciativa privada atendam às necessidades de cada um de nós naquilo que nós somos como indivíduos. E a eficiência pública de um modo geral. Não mais a redução do custo somente, mas a prestação com eficiência para toda a população.

Então, esse é um roteiro, é um *roadmap*, como chamam os americanos, do que se esperaria de um governo digital. A boa notícia, Senador e todos os companheiros, é que isso já está acontecendo. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos aqui uma boa estratégia de governo digital, com princípios que, basicamente, estão sendo executados, e com satisfação, eu digo a todos vocês: estamos no caminho certo. Mas não é suficiente nos mantermos numa transformação digital; precisamos, realmente, construir um governo verdadeiramente e completamente digital.

Outro aspecto de que eu gostaria de falar com vocês é que também precisamos avançar com um Legislativo digital. O Legislativo tem como principal missão identificar a necessidade de concepção ou de aperfeiçoamento de políticas públicas. O locus desse debate é o Poder Legislativo, com as suas duas Casas. Pois bem, partindo dessa necessidade de concepção de políticas públicas, a gente antevê que, na era digital, para que essas políticas públicas sejam bem concebidas, elas devem ser sempre precedidas por uma análise de impacto regulatório e uma projeção de seus resultados a partir de muitos dados. E essa é uma cultura que a gente precisa desenvolver. Já também temos bons exemplos dessa abordagem de impacto regulatório e precisamos insistir na concepção dessas políticas públicas com muitos e muitos dados. Vem daí a instituição das políticas públicas pelos instrumentos adequados, sejam PECs, sejam leis ou outros tipos de normativos.

A partir desse momento, precisamos, então, entrar numa quarta etapa, que é o acompanhamento e a fiscalização da política pública a partir de dados e evidências. E aqui eu vou tentar tangibilizar também uma situação, que é a situação da desoneração da folha de pagamento. Uma política pública estruturante, que já tem dez anos, que levou a cabo o aumento do número de empregados, o aumento da remuneração e que vem sendo sistematicamente questionada e está sob risco. E aí nós temos análises econométricas que demonstram o sucesso da política pública – por que não continuar com ela?

Esse é o nosso Legislativo digital. É o Legislativo que vai fazer desse círculo, virtuoso, com evidências e com dados, o aperfeiçoamento e a proposição de novas políticas públicas.

Mas não para por aqui. Hoje nós estamos com uma terceira onda daquilo que a OCDE chama de Governo Digital. E essa terceira onda vem a partir do quê? De também uma escala evolutiva.

Numa primeira etapa, o Governo fez a Lei de Acesso à Informação. É uma etapa muito importante, mas uma etapa reativa, em que o Governo cedia informação para os seus cidadãos sob encomenda, sob pedido. Então, era uma posição inerte.

A segunda etapa, muito importante, foi a dos Portais de Transparência. Aqui o Governo agiu com proatividade, franqueou a informação para o cidadão, e isso foi muito positivo.

Agora, Senador e todos os Parlamentares aqui, todos os Senadores presentes, nós estamos diante da oportunidade de uma terceira e mais arrojada etapa, que é a abertura dos dados do Governo. O que pretende essa abertura é a agregação de valor, porque a abertura desses dados permitirá a todo o setor produtivo, a todas as empresas privadas, olharem para esses dados e conceberem, com as suas capacidades e a sua inovação, novos produtos e serviços, de uma forma mais rápida e mais eficiente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para fazer essa abertura de dados... Ela não é simples, e há cuidados a serem tomados. A Brasscom, por exemplo, propôs aqui – e isso está no nosso *site* – uma carta de princípios para a abertura de dados no Brasil. Eu queria destacar aqui alguns deles.

Dados abertos por padrão ou como pressuposto. Doravante, a política pública tem sempre que pensar na sua realização a partir do paradigma da abertura dos dados. Os dados a serem abertos devem ser legíveis por máquina. Não é mais suficiente você ter o acesso aos dados numa forma que é cognoscível apenas pelo ser humano. A gente tem que ter os dados cognoscíveis por máquina. Para quê? Para que a inovação, que é feita por máquina, se acelere.

Mais um outro ponto importante aqui, eu destacaria a questão da interoperabilidade dos dados, que já foi falada aqui. É importante essa interoperabilidade, inclusive para que haja a sinergização dos dados coletados pelo Poder Público.

E, por fim, uma Governança de Dados Abertos; que seja uma governança multissetorial, característica da governança da internet, com o CGI e com os organismos internacionais. Essa governança é que vai garantir a lisura dessa abertura de dados e que vai poder instruir o Governo sobre como fazer essa abertura de uma forma eficiente, voltada à geração de valor.

E, por fim, Senador, já encerrando aqui a minha intervenção, temos mais uma jornada, a jornada da Democracia Digital. Viemos lá, no passado, de uma democracia exercida através de basicamente jornais, comícios, é aquela democracia do século XIX. Evoluímos para uma democracia analógica, importante passo, com a chegada do rádio, da televisão e do satélite, e estamos hoje na e-democracia, na democracia eletrônica. Hoje temos processos legislativos participativos, temos diversas enquetes, o Senado tem uma liderança nessa participação. E já estamos iniciando a nossa jornada para uma democracia digital, a partir, por exemplo, do *app* do Senado; mas precisamos ter em vista que isso não basta. Nós precisamos ter uma democracia digital, em que nós tenhamos a massificação da participação da população. E isso vai se dar pelas redes sociais, pelos fóruns de debates, por outros instrumentos.

Nós precisamos também que o legislador trabalhe no sentido de educar também a população nas ferramentas da democracia e tudo aquilo que elas podem trazer para o avanço do nosso Estado democrático de direito, até o ponto de se conhecer aquilo que são as necessidades e os anseios da população. E que a população veja, de fato, com concretude, as vantagens do sistema democrático sobre qualquer outro e nunca mais seja feito um questionamento sobre a democracia como o nosso melhor valor. Essa é a democracia digital que todos nós desejamos.

Senador, podemos fazer isso no Brasil? Sim, podemos. O Brasil tem vocação para a tecnologia. E isso não só o Sergio Paulo que diz, mas são os próprios números dos potenciais de investimento coletados por grandes empresas estrangeiras que aqui estão sumarizadas. Nos próximos quatro anos, o potencial de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

investimento em tecnologia de transformação digital é de R\$413 bilhões – R\$413 bilhões! – e mais outros R\$431 bilhões para a infraestrutura e prestação de serviço de banda larga.

Nós somos um país com vocação digital e nós estamos vivendo hoje, Senador, uma crise de falta de talentos, que é a crise da oportunidade. Então, também precisamos digitalizar a nossa educação, para que nós possamos aproveitar todas as nossas oportunidades de crescimento econômico, crescimento social e crescimento dentro de uma democracia digital e de um governo digital e eficiente.

Senador, agradeço mais uma vez a oportunidade de participar deste painel altamente qualificado e nos colocamos aqui à inteira disposição do Senado Federal nessa jornada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Sergio.

Ainda temos aqui o nosso último convidado para falar, que é o nosso Presidente da Abes, que é a Associação Brasileira das Empresas de Software, o Dr. Rodolfo Fücher.

Eu só quero informar que nós recebemos aqui a participação de mais de 60 no e-Cidadania. Depois eu vou colocar aqui algumas perguntas, mas vou passar primeiro ao Dr. Rodolfo.

O SR. RODOLFO FÜCHER (Para expor.) – Bom, já boa tarde a todas. Muito obrigado por esta oportunidade. Muito obrigado, Senador Izalci por esse convite. Agradecendo ao senhor, quero agradecer também a todos aqui que estão participando desta reunião, que é extremamente importante. Eu vou dividir rapidamente a minha apresentação e prometo ser extremamente breve.

Vou falar um eslaide sobre a Abes para conhecerem um pouquinho; depois, eu vou comentar sobre uma visão sobre futuro. Aliás, complementando o que os meus colegas já falaram, quer dizer, não vai haver sobreposição de temas.

Aqui, no caso da Abes, o nosso propósito é construir um Brasil digital e menos desigual. E, como objetivo obviamente, nós temos aqui como assegurar um ambiente inovador, que ele seja dinâmico, seja ético, sustentável e competitivo a nível global.

Hoje a gente representa aí cerca de 2 mil empresas aqui no Brasil, a maior parte delas são de micro e pequenos empresários, representando aí 23 Estados mais o Distrito Federal, com 35 anos de experiência. Temos diversas células de discussão, desde LGPD, *cyber security*, a parte de regulamentação, a parte também de inteligência artificial e o mais importante também, devido à complexidade nossa, os nossos plantões jurídicos.

Mas o mais importante hoje que eu gostaria de comentar é a visão sobre o futuro e, depois, fazer uma reflexão sobre o tema desta audiência pública. Eu queria trazer aqui um item muito importante que, já foi comentado um pouco, é a convergência das revoluções mais importantes de tecnologia que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos: um, obviamente, é a disponibilidade de dados, a gente nunca teve uma disponibilidade de dados tão intensa; o outro ponto importante é a velocidade de acesso a esses dados com o advento do 5G, as perspectivas que têm as empresas é que nós vamos ter uma cobertura global de 5G nos próximos dez anos, isso é extremamente impressionante; e o terceiro ponto é a computação quântica. Então, quando a gente pensa nesses três fatores importantes, a gente vê qual impacto disso que pode acontecer.

Teve o diretor da Singularity University, que eu tive o prazer de participar, que é o Paul Roberts, que veio fazer uma palestra, um evento da Abes, ele fez uma projeção muito interessante. Ele disse que em dez anos nós vamos ter um computador com a mesma capacidade do cérebro humano custando US\$100. Então, o acesso à tecnologia, o advento da tecnologia vai causar uma transformação em tudo que nós conhecemos até hoje.

Nesse mesmo curso que eu fiz na Singularity, eu tive o prazer de conhecer essa cientista, que é a Suzanne, ela é uma especialista em robótica. Ao lado dela está o robô que ela está construindo – muito parecido com ela. Ela vem desenvolvendo pesquisas a ponto que, em dez anos, nós vamos ter plena condições de ter um robô muito parecido com o ser humano e com o mesmo nível de raciocínio de inteligência, vamos dizer assim. Isso vai ser impressionante em termos de alteração de todo o comportamento em si. A gente vai chegar a um momento, em dez, quinze anos, em que a gente vai ter o nosso robô para chamar de nosso, ou seja, igual ao da família Jetson. E isso, obviamente, que já vem sendo muito debatido em alguns filmes de ficção científica. Mas é fato: todas as pesquisas apontam que nós vamos ter robôs muito semelhantes aos seres humanos. Já existem diversos modelos acontecendo no mundo todo. Em Singapura, o Governo já usa um cachorro eletrônico robô para fiscalizar os parques, evitar aglomerações públicas de pessoas – e é muito interessante.

Mas um outro ponto que eu quero trazer aqui é um estudo que a PricewaterhouseCoopers fez, em que ela estima que, em dez anos, a inteligência artificial vai representar aí cerca de US\$15 trilhões, em termos do PIB mundial. E quando você olha onde que está esse potencial de crescimento, obviamente, 50% está na China, aí com praticamente US\$7 trilhões; os Estados Unidos estão com 25%, por volta de 3,7 trilhões; e o resto do mundo está compartilhando os outros 25% de oportunidades. O Brasil fica mais ou menos com 50% da América Latina, por volta de US\$250 bilhões de oportunidades.

Quero trazer essa informação porque ela é muito importante para o tema que nós estamos discutindo hoje. Um estudo da McKinsey aponta que, se uma empresa não investiu nos anos passados em inteligência artificial, ela não vai conseguir ser competitiva nos próximos anos, ela já perdeu a oportunidade. E quando a gente olha isso para o Governo...

Quis trazer aqui um estudo do BID, que é muito interessante, que diz o seguinte: apenas 27% dos Estados brasileiros estão usando inteligência artificial em suas aplicações. Então, é uma oportunidade muito intensa que nós temos para, justamente, explorar melhor as tecnologias existentes e com as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soluções disponíveis. Obviamente que a tecnologia vem, até como o Dr. Jacson falou do Datasus... Ela é impressionante, vem ajudar em diversos aspectos.

E aqui, só para também ponderar um pouco: na saúde, toda essa tecnologia vem trazer resultados extremamente benéficos para a saúde humana. Existem estudos até para tentar fazer edição genética para evitar as doenças genéticas e hereditárias.

Há outro ponto importante também que eu quero trazer simplesmente para uma reflexão posterior. É quando a gente fala da carne, principalmente da carne bovina, das proteínas. O Brasil hoje é um grande exportador de carne de frango e de carne bovina, mas, com o evento da tecnologia, uma Suíça pode se transformar no maior produtor de proteína animal, simplesmente porque hoje estão começando estudos para produzir as proteínas em laboratório, quer dizer, não se precisará mais das pastagens como o Brasil tem.

Outro ponto que foi comentado, muito bem colocado tanto pelo Ítalo como por Sérgio Paulo, foi a falta de mão de obra qualificada. E aqui quero fazer dois contrapontos. Obviamente, há o estudo do World Economic Forum que aponta que só a China está graduando quase 5 milhões de estudantes no segmento de ciência, tecnologia, engenharia e matemática; os Estados Unidos estão bem atrás: por volta de 600 mil pessoas. Então, você vê que até os próprios Estados Unidos estão preocupados com o *gap* de tecnologia, com a defasagem que hoje enfrentam quanto à capacidade para gerar mão de obra qualificada para o futuro.

E aqui eu trago também outro dado muito interessante desse relatório do BID. Ele aponta que apenas 23% dos Estados brasileiros têm uma pessoa que conhece a parte de como lidar com dados, ou seja, um cientista de dados. Isso é um ponto relevante, porque não adianta a gente ter toda essa tecnologia, mas não ter as pessoas que consigam traduzir e utilizar da melhor forma possível essa tecnologia disponível.

E aqui eu vou trazer um tópico de que o Sérgio Paulo também falou: a capacidade de absorver, ou melhor, de utilizar a tecnologia de uma forma bem fácil, vamos dizer assim, pelo brasileiro. Aqui estão dados que eu gostaria de dividir: hoje o Brasil é o quarto ou quinto maior usuário de internet do mundo, com 150 milhões de usuários. Então, o brasileiro é o que mais dedica tempo na frente do seu celular ou na internet.

Nós somos o terceiro país do mundo em penetração de YouTube, terceiro em Instagram, quarto em LinkedIn, quarto em Facebook. Quando a gente olha a penetração de algumas soluções de mobilidade através dos celulares, só para se ter uma ideia, do pagamento através do celular, no Brasil, é 36% a penetração. A média mundial é 31%. Dos aplicativos como o Uber e semelhantes, no Brasil, a penetração é 54%; enquanto no mundo é 28%. Então, percebe-se que o Brasil tem uma penetração alta no uso de tecnologia, é simplesmente colocar à disposição e, obviamente, ter o acesso à internet. No último item,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é a parte de entrega de comida, como um iFood da vida, olhe o percentual de penetração que o Brasil tem: 67% contra 55% em nível mundial.

E aqui eu quero trazer algumas outras informações de destaque, como o Brasil também está sendo muito bem visto em nível mundial.

Isso aqui é um artigo do World Economic Forum, o Fórum Econômico Mundial, que colocou o Brasil como um dos cinco países a se observar no foco de tecnologia, ou seja, de *startups* – junto com Israel, que é conhecido como a nação da *startup*. Então, você percebe que o Brasil tem uma aptidão muito interessante e o mundo todo está vendo isso.

E um outro fator também muito interessante nesse sentido é que a própria OCDE coloca a digitalização como um dos principais fatores de crescimento aqui no Brasil e redução de desigualdade.

Tudo isso – eu quero trazer alguns pontos aqui justamente para contribuir para essa discussão – é uma proposta de reflexão. Obviamente, a gente não consegue avançar em nenhuma transformação digital e em nenhum serviço público se a gente não tem capacidade de assegurar acesso para todos. E, com o advento da 5G, com os investimentos que diversas multinacionais estão fazendo na parte de satélite, a gente tem que trabalhar, tem que fazer parcerias para assegurar que a gente vai ter aqui no Brasil uma cobertura de 100% de 5G.

Um outro ponto muito importante é a capacitação da administração pública com relação às novas tecnologias – e aqui eu coloco a inteligência artificial. Se você olha o que está acontecendo no setor privado... Eu estive participando de um evento junto com o pessoal do iFood. No iFood, estão treinando 400 funcionários em como funciona a inteligência artificial. Não são pessoas que vão desenvolver a tecnologia; são pessoas que trabalham no setor – ou seja, mesma coisa aqui: pessoas da administração pública – para elas entenderem essa dinâmica e o potencial da inteligência artificial, para que elas possam sugerir soluções.

E um outro ponto importante que eu quero também trazer da parte do setor privado é o que a gente chama de inovação aberta. Esta Casa, como também a Câmara dos Deputados fizeram um excelente trabalho aprovando algumas leis recentes: o marco legal da *startup*, a nova lei de licitações e a lei do Governo Digital, que é a 14.129. Este conjunto de regulamentação é essencial para que a gente consiga ajudar o Governo, nas mais diversas esferas, a testarem novas soluções, a testarem novos serviços com um mínimo de investimento, ou seja, quem vai investir nessas soluções, quem vai propor essas novas soluções é o setor privado através desses marcos regulatórios que já estão presentes.

E um outro ponto importante que eu quero frisar aqui – diversas discussões a gente teve com relação à nova Lei de Licitações – é que tanto o setor privado como o setor público precisam entender melhor todas as ferramentas que estão, agora, à disposição através da nova Lei de Licitações. É uma lei extremamente complexa, tem diversas ferramentas que vão ajudar tanto o setor público como o setor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privado a poderem fazer esses acordos. E um deles, que eu quero destacar que foi muito bem colocado, é o diálogo competitivo. É essencial a gente levar essa inovação ao Governo.

Os dois últimos pontos que eu quero trazer aqui para esta reflexão: como já existe na iniciativa privada o que a gente chama de *squad*, trazer todos os atores juntos para a discussão de como fazer essa transformação, porque o maior problema que a gente sempre tem discutido, principalmente com o Secretário Luis Felipe, é como fazer essas contratações de soluções de tecnologia sem ter problemas com o TCU. Então, por que não trazer o TCU junto à mesa, a sociedade junto, o setor privado junto, para que todos consigam resolver esses impasses que às vezes acontecem com a contratação pública?

E um último ponto: todas as propostas que existem hoje em discussão com relação à reforma tributária, elas vão causar um aumento de custo para o Governo na aquisição de tecnologia da ordem de 15%. Quero trazer esse ponto porque é muito importante, no processo de ambas as Casas, aqui no Senado e também na Câmara dos Deputados, para analisarem muito bem o impacto das propostas da reforma tributária sobre diversos segmentos. Já é provado que o setor do Governo para aquisição e soluções de tecnologia vai ser onerado em 15%.

E temos os últimos dois eslaides aqui em que eu quero apresentar o que a Abes está fazendo nesse sentido. Nós temos um programa chamado Recitec, que é justamente para aproveitar todos os equipamentos obsoletos do mercado, fazer toda a engenharia reversa e, com essa engenharia reversa, trazer receitas para poder reinvestir em projetos sociais. Para terem uma ideia, hoje, se a gente conseguir fazer uma reciclagem de um terço dos equipamentos de tecnologia existentes no mercado, a gente estará evitando 400 mil toneladas de gases de efeito estufa, o que é igual a um ano, para a cidade de Florianópolis, de produção de gases do efeito estufa. Isso poderia gerar 8 milhões em recursos para serem investidos em projetos sociais. Em três anos, isso poderia estar impactando, levando equipamento para praticamente 900 mil pessoas aqui no Brasil.

E outro ponto em que também nós estamos muito focados, como muito bem colocou o Sergio Paulo e o Ítalo, é com relação à Lei Geral de Proteção de Dados. Nós temos aí uma ferramenta – e já são mais de 3 mil empresas e organizações e até governos que usaram essa ferramenta – para saber como está a adequação com relação à LGPD.

Outro ponto muito importante, que é uma das bandeiras de que a Abes também está encarregada, é com relação à ética. Nós temos trabalhado junto ao setor para promover sempre a ética.

E, como havia dito anteriormente, nós estamos promovendo também eventos para explicar o impacto da nova Lei de Licitação, e isso é extremamente importante.

No meu último eslaide, eu quero só trazer aqui que a gente tem apoiado uma iniciativa do Instituto Micropower, que é liderado pelo Francisco Soeltl, e está trabalhando todos os cinco aspectos da transformação digital, incluindo a parte do Governo. Tem o apoio do Ministério da Economia, do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MCTIC, é um movimento muito interessante que tem debatido todos os aspectos, obviamente, com os principais *stakeholders* desse processo todo de transformação digital.

Muito obrigado, novamente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Rodolfo.

Evidentemente, a gente teve que aproveitar, e foi uma aula para todos nós com relação ao que está sendo feito, o que pode ser feito. Não vai dar para fazer um grande debate hoje. Nós vamos ter que voltar a esse tema novamente.

Só para comunicar, na próxima sexta-feira nós estaremos exatamente com o Tribunal de Contas da União. O nosso Ministro Nardes vai falar um pouco sobre gestão pública, e a gente vai poder abordar essas questões do Tribunal de Contas também.

Depois, a outra reunião já está marcada com a Presidente da Estônia, para falar um pouquinho da experiência da Estônia com o único cartão digital. Todo o país é digital, é um pouquinho menor do que o Distrito Federal.

Eu queria aqui, rapidamente... Há aqui algumas colocações do e-Cidadania, que a gente tem que prestigiar, porque foi muito boa a participação. Então, vou fazer algumas colocações aqui.

Mas só reforçando, foi colocado aqui bem no início, pelo Serpro, a questão da Receita Federal do Brasil, e eu sempre elogiei muito a Receita Federal em termos da sua competência e capacidade de receita, de arrecadação de receita. Eu gostaria muito que o Brasil também tivesse uma despesa federal do Brasil, que da mesma forma que tivesse a capacidade de arrecadar, que tivesse também a capacidade de gastar ou de investir o recurso público de uma forma mais eficiente. Exatamente o que eu acho que falta no Brasil é um controle das despesas, dos investimentos, dos gastos, porque a gente não tem isso da mesma forma que temos na arrecadação. Lógico, o objetivo aqui, como eu disse, é política pública de Estado, para Estados e Municípios. Gostaria muito que o DF, que é a Capital de todos os brasileiros, e que é um Estado e um Município, pudesse ser um piloto desse sistema, com foco no cidadão. Como foi dito aqui, o usuário tem que ser, realmente, o protagonista de tudo isso. Eu gostaria muito de ver a coisa concreta acontecendo aqui na Capital. Eu tenho certeza de que, com a presença maciça aqui dos Prefeitos e Governadores, que estão sempre por aqui, vendo a coisa realmente acontecer de fato, fica mais fácil de implementar.

Aproveito essa última colocação do Rodolfo. Realmente, a gente vê que a nossa educação está um caos. A gente vai ter que recuperar muito a educação, principalmente nesse período de pandemia. Estamos voltando a 2018, perdemos muito com isso. Eu fui o Presidente da Comissão da Reforma do Ensino Médio, que prestigia o itinerário de educação profissional. No Brasil, infelizmente, ainda não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegamos nem a 10% dos jovens do ensino médio na educação profissional. O mundo todo já está aí, acima de 50%. Então, é um assunto importantíssimo, a qualificação de mão de obra. É um tema que nós vamos discutir também aqui nas próximas audiências.

Não vai dar, em função do tempo, mas eu queria muito que houvesse um debate entre os convidados.

Eu já vou passar aqui às observações da comunidade que utilizou o e-Cidadania. Vou passar algumas coisas e vocês, então, depois fazem as considerações finais, e nós vamos fazer depois um convite para a gente voltar a esse tema aqui na Comissão do Futuro do Senado.

Wallace Nogueira, de São Paulo: "O que seria a plataforma digital do Governo?".

Thauany Macedo, de Minas Gerais: "Como a plataforma digital do Governo disponibilizará informações, cuidando para que todos os cidadãos sejam capazes de compreendê-las?".

Natalia Scapin, do Rio Grande do Sul: "Quais os serviços que serão englobados na plataforma?".

Sergio Ricardo, de São Paulo: "Vivemos cada mais o digital e, como em tudo, temos coisas boas e ruins. Quanto à segurança das informações, como assegurar e confiar?".

Ana Carolina, do Rio de Janeiro: "[...] Como fica a questão da acessibilidade?".

Weldisleny de Araújo, de Tocantins: "Quais plataformas estarão inseridas dentro deste programa?".

Kaio Duarte, de Minas: "Como o Governo Digital irá colaborar no desenvolvimento tecnológico da sociedade?".

Fernando Rodrigues, de São Paulo: "Gostaria de saber sobre avisos recentes de um *hacker*, sobre a segurança do sistema do Datasus. As melhorias estão sendo feitas?".

Diego Leandro, de São Paulo: "Quais vantagens econômicas vão estar atreladas junto ao Governo Digital?".

E se pergunta: "Até quando permitirão a aquisição de produtos e serviços repetidos sem integrar as bases de dados já existentes e sem histórico evolutivo?".

Liana Souza, do Distrito Federal: "Gostaria de saber se hoje o Governo possui a segurança necessária de guardar os dados dos cidadãos brasileiros devido a ataques de *hackers*?".

Bem, foram mais de 60 perguntas. Seleccionamos algumas. Quero pedir desculpas àqueles cujas perguntas não pudemos colocar aqui devido ao tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aproveitar, rapidamente... Há uma questão burocrática: tenho que aprovar aqui a ata. É a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada aqui no dia 24 de março de 2021.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu vou passar agora, rapidamente, então... Já adiantamos bastante. A hora, já a extrapolamos muito. Mas eu vou passar, rapidamente, então, às considerações finais. Se cada um puder comentar um pouquinho o que foi colocado aqui pelos nossos internautas e por quem está também assistindo agora à TV Senado e ouvindo a Rádio Senado... Quero agradecer, inclusive, aos profissionais aqui.

Então, eu vou passar a palavra para o nosso Diretor do Serpro, Dr. Gileno Gurjão Barreto, para fazer suas considerações finais e fazer algum comentário.

Nós vamos convidá-los ainda para uma nova audiência, para falarmos um pouco mais, porque, realmente, o assunto é muito importante, interessante. Foi bastante produtiva esta reunião, bastante esclarecedora. É muita coisa que está sendo feita, mas temos que ter o foco no cidadão.

Então, obrigado pela participação de cada um de vocês.

Passo a palavra, então, para o Gileno, para fazer as considerações finais.

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Obrigado a todos.

Senador, primeiro, eu gostaria de parabenizar todos os nossos colegas que estão aqui pelas suas brilhantes exposições, que foram fantásticas.

Eu vou comentar algumas coisas que eu depreendi das exposições e que acho muito importante elas serem debatidas, realmente.

Então, por exemplo, na palestra, na exposição do Rodolfo, ele falou muito sobre as licitações públicas, sobre o desafio das licitações públicas, o quanto isso vai crescer nos próximos anos – e isso tem que crescer nos próximos anos – e o quanto isso será um desafio para os gestores.

O Ítalo também falou muito sobre a iniciativa privada, o papel da iniciativa privada em tudo isso; o Professor Gallindo falou muito sobre as perspectivas de investimentos e foi muito interessante; o Alan, do papel da Dataprev; o Ítalo; o Jacson, do Datasus. Assim, em resumo, tentando resumir tudo isso, Senador e todos os demais, a gente tem um grande desafio de Estado – a gente tem um grande desafio de Estado.

Então, quando a gente olha, por exemplo, o Datasus, o Jacson tem um desafio fantástico e um desafio que está indo muito nesse sentido, por meio do Conecte SUS, de tornar o SUS digital, de trazer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SUS (Sistema Único de Saúde) para a modernidade. O Estado brasileiro estava muito atrasado nesse sentido. E esse desafio é fantástico, é maravilhoso.

Assim como o Alan nos falou aqui sobre a Dataprev, o desafio do auxílio emergencial foi algo fora de série. Para o senhor ter uma ideia, a gente fala assim que o desafio foi cumprido, mas é muito difícil. Eu falava com a minha colega Dra. Isabel outro dia que, ao mesmo tempo em que a Dataprev entregou tudo aquilo, ela recebeu 20 mil ações judiciais que hoje têm que ser administradas pela equipe interna, do dia para a noite. Então, esse desafio de levar o digital para o Estado, o digital para o Brasil, para as pessoas, enfrenta... Nós todos aqui temos que enfrentar uma figura de um Estado analógico e muitas vezes dogmático – e muitas vezes dogmático.

Muitas vezes essas políticas de governo encontram barreiras dentro da própria estrutura do Estado. E o Estado ainda está no século XX. O Estado brasileiro ainda está no século XX. Para nós levarmos tudo isso, toda essa transformação, nós temos que mudar legislações, leis. Acho que avançamos muito. Como todos falaram, nós temos agora a Lei 14.129, interoperabilidade, compartilhamento de dados. Talvez lá na frente, quando a gente fala em dados abertos, não basta estar na lei, a gente tem que enfrentar a própria estrutura do Estado.

Para o senhor ter uma ideia, para vocês terem uma ideia, a Lei 13.303, que permite a parceria com o setor privado, a parceria entre empresas públicas e empresas privadas, existe desde 2016. A primeira parceria feita no Serpro foi em 2019, três anos depois – três anos depois. E tudo isso tendo que tomar muito cuidado, porque, quando se fala em parceria entre público e privado, o Estado reage – o Estado reage. Enfrentar certos dogmas é absolutamente necessário para nós levarmos à transformação digital. Ela enfrenta o desafio do Estado analógico, enfrenta o desafio cultural, enfrenta o desafio cultural das pessoas, enfrenta o desafio cultural da educação, enfrenta muitos desafios.

Então, eu queria, Senador, assim, para concluir, dizer que isso é muito importante, o trabalho está sendo feito, a iniciativa privada e o setor público têm se esforçado muito para levar a transformação, têm obtido resultados fantásticos, fantásticos nos últimos dois anos. É outro País, do ponto de vista tecnológico e digital, que nós estamos vendo aqui e precisamos mais.

Como o senhor falou de uma pergunta de um cidadão: como isso vai para Estados e Municípios? No próximo mês de junho, eu fui convidado pelo Sebrae do Tocantins para falar sobre isso. Como nós poderíamos conectar as prefeituras, chegar lá na ponta? Isso ainda é um longo *roadmap*, como foi dito, é um caminho ainda muito longo a ser trilhado, porque se os desafios são grandes aqui no Governo Federal, aqui em Brasília, aqui no Governo do Distrito Federal, o senhor imagina o quanto é difícil chegar lá no Governo do meu Estado de Sergipe, lá no Município do interior de Sergipe, lá no Município do interior do Tocantins.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que nós saímos daqui muito esperançosos de que este debate possa chegar lá na frente. Nós podemos aqui, juntos, buscar iniciativas de políticas públicas que façam com que o Poder Público e a iniciativa privada possam disponibilizar mais e mais serviços, chegar a mais e mais cidadãos nos Estados e nos Municípios. Um pouco daquilo, é o único meio de nós fazermos aquela... De nós alcançarmos aquele nosso desejo, aquele nosso anseio de menos Brasília e mais Brasil.

Obrigado, Senador, obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Gileno.

Aproveitando até a sua fala, talvez o *slogan* não combinaria, quando se fala menos União, porque o que nós...

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO – Verdade, verdade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Brasília hoje tem 3,2 milhões de habitantes. As pessoas acham que Brasília é só a Esplanada, mas é menos União e mais Municípios.

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO – Menos União e mais Municípios...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, como menos União fica um negócio assim meio... Não é muito legal, então, botaram menos Brasília, mas, só para corrigir e reforçar...

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO – Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que Brasília não tem muito...

Mas, tudo bem, eu queria...

O SR. GILENO GURJÃO BARRETO – Retórico.

Eu sou um brasileiro de coração, as minhas filhas são brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E quem toma a água daqui não quer voltar para lugar nenhum. Muito bacana!

Mas, olha, só para esclarecer também os nossos espectadores aqui e ouvintes da Rádio Senado. Eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia aqui no DF por dois mandatos, sou Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, e a gente levou muito tempo para mudar o marco regulatório de ciência e tecnologia. Então, o que eu queria colocar para todos é que nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos debater mais e apresentar propostas, porque na área privada você pode fazer tudo, você só não pode fazer o que é proibido, mas na área pública você só pode fazer o que é permitido e há uma diferença muito grande.

Então, foram levantadas, Gileno, essas dificuldades todas e também há outras questões ideológicas, uma série de dificuldades, mas a gente tem que enfrentar isso.

Eu fiz uma pergunta aqui ao Ministro Mandetta quando esteve aqui: por que o Estado, o Ministério da Saúde ainda não tinha informatizado o Sistema Único de Saúde? E aí eu vejo que realmente, ele disse isto também: que enfrenta muitas dificuldades. Há interesses também de que a coisa fique descontrolada mesmo, porque, não tenha dúvida, a informatização, o Governo Digital, o Governo tecnológico vai evitar muitos desperdícios de recursos e desvios de recursos. Então, é urgente.

Por isso, eu faço um esforço para que todos possam fazer um piloto. Eu acho que, tendo um piloto funcionando... Eu vejo muita distância ainda do cidadão. Eu vejo o cidadão lá na ponta! Coitado! Até ele ter essas facilidades aí, a gente precisa fazer um esforço grande.

Eu quero colocar a nossa Comissão à disposição de todos vocês para que encaminhem realmente sugestões para que a gente possa flexibilizar a legislação para facilitar realmente a inclusão digital, para que o cidadão realmente tenha acesso a todas essas informações e facilidades. Então, eu quero pedir que vocês encaminhem para cá para a gente realmente popularizar... Eu acho que o grande problema é este: o pessoal não tem muita noção do que é ciência e tecnologia, do que é pesquisa, da importância disso para o País. Hoje nós somos dependentes de tudo, até em medicamentos – 40 bilhões de importações de insumos para fármacos e medicamentos. Nós estamos perdendo a capacidade de produção em função exatamente dessa burocracia.

Preocupa-me muito a digitalização da burocracia no sistema, informatizar um sistema burocrático. Nós temos que ter muito cuidado com isso.

Eu vou passar para o Jacson para também fazer suas considerações, pedindo só ao pessoal para a gente ser mais... Eu sei que todos gostariam de ficar aqui, porque a matéria é muito intrigante e interessante, mas a gente tem que ir... Extrapolamos um pouco o horário, quero até pedir desculpas a todos os convidados. Então, passo rapidamente ao Jacson para ele fazer também suas considerações finais.

O SR. JACSON VENÂNCIO DE BARROS (Para expor.) – Olá, Senador.

Primeiro, mais uma vez, agradeço aos colegas.

Prazer em revê-lo aqui, Sergio – já nos encontramos antes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ouvi aqui muita coisa interessante, também tive uma aula aqui. Certamente, muitas ideias colocadas fazem com que a gente reveja alguns conceitos.

De qualquer forma, quero só deixar dois pontos claros aqui.

Sergio, a gente usa *blockchain*. Toda rede que eu mostrei é um conjunto de outras *subnets*, outras sub-redes que se falam. É um conjunto... Nós criamos... Eu uso, de uma forma bem popular, para todo mundo entender, é como se tivesse uma caixa de água por Estado, então, nós montamos uma grande rede hidráulica de troca de informação, e essa rede hidráulica é baseada em tecnologia de *blockchain*. Posso dizer que tivemos conversas com grandes *players*, inclusive internacionais, sobre a nossa proposta de projeto, e virou um *case* para eles. Grandes empresas estão conversando com a gente para entender e nos ajudar a amadurecer a ideia, porque é uma jornada. A gente não tinha *benchmark*. Hoje, posso dizer que nós somos um *benchmark* do que deu certo, do que deu errado, em relação até a futuras implementações. Eu estou dizendo *blockchain* na área da saúde, é isso que estou dizendo.

Eu quero também colocar, Senador, que nós não estamos mais falando de algo que está para acontecer. Eu diria para o senhor que está acontecendo. Nós iniciamos, como o senhor citou o ex-Ministro Mandetta, em Alagoas e vamos fechar o ciclo de Alagoas agora no início de junho.

A pandemia realmente atrapalhou não só a área tecnológica do ponto de vista da operação; logicamente que a pandemia trouxe novas necessidades emergentes de aplicação da tecnologia e nos esbarramos com algumas burocracias. Eu estou contigo quando o senhor comenta burocratizar. Nós somos muito burocratizados e pode ser pela área em que atuo, que é a saúde. A saúde criou uma burocracia de que não há necessidade, justamente pela falta de confiança. Como eu não confio no próximo, eu vou burocratizar para que a culpa fique nele e eu não faça parte de qualquer tipo de decisão futura. Todo mundo está envolvido, acho que todo mundo tem sua pequena parcela de contribuição e – por que não? – de responsabilidade no ato médico.

Sugiro aqui... Coloquei no último PL em relação à certificação e assinatura qualificada e assinatura avançada, eu fiz algumas sugestões. Infelizmente, a minha sugestão não entrou no PL. Eu entendo que isso criou uma burocratização, mais uma vez, desnecessária. Eu acho que a gente poderia rever no PL a certificação de assinatura qualificada e assinatura avançada. Isso daria um *sprint* na informatização hospitalar, não porque da atenção primária, de que talvez a gente não tenha dimensão.

Do hospital de que eu venho, um hospital de 2.500 leitos aproximadamente, 2.400 leitos, a gente vê 40 milhões de papéis por mês – é muito papel! –, porque eu sou obrigado a assinar. E aí, eu queria também trazer para reflexão se alguém já viu um Same, que é onde eu guardo papéis dentro de um hospital. É só papel. É problema de incêndio, é problema de segurança e, se eu tiro um papel daquele prontuário, ninguém vai fazer ideia de que aquele papel um dia fez parte daquele prontuário papel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que, sim, fortalecer essa questão de autorizar que a entidade seja responsável, sim, pela notificação dela, seja ela qual for, que o profissional seja necessário, sim, rastreável. São esses os sistemas que têm que acontecer. Lá fora é assim que acontece; lá fora, a gente não tem essa questão cartorial que nós temos no País.

Então, eu entendo que isso mexe com muita gente, entendo que isso mexe com muitos interesses, mas nós temos que realmente desburocratizar a nossa digitalização, porque, senão, é desculpa, a gente vai continuar desenvolvendo *softwares*, desenvolvendo mais e mais aplicativos que nunca vão se falar.

Por fim, também peço apoio do Parlamento para que a gente crie padrões de integração.

Portanto, o SUS está propondo alguns padrões, mas eles não podem ser só para o SUS, eles têm que ser para todo mundo: padrões de internamento, padrões de desfecho clínico, padrões de vacinação, padrões de exames laboratoriais, padrões que se tornam nacionais e todo mundo é obrigado a atender. Um exemplo é o Banco Central. O Banco Central define padrões, e, se você quiser fazer um pagamento, qualquer que seja esse pagamento, tem um padrão, o lado de A e o lado de B têm que conversar. Aqui ninguém perguntou o padrão do PIX. Eu sei que eu tenho um banco A e mando para um banco B e a coisa acontece. Teria que ser a mesma coisa na saúde. Ninguém pergunta aqui se o meu dado do PIX vai, por hipótese, ser rastreado ou se vai ser visto do outro lado, está intrínseco na operação. É nisso que nós temos que avançar nessa cultura, nessa educação, em relação à troca de informação.

Mais uma vez, Senador, agradeço a possibilidade de poder falar em nome do ministério, em nome do Datasus; agradeço aos demais colegas. E estamos juntos. Estamos juntos nessa empreitada para realmente levar o Brasil para um patamar de reconhecimento no exterior em relação à digitalização.

Muito obrigado e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, aproveitando, Jacson, essa fala sua, eu quero até pedir a todos, e, de uma forma especial a você, que está na questão do SUS, do Sistema Único de Saúde... É lógico, o Sistema Único é universal, tem a participação de Estados e Municípios, a gente tem que fazer alguma forma de integração. Quer dizer, o Município, para ter o repasse dos recursos, dos medicamentos, dos equipamentos, dessas coisas, tem que colocar de uma forma que, obrigatoriamente, tem que estar no padrão do SUS. Eu acho que isso aí é uma coisa que tem que ser feita.

Agora, aqui no Parlamento, é evidente que os Parlamentares, de um modo geral, não são especialistas em tudo. Então, eu sempre digo aqui que, para você aprovar um projeto ou uma emenda, o principal é a justificativa. Se você coloca uma justificativa pedagógica, com elementos, com dados, fica fácil de convencer todos os colegas. Agora, como é muito técnico isso, as pessoas acabam não entendendo muito e acabam não participando ou tentando entender melhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que no Sistema Único de Saúde, como você citou aí o Banco Central, o ministério tem que fazer a mesma coisa, tem que haver um padrão para usar o sistema, porque é inadmissível você não ter controle de nada. Eu vejo aqui no DF... Eu sou contador, já fui contador de hospital, inclusive. Em hospital particular, quando você pede uma dipirona, 30 gotas, vão 30 gotas, não vai uma caixa, não vai de qualquer jeito, como acontece na rede pública. Então, esse tipo de controle...

Vamos encampar essa proposta, Jacson, mande aí as sugestões. Essas modificações que a gente acabou... Algumas coisas aqui não foram possível aprovar. Eu participei disso, e não é fácil você convencer porque há interesse, você sabe disso, há interesse de todos os lados aí, muitos até têm interesse de que a coisa continue do jeito que está. Mas, com um bom argumento bastante didático, a gente consegue convencer todos os Parlamentares, com certeza. Porque aqui todos querem, não tenha dúvida. Aqui no Senado mesmo, posso aqui avalizar que todos têm interesse, realmente, em ver um país digital e com foco no cidadão. Eu tenho certeza de que, se tiver que mexer na lei, ou melhorar, ou ampliar, ou apresentar novas propostas, com argumento, com a explicação bem didática, a gente consegue convencer os nossos colegas todos, não há nenhuma dificuldade.

Então, agradeço e quero a colaboração, as sugestões para a gente fazer aqui as propostas e apresentar alguns projetos daquilo que não foi possível aprovar até hoje. Obrigado aí colaboração.

Alan, para também fazer as suas considerações. Estamos já encerrando aqui, mas, obrigado aí pela participação, Alan.

O SR. ALAN DO NASCIMENTO SANTOS (Para expor.) – Boa tarde a todos, eu vou procurar ser breve, Senador, para não comprometer mais o horário de todos.

Diante da riqueza de tudo o que foi passado, eu pensei em vários assuntos para mergulhar, mas eu pensei em focar em três temas que são convergentes e que, de certa forma, interessam à maior parte das perguntas que foram colocadas, e todas elas passam pela questão da governança de dados.

Quando a gente fala de acesso a serviços de Governo Eletrônico nos Estados e Municípios, um atalho para fazer isso, eu acho que o caminho mais longo é a gente começar a criar serviços com as empresas de governo para a gente alcançar esses Estados. É muito mais curto o caminho quando a gente começa a estruturar o acesso a dados que estão sob gestão do Governo Federal e que podem ser entregues de forma tratada e evitar o retrabalho de cada Estado ter que refazer. No próprio GDF, por exemplo, a gente vem tratando aí há semanas para compartilhar dados da área assistencial e a gente não consegue transpor as autorizações para ter acesso aos dados. O GDF, em vez de montar uma base de dados para saber quem merece tal programa, programa A, programa B, e criar essa estrutura, ele poderia simplesmente passar um CPF para o Governo Federal, e eu já daria os dados – se a faixa de renda está adequada, se aquela pessoa já teve outro benefício –, e ele poderia ter uma assertividade maior para aquilo. Hoje, para fazer isso, ele tem que bater na porta de seis, sete órgãos, cada um dá uma resposta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferente... Quando vem um segundo Estado fazer a mesma pergunta ao órgão, se a pergunta vier diferente, tem que montar uma outra estrutura para atender. Isso torna o retrabalho absurdo, sendo que eu poderia ter uma solução simples, rápida e, em pouco tempo, conseguir atender a diversas necessidades dos Estados. Esse é um ponto.

Outro ponto é a questão da... O Gileno mencionou rapidamente, mas é a questão da aplicação da LGPD enquanto instrumento de empoderar o acesso aos dados pelo cidadão.

A gente ter uma plataforma que permita ao cidadão ter a facilidade de dizer que o dado dele pode ser usado para aquela finalidade daria munição para o Serpro e o Dataprev, principalmente, mas a outras instituições também focadas em de saúde. Em vez de estar construindo "n" soluções, a gente começar a ser um grande barramento de dados do cidadão e permitir que a iniciativa privada construa – e ela tem muito mais agilidade para isso – inúmeras ferramentas para o cidadão, na área bancária, na área de seguro, na área de saúde, na área comercial, enfim, e o cidadão, em vez de estar levando documento... Se ele chega lá e autenticou, se há plataforma de autenticação, ele validou que aquela informação pode ser entregue para aquela finalidade, se a gente tiver essa autorização de que fica guardado nos termos da LGPD, ele vai poder ter acesso a todo um conjunto de dados, de uma forma muito mais rápida, muito mais confiável e muito mais direta.

E aí, nisso, eu já entro no terceiro ponto, que é essa questão da relação das empresas de governo com as empresas privadas. A gente tem tido inúmeras dificuldades em implementar esse modelo de parceria com um conceito mais amplo, e eu acredito que, se a gente conseguisse estabelecer esse desenho de interação, a gente conseguiria focar na capacidade das empresas públicas, que estão muito mais próximas das políticas de governo do que qualquer outra coisa, e, a partir dali, deixar a agilidade, a capacidade das instituições privadas de investirem nessa dinâmica, as *fintechs*, as empresas mais estruturadas, para conseguir usar isso e chegar ao cidadão. E, normalmente, as grandes dificuldades são em dados abertos, mas, quanto aos dados abertos, na verdade, a grande maioria dos dados mais sensíveis e mais vistos para ofertar serviços não vão em dados abertos. Em dados abertos não vai dado sensível. Então, se eu crio um instrumento para o cidadão autorizar entregar, o potencial disso... Os dados abertos são basicamente isso. Hoje é muito mais para estatística, para a parte gerencial, mas a gente está falando de transformação digital, e transformação digital não é só o serviço de governo que a gente tanto falou aqui; transformação digital é o cidadão na relação com qualquer serviço.

Eu entendo que a gente tem muito mais condição de ser um ator ativo nisso, em parceria com o mundo privado, e promover isso de uma forma direta. E eu acho que esse fórum qualificado aqui talvez seja um fórum que possa contribuir muito para destravar, facilitar os entendimentos e criar um modelo que una segurança, agilidade e empreendedorismo dos atores, para a gente conseguir ter a oportunidade de ver inúmeras situações que a gente teria como tratar e a gente não tem perna para fazer. E a gente vê do outro lado o mundo privado procurando, às vezes gastando muita energia na área comercial, sendo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia estar focando em desenvolver dezenas de serviços e em trazer para o cidadão numa velocidade muito maior do que a gente tem tido a oportunidade de tratar.

Eu queria... Há outros temas que a gente poderia explorar, mas acho que esses são os mais ao alcance de a gente conseguir dar um salto rápido e avançar na agenda.

Muito obrigado, boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Alan.

Vamos facilitar e vamos tentar integrar o setor privado com o público para a gente poder realmente chegar ao cidadão mais rapidamente.

Bem, rapidamente, pelas considerações finais também, o Ítalo. Temos aqui o Ítalo, o Sérgio e, depois, o Rodolfo.

Ítalo, suas considerações finais.

O SR. ÍTALO NOGUEIRA (Para expor.) – Primeiro, Senador Izalci, muito obrigado pela belíssima condução, pelo convite para participar. Obrigado, Gileno, Jacson, Alan, pelo lado do Governo, dessas grandes instituições, Rodolfo e Sergio Paulo.

Como a gente viu no debate, no bom debate, eu acho que é nesse tipo de debate que a gente consegue enxergar futuro, desenhar cenários e, juntos, a gente consegue... Na nossa tela a gente tem esse mantra aí, que juntos somos mais. Eu acho que é dessa forma que a gente vai conseguir transformar este País.

Quando o Jacson fala das políticas e dos caminhos que há dentro do Datasus, quando a gente vê as políticas que têm alguns dados, e a sinalização que o Alan coloca, o Gileno também, a gente vê... Como sugestão, Senador, além do Tribunal de Contas, chamar o Ministério Público. Por que eu estou colocando essa sugestão? O Ministério Público já vem fazendo dentro da sua instituição – e ele é um órgão de controle – o MP Labs, o *open innovation*, e eu acho que aí dentro desses caminhos para o futuro dessas parcerias... Quando o Gileno diz que a 13.303 já estaria há muito tempo e conseguiu assinar a primeira parceria, veja, enquanto isso, a gente tem a possibilidade de usar alguns arcabouços legais que já temos no Brasil para fazer o *open innovation*, para a gente testar e validar. Muitas vezes, por exemplo, nós recebemos R\$2,5 bilhões... De reais, não, minto: de dólares de investimento nas *startups* no primeiro trimestre desse ano.

Então, quando, quando o Jacson e o Alan falam do *open banking* do Banco Central, que vem fazendo um belíssimo trabalho na abertura de dados, na definição exatamente da estratégia para que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa privada possa desenvolver um trabalho, a gente vê exatamente *fintechs* e esse mercado financeiro sendo completamente transformados nos últimos tempos.

Então, a nossa sinalização – agradecimento também aos empreendedores que acreditam no trabalho da gente, das nossas instituições, em especial a Assespro – é que a gente siga junto, a gente consiga realmente tirar essa amarra gigantesca do Estado do cangote, como como a gente usa. Alguns usam também essa história do Estado gigantesco no cangote do empreendedor. E, obviamente, que a gente ajude vocês, que a gente sabe que a missão ser agente público também não é fácil por conta de tanta burocracia.

Então, mais uma vez muito obrigado.

Queria agradecer em nome da Assespro, em nome das nossas 2,5 mil empresas e agradecer aos debatedores aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ítalo.

Passo, então, agora também para o Sergio, da Brasscom, para fazer as suas considerações finais.

O SR. SERGIO PAULO GALLINDO (Para expor.) – Senador e todos, queria, primeiramente, enaltecer a sua liderança nessas matérias de ciência, tecnologia e inovação. É importante ter um Senador ilustrado, versado e apaixonado por esses temas, porque ainda hoje no Brasil eu acho que brasileiro não entende tecnologia e não entende a nossa vocação de fazer tecnologia.

E, nesse sentido, Senador, eu queria apontar dois grandes desafios imediatos, que eu mencionei rapidamente nas minhas conjecturas iniciais, que são: a questão de um projeto de lei ou de uma iniciativa voltada ao Governo aberto, principalmente na questão de dados abertos, precisamos trabalhar esse tema, é natural, e dar ao Brasil o diploma que ele precisa; e o segundo, não com ordem de preferência, também através de algum projeto de lei, tendo em vista o caminhar da reforma tributária, que parece que fica cada vez mais lenta, precisamos permanecer com a desoneração da folha na forma como ela está. Isso é imperioso, porque se ela não for prorrogada por mais algum tempo, ela vai deixar de existir, por conta do gatilho constitucional que foi colocado pela reforma da previdência. Então, que a sua liderança se faça presente nesses dois temas é o meu pedido nesta manhã.

Meu segundo comentário diz respeito à questão de políticas de Estado. Eu participei do Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente, do Presidente Temer, em que uma boa parte dessas discussões nasceram. E é com muita alegria que hoje nós constatamos que essa política pública foi considerada pela administração como uma política de Estado. E é um orgulho ver essas três empresas estatais reportando o progresso e mostrando que o Brasil já hoje é digital. Isso é importante, porque nós tivemos um pequeno deslize no final da era do Governo eletrônico. O Brasil sentou em berço esplêndido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não investiu, não se preparou para a digitalização. Esta reunião de hoje demonstra que o Brasil recuperou o tempo perdido com galhardia e com competência técnica. Então, isso é importante para a gente doravante – e aqui eu quero falar, inclusive, para aqueles que fizeram perguntas – estar sempre atento aqui que a transformação digital não é uma um processo que se extingue em si próprio, nós temos uma grande jornada para termos o nosso País permanentemente digitalizado e aproveitando as oportunidades que se apresentam. Não é uma plataforma só, não é um sistema só, é todo esse esforço coletivo, tanto do Poder Público quanto das empresas privadas, que vai fazer o Brasil ir à frente.

E, por fim, Senador: o Senador pediu algumas indicações de possíveis projetos-piloto. Eu acho que o maior desafio que nós temos hoje no País é o desafio da educação, principalmente no setor de tecnologia.

A Brasscom publicou, no ano de 2019, o seu primeiro estudo sobre formação educacional e empregabilidade em TIC. Naquela ocasião projetamos uma demanda de 420 mil profissionais em 5 anos. Pois bem, os dois primeiros anos já passaram, e a nossa projeção para os dois primeiros anos se configurou, com uma variação de 5% para menos no primeiro ano e 5% para mais no segundo ano – então a gente está em linha. Nós não formamos profissionais na medida em que é necessário. O cálculo é 70 mil profissionais por ano em média – o que é preciso –, e nós formamos apenas 46.

Então, inclusive aproveitando essa situação da pandemia, fica a minha provocação, e a gente pode depois sentar e conversar um pouco mais sobre ela: como nós podemos transformar a nossa escola numa escola conectada e numa escola digital? Eu acho que este seria o meu desafio para a gente trabalhar juntos, Senador: fazer essas provas de conceito, fazer esse esforço inicial para que a gente arranque como país, um país que vai ser letrado digitalmente e protagonista, cada vez mais protagonista na tecnologia.

Muitíssimo obrigado. É uma honra participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Sérgio.

Só para informação: eu estive em uma reunião anteontem com o Ministro Paulo Guedes tratando exatamente disso.

Primeiro, a Lei do Bem, que é fundamental para o País, e eles já entenderam. Dois projetos meus já entraram na pauta e os tiramos exatamente para discutir com o Governo, e ele reconhece que realmente a Lei do Bem é uma boa lei e que precisa ser ampliada.

Tratamos também da desoneração, que eu acho fundamental, e eles concordam que tem de desonerar. Agora, evidentemente, tem que haver uma compensação, não há como desonerar tudo sem uma compensação tributária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma tributária também: falei com ele que não dá para fazer. Difícilmente se aprova uma reforma fatiada, como, por exemplo, a CBS que foi colocada aqui, que trará um aumento de 14% a 15% nos serviços. A gente dificilmente passa a medida dessa forma, tem que ser uma reforma global para que haja realmente uma coisa consistente.

E educação? Exatamente isto: esse é o maior problema, que é a formação de... Também sugeri, quanto ao Fies e ao Prouni, que são programas de governo de acesso às universidades, às faculdades, que, evidentemente, o Governo pudesse direcionar essas bolsas e esses financiamentos exatamente para as necessidades do País. Não adianta ficar financiando bolsista de cursos para o jovem sair e ficar desempregado enquanto a área de tecnologia da informação precisa de 400 mil profissionais, que não existem. Então, cabe ao Governo direcionar, evidentemente, para essas áreas que são carentes no serviço público principalmente e na iniciativa privada, no mercado.

Então, ótimo, obrigado pela participação.

Para finalizar o nosso encontro, passo a palavra, para suas considerações finais, ao Rodolfo, que é da Abes, a Associação Brasileira das Empresas de Software. *(Pausa.)*

Rodolfo?

O SR. RODOLFO FÜCHER – Estava aqui aguardando o pessoal permitir...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Rodolfo, por sua participação.

O SR. RODOLFO FÜCHER (Para expor.) – ... ligar o microfone.

Muito obrigado, Senador.

Vou fazer eco das palavras dos meus colegas: parabéns por essa iniciativa, que é extremamente importante para o crescimento do País, não só obviamente para resolver problemas de atendimento à população, mas isso é fundamental para ter um País muito mais avançado, para que a gente não perca tanto tempo nas partes burocráticas, como já foi dito.

Eu quero só citar uma das pessoas que colocou uma pergunta. Ela falou: "E como fica a acessibilidade?". Eu acho que esse é um tema extremamente importante que a tecnologia vem resolver. A tecnologia hoje tem diversas formas de endereçar acessibilidade dos mais diversos tipos. Hoje você tem obviamente já *softwares* que fazem os sinais de Libras, você já tem obviamente *software* que já faz *lettering* embaixo, *caps lettering* embaixo, para as pessoas que têm problema, obviamente, de audição. Então, hoje, existe um arsenal de tecnologia disponível para facilitar que o cidadão, mesmo que tenha algum tipo de problema, possa usufruir igualmente de todos os benefícios da parte de serviços. Isso é extremamente importante e cada vez mais a tecnologia está evoluindo nesse sentido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero... Obviamente o que tanto o Ítalo, como o Sergio Paulo citaram é extremamente importante, essa parte toda com relação à educação, com relação a toda a parte... Além do *banking*, que o senhor citou, que é extremamente fundamental.

E eu quero resgatar o tema que eu comentei no final da minha fala: a importância de a gente educar o mercado com relação a essas novas regulamentações que foram aprovadas, tanto a lei de *startup*, a lei de licitações, a lei do Governo Digital, que são extremamente importantes, porque existe, sim, como foi dito, o medo do administrador público em utilizar ferramentas novas. O risco que recai sobre o CPF dele é imenso. Então, realmente é muito importante. O Ítalo colocou também o Ministério Público... Eu acho que é fundamental iniciar algum tipo de projeto para que a gente consiga sentar – a iniciativa privada, o Governo, os órgãos de controle, o Ministério Público, o TCU – para que a gente possa destravar diversos empecilhos que hoje existem. E esta Casa acho que é fundamental, porque ela pode justamente resolver esses entraves de uma forma extremamente eficiente.

Muito obrigado a todos. E novamente obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Rodolfo.

Você falando assim, eu me lembrei de quando fui Secretário, ainda em 2004, quando fui Secretário de Ciência e Tecnologia pela primeira vez, e um determinado pesquisador que apresentasse um projeto, e nesse projeto houvesse um determinado reagente, e ele trocasse o reagente durante a execução do projeto e tivesse um resultado maravilhoso, ele era condenado porque mudou o reagente. Enquanto aquele que cumprisse toda burocracia certinho, e não tivesse resultado nenhum, poderia ter acesso a recursos no ano seguinte. Então, são coisas assim... A gente veio aqui para o Congresso, depois de 10, 15 anos, para mudar isso. Aprovamos o marco regulatório de ciência, tecnologia e inovação na Constituição; agora o FNDCT, que é o recurso para a ciência, tecnologia e inovação.

Mas você tem razão: a gente tem que fazer essa discussão. O Ministério Público evidentemente cumpre a lei.

O que talvez tenha que fazer é mudar a lei, a gente precisa mudá-la. E temos que mudar a cabeça de muita gente, realmente, que coloca a burocracia acima do interesse do cidadão.

Então, eu poderia falar aqui... Tenho muitas coisas para falar, mas, em função do avançado da hora, nós vamos fazer outra discussão. Podemos até, depois, conversar juntos com o Tribunal de Contas e Ministério Público. Acho que é importante mesmo essa sugestão.

Quero agradecer imensamente. Foi uma aula para todos – não só para mim, mas para todos os que estão nos acompanhando. Quero agradecer a cada um de vocês. Já estamos com muita participação aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero pedir desculpas a todos, porque não dá realmente para fazer as perguntas de todos os que participaram, mas quero aqui, mais uma vez, agradecer e declarar, então, encerrada a nossa audiência.

Muito obrigado a todos. Obrigado a todos os convidados.

Essas belas apresentações que eu recebi aqui vou disponibilizar para todos os Senadores, para que eles também possam acompanhar passo a passo essa questão.

Obrigado a todos e até a próxima reunião, sexta-feira que vem.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 45 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Plínio Valério, Zequinha Marinho e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Marcos Rogério e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Omar Aziz, Rogério Carvalho, Eliziane Gama e Jorge Kajuru. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.**

ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro nº 4, de 2021 que: "Requer realização de Audiência Pública na Comissão Senado Futuro, para debater o Futuro da Produção Agrícola. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Allysson Paulinelli, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO); • o Senhor Maurício Antônio Lopes, pesquisador da Embrapa Agroenergia e membro do Grupo Assessor ao Diretor Geral da FAO (Food and Agriculture Organization)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o REQ 4/2021-CSF. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro nº 5, de 2021** que: "Requer realização de Audiência Pública para debater o Desenvolvimento Estratégico da Bioeconomia no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • o Senhor Carlos Afonso Nobre, pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), integrante do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática e líder da iniciativa Amazônia 4.0, que visa ao desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável para a região; • o Senhor José Seixas Lourenço, diretor-presidente da BioTecAmazônia e coordenador do Centro de Desenvolvimento Regional – Região Metropolitana de Belém." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o REQ 5/2021-CSF. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro nº 6, de 2021** que: "Requer realização de Audiência Pública para debater a educação profissional no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: • a Senhora Marilza Machado Gomes Regattieri, Diretora de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; • o Senhor Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, Diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Diretor-geral do Senai e Diretor-superintendente do Sesi; • o Senhor Alex Bologna Fiuza de Melo, ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Pará." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado o REQ 6/2021-CSF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/05/21>

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de maio de 2021.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos.

Requerimento nº 4, de 2021.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão Senado Futuro para debater o futuro da produção agrícola.

ITEM 1**REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 4, DE 2021****- Não terminativo -**

Requer realização de Audiência Pública na Comissão Senado Futuro, para debater o Futuro da Produção Agrícola.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Allysson Paulinelli, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO);





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

• o Senhor Maurício Antônio Lopes, pesquisador da Embrapa Agroenergia e membro do Grupo Assessor ao Diretor Geral da FAO (Food and Agriculture Organization).

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Proposta de minha autoria.

Em discussão o Requerimento nº 4, de 2021. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 4, de 2021.

Em discussão o Requerimento nº 5, de 2021.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o desenvolvimento estratégico da bioeconomia no Brasil.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 5, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater o Desenvolvimento Estratégico da Bioeconomia no Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

• o Senhor Carlos Afonso Nobre, pesquisador titular do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), integrante do IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática e líder da iniciativa Amazônia 4.0, que visa ao desenvolvimento de uma bioeconomia sustentável para a região;

• o Senhor José Seixas Lourenço, diretor-presidente da BioTecAmazônia e coordenador do Centro de Desenvolvimento Regional – Região Metropolitana de Belém.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 5. Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Requerimento nº 5.

Em votação o Requerimento nº 5.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 5, de 2021.

Em discussão o Requerimento nº 6, de 2021.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a educação profissional no Brasil.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 6, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública para debater a educação profissional no Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- *a Senhora Marilza Machado Gomes Regattieri, Diretora de Políticas e Regulação de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação;*
- *o Senhor Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti, Diretor de Educação e Tecnologia da CNI, Diretor-geral do Senai e Diretor-superintendente do Sesi;*
- *o Senhor Alex Bologna Fiuza de Melo, ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Pará.*

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Em discussão o Requerimento nº 6. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Requerimento nº 6.

Em votação o Requerimento nº 6.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 6, de 2021.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e dezenove minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Plínio Valério, Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater o tema "Gestão Pública", conforme REQ 3/2021 - CSF. **Participante:** Sr. Augusto Nardes, Ministro do Tribunal de Contas da União. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/05/31>

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Senado do Futuro, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 31 de maio de 2021.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada dia 21 de maio de 2021.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: Gestão Pública. O convidado especial é o nosso querido Ministro do Tribunal de Contas da União, o Sr. Augusto Nardes. A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta também à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, e em senado.leg.br ou pelo telefone 0800 612211.

Na exposição inicial, o ministro usará a palavra por até 30 minutos. E, antes de encerrarmos, poderá apresentar as suas considerações finais em mais dez minutos.

Com a palavra, então, o nosso querido Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. Augusto Nardes.

O SR. AUGUSTO NARDES (Para expor.) – Bom dia a todos. É um prazer, Senador Izalci, estar neste momento. Estou vendo aí alguns Senadores, como o Senador Esperidião Amin, Wellington Fagundes. Queria saudar a todos que estão participando desta audiência e dizer da importância que temos para, através desta Comissão, discutir o futuro do Brasil.

Eu acho que é muito importante estabelecer, Senador Izalci, neste momento em que estamos inclusive vendo uma situação anômala com a pandemia, de a gente fazer uma reflexão sobre onde estamos errando, onde estamos cometendo equívocos, para que a gente possa redirecionar e dar um horizonte para o futuro do País.

E, nesse sentido, a gente montou um projeto lá em 2012, 2013 e 2014, quando eu presidia o tribunal, para modificar as nossas instituições e fazermos um trabalho mais preventivo. E nesse aspecto é que eu vou fazer a minha abordagem, mostrando alguns caminhos que são importantes para não somente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Nação, não somente o Governo Federal, mas também para os Estados e Municípios e o conjunto da estrutura institucional brasileira.

Nós temos que fazer essas inovações para estabelecer uma capacidade na melhoria da competitividade da Nação brasileira. A questão central é melhorar a competitividade da Nação. E como melhorar a competitividade da Nação se você não tem uma estrutura de transversalidade entre Estados, Municípios e União adequada? E agora nós sentimos isso nessa questão da pandemia. E eu acho que a boa governança pode trazer, Senador Izalci e também demais Senadores, um caminho para que a gente possa escolher esse direcionamento.

Semana passada eu tive a oportunidade de conversar com o Presidente do Senado e conversar com ele da possibilidade de implementar também no Senado uma boa política de governança. O Senado é um modelo, é um exemplo que repercute em todas as instituições do País.

Então, eu considero muito importante essa sua iniciativa, Senador Izalci, para que a gente possa ter um diálogo. E eu estou marcando já uma conversa com o próprio Presidente do Senado, com o seu secretário-geral, para que a gente possa implementar aos poucos esse mecanismo. Eu sei que a Ilana já implantou muita coisa no Senado, a Diretora, e eu tenho certeza de que aos poucos nós podemos expandir isso para o conjunto do País.

E é nesse sentido, então, que eu faço a primeira definição de conceitos em relação à questão da governança.

A governança está acima da gestão. Está intrinsecamente ligada uma coisa com a outra. Há uma correlação entre governança e gestão. Há muitos líderes no País, líderes importantes de instituições, que não sabem diferenciar governança e gestão. A gestão é o planejamento, é uma ação imediata, é ter o controle, é, de certa forma, fazer um trabalho de execução, é execução. A governança está acima, a governança está no direcionamento. A questão mais importante é o líder saber direcionar, mas ele tem que avaliar e monitorar. Se você não tem toda essa estrutura... Seja um Governador, seja um Presidente, seja um Prefeito, se ele não consegue entender esta diferença entre gestão e governança, ele vai cometer muitos equívocos.

Eu já tive seis mandatos. A gente sabe que a pressão popular é muito forte. Muitas vezes, como você não estabelece isso com antecedência, você fica sob uma pressão permanente, resolvendo os pequenos problemas, e os pilares da administração vão passando ao largo, e você não prioriza e não estabelece metas e eficácia para entregar resultado para a sociedade.

Então, a estratégia é muito importante. E há também o aspecto tático, não é? Hoje, com a governança de TI... Se você não tem uma boa governança de TI, é difícil fazer qualquer operacionalidade na estrutura administrativa brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos a necessidade de fazer com que a gestão caminhe junto com a governança, mas temos de saber diferenciar o que é gestão e o que é governança, porque hoje a sociedade também cobra muito a questão da prestação de contas, da transparência, da *accountability*, o que é fundamental para as coisas poderem acontecer.

Então, eu diria que um dos principais desafios da gestão pública contemporânea é a profissionalização. A profissionalização é fundamental. O TCU tem bons quadros. Nós temos 1,7 mil auditores e, permanentemente, estamos treinando os nossos auditores. Então, você tem que ter a profissionalização, o treinamento permanente, e mecanismos de governança para que essas coisas possam acontecer. Nós remuneramos parte dos nossos auditores aqui dependendo das metas que vão cumprir. Se não se cumprirem as metas, o prejuízo é daquela secretaria que deixou de cumprir as metas; diminui-se o salário de alguns auditores.

Então, a profissionalização é um ponto importante. Os mecanismos de governança são muito importantes. As novas tecnologias de gestão que estão aparecendo no mercado também são muito importantes.

Além disso, há toda a democratização da gestão pública, o que é necessário ser feito. Quando eu comecei a montar o meu time para implantar a governança no TCU, eu fiz mais de cem reuniões, conscientizando os nossos líderes e as nossas secretarias especializadas. Criamos 25 secretarias especializadas. O tribunal trabalhava antes com numeração, e eu dizia: "Isso é um absurdo. Nós temos que nominar exatamente os temas centrais, comunicação, saúde, com gente especializada em cada área". Hoje, nós temos, então, esses auditores todos especializados em cada área. E, quando se vai fazer uma auditoria, até para passar informações para os Senadores, para os Congressistas, nós somos os peritos da Nação, nós somos constitucionalmente os peritos da Nação. Então, nós temos que passar informações que tenham credibilidade.

Então, é necessário que isso se estabeleça no conjunto do Executivo nacional, mas também do Congresso Nacional e da Justiça. E é nesse aspecto que eu estou trabalhando muito para trabalhar a implantação na Justiça. Então, a reorganização da gestão vai dar obtenção de resultado, o que é mais importante para a sociedade.

Recentemente, eu tive uma longa conversa com o Presidente do Supremo e também fiz uma palestra para todo o Judiciário de Minas Gerais. Nós estamos montando uma nova modelagem no Judiciário, com o apoio do Presidente Fux, para que a gente não somente possa criar os comitês de governança, mas tenha condições de ter essa transparência e ter uma participação de toda a situação de estrutura dentro do Judiciário, como também no Congresso Nacional. Então, os três Poderes têm que se capacitar para passar aquilo que é fundamental e que os investidores buscam: confiança. Confiança é a palavra-chave que você passar a ter quando tem boa governança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gestão pública precisa ser transparente, participativa, responsável e estar integrada no conjunto. Nesse aspecto, eu vou mostrar um pouco para vocês de que como a gente conseguiu montar todo esse arcabouço para mudar o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas ser um órgão que ajuda a normatizar a administração pública baseado em trabalhos científicos e técnicos e a articular toda essa atividade. Como fazer isso? É claro que nós criamos indicadores. Senador Izalci, Senador Esperidião Amin, Senadores que estão acompanhando, Senadora Zenaide, que está aí e estou vendo também na tela, hoje nós temos 420 instituições de que a gente sabe os indicadores, como está a governança de pessoal, como está a governança de TI, como está a governança financeira, como está a governança de aquisições. Hoje o tribunal já acompanha praticamente *on-line* tudo o que é gasto na União, porque nós criamos esses indicadores. Eu criei um painel, na minha gestão, de controle de todos esses indicadores do Brasil. Então, a gente tem uma radiografia da administração pública brasileira, com dados, com informação. Até eu devo relatar aqui agora um projeto que vocês aprovaram no Congresso Nacional, que é a questão da implementação de dados, a LGPD, como vamos implantar, como vamos regulamentar, porque é importantíssimo isso para o conjunto da sociedade. E é necessário, então, que nós tenhamos todas essas informações para poder estabelecer um caminho para o futuro.

Como chegamos até a tese da governança? Eu fui a Paris, em 2013, quando assumi a presidência, e fiz um acordo com a OCDE, que é a instituição mais avançada do planeta, com 37 países. Montamos esse acordo e fizemos vários trabalhos em conjunto com 11 nações para estabelecer... E uma das coisas que me preocupa muito, Senador Izalci e Senadores que estão presentes, é a questão da educação. Eu propus, no ano passado inclusive, uma auditoria sobre ensino médio e agora fui sorteado para também fazer uma ampla auditoria sobre a eficiência das nossas universidades. Esse é um ponto-chave sobre o qual o Brasil precisa se debruçar, mas não adianta somente fazer crítica, nós temos que apresentar sugestões, soluções. E é nesse aspecto que eu estou começando a fazer um planejamento para a gente aprofundar a questão das universidades. Inclusive, eu quero, mais para frente, chamar Senadores especialistas na matéria para a gente discutir essa questão do PISA.

Os melhores alunos hoje, do Brasil, têm uma avaliação pior do que os últimos alunos do Vietnã. Então, como melhorar a competitividade do País se nós não melhorarmos a educação?

Então, essa auditoria que a gente está fazendo no ensino médio, de que eu sou o Relator, e também no ensino universitário vai ser base para que a gente possa fazer essa mudança.

Mas existem outros aspectos importantes que a gente tem que pensar para o futuro: a questão da segurança da Nação. Já que estamos em Brasília... Eu, desde que cheguei a Brasília, acho seu Plano Piloto fantástico, mas o entorno de Brasília está virando um grande Rio de Janeiro, e isso é falta de articulação e falta de governabilidade das lideranças que têm governado este Estado, este Distrito Federal – e tem que se fazer isso em conjunto com Goiás. Eu mandei fazer um levantamento lá atrás, e os índices de criminalidade maiores do Brasil estão no entorno de Brasília – em Valparaíso e outras regiões. Isto é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inaceitável: que para nós aqui na Capital, que montamos um projeto da Nação para ser um exemplo – e é um bom exemplo, mas o seu entorno está desorganizado –, falte estrutura de boa governança para fazer essas transformações. É inaceitável que continuem acontecendo as invasões. Com o Governador Rollemberg eu visitei – e fiz um convite para ele, já que eu estava relatando uma matéria sobre o tema, sobre as invasões em Brasília – e, durante duas horas, percorri todo o entorno de Brasília. Eu vejo que não há controle, nem no Governo atual nem nos governos anteriores, das invasões, porque não existe um planejamento adequado para que a gente possa planificar as possíveis invasões e colocar as pessoas no lugar certo e, de forma antecipada, fazer a instalação de água, de luz. Então, isso mostra que, mesmo na Capital, que tinha que ser um modelo, não é modelo para o nosso País.

Então, nós temos que melhorar a produtividade da Nação, e, se você não organiza o conjunto da sociedade, quem toma conta é o crime organizado. Eles é que comandam boa parte do entorno de Brasília, como no Rio de Janeiro, e nós não podemos aceitar isso passivamente. Quando eu cheguei aqui como Deputado, eu tentei fazer uma mudança nesse sentido.

Então, o Brasil precisa melhorar a competitividade, tem que ter tudo isso mentalizado. Se nós não melhorarmos a competitividade, a produtividade da Nação, e não organizarmos esses gargalos que existem na sociedade, como os entornos das nossas grandes cidades, não somente no que concerne à parte social, mas também na parte estruturante, nas edificações, nas estradas, nas ferrovias... Melhorar a governança da infraestrutura brasileira também é importante para que a gente possa fazer essas transformações.

Nesse aspecto é que a gente montou esse projeto no TCU, lá em 2012. Vou mostrar para vocês um eslaide agora em que eu propus que o tribunal fizesse essas auditorias preventivas de como que estava a situação social em cada região, a situação de infraestrutura, para que nós pudéssemos estabelecer... Então, a gente fez um mapa – não está aparecendo ainda, não consigo compartilhar... De qualquer forma, é uma cooperação entre os tribunais de contas dos Estados e dos Municípios com o Tribunal de Contas da União, que deu essa condição de situação. *(Pausa.)*

Eu preciso de autorização, Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já tem a autorização: pode compartilhar.

O SR. AUGUSTO NARDES – Pode autorizar aí?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já está autorizado.

O SR. AUGUSTO NARDES – Aí nós colocamos os tribunais de contas para trabalhar em conjunto e criar esses indicadores para a gente mostrar essa situação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou mostrar alguns dados novos aí, dando sequência para vocês desse trabalho que a gente fez com a OCDE, em que agora nós já temos várias auditorias... Nós temos mais de 800 auditorias operacionais para mostrar a situação da nossa entrada na OCDE. Isso foi em 2012, antes de o Presidente atual tentar fazer essa negociação de avanço. E criamos esses manuais todos junto com a OCDE: 10 Passos para a Boa Governança, Avaliação da Governança em Políticas Públicas, Centro de Governo... São vários documentos que nós propusemos para poder ter um diagnóstico da situação brasileira.

Então, eu diria que, fazendo esse levantamento, nós chegamos à seguinte situação: o planejamento é totalmente deficiente em muitos Estados, Municípios e União. Esse dado que eu agora estou mostrando – indicadores de governança – para vocês mostra a situação do Brasil em relação a 2015 e 2016, quando eu comecei a fazer a primeira auditoria com as auditorias operacionais para ver o quadro da Nação brasileira na parte de governança, como fosse um semáforo que eu estou mostrando aí. A governança federal é um pouco mais avançada que os Estados, 26% aprimorado; os Estados, apenas 15%. Então, 85% estão no vermelho e estão no amarelo. Estados e Municípios também. Os Municípios 14% verde e o restante, amarelo e vermelho, ou seja, boa parte dos recursos que saem de Brasília não são entregues porque não há uma boa governança lá na ponta, nos Estados, nos Municípios e União.

E, nessa questão que nós vemos hoje da pandemia, dá para ver as diferenças entre Estados, os que têm uma governança melhor, entregam uma melhor saúde para a sociedade. Isso já mostra a importância de você ter indicadores para poder avaliar a situação do País.

No próximo eslaide, eu mostro já um avanço que nós conseguimos no Governo Michel Temer. Eu comecei lá conversando com a Dilma Rousseff para implantar a governança e depois conseguimos, em 2017, implantar um decreto de governança. E eu quero que o Senado também faça isto, através do Presidente Pacheco, que coordenou e aceitou e absorveu a nossa sugestão, que a gente possa estabelecer. Então, nós conseguimos implantar no Governo Michel Temer. Também no Governo Bolsonaro, eu consegui avançar, mas, antes disso, nós começamos a fazer uma articulação com a Confederação Nacional de Municípios e criamos uma grande cartilha de governança para os Estados, Municípios; para o Judiciário, como já coloquei, avançamos; e agora estamos avançando nos Estados. Nós temos mais de 15 Estados que já têm decreto, já têm secretarias de governança. E temos já centenas de Municípios que, aos poucos, estão entendendo o que é a governança para que a gente possa avançar.

Então, eu considero muito importante esse trabalho que fizemos de conscientização das grandes lideranças do País, tanto do Presidente atual, como dos Presidentes anteriores, porque o TCU serve o conjunto da sociedade. E eu diria para todos – porque eu sei que a batalha ideológica é forte na estrutura política, porque fui Parlamentar – que a governança serve para centro, para esquerda e para direita. Não interessa quem esteja ideologicamente no comando de uma instituição; ela tem que ter governança para poder entregar resultado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu diria que a grande perspectiva tanto o Bolsonaro como o Vice-Presidente aceitaram; agora o Pacheco também, o Presidente do Senado; o Presidente do Supremo. E eu sou relator dessa matéria no Brasil de governança.

E eu vou botar agora um eslaide que eu tenho mostrado... E eu fiz uma palestra para o time do Bolsonaro – ele me convidou –, para os 23 Ministros e eu mostrei este eslaide que estou aí expondo para vocês: como pode estourar um escândalo a qualquer momento e a pessoa dizer que não sabia de nada. Você tem que ter uma organização para acompanhar tudo que está acontecendo, senão a credibilidade do governante cai muito. E é nesse aspecto que eu queria fazer esse apelo aos senhores, para que a gente possa avançar para o futuro do Brasil.

Os desafios estruturantes para a governança, na visão do TCU, é que a gente possa estabelecer alguns itens que eu considero importantes. O desafio número um, digamos, em que nós, Congresso Nacional e TCU, podemos orientar, seja o governante que vier, a prioridade número um: ter planejamento de Estado, planejamento de longo prazo, de estratégia de Nação, ter planejamento que a gente possa ir cumprindo, independentemente de governo A, B ou C, ideologicamente. Nós, Congresso Nacional, Senador Izalci, temos que estar orientando isso e nós temos que ter, especialmente os Senadores, que têm mandato de oito anos – porque o mandato de quatro anos é muito rápido –, temos que ter prioridades que possam ser cumpridas e nós monitorarmos, para que a Nação possa assumir uma liderança não somente na América Latina, mas uma liderança mundial. Que a gente possa ter esse planejamento estratégico de longo prazo. Então, prioridade: revisão permanente da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da Endes, área econômica e social.

Recentemente, eu tive uma longa conversa com o Chefe da Casa Civil, dizendo: olha, vocês têm que rever, para conformar essa situação com qualquer governo que venha e estabelecer as metas prioridades da Nação. A prioridade número 1 é esse desafio de montar esse planejamento estratégico e aprovar esse trabalho através do Congresso, e o Congresso se debruçar permanentemente para ver se está sendo cumprido aquilo que o PPA estabelece, isto é, que a prioridade que a gente estabelecer possa ser monitorada o tempo todo.

O desafio número dois é alinhar o curto, o médio e o longo prazo, ou seja, identificar e comunicar as prioridades do governo, seja ou não do atual Presidente, e combinar com o que estava sendo feito no passado ou o que se pretende no futuro, para que a gente possa estabelecer... Então, o desafio número dois é ter projeto de curto, de médio e de longo prazo e também definir todos os objetivos. Eu propus – e agora consegui convencer, ainda no Governo Michel Temer – que nós tivéssemos projetos de 12 anos, que pensássemos o Brasil para 12 anos, e pensar o Brasil depois, a mais longo prazo. Então, é fazer o que é possível de curto prazo e montar toda uma estratégia para a Nação. Isto é fundamental, Izalci, fazer com Brasília como se faz com qualquer Estado e a gente ter essa coordenação, essa transversalidade entre Estado, Município e União.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo eslaide que eu mostro é o desafio número 3: o foco no resultado das prioridades, ou seja, dar atenção máxima em relação à estrutura que tem que ser montada para fazer esse acompanhamento. E aí, o painel de controle de que eu falei para o Bolsonaro e falei para o Braga Netto e estou falando para os senhores tem que estar permanentemente sendo visualizado. Isso nós fizemos através do Tribunal de Contas da União: nós temos painéis de praticamente toda a administração pública brasileira, que nós acompanhamos, com o desempenho do TCU em relação às auditorias, se realmente estão sendo cumpridas ou não. Nossos acórdãos muitas vezes se definem baseados naquilo que foi cumprido e naquilo que não foi cumprido. Então, o TCU hoje tem essa capacidade organizacional, Senador Izalci, Senador Esperidião e todos os Senadores que estão participando, de cobrar todo esse trabalho de forma permanente para buscar eficiência e eficácia do conjunto do Estado brasileiro.

Outros itens que também considero importantes: é fundamental ter um bom centro de governo. Se não houver um bom centro de governo, não funciona. Um Presidente não consegue dar conta, não consegue tomar decisões se não tiver um bom time de avaliação de risco ao seu lado. Se ele não tiver uma boa estrutura também nos ministérios, você não consegue dar sequência e transversalidade. As prioridades do Governo não serão entregues, porque as metas não conseguem ser feitas, em termos de resultado, porque há muita pressão, muitas vezes, de interesses que não são os interesses da Nação, os interesses que a sociedade estabelece. Então, o centro de governo eu considero muito importante. Eu devo fazer uma próxima reunião agora com o Ramos, para ver como está o centro de governo, tentando buscar esses resultados.

O próximo desafio que eu gostaria de estabelecer é a implantação da política de governança pública no conjunto do País. É fundamental que isso aconteça. A gente tem que trabalhar em conjunto com a CGU... No caso, hoje o Ministério da Economia e a CGU são fundamentais para fazer esse aperfeiçoamento do decreto que nós estabelecemos de governança e o Senado apoiando isso, o Congresso apoiando, a gente pode estabelecer um governo mais digitalizado e assim estabelecer uma coordenação e uma transversalidade maior da administração pública brasileira. Continuando, eu diria que com isso você consegue estabelecer todos os eventos para avançar a favor da administração pública brasileira. Eu acho que o desafio da transversalidade é muito importante, a parte não somente da transversalidade, meu caro Izalci, mas também a parte do centro de governo, que eu considero importante.

Eu poderia continuar falando aqui muito tempo sobre governança, porque é um dos temas em que eu tenho me aprofundado, Senador Izalci, para que a gente possa estabelecer um auxílio, além de ver a legalidade dos atos que o TCU vê, também dar maior maturidade ao centro de governo. Eu não quero me alongar muito, mas queria deixar alguns desafios importantes para os senhores – especialmente, Senador Izalci, para o senhor, que preside esta Comissão – de a gente avaliar permanentemente o centro de governo para ver se está funcionando, seja nos Estados, Municípios e União. Eu acho que também nos pequenos Municípios cabe haver um centro de governo que possa interagir com o conjunto da comunidade, como o Presidente da República tem que interagir com o Senado, com a Câmara. Eu fui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentar muito tempo e sei da importância dessa interação, dessa articulação política para dar maturidade àquilo que é fundamental na Nação brasileira. Eu gostaria inclusive de colocar que a maturidade do centro de governo é fundamental e gostaria de colocar alguns desafios que a gente que é homem público – e passei pelo Congresso – tem que ter como prioridade fundamental.

Por exemplo, eu vou mostrar um eslaide agora que mostra a parte fundamental para as pessoas terem capacidade de viver: habitação. Habitação é fundamental na administração pública. De certa forma, esse eslaide resume o que deve ser priorizado numa administração. A parte da habitação é muito importante – e nós temos toda uma política hoje de indicadores de como está essa situação –, também da saúde também – nós temos uma série de indicadores sobre a questão da saúde –, a parte da alimentação é fundamental e, claro, a capacidade financeira de um país e a educação.

De certa forma, esse eslaide que eu estou mostrando é o desafio que nós temos que priorizar no conjunto da administração. Fazer pequenas coisas é importante politicamente, não estou dizendo que o político não deva fazer as pequenas coisas, mas, se ele não tiver metas e prioridades estabelecidas para o conjunto da administração, a gente não consegue estabelecer...

Mas, para isso acontecer, Senador Izalci, você tem que ter conhecimento de como é que funcionam os ciclos de políticas públicas, que levam em consideração, primeiro, a avaliação e a identificação dos problemas que existem em cada administração para colocar isso na agenda pública e buscar soluções, para depois você tomar uma decisão, fazer um planejamento e a execução de tudo isso para você entregar depois uma implementação de política pública. Aí você faz um circuito de ciclos de políticas públicas, o que é muito importante para o gestor, para quem comanda, quem executa.

E nós podemos dizer que a governança pública vai nos dar condições, Senador Izalci, de estabelecer essas ferramentas. O conjunto de mecanismos da governança... E eu iniciei falando da liderança, que é muito importante. O líder é fundamental, mas tem que estar a seu lado a estratégia e o controle de tudo isso para colocar em prática a avaliação, o direcionamento e monitoramento de tudo isso para entregar resultados para a sociedade. Então, se você quer estabelecer um conceito de governança, seria isto: liderança, estratégia e controle para avaliar, direcionar e monitorar a gestão com vistas à condução de políticas públicas e prestação de serviços de interesse da sociedade, conforme está na lei, no art. 2 do Decreto 9.203 – nós criamos a política de governança no Brasil em 2012, 2013, eu implantei isso, o TCU, após esse acordo de cooperação que fizemos com a OCDE.

Então, basicamente, eu gostaria de dizer que agora a reforma administrativa já trouxe avanços importantes. A nossa tese da governança prosperou no Brasil. A reforma administrativa prevê uma boa governança pública como princípio constitucional da administração pública. Então, eu diria que, dentro dos nossos princípios, buscando aquilo que diz a parte da constitucionalidade da administração pública, trata-se de ver a questão da legalidade, da impessoalidade, a questão da imparcialidade, ver a questão da publicidade, que é importante, da responsabilidade e ter toda essa coordenação, essa transversalidade que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eu acabei de colocar, para que a gente possa buscar eficiência e eficácia na entrega de resultados para a sociedade brasileira.

Então, eu vou repetir aqui uma frase do Peter Drucker, que é considerado um dos grandes pensadores dessa área, que diz que o mais arriscado para a gente que quer mudar é continuar fazendo a mesma coisa.

O Brasil tem que mudar. Por isso eu quero sugerir, e já fiz um fórum no ano passado, uma mudança na educação. Por nós não termos plataforma e não termos instrumentos adequados para os estudantes brasileiros agora na pandemia, certamente nós perdemos aí dois anos ou vamos perder. Isso é um prejuízo imenso para a geração de jovens que não têm acesso a plataformas adequadas.

Isso eu já falei para o Milton. Agora, sou relator dessa área das universidades. Eu vou insistir nisso no meu relatório, que vou mandar para os Srs. Senadores, para que a gente faça uma mudança na educação. Nós estamos ainda com uma estrutura do início do século passado dentro das nossas salas educacionais, seja no ensino médio ou no ensino superior.

Eu poderia falar muito tempo aqui, meu caro Izalci, mas eu vou parar para cumprir o tempo determinado de 30 minutos e também aceitar sugestões dos senhores para que a gente possa aperfeiçoar a política de governança. Mas quero cumprimentá-lo mais uma vez, Senador Izalci, pela iniciativa importante de discutir o futuro do Brasil. Acho que o Tribunal de Contas da União pode auxiliar muito os senhores para que a gente possa direcionar esse caminho de busca de um horizonte com equilíbrio, que a gente possa sair de um porto seguro e chegar a um porto seguro. Se nós não tivermos uma boa governança, nós teremos muita turbulência.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de colocar para os senhores essa minha exposição inicial e agradecer o convite.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Ministro Nardes.

Eu tenho, inclusive, por esse tema quase que uma obsessão, porque eu vim da iniciativa privada. Sou contador, sou auditor. Então, sei muito bem as dificuldades. E, agora, no serviço público, como fui secretário, Deputado Distrital, Deputado Federal, agora Senador, a gente percebe, realmente, a dificuldade, o nosso atraso em termos de gestão, em termos de governança. Acho que o último planejamento que eu vi, concretamente, foi JK, que estabeleceu um plano de metas e cumpriu o plano – construiu Brasília em mil dias, o que hoje quase que é impossível, não é?

Mas, antes, eu queria levantar aqui algumas questões que V. Exa. falou, e eu acho que é importante ressaltar. Primeiro, é importante para todos que estão nos assistindo, nos ouvindo saber a diferença entre o privado e o público. Na iniciativa privada, nós podemos fazer qualquer coisa. Só não podemos fazer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é proibido. Mas, no serviço público, a gente só pode fazer o que é permitido. E olha que isso aí é uma diferença imensa. Hoje, inclusive, uma das maiores dificuldades é você encontrar alguém que queira ser ordenador de despesa ou gestor público, porque, de fato, hoje, qualquer coisa que você faça você vai responder por isso.

E vou dar um exemplo: eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia em 2004. Olha que já vão 17 anos. Na época em que fui Secretário de Ciência e Tecnologia, se o pesquisador apresentasse um projeto, nesse projeto houvesse lá um determinado reagente, ele trocasse o reagente e tivesse um resultado maravilhoso, ele seria punido porque mudou o reagente. Se ele fizesse tudo certinho, cumprindo exatamente o que estava no papel e não tivesse resultado nenhum, ele estava de parabéns; no ano seguinte, ele poderia pegar mais recurso, ou seja, naquela época, não se valorizava absolutamente nada do resultado, como ainda hoje não se avalia muito questão de resultado.

Como V. Exa. falou, e eu já venho acompanhando esse trabalho de V. Exa. há muito tempo.

V. Exa. quis acompanhar, está acompanhando já, o ensino médio, que é um dos maiores gargalos que nós temos no Brasil. A maioria dos países ultrapassa 50% de jovens no ensino médio, 60%, 70%, e o Brasil mal chega a 10%. Então, a gente não avalia resultado em nenhuma área: nem saúde, nem educação, nem segurança.

Como contador que fui durante muitos anos – aliás, eu sou contador, estou Senador –, por exemplo, no caso da Receita Federal, a Receita consegue, de fato, acompanhar bem a questão da entrada de recursos. Por quê? Porque nós contadores temos que informar à Receita Federal cada coisa, cada item, cada centavo. E há uma obrigação acessória: se o contador deixa de apresentar qualquer informação, ele tem multa de R\$500, R\$200 por cada informação por mês, o que não acontece na área pública.

Nós conseguimos, depois que eu vim para o Congresso, pegando a experiência que tive como Secretário – fui também Vice-Presidente do Conselho de Secretários... Nós tínhamos o problema das fundações de amparo das universidades, das empresas. Era quase impossível haver uma relação entre academia, setor privado e setor governamental, que é o maior desafio nosso. Não há inovação, não há tecnologia se não houver, realmente, este tripé: Governo, academia, empresa.

Então, o que falta, o que eu percebo que falta muito nos Governos é exatamente um plano de metas, um planejamento, uma governança, com acompanhamento. É tudo feito na base do improvisado.

Eu estive agora, quinta e sexta, em São Paulo. A Prefeitura de São Paulo, em 2006, aprovou uma lei na Assembleia obrigando os governantes a, no prazo de 90 dias, apresentar um plano de metas. E a sociedade civil vem acompanhando isso. A nossa São Paulo, que é uma sociedade civil, acompanha a execução, mas estamos longe demais da conta. Você vê que o nosso cidadão acorda seis horas da manhã para pegar um ônibus para ir até o hospital marcar uma consulta. Quando tem uma dor de cabeça, também vai ao hospital. Mas para marcar uma consulta, o cara perde quatro, cinco horas – quando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consegue marcar! Sendo que bastava apertar um botão e, depois de 15 segundos, teria condição de marcar pelo aplicativo.

Então, o que falta também é o Governo eletrônico, digitalizar. Nós não temos ainda essa obrigação. Acho que teríamos que ter. O Brasil, há muito tempo, já deveria estar fazendo a digitalização de todo o processo. E não digitalizar, como estão fazendo, a burocracia. Não adianta burocratizar e digitar isso. O que acontece hoje: você não tem nenhum acesso, vamos dizer, às novas tecnologias. Nós estamos no século XXI e ainda em modelo de gestão do século XIX. A gente precisa dar aos nossos médicos condições para que eles atendam o paciente tendo em mãos todo o prontuário, todos os exames...

Não há nada aqui, no DF, Ministro Nardes... A gente não tem controle de estoque de medicamentos! Aqui, as pessoas ainda dormem na fila para fazer uma matrícula!

Eu não sei também se é falta de interesse, porque quanto mais desorganizado maior a facilidade de escândalos de corrupção, de desvios de recursos.

Eu fiz agora, com o Tribunal de Contas... Aliás, como Deputado, eu pedi uma auditoria do Fundeb. E o Tribunal de Contas levantou que 60% dos recursos do Fundeb naquela época tinham indícios de irregularidade; dos 60%, 40% os Prefeitos sacavam na boca da caixa, não prestavam conta.

De fato, é um grande desafio. Eu acho que V. Exa. tem conduzido muito bem, no Tribunal de Contas, essa proposta. Está tramitando aqui o Projeto 9.163, que eu sei que foi construído praticamente por V. Exa. e que eu espero... Apesar de ter algumas interpretações com relação à origem, eu acho fundamental para este País organizar a questão da gestão pública.

V. Exa. falou do DF: que nós poderíamos ou deveríamos ser modelo, até porque foi um grande projeto de JK. De fato, V. Exa. tem razão: o Entorno, a Região Metropolitana, em que a gente percebe o descaso, porque não é DF e também não é Goiás, fica no limbo... Então, por exemplo, você pega a segurança pública: se você pega um assaltante ou qualquer pessoa criminosa aqui do Estado, se ele atravessou a fronteira do DF, ele passa a ter ficha limpa. Você não tem integração de informações nenhuma. Então, por exemplo, o Sistema Único de Saúde é um sistema universal e obrigatoriamente tinha que estar todo digitalizado, com todo ele na base da tecnologia, informatizado. Para você ter acesso a ele, bastaria condicionar a informatização. Então, a gente tem muitas dificuldades ainda. Eu sempre defendi – e não é porque eu sou de Brasília – que o fato de o Distrito Federal ser Estado e Município ajuda muito na construção de qualquer política pública. Então, a minha proposta sempre foi a de implantar aqui, no Distrito Federal, qualquer projeto de política pública de Estado, para Estado e Município. Nós seríamos apenas o piloto para replicar depois em todos os Estados e Municípios.

Este é um dos objetivos aqui desta Comissão: exatamente buscar a construção de políticas públicas de Estado para Estados e Municípios, para que a gente possa ter de fato uma governança, uma boa gestão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui conosco o meu querido Senador Esperidião Amin, que já foi tudo: já foi Governador, Senador, Deputado Federal... Ele conhece como ninguém a questão da gestão pública.

Eu queria, então, antes de passar para V. Exa., passar também para o Senador Espiridião, agradecendo também a presença aí do meu querido Wellington Fagundes. Mas passo a palavra aí para o Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Izalci, sempre é bom ouvi-lo. Eu só estou pensando aqui quem é o advogado que você vai contratar para que os contadores entrem com uma ação contra a Receita Federal, porque é a sexta vez que eu ouço a sua justa e fundada reclamação de que os nossos contadores trabalham de graça para a Receita Federal. Você deve estar maquinando uma grande ação indenizatória. Mas eu quero cumprimentar pela iniciativa.

Vou fazer quatro intervenções muito rápidas. Primeiro, quero cumprimentar o meu querido amigo Augusto Nardes, e, cada vez que eu vejo o Augusto Nardes – viu, Izalci? –, com essa cruz de Lorena na lapela, eu me lembro do Jayme Caetano Braun, que era vizinho dele. Era de São Luiz Gonzaga, que diz assim, ao celebrar isto:

Um dia veio o jesuíta a este rincão do planeta
Vestindo a sotaina preta na catequese bendita
Foi mais do que uma visita à minha pampa morena
Bombee por trás da melena, olhos nos olhos o irmão,
E gravei no coração a santa cruz de Lorena!

E o nosso Nardes porta, com muito orgulho, na lapela.

Tenho, como disse, mais... Tenho três comentários a fazer.

Primeiro, quero cumprimentar pela utilização dos indicadores.

Os indicadores devem ter 14 propriedades: idoneidade, legitimidade, univocidade... Eu não vou entrar em detalhes teóricos, mas queria lembrar que tanto a minha dissertação de mestrado quanto a minha tese de doutorado utilizaram indicadores de desenvolvimento econômico, social e de sustentabilidade vinculados à administração pública.

Eu entendo que os indicadores são o futuro da gestão pública e da auditabilidade da gestão pública e eles é que promovem essa interação entre a gestão e a governança. Por isso, eu acho que isso que está previsto no Decreto 9.203 tem que ser disseminado... E aí vem a primeira observação ao meu amigo Nardes para o futuro: nós temos que vincular isso às agências reguladoras. Por exemplo: não tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabimento que a Aneel ainda não tenha – e está se movimentando para ter – indicadores que, se as concessionárias de serviço público de energia não cumprirem, ela tem que punir a concessionária.

Ainda hoje a Aneel está fazendo... Neste momento está levando a termo uma audiência pública, que termina dia 11, para criar indicadores, sem os quais, Izalci, ela não pode dar nem cartão amarelo, nem repreensão e muito menos cartão vermelho para quem não cumpre indicadores mínimos de qualidade de serviço público.

E aí, eu quero aplaudir o Tribunal de Contas da União sobre um fato concreto. Em outubro do ano passado, o Ministro Raimundo Carreiro, que desenvolveu uma bela trajetória funcional aqui no Senado Federal – e eu tive a oportunidade de conhecê-lo, entre 1990 e 1998, exercendo função relevante no Senado –, notificou a Aneel para que criasse esses indicadores; em outubro do ano passado. E a Aneel está nesse momento suprimindo essa lacuna.

Mas como nós estamos hoje com uma profusão de agências reguladoras ainda na sua infância ou na sua mocidade, vale para a Aneel e vale para a ANTT, por exemplo. Concessão de rodovias ou de ferrovias sem indicadores por parte da concessionária para cumprir é pior do que serviço público mal feito, porque no serviço público mal feito você tem a quem reclamar. E quando a concessão privada não tem regras claras para ser acompanhada e supervisionada, você não tem a quem reclamar.

Quero ainda fazer duas últimas ponderações. A primeira sobre projetos para o Brasil, eu não tenho dúvida de que nós caminhamos para o processo de certificação dos nossos produtos primários. E o nosso Ministro Nardes sabe o que é isso. O Rio Grande do Sul acaba de conquistar a certificação de Estado livre de aftosa. Portanto, nós temos que certificar os nossos produtos, que são inigualavelmente limpos e orgânicos.

E a reindustrialização inteligente. Não tem cabimento que o nosso processo industrial, a nossa indústria tenha tantas dependências com insumos e componentes estrangeiros. E acho que o Tribunal de Contas deve começar a anotar isso na avaliação de resultado econômico.

E, como último ponto, nós tomamos conhecimento de que o Tribunal de Contas da União tem 13 Estados, aí incluído o Distrito Federal, sob investigação, Izalci, por mau uso de dinheiro público, sem falar os Municípios, e de dinheiro público federal, no combate à Covid. Isso foi divulgado na semana passada.

Eu faço um apelo ao Ministro Nardes. Vocês têm que dar uma "taquarada" porque isso é crime hediondo. Malversação de dinheiro público sempre é crime e geralmente hediondo, mas malversação de dinheiro público durante a Covid – nós estamos há 14 para 15 meses sofrendo – é mais do que hediondo!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E se o Tribunal de Contas tem 13 na alça de mira, eu faço um apelo. Notificar ou até julgar as contas inadequadas no ano que vem é um desserviço. Como dizia o Ruy Barbosa, que é o patrono também dos Tribunais de Contas, a justiça feita com atraso é pior do que a injustiça.

Então, se há 13 Estados sob a investigação da Polícia Federal – aí é outro assunto –, na alça de mira do Tribunal de Contas... Aqui em Santa Catarina, nós temos 31 Municípios que o Ministério Público Estadual tem na alça de mira. Se isso não for tornado público sob a forma de punição, o Tribunal de Contas estará praticando uma injustiça com o Brasil. Não estou dizendo para sair caçando bruxa, mas tem que concluir pelo menos um processo desses, dando o direito de defesa, pela exemplaridade. Exercer controle sem exemplaridade de punição é fomentar o descontrole e a corrupção. Esse é o apelo que eu faço. E é agora, tem que ser agora, neste período da Comissão da Covid! Eu também acho que deveria ser realizada essa CPI depois de nós vencermos a guerra, mas, já que foi adotado esse cronograma, então, neste momento, nós temos que pelo menos oferecer a primeira demonstração clara de punição. Isso vale mais do que falar sobre teoria, porque o que ensina mesmo é o exemplo.

Um grande abraço ao meu querido amigo Augusto Nardes! Parabéns pela sua exposição!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador Esperidião.

Eu até quero aproveitar, Ministro Nardes, antes de passar a palavra para o Senador Wellington, para também reforçar o que disse o Senador Esperidião Amin.

Nós aprovamos, na Comissão Especial da Covid – o Senador Esperidião participa de todas as reuniões –, um requerimento de minha autoria de uma auditoria da saúde do Distrito Federal. Já foi concluído o relatório. Eu já o recebi. Já passei para a Comissão Especial da Covid e também para a CPI da Covid o relatório, onde, de fato, detectaram muitos desvios de recurso aqui no Distrito Federal. Mas há vários Estados também com esses mesmos indícios. É lamentável que, em um momento como este, de fato, as pessoas aproveitem... Nós flexibilizamos a legislação exatamente pela urgência, pela relevância do tema, mas aproveitaram isso para desviar recursos.

Senador Wellington Fagundes...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Izalci, como está o som aí?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está tudo bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tudo bem, Senador Izalci?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Quero cumprimentar você, Senador Izalci, nosso grande companheiro na Comissão da Covid; o Senador Esperidião Amin, que tem contribuído muito com a Comissão da Covid; e o nosso Ministro Nardes, nosso convidado de hoje na Comissão Senado do Futuro.

Quero dizer que tive a felicidade de ser Presidente da Comissão Senado do Futuro e sempre fazia questão de explicar à população que a Comissão Senado do Futuro não tem a pretensão de cuidar ou de pensar no futuro do Senado e, sim, no das futuras gerações. Nós, inclusive, tivemos a oportunidade de fazer o primeiro Congresso Internacional do Futuro aqui em Brasília.

Hoje, estou aqui, Senador Izalci, na Universidade Federal de Rondonópolis, em minha cidade natal. Aqui na frente exatamente está a Universidade Federal, onde conto com a presença da Reitora Anely Polizeu e também da nossa Pró-Reitora, Vice-Reitora, que é prima do Nardes, Antonia Marília Nardes. Eu fiz questão de estar presente aqui hoje, em frente dessa instituição, porque ela faz parte das novíssimas universidades.

E sobre esse tema da governança que o Ministro coloca, eu já disse a ele que há necessidade, inclusive, de fazermos um convênio com a Universidade Federal de Rondonópolis e quem sabe até com todas as universidades novíssimas, como a Universidade de Rondonópolis, de Catalão, de Jataí, lá do Vale do Parnaíba, do Piauí e também do Tocantins, porque essas universidades novas são criadas agora num momento novo do Brasil também. Então, na questão da governança, eu creio que seriam os grandes laboratórios dentro do ensino, que, através dessas novíssimas universidades que agora, Ministro e todos, já têm total autonomia... Inclusive, o último passo já foi, na semana passada, mandado para o Congresso Nacional, que é um PLN que permite que a universidade possa agora fazer todas as suas contratações dos cargos e também ter a independência orçamentária total.

Nesse aspecto também, como nós estamos falando do futuro, eu quero registrar principalmente a preocupação com as obras inacabadas, Ministro. Para falar em governança, eu acho que o mais importante é exatamente esse planejamento da aplicação eficaz do recurso público. Agora há pouco, eu conversava novamente lá no MEC e tive a confirmação da informação de que, no Brasil, nós temos, só na área de creches inacabadas, mais de duas mil, quase três mil obras de creches inacabadas. Então, Ministro e todos que estão nos assistindo, é claro que é isso que causa e traz a frustração ao cidadão, porque ele paga imposto, paga imposto, paga imposto e, às vezes, não vê o serviço chegando à ponta, ou seja, uma obra inacabada, como uma creche, é o filho do trabalhador que não tem a oportunidade de ter acesso à creche, é um dinheiro público que foi desperdiçado, assim como em tantas outras milhares de obras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero falar um pouco da pandemia, porque, como Relator da Comissão da Covid, estamos trabalhando, Ministro. Eu quero aqui mais uma vez colocar que trouxe a ideia e quero dizer que é uma ideia inovadora no mundo, porque tem exatamente o objetivo de que a gente utilize o parque industrial de saúde animal para fazer vacinas contra a Covid humana. Por que isso? Porque, infelizmente, com essa globalização, hoje o Brasil, assim como muitos países no mundo, desmobilizou suas fábricas de vacina humana. Hoje nós estamos reduzidos apenas ao Butantan e à Fiocruz, que, na verdade, são mais institutos de pesquisa e não fábricas.

Que bom que eles estão agora montando as suas fábricas, que ficarão prontas quem sabe... Estamos trabalhando e torcendo para que até o final do ano e o início do próximo ano, essas fábricas possam realmente funcionar, porque, até hoje, não tivemos a fabricação de nenhuma dose de vacina. Quando a imprensa nacional diz que o Brasil está importando o IFA, na verdade o Brasil está importando o IFA que é a vacina pronta. Nós só estamos fazendo o envasamento, ou seja, a embalagem. Não há tecnologia nenhuma utilizada no Brasil nas vacinas de Covid até agora. Então, a nossa busca também é para que a gente possa desenvolver as nossas pesquisas.

Então, a nossa busca também é para que a gente possa desenvolver as nossas pesquisas. E aí precisa haver uma boa governança na aplicação dos recursos para a pesquisa, porque, como disse o Ministro da Ciência e Tecnologia Marcos Pontes, não tem como você começar uma pesquisa, fechar a porta e recomendar depois. Por isso, quando foram anunciados os cortes no Orçamento, de R\$415 milhões – e nós iríamos perder pesquisas que já estão bastantes avançadas para que o Brasil tenha tecnologia própria para fazer a vacina, com tecnologia 100% brasileira, e também com a nossa indústria brasileira –, nós ficamos até um pouco revoltados. Mas, felizmente, trabalhamos e conseguimos já com o Secretário de Fazenda Waldery e também com o Ministro Paulo Guedes a recomposição desses recursos, e vamos votar já daqui a alguns dias. Portanto, as pesquisas que estão em andamento, que são quatro pesquisas do Ministério da Ciência e Tecnologia, com certeza haverão de ser concluídas, e o Brasil poderá então ter aqui a tecnologia de pesquisas brasileiras – bem como o Butantan e a Fiocruz estão desenvolvendo as suas pesquisas. Porque nós, como oitava potência do mundo, poderemos fazer as vacinas necessárias para imunizar o brasileiro, a todos os brasileiros, e até exportar tecnologia, gerar empregos para os brasileiros, através da pandemia que tem prejudicado tanto o nosso País.

Então é nessa linha, Ministro, que eu gostaria de parabenizar aqui a Comissão do Senado do Futuro e V. Exa. pela brilhante palestra e também pela perseguição – quase que uma obsessão – por esse tema, porque realmente, no Brasil, nós não temos o hábito do planejamento, nós não o temos como cultura, e a pandemia, mais do que nunca, nos mostra e nos deixa claro isso – porque a pandemia, o coronavírus começou lá na China, foi para a Europa, Japão, depois Estados Unidos, para chegar aqui no Brasil, e nós, infelizmente, não planejamos e hoje estamos chegando a esta casa de mais 440 mil mortes, podendo chegar, quem sabe, como foi previsto pela Universidade de Washington, a 562 mil mortes, podendo ser até muito mais com as novas variantes que estão chegando aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que todo esse trabalho tem que ser um aprendizado para que a gente possa melhor aplicar o recurso público, e, para melhor aplicar o recurso público, sem dúvida nenhuma é com planejamento eficaz, e a governança é fundamental. Parabenizo o Ministro.

E mais uma vez, aqui, em frente à UFR (Universidade Federal de Rondonópolis), junto com a Reitora Analy e a Pró-Reitora Antonia Marília Nardes, nós queremos propor ao Tribunal de Contas um convênio para que a Universidade Federal de Rondonópolis seja pioneira nesse trabalho junto com V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Wellington, pela participação. Um abraço aí à nossa Reitora e à nossa Universidade Federal de Rondonópolis, uma vez que V. Exa. teve um papel fundamental na consolidação da universidade.

Ministro, antes de passar para V. Exa., nós tivemos aqui – separei – algumas perguntas do e-Cidadania. Vou fazer só quatro, rapidamente.

A Renata Pereira, aqui do Distrito Federal, pergunta: "O controle externo tem quais implicações na gestão pública, considerando a necessidade substancial de governança sem um planejamento central?".

Magalhanz Luna, do Rio de Janeiro: "Como a melhoria da gestão pública na União pode ajudar a repaginar a qualidade e oferta de serviços pelo Governo eletrônico nos Municípios?".

Marcio Paulo, de São Paulo: "Não deveria haver padronização em alguns assuntos da gestão pública como medição de obra por exemplo? Facilitaria a conferência".

Joana Darc, de Pernambuco: "Os orçamentos ministeriais em ciência, tecnologia, educação, saúde e energia são vistos pelas empresas públicas, autarquias como P&D?". E: "O Tribunal de Contas da União consegue acompanhar as P&Ds das empresas estatais e autarquias?".

Essas são as perguntas dos internautas, Ministro.

E eu quero aqui passar, então, para V. Exa. fazer as considerações do que foi dito aqui por nós e também pelos internautas e parabenizar V. Exa. aí pelo trabalho.

Vou passar a V. Exa.

O SR. AUGUSTO NARDES (Para expor.) – Obrigado, Izalci, pelos questionamentos; também aos Senadores pelas intervenções.

Eu sei do seu trabalho como contador e isso é muito importante para um homem público. Eu também trabalhei com escritório de contabilidade, dos meus 17 até os 29; aí entrei na política e acabei diminuindo a minha intensidade com a parte contábil, mas sei da importância...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Fechou o microfone, Ministro.

O SR. AUGUSTO NARDES – Eu sei da importância da contabilidade. Parabéns pelo seu trabalho, que continua contador e está de Senador. É uma satisfação poder, Senador Izalci, conversar e tentar comentar alguns aspectos do que V. Exa. comentou, especialmente em relação a essa parte do Distrito Federal. Eu reitero as suas preocupações: eu tenho essas preocupações porque vivo aqui.

Também queria agradecer ao Senador Wellington Fagundes e ao Senador Esperidião Amin pelos comentários. Vou fazer rápidas colocações sobre o que falou o Senador Esperidião Amin; depois sobre o Senador Wellington Fagundes.

Realmente a parte de inovação é muito importante. Nós temos que aprimorar isso no serviço público. Nós criamos, então, governança digital, ou seja, a gente tem uma situação de cada ministério e de todas as estatais de como está a governança digital de cada uma das instituições. E a gente sabe onde está falhando a governança, por exemplo, de pessoal, a governança de TI, a governança de aquisições... Nós acompanhamos isso permanentemente. Anualmente a gente faz um relatório e manda, para questionamento, para todas as instituições públicas brasileiras – são 420 instituições.

E o que eu considero muito importante na questão da governança é que a gente tenha noção de que a sociedade tem as demandas, mas você tem que estabelecer os objetivos e direcionar para o conjunto da sociedade; e entregar resultados. Então, eu considero que é importante – vocês aprovaram o projeto que está aí no Senado, na Câmara, de governança – para as pessoas entenderem, para cair a ficha de que, se ele não se organizar no início, ele vai ter problema de apontamentos no final da sua gestão.

E nesse aspecto é que eu gostaria de salientar a importância de V. Exa., Senador Izalci, e os demais Senadores, Wellington e Esperidião Amin, conversarem com o Rodrigo Pacheco – eu já falei com ele – para ele priorizar essa política de governança, para que a gente possa ter cada vez mais esses indicadores e esse entrosamento entre o Senado e o Tribunal de Contas, para que, assim, o Brasil possa estabelecer direcionamento nas decisões futuras, com esse planejamento estratégico que nós temos que ter, de longo prazo, como eu salientei. Hoje nós já temos o Endes e nós estabelecemos 12 anos para a gente pensar o Brasil futuramente, e não somente ficarmos atentos aos quatro anos. Temos que ficar atentos aos quatro anos de uma gestão, mas temos que ficar atentos pensando o que nós vamos fazer no futuro.

As obras inacabadas, que também foi um tema colocado: o TCU já constatou mais de 15 mil obras inacabadas, fizemos um trabalho junto com o Supremo e fizemos levantamento em todo o Brasil, nos tribunais de contas dos Estados, e conseguimos mostrar as falhas, ou por que não existe obra finalizada adequadamente. O prejuízo é de R\$155 bilhões, no levantamento inicial que nós fizemos de obras inacabadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à questão da Universidade de Rondonópolis, que foi levantada pelo nosso estimado Senador Wellington Fagundes – eu queria agradecer à Antonia e à Reitora por estarem acompanhando –, eu já estive lá em Rondonópolis, Antonia me convidou, e eu vou voltar para nós implantarmos o projeto da governança na universidade. Eu agora, nessa auditoria que estou fazendo em todas as universidades, quero verificar como está a governança financeira, a governança de pessoal e a governança docente, como está o desempenho dos professores, Senador Izalci. É muito importante que a gente saiba, com toda essa situação de investimento que nós temos hoje naquilo que é fundamental, que é básico, se a gente está tendo resultado para o conjunto da sociedade, para os alunos, se na formação que está sendo feita está havendo gasto com eficiência, com eficácia. Por isso é necessário a gente saber e visitar... Eu inclusive quero visitar algumas universidades para ver *in loco* a situação. Há problema financeiro, algumas universidades estão com dificuldades, há outras que estão deixando de cumprir algumas metas que são constitucionais, e cabe ao TCU fazer essa auditoria. Eu acho que vai ser muito importante esse debate, essa interação que nós vamos fazer com as nossas universidades.

Em relação à questão das vacinas, de que há pouco o Senador Wellington falou, o Brasil precisa desenvolver essa tecnologia. Eu concordo plenamente que nós somos dependentes de insumos – aliás, não somente nós, os americanos também ficaram dependentes de insumos, foram pegos de surpresa. Estrategicamente, não houve uma avaliação de risco, Senador Izalci, de que poderia acontecer isso que aconteceu, de a China estar preparada para tudo e os demais países não estarem preparados, nem quanto aos insumos, que dependem da China e da Índia. É necessário avaliar, inclusive, qual é o papel das universidades em relação a isso, porque nós investimos tanto nas universidades, e as nossas universidades estão produzindo de forma preventiva para evitar um vírus dessa monta, que pode matar mais de 450 mil brasileiros ou até 500 mil? É uma situação dramática, que mostra, de certa forma, a fragilidade na pesquisa brasileira em relação às nossas próprias universidades, em relação aos nossos próprios ministérios que são especializados nessa área. Então, faltou uma avaliação de risco nesse conjunto da administração pública brasileira. Por isso que a governança é importante, né?

Agora, com relação às perguntas que foram feitas, Senador Izalci. Como melhorar a parte da gestão, foi feita uma pergunta, e entregar melhores resultados. Se você monta um planejamento estratégico, se você monta avaliação, se você monta um monitoramento, você já começa a melhorar a gestão, porque temos 15 milhões de funcionários públicos no Brasil entre Estados, Municípios e União: 7 milhões nos Municípios, 2 milhões na União, com os terceirizados, Estados e Municípios, nós chegamos próximo de 15 milhões de funcionários. Está havendo monitoramento, estão cumprindo metas? Se você não tiver as ferramentas da governança, você não sabe se a pessoa está fazendo de conta que trabalha ou não. Nós criamos aqui avaliações permanentes. Posso te afirmar que com o teletrabalho – e eu sou relator do teletrabalho aqui, da implementação do teletrabalho no serviço público –, nós aumentamos 30% da nossa capacidade de trabalho com o teletrabalho, com o *home office*, mas é que o TCU tem uma boa estrutura de governança. Então, para melhorar a gestão e buscar eficiência, se não há uma boa estrutura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de governança, não se consegue entregar resultado. A eficiência do gasto público tem condições de trazer, de certa forma, um padrão.

Inclusive, em relação às perguntas feitas, a questão da padronização e da gestão pública para melhorar, sim, é claro que nós temos como fazer isso com a governança e a maior indução na boa gestão, porque você passa a ter um planejamento estratégico. Nós temos aqui governança de pessoal. Nós sabemos como está hoje a Petrobras na governança de pessoal, nós sabemos como está o MEC na governança de pessoal, nós sabemos que muitas instituições não estão treinando adequadamente os seus funcionários. Então, a governança de pessoal é muito importante nesse sentido.

Outra pergunta que foi feita: se o TCU consegue acompanhar a pesquisa do desenvolvimento no Brasil. Sim, nós estamos acompanhando, nós temos vários indicadores. E, no nosso planejamento estratégico, a gente monta toda uma avaliação dos temas mais importantes. Nós temos uma secretaria especializada que cuida dessa área, e nós temos 25 secretarias especializadas. Então, a gente sabe tudo. Por exemplo, em relação ao Orçamento da União, nós temos a Semag, que faz um acompanhamento. Nós vamos passar para vocês onde estão as falhas do Governo em relação às contas do ano passado agora em junho. Então, o TCU tem uma secretaria especializada que tem 20 ou 30 auditores que acompanham todos os passos da Presidência da República e de todas as instituições, do Presidente do Senado, do Presidente do Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, dos Estados também, nós temos uma parceria com os tribunais de contas e fazemos esse trabalho junto. Essas unidades especializadas do TCU acompanham e verificam os indicadores de toda a administração pública brasileira. Então, a governança nos deu essa capacidade, além de ver a conformidade, a parte de legalidade, que são as auditorias de legalidade, além de ver todas as concessões públicas de ferrovias, de estradas, de energia, de telefonia.

Há pouco falou o Senador Esperidião Amin da necessidade de nós acompanharmos, e nós estamos orientando para eles criarem indicadores. Às agências – falou muito bem o Senador Esperidião Amin – nós temos orientado para criar esses indicadores para passar essas informações não só para o Tribunal de Contas, mas para o Senado. As nossas instituições, se não têm como medir... Peter Drucker dizia que, para você poder avaliar, você tem que medir; se você não tem indicadores, você não tem o que medir. Então, é fundamental medir, e hoje o Tribunal de Contas orienta toda a administração pública para criar esses indicadores de governança.

Eu fico muito feliz, Senador Izalci, pelo convite. Eu vejo que a nossa tese, a nossa prioridade em cima do tema governança, está transformando o Brasil. Eu montei isso em 2012, quando comecei a montar minha gestão, e especialização também foi um tema central. Eu mudei 500 auditores de posição para cada um se especializar numa área, e hoje nós estamos orientando bem a administração pública brasileira.

Queremos que os demais tribunais de contas sejam mais preventivos do que punitivos. Eu acho que tem que punir; sim, temos que punir se for cometida uma ilegalidade, mas, se só punir, você não vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoar a administração pública, porque vem outro Prefeito despreparado. Agora, se tu tens um planejamento estratégico, se tu tens as ferramentas para avaliar e monitorar, que são fundamentais, que permanecem dentro da estrutura do Estado, do Município, da União, independentemente de Prefeito A, B ou C, e se há um planejamento estratégico pensando 12 anos à frente, tu vais entregar resultado para a sociedade, independentemente de partido A, B ou C.

Essa visão macro de nação é que nós conseguimos montar no TCU e aos poucos vamos implementando. Por isso eu queria lhe agradecer muito, Senador Izalci, Senador Wellington Fagundes e Senador Esperidião Amin, que são pessoas extremamente preparadas e que podem nos ajudar a implantar a governança no Brasil todo. Então, diante dessa reunião para que fui convidado, dessa possibilidade de participar e pensar o futuro: eu acho que passa por uma boa governança que vai dar condições de a gestão acontecer de forma mais eficiente e mais eficaz.

Parabéns, Senador Izalci! Muito obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Ministro, antes de encerrar, já que V. Exa. falou do acompanhamento *on-line* de muitas ações do ministério, eu, aproveitando o que o Senador Esperidião Amin colocou, queria dizer o seguinte quanto a esses recursos da área federal que foram disponibilizados para Estados e Municípios. Eu, por acaso, aprovei um requerimento na Comissão Especial e foi feito o pedido de auditoria, foi feito, mas o que a gente percebe é que, muitas vezes, as auditorias feitas pelos Tribunal de Contas da União, até tentar recuperar o recurso, já levam seis, oito, dez anos às vezes, e não tem como recuperar.

Eu me lembro de quando fazia auditorias há vinte, trintas anos. Nós tínhamos um projeto em convênio com a Alemanha e, em todos os convênios, em todos os repasses, havia um percentual de auditoria que era feito concomitantemente, o físico-financeiro. Você só liberava as parcelas dos convênios ou dos financiamentos etc. se você tivesse realmente essa auditoria concomitante. O tribunal tem feito isso? Ou ainda está em estudo? Como é que está sendo feito isso?

O SR. AUGUSTO NARDES (Para expor.) – Eu já aproveito para responder à pergunta do Senador Esperidião Amin em relação à CPI da Covid.

Nós temos 13 auditorias, já estão sendo auditadas, três no Estado do Amazonas, duas no Estado de São Paulo, são das 13 auditorias. Então, nós estamos acompanhando nos Estados esse trabalho. Eu não sou relator, já fui relator da saúde; agora, sou relator da educação e da área de energia. Então, nós estamos atentos a tudo isso que está acontecendo.

E, quanto à sua questão, sim, nós fizemos esse acompanhamento, a gente tem um trabalho intenso nesse sentido, especialmente agora, cada vez mais melhorando as nossas auditorias preventivas. Exatamente vai na direção de que V. Exa. falou: pode levar seis, oito anos, mas, se você puder fazer a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prevenção antes de levar seis, oito anos para eventualmente recuperar o desvio, a fraude, você ganha, o Estado se torna mais eficiente, Senador Izalci.

Então, é nesse sentido que as chamadas auditorias operacionais, que veem eficiência, porque veem o desempenho, elas são mais úteis para a resolução dos assuntos o mais rápido possível, evitar que aconteça o desvio, a fraude. Eu tenho falado no Brasil todo sobre esse tema, que a governança vai evitar que aconteça a fraude, o desvio, se você fizer esse trabalho de forma organizada.

Por isso que a liderança do Senado, a liderança do Presidente Pacheco, juntamente com o senhor e os demais Senadores, de implantar governança o mais rápido possível já no Senado, que já está avançando – como eu disse, a Diretora Ilana e agora o Sabóia já estiveram comigo para implantar a estrutura toda –, vai servir de exemplo, de modelo para os gestores também das Assembleias Legislativas.

Eu estou em contato com a Unale, com a união de assembleias de todo o Brasil, com os Governadores, eu já percorri o Brasil duas vezes, levando a tese da governança, e estou mandando o decreto e implantando o decreto de governança em toda a estrutura do Estado. Então, a gente está conseguindo avançar.

Por isso, eu queria agradecer a V. Exa. e dizer que o seu questionamento será levado em consideração e nós vamos priorizar essas preocupações que o senhor estabeleceu. Eu vou continuar acompanhando, e que a gente possa manter esse canal permanente de diálogo, para que a gente possa trabalhar de forma sincronizada. Esse é o meu desejo também com a Casa Civil, seja deste Governo ou do governo que vier futuramente.

O TCU tem que servir à Nação, de forma permanente, seja para centro, esquerda ou direita, nós temos que orientar. Claro que a decisão não é nossa, a decisão sempre é do gestor. As punições, as auditorias operacionais passam por nós, mas a decisão é de autonomia do gestor, porque ele que assume a responsabilidade de fazer um ato com correção ou não, e o tribunal pode orientar, mas eu prefiro esse diálogo que nós estamos fazendo. E por isso que esses diálogos que V. Exa. estabelece, Senador Izalci, são muito produtivos. Todos os Governadores e Prefeitos tinham que ter essa capacidade de dialogar com a sociedade para a gente poder avançar como sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ministro, eu quero agradecer a V. Exa. Quero pedir a V. Exa. que disponibilize para nós aqui na Comissão a sua apresentação. Quero agradecer aos meus colegas Esperidião, Wellington Fagundes, agradecer a V. Exa. e a toda a equipe do Tribunal de Contas.

E vou, então, não tendo mais nada a tratar, declarar encerrada a nossa presente reunião.

Obrigado, Ministro.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2021, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatorze minutos do dia onze de junho de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus e Plínio Valério, e ainda do Senador não membro Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Omar Aziz, Zequinha Marinho, Rogério Carvalho e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2021 - CSF, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater o tema "o futuro da produção agrícola". **Participantes:** Sr. Alysson Paolinelli, Presidente Executivo da Abramilho; e Sr. Maurício Antônio Lopes, Presidente do Comitê Gestor do Portfólio de Pesquisa em Energia, Química e Tecnologia de Biomassa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão Senado do Futuro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/11>

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão do Senado do Futuro da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 11 de junho de 2021.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada em 31 de maio de 2021. *(Pausa.)*

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema: o futuro da produção agrícola.

Foram convidados a participar o nosso querido Alysson Paolinelli, Presidente Executivo da Abramilho e nosso grande candidato ao Prêmio Nobel da Paz, que tem todo o nosso apoio, e também o Maurício Antônio Lopes, Presidente do Comitê Gestor do Portfólio de Pesquisa em Energia, Química e Tecnologia da Biomassa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br, ou pelo telefone 0800-612211.

Na exposição inicial, os convidados usarão a palavra por até 30 minutos e, antes de encerrarmos, poderão apresentar suas considerações finais de dez minutos.

Nós vamos iniciar. E vamos inverter, Maurício. Vou passar a palavra, então, para o Maurício Antônio Lopes, que é o nosso Presidente do Comitê Gestor do Portfólio de Pesquisa em Energia, Química e Tecnologia da Biomassa da Embrapa. V. Sa. tem 30 minutos. Com a palavra, então, V. Sa.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES (Para expor.) – Exmo. Sr. Senador Izalci Lucas, Presidente da Comissão Senado do Futuro, um dos pilares da ciência, em apoio à ciência e à pesquisa agropecuária no Parlamento brasileiro, muito obrigado por todo o seu apoio, Senador.

Cumprimento também os Exmos. Senadores e Parlamentares conectados a esta audiência; e o meu caro amigo, mestre, ícone da moderna agricultura do Brasil, nosso candidato ao Prêmio Nobel da Paz, que está comigo neste painel, Alysson Paolinelli, que deve se juntar a nós em breve.

Cumprimento também todos os meus colegas da Embrapa, pesquisadores, estudantes, gestores, produtores rurais, enfim, todos os que nos acompanham nesta discussão tão importante e tão relevante sobre a importância da produção agrícola, os desafios para a produção agrícola no mundo e também no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, neste momento em que vemos todas as questões relacionadas à agricultura e ao sistema alimentar global exacerbadas pela pandemia, também com a preocupação relacionada às mudanças de clima.

Nós temos um quadro que realmente preocupa quando a gente pensa no futuro da produção agrícola, no futuro dos sistemas alimentares. E, como o Brasil é um dos principais protagonistas nessas frentes, na produção agrícola, no cinturão tropical do globo, um dos grandes *players* no sistema alimentar global, é fundamental, Senador, que discutamos esses desafios e pensemos que trajetória é esta que a agricultura brasileira precisará trilhar no horizonte de 2030, que é o horizonte da atual agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, e em horizontes mais longos, em 2050, porque o Brasil precisa manter o seu protagonismo, manter a sua contribuição ao sistema alimentar global.

Eu vou colocar aqui uma apresentação para facilitar um pouco a comunicação da mensagem que eu gostaria de trazer para as senhoras e os senhores. Eu vou, então, compartilhar a minha tela e espero que todos consigam ver com clareza os eslaides que vou apresentar nos próximos 20 minutos. Espero que todos estejam vendo bem. Senador, por favor, me confirme?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está ótimo, muito bom!

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES – Muito bem.

O que nós vamos falar, nos próximos 20, 25 minutos, é sobre que futuros nós podemos antecipar para a produção agrícola no mundo e que repercussões os desafios que virão terão para o Brasil, como todos sabem, um grande protagonista nesse mundo da agricultura e da alimentação.

Eu vou centrar muito da minha fala e das minhas considerações na agricultura que se faz no cinturão tropical. A razão é simples: como vocês veem nesta imagem, com destaque ali entre os trópicos de capricórnio e câncer, que localizam o que nós chamamos do cinturão tropical do globo, o Brasil tem a maior parte do seu Território localizado exatamente nessa região. Essa região do Planeta concentra desafios enormes e também possibilidades extraordinárias. Nós temos as condições mais intensas, mais difíceis para a produção agrícola nos trópicos. Nós temos situações de estresses bastante significativos de calor, de seca, estresses que tendem a ser intensificados com o processo de mudanças de clima. Outro ponto muito importante é que, nessa faixa, no cinturão tropical, estão concentrados os países megadiversos, os países que têm a maior diversidade biológica no Planeta. O Brasil está no topo dessa lista, junto com Colômbia, junto com Indonésia, junto com Costa Rica. Este é um desafio adicional, como todos sabem: como usar bem os nossos biomas, promovendo aumentos na produção física de alimentos, mas, ao mesmo tempo, conservando a nossa base de recursos naturais, os nossos biomas, a biodiversidade, os nossos cursos d'água, e por aí vai. Então, esta pergunta tem que estar sempre à nossa frente: que futuros nós podemos antecipar para a agricultura feita nessa região, que tem muitos desafios à frente, mas que também tem um potencial fantástico? É aqui que nós temos a maior concentração de luz,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grandes extensões de terra para a produção de alimentos. Então, nós temos que aproveitar bem essas vantagens, mas também temos que ser prudentes e inteligentes para mobilizar a melhor ciência, o melhor conhecimento para a superação dos desafios que são típicos nessa região do globo.

O Brasil tem muito a falar da agricultura nos trópicos. O nosso querido Alysson Paolinelli certamente vai nos dizer mais sobre isso. Ele, na verdade, foi o grande ícone, o grande líder de toda essa revolução que nós observamos na agricultura do Brasil nas últimas quatro, cinco décadas.

Este eslaide resume um pouco essa trajetória fabulosa do Brasil. Nessa parte esquerda, está-se mostrando o desafio da expansão agrícola que o Brasil enfrentou nos anos 70. Naquele momento, o objetivo era alcançar a nossa segurança alimentar, mas com ciência, uma ciência para a agropecuária fortalecida, criação da Embrapa, fortalecimento das universidades, treinamento de competências... Nós ganhamos muita competitividade, passamos a ser capazes não só de prover alimento para a nossa população, mas também de exportar. Isso vem tendo um impacto enorme na economia e na competitividade brasileira. E agora, mais recentemente, nós estamos entrando na era em que a sustentabilidade ganhou enorme evidência: a responsabilidade de produzir, mantendo a base de recursos naturais segura e capaz de prover para as gerações futuras. E vamos entrar – eu vou falar um pouco sobre isto – numa outra fase em que a agricultura vai ter que prover mais funcionalidades para a sociedade. E isso vai ser objeto da minha apresentação.

Nós estamos vivendo este momento em que a temática do desenvolvimento sustentável ganhou grande relevância. Se eu posso resumir em um eslaide, de forma muito simples, o que é desenvolvimento sustentável, é que o mundo vem acumulando problemas aí em função dessa desconexão entre os sistemas humanos e os sistemas naturais, e o desenvolvimento sustentável é, na verdade, um processo de reconciliação entre estes dois sistemas: os sistemas humanos e os sistemas naturais.

Nós temos que pensar em sistemas humanos, com as suas dimensões social, ecológica e econômica, cabendo ou se alinhando aos sistemas naturais, à capacidade dos sistemas naturais, aos nossos biomas, porque nós não queremos desgastá-los. O Planeta Terra não tem recursos infinitos, os recursos são finitos. Então, nós temos que ser prudentes para colocar os sistemas humanos em sintonia com os recursos naturais, que são finitos, garantindo que esses recursos estejam disponíveis para os nossos filhos, os nossos netos e os nossos bisnetos.

Existe uma agenda muito poderosa no mundo para se alcançar isso. Todos já ouviram falar da agenda de desenvolvimento sustentável que foi lançada em 2015 pela ONU. Essa agenda, a Agenda 2030, procura dar ênfase a estas cinco dimensões: olhar para as pessoas, erradicar a pobreza, resolver o problema da fome, promover prosperidade para todos e, com isso, promover sociedades mais pacíficas, buscando as parcerias que são necessárias para a gente enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo, para ficarmos dentro dos limites que o nosso Planeta tem, para nós não excedermos esses limites, o que pode comprometer o bem-estar dos nossos filhos, netos e bisnetos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A agenda de desenvolvimento sustentável é muito conhecida por esta figura. Esta figura, na verdade, materializa o plano de ação global, os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, as 169 metas, que permitem, então, o alcance dessa visão, dessa ambição, expressa na Agenda 2030, de resolver os problemas da exclusão, da fome, da pobreza, para forçar que os sistemas humanos se adequem aos limites dos sistemas naturais.

Essa é uma agenda gerenciável. Pela primeira vez... Eu acho, Senador, que talvez esta tenha sido a agenda mais poderosa que nós humanos fomos capazes de desenvolver na busca de um desenvolvimento racional para o futuro. Ela é gerenciável. Ela tem objetivos que são catalisadores, que são aceleradores. Ela tem uma ambição clara, que é erradicar a pobreza, resolver o problema da fome, resolver o problema das desigualdades. Por isso, ela é muito útil não só para governos, mas para os Estados, para os nossos Municípios, que precisam abraçar essa agenda para que a gente possa avançar.

Um detalhe importante para a nossa discussão aqui, hoje, Senador, é que todos os objetivos do desenvolvimento sustentável têm alguma conexão com a agricultura e os sistemas alimentares – todos os 17 objetivos. Talvez a agricultura seja o sistema humano mais alinhado a esse conjunto de objetivos. Qualquer dos objetivos, como o objetivo 1, erradicar pobreza, tem conexão com agricultura – quase 80% das pessoas pobres vivem em áreas rurais.

Saúde e bem-estar, um tema tão importante neste momento em que a gente está enfrentando uma crise sanitária global. Boa saúde depende de boa nutrição. Estamos vendo os problemas de comorbidades com a Covid-19. A agricultura tem uma responsabilidade importante aí.

Energia acessível e limpa. A agricultura moderna ainda é excessivamente dependente de energia fóssil. E nós precisamos, então, descarbonizar a agricultura. Aqui, uma agenda importantíssima para o futuro: como é que a gente descarboniza a agricultura brasileira, que tem sido muito pressionada na questão das emissões de gases e dos impactos do efeito estufa? Consumo e produção responsáveis. Um terço do alimento produzido no mundo é perdido ou desperdiçado, e com ele é perdida a energia que se usou na produção desse alimento. Então nós temos que resolver esse problema do desperdício. Esse é um desafio enorme para o futuro.

Combate às alterações climáticas. A agricultura brasileira está em grande evidência, em grande visibilidade, em função dos problemas relacionados a desmatamento, a emissão de gases de efeito estufa... Então, descarbonizar a agricultura é um caminho importantíssimo para a gente responder às mudanças de clima. Então, essa agenda está cheia de desafios, para os quais a gente tem que olhar com carinho, com sabedoria, para, resolvendo-os, fortalecermos o protagonismo e a importância da agricultura brasileira no presente e para o futuro.

Um aspecto muito importante nessa agenda, que tem muito a ver com o futuro da agricultura, é que ela traz o conceito denexo ou de interdependência. Os alvos pretendidos, na agenda dos objetivos do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento sustentável, se complementam e se reforçam, para evitar que o progresso numa área não ocorra à custa de outra, um erro que foi muito comum no passado e que levou a passivos sérios que a gente está enfrentando agora. Então, os nexos estão se tornando muito importantes para a gente pensar futuro e agir para o futuro.

O que é nexo? Nexo é uma conexão, uma série de conexões que cobrem múltiplos fatores inter-relacionados. Exemplos: água, energia, alimento e clima. Não dá para tratar esses temas de forma desconectada. Água, por exemplo: nós estamos vivendo uma realidade de uso competitivo da água. Estamos, agora, na iminência de termos uma crise energética em função da carência de água para se produzir energia. Mas água também é importante para produzir alimento. E água é importante para suprir as cidades. Água é importante para muitas coisas na sociedade. A água impacta clima.

Então o que os nexos nos dizem é que nós temos que ter uma abordagem mais inteligente para os problemas contemporâneos. Nós temos que olhar para conjuntos, e não para problemas isolados. A desconexão entre os sistemas alimentares, de bem-estar e de saúde é um dos inúmeros problemas por décadas ignorado e que agora está exacerbado pela crise provocada pela pandemia. De novo, as comorbidades. A falta de atenção a esse nexo de alimento, nutrição e saúde, a esse balanço, leva a males que comprometem o futuro da sociedade. A agricultura tem uma responsabilidade enorme aqui: garantir alimentos saudáveis, com um bom equilíbrio nutricional, disponíveis a custos acessíveis para as pessoas.

O Brasil, Senador, está criando um novo nexo, que vai marcar o futuro da agricultura no mundo. O nexo lavoura, pecuária e floresta, mostrando que a agropecuária pode incorporar níveis de complexidade que permitam mimetizar a natureza. Uma mensagem importante que eu quero deixar para a nossa discussão: a agricultura do futuro precisará mimetizar a natureza. A natureza está evoluindo há milhões de anos. A natureza é um organismo inteligente, ela criou um modelo de relação com o ambiente natural que é o mais perfeito possível. Ali há reciclagem, ali há cuidado com a sobrevivência dos vários entes: as plantas, os animais e os microrganismos. Então, nós precisamos retornar a essa realidade. A agricultura precisa evoluir mimetizando a natureza para superar os passivos que as atividades isoladas produziram, as grandes monoculturas, o uso excessivo de defensivos e por aí vai. Então, aqui está um nexo que vai marcar o futuro da agricultura no Brasil e no mundo: o nexo de agregar e incorporar lavouras, pecuária e florestas.

Então, mensagem importante para a nossa discussão: essa Agenda 2030 da ONU nos diz que nós precisamos pensar numa agricultura no futuro que seja sistêmica e que mimetize a natureza e uma agricultura também que seja multifuncional. A agricultura está entre as atividades com o maior número de funcionalidades; das atividades humanas, é a que tem o maior número de funcionalidades, e eu quero mostrar um pouco disso para vocês.

A importância dos nexos para o Brasil. O Dr. Alysson Paolinelli vai nos mostrar o desafio que foi alcançar a segurança alimentar no Brasil nos anos 70. O nexo ali era um nexo bem mais simples: nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisávamos alcançar a segurança alimentar da nossa população, resolver o problema de acesso a alimento e a pobreza. Avançamos de maneira extraordinária e chegamos ao presente, em que os nexos se tornaram extremamente mais complexos. Outros temas ganharam evidência na agenda da sociedade. O tema da sustentabilidade chamou, então, a nossa atenção para umnexo muito mais complicado, em que nós temos agora que olhar também para a energia, para a água, para o meio ambiente, para a pobreza, para a saúde, para a exclusão e tantos outros desafios.

Então, esta é a trajetória que a agricultura no Brasil e no mundo precisam cumprir: sair de nexos, digamos, mais simples, que resolvem problemas de uma maneira mais simples, para nexos mais complexos e usar a melhor ciência e o melhor conhecimento para a gente enfrentar esses nexos. Isso vai ganhar uma importância ainda maior porque métricas estão sendo desenvolvidas para medir a nossa capacidade de fazer essa transição.

Sustentabilidade ainda é um conceito muito elusivo, meio vago. Todos falam em sustentabilidade, mas nós precisamos aprender a medir sustentabilidade se a gente quer gerir sustentabilidade, se a gente quer gerir uma agricultura na direção da sustentabilidade. Isso está vindo. Muitos já devem ter ouvido o conceito de ESG: E para meio ambiente, S para social e G para governança. Esse é um conceito que foi gestado na Europa para viabilizar a medição de sustentabilidade de investimentos, de empresas, de negócios e garantir com métricas que negócios, empresas, investimentos, fazendas estejam sendo geridos para ganhos sustentáveis de longo prazo, e não só para ganho econômico de curto prazo. Então, essas métricas estão vindo e vão nos pressionar na direção da sustentabilidade.

Outra métrica importantíssima: avaliação de ciclo de vida, que são medidas que nos permitem avaliar que materiais foram usados na construção de um alimento ou de um processo, como esses materiais foram usados para fabricar aquele alimento ou aquele processo, como foi armazenado, como foi distribuído, como foi usado e como os resíduos foram descartados. Estão sendo criadas medidas para se avaliar o ciclo de vida de qualquer produto e dizer com precisão, com números sólidos, se esse produto é sustentável ou não é sustentável. Então, a nossa agricultura vai ter que atentar para esse tipo de desafio, incorporar esse tipo de medida, se ela quer ser competitiva e sustentável no futuro.

A boa notícia é que o Brasil tem avançado muito no aprofundamento da sua agenda ambiental. Aqui eu tenho que reconhecer os méritos do Parlamento brasileiro, do Congresso brasileiro, que tem sido realmente hábil na construção de políticas que nos colocam nesse caminho. O Brasil talvez seja o grande líder, no mundo, no desenvolvimento de uma agenda ambiental robusta. Basta a gente perguntar: que país no mundo tem um código florestal que permite a expansão inteligente e planejada da agricultura, nas propriedades privadas, com atenção à água, com atenção à biodiversidade? Que país no mundo tem uma agricultura de baixo carbono, para usar a tecnologia da Embrapa, para produzir ganhos em resiliência, em descarbonização nas fazendas? Que país do mundo tem o RenovaBio, com um paradigma energético para ganho de eficiência, redução de emissões, com métricas da emissão de carbono, e com recompensa para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqueles que incorporam tecnologias sustentáveis? Então, essa é a boa notícia. E, de novo, parabéns para o Parlamento brasileiro, para o Congresso brasileiro, que foi capaz de discutir essas questões tão complexas e transformá-las em políticas, o que eu acho que nos coloca em grande vantagem.

E o Brasil, pelo investimento que fez em uma agricultura baseada em ciência, também incorporou um arsenal de práticas que nos colocam também em grande vantagem nessa corrida. O Brasil é um grande usuário dessa tecnologia de plantio direto na palha, proteção contra erosão, conservação de água, reciclagem de nutrientes, fortalecimento do microbioma do solo. O Brasil é líder no cinturão tropical do globo de construção de fertilidade. Os nossos solos são, naturalmente, pobres e ácidos, e nós sabemos reverter isso. O Brasil é líder no uso de bioinsumos, como a fixação biológica do nitrogênio na soja e tantas outras tecnologias que estão vindo. O Brasil é líder na produção de energia de biomassa. Nenhum país do planeta tem a escala e a logística para produzir energia renovável como o Brasil tem, através do setor sucroenergético.

Esse é o melhor exemplo de economia circular que existe no planeta: da cana se faz tudo, se aproveita tudo, se aproveita o bagaço para bioeletricidade, se aproveita a cana para produzir açúcar e álcool. A indústria está cada vez mais incorporando essa biomassa para produzir químicos finos e tantas outras coisas. É um exemplo para o mundo.

E o Brasil está entrando também na liderança dessa outra grande revolução que está emergindo na agropecuária global, que é da intensificação sustentável. Como é que a gente aumenta a eficiência dos nossos sistemas para diminuir a pressão sobre os ambientes frágeis, as florestas? Como é que a gente extrai mais de cada hectare para evitar que a gente tenha que desmatar para ampliar o número de hectares necessários para produzir alimentos? O Brasil já é líder no desenvolvimento de tecnologias para recuperação de áreas degradadas. A Embrapa é a instituição líder no desenvolvimento dessas tecnologias.

Os sistemas integrados ganham cada vez mais espaços no Brasil. É, de novo, a agropecuária mimetizando a natureza: no mesmo espaço, você tem agricultura, pecuária e floresta, não é?

Então, o Brasil, com esse modelo de produção, poderá viabilizar uma produção carbono neutro, produtos carbono neutro. Com esse grau de complexidade, nós seremos capazes de incorporar mais carbono do que emitir carbono, respondendo a uma das grandes questões que o mundo coloca sobre nós, de que a nossa agricultura é muito carbonizada, é emissora e insustentável. O Brasil tem tecnologia para responder, de maneira precisa, a isso. Nós precisamos, então, é ampliar esse modelo de produção mais integrada, carbono neutro.

O Brasil já tem um modelo de produção de carne carbono neutro, que já alcançou o mercado no último ano. A Embrapa já tem acordos com empresas privadas que utilizam esse conceito, de mimetizar a natureza, integrando boi com pasto, com lavoura e com árvore, e, com isso, zerando a emissão de carbono e nos permitindo, então, colocar no mercado uma carne que emitiu zero, não emitiu nenhum carbono.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fora o bem-estar animal: animais sofrem muito nos trópicos, nós temos muita incidência de luz solar, calor intenso, às vezes seca. Criar o boi num pasto que tenha árvores traz bem-estar animal, um valor cada vez mais importante para a sociedade, para os jovens, que atribuem cada vez mais valor às questões de bem-estar animal, às questões éticas relacionadas à produção animal.

Bom, isso para mostrar que nós não estamos dando o primeiro passo numa agricultura sistêmica. O Brasil é líder global no desenvolvimento de um modelo de agricultura sistêmica, viável, passível de entrar no mercado com grande vantagem competitiva para o Brasil. Nós não estamos começando essa jornada, nós estamos muito bem aqui. Precisamos intensificar isso, valorizar isso, apoiar a ciência que dá esse avanço para o Brasil, apoiar instituições como a Embrapa, como as universidades, como o setor privado, que está abraçando esse desafio de fazer essa transição.

Temos outro desafio para o futuro, que é explorar outras funcionalidades da agricultura, que são imensas.

Nesse quadro, eu tento resumir, Senador, as funcionalidades que nós podemos extrair da agricultura. Eu repito: a agricultura está entre as atividades humanas com o maior número de funcionalidades. Além de produzir alimento, fibras e energia, a agricultura pode produzir a ligação entre alimento, nutrição e saúde, a agricultura pode ter uma interface enorme com a saúde, para a gente ter práticas mais preventivas do que curativas, com melhor nutrição, com melhor equilíbrio nutricional.

Serviços ambientais e serviços ecossistêmicos. É um assunto que vem sendo tratado pelo Parlamento brasileiro, com o pagamento de serviços ambientais. Essa agricultura sistêmica pode prover para a sociedade uma enormidade de serviços: produção de água, conservação da qualidade do ar, reciclagem de nutrientes e tantos outros. Nós precisamos, na verdade, pagar àqueles que fazem o sacrifício de incorporar esses serviços e prover esses serviços para a sociedade. Isso aqui pode ser uma grande fonte de ganho, inclusive para os pequenos produtores no futuro.

Biomassa. Nós temos um potencial gigante de produção de biomassa. Nós já sabemos a importância da biomassa para a produção de energia renovável, mas a biomassa poderá ser o caminho para descarbonizarmos indústrias importantes, a indústria química, a indústria de materiais; desenvolver novos bioprocessos para fabricar, converter e reusar de maneira inteligente, usando o conhecimento da biologia, que é reciclável e que é renovável.

Microbioma é um conceito novo, micro-organismos. Micro-organismo é a matéria escura da vida. A quantidade de micro-organismos que nós temos e as funções que esses micro-organismos guardam é algo extraordinário que precisa ser explorado.

E aqui, este último, é um de que eu gosto muito, Senador: essa ligação da agricultura com a cultura, com a tradição, com a gastronomia, com o turismo; a nossa riqueza alimentar; a tradição de uma cultura extremamente diversa nossa. A nossa gastronomia é fabulosa! Ela pode estimular uma indústria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turística fantástica no Brasil, junto com as nossas belezas naturais. Isso tudo está para ser explorado, para ser reconhecido e explorado.

Então, o futuro pede que nós olhemos para esse conjunto de funcionalidades e as exploremos de forma prudente, de forma inteligente, para fortalecer a imagem e o protagonismo do Brasil no futuro.

Sobre essa questão da conexão de saúde, alimento, democracia, nós temos que reconhecer, vamos ter uma população mais urbana, mais idosa, mais exigente no futuro, uma escalada por alimentos de proteínas mais nobres, como leite, carne, ovos, pescado, mais frutas, legumes e verduras. Na medida em que a sociedade se torna mais urbana, mais ascendente, mais informada, a agricultura tem que prover isso de maneira ampla, de maneira acessível para todos.

E não há como ignorar que também o mundo está vivendo uma certa transição nutricional. Nós vemos crescer a importância do vegetarianismo, vemos crescer a importância do veganismo. Agora há essa nova onda, o "flexitarianismo", aqueles indivíduos que seguem uma dieta vegetariana e apenas ocasionalmente consomem algum tipo de carne.

O Brasil, que é um grande produtor agrícola, precisa olhar para essas tendências e perguntar: como é que a gente vai se alinhar? Como é que a gente vai responder a esses desejos da sociedade? Não se trata de tentar contrapor-los e combatê-los. O consumidor é o grande coordenador do sistema agroalimentar, e nós temos que respeitar isso para o futuro.

Quero destacar de novo a relação da sociedade com o alimento, que está mudando. Nós não podemos pensar numa agricultura provedora só de volume, de energia e proteína para as pessoas seguirem as vidas delas, não é? A agricultura, cada vez mais, tem que ser uma provedora de alimentos como experiência: novos aromas, novos sabores, novas texturas, novas sensações. Vocês todos não veem a ansiedade com que as pessoas estão para ir aos restaurantes, encontrar os amigos, provar alimentos diferentes? É uma coisa que cresce na sociedade e que a gente tem que respeitar e reconhecer. É um desafio para a agricultura do futuro prover isso, com maior acessibilidade para a população como um todo.

Nós temos uma nova economia emergindo – não podemos ignorar –, uma economia baseada em sistemas biológicos. A chamada bioeconomia vai crescer na esteira disso tudo que eu falei. A economia do futuro será uma economia baseada em sistema biológico, renovável, reciclável, limpo. Não é absurdo a gente pensar nas fazendas do futuro se tornando também biorrefinarias, e essa é uma realidade que não está tão distante assim. Muitas fazendas já produzem o biogás, já reciclam os seus resíduos. Mas, quem sabe, vamos ter no futuro fazendas com refinarias muito mais sofisticadas, transformando amido, celulose, m-celulose, lignina e óleos em coisas muito sofisticadas para indústrias que pagam bem. Então, as fazendas do futuro poderão incorporar novas funções e alcançar mais recursos em frentes importantíssimas para a descarbonização e para a sustentabilidade dos sistemas humanos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Serviços ambientais. Nós precisamos tornar isso realidade. O Brasil precisa aprender a medir, a qualificar e a valorar os serviços que essa agricultura sustentável sistêmica está provendo para a sociedade. Reciclagem de resíduos, fixação de carbono, controle de doenças e pragas, filtragem de água, controle de erosão e enchentes, esses são serviços importantes que a agricultura está provendo pra sociedade: agricultura sistêmica, agricultura sustentável. Então, reconhecer isso... Eu sei que o Parlamento brasileiro está trabalhando nisso, nós temos já políticas para pagamento de serviços ambientais, mas precisamos intensificar isso, nós precisamos tornar isso realidade.

E a última coisa que eu quero falar aqui, Senador, é que, apesar de tudo isso, da agricultura feita no campo, nas fazendas, um futuro ainda muito interessante que tem para esse modelo de produzir alimentos, nós não podemos esquecer que a ciência segue avançando em velocidade alucinante. O avanço na ciência é exponencial. E nós temos que também colocar no nosso radar, do Brasil, possíveis transformações radicais na maneira de se produzir alimentos no futuro, e uma delas são as fazendas verticais.

Nós vamos ter, daqui para 2050, um processo de urbanização sendo intensificado. Cerca de 80% das pessoas vão viver em cidades em 2050. Já 80% vivem em cidades no Brasil, mas isso ainda vai ser maior em 2050. E a produção de alimentos vai tender a se aproximar das cidades. Por quê? Nós vamos ter, em 2050, uma população mais afliente, mais bem informada, uma população que quer ter algum contato com o alimento que consome, a relação com o alimento vai mudar. Então, é prudente que a gente espere, crescendo com as cidades, que também cresça o conceito das chamadas fazendas verticais urbanas. Nós temos hoje uma enormidade de investidores colocando dinheiro nesse conceito, uma enormidade de *startups* desenvolvendo esse modelo de produção no futuro.

Eu vou dar um exemplo para vocês do que desponta de possibilidade com essas fazendas verticais urbanas no futuro.

Aqui está a síntese de um artigo de pesquisa que foi publicado no ano passado, em agosto, onde pesquisadores modelaram uma fazenda vertical urbana de trigo. E eles modelaram, então, uma estrutura vertical com dez camadas de um hectare que resultou na produção de 700 a 1.940 toneladas de grãos por hectare. Para vocês terem uma ideia, a produção média de trigo no mundo é de 3,2 toneladas por hectare. Essa modelagem mostrou ser possível produzir não 3,2 toneladas, mas 700 a 1.940 toneladas de grãos por hectare. Isso é 220 a 600 vezes a atual média mundial de rendimentos de trigo!

Então, nós temos que colocar essas rupturas no nosso radar. Uma grande nação agrícola tem que olhar para essa vertente e perguntar: que impacto essas revoluções poderão ter para nós?

Está vindo aí a edição de genomas, que foi a tecnologia que ganhou o Prêmio Nobel de Química em 2020. Nós vamos ser capazes de editar plantas, de modelar plantas para que elas sejam muito produtivas nesses ambientes. São rupturas que podem favorecer uma produção em fazendas verticais urbanas em países que não têm terra para produzir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, às vezes a gente fica aqui imaginando que o Brasil vai ser para sempre um grande provedor de alimento para o mundo e que países que não têm terra e que não têm condições de produzir alimentos jamais vão conseguir fazê-lo. Isso não é verdade. Nós temos que colocar no nosso radar a possibilidade de, com energias renováveis de baixo custo, a engenharia, a arquitetura e os recursos necessários para tornar tais fazendas viáveis e os custos dos alimentos subindo, esse modelo de produção se tornar viável no futuro.

E olha aqui que possibilidade interessantíssima: esta empresa Climeworks, em Zurique, na Suíça, captura o CO₂ do ar e injeta esse CO₂ nessas estufas de produtores de hortaliças. E vocês sabem que, se a gente aumentar a concentração de CO₂ nesses ambientes fechados, as plantas produzem mais, porque CO₂ é o carbono que é alimento para as plantas fazerem produtos importantes para nós, proteínas e energia.

Então, imaginem esta sintonia: ao mesmo tempo em que você tira carbono do ar, você aumenta a produção de alimentos numa fazenda inteiramente fechada, em prédios altíssimos. Então, são realidades que podem parecer distantes, mas que podem se tornar viáveis. E nós temos que colocar isso no nosso radar para o futuro.

As expectativas nessas fazendas são enormes por quê? Há uma redução enorme no uso da terra, e disponibilidade de terra é um desafio. Essas novas ideias nos permitem escapar de rigores do clima, eliminar pragas e doenças, eliminar perda de nutrientes, é uma produção limpa e saudável, porque tá fechada, contida, e a produção está próxima do consumidor. É aquela história: uma sociedade muito urbanizada, e os indivíduos vivendo na urbe têm acesso à produção de alimentos que vão consumir, e nós humanos queremos ter essa proximidade.

A alternativa ainda é inviável, porque não existem espécies e cultivares adequados, o custo de energia é muito alto, o custo de infraestrutura é muito alto, mas uma nação agrícola, uma potência agrícola como o Brasil tem que colocar isso no radar e se perguntar: há possibilidades aqui para nós? E que riscos a emergência dessa maneira de produzir alimentos traria para um grande exportador de alimentos como o Brasil?

Àqueles que acham um absurdo eu falar uma coisa dessa, porque temos grande extensão de terra e tudo o mais, eu gostaria só de lembrar: o consumidor é o grande arquiteto das mudanças, ele é o grande coordenador do sistema agroalimentar e agroindustrial. Eu gosto muito de uma frase dessa senhora, a Tiffani Bova, que é uma consultora da grande empresa Gartner. Ela disse certa vez que a principal ruptura no mercado não é a tecnologia. Nós ficamos deslumbrados com a tecnologia, mas, no fim das contas, a ruptura é o consumidor que está emergindo, um consumidor mais urbano, mais atento, mais afluente, uma sociedade que vai se tornar mais rica.

Então, é nesse futuro que nós temos que nos colocar e perguntar que desafios são esses que virão. E, a favor desse consumidor empoderado, vêm medidas, vêm métricas, não é? Essa ideia de ficar falando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em sustentabilidade, sustentabilidade, sustentabilidade, sem saber qualificar o que é isso, vai desaparecer, porque estão surgindo medidas concretas do que é sustentabilidade. E esse consumidor empoderado vai usar essa medida para pressionar todos os sistemas humanos na direção da sustentabilidade, e nós temos que nos preparar pra isso.

Eu vou terminar aqui com uma reflexão de uma pessoa que construiu uma fortuna significativa, um brasileiro, Jorge Paulo Lemann. Ele falou isso aqui num evento da Harvard e do MIT recentemente. É um bilionário, certamente muito perspicaz, porque construiu um império. Pessoas assim têm grande perspicácia e grande habilidade de lidar com o futuro ou de antever futuros possíveis. Por isso, eu estou compartilhando com vocês o pensamento dessa pessoa, do Jorge Paulo Lemann, que disse muito recentemente, em abril de 2021:

A minha geração, há cinquenta anos, só pensava em ganhar dinheiro. Hoje a juventude se preocupa com o meio ambiente, o clima e o progresso global com energia sustentável. Os jovens líderes pensam mais nisso do que em apenas lucrar, mas isso não quer dizer que não possam ganhar dinheiro e ao mesmo tempo mudar o mundo. É uma combinação promissora e fascinante a ser explorada.

Isso nos anima a olhar para o futuro, 2030, 2050, reconhecer, sim, que o nosso planeta é finito, mas que a criatividade e a inovação são processos sem limites, são processos infinitos. E nós, no Brasil, estamos, a despeito do que muitos podem achar, que não, numa condição privilegiada, porque o Brasil tem instituições, tem competências, e não nos faltam inspiração e bons exemplos.

Nós temos, talvez, o melhor exemplo de todos aqui neste painel: o nosso querido Alysson Paolinelli, a pessoa que lançou essa grande revolução que nos trouxe ao presente, que tanto fez pelo Brasil. Quer inspiração melhor que essa para a trajetória que nós teremos que cumprir daqui para 2030 e de 2030 para 2050? E o Dr. Alysson, que foi o grande coordenador da primeira revolução, está aqui conosco, aos 84 anos, trabalhando na segunda revolução, nessa outra transição. Então, nós temos é muita sorte, não é? E, no fim das contas, o Brasil está numa posição muito privilegiada para ocupar e seguir ocupando espaços importantes, seguir sendo protagonista. Nós precisamos é aprimorar essa visão de futuro e fortalecer, então, a nossa capacidade de mudar, de ajustar os nossos processos, para que a gente siga sendo protagonista na agricultura e no sistema alimentar global.

Era essa a mensagem, Senador, que eu gostaria de trazer para nossa reflexão hoje.

Muito obrigado.

Eu creio que eu passei um pouquinho aí do limite do tempo. O senhor me desculpe por ter ultrapassado um pouquinho aqui o tempo que me foi dado.

Prazer enorme estar aqui com todos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Maurício. Foi um prazer, e realmente foi uma aula para todos nós.

Eu não falei aqui, mas o Maurício Antônio Lopes é graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa; também é Mestre em Genética pela Universidade norte-americana de Purdue; Doutor em Biologia Molecular de Plantas pela Universidade do Arizona. É Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), de 1986 a 1989; Pesquisador da Embrapa desde 1989; foi Presidente da Embrapa, de 2012 a 2018. Tem longa carreira em atividades científicas e tecnológicas, em gestão de P&D e desenvolvimento institucional da Embrapa e de outras instituições nacionais e internacionais; recebeu inúmeros prêmios como o Título de Doutor em Agricultura Honoris Causa pela Universidade Purdue, norte-americana; teve experiências profissionais na Europa e Ásia. Atualmente é membro do Grupo Assessor ao Diretor-Geral da FAO, em Roma; do Conselho de Promoção da Bioeconomia, em Berlim, Alemanha; e Pesquisador da Embrapa Agroenergia, contribuindo para a integração da agricultura à emergente bioeconomia.

E, pelo que eu sei, é um grande aluno do nosso querido Alysson Paolinelli, que é o nosso grande revolucionário e que é de Bambuí. O Maurício é de Bom Despacho; o Alysson, de Bambuí; e eu sou de Araújos. E Bambuí e Bom Despacho fazem parte da Grande Araújos, que tem 8 mil habitantes. Então, é uma honra muito grande presidir esta reunião aqui com os meus conterrâneos, ali, bem de pertinho, do centro-oeste mineiro.

Bem, o Alysson Paolinelli vai falar para a gente um pouquinho agora. Ele é de Bambuí. É agrônomo, graduado pela Universidade Federal de Lavras; especializou-se nos estudos sobre o potencial da região do Cerrado para a produção agrícola. Em 1971, ele assumiu a Secretaria de Agricultura de Minas e criou incentivos e inovações tecnológicas que tornaram o Estado de Minas Gerais o maior produtor de café do Brasil. Foi Ministro da Agricultura, de 1974 a 1979, período em que a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)... Ele foi o grande idealizador. Além de ocupar, promover a ocupação econômica aqui do Cerrado, o que fez a grande transformação deste País.

Alysson Paolinelli sempre foi um incentivador da pesquisa, ciência e tecnologia. Implantou um programa de bolsa de estudos para estudantes brasileiros em diversos centros de pesquisa em agricultura pelo mundo afora, como, por exemplo, nos Estados Unidos. Após deixar o ministério, foi Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais, Deputado constituinte, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e, em 2006, ganhou o prêmio World Food Prize. Atualmente, é Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho) e Diretor da Verde AgriTech desde 2014. E agora, em 2021, Paolinelli foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

Todos nós esperamos que ele seja, realmente, o nosso grande vitorioso nisso. Mas já é um grande vitorioso, é um grande exemplo para todos nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra muito grande, Paolinelli, recebê-lo aqui no Senado Federal. V. Exa. é uma referência para todo o País, então é um motivo de muito orgulho estar contigo aqui.

Eu vou passar, então, a palavra agora ao nosso querido Alysson Paolinelli.

Está disponibilizado? (*Pausa.*)

Pode abrir o microfone, Alysson, para a gente... (*Pausa.*)

Ótimo. (*Pausa.*)

Há algum problema com o microfone, com o som aí, Alysson.

Nós não...

Eu acho que é o microfone seu, Alysson. A gente não está conseguindo ouvir aqui. (*Pausa.*)

Será que é o fio? Está ativado o microfone, Alysson, com o computador? (*Pausa.*)

Alysson, eu acho que falta ativar o som no seu computador. Está desativado o som no computador; não é... (*Pausa.*)

Enquanto o Alysson vai tentando consertar, colocar o som em funcionamento, eu só vou já mandar algumas colocações feitas aqui pelos nossos internautas. Enquanto isso o Alysson consegue fazer a conexão.

O Alessandro de Sousa, lá do Pará, está perguntando aqui, Maurício – e, depois, o Alysson pode falar também –: "Por que o Brasil não investe na produção de agrofloresta?".

A Claudia Regina, do Paraná, pergunta: "Que tal incentivar a soberania alimentar do povo através da agricultura familiar e sustentável ao invés da produção de *commodities*?".

A Ester Cardoso, aqui do Distrito Federal: "Por que há cada vez menos recursos sendo destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?" ; "A liberação de agrotóxicos no atual Governo é a maior dos últimos 14 anos. Quais os entraves à aprovação de biodefensivos?".

A Nelma Denise, do Rio de Janeiro: "Em que nível a estratégia do Governo e a implantação de novas técnicas agrícolas visa à diminuição do desmatamento e à sustentabilidade?".

A Beatriz Machado, de São Paulo: "Como é possível incentivar a agricultura familiar em uma cidade como São Paulo?".

A Ester Cardoso também, aqui do Distrito Federal: "É essencial o apoio a pequenos agricultores, além da redistribuição e democratização de terras".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Geovana Chagas, de Minas: "A produção agrícola deveria ter como princípio a diversificação da produção, pois monocultura já existe desde o Brasil colônia!".

Renata Grabowski, de São Paulo: "O desmatamento para produção agrícola precisa ser interrompido. Já temos muitas áreas não plantadas e desmatadas; é só remanejar".

E a Maria Zaroni, do Rio de Janeiro, diz aqui: "É importante considerar o acesso dos produtores à informação para o uso sustentável dos recursos naturais".

São algumas perguntas e colocações dos nossos internautas, enviadas aqui através do e-Cidadania. *(Pausa.)*

Alysson, agora começou... Dá para ouvir. O.k.?

O SR. ALYSSON PAOLINELLI (Para expor.) – Senador, desculpe aí. Eu estou na minha fazenda há bastante tempo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo!

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – ... e às vezes aqui a coisa complica.

De qualquer forma, Senador, quero cumprimentá-lo, agradecer esta oportunidade que o senhor me dá e, principalmente, a oportunidade de ter ouvido o primeiro orador, que foi o Dr. Maurício Lopes.

Eu pediria, com a minha experiência parlamentar, que, se o Senador tiver condição, mandasse gravar essa palestra do Maurício para que ela ficasse à disposição dos nossos Parlamentares para que eles vejam, de uma maneira tão clara e, eu diria, incorrigível – não há o que corrigir – essa palestra que o Maurício apresentou. Ele, com a experiência que tem, com a inteligência que Deus lhe deu e com sua capacidade, que ele desenvolveu ao longo de tantos anos, é hoje para nós no Brasil um modelo que precisa ser seguido e ouvido.

Eu me honro muito, porque acompanhei o Maurício em sua vida de pesquisador. Ele começou lá no nosso Epamig, em Minas Gerais, uma instituição que serviu ao grande Ministro Cirne Lima de inspiração para que ele transformasse o antigo Dnpea (Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação) na Embrapa, o que lhe possibilitou, em 1974, através da Embrapa, construir uma estratégia que deu certo para o País.

Eu reconheço que o Maurício hoje é, indiscutivelmente, uma das melhores cabeças que nós temos como pesquisador, como pensador, como quem acompanha, no dia a dia, as exigências e as oportunidades para a agricultura brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta minha solicitação, Senador, o senhor mais do que ninguém saberá como conduzi-la. O seu prestígio no Congresso, a sua atuação na área da pesquisa, da ciência, tem sido tão grande! E eu quero aproveitar a oportunidade, porque acompanho com muito carinho o trabalho que o senhor vem fazendo para apoiar a pesquisa brasileira, especialmente a pesquisa ligada ao nosso setor agropecuário. Eu só desejo, Senador, que essa sua defesa leve aos seus companheiros, leve ao Executivo, leve ao Judiciário um dos maiores riscos que nós estamos correndo hoje, que é o de reduzir o investimento na pesquisa brasileira. O nosso CNPq não pode sofrer cortes. E o senhor, mais do que ninguém, sabe o que estão fazendo com os recursos do nosso Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Quero agradecer, Sr. Senador, o esforço que o senhor tem feito. Eu me coloco à sua disposição, ao lado, naturalmente, de Maurício, que é um dos melhores consultores que nós podemos ter no Brasil, para que o Governo brasileiro, o Legislativo, o Judiciário e o Executivo estejam mais bem informados de quais são as nossas possibilidades, mas também quais são as necessidades e as exigências para que o Brasil tenha juízo e monte um projeto estratégico para o setor da pesquisa nacional e recupere os orçamentos necessários à manutenção dessa fabulosa Embrapa. Nós vimos, através de um dos seus principais pesquisadores, o que essa empresa representa para o Brasil e a segurança que essa empresa pode nos dar para que não cometamos erros e também não caiamos em sofismas que muitas vezes se apresentam e que constituem um risco à nossa soberania.

Eu pediria, com toda ênfase – e fico muito satisfeito em dizer ao senhor que, depois de Maurício, eu teria muito pouco a acrescentar... A única coisa que acho que posso fazer pela minha independência hoje é dizer claramente aos homens de Governo: o risco que corremos em não permitir que as nossas instituições, a Embrapa, as universidades... Nelas encontramos hoje os melhores cursos de pós-graduação em agricultura tropical que o mundo vai precisar ainda ter.

A nossa empresa privada acordou e hoje está trabalhando e fazendo investimentos maciços para desenvolver, especialmente o campo da bioeconomia, tão bem definido pelo Maurício aí, porque eles sabem que, através dessa bioeconomia, nós vamos mudar o processo de geração de recursos, nós vamos mudar todas as nossas iniciativas, a começar pelo processo industrial. E, ao atender mais às demandas e às soluções que os pesquisadores da bioeconomia vão lhes oferecer, o Brasil terá uma mudança excepcional.

Temos de reconhecer que somos o País mais rico em biologia do mundo. O Brasil hoje é o grande repositório dos recursos naturais que o mundo deseja. Não podemos perder de vista as mudanças que são necessárias, tão bem definidas por eles, e que nos darão, sobretudo, a independência de produtos químicos que nos fazem gastar hoje US\$37,5 bilhões, produtos químicos que a ciência, especialmente a brasileira – e, com orgulho, eu digo que estamos na frente, através da biotecnologia –, está processando. Estamos processando várias mudanças e conceitos para o setor agrícola que vão nos dar, sem dúvida nenhuma, novas referências, novos processos, novas soluções e vão dar ao Brasil aquilo que nós mais desejamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, eu quero ser mais rápido, eu sei que o senhor tem outro compromisso e eu também tenho um compromisso, mas gostaria sinceramente de dizer – e falo com a liberdade que eu hoje tenho pela autonomia que me deu a minha vida – que ou conversamos sério em termos de administração no Brasil e estabelecemos os planos estratégicos agora ou pagaremos caro por essa ausência.

Não quero criticar Governo A, B ou C. Ao contrário, tenho de dizer com todas as letras: estamos muito bem servidos com a nossa Ministra da Agricultura, competente, trabalhadora, conhecedora da área que administra e que está mantendo o Brasil no patamar que deve. Tenho que me referir também ao Ministro da Ciência e Tecnologia, pessoa de larga visão, de senso prático e que quer ajudar o País.

Agora, eu não posso deixar de dizer, sem nominar qualquer governo, que o Brasil, há mais de 30 anos, vem deturpando a estratégia criada na década de 70, chegando ao ponto de fechar, Sr. Senador, a nossa Embrater – por incrível que pareça, Sr. Senador, os governos populistas que a fecharam. Quando foi criada, eu estive pessoalmente no Senado e na Câmara defendendo a necessidade de que, além da criação, da tecnologia, nós tínhamos que ter dois parâmetros: um, assistência técnica creditícia e, sobretudo, assistência social da Embrater para a família do produtor. Lembro-me bem, alguns Parlamentares me questionaram: "Mas, Ministro, o senhor está querendo fazer uma mudança de uma geração?". Eu falei, se for uma geração, eu fico feliz. Sr. Senador, veja, estamos já há quase três governos sem conseguir recriar a Anater, que resolve o problema. Participei de todos os três últimos governos insistindo nessa solução, e ela não saiu até hoje.

E nós não temos como justificar as nossas próprias estatísticas, Sr. Senador: 2017, o estudo estatístico que fizemos no setor rural apresentou ao Brasil o quadro quase dantesco... E a maior revolução feita no mundo tropical que representa, sem dúvida nenhuma, a garantia da sustentabilidade e a garantia da segurança alimentar foi feita em apenas por 842 mil propriedades no Brasil. Sr. Senador, essa mesma estatística nos mostra um quadro de que o Brasil ainda tem 4,5 milhões de propriedades que não conseguiram usar as tecnologias que nós criamos.

Eu fico triste, Senador, porque, na realidade, se os seus antecessores do Congresso realmente previram que se gastaria uma geração, tenho que tristemente lhes dizer: a Embrater está fechada há uma geração. Não podemos concordar.

Esta é, sem dúvida – e o Maurício deixou isto muito claro –, uma das mais importantes tarefas que nós temos: fazer o desenvolvimento sustentável para que ele seja, além de ecológico, econômico e social.

O Brasil não pode conviver, no estágio em que está, partindo para ser o maior exportador de alimentos do mundo, com essa desigualdade, já que 80% das nossas propriedades são extrativas, fazem uma agricultura apenas de subsistência, mas não têm a sua subsistência. É miséria! O estudo que foi feito pela Embrapa demonstrou que essas propriedades têm uma renda média apenas de dois terços de um salário mínimo, e isso não alimenta nenhuma família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, estou aproveitando essa magistral apresentação do Maurício, que, com suas advertências e com tanta sutileza, ele, empregado do Governo, soube fazer, mas eu tenho o dever de dizer que não me conformo enquanto não enfrentarmos problemas dessa natureza.

O Brasil já tem toda a infraestrutura para ser o grande supridor de alimentos até 2010, quando se espera que a sociedade tenha um equilíbrio relativo em população. São mais 2 bilhões, 2,5 bilhões de habitantes, mas com muito mais renda, com muito mais voracidade em termos de alimentação. E saibam os órgãos técnicos que o mundo terá de apresentar, no mínimo, 61% a mais de alimentos do que é a oferta de hoje – alguns órgãos falam em 70%. E sabem eles que aqueles que sustentaram por 4 mil anos o nosso abastecimento não têm condição de atingir esse nível. Atingirão um terço disso. Portanto, compete ao Brasil crescer e colocar à disposição da sociedade mundial dois terços a mais na oferta de alimentos que hoje temos.

Sr. Senador, eu digo, com toda a tranquilidade, que só as tecnologias que ainda temos, graças a Deus, como ILPF e irrigação, atenderão perfeitamente a essa tarefa, a essa demanda, sem precisar de desmatar um hectare sequer ou derrubar uma árvore. Cabe a nós realizar essa tarefa. Quero ser muito franco: essa tarefa não será realizada se não provocarmos as mudanças para que essas propriedades que são extrativas e de subsistência, que não saibam ou não possam, tenham a mesma oportunidade que tiveram as 841 mil propriedades, para que elas aproveitem dessa oportunidade também e participem dela.

O senhor deve ter visto as insinuações da palestra do Maurício. O mundo está mudando o seu hábito alimentar, e essa é uma janela nova que se abre ao clima tropical.

Eu fui convidado para visitar, há dois anos e meio, uma estufa totalmente robotizada nos Estados Unidos. Quando perguntei à empresa que a construiu quanto custam o investimento e a manutenção, eles não sabiam. Essa é uma diferença que nós temos que continuar a aproveitar. O Brasil é, sem dúvida nenhuma, a maior estufa a céu aberto que o mundo já viu. Somos 851 milhões de quilômetros quadrados onde a natureza nos dá, de graça, a luz, a água, a terra, as plantas e os animais. Veja, Senador: Deus nos deu isso.

Se nós não formos capazes de provocar as mudanças... E conseguirmos na agricultura chamada de *commodities*, somos imbatíveis. Temos agora de conseguir nessa agricultura, que tem de oferecer à comunidade mundial, especialmente a mais rica, alimentos mais saudáveis, naturais, que têm um mínimo de contaminação química. É, sim, Senador, o Brasil um país que pode fazer isso a custos muito menores. Basta que tenhamos estratégia para isso.

Senador, eu gostaria de descrever etapas que vivi para dizer ao Congresso Nacional que não existem sonhos. As mudanças são provocadas fundamentalmente pelo conhecimento novo, a ciência, pela capacidade de transferir essa inovação a toda a sua população, especialmente os mais necessitados. E, no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio disso, Senador, é necessária uma política pública adequada, que dê acesso ao grande, ao médio, ao pequeno ao recurso para promover essa mudança.

Quero, de maneira muito sincera... Não sou político, sou um profissional que acredita no que faz. Não vamos resolver o problema do pequeno, enquanto se entrega o crédito para ele comandado pelo banco. São objetivos muito diferentes o do banco e o do desenvolvimento para um produtor de pequena classe. Ou fazemos uma política pública adequada para ele, com assistência técnica e creditícia e também uma educação informal que lhe dê capacidade de criar as condições de mudança, ou não vamos resolver isso.

Agradeço a oportunidade, Senador, de ter ouvido a palestra do Maurício, de pedir ao Congresso Nacional que marque e defina essa palestra, para que tenham acesso todos os nossos Congressistas.

E eu estarei, Senador, sempre à disposição, com a independência que tenho para criticar atos que não vemos e lances estratégicos para resolver problemas. Quero agradecer essa oportunidade e dizer que estarei sempre à disposição dos senhores.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, nós é que agradecemos muito. É uma honra muito grande recebê-lo aqui, Dr. Alysson Paolinelli, nesta audiência pública.

Nós colocamos a Comissão Senado do Futuro exatamente na perspectiva de construir políticas públicas de Estado, que eu acho que é exatamente o que falta neste País. Basta ver – não é? – o que fez V. Exa. e o que fez nosso querido JK, que, com a visão de futuro que pensa nas próximas gerações, fizeram o que fizeram. Se hoje nós temos aí uma balança comercial e um desenvolvimento do País, a gente deve muito a JK e a V. Exa., que souberam consolidar a questão econômica do Cerrado – porque eu, que cheguei aqui nos anos 70, sei que naquela época praticamente o Cerrado não produzia nada. Então, o Brasil deve muito isso tanto a JK, que teve essa ousadia de construir Brasília em mil dias – hoje você não constrói, hoje você não tem um habite-se em cinco anos –, e a V. Exa., que fez esse belo trabalho e continua fazendo. V. Exa. ainda tem essa visão importantíssima aí de pensar nas próximas gerações.

É uma luta difícil: educação e ciência e tecnologia, ainda é muito discurso, não têm prioridade dos recursos. Basta ver a lei que nós aprovamos, de minha autoria, do FNDCT, que é uma coisa óbvia, mas que lamentavelmente, nos últimos anos, inclusive no último ano, houve 90% de contingenciamento, não é? Agora a gente aprovou, porém ainda não resolvemos a questão do recurso, apesar de ter sido derrubado o veto, publicado, sancionado. Mas, ainda este mês, nós vamos exigir aqui a restituição do fundo, que não será definida pelo Ministério da Economia – a lei é muito clara: quem decide a aplicação dos recursos do fundo é o conselho, existe um conselho para isso. Então, não é buscar o que está sendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feito para tentar justificar que está executando o fundo. Não. E nós estamos aí mudando também a taxa de juros da parcela reembolsável, porque a TJLP ficou quase que inviável.

Mas nos próximos 15 dias, com certeza, nós vamos cobrar aqui o que foi prometido: a restituição e a recomposição do fundo, que passou a ser um fundo financeiro também, para que não haja descontinuidade. Porque, quanto à questão da pesquisa, eu, que tive a oportunidade de ser Secretário por dois mandatos, sei que não basta também ter recurso de vez em quando: você tem que ter regularidade. Não se faz política pública sem regularidade.

Eu queria aproveitar a presença e a experiência do Maurício e de V. Exa. porque, além de Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, em que a gente trabalha aqui também, a gente atuou muito, e sei da importância da questão da regularização fundiária. Metade da população do País ainda vive em áreas irregulares, inclusive nas áreas rurais, e muitas vezes não tem financiamento, não tem como investir praticamente nada, porque não tem escritura, não tem título. É uma demanda antiga. Eu fui o Presidente da Comissão, ainda no Governo Temer, da medida provisória, e depois ajustamos mais um pouco. E precisávamos ajustar ainda mais. Então, eu gostaria de pedir a opinião tanto do Maurício quanto do Dr. Alysson sobre essa questão da importância da regularização dessas terras para haver garantia, principalmente para o pequeno produtor.

Segundo, por mais que tenhamos o reconhecimento de discurso com relação à Embrapa, infelizmente ainda a Embrapa está com o pires na mão, inclusive para a sua própria subsistência, quer dizer, mal consegue pagar a folha. O que aconteceu – o Maurício teve a oportunidade de ser presidente recentemente –, o que houve que a gente não conseguiu colocar na Embrapa que ela tivesse um orçamento de recurso próprio? Pelo tanto que fez pelo País, pelo tanto que fez pela pesquisa, por que a gente não consegue ainda? E, se for o caso, precisamos de sugestão para alterar a lei para que ela tenha receita própria daquilo que ela desenvolve há anos e anos. Porque o que eu vejo aqui todos os dias, nestes últimos anos, é a Embrapa sendo contingenciada, sendo vetado tudo que vem para cá em termos de recurso, e com o pires na mão aqui todo ano. Então, é uma outra questão.

E, com relação... Apesar da nossa exportação na área de alimentação, nós temos no Brasil muitas pessoas, inclusive aqui na Capital, passando fome. Então, como explicar que, sendo o maior produtor de alimentos do mundo, a gente não consegue o mínimo para que as pessoas não passem fome neste País, inclusive aqui na Capital?

E há essas colocações que eu fiz aqui do e-Cidadania.

Quero dizer a V. Exa., Ministro Alysson, que a reunião está sendo transmitida e está sendo gravada aqui – a TV Senado transmite. Também temos já as apresentações, que já estão, inclusive, aqui no nosso site do Senado, da Comissão do Futuro. E, com certeza, essa aula que foi dada será disponibilizada não só para os Senadores; faço questão de encaminhá-la para as faculdades, universidades, que é onde a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa ter uma atenção especial com os jovens. Os nossos jovens precisam de esperança, oportunidades, e infelizmente a educação nos últimos anos caiu muito de qualidade, inclusive na educação básica, principalmente agora. Os nossos jovens...

Eu acho que essa pandemia trouxe mais dificuldade ainda. Nós temos uma evasão muito grande agora do ensino médio. Dificilmente nós vamos conseguir convencer esses jovens a voltarem para a escola, porque a escola, infelizmente, na sua grande maioria, não é atrativa, não é atual. Ainda há muitas escolas que sequer têm saneamento, água, muito menos tecnologia. Basta ver que nós aprovamos agora, na semana passada – na marra, derrubamos veto –, uma legislação no sentido colocar internet nas escolas, banda larga nas escolas, nas escolas rurais. E eu espero que a gente consiga, logo, logo, melhorar um pouco.

Melhoramos o Fundeb – fui o Relator aqui também –, aumentando os recursos, mas não basta ter recurso. Se não houver planejamento, se não houver foco, se não houver integração, a gente não consegue também fazer um bom investimento.

Então, eu já, para as considerações finais, Maurício e Ministro, quero agradecer muito a presença. Foi uma aula essa audiência pública, muito bacana. E eu tenho certeza que vai despertar muito os nossos jovens, que receberão, com certeza, essa audiência aqui.

Mas, então, já pode fazer esses comentários daquilo que eu coloquei e das perguntas também dos internautas e aproveitar e fazer as considerações finais.

Maurício, obrigado pela sua participação. Foi uma bela aula.

O SR. MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES (Para expor.) – Muitíssimo obrigado, Senador; muitíssimo obrigado, Ministro Alysson, pelas suas palavras.

E eu gostaria só de dizer que, se algo fiz e se algo alcancei, é porque tive a felicidade de ter mestres que realmente me ajudaram muito, me iluminaram aí no caminho que eu trilhei – o senhor no topo da lista desses mestres. Então, me sinto privilegiado por ter tido a oportunidade do convívio e do aprendizado com você, meu caro amigo e Ministro Alysson.

Muito rapidamente, Senador, das questões que foram colocadas pelos internautas e pelos pontos que o senhor coloca da regularização, dos recursos da Embrapa, eu acho que eu vou começar um pouco por essa questão da regularização dos pequenos produtores e do desafio para que eles consigam se inserir no mercado, que eles consigam inclusão e sustentabilidade na sua atividade.

Eu vou lembrar aqui os ensinamentos de um outro grande mestre, Eliseu Alves, que sempre nos lembra que nós estamos numa economia capitalista; seguiremos numa economia capitalista. Eu sempre tenho a ilusão, Senador, de que nós vamos reinventar o capitalismo para colocar talvez mais luz, jogar mais luz sobre as dimensões ambientais e sociais da sustentabilidade no capitalismo que a gente tem hoje,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não tanto na dimensão econômica. Eu acho que muitos estão trabalhando nessa direção, mas nós somos uma economia capitalista e, em grande parte, é essa lógica que impõe a imensa exclusão que nós vemos no Brasil. O Ministro Alysson citou 4,5 milhões de pequenos e médios produtores que estão excluídos frente a 800 mil que conseguem acessar tecnologia, conhecimento e mercados.

Qual a razão disso? A razão é um conceito relativamente comum na economia, que são as imperfeições ou as falhas de mercado. Considerando a maneira como a sociedade capitalista, os processos e as cadeias de valor capitalistas estão organizados, os pequenos padecem desse mal, das imperfeições de mercado que fazem com que os pequenos produtores tenham grande dificuldade para acessar conhecimento e tecnologia, porque é muito caro para a capacidade deles – eles não têm a escala que os permita acessar o conhecimento e a tecnologia. E, da mesma forma, por não terem escala, eles não conseguem acessar as cadeias de valor que estão aí, porque a sua produção não terá valor, de novo, por não ter a escala necessária.

Então, muito sinceramente, Senador, nós precisamos colocar esse tema das imperfeições de mercado no holofote das políticas públicas para o campo. Como se resolve a imperfeição de mercado numa economia que seguirá sendo capitalista? Existem várias formas de fazê-lo e muitos brasileiros sabem fazê-lo. Eu dou o exemplo das cooperativas no Brasil. O Brasil tem cooperativas poderosas na sua metade sul que basicamente souberam resolver o problema das imperfeições de mercado, porque pequenos produtores se unem em cooperativas, no associativismo, e ganham escala para acessar conhecimento e tecnologia e ganham escala para acessar as cadeias de valor que estão aí. Portanto, eles conseguem acessar conhecimento e conseguem acessar recurso porque estão participando do mercado.

Então, nós temos que pensar, se não cooperativas, políticas públicas que criem as condições para que os pequenos produtores possam enfrentar esse que é um mal da economia, que é um mal do capitalismo corrente, que são as imperfeições de mercado que excluem os pequenos, porque não têm escala, não têm acesso ao conhecimento que é necessário para avançar. Dificilmente vai se avançar hoje sem conectividade, sem acesso a insumos avançados... Não estou falando aqui de pesticidas, estou falando dos insumos novos, dos bioinsumos, que vão permitir uma produção limpa e alcançar mercados mais sofisticados e que pagam mais. Então, é preciso que coloquemos esse desafio da escala e das imperfeições de mercado que impedem uma legião de produtores no Brasil de alcançarem esse espaço.

E temos também que pensar em outros... Alguns internautas perguntaram coisas que estão muito conectadas a isso. Agricultura familiar em São Paulo ou nas imediações de São Paulo. Pessoal, nós temos que imaginar que o futuro vai pedir uma agricultura urbana e periurbana mais fortalecida. O futuro vai ser de cidades cada vez maiores, que demandam cada vez mais, e de consumidores que querem acesso a alimentos frescos, alimentos saudáveis, alimentos com os quais eles tenham contato. Essa é uma imensa oportunidade para os pequenos produtores no Brasil. Então, o tema agricultura urbana e periurbana só tende a crescer no mundo. Nós temos que colocar isso no foco das políticas públicas do Brasil. Tecnologia não nos falta, novas tecnologias estão emergindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há um espaço fabuloso de inclusão se nós formos hábeis para entender como a economia faz com que uma legião de brasileiros se veja excluída. Se nós não vamos revisitar o capitalismo, se o Brasil não vai mudar o seu paradigma econômico, é preciso ajustar esse paradigma econômico, modulá-lo para que nós resolvamos o problema dessa legião de excluídos no campo que o Brasil ainda tem. Lembrando também que esses produtores terão filhos, eles serão sucedidos por jovens que agora têm mais acesso à conectividade, ao celular, a novas formas de alcançar conhecimento e informação. Está aqui um outro caminho fabuloso, pensar na sucessão. Nós não queremos que os filhos desses produtores sejam excluídos como eles foram até agora. Há um caminho muito importante aqui para política pública inteligente, visionária, olhando adiante.

Essas são as minhas considerações nesse ponto extremamente importante que o Ministro Alysson nos trouxe, um baita de um problema para o Brasil, que nós temos que resolver com inteligência.

E não há como resolver isso sem olhar para essas questões, imperfeições de mercado, as políticas e os programas que nos ajudarão a resolver, a minorar ou a modular novos mercados, novas cadeias de valor e novos caminhos para inclusão dessa legião de brasileiros.

No outro ponto, para terminar, Senador, recursos próprios para a Embrapa. Eu fui Presidente da Embrapa por dois termos consecutivos, por um tempo longo. Fiz um esforço enorme, inclusive junto ao Parlamento, para criar um mecanismo que nós chamávamos na época Embrapa Tech. Chegamos a ter projeto de lei aprovado no Congresso para a criação da Embrapa Tech, que foi ao Governo e ao Executivo e parou na burocracia.

Era a criação de um novo ente que ia ajudar a Embrapa nessa relação com o mercado de inovação. Esse ente, a Embrapa Tech, receberia os ativos da Embrapa e os negociaria com empresas. Nós somos uma instituição de pesquisa; nós não somos negociadores. Nós não estamos no mercado todo dia negociando tecnologia; nós estamos concentrados nos imensos desafios da inovação.

Então, a Embrapa precisa de um ambiente próprio para pensar negócio. O mundo de negócio é diferente do mundo da ciência e da inovação. Então, a ideia era criar esse ente, mas criar não com a ilusão, Senador, de que um ente como esse resolve todos os problemas de financiamento da Embrapa. Nós temos que imaginar o seguinte: pesquisa pública é locomotiva limpa-trilho, ela vai na frente, limpando o caminho, para que o setor privado encontre os trilhos desimpedidos para colocar os seus vagões, o seu investimento, a sua criatividade e transformar o conhecimento que a gente desenvolve em inovação. É assim que a coisa tem que funcionar.

E o Estado sempre tem que reconhecer essa importância, o Estado empreendedor, obviamente. Nós precisamos de uma visão de Estado empreendedor que aceite pagar uma parte dessa conta. Eu não tenho a ilusão de que a Embrapa um dia será capaz de arrecadar todo o recurso de que ela precisa para sustentar toda a operação dessa locomotiva limpa-trilho, que está abraçando projetos de alto risco. Quem abraça os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de alto risco, que levam 15, 20 anos para serem transformados em realidade, é a pesquisa pública, é o Estado empreendedor.

Foi assim no Brasil, o Ministro Alysson fez isto: construiu um arcabouço de Estado empreendedor que investiu na formação de uma legião de jovens nas escolas mais caras do mundo; esses jovens voltaram e, em 40 anos, fizeram a revolução que está aí. Quer dizer, pensar que o setor privado vai pagar por algo assim é ilusão. Quem tem que pagar por isso é o Estado empreendedor.

Então, nós precisamos fortalecer de novo no Brasil a noção de Estado empreendedor. Sem o Estado como locomotiva limpa-trilho, ocupando espaços, empoderando a indústria e as empresas, não há país competitivo no futuro. Essa é a dura realidade que nós temos que encarar. É preciso ter essa visão de Estado empreendedor consolidada, permanente, sistemática, porque o Brasil precisa disso para avançar e para transformar em realidade a imensidão de possibilidades que nós temos: na nossa biodiversidade, na bioeconomia – o Brasil é um país riquíssimo na sua base de conhecimento, na sua base de recursos naturais, mas nós precisamos de um Estado empreendedor, de fato, por trás disso tudo.

Eu vou terminar dando um exemplo do quão importante é o Estado empreendedor, Senador, Ministro.

Está havendo uma grande revolução na pecuária agora, da qual eu falei e o Ministro Alysson também falou, que é a dos sistemas integrados, trata-se de integrar lavoura, pecuária e floresta, agricultura que mimetiza a natureza.

A Embrapa começou com isso há 30 anos – há 30 anos! Todos riram de nós. Todos deram gargalhada quando a gente falou em misturar, no mesmo ambiente, 365 dias por ano, lavoura, pasto, pecuária, árvore e lavoura de novo. E isso, agora, 30 anos depois, está se tornando o paradigma de agricultura para o futuro. Foi necessário Estado empreendedor bancar a Embrapa, bancar as universidades, bancar jovens sendo treinados nos melhores centros do mundo, para a gente segurar a onda durante 30 anos. Aqueles que riram de nós, há 30 anos, hoje estão falando: "Puxa vida! Na verdade, vocês estavam abrindo um caminho para um futuro que poderá ser a nossa salvação." Trata-se de uma realidade em que vamos ter métricas muito precisas para avaliar quão rapidamente estamos migrando na direção da sustentabilidade. E, se a gente não tiver uma agricultura capaz de mimetizar a natureza, prover serviço ambiental e ser sustentável, de fato, nas três dimensões – econômica, social e ambiental –, a nossa capacidade competitiva para o futuro fica comprometida.

Então, Senador, com essas considerações, eu gostaria de agradecer-lhe e de, primeiro, parabenizá-lo. Durante todos os anos em que estive à frente da Embrapa, recebi um apoio incondicional do senhor, sempre um batalhador, falando pela ciência, falando pela tecnologia, falando pelo Estado empreendedor, que nós precisamos ter e fortalecer no Brasil. Eu acho que o senhor é um ícone desse pedido para que a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gente se una em torno de um conceito realmente de Estado empreendedor na ciência e na inovação para o nosso País.

Eu queria parabenizá-lo por isso e agradecer de novo a oportunidade de participar aqui com uma das pessoas que realmente foi da maior importância na minha vida, na minha trajetória, meu querido Alysson, grande mestre, grande inspirador, o melhor candidato a Prêmio Nobel da Paz em 2021, não tenho dúvida nenhuma. Estamos todos com Alysson para o Prêmio Nobel em 2021!

Muitíssimo obrigado, Senador. Foi um grande prazer estar aqui com o senhor. Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Maurício. Eu é que agradeço muito a honra de vocês estarem participando hoje desta audiência pública.

Passo, então, agora para o nosso querido Ministro para também fazer as suas considerações finais, já agradecendo e torcendo aqui para que a gente possa ter um prêmio da Paz o mais rapidamente possível.

Dr. Alysson Paolinelli.

O SR. ALYSSON PAOLINELLI – O senhor está me ouvindo, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Estou. Está bem.

O SR. ALYSSON PAOLINELLI (Para expor.) – Eu tenho só que agradecer mais uma vez, Senador, esta oportunidade que o senhor nos dá.

Em primeiro lugar, eu falo do Maurício, que é, para mim, uma das maiores cabeças que o nosso País tem e que pode tanto ajudar este País, e, principalmente, a oportunidade de agradecer-lhe por sua dedicação e por seu trabalho em prol da ciência nacional.

Eu gostaria, sinceramente, que o senhor tivesse a oportunidade de entrar também no Executivo, porque eu tenho absoluta certeza de que, com o que o senhor está fazendo e com o que já fez, a gente poderá ter esperança de que apareçam, dentro do Executivo, inspiradores para os grandes lances de que o Brasil precisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, nós é que agradecemos.

Já estão disponíveis aqui na página do Senado, aqui na Comissão do Futuro, todas as apresentações da nossa audiência. Elas já estão disponíveis, e vamos encaminhá-las também para as nossas faculdades,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

universidades, porque são muito importantes. Realmente, foi uma bela aula. Tenho certeza de que, com isso, a gente começa a despertar um pouco desse interesse para a ciência, tecnologia, inovação e pesquisa.

Eu agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dois de junho de dois mil e vinte e um, no Reunião remota, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Zequinha Marinho, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Fabiano Contarato e Leila Barros, e ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Breves comunicados iniciais. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Seleção de Política(s) Pública(s) para avaliação em 2021. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 2, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e também os compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas da ONU em 2015, ratificado pelo Congresso Nacional em agosto de 2016, e promulgado pelo Presidente da República no Dia Mundial do Meio Ambiente, por meio do Decreto Federal nº 9.073 de 5 de junho 2017, com foco especial na avaliação do que estabelece o inciso III do art. 6º da referida lei, que trata dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas, em face dos aumentos expressivos de desmatamentos e queimadas ilegais nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, no exercício de 2021." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 3, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, bem como a implementação das metas assumidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, que é o tratado internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que rege medidas de redução de emissão de gases do efeito estufa a partir de 2020, com destaque para as ações de combate aos desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, no exercício de 2021." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 4, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento, em face dos aumentos significativos dos desmatamentos e queimadas ilegais nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, no exercício de 2021." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 6, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a atuação do governo federal nas políticas de combate ao desmatamento e de prevenção e controle dos incêndios florestais, no exercício de 2021." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Deliberação de requerimentos do Junho Verde 2021. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 12, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A audiência será parte das atividades da Campanha "Junho Verde", instituído pela Resolução do Senado Federal nº 14, de 25 de setembro de 2020, para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 15, de 2021** que: "Requer que sejam realizados estudos, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, para elaboração de arcabouço legislativo compreensivo que apresente ao país um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável..". **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 14, de 2021** que: "Requer realização de Audiência Pública na CMA para debater uma Transição Justa: Estratégias para uma Recuperação Sustentável". **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **3ª Parte - Deliberação de outros requerimentos. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 1, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater a Instrução Normativa Conjunta FUNAI/IBAMA nº 01/2021, em que o PDL 96/2021 pretende sua sustação." **Autoria:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 9, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 1/2021-CMA, que tem por objeto a realização de audiência pública para debater a Instrução Conjunta FUNAI/IBAMA nº 01/2021, em que o PDL 96/2021 pede sua sustação, sejam incluídos como participantes no rol de debatedores os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 7, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as denúncias de ilegalidades praticadas pelos agentes da Polícia Federal no âmbito da operação Handroanthus GLO e o manejo florestal sustentável como ferramenta de sobrevivência da população da Amazônia." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 10, de 2021** que: "Requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de instruir a discussão acerca do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, que "institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências". **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 11, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e dá outras providências." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 13, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a MPV 1031/2021, que "dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002". **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo senador Paulo Rocha. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 16, de 2021** que:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

"Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação dos órgãos ambientais federais e os impactos para o meio ambiente e para a sociedade." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 17, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as medidas preventivas que precisam ser tomadas para evitar o aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia, Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica a partir do segundo semestre deste ano." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 18, de 2021** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a poluição por plástico descartável e seus impactos." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/02>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Aprovação da ata anterior.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 10 de maio do corrente ano.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esta Presidência comunica que a Secretaria recebeu, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, Ofício nº 30/2021, em 19 de maio, no qual solicita que esta Comissão peça, também por ofício, ao Supremo Tribunal Federal o compartilhamento de informações relativas à Petição nº 8.975/DF, sob a competência do Ministro Alexandre de Moraes, no âmbito da qual foram determinados mandados de busca e apreensão em endereços do Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e no Ministério do Meio Ambiente, para o exercício do papel fiscalizador do Senado.

Em face do levantamento do sigilo dos autos principais da petição, na decisão do Sr. Relator em 25 de maio, acredito estarem atendidas as necessidades do Senador Veneziano e determino à Secretaria o arquivamento da solicitação.

Senador Veneziano, V. Exa. deseja se pronunciar? É porque, como foram abertos, não há necessidade do nosso requerimento. Então, ele já está disponibilizado, e, nesse sentido, eu creio que ele é público. (*Pausa.*)

É preciso abrir seu som.

Airton, abra o som do Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Pois não.

Agora, V. Exa. me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim, claro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Eu quero saudá-lo, abraçá-lo, transmitindo a V. Exa, à nossa Senadora Leila – a mim me parece a única integrante, neste instante, da Bancada Feminina – e aos demais outros companheiros igualmente os nossos cumprimentos neste início de tarde.

Quero dizer que entendo, compreendo e alcanço a perda do objeto, mas queria, através de V. Exa., até por saber V. Exa. que essa interlocução, se feita pela Comissão e não na individualidade de cada um de nós, portanto, pode até sugerir uma tramitação mais rápida... Apenas era este o pedido que eu lhe faria: que nós pudéssemos, sem ferir o Regimento, fazer chegar, para que mais rapidamente acessemos aquilo que, de fato, se por vias individuais, mesmo tendo, como de fato, se tornado públicos alguns desses fatos coligidos ao processo principal... A gente poderia ter um acesso mais rápido, Presidente. Não sei se há alguma desconformidade nessa abordagem que eu faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não.

Senador Veneziano, eu vou, de qualquer forma, via Comissão, fazer essa demanda...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– ... até para demonstrar o interesse da Comissão com o tema, que tem completo acolhimento na nossa Comissão. É só porque tinha se transformado público, mas o que abunda não atrapalha. Então, eu farei essa (*Falha no áudio.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) –
Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Nós preparamos... A despeito de ele estar publicizado e ter levantado o sigilo pelo Sr. Ministro Alexandre de Moraes, eu creio que vale a pena o registro do pedido da Comissão como demonstração de interesse pelo tema. O.k.?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) –
Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Objetivo e diretrizes desta reunião: a presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos apresentados pelos membros à Secretaria da Comissão.

A fim de garantir fluidez aos trabalhos, esses requerimentos foram agrupados em três partes: na primeira delas, requerimentos referentes às sugestões de política públicas a serem acompanhadas e avaliadas por esta Comissão em 2021, que é praxe todos os anos; na segunda parte, requerimentos referentes às atividades ligadas à Campanha Junho Verde, que foi aprovada numa (*Falha no áudio.*) ... na votação que aconteceu há duas semanas, o PL da decretação do Junho Verde, faltando, de qualquer forma, a aprovação na Câmara; e, na terceira parte, outros requerimentos de audiência pública.

A Secretaria controlará as inscrições para o uso da palavra, que pode ser solicitado por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* desta ferramenta.

Para que os autores façam a leitura dos seus requerimentos, se não estiverem em mãos, no *chat* será disponibilizada a pauta cheia da reunião.

Eu lembro aos colegas Senadores e à Senadora que autores dos requerimentos devem estar, no momento, presentes na sala, presencial ou virtualmente, para fazerem a leitura dos requerimentos.

As votações serão simbólicas, bastando permanecer em silêncio para aprovar os requerimentos. Manifestações em outros sentidos devem ser feitas ao microfone na (*Falha no áudio.*) ... públicas.

Para avaliação pela CMA em 2021 de políticas públicas executadas no âmbito do Poder Executivo, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, foram apresentados quatro requerimentos. Todos tratam da mesma proposta, uma coincidência alvissareira do meu ponto de vista: avaliação dos planos de ação para controle e prevenção do desmatamento, instrumentos previstos no art. 6º, §3º, da Política Nacional sobre Mudança do Clima, Lei nº 12.187. Solicito atenção especial aos biomas da Amazônia, Cerrado e Pantanal, em face dos aumentos expressivos nos desmatamentos e queimadas ilegais neles registrados recentemente. Os autores dessas propostas são: Senadora Eliziane Gama, Requerimento nº 2, de 2021; Senador Fabiano Contarato, Requerimento nº 3, do mesmo ano; Senador Jayme Campos, Requerimento nº 4; e este Presidente, Requerimento nº 6.

Entendo que, a partir da sintonia demonstrada pelos membros quanto ao objeto da avaliação que a CMA deve empreender no corrente exercício, o mais indicado é fazermos a aprovação desses requerimentos em bloco e, obviamente, consolidá-los em uma única análise.

Consulto os Srs. Senadores e a Senadora presentes se podemos seguir com esse entendimento, ou seja, o de que eles serão consolidados em um único bloco, já que o mérito dos quatro requerimentos é igual. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo manifestação em contrário, eu passo então à votação dos Requerimentos 2, 3, 4 e 6, de 2021, da CMA.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 2, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e também os compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas da ONU em 2015, ratificado pelo Congresso Nacional em agosto de 2016, e promulgado pelo Presidente da República no Dia Mundial do Meio Ambiente, por meio do Decreto Federal nº 9.073 de 5 de junho 2017, com foco especial na avaliação do que estabelece o inciso III do art. 6º da referida lei, que trata dos Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas, em face dos aumentos expressivos de desmatamentos e queimadas ilegais nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, no exercício de 2021.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 3, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, bem como a implementação das metas assumidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, que é o tratado internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), que rege medidas de redução de emissão de gases do efeito estufa a partir de 2020, com destaque para as ações de combate aos desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, no exercício de 2021.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

1ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 4, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento, em face dos aumentos significativos dos desmatamentos e queimadas ilegais nos biomas Cerrado, Amazônia e Pantanal, no exercício de 2021.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

1ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 6, DE 2021

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a atuação do governo federal nas políticas de combate ao desmatamento e de prevenção e controle dos incêndios florestais, no exercício de 2021.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a política pública que acabo de ler como a política que será acompanhada por esta Comissão durante o ano de 2021.

Saúdo a chegada do Líder do meu partido, Paulo Rocha, e também do Senador Otto Alencar, que eu não sei se veste preto hoje pelo luto do dia de ontem, daquela sessão histórica em que V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, tem um Brasil aí. Então, beleza, ficou melhor. É que V. Exa. ontem deu exemplo de brasilidade na condução da sua intervenção na CPI da Covid.

Aprovados os requerimentos, determino que sejam consolidados num só processado para facilitar a relatoria.

Eu antecipo à Comissão que eu havia conversado com a Senadora Eliziane Gama, já que ela é a autora do primeiro *(Falha no áudio.)* E ela aceitou a ideia de ser a Relatora, porque sempre é necessário a designação de um Relator. Como a Senadora não se encontra neste momento, eu não vou designá-la, mas abro a palavra para os autores dos requerimentos.

Senador Fabiano Contarato, alguma observação que V. Exa. queira registrar em relação ao requerimento de sua autoria? *(Pausa.)*

O Senador Jayme Campos não está lincado.

Então, eu vou passar ao próximo ponto e aguardar a presença da Senadora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Fabiano Contarato, V. Exa. quer se expressar, fazer uso da palavra?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Apenas perguntar: o requerimento de audiência pública vai ser deliberado posteriormente?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Serão deliberados posteriormente. Por enquanto, eu só estou fazendo aquela política que nós iremos acompanhar. Foi um *(Falha no áudio.)* Portanto, aguardamos a Senadora Eliziane para, em caso da sua chegada, confirmar a sua relatoria.

Segunda parte, o Junho Verde.

Em 25 de setembro do ano passado, 2020, o Plenário aprovou a Resolução do Senado Federal nº 14 daquele ano, para instituir, no âmbito desta Casa, a Campanha Junho Verde e promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

No último dia 11 de maio, aprovamos, no Plenário do Senado, o Projeto de Lei nº 1.070, de 2021, para instituir a Campanha Junho Verde, a ser promovida anualmente pelos Poderes Públicos Federal, estadual e municipal, com o objetivo de desenvolver o entendimento da população acerca da importância da conservação dos ecossistemas e do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Considerando todas as dificuldades que ainda enfrentamos em razão da pandemia, trago a esta Comissão três requerimentos para estabelecer um cronograma de eventos para a Campanha Junho Verde de 2021.

Eu o registro que a ideia deste Projeto 1.070, de 2021, que foi aprovado no Senado – faltando aprovação na Câmara –, nasceu na própria sociedade civil e teve a participação expressiva da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de outras figuras de relevo na sociedade brasileira. E eu creio que é em boa hora que esta Casa promove isso. Assim como nós temos o Outubro Rosa, o Maio Amarelo, para questões de segurança no trânsito, ou o Novembro Azul, para a questão das doenças do câncer de próstata, o Junho Verde é absolutamente necessário, porque ele transforma a questão ambiental numa pauta central do mundo inteiro.

Em relação ao Junho Verde, nós temos alguns requerimentos, como o Requerimento nº 12, de 2021, de autoria deste Presidente e do ex-Presidente Fabiano Contarato.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 12, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável. A audiência será parte das atividades da Campanha "Junho Verde", instituído pela Resolução do Senado Federal nº 14, de 25 de setembro de 2020, para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros.

Eu passarei a leitura ao Senador Fabiano Contarato.

Não sei se V. Exa. tem em mãos o requerimento; se não, ele está disponibilizado na tela. Não combinei isso consigo, aí quero saber se V. Exa., como coautor... *(Pausa.)*

É só abrir seu som.

Airton, o som do Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Devo proceder à leitura, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Exato. Permita-me essa gentileza com V. Exa., como ex-Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a Política Nacional sobre Mudança do Clima, instituída pela Lei 12.187...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Não é esse, não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... bem como a implementação das metas assumidas pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris, que é o tratado internacional da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que rege medidas de redução de emissão de gases estufa a partir de 2020, com destaque para as ações de combate aos desmatamentos e queimadas nos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal, no exercício de 2021.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Desde a primeira revolução industrial, tanto as emissões de gases de efeito estufa quanto a temperatura do Planeta têm crescido continuamente. Os sete anos mais quentes da história foram registrados nos últimos sete anos. Essa elevação tem provocado grandes alterações no clima do Planeta com graves consequências sociais, econômicas e ambientais em todos os países.

No caso do Brasil, projeções...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Esse que ele está lendo, que número é? (*Pausa.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perdão, Sr. Presidente, eu estou lendo o requerimento de Política Nacional sobre Mudança do Clima, quando na verdade deveria ser...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É na verdade o número 12. V. Exa. está lendo o Requerimento nº...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É. Eu o recebi aqui pelo *e-mail*, vou lê-lo, então, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não. Na verdade, é o Requerimento nº 12, de coautoria minha e sua, que fala da alimentação saudável e dos modelos possíveis para uma agricultura sustentável.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É isso mesmo. Perdão, Sr. Presidente. Vamos lá!

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a importância da alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável.

O debate será parte da Campanha Junho Verde, instituído pela Resolução do Senado Federal 14, de 25 de setembro de 2020, para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Rafael Zavala, Representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil; representante da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; representante da Articulação Nacional de Agroecologia; representante da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda. (Coopan); a Sra. Bela Gil, mestre em Ciências Gastronômicas pela Universidade do Slow Food na Itália, bacharel em Nutrição pela Hunter College, *chef* de cozinha natural pelo Natural Gourmet Institute, Vice-Presidente do Instituto Brasil Orgânico, ativista, escritora e apresentadora; e representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A produção de alimentos para atender toda a população mundial é um grande desafio. Estima-se que, em 2050, a população global terá atingido a marca de 10 bilhões de habitantes. Nesse cenário, o consumo de recursos naturais, em especial a água, para atender as demandas da população global será um grande desafio.

Segundo o relatório The Food Revolution – A Revolução da Comida, em tradução livre –, da empresa pública suíça UBS, "existem inúmeras novas tecnologias que podem ser aplicadas para aumentar a produtividade agrícola, salvaguardando a saúde ambiental e satisfazendo as preferências dos consumidores". Essas tecnologias incluirão soluções biológicas e verticalização da agricultura e serão componentes da chamada quarta revolução industrial. Ainda de acordo com o relatório, a nova revolução agrícola será baseada em cinco megatendências: economia política sob escassez, consumidor da nova geração, saúde e bem-estar, inovação digital e vida sustentável.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem enorme potencial para se destacar no cenário global na produção de alimentos. Se houver vontade política, poderemos aproveitar nossa rica biodiversidade e abundância de recursos naturais para desenvolver sistemas resilientes de produção de alimentos que sejam incluídos e abarquem a riqueza social e cultural do País, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2017, do IBGE, 33% dos produtores rurais do Brasil concentraram 77% da área total de propriedades rurais. Por outro lado, 67% dos produtores são familiares, com propriedades de até quatro módulos fiscais de área e mão de obra essencialmente familiar. Esses agricultores familiares ocupam apenas 23% da área produtiva do País. O Censo Agropecuário de 2017 também mostrou que o aumento da mecanização da agropecuária levou à redução de 1,5 milhão de postos de trabalho no setor. A agricultura familiar emprega mais, produz alimentos saudáveis e traz benefícios ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a agricultura de base familiar é responsável por cerca de 70% da comida que chega às nossas mesas.

Apenas em 2019, tivemos mais de 400 produtos agrotóxicos liberados. De lá para cá, esse número vem aumentando. Esse número assusta, além da quantidade que representa em si, por nos fazer observar que há um claro investimento e incentivo ao uso desses produtos. Os agrotóxicos no Brasil possuem isenção fiscal e seus registros possuem validade indeterminada. Por outro lado, não vemos o mesmo empenho para fortalecer a agricultura familiar sustentável.

Nos últimos cinco anos, o consumo de agrotóxicos no Brasil cresceu 25%. É um dos mercados que mais cresce no mundo. Porém, não há relação entre o aumento de consumo desses produtos e o aumento da produtividade nas lavouras, ou seja, quilograma ou tonelada de produção por unidade de área. Já são cerca de 2,3 mil produtos registrados. Usamos 500 mil toneladas de agrotóxico por ano, ao custo de R\$35 milhões, sendo 35% do uso em plantações de milho e soja.

Em missão no Brasil, Baskut Tuncak, relator da ONU sobre a liberação de venenos, disse, aspas: "O Brasil está em um caminho íngreme de regressão rumo a um futuro muito tóxico. As ações ou a falta de ação do Governo liberaram uma onda catastrófica de pesticidas tóxicos, desmatamento e mineração que vão envenenar as gerações futuras, caso ações urgentes não sejam adotadas", fecho aspas – afirmou o emissário.

Entre os dez agrotóxicos mais utilizados no Brasil, três são proibidos na União Europeia. Um deles, à base de acefato, foi proibido em 2003, porque é extremamente neurotóxico. Em 2013, a Anvisa reavaliou este produto, e o resultado foi conferido em nota técnica atestando sua neurotoxicidade. Apesar disso, o uso do acefato continua sendo permitido no Brasil. O glifosato representa um percentual dos agrotóxicos comercializados no Brasil. A IARC, desde 2015, indica o produto como potencialmente cancerígeno para seres humanos. No Brasil, foram encontradas amostras de água com limite 5 mil vezes superior ao citado pela IARC.

Em setembro de 2019, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina encomendou uma investigação sobre a influência de agrotóxicos para as populações de abelhas. O resultado indica que 50 milhões de abelhas morreram no Estado devido ao uso destes produtos. Santa Catarina é um dos maiores produtores de mel do País. Um dos agentes principais apontado como causador das mortes é o fipronil, muito utilizado no cultivo da soja, proibido em países como Vietnã, Uruguai e África do Sul. Vale lembrar que as abelhas polinizam uma boa parte das espécies usadas para alimentação. Sem abelhas, não existe comida.

Teoricamente, a Anvisa realiza um programa de análise e monitoramento dos agrotóxicos no Brasil. O último programa com resultados divulgados ocorreu em 2015, e não houve avaliação do glifosato e do 2-4D. A Anvisa realiza a avaliação apenas em produtos frescos, não considerando os industrializados,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como, por exemplo, papinhas para crianças. A exemplo, no Reino Unido, esse monitoramento é realizado em todos os alimentos de consumo humano, infantil e adulto, e animal. Com um monitoramento ineficiente, não há dados suficientes para avaliar os riscos para saúde humana. Sem dados, fica mais fácil defender esse modelo de agricultura. Soma-se a isso o desmonte em nossas instituições de pesquisa. O caminho fica livre para as maiores empresas fabricantes de agrotóxicos da Alemanha, China e Estados Unidos.

Os alimentos não são mais considerados por sua importância como base para vida humana e se converteram em bens na bolsa de valores. Nossos recursos naturais, como nossa água, são convertidos em *commodities* com valores definidos em bolsas de valores em todo o Planeta. Não há mais a relação com a nutrição humana e a valorização dos sistemas tradicionais de cultivo e extrativismo. O Brasil importa feijão, um item tradicionalmente comum nos nossos pratos. Em nosso País, todos os dias, 15 pessoas morrem por desnutrição, conforme dados do Datasus de 2017.

Pelo mundo, há novos modelos de economia voltados para sustentabilidade, novas lideranças e diversos avanços tecnológicos. A Alemanha pretende investir 25% do seu PIB em bioeconomia, entendendo que esse será o caminho da economia do futuro. Nas convenções de clima, assistimos à jovem Greta Thunberg nos ensinando como devemos olhar para o Planeta. Nos Estados Unidos, pesquisas financiadas por Bill Gates criaram a chamada carne vegana, produzida a partir do DNA de qualquer animal, reproduzida em laboratório, sem a necessidade de criar o animal e abatê-lo.

Como vamos garantir a alimentação saudável, sem riscos à saúde humana, o acesso à água e os direitos básicos à toda a nossa crescente população sem destruir o Planeta? Por definição, chamamos de recursos renováveis, mas até que ponto são renováveis? Qual o grau de resiliência dos sistemas e recursos que tanto exploramos?

Pilar Santacoloma, Oficial de Sistemas Alimentares da FAO, afirma que – aspas – “a persistência da insegurança alimentar e nutricional em nível global destaca a necessidade de mudanças para sistemas alimentares sustentáveis que garantam uma dieta saudável para as gerações atuais e futuras” – fecho aspas.

No sentido de debater os argumentos aqui apresentados, requeiro a realização de audiência pública no âmbito do Junho Verde do Senado Federal, como forma de trazer à população brasileira e aos Senadores e Senadoras elementos para repensarmos a produção de alimentos em nível nacional.

É este o requerimento, Sr. Presidente, assinado por V. Exa., Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– E por V. Exa. também.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica convocada reunião remota para segunda-feira, 7 de junho, às 13h30, a fim de realizarmos a audiência pública a que se refere o requerimento que acaba de ser lido pelo Senador Contarato, no âmbito já do Junho Verde.

Requerimento nº 15, de 2021, não terminativo, de minha autoria.

Procedo à leitura – e peço aos colegas que forem fazer a leitura de seus requerimentos que possam ler só o extrato, não é preciso ler toda a justificativa do requerimento, apenas o extrato.

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 15, DE 2021
- Não terminativo -





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam realizados estudos, no âmbito da Comissão do Meio Ambiente, para elaboração de arcabouço legislativo compreensivo que apresente ao país um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Requeiro, nos termos do art. 89, IX e X, combinado com o art. 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam realizados estudos no âmbito da Comissão do Meio Ambiente para elaboração de arcabouço legislativo compreensivo que apresente ao País um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Fundamentação:

Art. 89. Ao Presidente de comissão compete:

.....

IX - solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos para estudo de determinado trabalho, sem prejuízo das suas atividades nas repartições a que pertençam;

X - convidar, para o mesmo fim e na forma do inciso IX, técnicos ou especialistas particulares e representantes de entidades ou associações científicas;

.....

Art. 90. Às comissões compete:

.....

XI - estudar qualquer assunto compreendido nas atribuições do Senado, propondo as medidas legislativas cabíveis;

.....

Esse é o requerimento no sentido exatamente de nós robustecermos a nossa legislação ambiental.

Aqueles que concordam permanecem como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Fica convocada a reunião remota para segunda-feira, 14 de junho, às 9h, a fim de realizarmos a instalação do fórum, que acabamos de aprovar, da geração ecológica da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Eu explico aos colegas que a ideia, evidentemente, é fazer a *(Falha no áudio.)* ... entre a democracia representativa, que aqui é representada por cada um de nós, e a democracia participativa, socorrendo-nos de especialistas da sociedade civil, de organizações que estudam os temas, para que possamos oferecer, evidentemente, submetendo a votos do Senado e da Câmara dos Deputados, uma legislação que prepare o Brasil para o que eu chamo de uma guinada verde, que acontece nos Estados Unidos, na Europa, na China, no mundo inteiro. Ou é o Green New Deal, ou é a civilização ecológica, no caso da China, ou é o grande impulso da sustentabilidade protagonizado pela Cepal, instituição da ONU. E, portanto, eu creio que não há como nós nos descolarmos dessa agenda ambiental. É nesse sentido a ideia desse fórum de que faremos a instalação no dia 14 de junho, com o convite a várias pessoas da sociedade civil de notório saber nessa área, para que possamos trabalhar esse arcabouço legislativo.

Senadora Leila, V. Exa. tem a palavra.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – É apenas para, quando chegarmos... Desculpe interromper, mas é porque eu estou aqui no Senado acompanhando a CPI e vou falar. Serei uma das... Depois do Senador Luis Carlos Heinze. Chegando à terceira parte, eu gostaria... O meu requerimento é o item 4, Requerimento nº 10. Pergunto se poderíamos fazer a inversão, pois está na terceira parte, para que eu possa ler e depois ir fazer os meus questionamentos à Dra. Luana, que é a depoente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k. Se V. Exa. preferir, eu posso também subscrever e fazer a leitura do seu requerimento, mas, se V. Exa. tem essa vontade de fazê-lo, pode ler o requerimento da sua autoria.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não. Eu não vejo problema. É porque, na verdade, no requerimento, analisando com a minha equipe, eu queria colocar mais um convidado, queria a inclusão de mais um importante convidado no requerimento. Se o senhor puder fazer a inclusão nesse requerimento e ler para mim, subscrever para mim, será uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Quantos convidados já estão no seu requerimento?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho que já tem um, dois, três... São doze. Com esse, treze. Acho que nós precisaríamos de mais de uma audiência. Seriam duas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Era isso que eu iria sugerir – até sugeri já, de antemão, a todos os colegas. Eu creio que, se nós quisermos realmente aproveitar e aprofundar a audiência pública, eu acho até deselegante a gente convidar uma pessoa (*Falha no áudio.*) ... e acaba que, se a pessoa foi convidada, seguramente, é pelo conteúdo que tem sobre a matéria.

Então, não há nenhum problema em incluir mais um. Passariam a ser 13. Se V. Exa. concordar, eu dividiria em três sessões a mesma audiência, não necessariamente no mesmo dia, de tal forma que a gente pudesse dar 20 minutos para cada um, portanto, quatro ou cinco numa audiência nós podemos ter. Porque eu acho muito desagradável: você chama uma pessoa de notório saber e diz: "V. Exa. tem dez minutos". A pessoa não consegue nem desenvolver seu raciocínio. Então, eu queria ponderar isto com os colegas: que a gente... Porque depois que cada um fala por 20 minutos, há as perguntas dos Senadores, há as perguntas que, muitas vezes, entram pela via da *web*, e depois tem que voltar a eles. Então, para a reunião também não ficar muito extensa, acabam as pessoas saindo...

Se V. Exa. quiser ler o requerimento agora, não há problema nenhum. Se quiser, também posso aguardar o seu retorno, ou eu subscrever o seu requerimento e lê-lo já com a inclusão do 13º nome, mas que a gente faça a divisão, vamos dizer, em três sessões – quatro, quatro e cinco –, para que a gente possa aproveitar os convidados preconizados no requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito. Se o senhor não se importar, eu posso ler rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pode.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... o requerimento e vou para a CPI. Se os colegas também permitirem...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É o mínimo que eu posso fazer como gentileza.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muito obrigada, Presidente. Obrigada a todos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Posso ler então?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para encaminhar.)

– Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de instruir a discussão acerca do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, que “institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências”, e que se encontra sob nossa apreciação.

Para tanto, sugiro os seguintes convidados:

- Representante do MDR, do Ministério do Desenvolvimento Regional;
- Deputado Federal Rogério Correia;
- Representante do Ministério das Minas e Energia;
- Deputada Estadual Beatriz Cerqueira;
- Representantes da Agência Nacional de Mineração;
- Sra. Tchenna Maso, do Movimento dos Atingidos por Barragens;
- Representante da ANA (Agência Nacional de Águas);
- Sr. Gabriel Faria Oliveira, da Defensoria Pública da União;
- Representante do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração);
- Sr. Edmundo Antônio Dias Netto, do Ministério Público Federal de Minas Gerais;
- Representante do Instituto Acende Brasil;
- Sra. Manoela Carneiro, do Centro de Direitos Humanos e Empresas.

A justificação.

O PL em apreço dispõe sobre um assunto de enorme importância para a sociedade brasileira, ao buscar instituir uma política nacional de direitos das populações atingidas por barragens.

Entretanto, por se tratar de um tema de elevada complexidade, na condição de Relatora da matéria parece-me fundamental o aprofundamento e a qualificação do debate, de forma que requeiro a realização de audiências públicas para a instrução da matéria.

Sr. Presidente, o PL 2.728 tem impactos significativos nos setores, como o da energia elétrica também, de mineração e abastecimento de água. Entendo que a lista de convidados é grande e que possivelmente precisaremos – como o senhor já deu a sugestão – dividir as audiências.

Reavaliando, nós chegamos à conclusão de que nós necessitamos da presença de um representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine).

Para tanto, eu peço o apoio de todos os pares e agradeço a atenção de todos.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Seu áudio está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– É.

O que eu ia solicitar a V. Exa. é que depois a sua assessoria entrasse em contato com a Secretaria da Comissão de Meio Ambiente – evidentemente há conexões diferenciadas entre os palestrantes –, de tal forma que se agrupasse ou por tema que cada um vai *(Falha no áudio.)* ...que depois alguém da assessoria fizesse contato com a nossa Secretaria da Comissão, de tal forma que a gente pudesse fazer, eu sugeriria,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

três blocos – quatro, quatro e cinco –, para que a gente possa aproveitar melhor a presença dos convidados.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeita a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em votação o requerimento lido agora pela Senadora Leila.

3ª PARTE

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 10, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de instruir a discussão acerca do Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, que “institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências”.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada! Muito obrigada! Agradeço a todos.

Estou indo, então, lá para a CPI. Um beijo para todos. Saudades!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Boa sorte!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para encaminhar.) – Bom, voltando à organização anterior, passo à leitura do Requerimento nº 14, de minha autoria.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública (*Falha no áudio.*) ... ecológica justa e inclusiva no Brasil.

2ª PARTE

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 14, DE 2021

- Não terminativo -

Requer realização de Audiência Pública na CMA para debater uma Transição Justa: Estratégias para uma Recuperação Sustentável

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Na verdade, será mais um debate, por acaso, essa audiência de fechamento do Junho Verde, exatamente para debater com especialistas da área, para que nós possamos trabalhar essa matéria. Então, isso tudo eu estou colocando dentro do escopo do próprio Junho Verde.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Fica convocada para o dia 30 de junho, às 11h, essa audiência pública que encerrará a programação do Junho Verde.

Nessa convocação, nós vamos ter a participação (*Falha no áudio.*) ... Argentina e membros da ONU, ou seja, é para nós podermos beber um pouquinho da experiência do mundo inteiro acerca dessa pauta, que eu chamo de guinada verde, que está acontecendo no mundo inteiro. E creio que o Brasil ainda está muito tímido nesse tema.

O próximo item da pauta é um requerimento de autoria do Senador Carlos Fávaro, que marcou presença, mas não pode estar aqui. Então, eu o subscrevo para poder fazer a leitura.

Passo à leitura do requerimento de autoria do Senador Carlos Fávaro. (*Pausa.*)

Ah, perdoe! É que eu tinha recebido sua demanda.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu já ia... Estou vendo que V. Exa. está no carro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Estou me deslocando.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como manda a regra, está com o cinto de segurança.

Mas tenho o maior prazer em ouvi-lo na leitura do seu requerimento.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Se o senhor puder... Eu demoro alguns minutos a chegar ao meu escritório. Se puder determinar alguém *ad hoc* para fazer a leitura... Eu estou acompanhando a nossa Comissão, os trabalhos da nossa Comissão, e estou à disposição. Em poucos minutos, estou no meu escritório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O senhor prefere que eu salte, para que V. Exa., quando chegar ao escritório, faça a leitura pessoalmente?

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Pode ser também. Pode ser também.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Então, eu vou passar para outro item.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Pois não, Líder Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – O item 2 – é de minha autoria o requerimento – trata do mesmo assunto abordado pelo Senador Carlos Fávaro. Trata-se de discussão sobre um PDL de nossa autoria, da Bancada do PT, que questiona a Instrução Normativa nº 01. O meu requerimento é, na verdade, um complemento ao requerimento do Senador Carlos Fávaro, com pessoas para participar desse debate.

Então, eu acho que os dois requerimentos têm que ser colocados em votação conjunta, ou, se o Carlos Fávaro no seu pronunciamento aceita os nomes, a gente já aprova de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Não há problema. Eu vou aguardar o Senador Carlos Fávaro chegar ao seu gabinete, ao seu escritório. Evidentemente, o normal seria aprovar, primeiro, o requerimento da audiência pública para, depois, nós colocarmos em votação. Se o próprio Senador Carlos Fávaro entender de acolher a demanda da inclusão... Eu só repetiria o que eu disse à Senadora Leila: como eu estou vendo que aqui nós ultrapassaremos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quatro ou cinco palestrantes, eu vou pedir à Secretaria depois que, em diálogo com a assessoria (*Falha no áudio.*) ... possam fazer a aglutinação dos convidados.

Repito: eu acho que a gente vai render melhor se fizer audiências públicas oferecendo pelo menos 20 minutos para cada palestrante; depois os questionamentos; e depois voltam os palestrantes.

Então, Senador Carlos Fávaro, quando V. Exa. estiver em condições, é só me anunciar. Se a reunião tiver chegando ao final e V. Exa. não tiver chegado, eu estarei subscrevendo e colocando em votação de qualquer forma. Combinado?

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Pois não.

Passo ao Requerimento nº 7, de 2021, de autoria do Senador Zequinha Marinho.

Eu indago se o Senador Zequinha Marinho está lincado na nossa reunião?

Zequinha Marinho. Vê se ele está aí. (*Pausa.*)

Bom, como eu não dialoguei com o Senador Zequinha Marinho, não vou tomar a dianteira de subscrevê-lo. Vou aguardar, se ele...

O nº 10 nós já lemos, foi de autoria...

E agora o Requerimento nº 11, de 2021, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

3ª PARTE

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 11, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 3.729, de 2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e dá outras providências.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Senador Veneziano, V. Exa. tem a palavra para a leitura do requerimento. Eu lhe pediria que pudesse ler o extrato do requerimento, eventualmente, ou, se V. Exa. achar necessário, a leitura completa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para encaminhar.) – Não, Presidente. De maneira bem objetiva, até porque esse assunto foi tratado em um momento em que nós nos reuníamos em sessão plenária, logo em seguida à aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 3.729, que versa sobre o que nós entendemos e identificamos como licenciosidades em termos de – desculpe a repetição – licenciamentos ambientais.

Então, naquela oportunidade, eu dei conhecimento à Presidência – e, logo em seguida, conversando com V. Exa., como Presidente desta douta Comissão – que era, penso eu, fundamentalmente necessário que nós nos debruçássemos, com um debate mais amplo, sobre essa matéria, que nos preocupa a todos. E, desde o início desta reunião, nós temos abordado essas preocupações nas comemorações, na sua ideia, alusivas ao Junho Verde, em políticas ambientais, em trazer novas experiências, enfim, tudo convergindo a um sentimento que é compartilhado por todos.

Então, o nosso requerimento é para que nós façamos um debate amplo. Eu aqui não especifiquei, até porque, como imagino, a própria Comissão, com cada um dos senhores e senhoras, poderá trazer sugestões para que nós ouçamos pessoas da sociedade civil, representantes de entidades que tratarão sobre esse tema. Então, eu deixei em aberto.

Requeri, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei. nº 3.729,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ao qual fiz rápidas menções, por ser despidendo fazer detalhamentos maiores em face do conhecimento público que essa matéria se permitiu dar através de todos os veículos de comunicações em nível nacional, em nível estadual e municipal. É o Projeto 3.729, de 2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e dá outras providências.

Fiz uma justificação, Sr. Presidente, mas, como eu me comprometi com V. Exa., não será necessário, até por sugestão sua, nós nos alongarmos. Esse é o sentido do requerimento, pedindo a V. Exa. que pudesse ser aberto um prazo para que os interessados, Senadores e Senadoras, pudessem sugerir participantes a esta ou a estas audiências, como bem tem ponderado V. Exa., dividindo, compartimentalizando para, em respeito aos convidados, podermos ter reuniões e audiências mais bem aproveitadas.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Senador Veneziano, eu aproveito, primeiro, para parabenizá-lo.

V. Exa. (*Falha no áudio.*) ... fez uma manifestação imediatamente após a aprovação do texto desse projeto de lei, na Câmara dos Deputados, da modificação de todo o regramento do licenciamento ambiental no Brasil. E eu, inclusive, estive pessoalmente com o Presidente da Casa, Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, e discuti com ele – e ainda não obtive a resposta definitiva – que esse projeto, mesmo que no sistema semipresencial, passasse efetivamente, tramitasse efetivamente para a designação de Relator na Comissão de Meio Ambiente.

Eu insisto nessa matéria. O Brasil já está com imagem bastante comprometida no mundo sobre essa questão ambiental, então eu creio que o Senado da República e a Câmara dos Deputados, a despeito da posição e da base de sustentação do Governo, tem que ter essa preocupação.

E eu falo aqui e repito: não (*Falha no áudio.*) ... centralidade a pauta ambiental, e o Brasil, seja através do Executivo ou agora, através da aprovação dessa modificação no licenciamento ambiental brasileiro, fique de costas para o mundo. Praticamente, eu diria assim, é um tapa na cara do mundo porque nós vamos, parece, que galopando, como se não houvesse nenhuma força interna aqui.

Nessa conversa que eu tive com o Presidente do Senado da República, que ainda não se posicionou sobre a possibilidade de uma tramitação efetiva com mais de uma audiência pública sobre o tema, com debate mais aprofundado... Até porque eu entendo que, em tempos de pandemia, nós deveríamos estar discutindo questões que se mostrem emergenciais ou, pelo menos, urgentes para a pauta legislativa brasileira. Não me parece que um projeto como esse (*Falha no áudio.*) ... foi aprovado, que agora nós iremos fazer todas essas modificações.

Então, eu pedi a ele e – cheguei a comentar, eventualmente, para não se dizer que se coloca como Relator alguém de uma posição já pré-fixada – citei o nome de V. Exa., citei o nome do querido Vice-Presidente, apesar de tão atarefado com as matérias da Covid, o Senador Confúcio, até pela origem de um Estado amazônico, para que a gente pudesse fazer um debate melhor.

Então, eu saúdo a iniciativa rápida de V. Exa. Eu acabei ladeando V. Exa., por isso tomei essa iniciativa com o Presidente, e aguardo a posição do Presidente do Senado para ver se a gente tem uma tramitação na CMA, com a designação do Relator, para que possamos aprofundar, porque, ao fim e ao cabo, quando se leva a matéria diretamente ao Plenário, o tempo (*Falha no áudio.*) ... muito curto, e muitas vezes podemos estar cometendo alguns equívocos.

Então, eu vou submeter, primeiro, para depois abrir o prazo para indicação e sugestões, aos Srs. Senadores e Senadoras, de nomes para as audiências públicas, se eventualmente for mais de uma, para debater esse tema.

Coloco em votação o requerimento apresentado, lido pelo Senador Veneziano.
Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Eu percebo a presença, já, na sala, do Senador Carlos Fávaro.

Deixe-me só voltar ao seu item.

Pronto.

Requerimento nº 1, de 2021, de autoria do Senador Carlos Fávaro (*Falha no áudio.*)

... aditado pelo Senador Paulo Rocha, de ampliação do número de convidados.

3ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 1, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater a Instrução Normativa Conjunta FUNAI/IBAMA nº 01/2021, em que o PDL 96/2021 pretende sua sustação.

Autoria: Senador Carlos Fávaro (PSD/MT)

Senador Carlos Fávaro, V. Exa. tem a palavra.

Líder Zequinha, o seu microfone está aberto. (*Pausa.*)

Obrigado.

Senador Carlos Fávaro.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência; demais colegas Senadores, também agradeço a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. merece.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para encaminhar.) – Muito obrigado. Obrigado. Pelo deslocamento, acabei me atrasando para a reunião da nossa Comissão.

Vamos lá. Vou à leitura, rapidamente, para não perdermos tempo.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de debater a Instrução Normativa Conjunta Funai/Ibama nº 01/2021, em que o PDL 96/2021 pretende sua sustação.

Proponho, para a audiência pública, a presença dos seguintes convidados:

– Sr. Marcelo Augusto Xavier da Silva, Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai);

– Sr. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). E, aqui, Sr. Presidente, quero fazer um parêntese, em função do afastamento – não sei como está a situação hoje –, para que possamos convidar, então, o Presidente em exercício ou o próximo Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Nós sabemos que, por conta da operação, houve o afastamento do Presidente Eduardo Bim;

– Sr. Arnaldo Pareci, líder indígena da etnia pareci;

– e Sr. Jocélio Xucuru, líder indígena da etnia xucuru.

Vamos à justificação.

Lideranças indígenas de diferentes etnias vêm declarando apoio à Instrução Normativa Conjunta 01/2021. A medida publicada no dia 24/02/2021 pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) contém normas específicas





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para o licenciamento ambiental de projetos indígenas e busca trazer mais agilidade, transparência e segurança jurídica aos processos.

A construção do normativo ocorreu após estudos da fundação e partiu da necessidade de condições específicas para atender à demanda indígena em projetos de etnodesenvolvimento, bem como para estabelecer um rito próprio entre Funai e Ibama no intuito de dar maior clareza e segurança jurídica e técnica ao processo de licenciamento ambiental das atividades realizadas pelas comunidades.

Sala da Comissão, 2 de março de 2021.

Senador Carlos Fávaro.

Sr. Presidente, eu considero também relevante, como o senhor havia falado, acrescentar os pleitos do Senador, do Líder Paulo Rocha, e segmentar para que nós possamos ter audiências públicas mais proveitosas – vários convites para que nós possamos, de fato, debater esse assunto tão relevante para o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu, então, demando a V. Exa. e V. Exa. acolhe, nos termos do Requerimento nº 9, apresentado pelo Senador Paulo Rocha, os demais membros. E eu faço só a leitura de tal forma que fique claro para a Comissão: a Sra. Joenia Wapichana, Deputada Federal; a Sra. Deborah Macedo Duprat, advogada e ex-Vice-Procuradora-Geral da República; o Sr. Eloy Terena, assessor jurídico da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; a Sra. Puyr Tembê, coordenadora da Organização dos Povos Indígenas do Pará e representante da Ascema Nacional (Associação Nacional de Servidores da Carreira de Especialista de Meio Ambiente); e o Sr. João Pedro da Costa, ex-Senador e ex-Presidente da Funai.

3ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 9, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao REQ 1/2021-CMA, que tem por objeto a realização de audiência pública para debater a Instrução Conjunta FUNAI/IBAMA nº 01/2021, em que o PDL 96/2021 pede sua sustação, sejam incluídos como participantes no rol de debatedores os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Então, acolhido.

Senador Paulo Rocha, V. Exa. gostaria de se manifestar? (*Pausa.*)

Abra só o seu microfone, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Presidente, é muito importante esse debate, principalmente essa forma como o atual Governo está tentando legislar, principalmente em temas muito importantes através dessa questão de instrução normativa que mexe com um tema que envolve essa questão de terras indígenas e questão ambiental.

É fundamental a gente aprofundar isso porque, ao mesmo tempo em que ele põe uma instrução normativa, ele incentiva os garimpeiros, etc., a invadir terras para poder também garimpar dentro de terras indígenas sem nenhuma organização. Isso gera conflitos, como está acontecendo já lá pela





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, em que, na semana passada, houve queima de barracos, das tabas e das ocas dos indígenas, nessa questão da disputa com os garimpeiros.

Então, esse tema é fundamental para a gente ter um mínimo de ordenamento jurídico, uma vez que essa questão de demarcação de terras indígenas, esse tipo de legislação, é fundamental, porque isso vem da Constituição. Fazer essas mudanças através de instruções normativas, portarias, decretos... Por isso é que nós entramos com um PDL, que tomou o número de 96, para sustar exatamente esta instrução normativa.

Então, por isso esse debate, aproveitando o requerimento do Senador Carlos Fávaro, que, realmente, se envolve também nesse debate, nessa questão de terras, etc., e vem de um Estado que também tem essas características, como o nosso lá do Pará, enfim, dos Estados mais lá de cima, da Amazônia. Então, é fundamental esse debate.

Por isso que eu... À medida que... Ele, por exemplo, afirma que lideranças indígenas vêm declarando o apoio. Isso é verdade. Há lideranças que estão declarando apoio, mas há outras lideranças que são contra. Por isso que eu acrescentei, Carlos Fávaro, essas outras lideranças também indígenas para poder fazer o debate e o contraponto, para a gente até entender qual é a divergência entre eles para a gente poder assegurar uma legislação capaz de assegurar a produção, mas, ao mesmo tempo, proteger as suas terras.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, então, a única coisa que eu pediria... Primeiro vamos aprovar em conjunto (*Falha no áudio.*) ... acolhidas as sugestões do Requerimento nº 9, do Senador Paulo Rocha, de ampliação dos convidados, que eu acho que não traz nenhum prejuízo, só traz amadurecimento da matéria.

Evidentemente, como a matéria é controversa. Eu creio que os colegas Senadores talvez tenham lido sobre as agressões que sofreram funcionários do Ibama naquela região. Supõe-se que tenham sido por garimpeiros ilegais na região; ou seja, é um tema polêmico, um tema que também atrai a atenção nacional e internacional. Então, nós aprovaríamos o Requerimento nº 1 e o Requerimento nº 9.

E eu pediria aos dois Senadores, Carlos Fávaro e o Líder Paulo Rocha, que pudessem, ou pessoalmente, ou via suas assessorias, tentar compor, na medida em que serão mais do que quatro, para pelo menos duas reuniões, e aí eu vou (*Falha no áudio.*) ... atinente sobre uma determinada matéria. Eu acho até interessante, em vez de trazer todo mundo que vai falar num sentido, talvez trazer dois que falem em um sentido e dois que falem no sentido contrário, e, dessa forma, os Senadores poderem... Debate para mim não faz mal a ninguém, desde que feito dentro das características da democracia.

Então, eu coloco em votação o Requerimento nº 1, de autoria do Senador Carlos Fávaro, e o nº 9, de autoria do Senador Paulo Rocha, já absorvido pelo Senador Carlos Fávaro.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, então, os Requerimentos nº 1 e 9.

Eu peço, então, a gentileza dos dois Senadores de, em contato com a Secretaria da CMA, fazerem os agrupamentos. Eu creio que duas reuniões serão interessantes. Se o Presidente do Ibama estiver impossibilitado, nós chamaremos alguém do Executivo ou o Presidente interino, de tal forma que possamos viabilizar as reuniões.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT) – O.k.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Líder Paulo Rocha e todos os demais colegas, pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado a V. Exas.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho, V. Exa. está lincado para a leitura do Requerimento nº 7, de sua autoria? *(Pausa.)*

Senador Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Bom, o Requerimento nº 10, da Senadora Leila, já foi lido, o Requerimento nº 11, do Senador Veneziano, também.

Requerimento nº 13, de autoria do Senador Jean Paul Prates.

Senador Jean Paul Prates está lincado? *(Pausa.)*

Senador Jean, do Requerimento nº 13...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Senador Jean Paul... Ah, ele entrou. Ele entrou, porque...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já está presente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meus amigos, eu estou na CPI, estou em silêncio aqui.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ele está na CPI e tinha me pedido para entrar. Mas não sei se vai.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se V. Exa. quiser subscrever e lê-lo. É que eu estou vendo ele já presente na sala. Senador Jean Paul, V. Exa. tem condições de ler o requerimento?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou impossibilitado de ler agora, porque é a minha vez de falar aqui, Senador Jaques.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está bom.

Senador Paulo Rocha, então, V. Exa. subscreve o Requerimento nº 13, de autoria do Senador Jean Paul?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E peço a V. Exa. que faça a leitura do extrato do requerimento.

3ª PARTE

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 13, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a MPV 1031/2021, que “dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requieiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Medida Provisória 1.031, que “dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras e altera a Lei 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei 10.438, de 26 de abril de 2002”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Carlos Machado, técnico do Dieese; a Sra. Clarice Ferraz, Diretora do Instituto Ilumina; a Sra. Fabíola Antezana, Coletivo Nacional dos Eletricitários; o Sr. Gilberto Cervinski, Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens; o Sr. Gustavo Teixeira, assessor do Coletivo Nacional dos Eletricitários; o Sr. Maurício Tolmasquim; o Sr. Nelson Hubner; o Sr. Vicente Andreu, ex-Presidente da Agência Nacional de Águas; o Sr. Mozart Bandeira Arnaud, ex-Presidente da Chesf.

Não sei se os colegas querem acrescentar algum nome que represente mais diretamente o Governo. A gente ficaria aberto pelo menos à sugestão de um. Não sei se há alguém lá que poderia... Para fazer também esse debate. Como o outro tema passado, este debate está sendo muito forte aqui, no interior do Congresso. Já houve uma reunião na Comissão de Direitos Humanos. Hoje, houve essa sessão no Plenário virtual do Senado sobre essa questão em comissão geral. Nós estamos propondo também que haja esse debate numa Comissão importante, porque essa questão de energia ou de opção de buscar a energia alternativa tem impactos ambientais, como as questões das grandes reservas de águas. E agora, no Nordeste, com a implantação de eólicas e também das fotovoltaicas, que também ocupam áreas extensas de terra, há impactos ambientais nas terras grandes e na terra dos pequenos produtores.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Paulo Rocha e Senador Jean Paul, eu, como Presidente desta Comissão, queria dizer (*Falha no áudio.*) ... a esse requerimento, porque, apesar de que a MP que trata da desestatização da Eletrobras tem várias consequências, inúmeras consequências, uma delas, sem dúvida nenhuma – não sei se a mais importante, mas, sem dúvida nenhuma, extremamente relevante –, é em relação ao meio ambiente. E eu cito porque barragens, o próprio Rio São Francisco, o rio da integração nacional, que pede por socorro já há anos... Portanto, quem passará a monitorar as águas do São Francisco se todas as hidrelétricas na sua extensão forem privatizadas ou passarem para o controle privado? Nada contra a convivência do público com o privado. Eu, quando Governador da Bahia, tive a oportunidade de lançar vários projetos em parceria público-privada, mas setores, por exemplo, como mananciais hidráulicos, hídricos, aliás, não podem ser deixados aos interesses daqueles que têm como foco central o retorno no seu investimento.

Então, nesse sentido, eu acho que o texto aprovado pela Câmara introduziu o que se convencionou chamar na nossa linguagem congressual de jabutis, eu diria que alguns jabutis bem pesados, bem grandes, indo de novo na contramão de tudo que o mundo está falando. O mundo está fazendo uma moratória das térmicas a óleo e a gás exatamente para diminuir a emissão, e nós aqui estamos reservando um volume imenso de estoque, de reserva, para rodar exatamente as térmicas a gás ou a óleo.

Então, eu acho que vem em boa hora essa iniciativa do Senador Paulo Rocha e eu colocarei em votação o requerimento apresentado.

Não sei se algum Senador pretende se manifestar. Se não, eu passo à votação.

Senador Veneziano com a palavra.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, apenas para reforçar em suas palavras o sentimento que eu nutro, claro que com bem menos experiência e bem menos formação intelectual do que V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. é muito humilde!





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não, sou verdadeiro de sentimento e autêntico, e tenho plena compreensão do meu tamanho.

Mas eu queria dizer a V. Exa., na esteira do que foi proposto pelo nosso querido Jean Paul e que foi defendido pelo não menos querido e irmão Paulo Rocha, que hoje nós tivemos, durante três horas, pelo menos, Presidente Jaques Wagner, um bom debate com expositores que trouxeram luzes e nos ajudaram tremendamente a descortinar ainda mais essa realidade a qual estamos muito próximos de enfrentar, que é esse debate da Medida Provisória 1.031. Então, eu quero reforçar a minha convicção de que estamos no caminho certo, pela resistência.

Até aproveito aqui a presença do meu, nosso irmão Fabiano Contarato, que é um vívido apaixonado pelas causas ambientais, do meu querido amigo Carlos Fávaro, do Senador Confúcio, para que nós mergulhemos sobre todo esse estoque de material que está sendo disponibilizado, para que nós, de fato, tenhamos plena consciência do que está sendo desejado pelo Governo Federal.

É muito grave, Presidente! E aqui não estamos nós a fazer discursos ou posicionamentos ideologizados, absolutamente não é isso. A proposta de privatização da Eletrobras, que vai desde a perda da soberania aos custos, que vão ser quase que em média de 15% a mais tanto para o consumidor, pessoa física... Dois dos expositores, Presidente e meus companheiros – o Paulinho observou isso conosco e o Senador Jean, até porque foi Jean quem presidiu esta reunião –, representavam as indústrias brasileiras, um destes representando 40 entidades do setor industrial, Senador Carlos Fávaro. Então, daí V. Exa. saber, imaginar que essa proposta, que foi inclusive piorada, conseguiu ser piorada gravemente, lá na Câmara Federal, com a inclusão de exigências para que seja reservada a aquisição de termelétrica, energia que é muito mais cara... Diz diretamente, Presidente Jaques Wagner, àquilo que nós tratamos na Comissão de Meio Ambiente, ou seja, o mundo está descarbonizando ou, pelo menos, há intenções de descarbonizar-se, e a gente está aqui, através dessa medida, fazendo o inverso, além de outros graves, perniciosos e iminentes prejuízos que poderão estar sendo trazidos, de maneira consumativa.

E o que mais me preocupa, para finalizar, é que o Governo não dá sinalizações de entender e de fazer esse melhor debate. A medida provisória tem como prazo fatal o dia 22, portanto, vencida esta semana, dia 7, segunda-feira, serão poucos dias, e aí temos que correr para tentar sensibilizar o colégio de Senadoras e Senadores para os riscos que, de fato, estamos a correr.

Obrigado e parabéns a Jean, parabéns a Paulo, parabéns, Presidente, por essa preocupação para a gente tentar, nesse curtíssimo, exíguo prazo que nós temos, quem sabe, promover um debate que ajude no convencimento dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Carlos Fávaro, V. Exa. tem a palavra. Eu vi que levantou a mão.

O SR. CARLOS FÁVARO (PSD - MT. Para discutir.) – Mais uma vez, muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aproveitar e fazer coro às palavras e parabenizar o requerimento do Senador Paulo Rocha – do Senador Jean Paul, na realidade, lido pelo Senador Paulo Rocha –, parabenizar também a participação e o entendimento do Senador Veneziano e demais membros da Comissão.

Eu acho, Sr. Presidente, não é colocando uma posição minha, de... Não acho tão grave a discussão quanto à capitalização da Eletrobras. Acho que é um assunto pertinente, importante, mas, sim, muito grave. O destino dos recursos dessa capitalização – no inverso, como disse o nosso colega, Líder Veneziano –, usando os recursos dessa capitalização para formas de utilização de fontes fósseis na geração de energia no Brasil, é uma temeridade, um risco na contramão que todo mundo vai, o mundo todo buscando fontes limpas de geração de energias, e muito me preocuparam os termos dessa medida provisória. Não me sinto confortável em votá-la com essa destinação dos recursos, que vai encarecer o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

custo da energia elétrica neste País, que vai ser mais poluente. Portanto, este debate é um debate que já está bastante aflorado na Bancada do Partido Social Democrático (PSD), liderado pelo nosso Líder Nelsinho Trad.

E, se me permitem, depois eu quero também, fruto dessa audiência pública, convidar os demais colegas para participar, entendendo que nós queremos ter uma posição coesa, mas, com toda certeza, já é um indicativo: da forma que está, nós não temos condições de votar essa medida provisória.

Parabéns a todos que estão levantando esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Obrigado, Senador Carlos Fávaro.

Não sei se mais algum colega... Senador Jean Paul, V. Exa. voltou? Como autor do requerimento já está em condição de dar alguma palavra ou não?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Senador Jaques e amigos colegas desta Comissão, apenas para ratificar as palavras de todos, pela importância desse nosso requerimento, discutir isso do ponto de vista ambiental é fundamental. Existem várias acepções na questão da privatização da Eletrobras e também (*Falha no áudio.*) ... dos jabutis que nela foram históricos – o mercado para PCHs, para termoeletricas a gás. Nós, em suma, estamos à beira de subsidiar...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Essa internet está instável... Desculpe.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... carbono e deixar de subsidiar energia renovável. Portanto, é uma contramão absurda que nós estamos à beira de fazer. Por isso a importância deste debate na CMA.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Antes de votar, apenas vou pedir, Senador Jean Paul... Como a lista de convidados é superior a quatro convidados, depois que V. Exa. puder, que a sua assessoria, com a Secretaria da CMA, possa fazer o agrupamento de tal forma que a gente possa ter um aproveitamento melhor dos convidados.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) –
Perfeito. Faremos, faremos sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Eu sei que V. Exa. está na CPI da Covid. Se puder fechar o seu microfone, eu agradeço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perdão.
Obrigado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.

Eu vou ao Requerimento nº... (*Falha no áudio.*) ... o Senador Fabiano Contarato, como autor do Requerimento nº 16, de 2021.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu vou tomar a liberdade de proceder à leitura dos três. É possível, para economizar o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Pois não.

Solicitei de V. Exa. o 16, o 17 e o 18. Se V. Exa. entende, sem nenhum problema. Eu boto votação em bloco.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

3ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 16, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação dos órgãos ambientais federais e os impactos para o meio ambiente e para a sociedade.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para encaminhar.) – Perfeito.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a situação dos órgãos ambientais federais e os impactos para o meio ambiente e para a sociedade.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Denis Rivas, Presidente da Ascema Nacional (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA); a Sra. Ana Carolina Haliuc Bragança, Procuradora da República no Amazonas e Coordenadora da Força-Tarefa Amazônia; a Sra. Adriana Ramos, Assessora Política e de Direitos Socioambientais do Instituto Socioambiental (ISA); e a Sra. Suely Araújo, ex-Presidente do Ibama.

Não vou proceder à leitura da justificativa. Tudo bem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – São quatro convidados, e esse é um deles.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Dezessete.

3ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 17, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as medidas preventivas que precisam ser tomadas para evitar o aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia, Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica a partir do segundo semestre deste ano.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as medidas preventivas que precisam ser tomadas para evitar o aumento do desmatamento e queimadas na Amazônia, Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica a partir do segundo semestre deste ano.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: o Sr. Luís Gustavo Biagioni, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente; o Sr. Ricardo Vianna Barreto, do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo); a Sra. Alice Thuault, Diretora Adjunta do Instituto Centro de Vida (ICV); a Sra. Ane Alencar, Diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ambiental da Amazônia; e o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

Também solicito a dispensa da leitura da justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Dezoito.

3ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 18, DE 2021

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a poluição por plástico descartável e seus impactos.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para encaminhar.) – Perfeito.

Por último, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a poluição por plástico descartável e seus impactos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: a Sra. Denise Hamú, representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; o Sr. Marcelo Montenegro, autor do *Atlas do Plástico* e Coordenador da Fundação Heinrich Böll; o representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; o Sr. André Barreto, Coordenador do PMP (Projeto de Monitoramento de Praias), da Petrobras, em Santa Catarina.

São esses três requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– O.k.

Algum colega quer se manifestar sobre o tema? (*Pausa.*)

Eu vou colocar em votação.

Eu vou colocar, em bloco, os Requerimentos 16, 17 e 18, todos da autoria do Senador Fabiano Contarato. (*Falha no áudio.*)

... permaneçam como se encontram...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só queria lembrar para incluir...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Queria lembrar só para incluir a poluição por plásticos no calendário do Junho Verde, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Incluir qual?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A poluição por plásticos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– A poluição por plásticos. Sem problema, eu vou combinar com a Secretaria para tentar incluir dentro do mês de junho, de tal forma que faça parte das atividades do Junho Verde.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) –
Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

Eu pergunto se o Senador Zequinha Marinho está lincado, porque, na verdade, da pauta de hoje, é o único requerimento que ainda não foi lido e votado.

Senador Zequinha Marinho. *(Pausa.)*

Aqui, pela nossa norma, o autor tem que estar presente para a leitura. *(Pausa.)*

Bom, não há prejuízo do requerimento, que pode ser votado, evidentemente, em outra reunião.

Bom, não havendo mais nada a tratar, eu quero apenas agradecer a presença de todos os colegas para esta nossa reunião, reforçar e também pedir.

Nós estamos no segundo dia do mês de junho, dia 5 é exatamente o Dia Mundial do Meio Ambiente, e eu queria reforçar o que já disse para vários colegas: eu acho que os extremos não nos levarão a um bom caminho e eu espero que a maturidade de todos os colegas possa subsidiar nossas decisões no sentido de continuarmos com a convicção individual, que é sempre bem-vinda. Que a gente possa submeter nossas convicções ao debate franco, aberto, com argumentos e não com ofensas, de tal forma que a gente possa produzir uma síntese que viabilize.

Eu quero reafirmar – já dizia isso quando Vice-Presidente, o que muito me orgulhou, do Senador Fabiano Contarato – que o meio ambiente depende de bom senso. Não se trata de uma pauta de esquerda, de direita, de empresários ou de trabalhadores e independe de etnia. É simplesmente o bom senso, porque nós precisamos preservar a Casa Maior para nossos filhos, nossos netos e para as futuras gerações.

Eu não vou me afastar dessa minha convicção, a convicção não no mérito, mas a convicção de que nós estamos aqui para representar diversas... *(Falha no áudio.)*

E nossa obrigação é tentarmos conflitar no bom sentido e produzir o consenso possível. Eu digo sempre que, na democracia, a verdade não é a de cada um; a verdade é aquela que a gente consegue produzir, acreditando sempre na boa-fé e na justeza dos argumentos de cada um.

Por isso, eu fiz esse pedido de nós limitarmos a quatro ou, no máximo, cinco por audiência pública, senão fica uma fila de doze pessoas. Sai todo mundo falando, e a gente não produz uma reflexão mais aprofundada.

Então, eu queria agradecer a todos.

Não havendo nada mais a tratar, está encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 17 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às treze horas e trinta minutos do dia sete de junho de dois mil e vinte e um, no Reunião remota, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Wellington Fagundes e Fabiano Contarato. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Junho Verde 2021**, atendendo ao requerimento REQ 12/2021 - CMA, de autoria Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Finalidade:** Debater a importância da alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável. **Participantes:** Sr. Rafael Zavala (representante de: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil); Sra. Paula Johns, Diretora-Geral da ACT Promoção da Saúde e membro do Núcleo Gestor da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; Sra. Thalita Antony de Souza Lima, Gerente-Geral de Alimentos (representante de: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)); Sr. Paulo Petersen, membro do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA); Sr. Airton Luiz Rubenich, Diretor (representante de: Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda. (COOPAN)); e Sra. Bela Gil, Mestre em Ciências Gastronômicas pela Universidade do Slow Food na Itália (UNISG), bacharel em Nutrição pela Hunter College, chef de cozinha natural pelo Natural Gourmet Institute, vice-presidente do Instituto Brasil Orgânico, ativista, escritora e apresentadora. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/07>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção ao Requerimento nº 12, de 2021, de autoria deste Presidente e do Senador Fabiano Contarato, com o objetivo de debater a importância da alimentação saudável e os modelos possíveis para uma agricultura sustentável.

Só um minutinho. Está pulando muito. (*Pausa.*)

A audiência é parte das atividades da Campanha Junho Verde, instituída pela Resolução do Senado Federal nº 14, de 25 de setembro de 2020, para promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente. No calendário deste mês teremos ainda, no dia 14, o lançamento do Fórum da Geração Ecológica; na semana do dia 21, audiência pública proposta pelo Senador Fabiano Contarato para debater a poluição por plásticos descartáveis e seus impactos; e, no dia 30, o webinar "Transição Justa: Estratégias para uma Recuperação Sustentável", em parceria com a Cepal.

No último sábado, Dia Mundial do Meio Ambiente, as torres do nosso Congresso Nacional receberam uma linda projeção para evidenciar a importância da data e o quanto precisamos trabalhar para garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, nos exatos termos do art. 225 da Constituição. Quero agradecer a toda a minha equipe, à equipe da 3ª Secretaria, a todas as entidades que participaram, contribuindo para que esse evento fosse possível. E eu acho que pelo menos conseguimos, mesmo sendo um sábado, marcar presença, com a veiculação em vários meios de comunicação, televisivos inclusive, da nossa iniciativa – que não é nossa, repito, é uma parceria que foi feita com várias entidades da sociedade civil.

Estarão conosco no debate de hoje o Sr. Rafael Zavala, representante da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no Brasil; a Sra. Paula Johns, representando a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável; a Sra. Thalita Antony de Souza Lima, Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; o Sr. Paulo Petersen, do Núcleo Executivo da Articulação Nacional de Agroecologia; o Sr. Ailton Luiz Rubenich, Diretor da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda. (Coopan); e a Sra. Bela Gil, mestre em Ciências Gastronômicas pela Universidade do Slow Food na Itália, bacharel em Nutrição pela Hunter College, *chef* de cozinha natural pelo Natural Gourmet Institute, Vice-Presidente do Instituto Brasil Orgânico, ativista, escritora e apresentadora.

Esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado.

Após as exposições iniciais, será dada a palavra aos Srs. Senadores inscritos. Aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando seu pedido no bate-papo da ferramenta.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe todas as mãos, silencie os microfones e monitore as inscrições.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Para sua exposição inicial, cada convidado terá a palavra por até 20 minutos. Caso opte por usar material de apoio já enviado à Secretaria, a progressão deve ser solicitada ao final de cada tela.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores, para fazerem suas perguntas ou comentários em até cinco minutos.

Eu quero dizer que esta audiência já foi fruto de uma reunião que nós tivemos com a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, e, como hoje é o Dia Internacional da Segurança Alimentar, evidentemente nós fizemos questão de colocar neste dia esta audiência.

Eu creio que, para ganhar tempo, é dispensável enumerar quais são as necessidades e desafios que nós temos para uma agricultura sustentável, com a expectativa de 10 bilhões de humanos se alimentando já no ano de 2050. Portanto, os desafios são grandes.

Nós vivemos um momento em que o mundo inteiro, eu diria, dá uma guinada verde, seja na economia, seja na produção de alimentos, seja, na verdade, na concepção e na consciência de que a nossa casa maior, o planeta Terra, pede socorro e grita contra os maus-tratos que nós temos, como humanos, destinado a ele.

Eu quero voltar a insistir que não é verdadeira, mas falsa a dicotomia entre desenvolvimento e preservação. Temos inúmeros exemplos. Só nessa área de produção de alimentos eu poderia citar a Holanda, com muita tecnologia, produzindo em menos espaço, com menos consumo de água, e outras experiências e, particularmente, a questão da agroecologia e da agricultura familiar, que eu tenho absoluta convicção de que tem um lugar de destaque nesses anos vindouros, exatamente por ela se capacitar a produzir mais organicamente, com menos defensivos e com maior qualidade nutricional nos seus alimentos.

Então, em função disso, eu quero agradecer primeiro a todos os expositores, que se dispuseram a estar contribuindo conosco neste Junho Verde e nesse tema cujo dia mundial é exatamente o dia de hoje, para, eu diria, os próprios Senadores e para a população em geral que pode nos acompanhar aumentarem a sua consciência em relação à questão da alimentação saudável e da nutrição, até porque, apesar de termos há poucos anos saído do Mapa da Fome, infelizmente o Brasil voltou a figurar no Mapa da Fome, exatamente com a quebra das redes sociais de proteção que nós tínhamos feito, em particular para toda a estrutura que estava montada na questão de segurança alimentar, que foi toda desfeita pelo atual Governo.

Então, para ganharmos tempo, eu queria passar ao primeiro expositor, Sr. Rafael Zavala.

Com a palavra o Sr. Rafael Zavala, que é o representante da FAO no Brasil.

O SR. RAFAEL ZAVALA – Obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Eu só queria antecipar, me perdoe: é que houve um contratempo com a minha passagem de avião e eu tenho que estar em Brasília, então eu fiz questão de fazer essa abertura, agradecer a todos vocês, e a sequência da reunião será dirigida pelo Vice-Presidente da CMA, Senador Confúcio Moura, para que eu possa chegar a Brasília. Se eu chegar ainda em tempo, pego o final da reunião.

Sr. Rafael Zavala, com a palavra.

O SR. RAFAEL ZAVALA – Obrigado ao Senador e boa viagem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Obrigado.

O SR. RAFAEL ZAVALA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas que acompanham esta reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Gostaria de agradecer o convite aos Senadores Jaques Wagner e Fabiano Contarato e estendo o meu agradecimento ao Vice-Presidente desta Comissão, Senador Confúcio Moura.

Na última edição do Sofi, que é o relatório da FAO e de outros agentes das Nações Unidas sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo, estima-se que quase 690 milhões de pessoas passaram fome no mundo em 2019, um aumento de 10 milhões de pessoas de 2018 e de quase 60 milhões





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em cinco anos. Só na América Latina e no Caribe, quase 47 milhões de pessoas passaram fome em 2019. Sem dúvida, a situação corre o risco de piorar ainda mais com os efeitos da crise alimentar em decorrência da Covid-19, que ameaça gerar insegurança alimentar em populações vulneráveis desde antes da pandemia.

Eu gostaria de promover três reflexões: uma sobre a produção de alimentos no Brasil; outra sobre o consumo de alimentos no Brasil; e outra mais sobre as perdas e desperdícios dos alimentos.

Na maioria dos países da América Latina, há a predominância de populações vivendo em cidades grandes, com populações entre 1 e 3 milhões de habitantes, e também nas megacidades, que têm mais de 3 milhões de pessoas. Essa é uma realidade da América Latina, mas isso não acontece no Brasil. Por aqui, 66% das pessoas vivem em cidades pequenas ou médias: são cerca de 2 mil cidades com populações entre 20 mil e 500 mil habitantes e apenas 35 Municípios com populações entre 500 mil e 1 milhão de habitantes. Nessas 2 mil cidades é fundamental encontrar o equilíbrio entre o urbano e o rural para evitar a migração do campo para a cidade, que pode colocar em risco a estabilidade no caso.

Um fator estratégico nessas cidades é a presença de sistemas agroalimentares de circuitos curtos, que, com baixa pegada de carbono e enfatizando a inclusão da agricultura familiar e dos processos de agregação de valor, podem gerar esse equilíbrio e, ademais, gerar sustentabilidade. Com isso, o objetivo é gerar empregos dignos, alcançando a estabilidade, o desenvolvimento local e a redução da migração aos núcleos urbanos, que, por vezes, acaba sendo a opção dos mais jovens. Também é necessário garantir a conectividade e eliminar a exclusão digital, que muitas vezes acontece nas zonas rurais e reduzem o acesso à informação e outras possibilidades de melhora de vida.

Essa foi a reflexão da produção. Vamos à reflexão do consumo.

Com relação ao consumo de alimentos, o Brasil tem uma infraestrutura institucional muito robusta. No entanto, ainda falta reforçar esquemas de governança, sobretudo nessas 2 mil cidades que são pequenas e médias, para alcançar uma alimentação saudável e a segurança alimentar em todas as famílias. O pós-pandemia é um contexto muito pertinente para reforçar essas entidades de governança. É preciso avaliar as experiências já realizadas, como as dos conselhos de segurança alimentar, e detectar o que funcionou bem e o que deve mudar.

Está clara a necessidade de uma participação ativa da sociedade civil em termos de alimentação saudável no Brasil. Os guias alimentares do Ministério da Saúde e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) do Ministério da Educação são pilares fundamentais para alcançar uma boa governança em segurança alimentar.

O Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é um grande exemplo de política pública, e a experiência brasileira é uma das melhores do mundo. Trata-se de uma política pública ampla que vai muito além da distribuição da merenda escolar. Considera-se uma política ampla, porque são políticas públicas nas quais, além de distribuir alimentos saudáveis nas escolas, promove-se a inclusão econômica por meio da compra pública da agricultura familiar, a inclusão econômica por meio da geração de emprego para a preparação dos alimentos, a inclusão social pela participação dos pais e das comunidades, e também a geração de empregos, como eu dizia, principalmente para as mulheres na preparação dos alimentos. Através do preparo de alimentos, também são promovidos sistemas alimentares de circuito curto com baixa pegada de carbono e se promove também a identidade territorial através do consumo de alimentos locais, e, como visto em alguns casos nesta pandemia, a resiliência da comunidade é fortalecida, mantendo a estabilidade do abastecimento de alimentos nos territórios da América Latina e do Caribe.

Devido às mudanças climáticas e à pandemia da Covid-19, vimos um aumento significativo na quantidade da população em condições de insegurança alimentar severa, existindo pessoas com fome. O





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Brasil já mostrou ao mundo como combater a fome de maneira efetiva, e, agora, é o momento de reagir, para tornar efetivo, outra vez, o direito humano à alimentação saudável no País.

Finalmente, quero fazer a reflexão sobre as perdas e desperdícios de alimentos. Na América Latina e no Caribe, 11,6% dos alimentos são perdidos anualmente. Isso equivale a 220 milhões de toneladas de alimentos e a uma estimativa econômica de US\$150 bilhões. Além disso, cerca de 30% das emissões globais de carbono são atribuíveis ao sistema alimentar. A pegada de carbono deixada pela perda e desperdício de alimentos é de uma quantidade de 3,3 gigatoneladas de dióxido de carbono, o que se traduz em 8% das emissões de gases de efeito estufa em todo o mundo. No processo de produção dos alimentos que são perdidos ou desperdiçados se utiliza 1,4 bilhão de hectares, o que equivale a 30% da superfície agrícola no mundo. E os números continuam: o uso de recursos atribuíveis a alimentos perdidos ou desperdiçados chega a 250 quilômetros cúbicos, o que representa 6% da extração total de água mundial. Precisamos mudar nossa cultura de consumo e de como lidar com os alimentos, além de práticas agrícolas e pecuárias sustentáveis que nos permitam atender a crescente demanda por alimentos, reduzindo drasticamente o desperdício e as perdas globais.

Eu acho, nessas três grandes questões – produção, consumo e consumo dentro da realidade brasileira, nas 2 mil cidades pequenas e médias, com circuitos curtos, uma melhor produção e uma diminuição de perdas e desperdícios – vamos estar mais perto de uma agricultura e de um consumo sustentável.

Muito obrigado, Senadores, Senadoras, companheiros. *Gracias!* Desculpas pelo meu portunhol.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Sem problema.

Bom, eu queria – ao tempo em que vou ter que me despedir, para ir para o aeroporto – convidar a Sra. Paula Johns, da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, para fazer o uso também da palavra, por até 20 minutos.

Aí, eu já peço ao Senador Fabiano Contarato ou ao Senador Confúcio Moura, para que possam... O Confúcio já assumiu, mas, se houver qualquer problema, que o Contarato possa assumir.

Obrigado, mais uma vez, a todos e boa reunião! Eu vou encontrá-los, talvez, lá em Brasília.

Paula Johns, com a palavra.

A SRA. PAULA JOHNS (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas. É sempre um prazer estar aqui discutindo esse tema da alimentação saudável.

Vou me apresentar brevemente. Eu até, depois, vou compartilhar uma apresentação – eu não vou compartilhar agora porque não deu tempo de ela ficar totalmente pronta –, para documentar os dados, algumas reflexões que eu vou trazer.

Não poderia concordar mais com o Senador Jaques Wagner com relação a que não há uma dicotomia entre o que é bom para a saúde, o que é bom para a economia, o que é bom para o meio ambiente. Eu acho que é muito importante começar trazendo isso à tona, não é?

E acho que é muito pertinente a gente falar de alimentação saudável no âmbito da Comissão de Meio Ambiente. Eu acho que esse é um tema central, haja vista também vários dos retrocessos que estão acontecendo na área do meio ambiente – porque a gente está um pouco retrocedendo em várias áreas, no sentido de que a gente sabe que a gente precisa preservar o meio ambiente, a gente precisa de um modelo de agricultura sustentável diferente do que a gente tem hoje, a gente precisa enfrentar as nossas contradições, sempre lembrando do enorme potencial que o Brasil tem de produzir alimentos de base sustentável que façam bem para a saúde das pessoas, do Planeta, da economia, e conseguindo fazer uma distribuição maior, inclusive, de renda.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, existem, sim, os mecanismos. Eles existem, e a gente sabe que o Brasil... A gente conseguiu tirar o Brasil do mapa da fome por uma série de políticas públicas que foram adotadas, e lamentavelmente a gente vive nesta situação que eu diria que é imoral – não é? –, porque a gente está convivendo aí com o Brasil se vendendo como celeiro do mundo, inclusive nas discussões que estão acontecendo em relação à Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, se vendendo como um grande produtor, na verdade, de *commodities*, ao mesmo tempo em que tem praticamente 20 milhões da população literalmente passando fome – passando fome; eu acho que a gente tem que repetir isto: passando fome! – e mais de 100 milhões em situação de insegurança alimentar.

Então, esse é um tema... A Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável tem dez temas de atuação que passam por todos esses elementos que estão diretamente conectados com os nossos sistemas alimentares. O sistema alimentar hegemônico não está alimentando a nossa população e ele também está poluindo o nosso Planeta. Existe até uma imagem de que eu gosto muito, pensando assim nos desafios que a gente tem diante de nós, que são algumas ondas. Você tem o colapso da biodiversidade como uma onda gigantesca; você tem a questão das mudanças climáticas como uma outra onda gigantesca; e você tem as outras ondas menores, que são até pequenas diante dessa onda estrutural maior, que é a da recessão e da onda da questão da pandemia que a gente está enfrentando agora. Todas essas questões estruturais de fundo foram expostas e exacerbadas com a pandemia da Covid, mas não que elas não existissem antes.

Então, acho que isso aqui a gente pode tratar como uma grande oportunidade de a gente ver quais são os caminhos necessários para a gente lidar e enfrentar as nossas próprias contradições. A gente tem muitas contradições dentro do Brasil, e a gente tem que reconhecer que a gente é um dos países mais desiguais do mundo; e isso é dado por conta de escolhas que são feitas; isso não é uma coisa que é dada por uma situação natural irreversível.

Existem soluções para a gente lidar com essas desigualdades, que passam por essas mudanças estruturais. E aí você tem elementos dessa política para provocar essas mudanças estruturais que passam por várias pontas. Uma é – não vou nem me atrever a falar, porque eu estou vendo aqui que, entre os convidados, a gente tem o Paulo Petersen, acho que há pessoas que vão falar muito melhor disso – quais as políticas públicas necessárias que você precisa no campo de uma agricultura mais sustentável e que comporte modelos mais sustentáveis. Eu vou falar mais da agenda regulatória, que é a que cabe a mim aqui, enquanto a ACT Promoção da Saúde, que é a organização que eu represento, é uma das organizações que compõe a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, que é um coletivo mais amplo.

Entre os dez itens da agenda, a gente tem alguns itens que a gente chama de uma agenda regulatória. Para a gente conseguir dar conta de minimizar algumas dessas distorções estruturais, a gente precisa de algumas políticas nas seguintes áreas. Uma é na questão da tributação daquilo que não faz bem à saúde. Quando a gente fala o tema tributação – acho que é um tema quase tabu –, eu acho que é relevante a gente trazer esse tema aqui para o âmbito do Senado, uma vez que estamos ensaiando discussões sobre a reforma tributária. Eu acho que a questão da tributação dialoga não só com a pauta ambiental, mas com a pauta da saúde e com a pauta da justiça social. A gente tem defendido uma reforma tributária 3S, que seja solidária, saudável e sustentável, porque, de novo, a forma como a gente tributa são escolhas que a gente faz, e essas escolhas vão ou diminuir ou aumentar essas desigualdades e essas questões estruturais que a gente tem no Brasil e, no caso, hoje, elas aumentam.

Então, a questão da tributação... Quando a gente fala em tributação no campo da alimentação, a gente está falando de tributar de forma majorada somente os produtos que fazem mal à saúde, porque, às vezes, a gente ouve assim: "Nossa, você quer tributar alimentos?". Não, eu não quero tributar comida de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

verdade, muito pelo contrário. A gente quer tributar os alimentos que fazem mal à saúde para que a gente consiga diminuir essas assimetrias até na própria concorrência de mercado em que você tem muito mais acessível alimentos que são absolutamente nocivos à saúde. Não existe nenhuma dúvida em relação a isso do ponto de vista das evidências em relação à saúde como, por exemplo, os refrigerantes, que é uma categoria de produtos em que não há dúvida de que é uma categoria, eu diria, equivalente ao que o cigarro foi em termos de regulação, porque são produtos absolutamente supérfluos. E eles não só são artificialmente baratos por conta de não serem tributados de uma forma adequada, como o Brasil, inclusive, subsidia a produção dessa categoria de produtos que são altamente nocivos à saúde, ou seja, a gente precisa acabar com esse tipo de subsídio.

Outro tema importante, do ponto de vista da regulação, é em relação à rotulagem. Vejo que a Anvisa está aqui, passou anos debruçada na elaboração de uma norma de rotulagem frontal que ficasse mais clara para o consumidor poder fazer escolhas, mas com base em informações claras e transparentes. Do ponto de vista da saúde, a gente sempre gostaria que fosse melhor do que é, mas é um passo numa direção importante. E você também tem toda a questão do ambiente escolar, da alimentação em ambientes institucionais, aqui vou falar um pouco da alimentação escolar.

Inclusive, estão acontecendo coisas em relação ao Pnae que são bem complexas, a gente precisa dar conta delas. Inclusive, está vindo para o Senado um projeto de lei que tramitou na Câmara e que destrói vários dos princípios básicos do Pnae, que é o da compra de alimentação local, com 30% de garantia de compra também da agricultura familiar e também da agricultura orgânica, enfim.

E há várias questões do Pnae que estão sendo... É como se o Pnae estivesse sendo jogado, como uma bolinha sendo jogada em jogos de interesses pelos quais se faz reserva de mercado para determinados mercados. E essa é uma lógica que contradiz muito os princípios do Pnae com relação a um programa que vá garantir o direito à alimentação adequada e saudável. Então, este é outro dos temas, os ambientes institucionais, a escola.

Outro tema importantíssimo, quando a gente fala de alimentação saudável, é em relação ao *marketing*: de que forma a gente está promovendo esses produtos nocivos à saúde? A gente precisa regular isso, principalmente junto ao público infantil, que acaba sendo mais afetado, mais vulnerável a esse tipo de publicidade enganosa desses produtos que, por sua vez, são artificialmente baratos.

E, no cenário atual de crise que a gente está vivendo – eu tinha até pensado aqui –, tem-se uma concentração de poder em relação a alguns setores, como, por exemplo, no campo da produção de alimentos: as 70 maiores empresas tiveram aumento, entre 2019 e 2020, da expansão do PIB do faturamento dessa categoria da indústria de alimentos – lembrando que não é essa a categoria de alimentos que a gente defende como alimentação promotora da saúde –, um aumento de faturamento de 12,8%, enquanto que a expansão do PIB geral foi de 0,5%. Ou seja, quando a gente fala de questões estruturais, a gente está falando deste tipo de coisa: de que forma a produção está se concentrando cada vez mais, gerando uma situação em que, como já foi colocado anteriormente, a gente vive um modelo hoje de produção e consumo em que se está consumindo 1,6% do nosso Planeta? Além disso, estamos profundamente adoecidos com as doenças crônicas não transmissíveis – ao lado aí, agora, deste desafio da Covid –, que matam 70% da população e são responsáveis por uma qualidade de vida piorada. Não é só sobre a questão de morrer, é sobre como a gente está vivendo, convivendo com essas doenças crônicas. O diabetes, por exemplo, que é uma doença evitável, tem números absurdos em relação a novos casos, por ano, no Brasil: são mais de 80 mil casos atribuíveis somente ao consumo de bebidas açucaradas, ultraprocessadas – as bebidas adoçadas ultraprocessadas.

Então, tem-se uma série de desafios que podem ser enfrentados se a gente avançar com essa agenda regulatória, em que se encontra bastante resistência. E eu diria que essa resistência tem uma razão óbvia –





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que não se trata aqui de colocar as pessoas no lugar de bandido ou de mocinho –: trata-se de uma concentração de mercado nas mãos de poucos setores que têm um lucro acima da média com a venda daqueles produtos e que precisam vender mais daqueles produtos pela própria lógica de mercado que faz com que se permita que isto aconteça, com a falta de limites às formas em que se é possível, hoje, colocar produtos no mercado sem pagar as externalidades que eles geram na sociedade.

Então, a gente precisa olhar com cuidado – eu acho que o Legislativo tem um papel fundamental nisso – para essas externalidades, para a gente conseguir encontrar as fórmulas de dar conta delas. E a gente tem essas fórmulas. Então, a gente precisa fomentar alianças, inclusive políticas, no sentido de a gente enfrentar esses obstáculos que a gente tem para garantir uma alimentação adequada e saudável para todos e todas.

E é isso por agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Paula Johns, representante da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, pela sua belíssima apresentação.

Eu passo a palavra, a seguir, a Thalita Antony de Souza Lima, Gerente de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A SRA. THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA (Para expor.) – Olá, muito boa tarde!

Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite feito à Anvisa para que participássemos deste debate.

Eu vou tentar fazer um compartilhamento de tela. Deixe-me ver se aqui é possível. (*Pausa.*)

Acho que vocês já estão visualizando.

Bom, primeiro de tudo, eu acho que já foi comentado pelo Senador Jaques Wagner o dia importante que estamos vivendo hoje, em que estamos comemorando aqui o Dia Mundial da Segurança dos Alimentos, que temos como mote neste ano, que é o terceiro ano de comemoração deste dia, a discussão relacionada aos alimentos seguros hoje, agora, para um amanhã saudável. Convido a todos para fazermos uma reflexão sobre a inocuidade dos alimentos e como todos podemos fazer ações que incentivem a adoção e a proteção da segurança dos alimentos.

Bom, acho que, como primeiro ponto de debate, temos que os alimentos seguros são essenciais para a promoção da saúde. Isso está sendo trazido pelos demais participantes desta audiência. E essa alimentação segura e nutritiva também é essencial para o desenvolvimento dos países. Também já foi dito pelo Senador que não existe uma dicotomia nesse ponto. E a própria proteção da segurança, da inocuidade dos alimentos, contribui para esse desenvolvimento.

Nós temos ainda muitos desafios pela frente. Isso também já foi colocado aqui pelo Dr. Rafael. Cerca de 420 mil pessoas morrem e 600 milhões de pessoas adoecem, todos os anos, pelo consumo de alimentos contaminados.

Hoje, no dia mundial, nós tivemos um evento organizado pela FAO, pela OMS, pelo Codex Alimentarius, e foi muito discutida a importância da segurança de alimentos para a segurança alimentar. Então, a Anvisa, como agência reguladora, tem um papel muito importante na garantia da segurança desses alimentos, para que seja evitado o consumo desses alimentos contaminados. E também temos essa dicotomia de quase 821 milhões de pessoas, cerca de uma pessoa em cada nove, que são vítimas da fome. Então, é outro ponto que foi trazido aqui a respeito do desperdício de alimentos.

Temos aí sentencionados o tempo todo as discussões sobre os produtos inovadores, as novas tecnologias. Então, vivemos um momento muito disruptivo. Ainda estamos lidando com paradoxos, com problemas antigos e, de outro lado, somos tensionados, cada vez mais, com novas tecnologias e produtos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

inovadores, que, inclusive, se propõem a trazer algumas soluções para esse problema que estamos enfrentando em relação à fome, ao desperdício, à contaminação de alimentos.

Temos aí novas tecnologias de engenharia genética, proteínas alternativas, consumo de insetos, alimentos personalizados. Então, o órgão regulador tem-se deparado com esse debate, com essa evolução. Estamos nos organizando para responder e participando ativamente dessas discussões que têm acontecido.

Eu trago aqui um trecho do relatório da FAO na 1ª Conferência Internacional, que aconteceu em 2019, que coloca muito claramente que os desafios globais de hoje são justamente a transformação da forma como produzimos, comercializamos, consumimos e pensamos sobre os alimentos. E estamos justamente vivendo esse momento de disrupção, esse momento disruptivo. Nós precisamos cada vez mais refletir sobre esse novo modelo de produção e de consumo.

Também há um documento muito interessante do Fórum Econômico Mundial, que fez um desenho de cenários sobre o futuro dos sistemas alimentares. Fica muito clara a importância de haver medidas imediatas, coordenadas, com uma liderança responsiva e responsável entre todos os atores e setores da sociedade.

Esses sistemas alimentares precisam almejar as quatro características para que a gente consiga alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Esse sistema precisa ser eficiente – precisa ser um sistema que consuma os recursos de uma forma eficiente, de uma forma responsável –; precisa ser inclusivo; precisa ser sustentável, e precisa ser nutritivo e saudável. Então, temos aí várias vertentes para que a gente consiga evoluir para que haja esse sistema alimentar que inclua e que seja eficiente para todos.

Também já foi comentado aqui a respeito da cúpula que vai acontecer em setembro deste ano e que está sendo organizada pela ONU. No Brasil, estamos tendo alguns diálogos, e algumas videoconferências já aconteceram com a participação de diversos atores. É importante, sim, que o Brasil acompanhe essas discussões.

Nós temos aí as cinco linhas de ações que estão sendo discutidas na cúpula e que conversam diretamente com o tema desta audiência: a necessidade da garantia do acesso à alimentação saudável, segura e sustentável para todos; os padrões de consumo que precisam também ser saudáveis e sustentáveis; a produção em escala de alimentos que sejam positivos para a natureza; a promoção do sustento e a distribuição de valor equitativa; e a construção de resiliência contra vulnerabilidades, choques e tensões.

Então, a cúpula é mais uma das ações que visa contribuir para que os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável sejam alcançados nessa agenda de 2030. E é importante, no Brasil, que a Anvisa também acompanhe essas discussões para que o Brasil também lidere esse diálogo.

Bom, entrando mais propriamente dito no papel da Anvisa nesse contexto, nós temos aqui uma interface muito grande também com o Ministério da Agricultura. O controle sanitário de alimentos, da segurança de alimentos é um controle compartilhado entre a saúde e a agricultura. A agricultura é responsável pela aprovação e regulação dos produtos de origem animal, produtos de origem vegetal e as bebidas. A saúde acaba tendo um foco maior na proteção da saúde do consumidor e uma regulação mais propriamente dita nos alimentos que são embalados, nos alimentos industrializados. E atuamos aí nas diversas etapas dessa cadeia produtiva, tentando garantir a segurança desse alimento e, assim, de certa forma, contribuindo para a segurança alimentar.

A Anvisa atua em coordenação com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, com as vigilâncias estaduais, municipais, nessa abordagem sistêmica da cadeia produtiva, que vai desde o campo à mesa. Então, fazemos desde os licenciamentos de estabelecimentos até regularização de produtos, seja por meio de registro – algumas categorias de alimentos ainda não são registradas –, seja pelo monitoramento e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fiscalização dessas atividades, seja pela comunicação de risco, seja pela regulação. Temos aí uma agenda regulatória bastante intensa.

A área de alimentos da Anvisa, historicamente, sempre teve uma demanda muito grande. Temos no arcabouço o maior estoque regulatório da Anvisa. Então, precisamos sempre atuar para que a gente tenha uma regulação moderna, que contribua para proteger cada vez mais a saúde desse consumidor. Fazemos a regulamentação da rotulagem do padrão de identidade/qualidade/produtos e também a avaliação da segurança dessas novas tecnologias, dessas inovações que vêm surgindo.

Bom, neste cenário regulatório, a discussão precisa ser, principalmente, pautada numa informação qualificada. A discussão regulatória precisa ser pautada nas evidências, na transparência e no diálogo.

Nós temos aí a Lei de Acesso à Informação, que tenciona muito e que claramente cobra, como deve cobrar, a atuação clara, transparente e participativa dos órgãos, mas também dos atores que participam deste debate. Então, eu sempre coloco isto como um ponto importante para a reflexão de todos que participam deste debate regulatório com a Anvisa, seja setor produtivo, seja sociedade civil, seja academia: a importância de que as evidências que sustentam o debate regulatório estejam muito claras, disponíveis e transparentes. Além disso, temos também sendo estabelecidas a obrigatoriedade por diversos meios, pela Lei da Liberdade Econômica, publicada em 2019; pela Lei das Agências, também de 2019; pelo Decreto 10.411, de 2020; e, recentemente, pela portaria da Anvisa, publicada este ano, da obrigatoriedade de uma análise de impacto regulatório.

Então, a definição clara do problema que a gente está enfrentando, da melhor alternativa e dessa abordagem mais apropriada precisa agora, obrigatoriamente (*Falha no áudio.*) ... já vinha sendo feito pela Anvisa, pelas agências reguladoras, qual era o *modus operandi* dessa atuação regulatória.

Aqui, eu gostaria de destacar dois pontos, principalmente dois processos regulatórios que foram concluídos mais recentemente e que têm relação com a pauta que estamos discutindo aqui hoje, relacionada à alimentação saudável. A primeira delas é a Resolução 332, que foi publicada no final de 2019, no dia 23 de dezembro, e que definiu os requisitos para o uso da gordura trans industrial em alimentos. Foi uma resolução que buscou uma convergência com as práticas que diversos países do mundo já estão adotando, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde, inclusive o prazo para que essa redução do consumo dos ácidos graxos trans pela população seja alcançada.

Então, nós temos os objetivos dessa intervenção da Anvisa, que é reduzir o consumo, então, dessa substância, que, claramente, é nociva para a saúde, tem seus impactos, traz problemas, doenças cardiovasculares. E as medidas de intervenção que vinham sendo adotadas não foram suficientes para garantir a proteção da saúde. Então, foi necessário a gente adotar medidas mais restritivas para o uso dessa substância.

Então, há os objetivos também de: eliminar os ácidos graxos trans industriais dos alimentos, oriundos dos óleos e gorduras parcialmente hidrogenados, restringindo o teor dos ácidos graxos trans industriais, oriundos do tratamento térmico dos óleos, que acaba acontecendo naturalmente no processamento desses produtos; garantir o acesso dos consumidores a informações claras e precisas – isso é um ponto importante que acaba sendo trazido nos debates regulatórios da Anvisa e só transparece também a importância do consumidor como tendo esse discernimento nas próprias discussões dos objetivos do desenvolvimento sustentável; e garantir o acesso desse consumidor tanto à informação sobre a presença dos ingredientes fontes quanto sobre as quantidades dos ácidos graxos trans nos alimentos.

Então, a gente tem aí, a partir do dia 1º de julho já, bastante próximo, a primeira proibição – a gente tem uma norma escalonada. Então, a partir do dia 1º de julho, a quantidade de gorduras trans industriais nos óleos refinados não vai poder exceder 2%, 2g por 100g de gordura total. Os produtos fabricados até o dia 30 de junho vão poder ser comercializados até o final do prazo de validade – uma





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

transição que a gente já costuma fazer em todas as normas –, mas já temos uma proibição valendo aí, menos de um mês para entrar em vigor.

Teremos também uma medida intermediária, entre 1º de julho de 2021 a 1º de janeiro de 2023, de que a quantidade de gorduras trans industriais não pode exceder a 2% de gordura total dos alimentos destinados ao consumidor final e dos alimentos para o serviço de alimentação. E, a partir do dia 1º de janeiro de 2023, temos uma proibição mais ostensiva do uso dos óleos e gorduras parcialmente hidrogenados na cadeia de alimentos – esses óleos e gorduras que, sabidamente, trazem prejuízos à saúde. E esses prazos convergem com as datas limites também que foram colocadas pela Organização Mundial da Saúde.

Outro ponto também, comentado rapidamente pela palestrante Paula, foi a respeito da publicação dos regulamentos de rotulagem nutricional. Em 2020, a RDC 429 e a Instrução Normativa 75 tiveram como objetivo facilitar a compreensão das informações nutricionais presentes nos rótulos dos alimentos, a fim de auxiliar o consumidor a realizar suas escolhas alimentares de forma mais consciente.

Então, vamos ter mudanças importantes no rótulo dos alimentos. A primeira delas é relacionada à informação nutricional. Foram feitas muitas melhorias na legibilidade das informações nutricionais. O rótulo, obrigatoriamente, vai ter um fundo branco com letras pretas, isso vai permitir que o consumidor consiga enxergar mais claramente essa informação. Foi incluída a obrigatoriedade de outros nutrientes na lista de declaração obrigatória, como os açúcares totais e adicionados, nutrientes que têm um papel muito relevante para a saúde e que não eram obrigatórios de serem declarados na tabela. A informação precisa agora também ser declarada por 100g, isso vai facilitar o consumidor comparar a informação nutricional de diferentes alimentos. E há várias revisões relacionadas ao cálculo, ao percentual dos valores diários e ao tamanho das porções, garantindo uma (*Falha no áudio.*) ... mais fidedigna para o consumidor. E também vai encontrar na rotulagem frontal, no painel principal dos alimentos, o destaque caso esses alimentos tenham alto teor de sódio, de açúcar adicionado ou de gordura saturada. Então, a conclusão do processo regulatório foi relacionada ao símbolo – a gente fala da lupa –, com esse destaque também em preto e branco, garantindo uma excelente visualização para o consumidor, o que vai trazer claramente para ele a informação quando o alimento tiver alto teor desses nutrientes que são considerados críticos para o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis. Então, a gente também está no prazo de experimentação desses regulamentos. Temos em 9 de outubro de 2022 o encerramento desse prazo de adequação.

Bom, esses eram os pontos principais que gostaria de apresentar e fico também à disposição aqui para responder às perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem. Muito agradecido à Dra. Thalita Antony de Souza Lima, que fez uma exposição maravilhosa sobre o papel da regulação sobre os alimentos, mais naturais possíveis.

E eu passo, a seguir, a palavra para o Dr. Paulo Petersen, que é do Núcleo Executivo de Articulação de Agroecologia (ANA).

Com a palavra V. Sa.

O SR. PAULO PETERSEN (Para expor.) – Obrigado, Senador Confúcio.

Boa tarde a todos e todas!

Agradeço, primeiramente, o convite para estar aqui compartilhando algumas ideias e parabenizo a iniciativa desta Comissão. Não é trivial que, numa semana de meio ambiente, esteja se discutindo sistemas alimentares.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu começo por aí, exatamente fazendo um gancho com o que o Senador Jaques Wagner, logo no início, disse a respeito da existência do que ele chamou de uma falsa dicotomia entre preservação e desenvolvimento. Na verdade, deveria ser uma falsa dicotomia, mas, infelizmente, nós concebemos nossas instituições como se desenvolvimento fosse antítese de meio ambiente e vice-versa, conservação ambiental seja antítese da possibilidade de economias. E quando a gente fala em sistemas alimentares, a gente está falando em sistemas que ocupam a maior parte dos ecossistemas, a maior parte do nosso território. Uma parcela significativa do nosso território e do Planeta é ocupada por ecossistemas agrícolas ou agroecossistemas, como nós falamos na agroecologia. E a gestão desses agroecossistemas está cada vez mais danosa ao meio ambiente. Então, a lógica de organização social e técnica e econômica dos sistemas alimentares cada vez mais está gerando efeitos perniciosos sobre a ecologia mesmo dos sistemas agrícolas, para falar do ponto de vista simplesmente da produção.

Na agroecologia, eu faço parte, então, da Articulação Nacional de Agroecologia, que a gente define como uma espécie de rede de redes, de movimentos, organizações, envolve também a academia, a Associação Brasileira de Agroecologia, envolvida na construção da agroecologia, na prática, a partir dos territórios e no Brasil inteiro. O Brasil, inclusive, se destaca no mundo inteiro como um país protagonista na agenda da agroecologia, tanto na prática, que é uma prática disseminada, mas muito pouco visível, quanto na ciência da agroecologia, quanto no movimento social em defesa da agroecologia. Então, a gente sempre diz que a agroecologia combina de forma articulada estes três entendimentos: é uma prática, é uma ciência e é um movimento, um movimento que busca exatamente, como disse a Paula antes, a reestruturação dos sistemas alimentares. Não se trata de falar da criação de algumas novas cadeias de produções orgânicas ou livre de agrotóxicos e de transgênicos, é mais do que isso – é isso, mas vai além disso –, é uma reestruturação dos sistemas alimentares.

Então, a agroecologia surge exatamente a partir de uma constatação e de uma visão de que os sistemas alimentares estão exatamente na centralidade de uma série de desafios de civilização que nós podemos até sintetizar na pauta dos objetivos do desenvolvimento sustentável, que são: climáticos, ecológicos, sociais, econômicos, relações de poder, institucionais, violência contra as mulheres. Tudo isso, toda essa agenda é uma agenda que tem que ser entendida de forma única, e não como várias caixinhas, em que cada objetivo desse e suas metas são atingidos através de medidas específicas.

A reestruturação dos sistemas alimentares toca na agenda dos ODS inteira e não simplesmente no ODS 2, relacionado à fome e à desnutrição, toca no combate à pobreza, nas mudanças climáticas e por aí vai – não vou entrar em detalhe nesse debate por falta de tempo.

Quando se fala em transição ecológica justa, é a agroecologia como um enfoque de transformação dos sistemas alimentares. Por que reestruturação? Exatamente pela constatação de que os sistemas alimentares há não muito tempo atrás – podemos botar algumas poucas décadas – foram se desconectando das dinâmicas dos ecossistemas e da dinâmica da sociedade mesmo. Cada vez mais, a gente costuma falar de desterritorialização: não tem mais vínculo com os territórios, não tem mais vínculo com a cultura, não tem mais vínculo com as dinâmicas dos ecossistemas. Então, nós produzimos alimentos ou *commodities* aqui e mandamos para o outro lado do mundo e, ao mesmo tempo, nós estamos importando aquilo que consumimos; ou seja, os territórios perdem a soberania e a decisão sobre aquilo que vão produzir, como vão produzir, o que vão consumir, como vão processar e como vão distribuir, é a chamada desterritorialização dos sistemas alimentares.

Na agroecologia, nós precisamos reterritorializar, ou seja, aproximar a produção do consumo, em que a gente revitalize as culturas alimentares, em que a economia e a ecologia dos sistemas alimentares não se coloquem como uma dicotomia, mas a economia fortalecendo a ecologia e vice-versa. Trabalhar junto com a natureza e não contra a natureza, que é o que fazem os sistemas alimentares hoje.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A produção agrícola está sempre correndo contra os efeitos negativos que as próprias novas tecnologias vão gerando. Então, o agrotóxico nada mais é do que uma corrida contra a natureza. A gente vai sempre precisar de mais agrotóxicos enquanto a gente continuar fazendo a agricultura da forma como nós fazemos, com grandes monoculturas cada vez maiores, mais extensas, monoculturas, cada vez maiores, mais extensas, monoculturas que desempregam, que não geram alimentação saudável e que fazem com que a nossa agricultura, cada vez mais, seja uma agricultura sem agricultores e sem agricultoras, uma agricultura totalmente vinculada a grandes cadeias de commodities e comandada pelo capital financeiro. Então, falar em reestruturação dos sistemas alimentares significa exatamente ter que desconcentrar. Quando a Paula dá muita ênfase na questão das grandes corporações, eu acho que aí está o ponto central em que nós deveríamos tocar neste debate. Se nós, de fato, quisermos ter sistemas alimentares justos e sustentáveis, nós temos que discutir quem hoje comanda as políticas públicas nos países. Cada vez mais os Governos têm menos poder de controle. Cada vez mais esse controle é feito de fora para dentro, através dos acordos internacionais. Cada vez mais as agendas de desenvolvimento científico e tecnológico são controladas também por essas corporações. Nós vamos desenvolvendo tecnologias que não nos servem, a serviço exatamente de aumentar a escala desse tipo de lógica.

Semana passada, comemorou-se com grande júbilo o aumento do PIB brasileiro, mas, se nós formos analisar mais detidamente, desde a década de 50 nós não tínhamos as *commodities* em primeiro lugar na geração do PIB. Pela primeira vez desde a década de 50 nós estamos voltando, estamos reprimarizando a economia brasileira, e uma reprimarização com base no agronegócio, na grande mineração, que é altamente destrutiva. Nós não temos a menor condição de pensar numa agenda de 2050 de alimentar a população se nós seguirmos nesse caminho.

Sempre nos perguntam na agroecologia: "Mas a agroecologia é capaz de alimentar a população crescente?" Antes de responder essa questão, nós precisamos já de cara afirmar: precisamos discutir, primeiro, em que condições. Agora, uma coisa nós sabemos: o agronegócio não alimentará. Não alimentará porque já não alimenta, já não alimenta – não é em 2050 –, só que nós não teremos três condições básicas para a permanência do agronegócio do jeito que ele se organiza hoje: clima estável, água abundante e petróleo barato. São três condições absolutamente necessárias para o agronegócio continuar existindo. Essas condições não existirão mais. Então, nós precisamos, ao mesmo tempo, de sistemas agrícolas que independam de petróleo, que cada vez mais trabalhem com fotossíntese, biodiversidade, economia da água e, ao mesmo tempo, sistemas que regenerem as condições ecológicas da produção. Isso é como o representante da FAO falou: são necessárias cadeias curtas, circuitos curtos de comercialização, políticas públicas que encurtem o caminho entre a produção e o consumo e pensar a lógica de territórios. Falar em agroecologia é falar em desenvolvimento territorial, um desenvolvimento em que os sistemas alimentares geram empregos, agrícolas e não agrícolas, empoderam as mulheres e dão visibilidade para o papel que as mulheres têm nos sistemas alimentares. E esse é um dos grandes problemas dos sistemas dominantes: mais uma vez, eles invisibilizam o papel importante que as mulheres desempenham.

Só para ter um dado importante, a maior parte dos problemas de insegurança alimentar no Brasil e fome, no Brasil e no mundo, isso está exatamente nas áreas rurais. Quem deveria estar produzindo alimentos são os mais vulneráveis.

Então, o que acontece? O Brasil foi o primeiro país do mundo a ter uma política nacional de agroecologia e produção orgânica. O primeiro país. E muito foi desenvolvido em termos de políticas públicas no Brasil. O PNAE, que já foi citado aqui, política de aquisição de alimentos, políticas de Ater, de pesquisa... Nós temos, em várias universidades no Brasil, em unidades da Embrapa, nós temos a agroecologia em desenvolvimento no Brasil. É um capital já construído e que está em franca destruição





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

neste momento, em termos de políticas públicas e do papel que o Estado tem que desempenhar na regulação dos sistemas agroalimentares.

Evidentemente, para transitar nesse caminho, a gente precisa, como já disse a Paula, de um conjunto de políticas públicas na área de regulação, na área de tributação, na área de redistribuição, mas nós, quando discutimos a Política Nacional de Agroecologia, nós colocamos uma questão chave: num país como o Brasil, o acesso democrático aos bens naturais é uma condição básica. A concentração fundiária no Brasil é obscena! Não há a menor possibilidade de se fazer a agroecologia se não houver acesso seguro à terra, à água e à biodiversidade.

Então, nós dizíamos que uma política de agroecologia tem que ter como princípio número um dispositivo que já está na Constituição brasileira, que é a função social e ambiental da terra, e o direito humano à alimentação adequada e saudável. Isso não se conseguirá por novas tecnologias via mercados, que é a discussão que se está fazendo hoje na cúpula da ONU, para terminar minha fala.

A cúpula está, hoje, completamente capturada pelos interesses das corporações, para falar em bom português. E as corporações têm toda uma narrativa que se confunde muito com tudo o que a gente está dizendo aqui: sustentabilidade, justiça... Mas as chamadas falsas soluções, que são as soluções por mais tecnologia, mais controle sobre a natureza, via mercados. Não é com esse tipo de solução que nós conseguiremos enfrentar estruturalmente o problema colocado por sistemas agroalimentares. Ou a gente reestrutura as relações de poder mesmo, restitui aos territórios, ao Governo e à sociedade civil um papel de regulador dos sistemas alimentares, esvaziando o poder imperial que hoje as grandes corporações exercem no mundo inteiro sobre o que se produz, como se distribui e como se consome...

Então, essa é a perspectiva da agroecologia para esse debate.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito agradecido ao Paulo Petersen.

Passo a palavra, logo a seguir, ao Sr. Airton Luiz Rubenich, Diretor da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita Ltda., Coopan.

Pode usar da palavra.

O SR. AIRTON LUIZ RUBENICH (Para expor.) – Boa tarde a todos!

Boa tarde e obrigado, Senador!

Boa tarde a todos que estão no debate e que estão nos ouvindo!

Quero agradecer pelo convite, em nome de toda a Cooperativa Coopan, por estar presente neste debate.

Eu vou um pouco... No meu caso, eu vou apresentar um pouco a experiência prática que a gente vive aqui. Então, você deve notar que a gente está aqui no interior, no campo, e apresentando daqui a fala.

Eu vou tentar compartilhar, ver se eu consigo compartilhar a tela, para um pouco ilustrar algumas imagens daqui. A gente vai falar um pouco apresentando a cooperativa, como é que ela se organiza aqui e a produção que a gente tem aqui do arroz orgânico, tanto aqui da cooperativa como a da região, mostrando um pouco como é viável a gente produzir numa escala um pouco maior já um alimento mais saudável.

Então, a cooperativa fica localizada em Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, um assentamento. Deixa só eu me achar um pouco...

Aqui dá para ter uma ideia visual um pouco do que representa essa cooperativa, que é uma cooperativa diferente, em que toda a produção é coletiva. Então, as famílias são oriundas de um assentamento aqui da reforma agrária perto da Região Metropolitana de Porto Alegre.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, são 29 famílias que são assentadas e que não têm a divisão do lote. O lote é de 20 hectares e é tudo de forma coletiva essa organização. E aí, as famílias com seus filhos e toda a família são consideradas como sócios. Então, hoje nós estamos com 80 sócios e mais 40 famílias porque os jovens já foram formando famílias e agregando à produção.

E, assim, só para vocês terem um pouco de ideia do que a cooperativa trabalha como um todo. Trabalha na questão do arroz, a cadeia do arroz, tanto na produção da lavoura, que não aparece porque é uma área maior, o beneficiamento desse arroz, a produção de suínos, um abatedouro. Vai ter um abatedouro novo com agroindústria, já quase pronto.

Aí, as atividades mais quase de subsistência, que são as vacas de leite, a padaria para subsistência e o centro social, onde também fica a área social da cooperativa para lazer e, enfim, para suprir essa parte. Então, aqui, como eu já falei, as linhas de produção que a gente produz aqui.

E eu vou falar um pouco do arroz, que é o produto que a gente mais produz aqui e de forma orgânica. O arroz hoje, por exemplo, alimenta metade da população mundial. Ele é cultivado em todo o mundo. Em torno de 160 milhões de hectares na superfície da Terra, 730 milhões de toneladas são produzidas em casca.

Então, o Brasil é um dos maiores produtores de arroz da América Latina. O Rio Grande do Sul é o que mais produz, principalmente sistema irrigado, que a gente produz aqui. E aqui eu vou começar a falar um pouco dessa produção agroecológica do arroz.

Aqui não é só da cooperativa aqui que eu vou falar um pouco também. Nós temos na região uma articulação com outros assentamentos para se organizar essa produção.

Isso envolve em torno de 389 famílias, divididas em 58 grupos de produção, 11 Municípios, 12 assentamentos. E são produzidos em torno de 12,5 milhões de quilos de arroz agroecológico em casca. Então, aqui na cooperativa, vou apresentar um pouco mais o que é produzido aqui. Desse total, a cooperativa aqui produz em torno de 1 milhão de quilos de arroz, entre agulhinha e cateto.

O que é importante aqui, que foi toda a discussão, que avançou um pouco também – depois vou falar de outros itens também, porque eu acho que ajuda a avançar na produção, que não é só o manejo da agricultura – é a questão da cadeia, porque isso é muito importante. A gente conseguiu avançar aqui na região, e a própria cooperativa, em função de nós termos o domínio de toda a cadeia, desde a colheita, a secagem, a armazenagem, o beneficiamento, o estoque e a venda. E aí, isso também ajuda a agregar mais valor.

E quando a gente fala em agroecologia, sempre há aquela briga: bom, na economia, isso vai resolver o problema da família também? Como é que vai se sustentar? Então, essa parte do beneficiamento e da estocagem do próprio produto exerce um papel muito importante nessa questão da cadeia do arroz orgânico.

Então aqui, para vocês verem um pouco só, umas fotos da produção na lavoura, porque, assim, a gente também enfrentou bastantes questões de crítica ou questionamentos, a questão da agroecologia, sobre o uso de máquinas. Só que é uma contradição, por um lado, mas por outro lado, não há como fugir do uso dessa tecnologia, em função da realidade, inclusive do trabalho penoso que é no campo. Então, se não se usar um pouco essa questão da tecnologia, com as máquinas, a produção também fica patinando e não avança.

Então, aqui um pouco para mostrar a indústria que nós conseguimos implantar. Fomos construindo aos poucos. Recebimento, secagem, beneficiamento, que aqui envolve também bastante a mão de obra dos jovens. Eu acho que isso é um outro fator que a gente também quer comentar um pouco nessa questão da agroecologia, da produção, que não fica só a questão do produto em si, há todo um envolvimento social, da família. Nesse caso, esse tipo de organização, e como há a linha completa,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

proporciona e agrega mais mão de obra familiar, dos jovens, das mulheres, que estão ali no setor de embalagem. Então isso é outro fator muito importante.

Só para mostrar um pouco os produtos que a gente tem. Outro fator é o destino dos subprodutos na questão do beneficiamento, por exemplo, a casca. Então a gente a usa para compostagem, para as camas, no nosso caso, de suínos, mas em alguns casos, de aviário, substratos para floricultura, mistura da ração animal, e a secagem. Ela serve como energia para a secagem do arroz e caldeiras. E a própria cinza a gente aproveita, joga de volta, faz compostagem e vai de volta para o solo, que é para completar um pouco o ciclo, aproveitar na própria lavoura.

Aqui um pouco da questão dos farelos, da casca, do farelo do arroz e de um outro arroz vermelho que vem junto. A gente também tem os destinos, a maioria aqui na propriedade. O farelo e o arroz quebrado servem de ração na produção de suínos. Então, grande parte do alimento dos suínos produzidos aqui, eles são alimentados com os resíduos, vamos dizer com os subprodutos do arroz.

Então, como é que o MST se tornou um dos maiores produtores da América Latina, reconhecido inclusive pelo Irga, que é o Instituto Rio Grandense do Arroz, aqui no Rio Grande do Sul? A gente começou essa discussão em 1998, 1999, por aí. Como na região metropolitana há vários assentamentos, várias pessoas estavam dispostas a fazer uma produção orgânica. Essas famílias com os representantes se articularam, com a motivação do MST, para organizar essa alternativa de produção. Então, a motivação para isso é ser uma alternativa ao agronegócio e também em função do envenenamento. Nós tivemos um caso, inclusive de um trabalhador nosso, sócio, que se envenenou, na época, e foi parar no hospital. E isso também foi um dos fatores que ajudou na motivação para nós cairmos fora desse tipo de produção.

Quais as dificuldades iniciais que se tem, que tivemos na época? As incertezas dos conceitos da produção, a inexperience nessa área, que era nova, inclusive o sistema de irrigado era um pouco novo também para as famílias, que eram oriundas de outra região. A gente era da região da soja, do milho, do feijão, vamos assim dizer. Então, foi um desafio também a gente conseguir. E os recursos limitados, na época.

Então se tiraram algumas estratégias, na época, para a gente conseguir avançar, eu acho que esse é um fator que ajudou muito. Se não fosse essa organização articulada entre os assentamentos, entre as cooperativas que existiam aqui na região, nós não íamos conseguir forças para avançar na produção, até pelas várias dificuldades que a gente tinha, na época, em todos os sentidos.

Algumas estratégias, só para vocês terem uma noção: a formação e a capacitação dos agricultores e dos técnicos, porque, pela falta de experiência, não se tinha muito conhecimento técnico disponível. Então, a gente teve que se capacitar, buscar assessorias, algumas outras assessorias meio escassas na época, para a gente conseguir dominar a produção. E a troca de experiências, que eu acho que foi uma das coisas que mais ajudou também, porque é aquela história: um vai experimentando, uma coisa dá certo e vai falando para o outro; o outro experimentou outra coisa e deu certo, e assim... Talvez a gente fale de uma forma mais simples, porque é a prática que a gente vive e quem vive isso na prática sente o que é a dificuldade de produzir uma coisa de que você não tem muita orientação, não tem muita pesquisa nessa área. Então, essa troca de experiência ajuda muito os produtores a avançarem nessa produção orgânica. E daí, em consequência, a articulação das parcerias para essa capacitação e a comercialização; planejamento das grandes regiões; introdução de um sistema interno de controle porque também a gente começou a introduzir a certificação; correr atrás de recursos; ter uma assistência técnica especializada para ajudar nessa área e a realização anual de seminários. Então, todo ano a gente faz a avaliação da safra, tira o que foi de bom e o que foi de ruim num seminário com todos os agricultores e já projeta o planejamento do próximo ano. Mas ali acontece muito essa troca de experiência de que falei. Então, na nossa experiência, esse foi um fator que ajudou muito esse crescimento que nós tivemos na região.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui é a composição do que se chama de GGAA, que é o grupo gestor do arroz orgânico. Então, são representantes de produtores dos assentamentos, representantes das bases, de algumas cooperativas, porque tem umas cooperativas que são um pouco diferentes das outras. A nossa é uma cooperativa de produção agropecuária, produção coletiva, e tem a Cootap, que é uma cooperativa considerada regional, que aglutina os produtores que são chamados de individuais, que têm o seu lote e que, por um motivo ou outro, não quiseram participar ou fazer uma experiência como a nossa, que é uma experiência um pouco mais desafiadora, de trabalhar tudo de forma coletiva, dividir as tarefas, dividir as sobras e dividir os desafios também e o trabalho do dia a dia.

Aqui é a certificação que a gente tem atualmente. Isso é mais para a sociedade, que pede para ter uma garantia de que esse produto é orgânico mesmo, para não ter problemas de questionamento e também para ter o controle da produção.

Nós criamos inclusive uma marca comum, para cada um não criar a sua e, com isso, não ter muita força para comercializar.

As unidades que nós temos de armazenagem estão localizadas em três Municípios. Temos uma capacidade atual de estocagem e beneficiamento de 15,5 mil toneladas.

A comercialização, então, que é outro desafio bem grande: uma parte a gente faz em venda direta; uma parte, as feiras ecológicas; e aí, então, o mercado institucional. A gente queria abrir um parêntese aí, porque foi um dos fatores que ajudaram muito a alavancar e agora está um pouco patinando. E o papel da Conab também foi muito fundamental, na época, e agora também está meio desativada. Mas, na época, ajudou muito a alavancar, porque a gente não tinha estrutura montada de comercialização, de logística, e ainda não tem muito isso. A Conab ajudou a canalizar essa produção. A alimentação escolar, através do Pnae, ajudou bastante. Então, também foram fatores que contribuíram para nós alavancarmos o nosso crescimento no sentido de nos mantermos economicamente também e conseguirmos fechar a linha de produção. As agroindústrias são um investimento alto. Então, nós não conseguimos muitos recursos públicos, tivemos que ir para os recursos privados e conseguir dar a volta.

Aqui eu queria só aproveitar e relatar um fato que aconteceu, neste ano, aqui na região, nos Municípios de Nova Santa Rita e Eldorado, um pouco o que representa essa questão dos venenos e como isso é agressivo. Como tem os assentamentos, tem um assentamento próximo daqui que fica, inclusive, perto da cidade, que produz bastantes hortifrutigranjeiros e faz feiras na região metropolitana. Os aviões passaram veneno, que é a aviação agrícola, e, à deriva, derivou veneno e praticamente terminou com a produção orgânica de mais de 15, 20 famílias. Então, é só para encerrar esse caso e mostrar como essa questão do veneno afeta, inclusive, quem produz. Foi feita denúncia e tudo. O fazendeiro, inclusive, ameaçou as famílias e passou de novo por cima por gosto. Então, acho que tem que também discutir essa questão das leis de pulverização, do uso do veneno, porque, além de contaminar a própria produção, está contaminando toda a produção dos outros também, na área dos orgânicos ali. A gente poderia falar um monte, não é?

Então, eu acho que, a princípio, era isso que a gente tinha, uma breve contribuição, um pouco do relato do que a gente faz e a experiência que a gente tem aqui, que é possível produzir alimentos orgânicos aos poucos e até com uma escala um pouco maior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Você conheceu o Adão Preto, Airton?

O SR. AIRTON LUIZ RUBENICH – Sim.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Conheceu?

O SR. AIRTON LUIZ RUBENICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu fui colega do Adão Pretto, do Deputado, e ele falava muito nessas comunidades aí do Rio Grande do Sul, brilhante, maravilhoso. Depois eu falo. Deixo vocês falarem primeiro. Depois nós falamos sobre o Adão Pretto e outros.

Muito bem. Agora vamos passar a palavra para Bela Gil, que todo mundo conhece. Não é preciso eu ficar falando aqui do seu currículo maravilhoso, rico, extenso, fantástico, que já é sobejamente conhecido entre nós todos.

Bela Gil.

A SRA. BELA GIL (Para expor.) – Muito obrigada, Senador Confúcio.

Eu queria agradecer também ao Senador Jaques Wagner. Ele não está mais aí, mas agradeço muito o convite por esta Comissão.

Eu acho muito importante a gente estar debatendo, numa Comissão de Meio Ambiente, a comida.

Eu também queria cumprimentar os colegas – é sempre bom ouvir a Paula – e os outros que eu conheci aqui agora, mas com a Paula já tive a oportunidade de estar junto, assim *on-line*.

Eu vou começar falando um pouco sobre alimentação saudável, que é uma paixão assim na minha vida, e eu acho importante a gente entender a sua complexidade e a sua completude. Quando a gente fala de alimentação saudável, é importante a gente falar disso em nível individual, mas também em nível coletivo, como sociedade, e em nível planetário. Então, obviamente, uma comida saudável vai fazer bem para o nosso corpo, mas ela precisa respeitar a terra, respeitar o solo, respeitar e valorizar quem trabalha nela, que são os agricultores. A gente sabe que 70% da nossa comida vêm da agricultura familiar, enfim, a agricultura familiar detém somente, ocupa somente 23% das terras cultiváveis no Brasil, o resto está na mão do agronegócio. Imagina se a gente tivesse então uma reforma agrária popular, baseada nos princípios da agroecologia, a gente poderia solucionar muitos problemas relacionados à fome, à insegurança alimentar e à má alimentação.

Então, eu acho... Bom, esse fator é superimportante, mas eu acho que a gente precisa falar também sobre essa comida para além do prato. Por que a gente está aqui hoje, na Comissão de Meio Ambiente, falando sobre alimentação? Porque ela é uma ferramenta muito poderosa de transformação. Não só... Acho que quem já teve uma experiência, em nível individual, em relação à alimentação saudável, mudou a alimentação, sabe como a alimentação transforma o nosso corpo, a nossa vida. E, no macro, é a mesma coisa. A gente pode transformar o nosso mundo através das nossas escolhas alimentares, da forma como a gente produz, distribui e consome os alimentos. Então, a comida é essa ferramenta muito poderosa de transformação política, econômica, social, ambiental, cultural, nutricional, enfim, a gente pode aqui enumerar várias, mas é importante a gente entender também que essa possibilidade de usar a comida como uma ferramenta de transformação está na mão de poucas pessoas ainda. Não são todas as pessoas que têm essa oportunidade de escolher o que comer, porque só assim, só escolhendo o que você pode comer, só escolhendo o que você pode plantar, só escolhendo, tendo essa oportunidade, é que a gente pode usar a comida como essa poderosa ferramenta.

Eu, por exemplo, escolho consumir produtos agroecológicos. O arroz Terra Livre é o arroz que entra aqui em casa, é o arroz que está no meu restaurante. Eu escolho produtos orgânicos, agroecológicos, porque eu sei, eu tenho a informação e eu tenho acesso a esse alimento, eu sei do seu poder e das suas vantagens para o meio ambiente, para a terra, para os agricultores. Essa é uma escolha consciente minha, mas pelo fato de eu ter esse conhecimento, essa informação e esse acesso. A mesma questão com





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

produtos da nossa biodiversidade, como já foi falado, que é importantíssima. É importantíssimo a biodiversidade estar conservada, preservada para a manutenção da gente como seres humanos aqui na Terra. Então, eu consumo, eu divulgo esses produtos, principalmente produtos da biodiversidade amazônica: babaçu, cumaru, castanha-do-pará, enfim, vários outros produtos. Eu faço isso porque eu tenho consciência de que, consumindo esses produtos, eu consigo apoiar os povos originários a se manterem nos seus territórios e, nesse sentido, as comunidades extrativistas, de coletores, se mantendo ali, é uma forma de manter a floresta em pé. Ao consumir uma castanha-do-pará que vem de uma comunidade ribeirinha, por exemplo, no meio do Xingu, eu estou ajudando, apoiando essa comunidade a se manter no território, a preservar a floresta, a preservar uma castanheira em pé. Então, acho que é muito importante a gente ter essa consciência. Quando a gente fala de alimentação saudável, não é só saber se a comida faz bem ou mal para a nossa saúde, mas tem que ser a saúde, como eu falei, individual, coletiva e planetária.

Por outro lado, eu acho que é importantíssimo a gente não ignorar os fatores socioeconômicos e responsabilizar somente o indivíduo sobre aquilo que come. A gente precisa de políticas públicas, como já foi falado pela Paula e pelo Paulo, que regulem melhor as empresas e o mercado, como também a gente precisa dar assistência maior à população, para que todos tenham acesso à terra para plantar, primeiramente, e à comida de qualidade para comer. Então, a gente não pode responsabilizar somente o indivíduo por aquilo que ele come. As políticas públicas são fundamentais neste sentido: para a gente incentivar aquilo que é bom e desincentivar o que é ruim.

Então, eu queria trazer um pouco do nosso cenário atual, que é essa sindemia global que a gente vive, em decorrência do sistema agroalimentar, que é o conjunto dessas três pandemias: de obesidade, de desnutrição e fome e do aquecimento global.

Então, na questão da fome, acho que já foi até colocado aqui, mas é muito triste a gente viver em um mundo que tem uma produção suficiente para alimentar 10 bilhões de pessoas e a gente ainda ter mais de 800 milhões de pessoas passando fome. E isso se dá por essa concentração de terra, pela concentração no controle de produção, pela desigualdade social e pela perpetuação da pobreza. Eu acho que a fome é bem estratégica, na verdade, na nossa sociedade, porque quem tem fome aceita qualquer coisa, aceita qualquer trabalho. Então, é muito importante uma sociedade alimentada. Em uma sociedade sem fome, a gente consegue dar poder ao povo. E não necessariamente é isso que esse sistema alimentar e econômico hegemônico quer. Então, eu acho que é importante a gente ter isso também em mente. Como diz Josué de Castro, a fome no mundo não é um problema técnico, e sim um problema político. Por isso, eu fico muito feliz de a gente estar conversando aqui, nesta Comissão no Senado, sobre essa questão da alimentação, dos sistemas agroalimentares e das suas consequências. Nos moldes que existe hoje, uma das consequências é a fome. Então, a gente precisa urgentemente mudar isso.

E falando, então, da obesidade, desse outro aspecto dessa sindemia, a questão da obesidade está muito relacionada a esse modelo de produção, distribuição e consumo dos alimentos ultraprocessados. Quando eu falo produção – eu acho até que a Paula tocou nesse assunto –, é importante a gente entender que os insumos, a matéria-prima da produção de produtos ultraprocessados... Você vai ao mercado, a maior parte dos alimentos ultraprocessados... Você vai ao supermercado, olha ali na prateleira, a maior parte deles tem, como matéria-prima, como base, como primeiro ingrediente da lista dos ingredientes, por exemplo, um tipo de monocultura: ou é cana-de-açúcar ou é soja ou é milho ou é trigo. Agora estão querendo aprovar trigo transgênico, enfim.

É muito triste a gente jogar essa responsabilidade somente no indivíduo, quando ele vai ao supermercado escolher o que comer, porque esses alimentos que têm como base essas monoculturas que são subsidiadas pelo Governo, subsidiadas através de isenção fiscal, por meio de subsídios ou fazendo





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vista grossa para a grilagem, perdendo dívidas, enfim, através disso, eles se tornam falsamente baratos. Então, é muito difícil hoje a gente comparar um produto ultraprocessado com um produto fresco, um vegetal, uma fruta. Os valores estão completamente errados, pelo menos na minha visão de mundo. Por isso é que essa questão, acho que foi a Paula inclusive que trouxe, de a gente tributar esses alimentos ultraprocessados é fundamental para que a gente entenda o verdadeiro valor real daquilo, incluindo todas as suas externalidades, não só as externalidades ambientais, mas as externalidades sociais e de saúde. A gente precisa colocar isso na balança. Então, essa é a questão da produção. Esse problema da obesidade está muito relacionado a essa forma como a gente entendeu que deveria produzir alimentos, baseado em monoculturas muitas vezes transgênicas, que têm subsídios e assim por diante.

A questão da distribuição está muito relacionada também a essa concentração. Eu queria trazer um termo, um aspecto que é importante, que são os desertos alimentares. Muitas pessoas vivem em desertos alimentares, onde precisam caminhar mais ou quase 1km para achar um alimento fresco, sendo que ao seu lado há produtos ultraprocessados. E a gente sabe que os produtos ultraprocessados são muitas vezes hiperconvenientes, rápidos, fáceis de serem consumidos, baratos. Então, é muito difícil sem um apoio do Estado, sem uma diretriz dizendo: "Vamos caminhar para esse lado aqui, porque ele é melhor para todo mundo, dos alimentos saudáveis". Sem esse apoio do Governo, sem essas políticas públicas, fica muito difícil para a população ter uma alimentação saudável. A gente sabe que, no Brasil, nos últimos dez anos, infelizmente, a gente diminuiu o consumo de arroz e feijão. O consumo de feijão caiu 12% e o consumo de arroz caiu 17%. Isso é um dado do IBGE.

A gente sabe que as doenças crônicas não transmissíveis – como diabetes, obesidade, câncer e tal – estão relacionadas com o estilo de vida e a dieta está entre esses fatores que contribuem para um estilo de vida. Essas doenças são, muitas vezes... Na verdade, hoje em dia, elas provocam 70%, enfim, das mortes no mundo, e isso diz que a gente poderia estar evitando essas mortes através de uma dieta, através de acesso a uma alimentação saudável, uma dieta mais saudável. Então, o mundo está morrendo pela boca. A gente precisa, a gente pode – essa que é a questão – melhorar a forma como as pessoas se alimentam.

Por último, eu queria trazer a questão do aquecimento global, que é totalmente impactado pela forma como a gente produz os alimentos, a forma como a gente produz e a gente consome, mas principalmente como a gente produz os alimentos. Eu acho que foi o Rafael que trouxe o dado das emissões de gases de efeito de estufa relacionados ao sistema agroalimentar e, se eu não me engano, são de 30% as emissões de gases de efeito de estufa em nível global que vêm da agricultura e pecuária, e isso pode ser revertido. A gente fala esses dados e aí, enfim, as pessoas podem pensar: "Poxa, mas a gente vai o quê, não comer? A gente não vai produzir comida? O que a gente vai fazer? Isso é um mal necessário". Não, não é um mal necessário, é essa a questão. A forma como a gente vem produzindo a comida foi o que nos colocou nesse lugar.

Agora, se a gente transitar, se a gente mudar o foco, se a gente passar de uma produção altamente maléfica para o meio ambiente e passar para uma produção benéfica, que é através da agroecologia, que é através de sistemas agroflorestais, através da aplicação de agricultura sintrópica, agricultura regenerativa, essas formas de se produzir comida não só deixam de emitir gases de efeito estufa como elas conseguem sequestrar carbono, então, a gente consegue resfriar a nossa atmosfera produzindo comida. É uma solução, a gente está com o problema e com a solução no mesmo lugar, só basta a gente escolher o que a gente quer. Eu acho que é aqui que está o poder de escolha, o foco. Por isso, eu acho esta Comissão de suma importância. É o momento que a gente tem de decidir, de falar: "A gente está fazendo errado, a gente está fazendo mal feito e a gente pode mudar. A gente pode mudar para ter uma vida mais harmônica, para ter comida no prato de todos". Eu acho isso fundamental.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quis trazer, enfim, essa sindemia global, que é esse conjunto, essa conjuntura de pandemias que são decorrentes do nosso sistema agroalimentar, para a gente entender como a comida, que é um direito básico de todos, e a nossa alimentação podem, sim, mudar o nosso destino, o nosso futuro.

Então, eu queria agradecer essa oportunidade e convidar todos a repensarem o que a gente escolhe para consumir, porque isso vai mudar a forma, enfim, como a gente sobrevive aqui. E gostaria de não só convidá-los a repensar a forma como a gente consome os alimentos, mas convidar aqueles que têm a possibilidade de deixar a vida das pessoas mais fácil, mais justa, mais acessível à alimentação saudável a fazê-lo, com políticas públicas a favor de tributação dos alimentos ultraprocessados, com o fim dessa isenção fiscal para agrotóxico... Enfim, há muitos fatores e são diversas as formas que a gente tem de priorizar uma alimentação saudável e frear o avanço do consumo de alimentos ultraprocessados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Bela Gil, pela sua apresentação feita, assim, sem projeção nenhuma, tudo muito natural...

Essa palestra com vocês vem desse Junho Verde, criado aqui pela nossa Comissão de Meio Ambiente, e trouxe hoje este tema da alimentação saudável, que é extremamente importante. Eu vi aí a diversidade de opiniões de especialistas, cada um colocando seus pontos de vista de uma maneira profunda, extremamente profunda.

Somente Jaques Wagner, pela sua liderança, pela sua simpatia, conseguiria trazer um grupo tão selecionado como vocês! Eu sei que no YouTube vão ficar registradas as falas de todos os apresentadores, tal a profundidade com que foram apresentadas. Tivemos o Airton, que apresentou a sua experiência de cooperativismo comunitário lá no Rio Grande do Sul, que foi extremamente interessante; e os demais também, cada qual na sua área de formação.

O tema agroindustrialização é extremamente interessante. Alguns Estados brasileiros, entre eles o Estado de Santa Catarina e o Estado de Rondônia, são os Estados que têm mais agricultura familiar do País. O próprio ex-Ministro Afonso Florêncio, um baiano que vocês conhecem, à época em que era Ministro e eu era Governador de Estado, mandou me chamar aqui em Brasília e me deu uma aula – eu, que sou de lá, era Governador e tinha sido Prefeito e tudo lá no Estado – sobre a agricultura familiar de Rondônia. É um Estado em que nós temos... É o Estado da reforma agrária, aquela reforma agrária dos anos 70. O Estado de Rondônia foi edificado sob a égide da colonização de um eldorado brasileiro, e, logicamente, nele entrou muita gente do Sul e de outros Estados mais ou menos afugentada pela agricultura industrializada que estava entrando naquela época no Paraná e em outros Estados e que foi para o Mato Grosso, para o Maranhão, para Rondônia, para o Tocantins e lá chegou essa leva de imigrantes. Entre eles, eu, que fui também. Eu sou médico e fui nessa safra também para lá, para Rondônia.

O Afonso Florence, como Ministro do Desenvolvimento Agrário, na época, me animou bastante a levar o conhecimento aos agricultores familiares, o conhecimento científico e a tecnologia. Ele me ajudou a montar a primeira feira de agricultura familiar do Estado de Rondônia. Inclusive, o financiamento de até R\$50 mil de máquinas ou insumos o Governo do Estado pagava – era juro zero –, para justamente para estimular a agricultura familiar.

Nós compramos muito. Eu segui muito as teorias de Paul Singer, com a sua economia solidária, e também a de um que vocês não conhecem bem, que é Clodomir Santos de Moraes, que é um pernambucano, professor *honoris causa* de algumas universidades brasileiras e estrangeiras também, que criou a técnica de preparação massiva para a produção de alimentos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ele foi uma pessoa extremamente importante para mim, como gestor, na introdução da agricultura familiar robusta no Estado. E lá em Rondônia, como vocês conhecem outros Estados, há também as escolas família agrícola. As escolas família agrícola têm o objetivo, mais ou menos como o Aírton falou aí, de um meio a meio entre o conhecimento e a prática, que são as chamadas escolas de alternância, uma maravilha, que nada mais é do que a agroecologia pura.

Eu criei um Instituto lá chamado Instituto Abaitará. Eu consegui levar índios e quilombolas para fazerem o curso técnico de agroecologia. O interessante nessas experiências com esses segmentos populacionais ribeirinhos, extrativistas, índios e quilombolas, é que também me deram assim uma robustez nesse sentido. Passamos a comprar comida da agricultura familiar, quando eu fui Prefeito na cidade de Rondônia, diretamente a produção para os hospitais e para todas as escolas os produtos da agricultura familiar. A compra era feita com uma licitação em separado, somente com os pequenos. Não deixavam os supermercados e outros atacadistas participarem, só mesmo as agriculturas familiares. Então, com tudo que vocês falaram aí, fiquei assim muito embevecido.

E a experiência do Aírton coincide muito com a experiência que nós temos em Rondônia, chamada projeto Reca. O projeto Reca fica bem na divisa do Acre, no distrito Califórnia. É um projeto agroecológico impressionante, impressionante.

Quando o Aírton apresentou o dele, eu falei: nós temos um lá não tão grande como o dele, mas também assemelhado. Eu fiquei assim entusiasmado com o Projeto Reca, que existe lá no Estado de Rondônia. Assim eu vi também a Paula falar sobre tributação de alimentos ultraprocessados. Está na hora, viu, Paula! Está na hora, se tramitar a reforma tributária, de você escolher a mim ou mesmo ao Jaques Wagner para apresentar a sua proposição do aumento da tributação sobre alimentos ultraprocessados. Então, chegou a hora!

Eu perguntei ao Aírton se ele conhecia Adão Pretto. O Adão Pretto veio do Movimento Sem Terra. Foi realmente um defensor ardoroso de todas essas políticas de produção da agricultura familiar sustentável. Ele pregava isso bastante quando era vivo – ele já é falecido. Um colega fantástico, que deixou, para mim mesmo, muitos ensinamentos.

Mas, sem querer substituir o Jaques Wagner, que é insubstituível, eu quero agradecer a todos vocês e deixar aqui uma pergunta para cada um que não é de minha autoria – a pergunta é dos internautas. Será uma para cada um, para não irem embora sem responder à audiência que vocês tiveram. Eu selecionei poucas – uma só para cada um. Respondam o mais rapidamente possível para não tomar mais o tempo de vocês. Eu agradeço muito. A nossa Comissão ficou muito vaidosa, muito qualificada, muito exibida com a participação de vocês. Nós nos sentimos aqui hoje muito importantes com a participação de pessoas tão maravilhosas, com tanto conhecimento, com tanta explanação linda, com tantos bons exemplos práticos para que se possa ter uma vida saudável na terra em nosso País.

Então, vamos às perguntinhas, rápido, para não tomar o tempo.

Para Rafael Zavala, da FAO, a pergunta é de Osvaldo Lessa, lá da Bahia. À pergunta, Rafael, você responde no final – pode dirigir a resposta para o Osvaldo –: "Por que a Organização Mundial de Saúde não proíbe o Brasil de importar agrotóxico que os Estados Unidos rejeitaram?". É só essa a pergunta.

Aliás, há outra pergunta para o Rafael – mais uma, Rafael, para você –: "Quais os impactos ambientais, econômicos e de produção dessa agricultura sustentável?". Olha bem, a pergunta não é minha; a pergunta é dele lá. Se houver alguma falhazinha na pergunta, responda para ele como ele perguntou.

Bem, agora para a Paula Johns, de Ana Karoliny, do Paraná: "É possível otimizar a utilização da água na agricultura? Como a agricultura pode enfrentar melhor as dificuldades relativas à crise hídrica?". Essa pergunta é de Ana Karoliny, Paula.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para Thalita Antony de Souza Lima, de Francine Xavier, do Rio de Janeiro – não sei se vai querer responder a isso, mas a pergunta é para você: "Qual o plano do Governo para apoiar a agricultura familiar e o fortalecimento da agroecologia?". Você nem vai querer responder a essa pergunta, mas responda a seu gosto.

Para Paulo Petersen, de Mylena Bernuncio, de São Paulo: "A diminuição dos agrotóxicos contribui para uma alimentação mais saudável. Quais seriam as medidas necessárias para essa [...] diminuição [dos agrotóxicos]?".

Para Airton, rei da cooperativa, do cooperativismo comunitário, a ouvinte, a telespectadora chama-se Kauana Oliveira, do Paraná: "A agricultura sustentável causaria aumento dos produtos para o consumidor?".

Para Bela Gil, de Leonardo Toledo, de São Paulo: "A agricultura atual é sustentável?". Essa é pergunta.

Vamos às respostas.

Pode começar, Rafael Zavala.

O SR. RAFAEL ZAVALA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Saúdo todos os colegas e as colegas.

Primeiro, eu vou responder à segunda pergunta, dos impactos ambientais. A maneira de produzir tem mudado muito nos últimos 40, 50 anos, mas a figura jurídica de uso e posse da terra, não. Eu acho que estamos prontos para uma nova figura jurídica de uso da terra, sobretudo, nas zonas de fronteira agrícola. Nessa zona, onde são indispensáveis os sistemas de produção agropastoril ou agroecológico, temos que mudar a maneira como se percebe o uso do solo. É uso urbano ou uso produtivo ou área protegida? Temos que ter uma nova palavra para precisamente apoiar esse sistema, que inclui os serviços ambientais. Além da captura de carvão, temos também de mensurar a fixação de hidrôgenos à biodiversidade, a captura de água, sobretudo, nessas zonas de fronteira agrícola, que nos vão permitir uma barricada, um cinturão verde entre a parte agrícola e a parte rural.

Eu estou verdadeiramente convencido de que temos de ter uma nova figura política de uso e da posse da terra para essa região. E Rondônia seria um exemplo fabuloso para começar.

No caso das interdições, nós, como Organização das Nações Unidas, não somos punitivos, não somos jurídicos, não acusamos. Isso está proibido. Sobre o uso dos transgênicos, faz parte da soberania de cada um dos países decidir sobre que política adotam. No caso dos agrotóxicos, sim, há um acordo mundial, que saiu de Roterdã, de que certos agrotóxicos estão proibidos, como o DDT – esse é antigo e está totalmente interdito, totalmente proibido. Há outros como o glifosato, o Roundup, que são permitidos nos Estados Unidos e proibidos na Europa.

Há também uma situação de pleito comercial, alvo de disputa comercial. Mas é do intento de cada país decidir, dentro dos defensivos permitidos, quais se deve racionalizar, quais se deve proibir, dirigindo-se sempre a uma agricultura limpa.

À medida que vamos produzindo alimentos de maneira mais limpa, vamos estar mais perto de alcançar uma agricultura sustentável e, quem sabe, uma mescla, em que se possa diminuir a monocultura na medida do possível.

Uma última reflexão, Senador. Quero relembrar a todos, meu amigo Paulo Petersen disse e muitos outros dizem, que o agronegócio não produz alimentos. A grande maioria do milho e da soja não vai para os homens, vai para os animais, para produzir proteína e para produzir proteína de que o mundo precisa, quíça estão aqui. Aqui se consome muito, aqui se consome 100kg de proteína *per capita*, os brasileiros; mas a grande maioria da soja e do milho vai para alimentar suínos e para alimentar bois, sobretudo na





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

China e em países que estão crescendo e que eram vegetarianos por pobreza e não vegetarianos por convicção. À medida que tenham maior poder aquisitivo, demandam proteína.

Temos que fazer as coisas de tal modo que esse alimento que será para todos, de todo modo, seja sem prejudicar a biodiversidade, sem prejudicar o solo.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Muito obrigado, Rafael.

Eu passo a palavra para a Paula Johns, para responder também e para as suas considerações finais.

A SRA. PAULA JOHNS (Para expor.) – Obrigada.

Acho que o Rafael já começou a responder. Essa pergunta é específica sobre a utilização de água. Eu ia até mostrar aqui um eslaide, só que não está habilitado. É claro que uma agricultura mais sustentável, pressupõe uma otimização do uso da água. Se a gente olhar isso, para o escopo das políticas públicas que são necessárias, eu diria que a gente está em maus lençóis no Brasil, porque, se você olhar – eu ia trazer, o que eu vou falar – os dados, eu ia trazer aqui um gráfico mostrando todos os programas fundamentais para você garantir uma agricultura mais saudável, de qualidade, seja o PAA, seja os programas da Ater, distribuição para grupos populacionais específicos, acesso à água para consumo humano e para produção de alimentos na zona rural, ou seja, programa de cisterna, tudo isso teve uma variação, uma queda entre 80% e 100% de financiamento, de recurso. Então, essas políticas estão sendo, sistematicamente, desmontadas. Os números são chocantes. Acho que estamos dando alguns passos atrás em relação a conseguir um modelo de agricultura mais sustentável, mais promotora da saúde.

Estou até entrando um pouco na pergunta que foi colocada para a Thalita, mas como eu não sou do Governo, eu estou mais trazendo aqui elementos, como sociedade civil que acompanha esses assuntos, de que a gente está em maus lençóis.

Eu acho que o Airton talvez tenha uma experiência concreta, porque ele trouxe como foram importantes esses programas para a estruturação da cooperativa; aliás, lindíssima, Airton. Parabéns! Muito orgulho de ver essas histórias de sucesso e ver que elas acontecem. Talvez os exemplos que o Senador trouxe também de Rondônia são muito importantes.

Acho que a gente tem agora é que também fomentar e promover essas iniciativas locais, estaduais, através da possibilidade de políticas em que a gente tenha a possibilidade maior de aumentar.

Eu conheci o Adão Pretto, Senador. Eu já discuti muito a questão da diversificação das áreas produtivas com tabaco, no sul do Brasil. E ele sempre foi uma pessoa muito participativa em todas essas discussões.

Falando só uma palavra sobre a agricultura familiar, que eu acho que às vezes também ela está envolvida em cadeias maiores que tampouco são sustentáveis. Eu acho que a cadeia de produção de tabaco serve muito como esse exemplo. Então, você tem um deslocamento de milhares de agricultores, na Região Sul do Brasil, que poderiam estar produzindo alimentos em pequenas propriedades de base agroecológicas e que acabam entrando numa cadeia produtiva bem complicada sob vários pontos de vista. Então, acho que gente tem que olhar como é que essas cadeias também funcionam, em que tipo de sistemas alimentares ou não alimentares, sistemas de agricultura, de produção agrícola que acabam usando os elos mais fracos da cadeia produtiva, que são os agricultores, em última instância, os agricultores e as agricultoras.

Eu só queria fechar aqui fazendo uma propaganda. Eu mencionei o PNAE. Passou um projeto de lei na Câmara. Ele está no Senado. E amanhã vai haver um ato grande. São mais de 42 organizações da sociedade civil, movimentos sociais, coletivos, enfim, academia, nesse ato, uma mobilização em defesa do PNAE, da manutenção da essência do PNAE, que vai ser amanhã, às duas horas da tarde. A ANA





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também está envolvida, várias entidades, amanhã, às duas horas da tarde, ao vivo, no Zoom e no YouTube, uma mobilização bem grande. Acho que o Senado precisa se mobilizar com relação a segurar o que veio da Câmara e que não está legal.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Paula.

Com a palavra a Thalita, para responder à nossa internauta.

A SRA. THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA (Para expor.) – Obrigada pela pergunta, Francine. Aliás, obrigada a todos que estão acompanhando esta audiência com todas as perguntas.

Bom, acho que, como representante aqui de um órgão de Governo, a principal mensagem que eu gostaria de deixar é que qualquer discussão envolvendo a promoção da alimentação saudável, dos sistemas alimentares sustentáveis, precisa ser feita, primeiro, de forma interdisciplinar. Eu acho que eu comentei isso na minha apresentação. E essa foi uma mensagem muito importante que, inclusive, FAO e OMS passaram, hoje, no evento comemorativo em relação ao dia mundial. Então, uma discussão interdisciplinar envolvendo os diversos atores. Então, estamos aqui claramente... *(Falha no áudio.)*

...modelo, evento que nos dá essa oportunidade de discutir, de ouvir os diferentes atores. Então, a Anvisa tem buscado isso em sua atuação, uma atuação baseada no diálogo, baseada na transparência. O debate precisa ser cada vez mais qualificado. Eu acho que os governos precisam muito disso, dessa informação qualificada e desse debate para que a gente possa fazer a regulação que proteja, que estimule, promova a saúde da população, mas que seja uma regulação que também estimule o desenvolvimento que a gente busca e alcança dos objetivos para o desenvolvimento sustentável na agenda de 2020.

Então, desde já, deixo a Anvisa à disposição para a gente ter continuidade nesse diálogo.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Thalita.

Com a palavra, Paulo Petersen.

O SR. PAULO PETERSEN (Para expor.) – Obrigado, Senador.

A pergunta que me foi dirigida tem uma resposta agrônômica e uma resposta política.

Do ponto de vista agrônômico estritamente, discutir redução de agrotóxico, a estratégia técnica para discutir redução de agrotóxico tem que partir do entendimento de por que surgem os problemas que suscitam o uso dos agrotóxicos. A explosão de populações de pragas e de doenças são evidências de desequilíbrios ambientais. Então, quanto mais nós desequilibramos os ecossistemas, maior será a necessidade de química. Então, como eu já disse antes, a gente está sempre correndo atrás da natureza. Então, é um processo de artificialização crescente e, quanto mais agrotóxico se usa, mais agrotóxico será necessário.

Do ponto de vista do princípio agroecológico de manejo, não se substitui agrotóxico por um produto menos tóxico, substitui-se agrotóxico por serviços ecológicos da própria biodiversidade. O uso da biodiversidade nas paisagens agrícolas é que permite que essas populações não se desequilibrem. Então, você não tem danos econômicos. Não tendo danos econômicos, não é necessário usar nenhum tipo de recurso, sobretudo recursos químicos. Quando ocorre algum tipo de problema assim, existem alternativas biológicas já bastante consagradas na ciência, tanto de uso de controle biológico, com outros organismos, quanto produtos naturais.

O grande problema é que nós alteramos completamente as paisagens, a biodiversidade, e isso favorece o aparecimento dessas pragas e doenças. Então, agrotóxicos são uma necessidade óbvia. Então, esse correr contra a natureza é um ciclo vicioso de crescente dependência e de crescente custo de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

produção, porque todos esses agrotóxicos, além de todos os danos ambientais e à saúde, geram danos econômicos a quem produz, inclusive muitos deles também derivados de petróleo. Então, você vai gerando também uma série de irracionalidades econômicas, não é só ambiental e à saúde pública.

Então, é absolutamente possível do ponto de vista técnico. Agora, é preciso superar a lógica da monocultura e dos grandes criatórios. Enquanto a gente continuar indo contra a natureza e estruturando os sistemas dessa forma, essa química será necessária.

Então, assim, dialogando inclusive com o Rafael também, eu acho que é exatamente a gente entender que essa lógica de ocupação dos territórios com grandes monoculturas para exportação, que seja milho, que seja soja, que seja celulose, que seja o que for, a lógica que preside não é a de produção de alimentos, é a de produção de mercadorias, que hoje pode ser destinada para a alimentação do gado; amanhã, se o preço estiver melhor, vai para o etanol; se o preço estiver melhor, vai para outra coisa. Quer dizer, o que preside não é a produção de alimentos. Então, a racionalidade econômica que domina as *commodities* é outra, que não é produzir alimentos.

Agora, vamos compreender que essa soja e esse milho vão para produzir carne, mas carne e aves em grandes confinamentos, que inclusive são responsáveis também pela possibilidade de criação de novas pandemias. Para você manter aqueles grandes confinamentos, é necessário um grande uso de químicos, de antibióticos e por aí vai. Então, também na produção animal, existe um afastamento enorme da natureza. O que é possível? Qual é a lógica da agroecologia? É produzir carne, proteína animal, integrado à produção vegetal na própria paisagem. É o que historicamente a humanidade fez. O que não dá é essa lógica de aumento das dietas cárnicas, do jeito que está explodindo. Isso é uma completa irracionalidade. Não é um discurso vegetarianismo aqui. Eu estou dizendo é como nós vamos consumindo cada vez mais carne. Esse consumo de carne, do ponto de vista ecológico, é um desastre para o Planeta, porque a gente precisa de muito mais produção vegetal, muito mais ocupação de território, e nós não precisamos de maior consumo de carne. É preciso consumir, sim, proteínas animais, mas o que nós estamos é numa lógica absolutamente irracional do ponto de vista da saúde humana e do Planeta e, ao mesmo tempo, com a destruição da biodiversidade.

Então, agronegócio não produz alimento, definitivamente. Agronegócio produz *commodities*. Nós temos que ter esse entendimento e colocar o alimento na centralidade, o direito humano à alimentação, inclusive da população chinesa, que sempre consumiu pouca carne. Eles têm plena condição de consumir carne com a agroecologia, assim como na Europa. Aqueles criadouros europeus de frango, de porco, aquilo é uma irracionalidade, e eles mesmo sabem os problemas ambientais e sociais que são criados lá. E há os problemas ambientais criados aqui para a produção de soja, como a destruição da Amazônia e tudo mais. Esse sistema é inviável.

Então, basicamente, essa é a mensagem que eu gostaria de compartilhar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bom, Paulo. Muito agradecido.

Agora eu passo para o Airton Luiz para responder a pergunta do nosso internauta e também fazer as suas considerações finais.

O SR. AIRTON LUIZ RUBENICH (Para expor.) – Muito bem. Eu acho que, em grande parte da minha pergunta, o Paulo já me ajudou a responder. E, se nós pegarmos as falas dos outros e juntarmos num resumo, isso quase responde a pergunta que me fizeram.

Mas, bom, eu vou começar pelo seguinte: bem, a agricultura sustentável produz, bota mais disponibilização de alimentos na mesa. A primeira questão que acho que tem que ter em vista, que é uma das coisas que a gente está debatendo aqui e tem que debater, é: qual é o conceito de agricultura sustentável? Primeiro, é isso que está por trás. Eu acho que uma das questões que foram faladas, pela





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bela Gil ou mais alguém, é o acesso à terra, a democratização do uso da terra. Tem que começar por ali. Daí tu já quebras um pouco essa questão que o Paulo falou da monocultura, porque não produz alimento. Tem que começar por ali. Se olhar a agroecologia por si só, vai ficar no vácuo, no vazio, porque, se não há essas medidas aqui juntas, além de outras que também acho que são importantes, que já foram faladas, que são políticas públicas, que têm que ter incentivo... Por que não, Senador, nós começarmos a discutir um projeto de isenção de impostos para a agricultura orgânica e familiar? Então, são esses tipos de políticas públicas. A gente pode elencar um monte, que já foi dito ali e não vou repetir.

Então, uma agricultura sustentável passa por várias medidas, e, aí sim, eu creio que ela tem muito mais disponibilidade de produtos, de alimentos, além de volume e qualidade.

Por exemplo, vou fazer um cálculo simples para quem conhece um pouco da agricultura: aqui as nossas famílias, mais ou menos, a gente atua em cima de 500 hectares de terra. Você pega simplesmente 500 hectares de terra, se for tudo produção de arroz convencional, dá X toneladas, que é uma produção... Vamos pegar a produção do Irga, uma produção alta. Agora, se pegar hoje o que nós produzimos aqui, além do arroz, os outros produtos, dobra a soma da produção dos outros. Se pegar só a produtividade, porque nós já estamos chegando a... Por exemplo, o Irga trabalha com 7,7 toneladas por hectare; nós estamos chegando quase a 5 toneladas, com todos os percalços. Se tivesse uma Embrapa, que nem o Paulo disse, que tem muita biodiversidade já disponível, mas que poderia ter mais acesso e ser mais disponível, nós poderíamos até aumentar.

Só para completar, eu não poderia deixar de falar da questão que o Paulo fala, das pragas, por exemplo, nós, aqui, na produção de lavoura, já não temos mais nenhum problema de praga. A questão do agrotóxico, para nós, é a parte mais tranquila, que a gente já conseguiu resolver. Nós estamos um pouco na questão da saúde do solo, da fertilização do solo, ainda apanhando um pouco trabalhando, mas essa é outra parte. Por nós termos uma produção saudável, as doenças praticamente sumiram. Então, tem que entender a lógica da natureza. Então, é muito gritante o que o Paulo fala, é muito preocupante o que a gente conhece, cada vez mais, as plantas estão ficando resistentes ao veneno... Olha, é terrível o troço! Cada vez mais, vai ter mais aumento de agrotóxicos. Se não parar isso aí, não sei onde vai parar. A gente tem experiência, conhece, o Paulo também conhece lavouras... Eu, como sou agricultor, a gente acompanha e conhece as plantas dos nossos conhecidos que ainda não plantam soja, milho, tudo, transgênico... Cada vez mais, a gente tem que fazer uma aplicação de produto, porque a planta está ficando resistente, tem que mudar o tipo de veneno... Então, esse troço está ficando perigoso mesmo.

Mas, para finalizar, quero agradecer pela participação. A gente não é muito prático nessas audiências, mas espero ter contribuído. E quero agradecer também à Bela Gil, que sempre faz propaganda do nosso arroz, o que é muito importante também. Além de a gente brigar, eu acho que a briga é pelas políticas públicas, agricultura familiar, reforma agrária... A gente tem que estar junto nessa questão do meio ambiente, e não só discutir. Eu não vejo como só discutir meio ambiente sem ter uma agricultura familiar, uma reforma agrária por trás do acesso à terra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem! A sabedoria está na simplicidade. Falou muito bem. Todo mundo o entendeu. Muito bem!

Agora, para finalizar, Bela Gil com a palavra.

A SRA. BELA GIL (Para expor.) – Bom, a pergunta direcionada a mim foi se a agricultura atual é sustentável. A resposta é que eu diria que depende. Eu digo que depende, a resposta é sim e não, porque a gente precisa pensar em que tipo de agricultura a gente está falando. Eu acho que, se a gente pensar na questão do agronegócio, para mim, já não é mais agricultura. É o que o Paulo falou: a produção não é mais de alimento, mas de *commodity*, de mercadoria. Então, se perde esse valor de alimentar. Então, eu acho que, nesse caso, não, mas eu nem considero agricultura.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, dentro do que se pode chamar de agricultura, aí, sim, acho que depende, depende do tipo que a gente está falando, da forma como se trabalha a terra, da forma como se produz alimento, se é uma agricultura regenerativa, sintrópica, agroflorestal, agroecológica ou se é uma agricultura baseada em veneno, mesmo que seja da agricultura familiar. A Paula trouxe a questão do tabaco, enfim, uma agricultura familiar pode usar bastante veneno e aí eu não vou entrar na questão do que isso envolve, se só cabe a escolha do agricultor ou não, porque é uma questão ética, social e econômica mais profunda. Mas o que eu quero dizer, para não me alongar muito, é que a forma como a gente produz comida hoje no mundo não é sustentável e a gente precisa mudar isso urgentemente. Então, essa é a resposta mais direta, mas obviamente tem muito o que se discutir quando a gente fala de agricultura e o que a gente considera ser agricultura. Então, é isso.

Agradeço bastante...

Ah, e uma coisa que eu queria trazer que foi falado, na verdade, uma pergunta, acho que foi para a Paula inclusive, sobre água. É importante a gente entender que a água tratada no Brasil, 70% da água tratada vai para o agronegócio, é utilizada no sistema de irrigação e tudo mais, do que não se fala tanto. A gente fica falando para as pessoas fecharem a torneira na hora de escovar os dentes, sendo que 4% da água tratada vai parar nas nossas torneiras e tal; o restante é para produção principalmente dessas grandes monoculturas, o que está relacionado a essa política da China de importar soja do Brasil, porque é uma forma que eles têm de proteger os seus recursos ambientais, principalmente a água, o recurso hídrico. Então, é triste a gente se gabar ou a gente comemorar o PIB proveniente do agronegócio, das exportações e das safras recordes de soja, sendo que a gente está acabando com os nossos recursos. Enquanto a China está se protegendo, a gente acha que está fazendo um trabalho maravilhoso acabando aqui com os nossos recursos. Então, era só isso que eu queria trazer dessa outra pergunta, porque eu acho importante a gente ter em mente o que mais realmente consome e acaba com a nossa água.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, gente. Eu não tenho aqui as palavras que o Jaques Wagner deve ter guardado para falar para vocês de agradecimento.

Mas eu quero abraçar a todos e a todas, parabenizar pela contribuição de todos vocês, especialmente a participação dos internautas, que não esqueceram de fazer suas perguntas. Eu filtrei. Os colegas Senadores, nossos queridos convidados, muito obrigado a todos vocês.

Vou dispensar vocês. Eu acho que muitos nem almoçaram, foi uma hora difícil.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa reunião. Muito obrigado. Foi um prazer imenso ouvir todos vocês, um prazer enorme.

A SRA. PAULA JOHNS – Obrigada, boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Um grande abraço, boa sorte, felicidades!

A SRA. BELA GIL – Obrigada.

O SR. PAULO PETERSEN – Obrigado, obrigado pelo convite.

O SR. AIRTON LUIZ RUBENICH – Obrigado.

O SR. RAFAEL ZAVALA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, amigos queridos.

(Iniciada às 13 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e quatro minutos do dia quinze de junho de dois mil e vinte e um, no Reunião Remota, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner, Confúcio Moura e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Rose de Freitas e Jayme Campos, e ainda do Senador não membro Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 13/2021 - CMA, de autoria do Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e do Senador Paulo Rocha (PT/PA). **Finalidade:** Debater a MPV 1031/2021, que “dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002”. **Participantes:** Sra. Clarice Ferraz, Diretora do Instituto Ilumina; Sr. Fernando Fernandes, Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (representante de: Gilberto Cervinski); Sr. Mozart Bandeira Arnaud, Ex-Diretor de Operações da CHESF; e Sr. Nelson Hubner Moreira, Ex-Ministro de Minas e Energia. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/15>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atenção ao Requerimento nº 13, de 2021, do Senador Jean Paul Prates, com o objetivo de debater a MPV 1.031, de 2021, que dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 73, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e também a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Comunico que, dada a importância do tema, faz-se necessário promover toda a pluralidade possível, bem como garantir o aprofundamento necessário ao debate. Foi nesse sentido que a Presidência da Comissão de Meio Ambiente, no intuito de oportunizar mais tempo de fala e profundidade aos debates, optou por dividir os nomes listados no requerimento em mais de um encontro.

Eu até quero voltar a insistir com os colegas Senadores e Senadoras. É porque, às vezes, a gente faz uma audiência pública com o objetivo de aprofundar e coloca sete, oito... Acaba que todo mundo tem que falar correndo, os Senadores não conseguem perguntar, quem está nos acompanhando pela TV Senado também acho que não consegue, necessariamente, esclarecer. E eu acho que o sentido da audiência pública é tentar aprofundar, independentemente já da posição de cada um de nós, é tentar ouvir para saber se faz alguma mediação, se muda, se podemos evoluir na posição de cada um. Então, por isso, eu estou optando por fazer dessa forma.

Assim, estarão conosco, no dia de hoje, em ordem alfabética: a Sra. Clarice Ferraz, Diretora do Instituto Ilumina; o Sr. Fernando Fernandes, da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, representando o Sr. Gilberto Cervinski; o Sr. Mozart Bandeira Arnaud, ex-Diretor de Operações da Chesf; o Sr. Nelson Hubner Moreira, Ex-Ministro de Minas e Energia.

Os outros convidados já aprovados foram: Carlos Machado, técnico do Dieese; Fabiola Antezana, do Coletivo Nacional dos Eletricitários; Gustavo Teixeira, assessor desse coletivo; Mauricio Tolmasquim, representante do Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Vicente Andreu, Ex-Presidente da Agência Nacional de Águas.

Em atenção à situação gravíssima na qual lamentavelmente ainda nos encontramos em relação à pandemia, esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferência adotado pelo Senado.

Após as exposições iniciais, será dada a palavra aos Senadores inscritos.

Aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo ou registrando o seu pedido no bate-papo da ferramenta.

Evidentemente, sempre há a prerrogativa de falar primeiro ou perguntar primeiro o autor do requerimento, o Senador Líder Jean Paul Prates.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe todas as mãos, silencie os microfones e monitore as inscrições.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet – senado.leg.br/e-Cidadania –, ou pelo telefone 0800-612211.

O relatório completo de todas as manifestações e exposições estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por 20 minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição. Ao fim das exposições, a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em cinco minutos.

Primeiro, eu quero dizer que, com muito orgulho, acolhemos o requerimento do Senador Jean Paul, que vem se dedicando fortemente ao debate sobre a MP da privatização ou da capitalização da Eletrobras. É óbvio que é mais do que pertinente, nesta Comissão, nós discutirmos o tema, até porque boa parte do nosso fornecimento elétrico brasileiro é através do sistema de barragens, de grandes barragens, com a geração de energia elétrica. Toda essa reserva de água é também gerenciada, evidentemente, pela ANA, mas é gerenciada também pelos titulares de cada uma dessas empresas. Então, há uma interface muito grande entre a nossa geração hídrica e também o sistema todo de abastecimento de água que nós temos. Por isso, eu acho absolutamente pertinente.

Eu quero colocar bem clara a minha posição. Eu pessoalmente acho que é fora de tempo completamente tentar aprovar algo que se chama de capitalização e que, no fundo, é a privatização, porque é a perda do controle pelo setor público, pelo setor estatal da empresa – perdoem-me a expressão –, a toque de caixa.

Nós estamos, Senador Jayme Campos, muito perto de viabilizarmos as reuniões das Comissões pela mesma via remota com que estamos fazendo as reuniões do Plenário. Portanto, acredito até que, já no começo do mês que vem, nós teremos isso. Então, eu não vejo por que não transformar eventualmente essa MP em um projeto de lei. Estou falando isso não necessariamente para segurar, porque, se o Governo tiver maioria, pode votar a urgência do projeto, mas que, pelo menos, ele tramite sem urgência nas Comissões. É um ativo de importância fundamental para o desenvolvimento brasileiro, para a nossa base de infraestrutura industrial. Portanto, eu acho que a postura de fazer isso no corre-corre, na minha opinião, é descabida. Por isso, eu espero que esta Comissão possa aprofundar o tema.

O Presidente convocou, para amanhã, a votação do texto da MP. Eu sinto que há, entre os Senadores, uma preocupação muito grande. Até como o Líder Jean Paul tem colocado muito, não se tem o valor de quanto vale a transferência, eu diria assim, da cereja do bolo, que é exatamente você ser o acionista majoritário de uma empresa desse porte. Todo mundo sabe que vender uma ação é uma coisa, transferir controle é outra. Qual é o valor agregado a isso? Ah, o BNDES vai estudar isso até o primeiro trimestre de 2022. Então, nós vamos vender a ação sem saber exatamente qual o preço ou qual o valor daquilo que nós estamos vendendo.

Então, eu prefiro que os expositores falem.

E eu quero passar, então...

Líder Jean Paul, V. Exa. quer fazer alguma colocação antes ou passamos logo... Porque eu vou passar para a primeira expositora e lhe pedir que assuma a Presidência, ou o Senador Jayme Campos – agora chegou também o Senador Veneziano –, só porque eu vou ficar vindo aqui e atendendo ali dentro do escritório.

Senador Jayme Campos, V. Exa. pode assumir ou terá também que sair? *(Pausa.)*

Está sem som. Abra o seu som, por favor.

Você tirou a imagem em vez de abrir o som.

Agora abra o som. *(Pausa.)*

Airton, você pode abrir o som dele? *(Pausa.)*

Jayme, você ainda não abriu o seu som...

Fale agora. Perdão. Agora estou lhe ouvindo. Pode falar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Bom dia, prezado Presidente...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Bom dia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... ilustre amigo Jaques Wagner, demais Senadores e convidados.

Eu quero participar, mas como ouvinte, até para eu me inteirar dessa matéria. Após a conclusão, naturalmente, dos convidados em relação a essa matéria, eu tenho algumas indagações a fazer, até para eu ter um conhecimento melhor desse assunto tão relevante, naturalmente, para o nosso País.

Portanto, eu peço a V. Exa., se for o caso, para transferir a Presidência para o nosso querido amigo Senador Veneziano, porque há alguns Prefeitos para eu atender aqui no gabinete. Se for o caso, eu abro mão e fico muito grato pelo convite de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Então, vamos fazer o seguinte: eu vou pedir vênia ao Senador Veneziano e transferir ao autor do requerimento, o Líder Jean Paul, até porque ele é o autor do requerimento e é meu professor na matéria – tenho aprendido muito com ele nas minhas reuniões –, é um homem que conhece esse setor a fundo, é aplicado e é daqueles, Jayme, que, no nosso tempo, a gente chamava, eu não posso traduzir, de CDF, que era o cara estudioso. Está lembrado? Ele pega a matéria e se aprofunda.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Por incrível que pareça, não é só professor do senhor; eu acho que ele é professor da maioria dos Srs. Senadores. Ele é o meu mestre. Ele é, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Com essa barba assim, com essa cara de padre franciscano, então...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Exatamente, exatamente. Muito boa essa sua fala. Eu acho que o Jean Paul é a pessoa ideal para conduzir, naturalmente, os trabalhos, tendo em vista que V. Exa. vai ter outros eventos ou outros compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Não, eu vou assistir também, mas é que eu saio e atendo alguém.

Bom, então, com a palavra a Clarice Ferraz.

E, Jean Paul, eu lhe peço que assuma a Presidência.

Obrigado. Obrigado, Senador Jayme.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Obrigado, Senador Jaques. Só para saudá-los aí, Veneziano, Rose, Clarice, Fernando, os demais que estão aqui conosco, Mozart, Diretor Hubner, e dar as boas-vindas à nossa audiência pública.

Quero dizer a quem está nos assistindo que nós vamos discutir tanto o aspecto da venda em si... Nós temos uma MP colocada, onde existem basicamente dois grandes capítulos: um é o da venda de ações da Eletrobras, através da diluição da participação do Governo. Há uma segunda parte dessa venda de ações que é relativamente contestável, que é o que nós contestamos, que é a venda do controle. Então, uma coisa é vender ações excedentes ao controle do Governo, outra coisa é passar disso e vender o controle da empresa. Então, a empresa não estaria mais sob o controle do Governo brasileiro. Há um rescaldo em relação a resgate das bacias, recuperação das bacias, que é uma espécie de troca em relação a essa venda.

E há um grande outro capítulo composto dos chamados jabutis. O pessoal acabou apelidando de jabutis porque são matérias não totalmente estranhas ao objeto, porque o objeto acaba sendo o setor elétrico, mas são enxertos específicos para ajudar determinados nichos, como as pequenas centrais hidrelétricas, reservando uma parte, uma cota dos leilões para elas. As térmicas a gás, que é uma ajuda bastante grande, é uma coisa bastante significativa, que o Estado brasileiro precisa discutir melhor,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque se trata de estimular térmicas em lugares onde não há gás, portanto, gerando um ônus para o Estado brasileiro de construir grandes gasodutos, cortando o Cerrado e a Amazônia, para abastecer essas térmicas e sem muitos estudos sobre a viabilidade delas e até a durabilidade delas diante da transição energética e da disponibilidade de outras fontes, já que a Região Norte hoje exporta energia para o Sudeste, e não o contrário. E, por fim, contratos do Proinfa, que são contratos subsidiados, feitos no final do Governo Fernando Henrique, mantidos pelo Governo Lula, que ajudavam as fontes, na época, as chamadas fontes alternativas, principalmente eólica, mas também biomassa e PCH – solar não estava –, e subsidiava-se essa tarifa para que essas contas passassem a fazer parte da matriz. Hoje, a eólica, por exemplo, já é a segunda maior fonte em oferta no Brasil. Não há necessidade desse subsídio – o próprio setor reconhece isso –, mas o pessoal entrou lá com um jabutizinho para renovar os contratos por mais 20 anos, que acabariam agora. Então, na verdade, o que a gente coloca é que talvez tivesse aí algum tipo de contrapartida, algum tipo de compensação em função do ganho desses contratos para futuro.

Mas essa é a base. Acho que também há uma conexão muito grande, que os nossos palestrantes trarão, com a questão ambiental, porque, afinal, estamos falando de um grande conglomerado do setor elétrico, controlado pelo Governo e que tem sob sua égide quatro grandes geradoras e transmissoras de energia – Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul, tudo isso é o sistema Eletrobras –, mais o Centro de Pesquisa Cepel, mais Itaipu e mais as usinas nucleares. Essas duas últimas, Itaipu e Eletronuclear, nos projetos, são colocadas em separado numa nova estatal.

E acho que a opção que o Brasil fez pelas hidrelétricas, apesar de envolver sempre as negociações, os tratamentos com a questão indígena, a questão das comunidades ribeirinhas, a questão dos atingidos por barragens, foi uma opção de Estado, que acabou sendo feita corretamente. Hoje, das maiores economias do mundo, Veneziano, o Brasil é a que tem a matriz elétrica mais confortável, é a que tem a situação energética melhor, apesar de, volta e meia, a gente viver riscos de racionamento, inclusive agora, mas devido à gestão precarizada, não é? Sempre que há um gestor precário, vem um risco de racionamento, porque o sistema funciona na linha, no fio da navalha, mas ele é muito seguro e, principalmente, é uma matriz limpa. Das maiores economias do mundo, o Brasil é disparado a matriz mais limpa dessas grandes economias todas, autossuficiente, autônomo e com fontes renováveis.

Então, há uma grande preocupação também em sujar essa matriz, e levar gás, e provocar, subsidiar, e a gente inverter a lógica de todos os países, que é, normalmente, subsidiar fontes renováveis, e não tirar o subsídio das renováveis e dar para fontes fósseis como o gás natural, que, por mais que seja mais limpa que o óleo diesel, não deixa de ser uma fonte fóssil.

Então, esses debates aí e também os impactos do desmatamento nessa questão da oferta de energia, os estímulos ao consumo irresponsável, ou seja, a busca por lucro na geração de energia, forçaram o investimento e o consumo irresponsável de energia, que têm justamente repercussões ambientais, tudo isso é objeto desta audiência pública hoje aqui envolvendo a privatização indesejada, porém proposta, da Eletrobras e suas consequências para o ambiente geral – eu diria mais que meio ambiente, um ambiente geral: não só a questão ambiental como a questão socioeconômica também para o Brasil.

É isso.

Vou chamar, então, a primeira palestrante de hoje, Clarice.

Por favor.

Já estivemos juntos aí e estamos aí no debate intenso no Brasil, e a Clarice já está conhecida como uma das pessoas... Todos nós aqui estamos já discutindo esse assunto exaustivamente. É muito importante a sua presença.

Clarice, com a palavra.

Obrigado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CLARICE FERRAZ (Para expor.) – Bom dia, Senador Jean Paul Prates! Bom dia a todos os Senadores!

Feliz de ter novos participantes que tenham interesse, como o Senador Jayme Campos, em se aprofundar.

Em meu papel aqui, Senador, como estudiosa do setor e Diretora do Instituto Ilumina, eu venho, há 20 anos, estudando isso, desde as primeiras reformas, nos anos 90. Eu sou economista de formação e, depois, fui indo cada vez mais para a energia, com mestrados na área e tudo isso. Então, eu estudo a inserção de energias renováveis em setores elétricos há muito tempo e estou aqui para compartilhar com vocês o que venho vendo ao longo dos anos nessas discussões, relatórios e todos esses debates.

Eu ainda não estou conseguindo fazer o *share*. Alguém pode me liberar, por favor, para minha apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Secretaria está atenta e vai liberar já.

A SRA. CLARICE FERRAZ – Está bem. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pronto! Foi.

A SRA. CLARICE FERRAZ – Então, é excelente a gente conseguir trazer este debate para a Câmara de Meio Ambiente, porque é no setor elétrico que se sustenta a transição das economias na era pós-carbono. É aqui o coração da transição energética. E a gente está fazendo tudo isso, e esses movimentos de descarbonização, e essa saída da era do carbono para evitar um colapso. Não é nada menos do que isso. Então, acaba o agronegócio brasileiro, a gente fica sem ter condições de vida neste País, que é tão conhecido pela abundância e qualidade de vida, graças aos seus recursos naturais. Então, a ameaça é muito severa, e é por isso que as economias ao redor do mundo vêm, então, fazendo uma enorme transformação dos seus setores de energia, e aí o coração é o setor elétrico. Por quê? Porque, se eu saio de consumo de combustíveis fósseis, eu preciso eletrificar esses usos. Eletrificando esses usos, para a maioria dos países, isso é uma enorme transformação de toda a sua infraestrutura de geração de energia e de consumo também.

Então, a gente sai em 2015, quando é assinado o Protocolo de Paris, em que é dado o "o.k., precisamos fazer algo sobre isso", e existe uma base de não renováveis de 76%, e o desafio é chegar, agora, em 100%. Ainda que não seja tudo renovável, o que for fóssil ou o que emitir poluentes vai ter que ser descarbonizado. Então, são tecnologias de captura de carbono, coisas muito caras a serem implementadas e que, claro, têm seu custo, e seu custo impactará as atividades produtivas que irão utilizar esse tipo de energia.

Eu trouxe para os senhores verem que, realmente, isso aqui é o que está acontecendo. O consumo de eletricidade avança sete vezes mais rápido que o consumo de combustíveis. Então, é preciso ter muita atenção ao que vem acontecendo no setor elétrico. As transformações que estão em curso são fundamentais para a definição do nosso futuro. Quando a gente fala, então, de descarbonizar esse setor, e havendo restrições para grandes empreendimentos, isso aqui está tudo sustentado por novas energias renováveis. E existe uma característica muito importante dessas fontes que é a variabilidade de sua geração. E, aí, garantir segurança de abastecimento vai depender muito da qualidade justamente do meu setor elétrico, porque elas são variáveis. Eu tenho incerteza, não sei quando elas vão entrar. Elas se conectam à rede de forma distinta. Não há mais um gerador síncrono que produz uma inércia e vai, então, gerar alguns segundos de eletricidade na ausência de geração quando acontece alguma coisa. Parou o sol, parou o vento, acabou a eletricidade. É preciso uma fonte que entre imediatamente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, para a gente compensar isso, existem as qualidades, os atributos, que é justamente produzir energia livre de preços de combustíveis, mas com esta dificuldade muito grande, que é fazer o equilíbrio dessas características que têm essas fontes renováveis novas. Então, tem que haver um *backup*, tem que haver muita rede para justamente fazer a transferência de eletricidade para onde for necessário, tem que haver resposta da demanda e tem que haver estoque. O estoque não é nada menos do que o nosso reservatório, preciosíssimo.

Quando a gente olha para a experiência internacional, o que está se discutindo nessa necessidade de descarbonização e de aumento de participação de renováveis, como lá, inclusive, nesses países, as dotações e recursos naturais são menos favoráveis, os mercados de eletricidade descentralizados foram recebendo camadas de mudanças de estruturas de incentivo para garantir que os setores fossem se descarbonizando, porque a estrutura dos mercados não foi criada para esse tipo de fonte. Eles foram criados para nanotecnologia, para grandes centrais justamente a gás, ciclo fechado, porque assim seria mais eficiente. Então, é uma revolução mesmo. A gente tem que transformar esse setor porque os desafios são outros hoje em dia. Então, são criados mercados de capacidade, tarifa *feed-in*, que a gente fala, uma receita garantida, tarifas-prêmio. Na Califórnia, hoje em dia, por exemplo, existe um mercado de capacidade, existe uma cota obrigatória de renováveis e ainda se coloca uma cota de renováveis de bateria. O Texas, que é um caso muito particular e que é para onde nos leva – e aí eu quero muito pedir a atenção e a sensibilização dos senhores –, é que é esse o nosso projeto, caminhar para um mercado livre e não cuidando tanto da integração entre mercados. Então, é o exemplo do Texas para o qual apontam essas reformas do setor elétrico brasileiro que estão dadas por essa combinação da MP 1.031, somada às transformações que vão ocorrer no setor com o PL 414. O próprio Ministro da Economia, em parceria com o Relator, já veio dizer: "Essa MP 1.031 faz parte desse pacote de transformações que traz também o PL 404". Ou é 414? Agora, me perdoem. Mas é uma transformação muito grande da comercialização do setor elétrico e de toda a estrutura com vistas à expansão do mercado livre, que é o que o Texas tem.

Em fevereiro, senhoras e senhores, houve um blecaute que durou mais de uma semana. Oficialmente, 173 mortes, mas um número estimado, que eu vi num estudo ontem, já está chegando a acima de 700, talvez mais de 900 mortos, porque as pessoas dependem da eletricidade. A nossa dependência aumenta, o custo do déficit aumenta. Pessoas usam aparelhos em casa, aparelhos vitais inclusive. E chegam as necessidades climáticas nos extremos climáticos: a gente também tem ondas de calor que podem matar e ondas de frio que também podem matar.

Eu trago esse gráfico aqui porque, não bastasse o choque de preços que houve em fevereiro, devido ao congelamento de infraestruturas, não foi a rede; foi a própria geração que não conseguiu entregar devido à intensidade do frio. Então, houve apagão e uma explosão tarifária, cujos custos na primeira semana estavam estimados em U\$50 bilhões e há uma série então de falências aí em cadeia na judicialização desses acordos que vão entrar.

Ontem, não é um pico de verão ainda, estamos ainda em junho. O que aconteceu? Tivemos um novo pico de preços no Texas devido ao calor. E já há um regulador pedindo para as pessoas consumirem menos, e tomarem cuidado, e tirem os aparelhos da tomada.

Então, é você deixar toda a sua economia completamente exposta ao desalinhar do clima que vem surgindo e que vem acontecendo com padrão indeterminado e com eventos cada vez mais extremos. Então, a gente ir para um mercado livre nesse ambiente de total incerteza, sem saber o que acontece, a gente fica completamente exposto a esse tipo de variação, que é capaz de destruir empresa, levar gente à falência e promover a morte.

Então, o que eu quero deixar muito claro porque eu fui confrontada de forma deselegante durante uma entrevista pelo secretário especial de Economia como se fosse uma questão ideológica. Isso não é





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma questão ideológica. Quando eu digo que o papel dos mercados de eletricidade vem sendo reconsiderado, eu estou reportando a todos vocês o que vem se estudado ao redor do mundo. É a necessidade de descarbonizar esse setor que faz com que haja necessidade de reorganização.

Então, esse aqui eu aconselho a todo mundo. Eu sei que fica tumultuado esse eslaide, mas fica à disposição e assim depois os senhores podem ir buscar essas referências e observar mais em detalhes. Esse consórcio global que foi criado aqui tem um mês, eu acho.

Então, é todo o mundo, os maiores pensadores, as maiores academias, laboratórios de tecnologia. O Cepel deveria estaria aqui dentro, participando dessa discussão, compartilhando tecnologia, integrando a nossa indústria, se adequando no nosso setor elétrico fisicamente.

Então, é isso que está se discutindo. E, ao se descobrir tudo isso, se vê o quê? Os mercados não entregam aquilo que era necessário, por isso estamos reestruturando. E o resultado desse estudo aqui em particular nos interessa muitíssimo e mostra como o Brasil poderia ter um protagonismo mundial nessa discussão, porque ele vai vendo e fala: para a gente integrar essa variabilidade, a gente começa a expandir então a nossa rede.

Qual seria a forma mais barata de os Estados Unidos alcançarem o seu setor elétrico descarbonizado e da forma mais rápida possível, dada a urgência do tema, a urgência de se combaterem realmente essas mudanças climáticas e seus impactos nefastos? Então, eles chegam à conclusão, após muitas simulações – Nrel também, que é o laboratório dedicado a energias renováveis e há 30 anos estudam tudo isso, com várias simulações, o MIT produziu outra –, de que, à medida que você expande o seu território no setor, que você vai integrando as suas redes, você consegue justamente aproveitar melhor a complementaridade dos seus recursos naturais.

Então, o que se prevê é um conceito de macrorrede, que nada mais é do que o nosso sistema interligado, que possa justamente ligar as zonas de alto potencial de renováveis. Fazendo isso, a gente consegue justamente aproveitar a complementariedade.

E o que é realmente a joia do setor elétrico brasileiro é que, ao longo dessa interligação, nós temos reservatórios em regiões diferentes, que funcionam nada mais, nada menos do que verdadeiras baterias, que podem justamente fazer o balanceamento das intermitências que forem surgindo ao longo do meu território.

Então, quando você discute com os especialistas, as conclusões são essas. Através da expansão da transmissão, a gente atinge minimização de custos e a gente consegue compartilhar os riscos. Sistemas isolados estão vulneráveis. Sistemas isolados produzem eletricidade mais cara. É o caso do Amapá e é o caso do Texas.

O reservatório é a joia. Por quê? Porque ele que é o nosso estoque. Ele é uma verdadeira bateria e uma bateria gigante. Estamos falando de tecnologias caríssimas, sofisticadas, sustentadas por minérios raros e com todas as consequências negativas da atividade própria da mineração.

Então, o reservatório não tem nada disso. Ele está lá, está construído, o nosso reservatório está amortizado. Então, ele nos serve como reserva operacional de curto e médio prazo e como reserva de regularização.

Esse PL que está em discussão agora, que é a transformação do PL 232, que estava no Senado – o PLS 232 –, traz justamente isto: separação de fio e energia, quer dizer, cada um desses produtos oferecidos pelo reservatório terá precificação muito valorosa e diferenciada.

Então, o reservatório não é valorizado como uma energia amortizada e barata. Ele é valorizado como uma bateria, que pode prover ao menos três serviços distintos. Além disso, claro, estamos falando de sobriedade de consumo e muita pesquisa e desenvolvimento para poder justamente integrar a contento essas tecnologias novas que vão surgindo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é preciso que se olhe para esses três elementos-chave e esses três elementos-chave se encontram justamente dentro da Eletrobras. Então, o Estado não pode abrir controle dela porque, senão, ele perde o controle de todo esse processo. A Eletrobras é detentora de metade desses ativos de flexibilidade, que é o que a gente chama. Eu mostrei lá no começo. Então, aquela capacidade de resposta está sendo dada pela transmissão e pelo reservatório. A Eletrobras tem metade de tudo isso.

Em paralelo ainda a isso, há ajustes regulatórios também sendo feitos, que tratam exatamente de serviços auxiliares. O mestre Senador Jean Paul poderá explicar a todos depois como isso realmente também vai alterar a precificação e impactará consequentemente a tarifa.

Também se encontra na Eletrobras o Cepel, que é o maior centro de tecnologia da América Latina, sem contar a rede de fibras óticas, que também poderia servir para tantos outros objetivos de integração nacional.

Então, quando a gente está falando de privatizar a Eletrobras e, além disso, associar a uma expansão de base fóssil, como tem sido feito, quer dizer, o nosso setor elétrico está com problema, a gente está carbonizando a nossa matriz ao longo desses anos... Então, claro que, se o modelo me leva a fazer isso, existe um problema nesse modelo, porque eu estou no País que tem maior abundância de água doce, contém um dos melhores índices de insolação e também os parâmetros de vento. Então, dá para fazer melhor do que a gente tem feito.

Então, o projeto colocado aqui é a gente utilizar a nossa base hidráulica, complementando com fóssil, que não ajuda a preservar nosso reservatório – pelo contrário, estamos com preços caros e reservatórios vazios –, e, além disso, propor a liberalização. Então, estaríamos num mercado liberalizado, carbonizado, com dependência tecnológica e tarifas altíssimas.

O projeto alternativo, sem abrir mão do controle da Eletrobras e repensando o setor elétrico sem açodamento, é justamente a gente ir pelo nosso caminho natural, como foi feito na criação da Eletrobras: integrar este País sabendo tirar partido dos seus recursos naturais.

Então, é a gente expandir as nossas energias renováveis, não é? Elas têm dificuldades? Têm, mas a gente é o melhor País em dotação justamente de elementos de flexibilidade do mundo. A gente consegue regularizar isso com os nossos reservatórios e as nossas linhas de transmissão, que precisarão ser modernizadas.

Fazendo esse projeto, nós temos uma tarifa muito mais barata, nós temos um setor que é coordenado, que mitiga riscos, que compartilha riscos, que traz uma energia descarbonizada e com tecnologia nacional.

Os impactos da crise do Covid e do pós-Covid mostram que justamente é preciso intervenção estatal para poder haver uma atuação contracíclica. Então, há uma série de políticas industriais e energéticas sendo elaboradas, não é? O nível de investimento, que se retraiu por conta da crise, precisa ser redinamizado. E, para ser relançado, reverter esse ciclo, é preciso que haja gasto em investimento público, e que esse gasto e esse investimento público sejam colocados nas áreas corretas: em eficiência energética, e é justamente na integração de novas energias renováveis, que são grandes setores geradores de empregos, Senadores. Gostaria também de sensibilizá-los para essa questão, já que estamos vivendo uma crise econômica tão grave.

Então, eu trouxe também rapidamente um gráfico para combater essa falsa ideia, porque não é ideológico, os dados nos mostram. Prévio à discussão de privatização, não há investimento de um nível adequado. Os investidores preferem, claro, comprar ativos que já estão prontos, e inclusive vender sua eletricidade a preços elevados em ambiente de escassez. Então, não há investimento privado em novos empreendimentos que são estratégicos quando há justamente esse ambiente de incerteza. E aqui a





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

incerteza é total. A incerteza aqui é: não sei qual vai ser a predominância da matriz, não sei qual vai ser o marco regulatório, não sei quais serão as estruturas de incentivo, nada disso foi discutido. Isso está em outro PL e em outras resoluções da Aneel.

E chamando a atenção, o que me traz enorme preocupação é esta crise hídrica que agora estamos vivendo neste momento de grande angústia. Então, a gente está no pior nível de estocagem de água dos reservatórios e em condições... Eu não digo que são melhores do que nos anos 2000, como alguns têm colocado, porque a gente não tem os mesmos elementos de coordenação. E a gente tem uma economia que está em profunda crise, não é?

Então, que retomada econômica será possível com esse nível de tarifa? Que retomada econômica é possível em presença de apagão? Não há, não há conversa possível de retomada nesse ambiente.

Então, naquela época, eram 58 agentes, 58 agentes que tinham acabado de trabalhar juntos e que estavam ocupando novas estruturas. Hoje em dia, o mercado livre tem mais de 10 mil agentes. Como é que a gente vai conseguir coordenar tudo isso? Como é que a gente vai abrir mão do elemento central da maior empresa estratégica desse setor e deixar tudo isso, apenas jogando para mais fragmentação e perdendo o controle? De onde vai vir essa capacidade de coordenação? A Eletrobras é estratégica por isso também.

Sem contar, o que eu já coloquei em outras apresentações, mas não quero me estender muito, quem vai pagar a conta dessa descentralização. Se a gente está fazendo isso num momento de extrema escassez, a energia deverá ser contratada em preço teto. Então, não é possível haver uma produção industrial competitiva com esse nível de preço de eletricidade, não é? E não é possível que as pessoas desempregadas, sem auxílio emergencial, consigam ter acesso à eletricidade. O acesso à eletricidade, uma conquista do Brasil, vai ser justamente minado por uma questão de não acesso econômico.

Então, essa privatização, na verdade, é parte de uma agenda completamente extemporânea e ideológica. É preciso que a gente reúna as capacidades estatais para enfrentar essa crise hídrica e energética. Essa transição para mais mercado, que inclusive não é exatamente o que coloca a privatização da Eletrobras, porque ela cria, na verdade, um grande agente com o poder de mercado. Então, que competição é essa que vai ter esse super agente privado?

Mas enfim, de um lado dizem que é mais mercado, e de outro lado, se criou o agente de poder de mercado, mas em nenhuma das duas pontas se pensa na criação justamente dos elementos de coordenação, de mitigação de risco, de compartilhamento e mitigação desse risco hidrológico. Então, reduz-se o papel do Estado, e se reduz-se o papel do Estado, abre-se mão de instrumentos de política energética industrial e ignora-se justamente a função preciosa que é haver uma empresa estatal, com atividades integradas nos segmentos-chave desse setor. Então, tudo isso não é moderno, isso é uma falsa modernidade, isso é um falso debate, e, sobretudo, neste momento, senhores e senhoras, isso é uma grande irresponsabilidade.

Então, chegando à minha conclusão, para a gente sair um pouco desse caos semântico ideológico, eu acho que é muito importante deixar muito claro: um setor elétrico moderno é aquele que garante a sua transição, é aquele que é capaz de garantir segurança de abastecimento a partir de energia limpa e com preços módicos. É a partir do setor elétrico brasileiro, com políticas públicas adequadas, sem determinismos ideológicos, que a gente faz a nossa transição.

O Brasil pode ser líder mundial de geração renovável, barata e abundante. A indústria brasileira pode ser líder mundial por competitividade, graças à energia barata, limpa e abundante. Empregar pessoas novamente, ser líder em tecnologias novamente, compartilhar tecnologia novamente. É daqui que a gente traça uma recuperação sustentável e inclusiva da economia. Então, nesse sentido, privatizar a Eletrobras é abrir mão do nosso futuro, é condenar o nosso projeto de industrialização.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço a todos pela oportunidade e espero conseguir sensibilizá-los ao tema. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Obrigado, Clarice Ferraz, do Instituto Ilumina.

Eu vou passar direto...

Eu me esqueci de dizer, Clarice, mas acabou que você se adaptou rapidamente aí, que a gente vai fazer o aviso de dois minutos e o aviso de quinze segundos ao final, da mesma forma que nós, lá no Plenário, temos aquele aviso de quinze segundos também, só para a pessoa conseguir terminar. Mas está muito bom.

Vamos seguir aqui com os palestrantes de hoje. O próximo é o Fernando Fernandes.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) –
Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Pois não? Quem está aí?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) –
Sou eu, irmão, Veneziano.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Ô, Veneziano, diga aí.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Querido, desculpe estar te interrompendo, mas é só para que você possa repassar para todos que estão... Eu não sei quantos companheiros Senadores e Senadoras se encontram neste momento, não sei como é que você vai adotar a metodologia, se nós vamos ouvir todos os expositores, para fazer questionamentos. Eu temo que alguns companheiros tenham, no cumprimento das suas obrigações que são próprias, e você bem sabe, do dia, destes dias, terças, quartas e quintas,...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Isso.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ...
às vezes há a dificuldade da manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Exato.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – E
nós estamos chegando a esse tempo limítrofe, que é o do embarque amanhã, que é importantíssimo, não é?

Diferentemente de você, que já tem tudo na cabeça, por força de ser essa enciclopédia desse setor,...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Nada, nada.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – ...
precisamos preparar todos os demais companheiros para esse embate, porque o Governo trará aí fatalmente, com o respeito que nós temos ao nosso companheiro Marcos Rogério, "fundamentos", e eu os aspeio, porque efetivamente tenho um convencimento diferente daquilo que será trazido. E a gente precisa estar robustecido das boas armas argumentativas, não é?

Eu não sei se a gente faria umas rápidas perguntas. Por exemplo, eu gostaria muito de me dirigir à Dra. Clarisse, que foi espetacular, conseguiu ser concisa, mas já nos trouxe, fundamentalmente, o que era de muito importante para este debate. Ou então a gente ouve a todos. Eu só receio que esvaziemos...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Você tem razão, Veneziano.

Nós temos, na verdade, quatro palestrantes. Eu acho que quem tiver de, eventualmente, se ausentar e quiser colocar uma pergunta imediatamente poderia se inscrever ou pedir pela ordem. A gente fica olhando aqui o *chat* e dá a palavra assim que o outro palestrante for intercalado. Se você quiser colocar logo a sua dúvida, eu prometo que, se tiver que sair...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – É, eu queria fazer uma pergunta. Eu vou ter que sair às 11h, às 11h20min no máximo. Mas eu queria fazer uma pergunta.

Nós tivemos aquela audiência presidida por você e nós sabemos que um dos recursos que vai ser adotado para a privatização da Eletrobras é exatamente dizer que a Eletrobras, nesses últimos anos, Dra. Clarice, está demonstrando incapacidade de fazer investimentos. Por isso, a necessidade de nós recorrermos a investimentos privados. E aí, Sras. e Srs. Senadores, é muito importante porque há uma sensível demonstração.... E aqui nós citamos o meu amigo, o nosso amigo, Jean, o Senador Jayme Campos, integrantes do PSB, integrantes, inclusive, do próprio Governo, que estão com muitas dúvidas. Mas, na hora em que, amanhã, se trouxer, pelas legítimas defesas que o Governo fará, que a Eletrobras tem demonstrado, nesses últimos anos, uma incapacidade para a participações em leilões e que é por isso que nós assim façamos na capitalização, venda, eu queria que a senhora pudesse nos ajudar com esses argumentos para desconstituir, desmistificar essa razão que, para mim, vai ser a mais crucial. A linha crucial da nossa defesa para que esse processo não se dê de maneira improvisada, atabalhoada, limitadora, completamente fora dos parâmetros racionais é isto: "Olha, a gente vai ter que fazer essa venda porque a gente está vendo aí que a Eletrobras está falida em suas condições". Eu queria que a senhora pudesse fazer algumas considerações a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Perfeito.

Clarice, você consegue aí dois minutos, três minutinhos de resposta, para a gente não onerar demais?

Esse é o famoso paradoxo do sucesso, porque, se, nos anos 90, nós abrimos o setor elétrico querendo estimular o investimento privado, exatamente pelo sucesso de ele ter entrado, de alguma forma, complementando o investimento direto público, nós agora vamos condenar a Eletrobras porque ela diminuiu o *market share*, eventualmente. Não faz sentido. A grande luta é manter controle, é, de alguma forma, ter algum controle do Governo Federal sobre o setor. A questão de os investimentos privados superarem, eventualmente, em uma década ou duas, os investimentos públicos era exatamente o que se queria na década de 90. A defesa não era essa? Então, é natural que se chegue a este momento e que a Eletrobras entre apenas pontualmente. No entanto, ela teve uma importância enorme, porque acabaram entrando em consórcio com a Belo Monte, as do Rio Madeira, todas acabaram entrando como subsidiárias da Eletrobras. Então, até para alavancar investimentos privados, o fato de ela ser uma controlada do Governo é importante. Mas vou deixar a Clarice responder. Isso é basicamente o que eu tenho configurado aqui e respondido a essa pergunta. É natural.

Clarice, por favor.

A SRA. CLARICE FERRAZ (Para expor.) – Exatamente, Senador Jean Paul. Quer dizer, a diminuição do *market share* é uma questão que, na verdade, não é grave, desde que ela guarde, justamente, esse coração, que são os reservatórios, as linhas de transmissão, e a gente possa fazer esse jogo sem perder o controle. Inclusive, nem falei tanto dos usos múltiplos da água. Mas ela tem excelentes indicadores operacionais e financeiros. Ela investiu 100 milhões nos últimos 15 anos. E, nesses últimos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

anos do Governo Temer e do Governo Bolsonaro, a Eletrobras entra muito para projetos via leilão. Então, foi o Governo que não realizou o leilão. Se o Governo tivesse realizado o leilão, a Eletrobras, provavelmente, teria participado e teria investido. Ela tem agora, neste momento, 15 bilhões em caixa e pode alavancar, com seus bons indicadores, facilmente, 40 bilhões. Então, ela tem total condição de investir, Senador Veneziano. É realmente uma questão de falta de planejamento e organização do Governo Federal, que não puxa novos leilões, e a gente vem se encontrando nessa fragilidade enorme. Por exemplo, vou lhe dar um dado: ela tem a menor a relação Dívida Líquida/Ebitda do setor, do setor inteiro das grandes, é 1,4. Então, ela tem perfeita capacidade de investir, inclusive através de parcerias público-privadas, se for o caso. São 30 bilhões de lucros acumulados. Somente neste ano, Senador, ela distribuiu 3,8 bilhões em dividendos. Não é pouca coisa. Somando de 2019 a 2021, já são 7 bilhões, 7,6 bilhões de dividendos distribuídos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Obrigado, Doutora.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Clarice.

É isso. Na verdade, depende da retórica que se faz do outro lado. Décadas atrás, dizia-se que tem que ter um investimento privado para entrar e complementar o investimento do Estado, porque o Estado tem que só manter o controle, mas tem que investir em escola – lembram-se? –, polícia, saúde etc etc. Aí, quando consegue o sucesso da entrada do negócio... "Agora a estatal é ineficiente porque ficou para trás". Ora, a estatal não tem só esse propósito. Ela tem o propósito de fazer um certo limite de controle em várias atividades que representam o fato de ela ser *longa manus* do Governo num setor estratégico. É isso, é isso o que se mantém.

O investimento privado está feliz e acontecendo por aí. E a questão dos leilões é como Clarice disse: se se administra com mais leilões, a Eletrobras participa mais; se há menos leilões, realmente o investimento cai. Aliás, todo mundo, todo o setor.

Eu queria passar...

Hubner, por favor. É um pela ordem do Diretor Nelson Hubner.

O SR. NELSON HUBNER MOREIRA (Para expor.) – Só para complementar essa informação para o Senador Veneziano, que disse que vai sair.

Além dos fatos que você e Clarice colocaram muito bem, há o aspecto de que a Eletrobras foi colocada no PND, ela está proibida, pelo Governo, de fazer investimento, aí não tem como ela investir. Retira-se do PND, com todos esses dados econômicos e financeiros que a Clarice acabou de colocar, e ela tem capacidade de investir à vontade. Ela não investe porque a opção do Governo é a de não deixá-la investir. Só isso.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Foi colocado no PND há três anos.

O próximo orador é o nosso representante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. Ele está representando o Sr. Gilberto Cervinski, que tinha sido chamado inicialmente. Fernando Fernandes, por favor, com a palavra. Muito bem-vindo, meu amigo.

Os Senadores que quiserem falar, eventualmente, pela ordem, podem apontar aí pelo *chat* que eu abrirei aqui a palavra.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FERNANDES (Para expor.) – Obrigado, Senador Jean Paul. Bom dia a todos e todas, aos demais palestrantes, aos demais Senadores e aos que também nos assistem pela TV Senado.

Então, em nome do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), gostaríamos de agradecer também a oportunidade de a gente estar aqui nesta manhã dialogando sobre esse tema tão importante, que, infelizmente, não está tendo um grau de aprofundamento no seu debate e de entendimento pela sociedade dos impactos, de o que vai acontecer com a privatização.

Eu gostaria de começar, Senador Jean Paul, Clarice e demais companheiros e companheiras, falando que o cenário previsto para o setor elétrico no próximo período é assustador. Senadores, é algo assim meio que... É muito preocupante e assustador, porque há diversos temas que não estão vindo à tona ou estão sendo tratados com distorção para atender alguns interesses.

A gente tem diversos elementos como a questão da conta Covid; a questão do esvaziamento dos reservatórios das nossas hidrelétricas; tem aí uma série de outros elementos que vão ser agravados com esse processo da privatização da Eletrobras. Então, é algo muito preocupante para o futuro do nosso País e do setor elétrico do Brasil caso essa privatização passe.

E a gente não pode chamar de outro nome essa privatização a não ser de saqueio, a não ser de pilhagem. É um processo que vai piorar a situação econômica e social do nosso País e que não tem outro nome: é pilhagem, é crime contra o povo brasileiro.

E a gente tem aí uma megaestrutura, um patrimônio que é do povo, construído nos últimos períodos. Agora, no último dia 11, completou 59 anos de fundação a nossa Eletrobras, que tem um patrimônio que foi pago pelo povo brasileiro mensalmente nas suas contas de luz. A gente tem aí uma estrutura de mais de 125 usinas de geração de energia, dentre essas 50 são hidrelétricas, grandes hidrelétricas, que estão responsáveis por mais de 30% de toda a geração de energia do nosso País.

Temos também mais de 71 mil quilômetros de linhas de transmissão; mais de 360 subestações de energia, que correspondem também, inclusive, à metade do processo de transmissão de energia do nosso Brasil, gerido pela Eletrobras. Então, a gente está falando de uma coisa que não é pouca, a gente está falando simplesmente da maior empresa de energia elétrica da América Latina. Não é qualquer coisa!

Então, é importante que os Senadores também considerem isto: é um gigantesco patrimônio que pertence ao povo brasileiro, o povo brasileiro pagou pela Eletrobras mensalmente nas suas contas de luz, a partir das suas contas de luz cobradas mensalmente.

Então, eu gostaria aqui, Senadores, de frisar, na minha fala, cinco impactos, os cinco principais impactos que a gente vai ter com essa privatização do setor elétrico, da Eletrobras. Uma é a questão dos tarifas – a Clarice também situou um pouco e eu gostaria de frisar. Caso seja privatizado, a gente vai ter um grande tarifaço, um tarifaço abusivo nas contas de luz de todo o povo brasileiro. E por que isso? E não é o MAB que está falando, não é a Clarice, não são outros especialistas, companheiros, nas universidades. A própria Aneel, em 2016, reconheceu isso, que a gente vai ter em torno de 20% de aumento nas tarifas caso a privatização aconteça.

E por que isso, Senadores? Atualmente, como a Clarice também falou, a Eletrobras, tem suas barragens, suas usinas de geração de energia amortizadas. Ela vende praticamente a energia elétrica a preço de custo, que corresponde a algo em torno de R\$65 um megawatt. Isso é a Eletrobras. O mercado, as empresas privadas vendem esse mesmo megawatt, esses mesmos mil quilowatts de energia por R\$200 a R\$250. Então, olhem a diferença; são quase R\$180 de diferença entre o que é vendido pela Eletrobras e o que é vendido pela empresa privada, o preço de mercado, preço teto como a Clarice também falou.

Então, esses R\$180 a mais vão ser passados automaticamente para a conta de luz do povo brasileiro, porque quem comprar a Eletrobras automaticamente vai querer rever todo o seu preço de venda da sua energia elétrica.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, vem tendo aí alguns discursos principalmente dos setores ligados ao Governo e do próprio Governo de que "não, não vai", mas está muito claro, é um discurso altamente mentiroso o de quem diz que não vai aumentar. Vai aumentar por conta disso. E essa revisão de contrato da venda de energia elétrica não vai se dar em um período pequeno; são 30 anos de novos contratos. A revisão do contrato vai ser agora, de 2021, até 2051, são 30 anos.

Então, o que o Governo Bolsonaro está fazendo é decretar aumentos abusivos, tarifação na conta de luz do povo brasileiro pelos próximos 30 anos. E sem falar também que o próprio texto da MP também prevê a contratação de energia por termoelétricas e por PCHs, e as termoelétricas – é importante que a gente assalte aqui – são um dos modos de produção mais caro de energia.

Então, isso também vai ser considerado, todos esses gastos e essa revisão tarifária de contratos também vão ser passados automaticamente para a conta de luz do povo brasileiro. Esse é um dos principais impactos.

E um segundo impacto é a questão da crise econômica que nós vivemos no nosso País, em que a privatização vai prejudicar e vai acelerar esse processo de crise, de desindustrialização no nosso País, de aumento do desemprego.

Como é que a gente, em um momento de crise, vai compensar um projeto pós-pandemia e a gente aumenta o preço de um dos insumos que são dos mais principais das cadeias produtivas, que é a energia elétrica? Com isso a gente está decretando aí o fim, a falência, o fechamento de diversas micro e pequenas empresas no nosso País. O setor produtivo vai ser prejudicado, não é só o povo, a população, o povo trabalhador; o setor produtivo também vai ser prejudicado. E é importante que a gente também ressalte isso, a gente já vive um processo bem complicado, complexo de desemprego, que cada vez que está crescendo, e a privatização vai contribuir para acelerar e aprofundar mais esse caos econômico que o nosso País está vivendo.

O terceiro impacto, Senadores, é a questão da perda da nossa soberania energética. A Eletrobras praticamente era o que restava de participação pública no nosso setor elétrico nacional. E aí a gente vai entregar o que nos resta, e vai perder por total todo o nosso controle, toda a nossa segurança, que vai ficar de agora em diante nas mãos de banqueiros.

E quando a gente vê quem são os principais interessados – e é importante que a gente diga – são fundos de pensão, é capital financeiro, são banqueiros, esses são os que já dominam hoje o setor elétrico em boa parte dos países, e aqui no Brasil também não é diferente.

Então, quem vai estar controlando o nosso setor elétrico são os bancos. E aí é importante que a gente ressalte isto: o único interesse vai ser lucro, lucro e lucro e nem esse lucro vai ficar aqui no nosso País para ser revertido em mais investimentos, para ser revertido em benefícios para o povo brasileiro. Todo esse grande lucro, as grandes margens de lucro extraídas aqui, na parte da exploração da conta de luz do nosso povo, vão ser transferidas todas para fora do nosso país.

Então, é importante também que todo mundo tenha clareza, tenha nítido que esse processo vai acabar com a nossa soberania e a nossa segurança energética, inclusive com isso nos colocando em risco. Quem comprar a Eletrobras, for dono da Eletrobras, pode, sim, pensar em boicotes na indústria, em regiões do nosso país, e pode promover aí boicotes. Isso também não é de se estranhar.

Um quarto impacto, Senadores e demais, é a própria queda da qualidade dos serviços. E a gente pode listar aí o que são essas consequências, que é essa perda de qualidade. A gente tem aí os apagões como sendo um dos reflexos mais presentes, inclusive com exemplos recentes aqui da nossa história do Brasil, que é o caso do Amapá, que mostra o que é o setor elétrico privado fornecendo serviços para o povo. A gente teve o povo do Amapá que passou mais de vinte dias sem energia. Foram diversos os





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

danos humanos, de vida e econômicos, que foram causados, por conta do péssimo serviço que é fornecido por essas empresas privadas. E o nosso País não pode ficar à mercê disso.

O que aconteceu no Amapá pode ser que venha a acontecer em todos os Estados, em todo o país, caso a gente tenha a nossa Eletrobras privatizada.

E aí um quinto impacto da privatização é isso que a gente também já foi falando: as consequências ambientais, as consequências da manutenção das nossas barragens. A gente tem um exemplo que é também o da Vale, que foi privatizada, e os exemplos de rompimento das barragens de Mariana e de Brumadinho.

O que significa isso e como isso se relaciona com a Eletrobras? As empresas privadas que só pensam no lucro muitas vezes não fazem investimento nas suas estruturas. E foi isso que aconteceu com as barragens da Vale em Mariana e Brumadinho. Automaticamente, a empresa Eletrobras, ao se tornar privada, vai mudar para este critério de apenas explorar lucro e a gente pode ver um descaso maior com a manutenção das suas barragens. A gente pode ter, sim, novos acidentes e desastres, com rompimento de barragem, caso a Eletrobras seja privatizada. Isso é algo também de se esperar e que nós lá também vemos com muita preocupação.

E também, colada a isso, há a questão da privatização, do controle das águas do nosso País. A Eletrobras tem barragens hidrelétricas em quase todas as bacias hidrográficas do nosso País. Quem comprar a Eletrobras vai controlar os rios do nosso País. E a gente tem já projetos muito escancarados, tramitando inclusive no Senado, de privatização dos rios. O projeto do Tasso Jereissati quer instalar aqui, no nosso País, o Mercado das Águas, tomando como referência o que acontece hoje no Chile, onde inclusive os rios, os lagos, os mananciais, as águas subterrâneas e as praias são privatizados.

Então, a privatização da Eletrobras, querendo ou não, é um passo para que a gente facilite a instalação desse mercado das águas no Brasil.

E a gente, do MAB, já conhece locais onde existe conflito de barragens pelo uso da água, onde as barragens são privadas. Inclusive, os moradores que são atingidos em torno de barragens privadas não podem utilizar água. Isso já acontece, já é uma realidade. Ao ser privatizado, isso vai piorar – não é? E a gente vai, inclusive, facilitar a instalação de mercado de outorga, que, para utilizar, você vai ter que comprar metros cúbicos.

O que eu estou falando aqui, às vezes, parece uma coisa tão distante, tão absurda, mas é uma realidade que já existe. No Chile, isso é um exemplo, isso é a realidade, e que é o que querem também instalar aqui no nosso País.

E aí, para encerrar, Senadores e demais, eu gostaria de pedir que todos os Senadores tivessem a consciência do que essa medida representa para o povo brasileiro e que os Senadores não votassem favoravelmente, não fossem coniventes com esse crime que está em curso contra o povo brasileiro. O que está em curso é um crime. É um dos ataques mais cruéis contra o povo brasileiro, que vai penalizar todo o povo, em benefício de uma minoria, e que é uma minoria de que a gente já falou aqui: são banqueiros, são fundos de investimento, fundos de pensão. É uma minoria que sustenta atualmente este Governo.

Inclusive, nós, do MAB, e demais organizações da Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia, uma articulação de trabalhadores que discutem os temas da água e da energia, a gente sempre fala: o povo não quer privatização, o povo quer vacinação. Neste momento de pandemia, quando o nosso povo está mais empobrecido, o nosso povo está sofrendo aí os dilemas de doença, o que deveria estar em foco, o que o Governo deveria investir era na vacinação, era no auxílio emergencial. Isso é que é prioritário para o nosso povo brasileiro.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, se fosse para pensar um projeto para a Eletrobras, o Governo tinha que perceber como é que faria para que esse patrimônio público, essa empresa estatal, pudesse se colocar a serviço do povo brasileiro.

Neste momento, a Eletrobras deveria estar era fornecendo energia e tarifa para todas as famílias inscritas no CAD Único, no Bolsa Família, fornecendo gratuitamente. O que era para estar acontecendo era isso. O que nós deveríamos estar debatendo, neste momento de pandemia, era isto: como é que o setor elétrico vai fornecer energia gratuitamente? Isso já aconteceu em outros países. E, aqui no Brasil, a gente teve algumas experiências pontuais, em alguns Estados, onde os governos pagaram a conta de luz da população mais pobre. E é isso que nós deveríamos estar batendo e é para isso que a Eletrobras deveria estar servindo neste momento, e não, infelizmente, o que a gente está fazendo aqui neste momento de crise econômica e crise sanitária, vendo o Governo insistindo na entrega dessa importante empresa, que deveria cumprir um papel extraordinário para a saída da crise no nosso País.

Mas, infelizmente, temos que lutar. E, se for para falar o óbvio, a gente vai falar o óbvio.

Então, é isso pessoal.

Agradeço a oportunidade e também nos colocamos à disposição para seguir conversando.

E mais uma vez ressalto: peço a todos os Senadores que reflitam sobre o impacto e as consequências do seu voto, no dia de amanhã. Essa privatização vai ser extremamente cruel e representa um crime. Não sejam coniventes com esse crime contra o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Obrigado, Fernando.

De fato, essa preocupação é transcendental, queria dizer, transversal, porque todos os setores, todos os segmentos da sociedade são afetados, e a exiguidade do tempo não nos permite analisar todas as facetas, inclusive as que você colocou. Obviamente a principal é a questão da tarifa. É muito fácil e não precisa fazer cálculo. Se você descomissiona as principais usinas da base e as deixa cobrarem, em vez de 65, 140, qualquer que seja a unidade, por aí você já tira que aumenta a tarifa. E se, ainda mais, você cria reservas de mercado para algumas fontes, é óbvio – o cálculo é muito fácil, é muito intuitivo – que a tarifa vai aumentar. Se segurar um ano, não segura dois.

Passo para o próximo palestrante, que é o Mozart Arnaud. Ele é ex-Presidente da Chesf e está conosco aqui.

Mozart, muito obrigado. É bem-vindo aqui entre nós.

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD (Para expor.) – Bem, bom dia a todas e todos.

Eu queria fazer uma pequena correção: eu não fui Presidente da Chesf, apesar de ter exercido a presidência em caso de impedimento do Presidente. Eu fui, por 12 anos, Senador, Diretor de Operação da Chesf.

Então, eu vivi...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Mozart, melhor ainda! Melhor ainda, porque o Diretor de Operações é quem pega no pesado, no trânsito mesmo lá.

Então, ex-Diretor de Operações da Chesf, Mozart Arnaud.

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD – É isso, Senador.

Saúdo a todas e todos. É uma satisfação participar desta audiência pública.

A Eletrobras, como já foi dito aqui, é uma das maiores empresas mundiais de energia elétrica. Ela está entre as cinco maiores entre aquelas que produzem uma energia limpa. E a Eletrobras dá esta grande contribuição: 90% da sua capacidade de geração são fontes de baixa emissão de gases de efeito estufa. Isso tem, inclusive, um valor; isso tem um preço em nível de mercado que não está sendo medido.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tive oportunidade e quero relatar aqui a minha experiência como Diretor da Chesf, nesses 12 anos em que lá passei, de 2003 a 2015.

Ano passado, a Eletrobras apresentou o lucro líquido de R\$6,4 bilhões. Ela possui uma extensão que está presente em quase todo o Território nacional, neste país continental que é o Brasil. E ela tem uma grande capacidade de construir políticas públicas, a exemplo do Proinfa, que foi feito, implementado e operacionalizado pela Eletrobras. Ela tem o Procel, o Programa de Conservação de Energia. Quem compra um equipamento hoje e vê o selo do Procel, está ali a Eletrobras. O Luz para Todos, que foi um programa que levou energia para milhões de brasileiros, foi coordenado, teve a sua implementação feita pela Eletrobras. A execução foi da distribuidora, mas a coordenação foi inteira da Eletrobras.

E a Eletrobras formou a engenharia nacional em termos de engenharia elétrica, que é um orgulho mundial. E nós temos, inclusive, o centro de pesquisa, que é o Cepel, que é orgulho brasileiro.

Agora, a Eletrobras poderia se chamar "Hidroeletrobras", porque ela detém os reservatórios de água doce, os principais reservatórios brasileiros. E a água é fundamental para a vida; e o seu controle é estratégico para qualquer país, tanto é que há exemplo mundial se nós formos para a Noruega, se nós fomos para o Canadá, para os Estados Unidos.

No Canadá, há a região do Quebec, que tem um rio que é similar ao São Francisco, com usinas em cascatas. Aquilo é uma estatal que opera. E a água é fundamental para isso.

Então, a Chesf, quando começou – a Chesf é de 1948, tem 73 anos –, tinha a concessão do Rio São Francisco. Ela apresentou, no ano passado, a Chesf, o lucro de R\$2,1 bilhão – R\$2,1 bilhão! E ela, hoje, é quem mais conhece o Rio São Francisco. A Chesf tem 73 anos e convive com o Rio São Francisco há muitos e muitos anos.

E a água, o próprio Papa Francisco disse, em uma encíclica:

Enquanto a água disponível piora constantemente, em alguns lugares cresce a tendência para se privatizar esse recurso escasso, tornando-se uma mercadoria sujeita às leis de mercado. Na realidade, o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, condição para o exercício de outros direitos humanos.

Isso disse o Papa Francisco.

Chegou a dizer, inclusive, que a água será um grave problema futuro, que pode nos levar, inclusive, à guerra. Veja o que disse o Papa.

Então, o Nordeste, que tem a região do Semiárido brasileiro, escasso em água, tem hoje o maior reservatório de água doce brasileiro, que é o Lago de Sobradinho. Como pode o Nordeste prescindir de uma Chesf pública?

A energia elétrica é um fator, e a água é outro!

Hoje, o Nordeste – eu estava vendo aqui no relatório da OMS emitido hoje, do dia de ontem – consumiu, em média, 11,1 mil MW. A fonte eólica foi responsável por mais de 70% dessa energia, aqui no Nordeste. Eu acho isso muito bom, e isso foi propiciado por uma política brasileira.

E na questão do São Francisco, eu me lembro de que eu disse uma vez, até numa entrevista em Sergipe, que, como nordestino que sou, até paraibano... Está aqui o Senador Veneziano, de nossa Campina Grande, eu sou paraibano de Pombal. Eu disse que, como paraibano, era muito triste ver que o São Francisco era muito mais explorado para o setor elétrico do que para a água. Como seria bom se tivéssemos diversas Petrolinas, Juazeiros, diversas culturas implantadas ao longo do São Francisco!

Então, a Chesf não pode...

O futuro do Nordeste é indissociável do uso das águas do reservatório do São Francisco.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nesses 12 anos em que eu fui Diretor da Chesf, eu fiz parte do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Eu mesmo, representando – porque a Chesf tem um assento, como usuária das águas –, pude testemunhar o conflito do uso múltiplo da água.

Então, hoje, ainda, o São Francisco é utilizado um pouco para a energia elétrica. Já foi bem mais dependente do São Francisco. Já foi bem mais! Mas, hoje, ainda há uma dependência. E eu vislumbro que, no futuro, a operação do São Francisco será essencialmente hídrica. A questão elétrica será consequência.

Como levar água potável para Campina Grande sem utilizar o São Francisco? Não existe, Senador, não existe!

E outras necessidades no Nordeste acontecerão. Nós estamos vivendo uma seca forte. Nós vivemos, no período em que eu estive na diretoria da Chesf, um período de crises hídricas fortes. Eu, todos os meses, tinha duas ou três reuniões com a Agência Nacional de Águas, com o Operador Nacional do Sistema.

Lembro que, numa audiência, perguntaram: é a Chesf que controla as águas do São Francisco? De fato, quem controla, quem faz as diretrizes dos recursos hídricos brasileiros, inclusive reservatórios, é a ANA. Quem define quanto cada barramento vai defluir é o Operador Nacional. Porém, a interação com os usuários e os recursos da água, os usuários múltiplos da água, é uma responsabilidade do concessionário. Eu interagia, quase que diariamente, com todos os usuários do São Francisco, e eram reclamações diversos da prefeitura X, dos pescadores Y, de tudo o que é demanda...

Tudo que é demanda vinha para a Chesf. E, nessas reuniões com a ANA – quem participava, inclusive, era o Vicente Andreu, que já participou de audiência pública aqui no Senado –, a gente podia ver, porque nós podíamos comparar as bacias, que, na bacia do São Francisco, que tinha basicamente, naquela época, a Cemig, que atuava lá em Três Marias, e a Chesf no restante das barragens de Sobradinho, foi uma gestão muito mais fácil, porque a questão pública vinha à tona, enquanto em outras bacias, onde o privado prevalecia, houve uma judicialização e questões judiciais, e uma confusão imensa, porque faltava isso, faltava essa coisa.

Então, eu acho que, se nós viermos a privatizar a questão da Eletrobras, em especial, a questão do São Francisco, eu não tenho dúvida de que, em médio e longo prazo, a gente terá que indenizar, o Governo brasileiro terá que indenizar os novos controladores, porque a água terá outro fim, muito mais nobre, mas muito mais nobre do que gerar energia elétrica.

Infelizmente, a gente aqui... A Clarice falou muito bem da importância dos reservatórios como bateria, para poder fazer a gestão da energia que representam esses reservatórios, mas eu me refiro agora à água que representa esse reservatório, que vai ter que gerar o consumo humano, o consumo animal, a irrigação, a navegação e uma série de outras coisas. E a operação elétrica será consequência. O setor elétrico terá que buscar outros meios de equacionar o futuro da energia brasileira, como está fazendo, está buscando fazer.

A Eletrobras já teve uma participação no mercado de energia brasileiro muito maior do que é hoje. O mercado brasileiro já é público e privado.

Eu pude participar da retomada das grandes obras do setor elétrico. Nós fizemos Santo Antônio, Jirau, Belo Monte, Dardanelos, Teles Pires, em parceria da Eletrobras com a iniciativa privada. Nós até éramos procurados por investidores, inclusive estrangeiros, que só queriam fazer investimentos no Brasil se tivesse a parceria de uma Eletrobras.

Então, o que o Senador Jean Paul colocou é uma verdade. Por que agora vamos condenar a Eletrobras? Ela já vem perdendo sua participação. E qual é o problema? O importante é ela deter esse controle, em especial, da questão das águas.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos aqui no Nordeste centenas de audiências públicas, em Municípios e em todos os Estados nordestinos, sem exceção, todas as Assembleias Legislativas. Estivemos lá na Paraíba, Senador Veneziano, conversando com os Deputados paraibanos, e todos eles tiraram posicionamento contrário à privatização.

Nesse assunto, eu posso dizer a vocês, aqui no Nordeste, que a população, em sua maioria, não quer a privatização da Chesf e a privatização da Eletrobras. Não quer. Tanto é que o atual Presidente da República, na sua campanha, dizia que não ia privatizar a Chesf, que era algo estratégico, que não ia privatizar a Eletrobras; ele foi entrevistado por diversas vezes, há até vídeo dizendo isso, porque se ele dissesse, perderia votos, e é uma verdade, perderia voto.

Então, aqui nós tivemos, inclusive, contato com as CNBBs, dos bispos. Nós temos duas CNBBs aqui no Nordeste. Em ambas, nós tivemos reuniões, e eles nos autorizaram a dizer que eles são contrários à privatização da Eletrobras e da Chesf. Os Governadores do Nordeste, todos eles, sem exceção – sem exceção –, assinaram uma carta dirigida a Michel Temer, em 5 de fevereiro de 2017, se posicionando contrariamente à privatização da Eletrobras e dizendo que era um absurdo a Chesf ser privatizada. Eles chegaram a propor até a retirada da Chesf desse processo.

Bem, já foi falado aqui que hoje a Eletrobras, até por ser a empresa mais antiga... As usinas da Chesf, a Usina Paulo Afonso I, eu inaugurei, fiz a festa de 50 anos de operação da Usina Paulo Afonso I. Essa usina já foi paga pelo Governo, pelo povo brasileiro, ela já está inteiramente amortizada. Agora, ela não é uma usina velha, ela foi, inclusive, modernizada, ela está hoje até toda digitalizada e pronta para prestar serviços por muitos e muitos anos, mas a Chesf foi indenizada por todo esse investimento feito. E hoje a energia de Paulo Afonso I, II, III, IV, a energia de Xingó, foi disponibilizada para o mercado cativo por um valor referente apenas à sua operação e manutenção e, evidentemente, algum custo que seja feito. Isso representa esse valor que se fala aí de um pouco mais de R\$60 reais por megawatt, que está entrando.

Se você vai... E diz-se que a energia está cotizada. Se você vai descotizar isso aí, você vai vender essa energia ao preço de mercado, um valor muito mais alto. Então, até essa descotização poderia ser feita com um valor mais módico para propiciar investimentos nas bacias hidrográficas, investimentos em recursos hídricos. Por exemplo, isso poderia ter, inclusive, um investimento específico aqui para a Região Nordeste.

Eu quero dizer aqui a vocês o seguinte. Hoje, aqui no Nordeste, quando se fala em privatização da Eletrobras, toda a população é contra. Eu tenho conversado com diversas pessoas, e é impressionante. Até muitos têm, inclusive, tecido enormes elogios ao Senador Jean Paul, do nosso Rio Grande do Norte, que hoje é uma pessoa que conhece profundamente a questão do setor elétrico.

Parabéns, Senador, pela sua atuação.

Então, o que eu tinha a dizer, era isso.

Eu agradeço a todos e todas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)
– Obrigado Mozart.

Eu estou aqui em trânsito. Veneziano, se puder, Senador Veneziano, meu querido amigo, depois da fala do Nelson Hubner, se por acaso eu cair aqui, me substitua, rapidamente, na condução final.

Mas queria passar imediatamente a palavra ao querido ex-Diretor da Aneel, Nelson Hubner, que é uma referência para todos nós e para fazer também as suas considerações, agradecendo ao Diretor Mozart Arnaud também pelas suas palavras.

Obrigado.

Por favor, Nelson, bem-vindo aqui entre nós.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSON HUBNER MOREIRA (Para expor.) – Obrigado, Senador. É um prazer estar novamente aqui, mesmo que depois a gente sofra aquele atropelamento que aconteceu lá na Câmara dos Deputados. Eu acho que é o nosso dever, como cidadão brasileiro, fazer esses pronunciamentos aqui, fazer esses debates.

Eu estou muito feliz aqui hoje de estar na companhia da Clarice, do Fernando e do Mozart. A gente tem ideias bem claras e muito diferentes do que fazer. É um posicionamento ideológico, são posicionamentos técnicos de uma eminente professora desse setor de energia e de um ex-Diretor de muita competência numa empresa como a Chesf, e de um representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, cuja função, a vida inteira, é lutar e ver o melhor aproveitamento desses recursos hídricos e tudo mais.

Eu queria pedir só autorização para compartilhar a minha tela. Eu não sei se isso já está autorizado. *(Pausa.)*

Ainda não.

Poderia, por favor, permitir o compartilhamento?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, sim, Nelson.

O SR. NELSON HUBNER MOREIRA – Eu acho que esse debate é importante, mais importante ainda. Já que nem todos os Senadores podem estar participando e discutindo conosco, é passar todas essas informações, como o Senador Veneziano comentou aí, para os seus colegas, os Senadores.

Eu acho que o que eles estão discutindo não é simplesmente vender ações de controle da Eletrobras; é passar todo um patrimônio e todo um sistema que regula o nosso aproveitamento de água, de energia. E a conta vai toda para o consumidor de energia brasileiro, que já pagou recursos, já pagou toda a implantação dessas usinas, como o Mozart falou, uma usina como Paulo Afonso, de 50 anos, com todas as modernizações que foram feitas. Tudo isso já foi pago pela tarifa dos consumidores brasileiros, sejam eles residenciais, comerciais e industriais. O que nós estamos colocando em jogo aqui é fazer novamente esse consumidor pagar como se estivesse comprando energia de uma usina nova. Isso é, no fundo, aquilo que o Fernando falou, isso é mais do que um erro, isso é um crime. E é isso que a gente vai discutir, então, um pouco aqui. *(Pausa.)*

Vamos lá. Privatizar vou perder. Há uma série de temas que eu coloquei aqui e que vou passar mais rapidamente, mas eu quis que ficasse aqui registrada para que vocês realmente pudessem compartilhar e discutir aí, como o Senador Veneziano manifestou no seu debate.

Primeiro, quero dizer que já foi discutido – a Clarice também colocou isso muito bem, o Fernando colocou – que a privatização da Eletrobras é necessária para atrair capitais e fazer com que os capitais privados possam garantir a expansão do setor elétrico. Então, a realidade – e isso foi colocado muito em todos os nossos debates – é que entre, 2013 e 2018, esses investimentos já foram feitos pelo setor privado, até porque, em boa parte desse tempo, a Eletrobras estava no PND. Ela não podia nem investir. A Eletrobras tem um papel importantíssimo nos leilões, garantindo competição. Eu criei uns *links* que não vou detalhar muito, mas aqui nessa apresentação vai estar o efeito da participação da Eletrobras quando ela participa dos leilões, por exemplo, para expansão de transmissão. Nessa última coluna aqui, que são os deságios médios dos leilões, é assustadora a diferença quando a Eletrobras participa, quando a Eletrobras não participa. Os leilões de geração, então, eu coloquei aqui, calculados linha a linha, para poder mostrar isso. Nas usinas de Jirau, Santo Antonio e Belo Monte, que o Mozart citou, no total, aqui representou o fato de a Eletrobras participar, porque, se a Eletrobras não participasse, não haveria nem o leilão. Aquilo que o Mozart colocou é uma realidade: nenhum grupo privado compareceu nesses leilões fazendo a sua oferta sozinho. Todos os consórcios que liquidaram nesses leilões tinham pelo menos uma





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

empresa do grupo Eletrobras. Ninguém compartilhou. E o resultado disso foi o quê? Uma economia para o povo brasileiro de R\$113 bilhões num contrato de 30 anos, só dessas três usinas, que a gente chama de estruturantes.

Então, esses detalhes são todos esses aqui.

O impacto maior, e isso aí já foi notificado, quando falo, então, de descotização – eles falam isso aí –, é que as distribuidoras têm comprado energia. Compram energia qualquer que seja o modelo. E é aquilo que o Senador Jean Prates falou, quer dizer, é intuitiva, é intuitiva essa questão. Se eu tenho a energia que está precificada praticamente a preço de custo, a preço de operação de operação e manutenção das usinas e eu a vendo de novo para os consumidores a preço de mercado... E aí não está também, na MP, definido que raio de preço de mercado vai ser esse. Não há nenhuma definição disso. Vai ser essas próprias usinas voltando para o consumidor? Vai ser contratando de novo num leilão para o mercado cativo? Vai ser num mercado totalmente liberalizado? A gente não sabe, mas o fato é que qualquer que seja ele, com esse modelo que está se colocando, em que a energia é colocada na CDE, o maior impacto vai ser para os Estados do Nordeste e Norte, que têm um valor menor, uma participação menor da CDE.

Agora, quando a gente lê... Eu fiquei assustado até quando fui ler a avaliação do Ministério de Minas e Energia sobre os impactos do PLV. Eu achei que aquilo fosse uma brincadeira. Eu acho que é até um desrespeito com... Imagino que aquilo não tenha sido enviado para os Senadores, que ficou só na página do MME. E, no fundo, o que eu posso dizer é que aquilo é uma ficção, para a gente não dizer o que há pouco o Fernando falou aí, que não usou nem este termo, mas eu vou usar, de que aquilo é *fake news*, ou seja, não dá para usar aqueles valores. Naquelas premissas lá, quando se faz uma análise dessas, dependendo da premissa que eu uso, eu chego a qualquer resultado. Mas o fato é que aquilo ali é uma inverdade e que é impossível.

Então, o que eu gostaria é que de fato fosse respondido pelo órgão que é responsável por calcular tarifa no Brasil, que é a Aneel. Por exemplo, me pediram para ajudar, para analisar uma resposta da Aneel a um requerimento de informações da Bancada do PT encaminhada à agência, que solicitou que respondesse exatamente qual seria o impacto dessa descotização. Um pouco está aqui nesse lado direito dessa planilha. Então, o que seria isso? O que a gente precisa avaliar? Não descotizar. Então, pergunte à Aneel qual o valor médio das tarifas atuais das distribuidoras e o valor também individual, por distribuidora, o valor médio e o valor das distribuidoras, porque o impacto é diferente em cada área. Vocês vão ver que, nas empresas do Nordeste, fica maior. Por isso, a Aneel não respondeu. É um vexame uma agência nacional responder dizendo que ela não faz política. E o ministério, então, encaminha essa resposta para cá, de que ela não podia calcular tarifa. Escuta, a Aneel, ao falar isso, na verdade, está fazendo política. E a Aneel é uma agência de Estado, responsável, tem autonomia para calcular tarifa e, se ela é instada pelos representantes do povo, representantes do Congresso Nacional, Deputados e Senadores, ela tem a obrigação de responder aquilo que foi perguntado lá no requerimento que eu li da Câmara dos Deputados, que é absolutamente objetivo.

Ele pergunta: "se essa energia das cotas vai continuar, já que não está definido isso na MP, se continuar com cada distribuidora na mesma proporção, e ao valor atual dessa energia de cotas são adicionados os valores previstos na MP, ou seja, pagamento de R\$50 bilhões de bônus, fora as novas usinas, sendo que R\$25 bilhões voltam via CDE, então calculem isso". Eu posso fazer e não ficar numa guerra de versões aqui. A gente vai calcular e ver que há impacto. Obriguem a Aneel. Vocês têm poder para isso. Eu acho que vocês deveriam fazer um pacto aí no Senado, ou seja: "Eu só aprovo essa MP quando o Aneel devolver isso". Eu garanto que, em dois dias, ela tem condições de responder isso. Até o próprio ministério, que não tem competência para calcular isso, fez aquela nota em que ele colocou...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, ela não está assinada por nenhum órgão técnico do ministério, está assinada pela assessoria de comunicação social do ministério, que acho que é até desonroso para o ministério.

Então, eu acho que tem que questionar isso aqui. Analisem isso, objetivamente. A conta que fazem no ministério fala que vai dar menos impacto porque também vão antecipar a renovação de Tucuruí e de Mascarenhas de Moraes, e essa energia também, na mesma linha do outro, vai pagar bônus para o Tesouro. Gente, deixe simplesmente... Assim, comparem esse ganho que o ministério estava dizendo que vai dar para os consumidores com uma outra opção. Qual é a outra opção? Deixem Tucuruí e Mascarenhas de Moraes serem renovadas, então, pela 12.783, e não por essa medida provisória. Então, agora, calculem: renovando pela MP, pagando bônus e todas as despesas que estão incluídas ali, quanto é o impacto para o consumidor? Calculem simplesmente essas duas aqui como estão previstas pela 12.783. Eu não preciso fazer conta nenhuma, mas garanto para vocês que aqui, sim, nessa coluna da esquerda, teremos uma redução significativa nas tarifas dos consumidores brasileiros.

E mais: há, ainda nessa medida provisória, ações para reduzir o custo de energia na Região Norte. Vocês podem colocar, por exemplo, na proposta da renovação de Tucuruí, uma parcela maior para a CDE de redução das tarifas das empresas do sistema isolado, o sistema norte brasileiro, porque elas caminham para ter uma explosão de tarifa à medida que crescem, à medida que expande o uso de energia naquelas regiões. Então, vocês podem botar e definir isso aqui na lei, mas renovem pela 12.783 e destinem parte dessa energia para reduzir o custo de energia na Região Norte.

A outra coisa é Itaipu, que eles colocaram aí, e também me parece uma brincadeira. Itaipu é mais ou menos assim: eu financiei meu apartamento durante 15 anos. Quando eu acabo de financiá-lo e agora eu vou ficar livre do pagamento – eu pago R\$3 mil de prestação –, aí o Governo faz uma lei e bota lá, e os bancos são autorizados a virem para mim e dizerem o seguinte: "Agora eu vou diminuir seu pagamento aqui. Em vez de você me pagar R\$3 mil por mês, vai ficar me pagando R\$1,5 mil só". "Mas, escuta, eu já paguei! Eu cumpri os 30 anos do contrato!". O que está propondo esse PLV é isso. Como o Governo não pode cobrar bônus de Itaipu, porque aquilo ali ele não tem, ele não é o dono daquele aproveitamento, aquilo ali é um aproveitamento binacional, ele criou, teoricamente, uma bondade aqui. Então, calculem simplesmente a tarifa de Itaipu sendo retirada do valor dessa tarifa, a parcela do financiamento da dívida, que acaba entre 2022 e 2023, simplesmente retirem, e coloque para nós aqui, Aneel: quanto fica a tarifa de Itaipu e qual o impacto na tarifa do consumidor? Agora, calculem essa mesma tarifa de Itaipu pela proposição que está no PLV. Eu tenho certeza absoluta, sem fazer nenhuma conta, de que o impacto vai ser muito grande para o consumidor brasileiro.

Mas vamos continuar aqui o nosso debate.

Aí há lá todas aquelas chamadas benesses ou os famosos jabutis. Gente, então compare aí a expectativa, porque aquela análise do ministério é absolutamente inacreditável! Ele compara térmica inflexível, botando um monte de custo, um monte de coisa. Gente, compare, simplesmente, quanto é contratar uma térmica a gás natural, com 70% de inflexibilidade, incorporando o custo, porque você tem que fazer gasoduto – não há gás naqueles Estados –, com a contratação das fontes mais baratas: eólica e solar. Contratem. Olhem isso aí. Façam essa comparação para mim.

O Proinfa renovar, o que acontece? Essa energia hoje está totalmente amortizada, elas podem vendê-la tranquilamente no mercado livre e com um preço muito bom. Por que obrigar o consumidor a pagar de novo como se fosse uma energia nova? Comparem o preço que eles estão propondo no PLV com o dos últimos leilões regulados. A energia eólica e a solar estão entre R\$88 e R\$99, abaixo de R\$100 o megawatt/hora. Comparem esses preços e apresentem para os Senadores, apresentem para os Deputados, apresentem para eles verem o que estão fazendo. Comparem os preços das PCHs nos últimos leilões com





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que está sendo imposto por esse PLV. PCHs e usinas hídricas são sempre importantes, sempre são contratadas por essas outras vantagens que elas têm, mas não impor esses custos ao consumidor.

É por isso que eu sempre tenho colocado aqui uma realidade do que acontece no País, o que eles chamam de descotização e modernização de mercado. A Clarice explorou muito bem isso. O que é uma modernização? O mundo caminha, gente! Isso aí é tecnologia! Não adianta! Por que a eólica e a solar são as principais fontes de expansão da nossa matriz hoje? Porque a tecnologia foi desenvolvida de tal modo que nós temos uma energia limpa e renovável, que custa mais barato que qualquer outra fonte. Quem é que vai barrar isso? Ninguém! Então, não há como acontecer isso! Por isso, a modernização. Todas que já há pelo mundo estão sendo revistas porque não dá para você sair vendendo essa energia. Elas não são suscetíveis a preço. Não adianta você falar com a solar agora assim – a minha ponta é 7h da noite no período de inverno no Brasil –: "Ô, solar, despacha aí que o preço está ótimo no mercado". Não há sol, gente! Ela não é suscetível a isso! Você tem que ter os mecanismos para fazer isso, e o principal que a gente tem são as grandes baterias.

Eu vou discordar do Mozart aqui quando ele falou que ia diminuir muito a participação do peso da energia das usinas do São Francisco agora no nosso sistema. Pode ser isso, mas, em compensação, essas eólicas que despacharam 70% lá só são possíveis pelo armazenamento proporcionado pelas usinas do São Francisco, aquilo que a Clarice explicou muito bem. A única bateria que a gente tem hoje – e armazena vento, e armazena sol – são os nossos reservatórios para serem usados no momento em que eu não tenho vento e não tenho sol. Por isso, ninguém vende isso. Ninguém vende o sistema hídrico, nem no Canadá, nem na Noruega.

Há um *link* aqui em que vai mostrar o impacto nos estados canadenses em que não há hídricas e as usinas foram vendidas e naqueles que não venderam, como Hydro-Québec. Em Quebec, no Canadá, há os menores preços, chegam a ser um terço do preço da energia de outras províncias canadenses. Aí chegamos até nos Estados Unidos. Gente, eu gosto de colocar isso porque é muito do que vocês colocaram. Olhem esse gráfico. Setenta e três por cento da energia hídrica americana está na mão do Estado, e isto aqui é antiquíssimo. Há esse negócio aqui, com esse nome esquisito, essa *reclamation*, isso é um *bureau de reclamation*; é uma empresa estatal americana criada em torno do ano de 1900. Sabe para fazer o quê? Para armazenar água; ela é dona de boa parte dos reservatórios americanos, é muito significativa a sua participação para controlar a água. É o maior comercializador de água, quer dizer, de volume bruto de água no mercado atacadista americano e controla um volume imenso de usinas no mercado americano, ou seja, tem aqui uns 15% ou 20% da energia americana gerada por essa empresa. A outra aqui, só para mostrar a importância disto aqui: uns 20% de toda a energia americana são controlados pelo corpo de engenheiros do Exército americano. Quer o sentido?

Agora, tenho impressão de que o Secretário de Economia, que a Clarice citou, que acusou de ser ideológico o discurso dela, não deve ter visto isso. Eu não imagino que ele considere que os americanos façam isso por ideologia, não é? Até porque eles criaram todos esses modelos de regulação econômica, e mesmo lá... Já? Então, estou acabando. Tenho que correr mais.

Então, acabamos de ver ontem, no jornal, por exemplo, o Presidente do Senado manifestando incômodo com a MP do apagão, a MP do racionamento que o ministro soltou, que quer controlar a água de Furnas. O Presidente do Senado tem que saber que, ao aprovar esse projeto, ele está abrindo o controle e, quando ele faz a chamada modernização do setor, em que querem fazer, inclusive, despacho de energia por preço, na verdade, o que eu estou fazendo é perder todo o controle.

Senador Rodrigo Pacheco, esqueça o que você quer fazer aí, porque, na verdade, aí, sim, se o preço agora, por exemplo, num ano ruim como este, de hidrologia, está alto, vão vender toda a água do reservatório de Furnas e vão gerar tudo o que pode, se tiver um despacho por preço e vai zerar a água





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

naquele reservatório para aproveitar essa oportunidade de preço. Por isso que, os Estados Unidos todos são divididos naquelas áreas ali. Você tem os comercializadores daquela energia daquelas estatais, eles são todos federais, mais a Tennessee Valley Authority, todas elas contratam isso, são todas empresas federais que controlam três quartos de todo o sistema de transmissão e comercializam toda aquela energia hídrica americana. E é mais do que significativo o exemplo do Congresso americano que, em 2018, propôs vender só transmissão – viu gente, não foram as usinas, não – dessas PMAs, dessas empresinhas que eu coloquei na tela aqui, só que só esta aqui, esta Sepa não tem ativo de transmissão. E o que o Congresso analisou? Que todas as PMAs deveriam contratar a transmissão, como faz a Sepa. O que o Congresso verificou? Analisou e verificou que a Sepa tinha os mais altos preços de energia entre todas essas agências americanas lá. O que o Congresso, de maioria republicana... lá só há dois partidos, republicanos e democratas. O que eles fizeram? Proibiram o Executivo não de autorizar a venda; proibiram o Executivo de alocar qualquer recurso para estudar ou rascunhar propostas de transferências desses ativos sem autorização específica do Congresso.

Eu acho que isto aqui é um exemplo para a gente. Eu acho que isto aqui não tem nada de ideologia, gente; isto aqui eles estão colocando.

E aí – para eu terminar –, ou seja, a gente tem alternativa. Já que querem modernizar, vamos modernizar com fizeram a Noruega ou os Estados Unidos. Já que nós somos obrigados a fazer a cisão da Eletrobras, já que querem vender uma parte da Eletrobras, vamos manter, debaixo de uma Eletrobras 100% estatal, todos os ativos já amortizados, ou seja, incluir as nossas usinas hídricas, todos os nossos ativos de transmissão. Então, a União incumbe essa empresa de operar e manter todos esses ativos com tarifas reguladas, como é feito nos Estados Unidos, em que a agência nacional americana é que regula aquelas tarifas, e define em lei quem deve ser beneficiado com energia proveniente dessas usinas, como é feito nos Estados Unidos. Isso não é ideológico, minha gente – isso que a gente está pregando. Vamos copiar o modelo lá pelo menos – adoram copiar modelo americano, vamos copiar. Eles fizeram isso muito bem feito.

Eu acho que é isto que a gente quer: essa mensagem é tentar sensibilizar... Eu gostaria que chegasse realmente aos nossos Senadores na esperança de que eles olhem esses aspectos e, sobretudo, cobrem... Não precisam acreditar em mim que vai ter uma explosão tarifária no Brasil. Peçam para responder... Esse requerimento de informação já foi feito há muito tempo, e a Aneel se negou a responder, dizendo que ela não faz política. Ninguém está pedindo para ela fazer política. As condições no requerimento são absolutamente objetivas. "Aneel, se eu fizer essa medida provisória com essas condições que estão colocadas aqui" – que foram explicitadas neste requerimento da Câmara dos Deputados, pois eu li este requerimento – "responda-me: calcule quanto é esse impacto, se tem impacto, se não tem impacto, se vai reduzir a tarifa, como diz o ministério, que diz que pode reduzir em 7%".

A gente vivenciou muito esse setor. Tinha muita vontade de estar aqui discutindo com a Secretária-Executiva do Ministério de Minas e Energia e que ela afirmasse aqui, na nossa frente, sem ficar vermelha – porque eu a conheço muito, e, quando ela não consegue sustentar muita coisa, ela fica vermelhinha. Eu gostaria muito de ouvir dela isso aqui.

Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Dr. Nelson Hubner Moreira.

Eu sou o Senador Confúcio Moura e, devido a um impedimento do Senador Jean Paul Prates, que foi chamado... Você está aí, eu estou vendo que você está aí, Prates.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Confúcio, muito obrigado por assumir aí. Eu estava preocupado que não tivessem feito a transição e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

trouxe a Comissão no carro comigo. Estamos agora na residência do Presidente do Senado, e trouxe vocês comigo aqui, mas eu gostaria muito que você pudesse presidir o final. Temos uma leitura do e-Cidadania, talvez, para colocar algumas contribuições que vieram...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode encerrar, Prates. Eu não tinha visto que você estava aí atento. Pode concluir. Pode concluir. Obrigado. Conclua.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está tranquilo.

Eu não sei se algum Senador ou alguma Senadora quer se manifestar neste momento...

Confúcio, você quer se manifestar também? Quer falar alguma coisa?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Não, não, pode ficar à vontade. Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria registrar perguntas e colocações do e-Cidadania que chegaram para nós, para Mozart, para Clarice, para Nelson, para Fernando e para quem está nos ouvindo em casa, para que saibam como as pessoas estão se manifestando junto ao Senado.

Vitor Hugo, do Distrito Federal, disse: "Tal privatização irá afetar o fornecimento em algum ponto?". Tivemos algumas colocações aqui nesse sentido.

Vou deixar depois um minuto ou dois minutos para cada um para finalizar e já adereçar essas perguntas.

Maximira Daveles, do Paraná, diz: "Por que privatizar a Eletrobras? O Brasil vem aos poucos privatizando ou terceirizando nosso patrimônio. Isso não é bom para os brasileiros".

Anderson Navrotski, de Santa Catarina, diz: "Qual o retorno para a população com o dinheiro desta venda?". Essa é uma das dúvidas. "Desestatizar tem que reverter o dinheiro para a saúde, educação e segurança". É a reivindicação dele.

Kauana Oliveira, do Paraná, pergunta: "Como será feita a fiscalização?".

Guilherme Fulgencio, do Rio Grande do Norte, diz: "Querem fazer com a energia elétrica o mesmo que fizeram com a gasolina, cujos preços aumentam sem controle? Que patriotismo é esse?".

Pergunta, além dessas, de Nelma da Costa, do Rio de Janeiro: "Quais são os principais objetivos que a União espera alcançar com a aprovação da MPV 1031/2021".

Taty Loo, de São Paulo: "Qual é o benefício que os brasileiros terão com essa privatização? Como ficam os lucros e a cobrança pelo serviço?"

E comentários aqui da Tania Farias, do Rio Grande do Sul: "Não apoio de jeito nenhum a privatização! Pertence ao povo e deve continuar do povo!".

Juarez Fernandes, também do Rio Grande do Sul: "Querem entregar o que é de todos, construído com dinheiro público, para que todos tenham enormes lucros. Para o povo restará pagar a conta".

Paulo Vieira, do Piauí: "A privatização é crime. O mercado visa o lucro. A população vai pagar muito caro com a venda da Eletrobras. Por favor, não deixem acontecer".

Ruben Gomes, da Bahia: "Não concordo, basta olhar para as telecomunicações e rodovias. O que melhorou a não ser a extorsão ao consumidor?".

Juliana Bruckner, de Minas Gerais: "Parem de vender nosso patrimônio".

Sandro Gomes, do Distrito Federal: "Privatizar a Eletrobras no atual momento de crise hídrica e energética é um crime contra o País! É preciso fortalecer a Eletrobras".

Thiago Giroto, de Santa Catarina: "A privatização da Eletrobras trará prejuízos na arrecadação de estados e municípios produtores de energia. Comércio locais sofrerão também".





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Valdir Sagas, do Paraná: "Absurdo vender a Eletrobras, uma empresa modelo de eficiência no setor elétrico, com papel estratégico em geração e transmissão de energia".

E Geova Chagas, também de Minas Gerais: "Além da segurança, saúde e educação, o fornecimento de energia deveria ser prioridade do Governo, pois é um setor fundamental".

Eu queria passar rapidamente em revista os nossos palestrantes, havendo algum Senador ou Senadora que queira se pronunciar também, a qualquer momento, pelo *chat*.

A Sra. Clarice Ferraz com a palavra, por dois minutos, Diretora do Instituto Ilumina.

Clarice, por favor.

Obrigado.

A SRA. CLARICE FERRAZ (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Eu gostaria de chamar atenção para duas questões sobretudo, a questão da fiscalização e como fica a cobrança pelo serviço.

É muito importante que o Senado entenda e que toda a população saiba que ninguém sabe, porque em paralelo ocorre a discussão justamente em torno da ampliação do mercado livre. Então, não se sabe. A gente fala de impactos bilionários hoje, mas amanhã isso pode ser muito mais severo.

Com relação à fiscalização, é outro ponto de grande preocupação. Como a gente viu no acidente do Amapá, que teve um blecaute, a população inteira sem luz, nada funcionando, atendimento de água faltando porque não tem eletricidade para bombear, então, é muito severo quando falta eletricidade, em todos os sentidos. Falta frio, falta conforto, falta vida. Não aconteceu nada, porque, quando a gente vai para essas sociedades, esses acionistas não se responsabilizam. Então, a responsabilização do acionista é uma coisa muito fluida, não se sabe quem são as pessoas que estavam ali. As pessoas não foram responsabilizadas, a empresa não pagou multa. Quem assumiu os custos do acidente do Amapá foram os consumidores brasileiros de eletricidade, que tiveram os custos desse apagão rateados por todas as contas. Então, é muito severo. A gente está com problemas no setor elétrico brasileiro e os órgãos de controle, de planejamento, não estão funcionando a contento. Isso está dado e pode ser observado por todos. Não é possível. Realmente há um problema enorme de fiscalização e ninguém sabe como vai ficar essa cobrança pelo serviço porque ela está indeterminada.

Eu chamo a atenção, lembrando de novo do Texas, acho importante a gente fazer esses paralelos. Lá está havendo um pico de preço agora, durante uma onda de calor, que ainda não é a mais severa que provavelmente haverá, porque o verão vai começar agora. E o que o regulador está falando, a gente não está entendendo muito bem, porque não está tendo tanta geração como a gente previu. Quer dizer, há poder de manipulação de mercado por parte dos geradores. O regulador corre atrás para tentar coibir e para tentar penalizar. Mas ele mesmo não sabe exatamente se o gerador está retendo de propósito para fazer subir preço ou não.

É assim que se faz o jogo no mercado livre. Isso é muito perigoso e os desdobramentos são muito graves para toda a economia, para todo o setor produtivo, sobretudo se a gente está pensando em ter algum tipo de retomada econômica, não é?

Então, o retorno para a população é aumento tarifário, perdas de patrimônio público, abandono de um projeto de transição.

Eu gostaria, sobretudo, Senador, de que a gente pudesse se reencontrar novamente, pra discutir uma agenda positiva de inserção do Brasil na mudança do paradigma tecnológico que está acontecendo, preparar o nosso País para enfrentar as mudanças climáticas, e inclusive poder tirar proveito disso, porque a gente tem toda essa dotação fantástica de recursos naturais e estamos aí, com esses recortes de preço de tarifa, carbonizando nossa matriz, deixando nossa indústria perder competitividade, ficando dependente de tecnologia dos outros. Não faz o menor sentido esse projeto, Senador.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu fico por aqui, mas qualquer coisa é só me chamar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Clarice, particularmente, em relação a isso que você falou, é fundamental salientar a todos que estão nos ouvindo: transição energética com a gestão energética totalmente solta... Porque o que acontece é o seguinte, pessoal – vamos falar português castiço aqui –: essa MP é a grande manifestação, é a grande prova de que o setor energético, neste momento, está completamente desarticulado, não tem planejamento absolutamente nenhum. Nós estamos aí, de novo, vivendo um risco de racionamento – de racionamento! É absurdo isso: com tantas fontes renováveis e não renováveis disponíveis, o Brasil, de novo, passar por um risco de racionamento, em menos de três ou quatro anos de gestões convulsionadas, tanto de Michel Temer, quanto de Jair Bolsonaro.

E mais do que isso: o fato de estarem todas desconcatenadas é que faz com que a gente tenha esses jabutis. Esses jabutis são a expressão máxima do desconcatenamento completo das matrizes, dos produtores, dos geradores de energia privados, públicos. Está cada um defendendo o seu. Então, o jabuti é exatamente cada um defendendo o seu. O PCH vai lá: "Eu quero o meu"; o cara do Proinfa vai lá: "Eu quero o meu também"; o cara da do gás, esse então é um absurdo, vai levar gás do Sudeste para o Norte, para trazer energia de volta para o Sudeste, porque o Sudeste é que consome energia. Então, é cada um por si e Deus por ninguém.

Então, esse caso que você falou me detonou aqui, exatamente isso: essa MP é o retrato da completa desconcatenação, da completa desintegração de todos os *players*, de todos os agentes do setor elétrico. E isso tem um responsável: Governo Federal. É um ato de covardia. É como fazer política de segurança dando uma arma para cada cidadão. É muito fácil. Não, o difícil é governar, o difícil é pegar o Estado e usar a favor do cidadão.

Queria passar para o Fernando Fernandes, em seguida.

Desculpem aqui a colocação, mas é porque Clarice falou uma coisa que detonou aqui a necessidade de esclarecer que esse é exatamente o retrato do que nós estamos vivendo.

Fernando, por favor, da coordenação nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. Bem-vindo mais uma vez! Suas palavras finais, dois minutos.

O SR. FERNANDO FERNANDES (Para expor.) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Quero agradecer também, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, agradecer a todos os Senadores, aos demais palestrantes, aos que nos assistem e dizer que vamos seguir firmes na luta, não é? Hoje, à meia-noite, os companheiros eletricitários iniciaram uma greve, para denunciar para toda a sociedade brasileira o que está em jogo.

Eu registro aqui também a nossa solidariedade a todos esses trabalhadores, milhares de trabalhadores, que iniciaram essa greve hoje para fazer aí uma pressão a todos os Senadores e chamar a atenção da sociedade para que não privatizemos a Eletrobras.

E, aí, eu gostaria de encerrar comentando duas perguntas das que o Senador leu.

Eu acho que é importante a gente ter nítido que nós estamos no Brasil, que é o País com potencial energético melhor do mundo. Nenhum outro país tem o potencial de geração de energia como o nosso Brasil tem.

E a gente construiu também no último período... Eu ressalto aqui que, no último dia 11 de junho, sexta-feira passada, completaram-se 59 anos de fundação, de quando constituímos essa gigantesca empresa chamada Eletrobras, que é a maior empresa de energia elétrica da América Latina, que vende uma energia a preço de custo, regula o mercado, que tem aí uma importância gigantesca para diversas regiões do nosso País. E o Governo quer simplesmente entregar todo esse patrimônio do povo, que já foi pago pelo povo, mensalmente, nas suas contas de luz.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu chamo atenção, inclusive, de que sobre a Eletrobras, todo esse patrimônio, alguns especialistas falam em 400 bilhões a 1 trilhão. Essa é a estimativa de todo esse patrimônio do povo brasileiro. E o Governo Bolsonaro quer entregar toda essa riqueza do nosso povo por apenas em torno de 60 bilhões. É praticamente entregar o nosso povo, é entregar um patrimônio do nosso povo para o capital financeiro, para grupos estrangeiros, bancos e fundos de investimento. E quem vai lucrar com isso, quem vai ter retorno com isso são esses grupos. O povo brasileiro não vai ter nada mais do que os impactos. A gente vai penalizar o povo brasileiro em detrimento dos interesses de uma minoria, privilegiar quem já está privilegiado. O que está em jogo nessa privatização da Eletrobras é isto: privatizar os já privilegiados.

E a gente tem aí... Até uma das perguntas era: qual é o retorno para a população brasileira?

Primeiro, o Governo não tem um projeto para dizer o que vai fazer com esses 60 bilhões para o povo. Ele fala em dar alguns retornos para termoeletrônica, para aqui, para acolá; fala em projetos para Norte, Nordeste e Sudeste que vão ser geridos por comitês gestores indicados pelo Poder Executivo, então é, clara e nitidamente, uma forma legal de ir comprando bancadas parlamentares importantes, dentro do Congresso – isso é importante a gente ressaltar aqui. O povo vai ser penalizado com as altas tarifas, e tudo que vai ser explorado na nossa conta de luz mensalmente vai ser mandado para fora do nosso País. Infelizmente este é o retorno para o povo brasileiro: tarifaço, risco de apagões – novos apagões –, novas possibilidades de novos acidentes e rompimentos de barragem, piora no acesso, inclusive, à água, porque esse é um caminho importante para a privatização da água do nosso País. E os impactos são tremendos – são tremendos.

Então, é importante que todos os Senadores tenham essa consciência, e quem está nos assistindo também pressione o seu Senador para que a gente não deixe acontecer esse saqueio, assim, esse entreguismo, essa pilhagem, esse crime contra o povo brasileiro.

Então, deixamos aqui o nosso abraço a todos e a cada um.

Só para encerrar, nós do Brasil temos a possibilidade de produzir e fornecer ao povo brasileiro a energia mais barata do mundo. Com a privatização da Eletrobras, a gente vai colocar o nosso País num patamar de país que cobra a tarifa mais cara do mundo. Esse é o retorno que o Bolsonaro quer dar para o nosso povo brasileiro, e a gente não pode deixar. E contamos com a colaboração de cada um dos Senadores e do povo brasileiro. Tenham esta convicção: com a Eletrobras, a gente tem essa condição de não sacrificarmos mais o nosso povo.

Abraço.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– Obrigado, Fernando. Obrigado.

Vou passar diretamente para o Mozart.

Mozart, por favor.

Depois, o Nelson Hubner também, para encerrar.

E aí a gente fecha.

Muito obrigado a todos.

O SR. MOZART BANDEIRA ARNAUD (Para expor.) – Eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui.

E, como comentário final, Senador, eu queria dizer o seguinte. É difícil entender o que faz com que o Governo encaminhe este projeto, porque nós estamos num momento de uma forte pandemia mundial, em que existe uma escassez de recursos, que as economias dos países estão buscando alavancar pós-pandemia. Aí você vai vender um ativo como a Eletrobras num momento deste em um processo sem uma discussão ampla, por uma medida provisória? A gente sabe que pessoas vão ter lucro, não tenham dúvida. Como colocaram aí: a quem interessa isso? A gente sabe que há grupos que terão um resultado imediato





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de lucros exorbitantes adquirindo o controle da Eletrobras. Chega-se ao ponto de a gente buscar assim: que é que motiva tudo isso? Por que vender o que está pronto enquanto o País está numa ameaça de um racionamento de energia, como foi colocado, em que vai precisar de investimentos para superar a questão do racionamento de energia? Aí eu vou pegar, eventualmente, recursos que existam disponíveis para investir no setor elétrico para adquirir o que está pronto, só para ter lucro agora, de imediato? É difícil entender, Senador!

Então, eu peço que a luz ilumine os Senadores todos, e a gente venha a rejeitar este projeto.

Chegou-se a ponto de, com os jabutis, como foi colocado aqui, que foram colocados como emendas, ser pior que o soneto. A reação de todos os setores... Até setores que defendem, por exemplo, a energia eólica são contra essa história de reserva de mercado do Proinfa! Eu ouvi a Núbia falando sobre isso numa audiência pública. Ele desagradou todo mundo! Ele está agradando a quem? Essa é a pergunta que cada Senador deve fazer a si próprio e começar a discutir o que é que o Governo atual está fazendo com a privatização da Eletrobras.

É o que eu tinha, e agradeço a participação aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– O Presidente do Senado está ouvindo vocês aqui, agora, neste momento – então, uma presença ilustre aqui, na nossa Comissão. Obrigado.

Nelson, se puder fazer as suas palavras finais....

O Presidente está aqui, justamente estamos tratando da Eletrobras também. Deu uma saída aqui, não é, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– Abraços a todos vocês – do Presidente.

Nelson, por favor, fique à vontade.

O SR. NELSON HUBNER MOREIRA (Para expor.) – Aproveitando que o Presidente do Senado está aqui... Eu conheço a trajetória do Senador Rodrigo, sempre preocupado com as questões de Minas. E, como a minha origem é toda mineira – a minha família continua toda lá, só eu que migrei para Brasília –, a gente sabe e acompanha isso. Quer dizer, a preocupação que eu botei até na minha apresentação hoje, sobre a questão do uso da água, o que a gente tem discutido, Presidente e Srs. Senadores, é que a gente fazer isso de uma forma atropelada, um projeto de privatização da Eletrobras, em que está embutida uma mudança de modelo do setor, que a gente não sabe para onde vai, e o que se discute inclusive é se a modernização vai passar por um despacho de energia por preço... O que significa isso? Nós estamos com um ano de hidrologia ruim, como agora, e o que que vai acontecer? O preço da energia sobe no mercado. Como ninguém vai estar contratado, eles vão ter que contratar energia em tempo real, e as empresas vão oferecer essa energia no momento. Ora, se o preço está alto, qualquer gerador de energia vai chegar e é o seguinte: "Meu preço agora é R\$400 o megawatt-hora. E você tem que pagar porque, senão, tem apagão. É paga ou apaga. Vai pagar. E aí o dono, por exemplo, da nova Eletrobras, que vai controlar, por exemplo, a usina de Furnas, o que que ele vai fazer com aquele monstro daquele reservatório lá, que pode servir para equilibrar esta crise que a gente está vivenciando? Ele vai vender toda essa energia que tem lá, quer dizer, mandar embora toda aquela água, nesse momento em que o preço está ótimo, porque, na hora em que voltar a chover, no ano que vem vai chover muito e encher o reservatório de novo, o preço vai abaixar. E aí tudo bem, aí não precisa estar vendendo energia naquele momento. Ele vai deixar encher o reservatório de novo e, na hora em que o preço cair de novo, ele vai vender tudo de novo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém no mundo faz isso. Por isso que todos os países capitalistas... Os Estados Unidos são o maior exemplo que eu tenho usado nas discussões aqui no Senado: todo o seu sistema hídrico está absolutamente preservado, uma mão do exército americano, de uma empresa de controle de água, e toda a energia comercializada através de agências estatais do Governo americano. E vão para *utilities* verticalizadas. Não são vendidos nesses mercados liberalizados americanos. Por isso que, quando você olha... É só... Entra na página, pede a um assessor para olhar aí os maiores preços de energia no mercado americano. Onde eles estão? Os Estados com energia mais cara são, por motivos óbvios, Havaí e Alasca, o que não preciso explicar aqui, uma ilha e outro lá no norte. Fora esses, são quatro Estados do mercado livre da região do operador de New England, aquela divisa com o Canadá lá em cima, que é ruim de recurso e o mercado é liberalizado e o preço é altíssimo... Depois deles é o maior exemplo que querem copiar no Brasil. Qual que é? A Califórnia, que é o exemplo do mercado moderno que todo mundo quer copiar aqui. Lá é totalmente liberalizado, competição total, preço minuto a minuto e não sei o quê. Tem o sexto maior preço de energia do mercado americano.

Então, o que a gente pede é o seguinte: aprofundem isso, obriguem que a Aneel responda, por exemplo, um questionamento que já foi feito pela Bancada do PT na Câmara dos Deputados, que está especificado. "Escute, calcule aqui para mim: se eu renovar aqui, mantendo a usina por cota, agora sim, renove por cota com essa opção aqui de voltar essa energia para o consumidor. Quanto vai custar isso?" Observa... Pega Tucuruí e renova pela 12.783. Quanto fica o preço de energia para o consumidor? Qual é a redução? Renova agora para as condições que estão mandando recurso para o Tesouro.

Desde os impactos do apagão de 2001 e das mudanças no setor, todos foram feitos no sentido de retirar bônus de outorga para o Tesouro. Por quê? Porque isso encarece preço de energia para o cidadão, para a indústria, para o comércio. Agora vocês estão restituindo isso aí, inclusive naquelas usinas que já foram todas renovadas e têm um contrato de concessão de 30 anos! Nós estamos quebrando o contrato, e em benefício de quem? Para um pouco de dinheiro, que vai para o Tesouro, e o consumidor, a indústria brasileira, vai pagar tudo de novo. Então, isso é que a gente tem discutido aqui.

Peço pelo menos um prazo. Ao aprovar isso como MP, nós vamos comprometer o futuro do País. Essa é a visão que a gente tem, e a gente gostaria que vocês pudessem aprofundar.

Muito obrigado. É um prazer estar aqui, sempre participando, e estou sempre às ordens para estar discutindo essas questões com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Nelson, mais uma vez. O Presidente estava aqui também, ouvindo seus comentários, e a gente está justamente aqui tratando sobre isso neste momento.

Eu queria agradecer a todos que participaram pelo e-Cidadania, todos que nos ouviram, especialmente aos nossos convidados: Clarice Ferraz, Fernando Fernandes, Mozart Arnaud, Nelson Hubner, agradecendo também aos outros que também participaram conosco da organização desta audiência pública: o Carlos Machado, do Dieese; Fabiola Antezana, do Coletivo Nacional de Eletricitários; o Gustavo Teixeira, também do Coletivo Nacional dos Eletricitários, e também do Ilumina, com a Clarice, o Maurício Tolmasquim, nosso querido ex-Presidente da EPE e ex-Ministro de Minas Energia, representante da Coppe/UFRJ, e o Vicente Andreu, ex-Presidente da ANA (Agência Nacional de Águas).

Não havendo mais... Quero ver se há alguma manifestação de algum Senador. Vou ver aqui rapidamente, meus queridos amigos... O.k.

Bom, enfim, fazendo aqui o nosso encerramento, nós organizamos esta audiência na CMA, não apenas para discutir os efeitos ambientais, mas como eu disse desde o início, também os socioambientais, os socioeconômicos dessa proposta de privatização da Eletrobras.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós de fato temos ótimas lembranças nesses depoimentos dos nossos convidados. Uma delas é a promessa do próprio Presidente Bolsonaro, durante a campanha, de não fazer a venda do controle da empresa principal do setor elétrico, que, para quem está mais distraído e não percebeu ainda, também significa a venda de Furnas, venda de Chesf, venda de Eletronorte e Eletrosul. A Eletrobras é a *holding* dessas empresas, mas ainda, também, obriga a separação de Itaipu e Eletronuclear e também a separação do Cepel, que é o maior centro de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico no Brasil.

Então, é uma mudança muito drástica, é coisa muito pesada para ser feita por medida provisória e não é por outra razão que nós tivemos agora a consultoria do Senado declarando a inconstitucionalidade dessa modelagem, não apenas porque não atende ao pressuposto de urgência, como também porque promove concessões de serviço público, enfim, privatiza a empresa sem licitação, concede garantia da União para empreendimentos privados, várias manifestações aí consideradas inconstitucionais.

Vamos continuar trabalhando com essa luta. Estamos esclarecendo a todos os Senadores a respeito desse ponto.

Agradecemos mais uma vez a todos vocês pela participação e, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Obrigado a todos!

(Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2021, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, em Reunião Remota, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Plínio Valério, Izalci Lucas, Giordano, Wellington Fagundes e Jean Paul Prates, e ainda do Senador não membro Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Luis Carlos Heinze, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Alvaro Dias, Carlos Fávaro, Otto Alencar, Jayme Campos, Telmário Mota e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa - Junho Verde 2021**, atendendo ao requerimento REQ 18/2021 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Finalidade:** Debater a poluição por plástico descartável e seus impactos. **Participantes:** Sr. André Barreto, Coordenador do Programa de Monitoramento de Praias (PMP) da PETROBRAS em Santa Catarina; Sr. Roberto Rocha, Representante da Direção do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; Sr. Marcelo Montenegro, Editor do Atlas do Plástico e coordenador do Programa de Justiça Socioambiental da Fundação Heinrich Böll no Brasil; Sr. Paulo Henrique Rangel Teixeira, Diretor-Superintendente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST (representante de: José Ricardo Roriz Coelho, Presidente da ABIPLAST); e Sr. Vitor Pinheiro, Coordenador da Campanha 'Mares Limpos' no Brasil (representante de: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/06/21>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Fala da Presidência.) – Cumprimento a todos os convidados e agradeço a participação nesta audiência pública proposta pelo querido Senador Fabiano Contarato, no mês Junho Verde, quando nós temos tido algumas atividades na Comissão de Meio Ambiente, e, uma delas, bem colocada, é esta sobre a questão dos plásticos e a eventual poluição das águas pelo descarte irregular ou errado do plástico.

Então, havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atenção ao Requerimento nº 18, de 2021, do Senador Fabiano Contarato, com o objetivo de debater a poluição por plásticos descartáveis e seus impactos. O debate hoje é mais um dos eventos da nossa campanha Junho Verde 2021.

No intuito de oportunizar todas as vozes possíveis, esta Presidência permitiu a inclusão de um convidado para representar a Associação Brasileira da Indústria do Plástico, em atenção ao Requerimento nº 23, de 2021, do Senador Luis Carlos Heinze.

Assim, estarão conosco no dia de hoje, em ordem alfabética: o Sr. André Barreto, coordenador do Projeto de Monitoramento de Praias (PMP) da Petrobras em Santa Catarina; o Sr. Marcelo Montenegro, editor do Atlas do Plástico e coordenador do programa de Justiça Socioambiental da Fundação Heinrich Böll no Brasil; o Sr. Paulo Henrique Rangel Teixeira, Diretor-Superintendente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast); o Sr. Roberto Rocha, representante da direção do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; e, finalmente, o Sr. Vitor Pinheiro, coordenador da campanha Mares Limpos no Brasil e representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em atenção à situação gravíssima na qual lamentavelmente ainda nos encontramos em relação à pandemia da Covid-19, esta reunião ocorre de modo exclusivamente remoto, por meio do sistema de videoconferências adotado pelo Senado da República.

Após as exposições iniciais, será dada a palavra aos Senadores inscritos. Aqueles que desejarem fazer uso da palavra devem solicitar sua inscrição por meio da função "levantar a mão" no aplicativo, ou registrando seu pedido no bate-papo desta ferramenta.

Solicito à Secretaria que, neste momento, abaixe todas as mãos, silencie os microfones e monitore as inscrições.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211, 0800-612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, está disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelas senhoras e senhores expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 20 minutos. Caso opte por usar material de apoio, será autorizado o compartilhamento da tela ao longo da exposição. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, em até cinco minutos.

Bom, agora, antes de chamar o primeiro dos expositores, eu quero transmitir, transferir a Presidência desta sessão ao Senador Fabiano Contarato, autor desse requerimento, para que conduza a sessão a despeito de que eu esteja também a acompanhando eventualmente.

Senador Fabiano Contarato, V. Exa. está *linkado*? (*Pausa.*)

Senador Fabiano... (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Tudo bem? Como vai V. Exa.?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Estou, aqui, à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, então, por uma questão de deferência e pelo carinho que já nutro por V. Exa., eu quero passar a Presidência, a condução da sessão para V. Exa., mas vou ficar acompanhando. Eu não sei se a chamada será pela mesma ordem alfabética que eu apresentei ou se já havia algum tipo de previsão anterior com uma ordem já pré-preparada, mas, aí, caberia a V. Exa. Se for pela ordem alfabética, o primeiro expositor seria o Sr. André Barreto. Aí, a decisão é de V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O.k., Sr. Presidente, eu que agradeço.

Agradeço pelo comparecimento de todos; agradeço, mais uma vez, à equipe da Comissão de Meio Ambiente do Senado, o que faço na pessoa do Secretário, o Airton, o querido Airton, que, sempre diligente, está aqui nos auxiliando; agradeço também à TV Senado, aos funcionários terceirizados e a V. Exa. por estar oportunizando para que nós possamos estar contribuindo, aqui na Comissão de Meio Ambiente, para que efetivamente o meio ambiente seja uma garantia constitucional, conforme determina o art. 225 da Constituição Federal.

E a ordem, Sr. Presidente, será pela ordem alfabética. Caso haja alguma necessidade de algum convidado, podemos inverter isso, mas, prioritariamente, vai ser pela ordem alfabética, conforme V. Exa. já anunciou.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, então, o primeiro inscrito ou o primeiro expositor é o Sr. André Barreto.

V. Sa. tem a palavra pelo tempo de 20 minutos.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Antes de começar, o nosso querido Senador Esperidião Amin encontra-se na sala – a quem eu quero agradecer a presença – e levanta a mão. Eu queria, desde já, oportunizar para que o Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin faça uso da palavra, caso assim o deseje.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não. Pode conduzir, Senador Contarato.

Perdão, Senador Esperidião Amin. Eu não havia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É apenas para saudar ambos os Senadores Jaques Wagner e Fabiano Contarato.

Eu vou acompanhar enquanto puder – infelizmente, tenho mais uma *live*, às 15h, com o BNDES, sobre micro e pequena empresa –, mas quero aqui enaltecer a realização da reunião e pedir, então, ao nosso Presidente *ad hoc* que, junto com o relatório que já estava previsto quando da convocação, a equipe que apoia a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo Senador Jaques Wagner, efetivamente resuma não apenas o conteúdo das palestras, mas o conteúdo das proposições legislativas, ou seja, o que nós devemos agilizar para, no mínimo, nos atualizarmos e, se possível, avançarmos na legislação que tem





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

como objeto ajudar a limpar os oceanos, particularmente a começar pelos nossos, lembrando que a previsão é de que, daqui a dez, quinze anos, nós vamos ter mais plástico do que peixes e criaturas nativas do mar nos oceanos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Verdade.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, me permita só fazer uma interlocução, porque eu não sei se esta audiência pública será no mesmo formato daquelas de que quando eu era Presidente, em que eu preestabelecia que... Em síntese, era da seguinte forma: no período da Comissão, da audiência pública, os debatedores fariam as exposições e haveria depois um momento à tarde, *a posteriori*, em que esses convidados, juntamente com equipes da Consultoria Legislativa, a equipe da CMA e do meu gabinete, traçariam quais seriam as diretrizes e proposições que nós deveríamos tomar após aquela audiência pública feita pelos debatedores, ou seja, num primeiro momento, audiência pública e, num segundo momento, uma reunião só com os especialistas, os consultores e a equipe da CMA e do meu gabinete, para daí surgir eventuais proposições, melhorias, seja de projeto de lei, ou de alguma medida que pudesse ter uma proatividade, uma resolutividade. Daí, eu entendo que é extremamente pertinente o questionamento do Senador Esperidião Amin. Eu não sei se especificamente esta audiência terá o mesmo formato.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Na verdade, tanto o Senador Esperidião Amin quanto o Senador Fabiano Contarato... É claro que, quando fazemos uma audiência pública, o objetivo é nos ajudar a pensar sobre o tema com especialistas, que seguramente tenham mais profundidade do que cada um de nós, e produzir legislação.

O formato pode ser como V. Exa. colocou. Eu não sei a que horas vai terminar a audiência, mas pode ser, se os expositores tiverem disponibilidade. Evidentemente o encaminhamento será amanhã ou marcar-se o dia para se fazer uma compilação daquilo que eles entendem que seriam boas sugestões legislativas, e aí nós distribuímos para os Senadores que queiram apresentar. É óbvio, porque, senão, nós não teremos produtividade. Eu diria que o primeiro momento é de esclarecer e o segundo é de efetivamente implementar, mas eu concordo que eles fazem a exposição e depois, a depender da disponibilidade, o Airton, a equipe também do meu gabinete e eu, como Presidente, podemos fazer o contato para ouvir a sugestão, já com a Consultoria, no formato de projetos de lei a serem apresentados. Combinado assim?

Bom, então, eu vou chamar o primeiro expositor, Sr. André Barreto.

O SR. ANDRÉ BARRETO (Para expor.) – Boa tarde.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Jaques Wagner, o Senador Fabiano Contarato, o Senador Esperidião Amin e os demais que estejam aqui assistindo.

É uma honra poder estar fazendo aqui a apresentação. Queria agradecer muito a indicação feita pela ONG, pela Oceana, da minha participação. É um pessoal com quem eu já tenho tido interações no passado.

Então, eu gostaria só de compartilhar uma apresentação breve que eu fiz a respeito dos dados que têm sido registrados pelo Projeto de Monitoramento de Praias, que é o projeto que eu coordeno. Eu sou professor da Universidade do Vale do Itajaí e, já há cinco anos, sou coordenador desse Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos.

Então, o problema do lixo nos oceanos não é algo novo que a gente está trazendo; é algo que já é reconhecido globalmente. Nos últimos anos, a gente tem tido uma preocupação cada vez maior a respeito desse problema, tanto que esta reunião está havendo aqui. Acho louvável se vir discutir isso no Senado. E





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é um problema que afeta vários ecossistemas, tanto parte costeira quanto mar aberto. Isso aí está na mídia. Todos sabemos do problema que é isso.

Mas uma coisa que acho que é importante a gente identificar é do que a gente está falando quando a gente fala de contaminação por lixo. Então, uma definição feita pela Noaa coloca que lixo marinho seria qualquer material sólido que foi manufaturado ou foi processado e que, direta ou indiretamente, acaba chegando ao ambiente marinho e sendo abandonado naquele ambiente. Então, muitas vezes, a gente olha para uma praia bonita, que parece intocada, e, quando a gente vê com maior cuidado, a gente vê uma série de materiais que ficam na beira da praia. Alguns deles são materiais naturais. Isso aqui é material vegetal, então isso, apesar de, às vezes, para alguém que está visitando a praia, poder parecer: "Ah, isso aqui a praia está cheia de lixo", não é. Isso aí é um material natural, são algas, é material que vem de rios. Mas, muitas vezes, misturado com isso, sim, nós temos aí material processado de origem humana e esse, sim, é lixo.

E essa preocupação com o lixo marinho é algo que já vem trazendo muita preocupação na comunidade científica. Então, essa busca, no próprio Google Acadêmico, mostra que a gente já tem 770 mil trabalhos publicados com essa temática. E é uma preocupação que, ano a ano, vem aumentando. Isso aqui é a quantidade de trabalhos publicados por ano. Então, a gente vê que é um tema que tem sido muito preocupante.

E eu sei que, na reunião aqui, a gente está falando especificamente de plástico, porque, apesar de tudo que foi processado e abandonado a gente considerar como lixo marinho, há uma preocupação maior para certos tipos de resíduos. Então, a própria regulamentação da Organização Marítima Internacional, até alguns anos atrás, aceitava que diversos tipos de resíduos, como papel, trapo, fibra e metal, pudessem ser lançados ao mar a partir de uma certa distância da costa. Hoje em dia, isso já mudou. Então, todas aquelas categorias já não podem mais ser jogadas no mar, elas têm que ser trazidas para a terra e descartadas adequadamente, mas ainda existem algumas coisas que podem ser lançadas ao mar.

E por que essa preocupação maior com alguns tipos do que com outros, em especial com o plástico? O problema é que o plástico tem uma grande permanência no ambiente, e sua produção em massa a partir da década de 40 fez com que houvesse cada vez mais quantidade no nosso ambiente, porque ele também não se degrada. Isso facilita o acúmulo desse material no ambiente. E, no ambiente marinho, em especial por ele ser flutuante, ele atrai a atenção de muitas espécies que acabam ingerindo o plástico e interagindo com ele.

Os dados da produção de plástico no mundo mostram que é uma produção crescente. Nós vivemos na era do plástico, não há como negar. Eu estou apresentando isto para os senhores através de um computador, cuja carcaça é de plástico, cuja lente é de plástico, o meu teclado é de plástico. Isso é uma realidade na nossa sociedade. Então, a gente tem que conseguir tratar esse material.

Quando a gente está falando dos efeitos nos animais, a gente tem duas grandes categorias, que são os microplásticos, que são fragmentos com menos de 5mm, e os macroplásticos, que são aqueles maiores. E os efeitos de cada um desse tipo de lixo no mar, de plástico no ambiente vão variar. Então, os microplásticos tendem a ser ingeridos pelos animais, porque são realmente pequenos; e com os macroplásticos o efeito é variado, dependendo do tipo de animal e de como ele vai interagir com isso.

A gente tem muitos registros que vêm sendo feitos no mundo inteiro com animais: aqui este lobo marinho sendo estrangulado por um anel que entrou no pescoço e que ele não conseguiu tirar; animais que ficam enredados; todo este material aqui foi coletado de dentro do estômago de uma tartaruga... A gente tem casos como o desse albatroz, que são animais emblemáticos, no meio do Pacífico, em que a gente vê no interior dele uma quantidade muito grande de plásticos. Ainda mais no caso dos albatrozes, em que os adultos viajam milhares de quilômetros para se alimentar e depois voltam para as colônias de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reprodução para alimentar os filhotes, eles estão alimentando e regurgitando plásticos para os próprios filhotes. Então, isso gera uma série de problemas que vêm atraindo a nossa atenção.

Eu trouxe, em especial, esse trabalho aqui, que foi publicado em 2016 – já está com cinco anos de idade. É um trabalho interessante. Por quê? Porque ele discute as evidências que já se conseguiram levantar até aquela data sobre o que é percebido. Então, os autores fazem um levantamento dos diversos tipos de resíduos no ambiente, de pequenas escalas nanométricas até de maior tamanho, tanto na parte molecular até nas assembleias, nas populações de animais. Então, eles fizeram um levantamento do que a população via como sendo ameaças percebidas e, depois, até aquela data, do que havia sido testado e do que se conseguiu demonstrar de impacto real. Porque eu acho que isto é muito importante: nós precisamos ter certeza do que está gerando de impacto para poder pensar em alguma atividade de mitigação.

E é justamente onde a comunidade científica pode auxiliar, porque, uma vez que a gente queira fazer medidas de mitigação que sejam realmente efetivas, a gente precisa saber a magnitude desses efeitos. Quais são as espécies que estão sendo afetadas? Quão frequente é essa interação com os animais? Onde isso ocorre? O ambiente marinho não é homogêneo. Então, nós teremos locais onde a interação é maior, em outros, é menor, e a gente precisa propor medidas que sejam realmente efetivas.

E aí é que entra o Projeto Monitoramento de Praias da Bacia de Santos, do qual eu sou o coordenador. É um projeto que faz parte do licenciamento ambiental conduzido pelo Ibama para as atividades de escoamento de petróleo e gás da Petrobras na Bacia de Santos.

Então, nessa figura, nesse mapa, a Bacia de Santos é essa área mais ao sul; esse traçado em azul é o limite do pré-sal, que é conhecido de todos e se estende da Bacia sedimentar de Campos, ao norte, até a Bacia sedimentar de Santos, ao sul. Então, o Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos trata justamente dessa área costeira da Bacia de Santos.

Os objetivos são: avaliar os impactos das atividades de produção de petróleo e gás sobre aves, tartarugas e mamíferos marinhos; prestar atendimento a animais vivos que apareçam e estejam debilitados; e, para os animais mortos, necropsiar e identificar a causa de morte.

Então, é uma atividade que ocorre de Laguna, em Santa Catarina, até Saquarema, no Rio de Janeiro, tendo mais de 2 mil quilômetros de praias atendidos. Algumas delas com monitoramento ativo, diário, semanal, e outras por acionamento da população.

Foi criada, dentro dessa área toda, uma rede de atendimento veterinário para poder dar suporte às atividades de monitoramento e de cuidados animais. Nesse mapa vocês podem ver: a parte mais ao norte é Saquarema, no Rio de Janeiro, e ele se estende até Laguna, em Santa Catarina. E esses pontos estão marcando as estruturas da rede de atendimento veterinário. Então, as equipes vão para as praias, fazem o registro tanto dos animais vivos quanto mortos. E a gente inclui o que a gente chama de fauna alvo, que são os animais marinhos, mas também a gente registra animais que não sejam alvo, animais terrestres que podem aparecer nas praias. Aí, é feita uma série de análises para conseguir identificar a causa de mortes desses animais.

Nesses cinco anos – o PMP se iniciou em 2015 na Bacia de Santos, no final de 2015 –, a gente já monitorou mais de 1,5 milhão de quilômetros de praias. Obviamente, devido à extensão do litoral de cada Estado, em alguns Estados é uma quantidade maior de monitoramento dentro desse total. Infelizmente, já registramos 95,9 mil animais, até o final de 2020, dos quais a grande maioria estava morta.

A gente tem uma sazonalidade muito marcante: no segundo semestre, sempre a gente tem uma maior ocorrência de animais, em especial por causa da quantidade de pinguins e de outras aves migratórias que chegam aqui ao nosso litoral. Dos animais vivos, felizmente, a gente conseguiu reabilitar mais de 4 mil animais e devolvê-los para a natureza. Muitas vezes eles chegam debilitados. De 12 mil





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

animais que foram para tratamento, só 4 mil a gente conseguiu devolver. E, dos animais mortos, a gente a faz a necropsia para conseguir identificar do que eles morreram.

E é justamente nesse processo todo que a gente faz o registro da interação com o lixo. Então, essa é uma atividade rotineira dentro do projeto, tanto em campo, quando o animal é encontrado, é observado se existe alguma interação com o lixo como também durante a necropsia para ver o que ele tinha.

Então, nesses cinco anos, coletando todos os dados que a gente já tem, olhando em campo, ou seja, quando o animal é encontrado, o que a gente observa de interação com o lixo? A gente teve, tanto em aves quanto em mamíferos e tartarugas – uma quantidade bem maior de tartaruga do que os outros grupos... E a gente pode pensar: dentro de 95 mil animais, se a gente está falando aqui de menos de mil, até que não seria tanto, mas quando olhamos...

Perdão, esse caso aqui da imagem superior de um golfinho que foi encontrado lá em São Paulo, ele é muito emblemático, porque é um golfinho que interagiu com esse lacre de garrafa, aquele anelzinho que fica na base, na tampa da garrafa, e dá pra ver aqui um animal saudável, você não veria o que seria aqui o pescoço do animal, ele seria inteiro, e ele obviamente morreu de inanição, de fome, porque ele não conseguia mais se alimentar e acabou vindo a morte por causa desse anelzinho pequenininho de plástico que foi para o ambiente errado.

Mas muito mais frequente é a interação que se observa durante a necropsia, porque às vezes você encontra o animal na praia, você olha por fora e ele não tem nada, mas, durante a necropsia, você vê. Então, nesse caso aqui, era um animal... Quando se abriu o animal, você via dentro do estômago dele um monte de bolinhas e, quando o estômago foi aberto, isso aqui era tudo isopor. Então, o animal estava com o estômago repleto de isopor, e isso o levou à morte.

Esse outro caso também aqui, encontrado também no litoral de São Paulo, foi uma máscara que esse pinguim ingeriu. Isso aqui chegou até à mídia, porque mostra que até o problema da pandemia está gerando outros problemas nos animais, apesar de não ser o vírus em si.

Então, a gente tem mais de 5 mil casos de interação, mas isso não acontece com todas as espécies. É interessante que, apesar de nas aves, nos mamíferos, nas tartarugas a gente ter visto 78 espécies, para aves; 34, quando a gente olha aquelas que tiveram interação com o lixo... É apenas uma fração disso, exceto nas tartarugas. Nas cinco espécies de tartarugas que a gente tem ocorrência aqui no Brasil, em todas elas a gente identificou a interação com o lixo, mas nas aves e mamíferos é apenas uma fração. Mas, mesmo nas tartarugas, eu quero chamar a atenção, porque, quando a gente olha as cinco espécies – tartaruga-cabeçuda, verde, de couro, de pente e tartaruga-oliva –, a gente tem uma quantidade muito maior de tartarugas-verdes que são coletadas. São 11,4 mil animais, mas um terço das tartarugas-verdes tinham interação com o lixo, enquanto que com outras era numa proporção bem menor. Por quê? Porque isso tem a ver com o hábito de vida de cada espécie dessa. Então, a gente tem espécies, como a tartaruga-verde, que se alimentam de algas no fundo do mar. Qualquer detrito, que seja lá um pedaço de plástico, ela vai ingerir também e acaba também tendo maior quantidade de interações com o lixo.

Essa aqui é a tartaruga-de-couro, é uma tartaruga oceânica que se alimenta principalmente de águas vivas. Então, também, um pedaço de plástico flutuante tem muito mais chance de ser ingerido por ela do que por uma tartaruga que se alimenta, como a tartaruga-cabeçuda, de caracóis, de crustáceos que estão no fundo do mar, e ela acaba confundindo menos o alimento com o lixo.

Há uma variação espacial também, então, eu tentei ter aqui os quatro Estados onde o PMP atua no caso das aves, dos mamíferos e das tartarugas. Então, a gente vê que, para as aves, por exemplo, São Paulo e Paraná têm uma ocorrência maior de interação com o lixo quando comparado com o Rio de Janeiro e com Santa Catarina. Já para os mamíferos, em Santa Catarina a gente vê uma interação maior.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com as tartarugas, a gente vê também São Paulo e Paraná voltando a ter uma interação de quase 30% dos animais sendo encontrados lá, e em Santa Catarina seguindo próximo disso.

Então, é isso o que eu queria mostrar para que a gente veja que não é uma coisa homogênea, que em locais diferentes a gente vai ter quantidades de interações diferentes. E por que é que o PMP tem uma importância grande para isso? Quando a gente olha trabalhos publicados na literatura internacional, como esse trabalho publicado em 2013, fazendo uma análise global da ingestão de resíduos sólidos por tartarugas marinhas, eles fizeram uma compilação e trabalharam com 2,5 mil, quase dois mil quinhentos e setenta animais. Para o Brasil, só havia, naquela época, 140 animais dos quais eles pegaram informação. Então, vocês viram que a quantidade de dados que a gente tem agora é muito maior.

Em outro trabalho, um pouco depois também, de 2016. Então, para o Brasil, eles tinham apenas 372 animais amostrados que foram utilizados nessa pesquisa. E notem que, para algumas espécies, como a tartaruga-cabeçuda, apenas dez animais; a tartaruga-oliva, apenas três. Então, se você pega três animais e esses três... Dá a impressão de que a interação é altíssima, 100%, quando, na verdade, foram relativamente poucos animais. Então, agora, a gente já tem muito mais informação.

Há um trabalho publicado em 2015, com dados de outros PMPs que ocorreram lá no Espírito Santo, pegaram alguma coisa também da Bahia, então, já era uma quantidade bem maior, 265 tartarugas, e aí se notava que 70% delas tinham resíduo de origem humana e, destes, 89% eram plástico. A gente tem a mesma coisa feita aqui em Santa Catarina, com 470, e a gente percebe que plástico é um item muito frequente quando a gente vê a ingestão de lixo por esses animais.

Então, para que a gente possa entender e pensar em melhorar a condição do ambiente, a gente precisa ter um monitoramento, porque o monitoramento regular permite a gente entender essa variabilidade ambiental. A gente tem que ter uma padronização no modo como essa informação é coletada para poder comparar entre locais e a gente precisa ter esses dados armazenados de um modo fácil, de fácil acesso, para que não só os pesquisadores, mas também o Poder Público possam se utilizar dessa informação.

E o PMP tem esse foco, porque o monitoramento é diário em grande parte das praias, todas as instituições envolvidas têm protocolos similares de coleta de dados e existe esse sistema aqui que é o Simba, que pode ser acessado por qualquer pessoa e ali se pegarem as informações que estão sendo coletadas pelo projeto. Essa disponibilidade, a acessibilidade dos dados é o que permite que a gente facilmente levante essas informações.

Então, senhores, a ocorrência de lixo não é uma novidade, mas o que o PMP tem mostrado por causa da sua amostragem intensa, é a magnitude desse problema. A gente está falando de mais de 5,4 mil, quase 5,5 mil animais, que tiveram interação com lixo, que ingeriram o lixo e que talvez pudessem estar vivos se a gente não tivesse esse problema.

Infelizmente, imagens como essas podem parecer meio desagradáveis, mas quando a gente abre um estômago e vê um canudo de plástico inteiro ali, obstruindo, fragmentos rígidos que podem causar danos ao estômago, ao intestino desses animais, a gente quer diminuir, ajudar a diminuir esse problema, mostrando o que está acontecendo.

O PMP, atualmente, é desenvolvido por uma série de instituições. A Univali é uma delas, a gente coordena as atividades no Paraná e em Santa Catarina, mas há outras instituições. É uma colaboração feita por diversas instituições, e somente assim, trabalhando de modo colaborativo, a gente consegue ir adiante.

Era isso que eu tinha para apresentar.

Agradeço a atenção de todos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Professor André Barreto, por sua contribuição de forma bem didática. É preocupante quando você faz essa análise da interação desses animais, fazendo esse paralelo com São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Paraná. Eu, sinceramente, do fundo do meu coração, espero que nós tenhamos medidas propositivas para contribuir, para mitigar esses danos e esses crimes ambientais e até mesmo buscar uma melhor fiscalização por parte do Poder Público, porque nós sabemos que essa é uma determinação constitucional, como um poder-dever do Estado brasileiro com o comprometimento com o meio ambiente, em condições equilibradas como direito humano essencial.

Muito obrigado, professor. Parabéns, mais uma vez, pela forma didática com que V. Sa. expôs aqui para todos nós.

Eu queria agora, neste momento, convidar o colega Roberto Rocha para se manifestar, tendo em vista que chegou ao meu conhecimento que ele terá um compromisso posteriormente.

Com a palavra o Roberto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Para expor.) – O.k. Obrigado.

Na pessoa do Senador Jaques Wagner, grande amigo, parceiro dos catadores, cumprimento a todos que estão presentes nesta audiência maravilhosa sobre as questões do plástico, que, indiretamente, elas envolvem a nossa categoria de catadores.

Peço desculpa. Eu poderei ficar até as 16h, porque já estou com outro compromisso, mas já de antemão agradeço muito, em nome dos catadores e catadoras, a nossa participação e colocar o nosso olhar diante dessa problemática que existe aí no nosso Brasil e no mundo.

Nós, catadores e catadores de material reciclável, estimamos que há mais de 1 milhão nessa população toda em todo o Brasil. São catadores que estão dentro dos lixões a céu aberto, catadores que estão ligados a associações, cooperativas de catadores, ou nas ruas de forma autônoma, estão aí bravamente exercendo um trabalho há muitos anos já da recolha ou da recuperação de diversas embalagens, sobrevivendo, muitas das vezes, até de forma gratuita ou até, muitas vezes, de forma desumana, trabalhando dentro dos lixões, mas desenvolvendo esse trabalho por uma questão de sobrevivência e, ao mesmo tempo, contribuindo com o meio ambiente, gerando trabalho e renda e, na maioria das vezes, trabalhando de forma bastante... Sem nenhum outro tipo de remuneração. Então, nosso entendimento é que hoje os catadores e as catadoras de material reciclável estão muito ligados a essa questão dos plásticos. Nós recolhemos uma demanda muito grande de plástico, inclusive nós somos os coletores mais próximos a essas embalagens.

Eu acredito que a maioria das embalagens... A degradação ainda não foi maior, conforme o André mostrou, graças a esse exército de trabalhadores e trabalhadoras que trabalham, de forma autônoma, diariamente na coleta e na recolha desses materiais plásticos. Acredito que existe a necessidade muito grande, na verdade, da ligação exclusiva e mais próxima dos catadores, um projeto em que ele possa estar mais ativo na recolha desses materiais, inclusive sendo remunerados para fazer esse serviço que já exercem de forma gratuita. É importante também que esses trabalhadores sejam cada vez mais reconhecidos como um trabalho essencial. Os catadores e catadoras de material reciclável fazem um trabalho essencial para o Planeta, um trabalho essencial para o Município, um trabalho essencial para a coleta dos plásticos, para que esses plásticos não vão para os oceanos. Nós temos aí trabalhos de catadores e catadoras, que trabalham nos oceanos, nas costas dos oceanos, fazendo esse trabalho, bravamente desenvolvendo esse trabalho.

Então, a minha fala é muito curta, mas o meu recado aqui é que nós catadores e catadoras de material reciclável estamos à disposição; estamos juntos nesse trabalho de prevenção para os plásticos não irem para os oceanos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Também é importante colocar aqui que as empresas que fabricam alguns tipos de plástico possam repensar nesses tipos de plástico, porque muitos plásticos são recicláveis, mas não têm o potencial de reciclabilidade necessário inclusive para os catadores poderem vender e voltar isso para a cadeia produtiva. Então, é fundamental também, para esse trabalho nosso de recuperação de plásticos, que esses plásticos sejam de boa, de alta possibilidade de reciclabilidade. Há muitos plásticos que, infelizmente, têm reciclabilidade muito baixa ou nenhuma, o que inclusive, mesmo nós coletando esse material, inviabiliza muitas vezes a comercialização desse material.

Então, mais uma vez, eu gostaria de parabenizar e de agradecer pela nossa participação como catadores de material reciclável. E nos colocamos à disposição de todo e qualquer projeto que esteja aí para contribuir com o meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Roberto Rocha. Deu seu recado de forma didática, objetiva e, o mais importante, se colocando à disposição para construir medidas para mitigar esse problema. Todos somos responsáveis porque todos somos parte da mesma sociedade. Eu acho que isso é a beleza de viver numa democracia em que se respeitam as diferenças, mas que, sobretudo, nós tenhamos a sensibilidade desse dever de cidadão, que é inerente a todos nós, buscando a responsabilidade do Estado, como uma obrigatoriedade dele, e buscando o apoio da academia, da comunidade científica, das ONGs, do terceiro setor, enfim, de todos, para que efetivamente possamos construir medidas, projetos que sejam implementados e transformados em lei, sempre buscando a preservação daquele direito humano essencial, daquele direito humano que é a preservação do meio ambiente como direito de todos e responsabilidade do Estado.

Neste momento, eu quero passar a palavra, imediatamente, para o nosso querido convidado Marcelo Montenegro.

O SR. MARCELO MONTENEGRO (Para expor.) – Muito obrigado. Boa tarde a todas e todos.

Gostaria de cumprimentar os Senadores Jaques Wagner, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, a Senadora Rose de Freitas e também os demais membros desta audiência. Fico muito feliz de ver o Roberto aqui presente também – ele participou de um dos materiais nossos do *Atlas do Plástico* –, assim como o Vitor Pinheiro, o Paulo Teixeira, da Abiplast, e também o André.

Vou compartilhar uma apresentação.

Antes de mais nada, eu gostaria só de apresentar um pouco a fundação, rapidamente.

Quem somos? Nós somos um *think tank* alemão, um espaço de formação de diálogo que está presente em mais de 30 países. A gente trabalha com os princípios de ecologia, sustentabilidade, direitos humanos, sempre apoiando o processo de formação e diálogo público, visando fortalecer o papel das organizações da sociedade civil e também da garantia de direitos.

Um dos temas em que nós atuamos é o tema do plástico. Lançamos, inclusive, em dezembro de 2020, o *Atlas do Plástico* – o Roberto está aqui, e ele inclusive foi um dos autores de um dos artigos do *Atlas do Plástico*. Esse atlas busca fazer um grande raio-X da cadeia do plástico, desde a produção até o descarte e sua reciclagem. Então, olha para todos os setores e sua relação com o plástico, apontando ali questões, apontando dados e fatos, tanto para facilitar o entendimento, quanto para dar alguns caminhos para solucionar esse problema do plástico. Esse atlas já foi lançado em mais de 20 países, e a gente o lançou nesse final do ano.

A proposta aqui da minha apresentação é compartilhar um pouco desses dados do *Atlas do Plástico*, assim como outros, principalmente na questão do plástico e, depois, do plástico descartável; olhar um pouco os impactos que o plástico tem tanto na questão ambiental, quanto na questão da saúde humana e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

na questão do clima; e depois olhar alguns caminhos que a gente poderia ter e que as organizações têm dialogado para superar esse problema do plástico.

Então, começando, acho que um ponto bem central para a gente falar é que há muito plástico no Planeta. Acho que o Professor André também já mencionou isso na sua apresentação. Para se ter uma ideia – esses são dados de 2019 –, de 1950 até 2019, já foram produzidos mais de 10 bilhões de toneladas de plástico. Somente uma pequena parte foi reciclada. E, para se ter uma ideia, para não ficar muito abstrato esse valor, se fossem colocados em balanças todos os seres humanos e animais juntos, eles pesariam em torno de 4 bilhões de toneladas, ou seja, o plástico pesa duas vezes e meia mais do que todos os animais e humanos juntos.

E, se olharmos – acho que o Professor André apresentou um pouco disso em sua apresentação – se olharmos ao longo do tempo, veremos que a produção foi aumentando ano a ano. Mais da metade da produção do plástico foi produzida neste século XXI. E a tendência é continuar esse crescimento. Se nada for feito, a gente vai chegar a 2030 com mais de 600 milhões de toneladas de plástico por ano.

Com um olhar em cima desse valor – a gente falou em 10 bilhões de toneladas –, com um olhar maior, mais detalhado, a gente vai ver que, desses 10 bilhões, 7,9, ou seja, quase 8 bilhões de toneladas hoje são resíduos. Um percentual deles, um pouco mais de 10%, 11%, é reciclado, mas uma outra grande parte, 74% desse valor, está em aterros ou é descartado de forma irregular. E um número percentual de 15% é incinerado, em países em que há a incineração, infelizmente – há todo um debate em cima dos impactos da incineração. E vemos que apenas 3,1 bilhões de toneladas continuam sendo utilizadas; e, dentro desse valor, já se inclui material reciclado.

Trazendo um pouco o contexto para o Brasil, o brasileiro produz cerca de 1kg de resíduo plástico por semana. Isso significa, se colocássemos em números da população brasileira, o peso que tinham dois navios cargueiros. E por ano, se o brasileiro produz 52kg de resíduo plástico, teríamos 115 navios cargueiros em termos de peso de resíduos plásticos num ano, o que é muita coisa.

E reciclamos pouco. De acordo com um estudo da WWF, usando o levantamento do Banco Mundial, somente 1,28% é efetivamente reciclado e reinserido na cadeia de produção – algo que o Roberto mencionou na sua fala: reinserir esse plástico dentro da cadeia de produção. O resto ou acaba sendo descartado de forma irregular ou acaba indo parar em aterros sanitários.

Um olhar, agora, específico na questão do plástico descartável. Primeiro, para entender a questão do plástico descartável, é importante a gente olhar a questão da vida útil do plástico. Dependendo do tipo de plástico e da função do plástico, você tem uma vida útil maior ou menor. Há itens que são usados apenas por alguns segundos ou horas. A máscara descartável, por exemplo, tem uma vida útil muito pequena; embalagens também; bens de consumo têm três anos; a roupa, roupa de poliéster, roupa de malha náilon, que é plástico, também têm uma vida útil de até 5 anos. Depois, ao longo do tempo, você vê que há alguns tipos de plástico que têm uma durabilidade maior, como no transporte, maquinário e construção civil.

Aproveito também para dizer que esse material vai estar disponível para todas as pessoas no *site*. Então, eu deixei aqui alguns dados até para facilitar. Esse é um dado publicado pela Fundação Mindereroo que mostrou os tipos de plástico de uso único e sua quantidade de produção. É importante a gente entender de que tipo de plástico nós estamos falando: estamos falando de copos de plástico, tampas e lacres, sacolas plásticas, filme plástico para embalagem. Esses dados são globais, então dão uma ideia da dimensão da quantidade de plástico de cada um desses tipos que é produzida anualmente no mundo.

Em termos gerais, cerca de 130 milhões de toneladas de plástico de uso único ou plásticos descartáveis foram descartados em 2019. Uma grande parte, como já disse, foi incinerada, e isso tem um impacto forte, principalmente na questão climática por causa das emissões de gases e do quanto isso pode





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ser prejudicial à saúde humana. Você tem 31% que são descartados em aterros e 19% em descarte regular. Esse estudo também olha para o Brasil e apresenta que o Brasil é o 18º país que mais gera resíduos de plástico de uso único, com 2,8 milhões de toneladas de plásticos descartáveis. Isso significa que cada pessoa gera 13kg de plásticos descartáveis aqui no País.

Esse contexto todo de mostrar a quantidade de plástico, a quantidade de plástico descartável, o quanto isso tem crescido, é um pouco para dizer que hoje nós estamos diante de um grande *tsunami* de plástico: um *tsunami* plástico que afeta, que impacta o meio ambiente; um *tsunami* plástico que impacta a saúde humana; um *tsunami* plástico que impacta o clima. E eu gostaria de falar um pouco, de mostrar um pouco de dados sobre cada um desses pontos.

O plástico ameaça mais os oceanos – e aqui eu fico muito feliz de ter falado um pouco depois do Professor André, que já fez uma grande explanação sobre os principais impactos. Quero só trazer aqui os dados de um estudo que saiu em um dos artigos do *Atlas do Plástico*: foram analisadas 155 praias aqui no Brasil, e dessas a grande maioria foi encontrada suja ou extremamente suja. E, olhando para o tipo de lixo – acho que o Professor André também foi muito feliz de, logo no começo, apresentar aqueles tipos de lixo que se encontram na praia, e quando é lixo e quando não é lixo –, desses lixos que foram encontrados, de 70% a 85% são plásticos, dependendo da região – aqui você tem as divisões, e eu deixei, também, todos os dados para que as pessoas possam consultar depois. Você tem entre 70% e 85% de plástico, na sua essência plásticos descartáveis. Então, você vê a quantidade de plástico descartável que se encontra nas praias.

Dentro desse mesmo artigo, foi apresentado um estudo que estimou que o aumento da concentração de lixos em praias pode levar a uma perda anual entre US\$880 mil a US\$8,5 milhões para o Município. E isso sem contar o impacto também econômico, social e ambiental das comunidades tradicionais que se utilizam da praia como modo de vida. Então, se somássemos ainda isso, a gente teria números ainda maiores de perdas econômicas para o Município.

E aqui só alguns dados. Eu sei que alguns desses, acho que o Vitor Pinheiro, no Pnuma, vai também apresentar, mas quero dizer que, por exemplo, no mundo, a gente tem quase 10 milhões de toneladas de resíduos plásticos que vão para os oceanos por ano. É como se fosse um caminhão por minuto. E o Brasil ocupa a 16ª posição no ranking dos maiores poluidores dos oceanos com plástico. Os microplásticos – e aí o Professor André já fez essa diferenciação –, com menos de 5mm, afetam a vida marinha, como ele bem mencionou, e também a capacidade do oceano de armazenar carbono. Lembrando que mais da metade do oxigênio que respiramos vem das algas marinhas. Então, você tem, ainda, um impacto forte também na questão do armazenamento de carbono. E um estudo feito pela Orb Media encontrou microplástico em 93% das amostras de águas engarrafadas, mostrando que a água que bebemos também já se encontra com microplástico.

Esse eslaide eu gosto muito de apresentar, porque, quando nós olhamos nos oceanos e vemos aquele plástico que boia nas praias e oceanos, nós já ficamos aterrorizados com a quantidade, mas aquilo corresponde somente a meio por cento do que realmente existe nos oceanos de plástico. Como já foi dito, grande parte, ao longo do tempo, vai se desprendendo, formando partículas cada vez menores, algumas invisíveis, mas não desaparece; em vários casos ele se mantém, com esses produtos químicos, os aditivos químicos que são adicionados na produção do plástico; e outros, como os do setor têxtil, acabam afundando. Então, é apenas a ponta do *iceberg* quando olhamos para o plástico. A grande maioria se encontra dentro e causa todos os impactos na vida marinha que o Professor André já mencionou.

Aqui trago alguns dados.

Como ele já fez várias dessas apresentações, eu acho que não preciso me alongar muito, mas quero dizer que, em relação às gaivotas, 0,28g, em média, foi encontrado dentro das gaivotas, e aí um grande





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

percentual de embalagens e sacolas plásticas, o polietileno e o polipropileno. E, como o Professor também já disse, vários desses animais acabam alimentando seus bebês com plástico. Isso tem impacto na vida marinha.

Esse aqui, também, vocês podem acompanhar depois, quando analisarem o material – e, no final da apresentação, consta a fonte –, e é um pouco do que o Professor já disse: um outro estudo, também, mostrando os percentuais de quantos animais de cada espécie foram encontrados com plástico em seus estômagos ou emaranhados de plástico. Não vou me aprofundar aqui, mas vocês podem olhar também na apresentação.

Olhando um pouco para o impacto no clima, o plástico, desde a sua extração até o seu descarte, reciclagem e incineração, produz e emite gases de efeito estufa. E, cada vez mais, com o aumento da produção, como eu mostrei desde o início, você tem um aumento também das emissões de gases de efeito estufa de forma geral, e, se nada for feito, se essa tendência continuar, essas emissões vão chegar a triplicar e chegar a entre 5% e 10% do total de emissões de gases de efeito estufa em 2050.

Imaginando que nós estamos num debate cada vez maior sobre o impacto do aquecimento global e como a gente tem que fazer a descarbonização, a gente tem esse ponto como um ponto central de debate.

E microplástico também ameaça a nossa saúde. Aqui mostramos alguns dados: uma pessoa pode ingerir até 5g de plástico por semana, algo como um cartão de crédito. Então, imagina um cartão de crédito de plástico por semana sendo ingerido. A OMS, apesar de não ter ainda conhecimento total dos impactos, estabeleceu três grandes riscos na questão do microplástico para a saúde humana: o risco físico, um perigo físico por ser um corpo estranho, que não faz parte da nossa alimentação normal; um perigo químico, porque os produtos de plástico contêm elementos químicos, aditivos químicos, muitos deles tóxicos, alguns até cancerígenos; e um perigo biológico também, porque essas micropartículas e partículas também acumulam outros microrganismos que fazem mal ao ser humano, bactérias e fungos, por exemplo.

E, aí, alguns exemplos. A gente tem um estudo do sangue de mulheres grávidas que já detectou uma média de 56 produtos químicos industriais diferentes, muitos deles originários de produtos de plástico, e cientistas da Itália identificaram, pela primeira vez, a presença de microplásticos em placentas de mulheres grávidas.

E, aqui, gostaria só de, indo já para o final, apresentar alguns caminhos nesse debate sobre como podemos enfrentar esse *tsunami* plástico. E um primeiro ponto que é fundamental é a gente dar um fim a essa cultura do descartável. Desde que – e principalmente o Professor André mencionou isso – houve a massificação da produção do plástico, isso tem muito a ver com essa ideia de comodismo e essa cultura do descartável, da facilidade que o plástico tem de você poder usar e jogar fora, dessa ideia do descartável, o que é, de um lado, uma benção, mas, por outro, uma maldição, porque ele fica mais de 400, 500 anos. Então, o impacto é muito grande. Assim, para a gente poder dar um fim ou, pelo menos, reduzir, é preciso a gente repensar e mudar a nossa forma de consumir o plástico.

Aqui temos alguns exemplos – exemplos que já ocorrem em várias cidades brasileiras, em cidades no mundo – que podem ser estimulados a partir de políticas também, como pontos de recarga nas lojas; depósitos em sistemas retornáveis; produtos sem embalagem, pelo qual a pessoa pode levar sua própria embalagem ou coletar; e entregas e coletas de produtos. São formas simples e que também ajudam a diminuir esse consumo de plástico.

Outro ponto é a questão da informação e transparência. Aí, em termos de informação, são ações de conscientização e ações educativas de como a gente pode fortalecer a informação para a população sobre os impactos, sobre como se deve coletar, fazer o papel de reciclagem, separar os diferentes plásticos,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

porque, sim, existem diferentes plásticos. Há quem ainda não saiba que o isopor, por exemplo, é um tipo de plástico. Então, há várias e importantes formas de poder viabilizar essa parte da informação.

E transparência: existem organizações que têm discutido a possibilidade de trabalhar a questão da rotulagem, trazer dados aos nossos produtos de quantidade de plástico com que são produzidos; de como aquele produto deve ser descartado; dos riscos que tem. Isso tudo é informação que facilita para a pessoa poder fazer o descarte de forma regular, poder viabilizar toda essa parte do descarte. Então, é importante esse papel da transparência.

E acho que o Vitor, do programa do Pnuma, vai explicar um pouco com mais detalhes, mas as organizações da sociedade civil na Europa e ao redor do mundo discutem a criação de um acordo global sobre a poluição do plástico. Um acordo tipo o Acordo de Paris, porque não podemos pensar o plástico, o trabalho de combate ao plástico de forma única. Como país, a gente tem um comércio global, a gente tem todo um sistema, então, é importante ter esse tipo de debate.

Também debater proposta do alimento de plásticos descartáveis, metas de redução. A União Europeia aprovou, e vai entrar em vigor dia 3 de julho, já um processo de banimento e restrições de tipos de plástico descartáveis – depois posso compartilhar que tipos e como – e também até compras governamentais, critérios e métodos para reduzir o uso de embalagens de produtos únicos em eventos, em prédios e equipamentos públicos e, por fim, instituir coleta seletiva em três frações – compostáveis, recicláveis, rejeitos –, algo que facilite, e acho que o Roberto, que está aqui, poderia também até falar mais, que facilite também esse processo da coleta e de reciclagem dos materiais.

Por fim, quero só deixar essa frase, que eu acho que simboliza bem o que eu queria apresentar: reciclar é apenas a segunda forma mais eficiente de combater esse problema. A primeira, e a mais eficiente, é simplesmente produzir e consumir menos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Marcelo Montenegro.

Imediatamente, eu passo a palavra ao nosso convidado Paulo Teixeira para fazer a sua manifestação.

O SR. PAULO HENRIQUE RANGEL TEIXEIRA (Para expor.) – O.k. Obrigado.

Acho que não me habilitaram aqui a compartilhar... *(Pausa.)*

Agora sim.

Bom, boa tarde a todos, obrigado ao Senador Jaques Wagner, ao Senador Fabiano Contarato pelo convite.

O tema é de extrema importância, a gente já viu as manifestações dos presentes, a quem quero saudar também, aos participantes na Mesa do debate.

Eu acho que a gente tem um fato que já foi constatado pelos diagnósticos que foram apresentados, e a gente tem um caminho em que a gente precisa resolver um problema. Eu acho que essa é a questão.

E como é que a gente resolve? Como é que a gente convive com o plástico de uma forma que a gente consiga que ele cumpra a sua função de circularidade, que ele cumpra a sua função de saúde, tudo para o que ele foi criado e de forma que a gente consiga que ele não tenha essas externalidades positivas.

É um debate e que tem que ser feito por toda a sociedade. Eu acho que é muito saudável esse tipo de debate, com a academia, com o Instituto de Defesa do Consumidor, com as empresas, catadores, gestores. Eu acho que isso foi fundamental porque é só com a participação de todos, e a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê isto, que a responsabilidade é compartilhada, e a solução provavelmente também só pode ser compartilhada.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente, quem somos? Somos a Associação Brasileira da Indústria do Plástico. A gente tem, no Brasil, 11 mil empresas, quase 12 mil, sendo mil de reciclagem de plásticos, empregando aí 336 mil empregados, produzindo 7,3 milhões de plásticos. Enfim, é o quarto maior empregador entre a indústria de transformação e o segundo que paga os melhores salários, ou seja, é um setor consolidado na indústria brasileira.

E aí há alguns impactos. Eu chamo a atenção da reciclagem do material plástico: a cada uma tonelada de material reciclado, 3,16 catadores são empregados e 1,1 tonelada é reduzida de utilização. Então, a reciclagem tem também um impacto no final da cadeia de geração de emprego e renda.

Do que nós estamos falando? E aí eu foquei muito nessa história, olhando até as apresentações anteriores. Eu acho que o André trouxe uma conversa bem interessante que é: do que a gente está falando, ou seja, quais são as bases? E o Marcelo também trouxe essa questão da transparência.

Eu acho extremamente importante, em algum momento – e aí já faço esse desafio –, que todo mundo que é preocupado com essa questão, que a gente consiga se sentar e montar ou efetivamente chegar num número do que efetivamente é reciclado, do que não é reciclado, do que nós estamos falando.

Então, acho que esse é o item zero para a gente saber como é que a gente pode caminhar para a frente. O Planares tem o número de reciclagem, os números apresentados aqui são outros, o próprio Ipea tem um número de reciclagem, o WWF, a própria Ellen MacArthur, ou seja, são números que são colocados e acho que a gente, em algum momento, precisa se sentar, quem está interessado nesses números, e trazer uma transparência para esse número – a própria Fundação Ellen MacArthur, que está em processo de elaboração do Pacto do Plástico no Brasil –, de a gente efetivamente ter um número do que a gente está falando de reciclagem e do que a gente está falando para subsidiar as políticas públicas.

E aí, no caso de *single-use*, de uso único, a gente está falando de 1,8% de produção de plástico, que é muito destinado a locais de grandes aglomerações e que, nesse período de epidemiologia, da Covid, você tem uma importância nessa questão da assepsia. E, mais ainda, em momentos em que você tem problemas com abastecimento de água, é um fator que a gente tem que levar em consideração quando a gente vai fazer alguma política pública.

Por que a gente usa o plástico? Então, aí, do lado esquerdo, a gente tem o ACV, uma análise do tipo de vida de um copo de polipropileno e de um copo de papel. E, do lado direito, a gente tem a quanto que é a emissão de CO₂ na produção de um pepino e quanto é gerado dentro da embalagem desse pepino.

Por que estou trazendo essas informações? Porque, quando a gente vai discutir as questões de sustentabilidade, é muito importante que a gente tenha o olhar sistêmico. Eu acho que o *trade-off* entre substituir o produto ou banir um produto *vis-à-vis* outros produtos alternativos, o olhar tem que ser muito maior do que evidentemente você olhar um simples produto, mas, sim, olhar toda a cadeia, o que você está substituindo pelo quê. E aí eu trouxe o custo de substituição dos plásticos por outros produtos em relação à massa, energia e emissão de gás carbônico.

Aqui, um estudo também que foi feito pela Standard & Poor's para a Trucost, que analisa qual é o impacto quando se substituem produtos plásticos por outro produto. Aí, independentemente do produto que seja – e vale a pena trazer, acho que não é essa ideia trazer quais são os outros produtos –, mas, quando eu substituo, faço essa substituição, eu tenho também um *trade-off* nessa história.

Se a gente efetivamente está preocupado com a sustentabilidade e o meio ambiente, é importante a gente ter isso em mente, porque, quando eu uso um plástico para dar mais vida longa a um alimento que eu trouxe da agricultura, quando eu evito o desperdício de frutas, legumes e verduras, quando eu consigo dar maior durabilidade para uma carne, para uma proteína, que a faça chegar em comunidades que estão mais distantes dos centros urbanos, àquilo que foi tirado da natureza você consegue dar vida longa, para que aquilo seja efetivamente consumido após a sua emissão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é isso que eu estou trazendo para mostrar para vocês que não é uma decisão única e simples: é isso ou aquilo. Eu acho que a gente tem que trazer alguns elementos para a gente conversar. Eu acho que foram trazidos vários elementos até agora, que é importante a gente ter em mente quando a gente vai tomar uma decisão de política pública.

Eu trouxe aqui o que eles chamam de *roadmap*. A própria Pnuma publicou um estudo sobre avaliação de plástico de uso único. E quais são os passos, caminhos para fazer essas políticas públicas, para lidar com o *single-use* ou plásticos de uso único na sociedade? Primeiro, é o conhecimento do *baseline*. O que a gente está falando? O que efetivamente a gente está falando? Se a gente sentar, nós cinco, provavelmente cada um vai ter um número de reciclagem. Isso é natural.

O próprio Roberto, quando a gente conversa, reciclagem é isso, reciclagem é aquilo, há aquilo, há aquilo outro. Então, é importante a gente ter essa conversa e ver de onde a gente está partindo, para a gente poder avaliar as ações, os impactos, quem a gente vai envolver, como a gente vai amarrar isso daí, promover as alternativas, os incentivos industriais, todos esses passos, e, sobretudo, a gente ter uma mensuração disso.

Na figura 5.2 que eles colocam, dos 88 países que eles analisaram, 20% não tiveram impacto no banimento, 30% reduziram o consumo e diminuíram a poluição, e 50% dos países não têm dado sobre o impacto porque não tinham o t0.

Então, é você fazer uma política pública em que, quando você não tem t0, você não consegue saber qual efetivamente foi o efeito daquilo.

A gente tem hoje cerca de 200 projetos em tramitação nas Casas Legislativas, sendo que 150% são de restrição e banimento e 50% de incentivo a coleta e mudança de comportamento.

Aí, muito na linha de observação que o Senador Esperidião Amin trouxe, quais são as alternativas de políticas públicas para o banimento? Você tem uma série de alternativas: como o não fornecimento espontâneo de *single-use*, a comprovação efetiva de que aquele estabelecimento está fazendo logística reversa, porque existe uma lei no Brasil, que é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a obrigatoriedade de logística reversa, e isso tem que ser feito. Algumas empresas, que já avançaram nisso, já fizeram investimento para poder fazer logística reversa de *single-use*, de plástico de embalagem. Quando você tem políticas de banimento nesse sentido, você acaba dando uma sinalização, criando uma insegurança jurídica para quem efetivamente foi atrás do cumprimento da legislação.

Programas públicos de incentivo ao engajamento da população para o consumo consciente e descarte correto. Isso é fundamental inserir na carga horária sobre o consumo consciente, economia circular. É importante a gente ter isso. Você tem iniciativas "n" na sociedade sobre como separar lixo, como você fazer... Colocar o que é prolipropileno, o que é polietileno. Você tem vários portais que lidam, o próprio setor de várias empresas. Mas isso tinha que estar mais sistêmico dentro da nossa sociedade.

E aí a criação de fundos estaduais de aporte pelas indústrias para financiamento e investimento em programas de logística reversa. E já há aí o PL 6.545, que já foi aprovado na Câmara, está no Senado Federal. É extremamente importante que você tenha esses fundos criados com recursos para poder aportar em exatamente um pouco do que o Roberto falou, em projetos em que você faça essa integração e remuneração desses catadores. Que eles possam participar efetivamente dessa coleta, sejam remunerados pelo tal, sejam qualificados, que tenham investimentos, até que sejam compensados com um mercado futuro de resíduos. E que isso possa ser um mercado organizado para que dê segurança também para esses catadores que fazem a maior parte da coleta dos resíduos.

A regularização de incentivos fiscais para a cadeia de reciclagem. E há um PL, o 3.592, de 2019, o Senador Heinze acatou e tem olhado isso, mas é extremamente importante que você faça isso. Hoje a situação é que a gente tem matérias-primas virgens que são mais baratas que matérias-primas recicladas. A





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente precisa dar uma sinalização diferente para o mercado, para que o mercado efetivamente crie essa competitividade, pelo menos essa hegemonia entre matéria-prima virgem e matéria-prima reciclada.

A aprovação da segunda fase do Acordo Setorial de Embalagens pelo Ministério do Meio Ambiente é uma coisa extremamente importante. Está há um ano e meio, dois anos o acordo setorial no Ministério do Meio Ambiente e a gente não tem um retorno para que a gente possa voltar a fazer os investimentos e dar segurança jurídica aos investimentos de logística reversa, investimento em cooperativa para que a gente possa seguir fazendo.

Pensar – e já discutimos isso algumas vezes – a política nacional de biodegradáveis, de novos materiais. Precisamos atrair esse tipo de investimento para o País. A importação de um material desses é sujeito ao Imposto de Importação de 14%. Isso inviabiliza qualquer adoção de produtos alternativos que podem colaborar para uma nova fórmula de se produzir com novos materiais.

E a implementação do Planares (Plano Nacional de Resíduos Sólidos), em que efetivamente a gente consiga ter a universalização da coleta seletiva, os catadores como os agentes na gestão de resíduos e, mais do que isso, que a gente consiga implementar os indicadores, ou seja, todos os investimentos feitos para a reciclabilidade de produto, para a *redesign* de produto, para que esses produtos sejam amigáveis para as cooperativas poderem reciclar, para que as sociedade entenda que aquilo é um produto que foi desenhado efetivamente para reuso ou para reciclagem. Que isso seja contemplado dentro da lógica do acordo setorial, das metas que são colocadas para as empresas como metas que possam contribuir não só para a logística reversa, mas, sobretudo, para a eliminação de materiais que vão para aterros e dando uma lógica de economia circular para esses produtos.

Então, pensando naquela colocação que o Senador Esperidião e o Senador Fabiano Contarato trouxeram de a gente começar a pensar para frente e começar a sair dos diagnósticos – sim, os diagnósticos existem, são fatos –, mas a gente precisa pensar em caminhos. A gente está à disposição para pensar e trazer elementos e que a gente consiga trazer toda a *expertise* de todo mundo que está preocupado com esse assunto para que a gente consiga caminhar.

Acho que a gente buscar o caminho da proibição de produtos, eu acho que é perigoso, porque, primeiro, porque ele atesta que a sociedade não está conseguindo lidar como um problema que ela poderia resolver; e, segundo, se toda a vez que a gente não conseguir lidar com um problema a gente for para o banimento e para a proibição, a gente começa a abrir precedentes para outras questões dentro da nossa sociedade.

Não quis me estender. Espero que eu tenha contribuído.

Então, estamos à disposição para o debate.

Parabéns pela oportunidade e pela iniciativa!

Obrigado.

Uma boa-tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Alô! O Senador Contarato já saiu? (*Pausa.*)

Agora é o próximo ou é o Senador Izalci que pediu para falar? (*Pausa.*)

Senador Izalci, deixe-me só lhe fazer uma pergunta: V. Exa. quer fazer a sua intervenção agora ou podemos ir para o último expositor? Aí depende de V. Exa. Abra só o seu som.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, meu querido colega Senador Jaques Wagner, eu me inscrevi só para comentar sobre as apresentações.

Vamos para o próximo, para o último apresentador, e, depois, a gente faz alguns comentários.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Está bom. Obrigado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo ao próximo expositor, que é o Sr. Vitor.

Minha tela saiu aqui. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin, V. Exa. quer fazer uma intervenção agora ou após o último?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, gostaria de fazê-la agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não, com V. Exa. a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Primeiro, eu quero cumprimentar desde o primeiro apresentador, que, por sinal, é da nossa Univale, uma universidade que é voltada para este assunto, voltada para o mar, cujo *campus* sede fica na cidade de Itajaí. Portanto, é uma universidade e uma cidade ambas voltadas para o mar e onde a preocupação ambiental fica diretamente ligada à economia e também à logística.

Então, eu quero cumprimentar, na pessoa do primeiro apresentador, todos os demais e tomar a liberdade de interferir agora, Presidente, para lhe fazer um apelo: em novembro do ano passado, eu tinha pedido para que o projeto de lei que retifica os limites territoriais do Parque da Serra Catarinense tivesse agilizada a sua deliberação. E, afinal, combinamos que haveria mais uma audiência pública sobre o Parque da Serra Catarinense no âmbito da Comissão de Meio Ambiente.

Então, eu lhe pediria, interferindo, portanto, nesta reunião, que V. Exa. consultasse a Secretaria da Comissão para a gente tentar agendar a audiência pública, sem a qual eu também não concordo que a matéria seja levada à deliberação. Posso estar sendo intempestivo, mas estou sendo...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para o senhor ter uma ideia, o Parque da Serra Catarinense, o antigo Parque de São Joaquim, foi criado pelo Presidente Jânio Quadros nos sete meses em que ele governou o Brasil, em 1961. V. Exa. sequer era nascido.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, que é isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vamos combinar: eu, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu torci pela espadinha do Lott, mas eu sei vassourinha do Jânio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Varre, varre, vassourinha... Como nós somos mais ou menos contemporâneos, não precisamos dizer a idade.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Primos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E primos.

Então, eu queria só lhe pedir o seguinte: o senhor fala com a assessoria para oportunizar a realização de uma sessão virtual. Convida quem tiver que convidar, e vamos debater sem essa retificação. A implantação do parque fica procrastinada, e a insegurança jurídica, sequer haverá uma tentativa de reduzi-la. Então, não há tentativa de enganar ninguém, não há tentativa de beneficiar quem quer que seja; é para que haja uma pacificação a respeito do assunto, 60 anos depois. Depois disso, foram criados parques estaduais, o Parque da Serra Furada, foram criados dois parques estaduais, um deles no meu período de Governo. Então, esse mosaico tem que ser arranjado. E eu tenho a impressão de que uma audiência pública serenaria os diversos interesses.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, só para concluir, é a partir deste parque que se desenvolve a Serra do Rio do Rastro, que eu tive o privilégio de pavimentar como Governador, no primeiro Governo, em concreto cimento, e é considerada por vários *sites* do mundo como, em espanhol, *la rute más asombrosa del mundo*. Então, é absolutamente são o pedido e são o objetivo. E eu confio que V. Exa. possa priorizar a realização de uma sessão de debates – não é sessão para fazer qualquer agilização indevida. Esse é o meu pedido.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Esperidião Amin, pelo nosso relacionamento desde a descoberta do Brasil, do pau-brasil, eu quero lhe dizer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E dos albores da legislação trabalhista que criou a Carteira de Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu só não lhe prometo fazer em junho porque junho se encerra na quarta-feira que vem, e nós já temos uma audiência pública marcada para o dia 30, segunda. Mas, Airtton, veja aí, coloca como prioridade para nós...

Já estão as pessoas indicadas, os expositores? (*Pausa.*)

Já.

Está sem som sua fala, Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo que eu sei, estava designado o Senador Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, os participantes eu mesmo e quem mais desejar indicaria.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Airtton, separe para mim aí para a gente agendar, eu não digo até 30 de junho porque no dia 30 já há uma sobre o mesmo tema, Junho Verde, mas lhe garanto que ela sairá nos dias 15, talvez, de julho, para que a gente possa conversar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado. *Shalom.*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – *Shalom.*

Passo a palavra, então, ao Sr. Vitor Pinheiro, coordenador da campanha Mares Limpos no Brasil, último expositor.

O SR. VITOR PINHEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria agradecer, em primeiro lugar, o convite para participar aqui, nesta Comissão de Meio Ambiente. Agradeço aos Senadores Jaques Wagner; Fabiano Contarato, pelo convite; Esperidião Amin; Izalci Lucas e Rose de Freitas; aos demais participantes de hoje e a quem está acompanhando a gente aí.

Estou compartilhando minha tela.

Primeiro, eu sou Vitor e trabalho com a campanha Mares Limpos, coordeno a campanha Mares Limpos de combate à poluição plástica e combate ao lixo marinho, e hoje eu queria comentar, trazer para vocês alguns dos impactos e dos caminhos para a gente endereçar essa questão.

Então, aqui temos a fala do nosso Secretário-Geral da ONU, António Guterres, falando que: "Os nossos mares estão sufocando com o lixo plástico, que pode ser encontrado desde os atóis mais remotos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

até as mais profundas fossas oceânicas." Isto foi descoberto no ano passado. Descobriu-se microplástico nas Fossas Marianas, que são o ponto mais profundo do oceano, dentro de organismos de animais.

Bom, eu queria trazer essa perspectiva global. Já se falou um pouco sobre isso. Eu vou trazer alguns números.

Então, a gente produz, hoje, cerca de 400 milhões de toneladas de plástico por ano, e, desse número, de 8 a 13 milhões chegam ao oceano.

Uma das coisas importantes aí é que metade, mais ou menos, desse número é de uso único, esse plástico que a gente usa uma única vez, e esta é uma das questões principais. A gente tem um material extremamente durável, que, então, pode levar 400 anos ou até mais para se decompor, e a gente usa uma única vez, usa rapidamente, é uma embalagem de dentro da qual a gente tira o produto e descarta, e isto é um dos problemas graves que a gente está vivendo.

Como já foi comentado, mais da metade da produção de plástico no mundo desde 1950 aconteceu nos últimos 20 anos. E o que isso significa? Que, se a gente continuar nessa produção como a gente está hoje, a gente vai chegar, em 20 anos, a ter três vezes mais plástico no oceano do que a gente tem hoje. E em 30 anos, ou seja, em 2050, vamos ter mais plástico do que peixes.

É isso que acontece aqui: esse plástico e microplástico vai subindo pela cadeia alimentar, como o Professor André já mostrou antes, e, também, nesse caminho que a gente vai, o plástico vai se tornar um dos maiores consumos de petróleo. Então, 20% do consumo de petróleo, em 2050, deverá ser para a produção de plástico, o que vai ocasionar também, pelas emissões, 13% do nosso orçamento de carbono.

O que temos em termos de impacto em relação a isso? Então, hoje, cerca de US\$13 bilhões em danos são levados por conta de o plástico usar os ecossistemas marinhos, sendo que 100 mil animais são mortos por ano das diversas formas, como já foi demonstrado anteriormente. A previsão é de que a gente chegue a 2050 com 99% das aves marinhas já tendo tragado ou ingerido plástico de alguma forma.

Falando aqui, então, de Brasil, dados mais recentes mostram que o consumo de plásticos descartáveis de uso único, na verdade, no Brasil é de 2,95 milhões de toneladas, quase 3 milhões de toneladas, e que cerca de 44% do total consumido no Brasil é esse plástico de uso único. Essa conta, feita pela organização Oceana, no relatório Um Oceano Livre de Plástico, mostra que são cerca de 500 bilhões de itens por ano só no Brasil. E, aí, a gente faz uma conta em termos de *per capita*, o que significa isso no Brasil – quantas embalagens cada um de nós teoricamente estaria consumindo anualmente –, e a gente tem números bastante alarmantes aqui. Por exemplo, são 1.280 embalagens flexíveis por pessoa – cada um de nós aqui está, de alguma maneira, consumindo esse número *per capita* –, 338 sacolas plásticas, 325 copos plásticos, 175 canudos e misturadores, e assim por diante. Então, são números que fazem entender por que a gente fala em 500 bilhões, em números muito grandes. Quando a gente leva para o *per capita*, a gente tem uma noção um pouco melhor do que significa para cada um de nós.

Além disso, a colaboração do Brasil com os plásticos nos oceanos hoje é de cerca de 325 mil toneladas por ano de plástico que chega aos mares. São 890 toneladas por dia. O Marcelo já colocou que é, mundialmente, cerca de um caminhão de lixo por minuto. Então, a gente tem aqui a noção do Brasil. E 70% do lixo encontrado em limpeza de praias é plástico, em média. E, aí, o que é esse resíduo que já foi mostrado antes: 90% do plástico marinho vem da terra firme. Isso é importante a gente saber para entender de que tipo de impacto a gente está falando. Ainda que os equipamentos de pesca ou algumas perdas diretamente nos mares aconteçam, a maior parte vem da terra firme. Então, a gente, mesmo sem estar perto do oceano, está impactando esse oceano.

Aí, falando um pouco dos impactos da pandemia, as máscaras cirúrgicas podem levar 450 anos para se degradarem. E, nesse último ano, entre abril de 2020 e março de 2021, foram geradas 52 mil toneladas de resíduos médicos por conta disso; isso globalmente. Do ponto de vista do impacto disso,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também, de outra maneira, o que aumentou com a pandemia foram os *deliveries*, as entregas de refeições e outras coisas nas casas das pessoas. A coleta seletiva, só em São Paulo, aumentou em 12% no período dessa pandemia no último ano. E a gente entende que tipo de aumento é esse quando chegam dados de que o iFood entregou 21 milhões de pedidos em setembro de 2019 e, agora, está entregando 60 milhões. São três vezes mais pedidos em um único dos aplicativos que faz essas entregas. Então, a gente entende que esse impacto é maior e o que acontece é que isso envia muito plástico de uso único para a casa das pessoas.

Eu queria trazer uma informação importante da Iniciativa Global de Plásticos de Turismo, da qual o Pnuma faz parte, que diz claramente que as embalagens e produtos plásticos descartáveis não são medidas de higienização. Isso é muito importante. O plástico muitas vezes é utilizado com a ideia de que você está protegendo contra o vírus do coronavírus, por exemplo, mas, na prática, ele é uma superfície em que o vírus tem uma grande sobrevivência, de até 72 horas. Então, embalar as coisas em plásticos não garante a higienização contra o vírus.

A gente também tem alguns dados em termos de como é que a sociedade está vendo isso. Há uma pesquisa global de 2019 que mostrou que 82% dos consumidores já sabe, está ciente da poluição plástica e já está fazendo coisas, agindo para combatê-la. A gente tem uma pesquisa realizada aqui no Brasil, em fevereiro, pelo Ipec, com usuários de aplicativos de entrega.

Setenta e dois por cento desses usuários, desses consumidores, querem que os pedidos sejam sem plástico descartável. E esse incômodo já chegou a tal ponto que 15% dos usuários já deixaram de pedir comida por conta disso. Então, essa é uma questão em que a sociedade, em si, está sentindo o incômodo.

Globalmente, isso está se mostrando de algumas maneiras, algumas novas legislações tentam endereçar a questão do plástico. Então, no Canadá, que é um dos países que está fazendo novas legislações em relação a isso, há uma legislação em relação a plásticos descartáveis – a partir deste ano já não podem ser enviados plásticos descartáveis, mas há também uma lista com lixo plástico como resíduo tóxico, para que se possa gerenciar corretamente esse resíduo. O Quênia também é um país que está criando novas legislações seja no banimento, em controle ou em gestão desse resíduo. E o Congresso chileno acabou de passar uma medida que proíbe plásticos descartáveis em restaurante e *delivery*, o que, como a gente já viu, têm um impacto razoável em relação a isso.

Esse assunto está crescendo cada vez mais, como já foi colocado. Então, na Assembleia de Meio Ambiente da ONU, que acontece a cada cerca de um ano e meio... A Assembleia de Meio Ambiente da ONU é o principal foro de tomada de decisão nas questões ambientais multilaterais. A próxima assembleia, a 5ª Assembleia, que teve uma parte neste ano e outra parte será no ano que vem, por conta da pandemia, tem uma perspectiva bem importante de que se vá discutir um acordo global para o combate à poluição plástica. Esse é um dos temas centrais dessa discussão e está sendo bastante levado em consideração esse acordo.

Aqui temos a Diretora Executiva do Pnuma global, que é a Inger Andersen, falando de como é que a gente endereça a questão: "Enfrentar a poluição plástica exige uma mudança fundamental do sistema, de uma economia linear" – que é a questão fundamental aqui, uma economia que extrai, produz e descarta – "para uma circular para o plástico". E aí uma das ferramentas é o acordo, o Compromisso Global da Nova Economia do Plástico, produzido em parceria com a Ellen MacArthur Foundation. O que diz esse acordo? Ele é uma maneira de se pensar em embalagens e produtos descartáveis, microfibras em têxteis, microesferas em cosméticos e produtos de higiene, que são etapas do ciclo de vida desses produtos que podem escapar. Então, em cada passo da cadeia esses plásticos podem escapar para o meio ambiente. A melhor maneira que a gente tem é reduzir a produção ou eliminar algumas produções dos plásticos mais problemáticos, para garantir a segurança nesse processo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A economia circular é justamente esse modelo que pensa a produção e o descarte, de maneira que o descarte volte a se tornar um novo produto. Para isso, é preciso entender que há um erro de *design* nessa produção. Então, o resíduo é visto como um erro de *design* porque, se ele fosse bem desenvolvido desde o início, nada seria resíduo ao final. E aí a importância de a gente ter ações individuais, mas principalmente de ter ações concertadas. Sem uma ação concertada entre os diversos entes, a gente não vai conseguir mudar essa realidade, porque, por mais que a gente tenha várias formas em que esse plástico possa chegar ao oceano, em primeiro lugar, ele é produzido industrialmente. Então, existe uma indústria que vai decidir como ele é produzido, qual o volume em que é produzido e de que maneira ele pode voltar para a cadeia. E sem a participação do setor privado e também do Estado, como regulador, que dê a linha de trabalho para isso, a gente não consegue endereçar essa questão.

O Compromisso Global pela Nova Economia de Plásticos hoje já tem mais de 450 organizações signatárias e inclui Governos de países, de Estados e até de Municípios, como é o caso da cidade de São Paulo, que é signatária. Esse compromisso se dá até 2025, na primeira fase, em cinco áreas. Para que o Governo participe desse compromisso, ele tem que se comprometer com essas cinco áreas, que são: o estímulo e a eliminação de produtos e embalagens problemáticas ou desnecessárias – uma embalagem problemática, por exemplo, é aquela que a gente viu, do golfinho que ficou com o anel preso e não pôde comer; isso é problemático, porque, ao se soltar, ele não é reciclado e acaba vazando para a natureza –; encorajar modelos de reuso para reduzir a necessidade de produtos de embalagem de plástico descartável; incentivar embalagens reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis para que todas as embalagens sejam recicláveis, reutilizáveis ou compostáveis – isso precisa ser garantido –; aumentar os índices também de coleta, separação, reuso e reciclagem e facilitar a implementação da infraestrutura necessária e de mecanismos de financiamento, sem falar no estímulo à demanda por plásticos reciclados.

Como o Roberto falou anteriormente, há uma questão importante, que é: não basta você coletar o resíduo plástico; há que haver mercado para comprá-lo e há que voltar para a cadeia de alguma forma, senão, se a gente não tem esse estímulo a uma demanda por plásticos reciclados, ou seja, se a indústria também não se compromete em aumentar o índice de conteúdo reciclado nos produtos que faz, a gente não consegue fechar essa cadeia.

Um outro aspecto importante do plástico descartável é no setor turístico. A gente tem uma pesquisa, que foi feita pela UnB a pedido do PNUMA, que ainda não foi publicada, mas que fala de algumas coisas importantes aqui. Essa pesquisa trouxe que 72% do turismo internacional por lazer no Brasil é motivado por sol e praias, que é um dos pontos em que esse lixo plástico causa um maior problema. Os turistas estrangeiros são os mais preocupados com a poluição plástica, e isso tem um alto custo – limpar essas praias e as cidades tem um alto custo para as cidades. Além disso, os detritos nas praias podem reduzir receitas com turismo em até 39%. E, aí, é importante a gente entender também a diferença de percepção entre os diversos setores. Enquanto cerca de 80% do setor público já entende a correlação desse impacto da poluição plástica com o turismo, só 48% dos meios de hospedagem fazem essa correlação. Então há uma participação muito importante do setor turístico de viagens para isso.

Por que isso acontece? Pela falta de prioridade na agenda das empresas; pouca eficiência do setor público na elaboração de uma legislação, na execução de políticas públicas e na gestão de resíduos; falta de investimentos, incentivos e financiamento para realizar essa mudança para uma economia circular do plástico; carência de fornecedores com alternativas competitivas, porque é um mercado que ainda está incipiente por falta até de direcionamento de que vai haver investimento, de que vai haver o uso de alternativas, fornecedores alternativos. Há também, claro, a limitada consciência de cidadãos, turistas e profissionais, e uma baixa pressão também dos próprios indivíduos em demandar isso dos setores público e privado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A discussão de turismo leva a uma especificação do compromisso da nova economia do plástico para o setor turístico, que segue mais ou menos as mesmas linhas, mas tem algumas especificidades. Então, ele segue a linha de eliminar os itens ou embalagens plásticas problemáticas ou desnecessárias; fazer a transição para um modelo de descartáveis para reuso e reutilização; a importância de engajar a cadeia para que todos os produtos sejam reutilizáveis, recicláveis ou compostáveis; aumentar o índice de plástico reciclado nas embalagens que são utilizadas; a colaboração para o investimento, para o aumento das taxas de reciclagem e de compostagem do plástico; e um reporte anual, de forma pública, para garantir que a gente saiba que isso está caminhando. Então, essas são, de forma geral, as expectativas, a ideia desse processo.

Nós temos, neste momento, diversos materiais, relatórios e guias sendo produzidos, traduzidos alguns, outros sendo lançados recentemente – ainda não houve tempo hábil para isso – que tratam dos diversos pontos. A gente tem, por exemplo, o Guia Nacional para Identificação de Hotspots de Poluição Plástica e Modelagem de Ações, que, justamente, faz uma avaliação de toda a cadeia de valor do plástico para entender onde estão os pontos de vazamento e onde ele pode escapar para a natureza, para o meio ambiente, e, não só isso, mas também já trazendo que tipo de ações podem ser realizadas. Paralelo a isso, há um outro documento que foca no Legislativo – que eu acho que nesse caso é bastante interessante – que traz um guia para a regulação dos produtos plásticos de uso único a partir da legislação e também esse *addressing*, endereçando a poluição de produtos plásticos de uso único, usando a análise de ciclos de vida, que é uma iniciativa que traz as outras por baixo também e que faz uma análise do ciclo de vida do plástico para entender como endereçar e como reduzir a poluição causada por ele. Finalmente, tem esse relatório que foi lançado na semana passada que é o Repensando os Produtos de Plástico de Uso Único em Viagens e Turismo, trazendo impactos, como atuar sobre isso, e recomendações para o setor turístico especificamente.

Era isso o que eu queria trazer.

Queria agradecer muito a participação aqui.

Estou à disposição, o Pnuma está à disposição para continuar essa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)

– Queria, em primeiro lugar, agradecer todos os expositores pela importante contribuição. Acho que todos deram uma contribuição extremamente válida. São muitos elementos sobre os quais a gente tem que se debruçar. Mas, antes de fazer o meu comentário, queria passar para o Senador Izalci Lucas, que pediu a palavra e aguardou o último orador.

Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.)

– Presidente, primeiro, quero parabenizar V. Exa. pela iniciativa. É um assunto muito importante e que, muitas vezes, a gente vai deixando passar.

Eu tive o privilégio de, em 1998, ser Diretor do Serviço de Limpeza Urbana, e os maiores desafios nossos eram exatamente nessa questão da reciclagem e nessa questão do plástico, que é um desastre.

Mas, sobre as informações que a gente tem aqui, de 2017 a 2018, a China, antes um grande importador de todo tipo de material reciclável no mundo, impôs severas barreiras à entrada de rejeitos. Por decreto, o Governo chinês restringiu a importação de sucata, ou recicláveis, desfazendo uma indústria que envolvia o mundo inteiro. Então, desde janeiro de 2021, a China proibiu todas as importações de resíduos sólidos no País.

Bem, na minha época, inclusive, o pessoal trazia pneu usado aqui para o Brasil, para usar pneu usado aqui, para reciclar aqui.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse contexto aqui, eu perguntaria: Como as barreiras à entrada de rejeitos plásticos na China afetaram a reciclagem nos países desenvolvidos? Para que países do terceiro mundo os países desenvolvidos estão destinando seus rejeitos? Houve alguma alteração no curso de reciclagem de plásticos nos países desenvolvidos devido ao fechamento lá da China? Existem alternativas tecnológicas para aumentar a eficiência da reciclagem de plásticos?

Ainda: O plástico resultante do processo de reciclagem é aplicado em diversos segmentos e pode ser utilizado na fabricação de brinquedos, artefatos domésticos, madeira plástica para a indústria moveleira, vassouras, escovas, produtos que utilizam fibras, como sacolas, material para a construção civil e todo tipo de embalagem que não mantenha contato direto com alimentos e fármacos. No entanto, a maior parte dos plásticos descartados não é reciclada e termina, de fato, aí nos oceanos. Que políticas públicas devem ser adotadas pelos governos para aumentar essa reciclagem de plástico? Que tecnologias foram desenvolvidas para retirar o plástico dos oceanos?

Várias pesquisas tecnológicas estão sendo desenvolvidas para se encontrar substitutos biodegradáveis para o plástico tendo em vista a enorme dificuldade de se conseguir sua total reciclagem. A adoção de substitutos do plástico pode ser a melhor solução para diminuir a produção de resíduos. Quais os materiais mais promissores para a substituição dos plásticos? Existe uma estimativa do custo decorrente da substituição de plástico por matérias recicláveis na cadeia produtiva?

Eram essas as minhas indagações aí. Se os nossos especialistas puderem responder ou comentar, eu agradeço, Presidente, parabenizando, mais uma vez, pela importância desse tema para nós.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Izalci, eu sei que V. Exa., como Senador extremamente dedicado às questões em que se envolve, faz um conjunto de questionamentos que eu confesso que tenho dificuldade de endereçar para esse ou para aquele expositor, mas eu vou me permitir passar para os expositores. Aí, a única coisa que eu pediria é que, como o Senador Izalci colocou uma série de questionamentos, todos absolutamente pertinentes, cada um comentasse uma ou outra parte. Por exemplo, imagino que o representante da Abiplast pode falar melhor sobre o que está sendo pensado sobre biodegradável substituível e cada um tentar falar de alguma coisa. Aí eu prefiro, então, voltar para o André Barreto, e ele, pelo menos naquilo que ele sente mais próprio para colocar sobre um dos questionamentos do Senador Izalci. E, em seguida, eu sequencio os outros para, depois, a gente partir para o encerramento.

Mas, de qualquer forma, Senador Izalci, os questionamentos que V. Exa. colocou, evidentemente, estarão lá nas mãos da Secretaria da CMA e, conforme o que foi colocado no começo da audiência, nós podemos trabalhar esses questionamentos também mais aprofundadamente com os expositores aqui.

De qualquer forma, eu devolvo a palavra aos expositores a começar pelo André Barreto, para escolher um dos temas abordados pelo Senador Izalci ou sobre o conjunto da obra.

O SR. ANDRÉ BARRETO (Para expor.) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.

Na verdade, sobre toda essa questão da reciclagem, quando a gente está olhando os efeitos sobre os animais marinhos, em alguns casos não faz nem muita diferença se o material é reciclável, se é biodegradável ou não, porque, no curto espaço de tempo enquanto o material está íntegro, a gente pode estar falando de uma corda de náilon, pode estar falando de uma corda de sisal... A gente teve um caso agora de um golfinho que apareceu morto, literalmente, com uma calcinha de pano que ficou presa no animal e acabou entrando na nadadeira dele, e o animal morreu por conta de uma septicemia, por uma infecção ali.

Então, a gente tem um problema grande que é a questão da destinação de todo resíduo que é gerado pela população, quer seja o plástico, que é um problema maior, porque, como já se discutiu aqui ostensivamente, não é degradável na sua maior parte. Então, ele permanece no ambiente por um tempo





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

maior. Mas, mesmo em relação a materiais degradáveis, biodegradáveis, a gente tem que se preocupar com a destinação correta dos resíduos que são gerados por nós.

Então, como todos os debatedores já colocaram aqui, a necessidade de reciclagem; muitas vezes você de dar uma refuncionalidade, ou seja, não é apenas reciclar o material, mas é utilizá-lo pra outras coisas. Então, eu acho que a gente tem que pensar num modo global em termos de como a gente trata os resíduos que a gente gera, quer seja plástico, quer seja qualquer outro. E, aí, as soluções vão ser diferentes – não é?

E que fique muito claro: eu não sou contra plástico, eu acho que o plástico, como já foi mostrado aqui, faz parte da nossa sociedade hoje em dia. A gente tem que tentar diminuir esses de uso único. Quando eu era criança, as sacolas de supermercado eram de papel e funcionava – não é? –, até a gente colocar alguma coisa molhada dentro.

Então, como é que a gente não pode fazer, talvez, um balanço, um equilíbrio entre os diversos materiais para que a gente consiga, desse modo, ter uma sociedade mais equilibrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixa que eu controlo o meu.

Eu queria passar, agora, para o Marcelo Montenegro, para fazer também seus comentários e, se quiser, aproveitar para fazer os seus comentários finais.

O SR. MARCELO MONTENEGRO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, e muito obrigado, Senador Izalci também.

Talvez mencionar o *Atlas do Plástico*, que apresenta um capítulo, um artigo especificamente sobre a questão da China aí, desse fechamento do depósito da China, que chamamos de depósito de lixo.

Esse fechamento aconteceu em 2018, o que provocou muitas mudanças, e não foi só o caso da China, mas junto com ela você teve os principais importadores, vamos dizer, de lixo, como Malásia, Tailândia, Vietnã, também colocando restrições maiores na importação desses materiais, o que provocou, em países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Japão, que são os principais países que exportavam, um repensar na questão do descarte.

E aí surgiram algumas questões, por exemplo eu mencionei no final da apresentação a legislação, dentro da União Europeia, de banimento ou na regulação dos plásticos de uso único, isso é uma consequência também desse processo. Então, um debate sobre o que fazermos com esses materiais de plásticos de uso único, assim como outros países começaram a pensar em outras formas, algumas muito prejudiciais, como o caso da incineração, e os impactos que tem uma incineração. Países como Estados Unidos começaram a fazer esse processo de incineração, o que teve impactos fortes na questão climática.

Mas quero mencionar um pouco isso, como isso trouxe também esse repensar, no caso europeu, em termos de pensar uma legislação, acho que provocou muito debate em cima da sua própria produção de lixo, o seu próprio consumo. E é uma reflexão que a gente tem que fazer aqui, essa reflexão de que, talvez, produzir e consumir menos seja efetivamente o mais eficiente.

Então, como o Professor André disse, havia sacola de papel. Como a gente consegue retomar determinadas usos, para facilitar? Assim como também pensar num processo de coleta de três frações – compostáveis, orgânicos e recicláveis – e separá-los. Isso facilita você ter materiais secos para reciclagem, e você facilita também a não perder algo que a gente, às vezes, chama de lixo e que, na verdade, não é lixo. O Roberto estava aí, a gente fala que os catadores são verdadeiros alquimistas do lixo, que trabalham o lixo como fonte de renda. Então, como a gente consegue usar isso também como forma de estimular fontes de renda, tanto no processo de reciclagem, quanto no orgânico.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E aí, só para finalizar, quero agradecer a participação, agradecer também a indicação da Oceano, um parceiro nosso também por indicar a gente também a participar dessa audiência pública e colocar a fundação e também a minha pessoa disponível, por ventura, para qualquer outra informação ou material. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, agradeço ao Marcelo Montenegro e gostaria de passar, agora, a palavra ao Paulo Henrique Rangel Teixeira, da Abiplast.

O SR. PAULO HENRIQUE RANGEL TEIXEIRA (Para expor.) – Bom, vamos lá.

Senador Izalci, as colocações foram muito pertinentes, e tem um leque de abordagem aí bem interessante.

Eu acho que para essa questão mais geral, de gestão de resíduos sólidos urbanos, a gente está num momento muito importante aí do marco legal de saneamento, em que a gestão de resíduos é fundamental, as parcerias, as PPIs e os consórcios municipais.

Eu acho que isso é o primeiro passo que a gente tem para que a gente evite que os resíduos vão parar onde eles não devam e que eles efetivamente fiquem à disposição da sociedade para que a gente cumpra a circularidade dos resíduos; não só a circularidade do plástico, mas de todos os resíduos que foram coletados. José Goldemberg dizia que poluição é a coisa certa no lugar errado. Então acho que o primeiro passo é a gente ter uma gestão eficiente de resíduos sólidos urbanos.

Na questão biodegradável, é importante a gente pensar que a gente não tem produção nacional em escala para poder atender à demanda de biodegradáveis. Seria muito interessante a gente pensar numa política nacional de biodegradáveis, de novos materiais vinculados, inclusive, à tradição de bioeconomia que o Brasil tem de novos materiais, de produtos, que existe já sendo desenvolvida no Brasil.

Mas que a gente pense numa política por quê? No biodegradável é preciso pensar em destinação. Eu não posso misturar o biodegradável com uma coisa que não é... Eu não posso reciclar biodegradável. Então ele tem que ter um destino diferente. Eu preciso de uma norma técnica, eu preciso de Imposto de Importação, de uma alteração na alíquota de Imposto de Importação para poder importar biodegradável e aí, quiçá, até de um programa de *joint venture* para atrair investimento nesse tipo de material, para que a gente possa produzir e ter essa tecnologia no Brasil.

Sobre a troca de materiais é importante a gente sempre pensar no balanço de massa que isso vai dar. Quando eu troco um produto por outro, eu mudo o balanço de massa, a análise de ciclo individual é fundamental e é importante a gente ter esse cálculo de oscilidade negativa que a gente quanto a algum produto pelo seu sucedâneo, porque, às vezes, a fabricação do produto tem mais efeitos danosos do que a reciclabilidade de outro, que é de outro produto. Então, isso é importante a gente ter sempre em consideração.

E, por último, há a questão da economia circular. Eu acho que trazer para as metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos questões como metas de *redesign*, de reuso, de reciclagem e de repensar o consumo são fundamentais. A Política Nacional de Resíduos Sólidos é de 2010, quando não se falava ainda, no Brasil, em nenhum lugar quase, de economia circular. Então, é um conceito novo. E talvez possamos até pensar numa atualização da Política Nacional de Resíduos Sólidos, para que a gente incorpore a questão da economia circular, que é: tudo que você tirou da natureza você coloca em uso até o uso final, para que a gente não tenha efeitos nocivos para a sociedade.

Obrigado, mais uma vez, pelo convite.

Estamos à disposição. O setor está à disposição de todos os debatedores e, sobretudo, do Senado Federal. Estamos à disposição para conversar, para construir e para pensar alternativas para que a gente consiga efetivamente dar um caminho para esse fato da reciclagem.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está sem som, Jaques. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pronto.

Olá, o Roberto está entre nós? *(Pausa.)*

Está bem.

Então, passarei a palavra ao Vitor Pinheiro.

O SR. VITOR PINHEIRO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Vou tecer alguns comentários.

Primeiro, eu queria fazer só uma ressalva importante, porque a gente precisa fazer uma diferenciação entre biodegradáveis e oxibiodegradáveis, que é algo que existe muito. O oxibiodegradável não é biodegradável. Ele é um plástico normal que recebeu um aditivo que faz com que ele se transforme em micro, em nanoplástico mais rápido. Então, ele não se degrada e ele continua no meio ambiente. É importante porque, em muitos lugares, a iniciativa de se endereçar a poluição plástica pelo oxibiodegradável não funciona. Além disso, esse oxibiodegradável cria um problema na estrutura da reciclagem também. Então, é relevante a gente colocar essa ressalva em termos do que é biodegradável.

Ainda que a possibilidade de compostagem ou de biodegradabilidade desse plástico seja relevante, olhando para isso a partir de uma perspectiva de ciclo de vida, de análise de ciclo de vida do produto, o melhor seria sempre a gente evitar que chegue a esse ponto. Então, no fundo, é importante, sobre uma parcela que a gente não vai conseguir recuperar, pensar como ela pode se biodegradar, mas o principal é que a gente pense a cadeia para que tudo volte para ela, ou seja, para que o produto não seja efetivamente descartado.

Em alguns casos, isso faz sentido, mas o principal é pensar, repensar em termos de não termos mais uma cultura de descartáveis, como foi falado algumas vezes aqui. A cultura do descartável, como um todo, é um problema nesse sentido, porque ela, basicamente, extrai, produz e descarta, e isso se acumula na natureza de alguma maneira.

Então, a gente pensar a partir de uma análise de ciclo de vida significa pensar em reuso, em reutilização e, em alguns casos, em redução, no caso de você não precisar. Canudos são um bom exemplo. Os canudos se tornaram um problema enorme, e começaram a surgir legislações para endereçá-lo. Aí você proíbe o canudo e você tem outros tipos de canudo, mas, na prática, será que precisamos de canudos, na maior parte das vezes? Então, também é uma lógica de pensar aquilo de que a gente não precisa e aquilo de que a gente precisa; e, daquilo que a gente precisa, aumentar ao máximo o reuso. Melhor do que a reciclagem ainda é que se reutilizem as embalagens de outra maneira. Enfim, a gente precisa pensar essa cadeia de maneira que você possa pensar nos fluxos do que vai dentro e não na embalagem em si.

A embalagem precisa ser repensada. E esta é uma parte importante também: para que a gente tenha uma alta reciclabilidade, a embalagem tem que ser pensada desde o *design* do produto. Isso significa padronização em muitas questões. Por exemplo, a gente tem os ícones de reciclagem, que, na verdade, não são ícones que indicam a reciclabilidade. Quando a gente tem aquelas três flecinhas, em geral, com um número dentro, aquilo é para identificar o tipo de plástico, de 1 a 7, sendo que o 7 são "outros". E dentro de "outros" cabe uma miríade de coisas. Então, a gente precisa pensar como é que está sendo demonstrado isso para a sociedade.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E é preciso haver uma padronização maior também, que permita que, quando você chegue ao final da cadeia e precise voltar, você saiba facilmente que tipo de plástico é e garanta que você não tenha, por exemplo, os anéis que se soltam e que são perdidos. Esse tipo de coisa demanda que se repense como o produto é produzido, como é o caso da cadeia da lata de alumínio, por exemplo, em que o produto já tem toda essa conexão, que volta tudo. Então, seria essa mesma lógica para a circularidade do plástico.

Então, era isso que eu queria trazer.

Agradeço muito a oportunidade de vir aqui colaborar e me coloco e coloco o Programa da ONU para o Meio Ambiente à disposição para quaisquer necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

Senador Jean Paul, eu vi que V. Exa. está participando. V. Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Senador Jaques, apenas para parabenizar a Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal pela iniciativa de discutir este assunto hoje aqui.

A gente sabe que, como disse bem o Senador Izalci, muitos problemas nos cercam. Todos os dias a gente tem uma batalha aqui, mas alguns problemas subjacentes parecem mais pacíficos, e a gente acaba deixando para depois e deixa de discutir. E alguns problemas realmente requerem discussões de todos os lados: não é só quem quer prevenir o uso do plástico, também quem fabrica o plástico, quem usa o plástico, enfim.

Essa questão do plástico, aqui no Rio Grande do Norte, como na Bahia certamente também acontece, a gente vê todos os dias, porque quem nos visita convive com lixo plástico por toda parte, intriga-se com aquilo e não sabe exatamente dizer por que nós temos tanto plástico na nossa natureza aqui, voando pelo interior, pelos lixões que ainda existem em cada entrada e saída de cada cidade, infelizmente, no Nordeste, no interior.

E, no litoral, onde os turistas costumam mais estar, eles se deparam com muito disso e até participam do processo de criação e de consolidação dessa situação, sem querer, necessariamente, mas porque nós, além de repensar a questão da gestão de resíduos, da economia circular, temos que repensar também normas que às vezes, ao contrário, obrigam o uso do plástico, como é o caso, por exemplo – eu implicava muito antes da pandemia, agora é mais difícil de implicar com isso –, daqueles famosos plásticos que se colocam nos talheres, nos guardanapos. Então, você coloca guardanapo de papel, numa barraca de praia, os talheres todos... Passam a manhã todos os funcionários colocando aqueles talheres naqueles plásticos, amarrando aquela pontinha, e depois a pessoa vem da praia, esfomeada, e joga aquele plástico na natureza para atacar um prato de camarão ou uma moqueca baiana. E aquele monte de plástico acaba aparecendo lá no fundo da duna, lá atrás, para onde o vento leva. Isso é extremamente visível. Evidentemente, no mar acontece mais ainda. Então, esse é um dos problemas visíveis que todos podem compartilhar conosco; essa nossa realidade ainda precária em relação ao manejo do resíduo urbano, do resíduo plástico gerado, inclusive, pelo movimento da própria economia, a nossa, basicamente do turismo, que acaba gerando também esses resíduos.

Temos também que procurar soluções para um problema que eu tenho notado muito agora, principalmente quando há inflação, que é o uso de embalagens menores, normalmente plásticas também, em tudo: no supermercado, envolvendo um sabonete, um shampoo, tudo. Procura-se uma embalagem menor, às vezes mais bonita, mais sinuosa, na verdade para esconder a retirada de uma parte daquele conteúdo. Dá-se a impressão ao consumidor de que é mais ou menos a mesma comparação de preços ali na prateleira, só que aquela embalagem é menor e menor, e aquilo gera resíduo também. Para você tirar





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

às vezes cinco miligramas de um produto, você produz mais, se você for contabilizar isso, quantidades de embalagens. Isso também gera resíduo.

Então, essa discussão muito saudável que nós tivemos aqui... E aí quero agradecer ao Marcelo, ao Vitor, ao Roberto, que esteve antes aqui e já saiu, ao Paulo, ao André. Eu estava acompanhando a discussão mais no YouTube e resolvi entrar para comentar de fato a utilidade de se plantar essa discussão e de se capilarizar também essa discussão para a sociedade.

Nós temos um programa aqui, no nosso mandato, uma expressão já bem comum – graças a Deus – no meio ambiente em geral, que é o Lixo Zero, o Lixo Zero RN, que busca, ao longo de muito tempo, não de um mandato só, mas ao longo de muito tempo, trabalhar várias diretrizes, no dia a dia das pessoas e das cidades, tentando justamente evitar a criação do próprio resíduo; e, uma vez criado, inevitavelmente, que ele seja manejado de forma correta. Uma das coisas que a gente tem ajudado os prefeitos a fazerem é justamente legislações municipais que coíbam a indução ao uso do plástico desnecessariamente.

Esse caso dos talheres, por exemplo, é perfeitamente combatível: usar o próprio guardanapo enrolado no talher, ou de alguma forma coibir a contaminação, o toque nos talheres, não usando necessariamente as sacolinhas plásticas, porque essas realmente são sempre descartadas no ar. As pessoas não têm a consciência. Às vezes, o vento, tudo isso acaba levando, quando a pessoa se descuida, e o plástico vai parar na natureza num átimo de segundo. E aquilo vira um problema, como a gente sabe, bastante reiterado e multiplicado por vários.

Então, esse tipo de postura, tanto da indústria das embalagens quanto das prefeituras municipais... Todo mundo quer, evidentemente, comer num restaurante e ter a certeza de que aquele talher não foi manuseado etc., mas até que ponto vale esse esforço todo se você for gerar uma consequência ainda pior para o meio ambiente, para a própria prefeitura, que tem que depois catar aquilo tudo, ou para o dono do restaurante? Então, há um limite.

Eu não me incomodo de haver um monte de talheres colocado numa gaveta e você pegar o seu talher, se servir e comer, ou de ele estar colocado na mesa, de alguma forma. Com a pandemia, as coisas mudaram um pouco, mas você tem que ter soluções – e sempre há soluções –, até usando artesanato local, formas de cobrir a comida e os talheres, de manusear o lixo, evitando ao máximo que se crie a descartabilidade desnecessária e o curto prazo do uso do plástico.

Então, quero saudar isso. Acho que a gente tem muito a fazer no Senado. Inclusive, sempre que se colocarem leis relacionadas a isso, principalmente à questão da vigilância sanitária, evitar justamente pensar de forma simplista: "Ah, vou resolver com um invólucro aqui, que resolve o problema". Só que há um problema posterior a isso: temos que pensar nas consequências de trazer à vida e ao meio ambiente o uso do plástico e reservá-lo exatamente para os fins mais nobres, para os fins realmente a que ele se propõe.

Aqui a gente tem a indústria de petróleo, a gente tem o vento, a indústria eólica, que se instalou, e nós procuramos parcerias com as duas, para justamente ajudar a financiar programas de retirada de plástico da natureza, uma vez que uma fabrica o plástico e a outra, de uma certa forma, o vento acaba levando. Então, a gente acabou abraçando as duas indústrias e trazendo para o trabalho e para o cofinanciamento, junto às prefeituras, de ações neste sentido: mutirões, etc., que sempre requerem ajuda da iniciativa privada.

Eu acho que uma forma de a gente capilarizar a discussão é trazer as prefeituras também para o uso correto da legislação, não só a da vigilância sanitária como de todas, porque no dia a dia é que as pessoas acabam se deparando com esse grande problema que é o acúmulo de lixo plástico, que é o que tem menor valor para o catador e não tem um mercado ainda exatamente formado. Este é outro desafio também que a gente precisa enfrentar: o peso, a relação de compra desse resíduo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Assim, é muito importante que a gente plante essa semente agora e siga discutindo na CMA como a gente pode legislar de forma a ajudar a evitar a criação dessa necessidade. Às vezes, a gente faz isso indutivamente, sem perceber.

Então, é muito importante saudar a sua iniciativa de trazer as pessoas e a sua Presidência na audiência e na Comissão; e saudar vocês também pelo tempo dispensado a nós, porque sempre nos é muito precioso ouvirmos pessoas abalizadas para, enfim, formar o nosso pensamento, o nosso convencimento e a nossa elaboração também de peças legislativas que possam colaborar com a eliminação desse problema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA)
– Obrigado, Senador Jean Paul.

Bom, na verdade, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a cada um dos cinco expositores que tivemos, nesta tarde, na Comissão de Meio Ambiente. Eu acho que todas as exposições foram bastante complementares. Eu, como condução da minha cabeça, sempre digo que é bom não estabelecer uma dicotomia, porque as dicotomias em geral ajudam as pessoas de argumento raso e não nos ajudam a encontrar saídas. Algumas coisas não podem mesmo, e ponto final; outras, nós precisamos saber como é que pode. Eu acho que elas foram muito enriquecedoras.

Eu queria agradecer e pedir aos expositores, se é que têm já ou nas suas instituições ou na sua militância individual, sugestões de projetos de lei no sentido do que o Senador Jean Paul acabou de falar e do que o próprio Senador Esperidião Amin também citou, porque para nós é importante. Nós podemos colocar iniciativas como essa, não necessariamente na mão de um único Senador, mas de um conjunto de Senadores, como fruto de debates como esse. E é claro que a gente tem que trabalhar... Nós estamos num mundo muito consumista, e esse mundo acaba nos estimulando muito... Eu brinco sempre que todo mundo quer embrulhar para presente o seu produto. Eu sou do tipo que chego à farmácia, compro um medicamento ou qualquer coisa, a moça vai botar no saquinho prático, e eu digo: "Não precisa. Eu estou com uma pasta e boto dentro da pasta". E brinco sempre: "Eu não gosto de fazer lixo". Então, eu acho que há todo um trabalho de conscientização, há programas que eu acho que vocês que interagem internacionalmente podem também trazer, e a própria Comissão divulgar.

Eu fui a uma reunião sobre a questão ambiental, não lembro em qual país, mas tomaram uma iniciativa... Porque muito do que chega aos mares, aos oceanos, vem trazido pelos rios, até porque os rios atravessam cidades. Eu não estou falando nem do esgoto; estou dizendo do que se descarta dentro do rio, porque vai levar. Então, por exemplo, lá eu vi um programa superinteligente: barreiras numa determinada altura do rio, já perto do seu desembocar no oceano, no mar, onde você botava redes que iam até o fundo e, de quando em quando, alguém da prefeitura vem e retira tudo aquilo que deixa de chegar ao mar.

É claro que nós temos um problema sério. Eu, por exemplo, moro num prédio em que nós fazemos o descarte seletivo. Eu estou aqui numa fazenda em Andaraí, onde eu tenho uma chácara, e aqui nós temos o descarte seletivo. Cada vez que eu venho para cá e vou voltar, boto no carro sacos e sacos ou de lata de alumínio ou de vidro ou de plástico e levo para entregar. Mas, por exemplo, em Salvador, não há uma coleta seletiva, a não ser lixo hospitalar. Então, por mais que você descarte seletivamente, ele é jogado no mesmo caminhão. Então, no prédio em que eu moro, a gente descarta seletivamente, aglomera, quer dizer, junta e chama alguém de cooperativa de catador para pegar aquilo, porque senão não adianta nada.

Eu descartei seletivamente o orgânico de reciclável e ele vai para o mesmo caminhão de lixo, para o mesmo depósito.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que tem que haver um processo de conscientização que já acontece em muitos lugares do mundo. Vejo muitos supermercados vendendo sacolas de pano ao final. Voltamos ao tempo em que minha mãe ia para a feira com um carrinho de duas rodas, o famoso carrinho de fazer feira, que, depois, parou de ter, porque tudo era embalado, embalado e embalado. É óbvio que facilita, mas, depois, nos penaliza com tudo isso que a gente viu aqui nesta audiência pública.

Então, eu creio que é preciso caminhar. Fico feliz de ter aqui o representante da Abiplast, porque eu acho que ficaria no campo do irracional alguém que tem uma empresa que opera formalmente na economia, seja no Brasil ou fora, e desse as costas a essas questões que afligem o mundo inteiro na questão ambiental.

Então, eu queria agradecer mais uma vez e pedir ao Airton e à equipe que pudessem consolidar para devolver aos Senadores até as exposições que foram feitas e, de novo, reiterar que, se, dentro de tudo da reflexão de projetos de lei que vocês virem em outros lugares... Tem muito lugar hoje em que cada um tem seu canudinho com sua marca e passou a haver a venda, de novo, de canudo de alumínio ou algum tipo de metal, descartando... Há um movimento no mundo inteiro contra esse café de cápsula, que é tão prático, mas tão danoso ao meio ambiente, que é o pior dos mundos, porque ele tem o orgânico e tem o reciclável por fora. Então, alguns países já começam a restringir esse tipo de uso.

Então, eu acho que algumas facilidades do chamado mundo moderno e alguns estímulos ao consumo têm cobrado um preço bastante alto ao Planeta e a nós, humanos. Então, eu continuo dizendo, sem preconceito, sem o estabelecimento de falsas dicotomias, o que é ótimo para quem não gosta de raciocinar, que eu acho que nós temos que caminhar com o bom senso de chegar a uma posologia que nos permita conviver com alguns avanços sem que eles representem um retrocesso violento. A afirmação do Fórum Econômico Mundial de que, em 2050, nós teremos mais peso em plástico do que em vidas marinhas é, definitivamente, assustadora.

Então, eu queria, mais uma vez, agradecer. A menos que haja algum comentário ao final, eu irei encerrar.

Senador Izalci, algum comentário ainda? (*Pausa.*)

Algum dos expositores gostaria de complementar alguma coisa?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, Presidente. Obrigado. Acho que foram ótimos os esclarecimentos. É um assunto que nós vamos ter que ainda discutir durante muito tempo. E precisamos buscar uma solução para isso. Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A iniciativa, na verdade, foi do Fabiano. Eu só estou aqui ladeando. Mas, de qualquer forma, obrigado a todos, principalmente aos expositores, que dispuseram de seu tempo para contribuir conosco.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 45 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, EM REUNIÃO REMOTA.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e vinte e um, por meio de Reunião Remota, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Marcos do Val, Roberto Rocha, Plínio Valério, Otto Alencar, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Marcos Rogério e das Senadoras Zenaide Maia, Simone Tebet e Soraya Thronicke, além dos Senadores não membros Alvaro Dias, Vanderlan Cardoso e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Elmano Férrer, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Eliziane Gama e Alessandro Vieira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública para o biênio 2021/2022. **Resultado:** Instalada a Comissão de Segurança Pública e eleitos, por aclamação, Presidente e Vice-Presidente, para o biênio 2021/2022, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente Eventual da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/03/24>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Foram registradas, até o momento, as indicações do Senador Omar Aziz para Presidente e do Senador Marcos do Val para Vice-Presidente.

Eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos eleger os indicados por aclamação, tendo em vista haver apenas essa chapa formada.

Alguém mais quer formar uma chapa? (*Pausa.*)

Ótimo.

Bem, havendo então o acordo de todos, eu declaro eleitos, por aclamação, para a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Senador Omar Aziz, e, para a Vice-Presidência, o Senador Marcos do Val.

Quero aqui parabenizar os eleitos e, de uma forma especial, prestar homenagem ao meu amigo, irmão, um grande líder que o Brasil perdeu, o Major Olímpio. Eu estava presidindo, quando ele apresentou, por diversas vezes, a solicitação de criação da Comissão, e fiquei muito feliz então. Cheguei inclusive a colocar, representando o PSDB, a mim e ao Senador Roberto Rocha, mas já com a perspectiva de transferir, de ceder a vaga para o Major Olímpio, que é um grande batalhador, um grande representante da segurança pública.

Eu tenho certeza de que, sob a Presidência do Senador Omar – que tem uma grande experiência, já foi Governador, irá conduzir muito bem –, será honrada, com certeza, a expectativa do nosso querido Major Olímpio.

Então, eu quero aqui parabenizar a vocês, Omar e Marcos do Val, que também, com certeza, vai prestar relevante serviço para o Brasil através desta Comissão.

E, imediatamente, eu passo a palavra para o novo Presidente, Omar, para que ele possa assumir a Presidência e conduzir os trabalhos da Comissão.

Parabéns, meu querido Omar!

Parabéns, Marcos do Val!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer, Senador Izalci, o carinho com que conduz esta reunião, agradecer aos meus pares, Senadores e Senadoras, por ter a honra de presidir esta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão recém-criada no Senado. Serei o primeiro Presidente desta Comissão. Com certeza, faremos um trabalho em conjunto.

Tenho a honra de ter o Senador Marcos do Val como Vice-Presidente desta Comissão. É uma pessoa experiente, que atua nessa área, que conhece bem essa área e que vai contribuir muito, assim como todos os outros Senadores.

Aqui, quero fazer um reconhecimento. Várias e várias vezes, discuti com o Senador Major Olimpio sobre a criação desta Comissão. Eu fui Secretário de Segurança Pública no meu Estado e, por diversas vezes, recebi o Major Olimpio, juntamente com outros comandantes da Polícia Militar de vários Estados, no meu gabinete, para discutirmos a segurança pública. Eu acho que vamos ter essa oportunidade de homenageá-lo. Já foi até pedido que esta Comissão tenha o nome de Major Olimpio. Eu concordo plenamente, acho que nós podemos fazer isso. Mas este momento é de agradecimento pela confiança dos meus pares, do meu partido, do meu Líder Nelsinho Trad, que nos indicou para esta Comissão.

Nós vivemos um momento atípico no Brasil, mas a pauta da segurança pública sempre é uma pauta permanente, sempre esteve no topo da discussão no Brasil. A pandemia tem escamoteado os problemas de segurança pública por que nós passamos hoje.

Aqui vejo vários Senadores que são de Estados que fazem fronteira com outros países e que, por isso, sofrem, como o Amazonas sofre, como outros Estados sofrem. O Wellington, de Mato Grosso, por exemplo, sabe muito bem que, pelas nossas fronteiras não guarnecidas de Mato Grosso, entram drogas e armamento pesado. Nós sabemos que quem está na costa brasileira sofre com esse problema. Nós sabemos que quem está na Amazônia enfrenta diversos problemas. Então é o momento de a gente unir forças. E o que é essa união de forças? Primeiro, é preciso trazermos para cá o debate. Eu vou fazer alguns requerimentos e quero contar com apoio para que a gente possa debater e levar soluções concretas, como o Fundo Nacional de Segurança Pública, para levar a atividade fim à repressão e à prevenção, sempre preocupado com quem faz segurança pública. Não existe segurança pública sem o homem e a mulher que estão na ponta, no combate.

Eu sempre falei aqui, no meu Estado, que quem trabalha na área de segurança pública não tem Natal, não tem ano-novo, não tem feriado. Enquanto muitos de nós estão festejando o ano-novo e participando de algum evento, há um policial ou uma policial protegendo a população naquele momento. Há duas atividades fim no Brasil que atuam durante 24 horas nos 365 dias do ano: a de quem trabalha na área de saúde e a de quem trabalha na área de segurança pública. Com isso, tem de haver, sim, um diferencial. A criação agora desta Comissão de Segurança Pública poderá fazer com que se valorize o homem e a mulher que fazem essa atividade fim. Isso vai valorizar o trabalho dessas pessoas. E, quanto mais as valorizarmos, quanto mais criarmos condições para elas poderem trabalhar, mais segurança nós teremos.

Só para vocês terem uma ideia, lembro que, como há o Comando Militar da Amazônia, o Comando Militar do Sul e de outras regiões, nós temos aqui 25 mil homens das Forças Armadas que praticamente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão parados e que poderiam contribuir hoje para que nós protegêssemos nossas fronteiras, no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, com tecnologia. Hoje nós temos uma tecnologia com que é possível fazer a prevenção e o combate ao tráfico de armas e de drogas através de um grande mutirão e de uma grande união entre as Forças Armadas, a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Federal. Nós temos a Polícia Federal, nós temos a Polícia Rodoviária Federal, mas, nos rios que cortam e entrecortam este Brasil afora, onde ocorre muita criminalidade, principalmente contrabando e tráfico de drogas, nós não temos uma polícia hidroviária federal. É preciso discutir isso.

Hoje os Municípios estão tomados por tráfico de drogas e por facções. Se a gente não tomar providências neste momento, trabalhar neste momento, haverá uma inversão muito breve do poder do Estado federal por não estar ocupando os Municípios, não ocupar as regiões – quem está ocupando essas regiões são facções, que levam o terror, o medo e, ao mesmo tempo, geram emprego para as pessoas que estão fazendo esse tráfico de drogas para elas. Por isso, trabalhar com os Srs. e as Sras. Senadoras uma política pública de atividade fim para a Secretaria de Segurança, para a área de segurança pública, eu acho que é um dever que nós temos.

Mais uma vez, quero agradecer o apoio que nós tivemos de todos os companheiros para me eleger como Presidente e o Marcos do Val, Vice-Presidente.

Eu irei passar a palavra ao Vice-Presidente Marcos do Val e, depois, abrirei para algum Senador que queira fazer algum comentário. Assim, vamos criar uma pauta para que a gente possa debater segurança pública a fundo, debater aquilo que a população espera do Senado Federal.

Marcos, é você, querido.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Bom dia! Bom dia a todos!

Primeiro, quero dar parabéns ao nosso Presidente Omar Aziz pelo início da condução desta pasta, desta Comissão tão importante. Agradeço ao nosso amigo Izalci, por ter dado abertura aos trabalhos, e aos outros companheiros que estão aqui nos prestigiando.

Lembro-me do nosso amigo Major Olímpio. Também era um desejo dele esta Comissão – e assim estamos realizando. Com certeza, ele estará lá de cima nos abençoando, nos mostrando os caminhos e facilitando a superação dos obstáculos.

Eu vou fazer um breve resumo da minha experiência, para que vocês possam contar comigo nesta pasta.

Na década de 90, vi um policial militar tentando prender um rapaz, tentando algemar um rapaz, e, como não conseguiu, acabou usando da sua arma de fogo, fez um disparo e esse disparo acabou atingindo a cabeça do rapaz, que veio à morte. E eu, vendo essa cena, achei que tinha, por obrigação, de criar um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho específico para a polícia nessa parte de abordagem e algemação. E comecei a desenvolver, até que eu fui a um programa, na época, do Jô Soares, no SBT – depois eu fui ao programa do Jô quando já estava na Globo. Um americano viu essa minha técnica e, no início do ano 2000, me convidou para dar aula nos Estados Unidos. Quando eu cheguei lá, era para a Swat, que é a tropa de elite da polícia americana. Dei aula para a Swat e depois comecei a dar para outras unidades da polícia americana, todas voltadas a um trabalho de acordo com os direitos de humanos, com o uso responsável de arma de fogo do momento que se tira do coldre, do momento que se tira a algema, vendo como aborda, como a sociedade vê, não de forma truculenta e violenta, vendo como, quando a pessoa reage sob efeito de álcool ou droga, a polícia tem que lidar com situações como essa. Então, os americanos começaram a diminuir o número de processos, devido a essa técnica que eu desenvolvi, e eu fui ser instrutor da Nasa, do grupo antiterrorismo da Nasa. Na época, tinha entrado lá um ex-funcionário atirando em todos os outros funcionários da Nasa, a Nasa criou um grupo antiterrorismo, e eu fui lá para treinar esse grupo. A Nasa fez uma carta de recomendação para o mundo inteiro, e assim eu comecei a trabalhar também na Europa, fui dar aula em outros países europeus, como França, Itália, Espanha, Bélgica, e por aí.

Eu nunca pensei em ser Senador da República, porque meu trabalho era sempre voltado para essa questão de treinar policiais, até que, em 2017, no meu Estado, houve uma greve da Polícia Militar – acho que vocês souberam. Essa greve gerou problemas enormes no Estado. Por conta da falta da polícia nas ruas, as escolas ficaram fechadas, os hospitais também ficaram fechados, o comércio fechou, e o número de mortes, de homicídios foi enorme. Então, a sociedade capixaba na época entendeu que, sem polícia, a democracia não funciona; ela para, porque não funciona a economia, não funciona a saúde, não funciona a educação.

E o único setor que todo cidadão utiliza na questão pública é a segurança pública, pois nem todos utilizam escolas públicas, porque têm seus filhos em escolas particulares; nem todos utilizam hospital público, porque têm seus membros e seus planos de saúde nos hospitais particulares; mas a segurança pública todos usam. Mesmo aqueles que têm sua segurança privada, quando ocorre algum incidente, é à segurança pública que eles têm que recorrer, é ela que eles têm que buscar.

E é um setor que nunca foi valorizado no Brasil. Nunca foi! Durante todos esses anos, é uma categoria que sempre ficou à margem. Nunca sobrou... E nunca houve a preocupação de legislar em prol dos profissionais da categoria. Não é um movimento classista. Não é nada disso! É um movimento para viabilizar que esses profissionais possam se dedicar ainda mais às questões da segurança pública do nosso Brasil, porque um policial desmotivado é um policial que não produz, que não dá resultado. E a gente precisa ter policiais motivados, seja por facilitação em treinamentos, em intercâmbios internacionais, seja por uma legislação em que ele não vai ter aquela sensação de enxugar gelo, que é uma questão de que eles reclamam bastante, ou por terem equipamentos de ponta, investimentos em equipamentos de ponta. Um trabalho motivado da polícia vai evitar a corrupção, vai evitar a sonegação; o Brasil vai passar a arrecadar mais, vai ter mais verbas, mais recursos; podemos fazer projetos para que tudo que seja apreendido com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traficantes seja voltado automaticamente ou imediatamente para o próprio setor, para combater ainda mais o tráfico, a pedofilia, o feminicídio e tudo mais.

Então, eu passo aqui para vocês um pouco dessa minha experiência, colocando-me à disposição de todos, principalmente do meu Presidente Omar Aziz, para que ele possa contar comigo efetivamente. Considero esta a Comissão mais importante do meu mandato; é a Comissão a que eu vou dedicar 24 horas do meu tempo. E eu espero que vocês se sintam representados comigo na função de Vice-Presidente desta Comissão.

Muito obrigado pela confiança para assumir este cargo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu que agradeço, Senador Marcos do Val. Fico muito honrado em tê-lo no nosso lado para podermos fazer esse tipo de trabalho.

Está agora inscrito o Senador Wellington Fagundes. Depois, o Senador Roberto Rocha e o Senador Mecias de Jesus também.

Senador Wellington, com a palavra, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizar V. Exa. por assumir esta Comissão. Eu tenho certeza de que é um grande desafio inclusive o Senado da República estar criando esta Comissão.

Esta Comissão já existe na Câmara dos Deputados. Inclusive, o Presidente na Câmara dos Deputados é um Deputado de Mato Grosso, o Deputado Emanuelzinho Pinheiro. Eu quero até parabenizá-lo, um jovem, um dos mais jovens Deputados do Brasil e que assume, como advogado, então, a Comissão lá na Câmara dos Deputados. Eu tenho certeza de que nós vamos trabalhar juntos, o Senado e a Câmara dos Deputados, porque essa causa é de todos os brasileiros.

Como V. Exa. colocou, eu sou do Mato Grosso. Temos, realmente, problemas muito sérios no Mato Grosso, com faixa de fronteira de 720km de divisa seca e mais ainda de água. Então, ali temos problemas muito grandes com a questão do narcotráfico, do contrabando e principalmente também do roubo de carros no Brasil todo, que são levados através da nossa fronteira.

Eu fui Relator, no ano passado, retrasado, da área de defesa e Justiça. Conseguimos fazer um grande trabalho junto com a Polícia Rodoviária Federal do Brasil, que melhorou muito – inclusive a atuação da Polícia Rodoviária do Brasil também nessa área de inteligência –, claro, integrando com todas as polícias – a Federal e a do Estado do Mato Grosso –, além do Exército Brasileiro na faixa de fronteira.

Então, eu quero aqui, neste momento de posse... Não vamos deliberar, mas eu já apresentei um requerimento a V. Exa. que eu quero aqui ler, Sr. Presidente:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão permanente, composta de quatro membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater e acompanhar as ações de segurança nas faixas de fronteira no Brasil.

É um requerimento que eu faço já. Claro, V. Exa. vai colocar em apreciação no momento correto.

Eu aqui quero não só parabenizá-lo, mas quero também me colocar como um companheiro atuante nesta Comissão, porque sei da importância do trabalho de V. Exa. e do Marcos do Val, por serem experientes – ele já acabou de falar de toda a sua experiência. Vamos todos nós, sob a sua direção, contribuir para a melhoria da insegurança no Brasil e para o fortalecimento da segurança.

Um grande abraço! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estava desativado...

Eu quero agradecer, Senador Wellington, a sua contribuição. Vamos analisar o seu requerimento na próxima reunião – hoje é uma reunião somente de posse. Nós vamos analisar.

Quero dizer aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que nós iremos ter muitos debates, nós vamos ter que ir muito aos lugares para conhecer de perto. Então, as Subcomissões vão ter muito trabalho nesta Comissão. Não vamos ter lugar para todos irem, mas vai uma Subcomissão.

A palavra agora está cedida ao Líder Mecias de Jesus. O Senador Roberto Rocha cancelou a sua fala.

O Líder Senador Mecias de Jesus com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente Omar, é uma satisfação grande estar nesta Comissão presidida por V. Exa.

Quero dizer a todo o povo brasileiro que nos assiste neste momento, em especial o povo da Amazônia, que V. Exa. é, sem dúvida nenhuma, um grande Senador, tem experiência para conduzir esta Comissão. Além de ser um competente Senador, foi Governador, um competente Governador, Secretário de Segurança Pública e está muito bem auxiliado na Vice-Presidência pelo Senador Marcos do Val.

Eu gostaria que S. Exa. tivesse incluído no currículo dele a sua ida a Roraima para formar os nossos primeiros policiais de lá. A Academia de Polícia do Estado de Roraima teve a honra de contar com o nosso competente Senador Marcos do Val, que foi até lá. Ele que praticamente deu início. Toda a Academia de Polícia de Roraima passou pelas mãos dele.

Então, Marcos do Val, obrigado. Eu conheço um pouco da sua história, principalmente a história boa com o meu Estado de Roraima, para onde levou experiências fantásticas compartilhadas com as polícias do meu Estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar os demais membros. Lamento também, junto com todos vocês, essa triste e impreenchível lacuna deixada pelo nosso querido Senador Major Olímpio, que, sem dúvida nenhuma, seria uma voz atuante nesta Comissão. O Brasil todo lamenta muito. Nós no Senado Federal, que o conhecemos de perto, sabemos o quanto ele fará falta ao Senado e ao Brasil, aqui no Senado Federal.

Quero contribuir, Presidente Omar, Vice-Presidente Marcos do Val, colegas. Quero contribuir. Quero participar do debate, defender a segurança pública no Brasil e na Amazônia; especialmente na Amazônia, onde temos inúmeras fronteiras ainda desconhecidas pelo próprio Brasil.

Estamos juntos. Um forte abraço.

Parabéns, Omar; parabéns, Marcos do Val.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Mecias.

A palavra está com o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente Omar Aziz. Minha saudação a V. Exa., nosso Presidente, como disse bem o nosso Mecias, com uma experiência muito grande nessa área – ao Marcos do Val, meus parabéns –, e a todos os nossos colegas e àqueles que nos assistem.

Omar, meu companheiro, nós temos conversado muito. Há discussões, em nosso País, hoje, que não podem ser adiadas, e o Parlamento tem o dever de contribuir para que essas questões avancem.

Ainda que o Executivo, em muitos momentos, se perca em questões políticas, ideológicas, o Parlamento tem de ter sempre uma visão de futuro, do que nós vamos entregar aos brasileiros, às próximas gerações, porque não trabalhamos para o momento. Os reflexos virão sempre dez, quinze anos depois. Por quê? É assim na vida pública. Toda política pública tem um prazo de dez anos para ser organizada, implementada, para que depois possa ser avaliada nos resultados.

Não é o que aconteceu – e aqui eu faço um recorte específico – com a segurança pública. Da mesma maneira que houve na educação, em que nós investimos bilhões de reais e os resultados são ruins, também no Brasil nós investimos bilhões de reais na segurança do nosso povo e nós não temos o resultado que desejamos. Há alguns casos em que nós conseguimos manter taxas aceitáveis, mas, quando nós falamos de homicídios, por exemplo, não há de se comemorar nada quando os homicídios se reduzem. Por quê? Porque as pessoas assassinadas não são as mesmas. A cada ano, mais famílias são marcadas pelo crime, pela violência, pelo crime contra o patrimônio. Então, sobre a segurança pública já passou do tempo de nós termos uma discussão madura e principalmente voltada para o País.

O senhor citou, por exemplo, a questão das Forças Armadas nas fronteiras. Concordo plenamente. Nós hoje não temos mais no mundo essa perspectiva de guerras, de tropas que vão sair do seu país para agir em outra região, soldados morrerem em defesa de interesses de uma determinada nação fora da própria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nação. Não há mais essa condição no Brasil hoje. Hoje, quando falamos em Forças Armadas, nós falamos em defesa, em garantirmos a integridade do Território nacional, a nossa soberania e principalmente a defesa dos nossos cidadãos, o que tem que ser incorporado a esse conceito. As Forças Armadas podem e têm uma grande contribuição a nos dar num planejamento nacional na questão da segurança pública: são bem treinados, estão entre os mais bem recrutados do Brasil e são uma das forças armadas mundiais hoje reconhecidamente mais profissionais os nossos militares.

Da mesma maneira, nós temos que começar a olhar com atenção, como disse o Marcos do Val, a qualidade de vida e de trabalho dos nossos policiais. Eu quero chamar a atenção aqui para o grande número de suicídios que nós temos entre policiais militares. No meu Estado, Minas Gerais, há um problema grave entre policiais civis, policiais penais, agentes penitenciários, agentes socioeducativos, profissões que vivem constantemente sob risco e que, em alguns momentos, são vistos como uma parte separada e até – entre aspas – "suja" da nossa sociedade.

Eu, durante 23 anos, convivi de perto com o trabalho policial e com as mazelas que, infelizmente, ainda existem nessa área, que é importantíssima, mas não é reconhecida.

Nós precisamos também fazer com que o interesse da população se manifeste. Eu fui muito criticado em meu Estado, inclusive foram feitas campanhas contra mim durante a eleição, porque eu sempre falo a verdade no sentido de chamar a atenção, dizendo: olha, nós precisamos mudar o sistema policial brasileiro; não é possível que nós continuemos com policiais se aposentando com 48 anos de idade. Eles têm muito que contribuir e o País precisa dessa contribuição. Fui tachado muitas vezes como uma pessoa que não gosta de policiais, ou seja, se você não faz o que determinadas associações e grupos querem, você é logo carimbado como alguém que é contra a polícia. E não é verdade. Ser a favor da polícia é você buscar sempre fazer com que as condições de trabalho dos policiais melhorem, que a lei proteja aqueles que estão em nome da sociedade, nos momentos em que precisam de proteção, e que a lei também puna aqueles que, em determinados momentos, excedam o seu trabalho. É assim que nós temos que fazer.

Então, hoje nós precisamos, Presidente Omar, ter coragem de começar a reorganizar todo o sistema de segurança pública em nosso País, até para preservar a vida e a condição de trabalho dos nossos policiais.

Nós estamos, por exemplo, na Câmara com discussões sobre a questão das guardas municipais. Países como a Alemanha, como a Espanha, como os Estados Unidos têm as suas polícias de condado, os seus xerifes, as suas polícias municipais – na Alemanha, as polícias locais; na Espanha –, que funcionam muito bem dentro de uma estrutura reorganizada.

Hoje, por exemplo, nós temos, nas grandes cidades, nas grandes capitais, as guardas municipais fazendo praticamente o mesmo trabalho das polícias estaduais, das polícias militares, ou seja, nós estamos investindo muito dinheiro em mão de obra, em treinamento de policiais, para nós termos uma redundância, o mesmo trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisamos reorganizar. Cidades de até 20 mil habitantes, por exemplo, podem ter uma guarda municipal, ter direito ao Fundo Nacional de Segurança Pública, para que os Prefeitos possam equipar e treinar essas guardas.

Meu Estado tem 853 Municípios, 2 mil quilômetros de uma ponta a outra, e muitas vezes nós viajamos 600km, 700km, Omar, sem um policial por perto, sem nada. O motorista de caminhão ou o motorista como eu, que gosta de viajar, andam, andam, sem ter a menor proteção de uma polícia estadual por perto. Só quando existem ocorrências.

Então, por que nós não podemos reorganizar com coragem o sistema de segurança pública do País, para as guardas municipais, as polícias municipais terem o seu espaço, as polícias militares, que são tão importantes, se tornarem efetivamente polícias estaduais, a Polícia Rodoviária Federal se tornar uma polícia de fronteira, em apoio à Polícia Federal, no combate à entrada de drogas? O que sobrecarrega as polícias militares? Apreensão de drogas. O que aumenta as taxas de homicídios? Disputas do tráfico de drogas. Por que então nós não podemos ter uma Polícia Rodoviária Federal estabelecida na fronteira, bem paga, bem treinada, como é, em apoio à Polícia Federal, fazendo a proteção de fronteira em todo o País, a fronteira seca, as nossas Forças Armadas trabalhando nas fronteiras de rios, para os Estados terem as polícias militares como verdadeiramente polícias estaduais, tomando conta das rodovias estaduais, fazendo o apoio às polícias municipais, os batalhões tendo a possibilidade de sair rapidamente, de se mobilizarem em apoio a determinadas cidades que podem ser vítimas do famoso "novo cangaço", como em Minas acontece muito? Nós precisamos hoje reorganizar. Por que nós não fazemos isso? Cabe a nós, do Parlamento, rediscutirmos, traçarmos essa linha do que é que nós queremos em segurança no País, termos responsabilidade com o orçamento que nós colocamos, que é do contribuinte, para que possamos, a cada dia, melhorar a condição brasileira.

Por isso, eu saúdo esta Comissão. Procurei ser membro desde o primeiro momento, porque é um assunto que eu conheço de perto, tanto na angústia dos policiais quanto das famílias, como também da população brasileira, que quer confiar na polícia, uma população que quer uma polícia próxima dela, respeitada, bem treinada, um policial que tenha condições de trabalho. Cabe a nós discutirmos e enfrentarmos essas decisões. Os projetos que nós temos hoje, Sr. Presidente Omar, que tramitam, são projetos que infelizmente tentam manter espaços que nós precisamos modernizar, um corporativismo hoje que não tem sentido. Você pega, por exemplo, um representante de uma polícia militar que se torna Deputado e que pega um projeto que aumenta o espaço das guardas municipais e coloca na gaveta; outros que não querem abrir mão do *status*. Esse corporativismo não funciona mais. Nós, Parlamentares, que temos o voto da população, somos nós que temos que decidir o melhor para o País dentro da responsabilidade, volto a dizer, de policiais bem treinados, policiais que tenham condição de trabalho, respeitados pela população, mas cujo sistema organizacional funcione, e que não invistamos na redundância: dois, três, quatro, dez fazendo a mesma coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que eu muitas vezes vi, numa praça central: você tem, de um lado, policiais militares e, do outro, guardas municipais fazendo a mesma coisa! E você ainda tem um sistema de câmeras que funcionam muito bem, se elas forem bem integradas (*Falha no áudio.*) ... nacional de controle e combate ao roubo. Nós temos rodovias "pedagiadas", todas elas guardadas por câmeras. A lei obriga que, num sistema nacional, se possa ajudar um cidadão lá no Espírito Santo que teve o carro roubado, ao identificar o veículo dele saindo pela fronteira com a Bolívia. É o que acontece muito, mas o sistema não conversa entre si, Estados não conversam com a Federação, a Federação não tem um planejamento para os Estados, e nós vamos, infelizmente, cada um à própria sorte, vendo os níveis da violência no Brasil se tornarem trágicos.

É isso, esse debate, Omar, que eu espero que a gente tenha a coragem de colocar à mesa, de trazer especialistas, de trazer os policiais, que são os que vivem no dia a dia, para a gente poder entregar à população um planejamento novo para a defesa do nosso País – não só para a segurança pública: para a defesa –, que inclua proteção de fronteiras, proteção à vida de cada um dos brasileiros, por meio de um sistema que esses brasileiros pagam, porque são eles é que sustentam tudo isso, e cabe a nós a responsabilidade de entregar essas respostas.

Muito obrigado, Omar.

Meu abraço a todos.

Conte comigo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador.

É lógico, Carlos Viana, que você, com a sua experiência, vai contribuir muito para esse debate, e eu acho que é um debate que todos nós vivemos no dia a dia. Nós sabemos, porque nós, como políticos, vamos às comunidades e lá ouvimos, muito diretamente, os problemas que elas sentem no dia a dia. E eu sempre disse o seguinte: não se faz polícia sem homens e mulheres preparados e bem remunerados. Não adianta você ter o melhor equipamento do mundo, porque aquele equipamento precisa de uma pessoa para colocar para funcionar, e eu sei o quanto a Polícia Militar e a Polícia Civil...

Só para você ter uma ideia, nos últimos seis anos, no Brasil, diminuiu o número de delegacias de polícia. Em vez de aumentar, diminuiu. Nos últimos seis anos, diminuiu o contingente da Polícia Militar no Brasil. Não aumentou; diminuiu!

Então, nós temos que analisar, do ponto de vista da prevenção e da repressão... Nós vamos ter que fazer um trabalho ouvindo especialistas, discutindo com a sociedade, discutindo com quem está lá na ponta, porque, por mais que a pessoa tenha dinheiro, ela está protegida dentro de casa. Ela pode colocar segurança, pode colocar um monte de tecnologia para se proteger, mas, quando ela vai para a rua ou o filho dela vai para a rua, ela é um cidadão igual aos outros. Pode sofrer com um tipo de crime que qualquer um pode sofrer. Então, eu acho que o debate será muito proveitoso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Soraya entrou e pediu a palavra. Eu vou passar à Senadora Soraya, e será muito bom ouvi-la, até porque, assim como o Senador Wellington, o Senador Nelsinho, ela também é de um Estado que tem fronteira e que tem muito tráfico de droga.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Muito obrigada, Senador Omar Aziz.

Eu perdi a primeira parte e, então, realmente, não sei muito bem o que aconteceu, mas quero começar a minha fala lembrando, mais uma vez, o nosso querido Major Olímpio, meu Líder Major Olímpio, que, neste momento, deve estar muito feliz por conta da instalação desta Comissão Permanente de Segurança Pública. Esse era um apelo muito grande dele, o que eu entendo, porque é um tema muito importante, muito relevante, para ser uma Subcomissão da Comissão de Constituição e Justiça. Ele vinha nessa luta desde o começo do seu mandato. Foi muito importante o Senador que é nosso Presidente, Rodrigo Pacheco, ter aberto esta Comissão, lembrando que até mesmo a Senadora Simone Tebet, enquanto candidata à Presidência desta Casa, também se comprometeu com o Major Olímpio em criar esta Comissão Permanente. Então, fico muito feliz. É de extrema importância este tema no nosso País. Eu fui eleita com a segurança pública, tive votos dos que trabalham na segurança pública e sei pelo que eles passam.

A minha fala aqui em relação ao tema é sobre a seguinte questão... Não sei se vocês já pararam para analisar a posição geográfica de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul fica no coração da América Latina e é o único Estado que faz divisa com cinco Estados e com dois países. Nós temos a maior fronteira seca permeável do País. Então não é à toa que, por Mato Grosso do Sul, entram 60% das drogas e 40% das armas. Quando tomei posse, logo na época em que o Ministério da Justiça ainda estava nas mãos do Ministro Sergio Moro, eu levei esse apelo para ele. E o Viana estava falando sobre a questão de não haver comunicação entre as polícias. Nós não temos isso. É tudo muito precário! O País é de uma precariedade impressionante em todos os ramos! Mas, tratando de segurança pública, eu levei a ele o clamor de que, se Mato Grosso do Sul está seguro, o Brasil está em paz. Nós evitaríamos muitos problemas se nós tivéssemos uma segurança pública adequada.

Para vocês terem uma ideia, a Delegacia de Roubos e Furtos de Campo Grande, dias atrás, tinha R\$25 de crédito para abastecer suas viaturas. É uma vergonha isso! Eu consegui, no ano passado, duas viaturas e armas para essa delegacia. Eram viaturas de segunda mão das Forças Armadas. As Forças Armadas brasileiras trocam suas viaturas e armas a cada dois anos. E eu consegui isso. Os agentes vieram para Brasília buscar todo esse equipamento que nós conseguimos com o Ministério da Justiça. Eles vieram aqui com o dinheiro no bolso deles, para vocês terem uma ideia. Aí, na hora de voltarem, depois de tirarem fotos, receberam as viaturas, enfim. Aí disseram assim: "Olha, a gente tem que ir embora. Está ficando tarde. Nós precisamos abastecer essas viaturas para podermos voltar para Campo Grande". Aí o pessoal do Ministério disse: "Não! Nós estamos entregando para vocês tudo abastecido". Eles se emocionaram e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

começaram a chorar. É vergonhoso o que a Polícia Militar e a Polícia Civil passam no meu Estado! Parece que isso é proposital, parece que isso é feito para que eles fiquem vulneráveis mesmo e possam, inclusive, servir de presas fáceis para a corrupção.

Então, Senador Omar e todos os membros desta Comissão, pelo pouco que eu consegui ouvir aqui, eu quero parabenizá-los e quero desejar que esta Comissão faça muito não só pela segurança pública do nosso País, mas também pelos agentes de segurança, por suas famílias.

É muito difícil o que nós vivemos. Rogo a Deus que tenhamos sabedoria, muita sensibilidade e muita articulação com o Governo Federal para que consigamos mandar, inclusive, recursos para a segurança pública, Senador Omar. É muito importante. Nós evitaríamos outros gastos. E há estudos e mais estudos sobre isto: se a gente contiver muitas coisas com a segurança, a gente economiza na saúde, economiza em todos os ramos.

E lembro também que, no Mato Grosso do Sul, há a central do Sisfron, sistema de monitoramento de fronteira do Exército. Esse sistema já mostrou, na greve dos caminhoneiros, que ele consegue acoplar ali as informações de todas as polícias. Isso já foi provado. Portanto, o próprio Ministro Sergio Moro estava implementando, na fronteira tríplice, um sistema de monitoramento, algo semelhante. Mas o que eu digo para vocês? Nós já temos o Sisfron, que já provou funcionar. E o Exército está de braços abertos para acolher isso, precisa terminar esse investimento e quer pôr esse investimento para o bem da sociedade, porque fica lá parado. Nós não precisamos investir de novo, criar coisas novas, sendo que já temos algo em andamento. Então, coloco aí na pauta a análise do sistema de monitoramento de fronteiras lá do Exército, no Mato Grosso do Sul.

Muito obrigada.

E, mais uma vez, que Deus abençoe a família do nosso Major Olimpio e todos aqueles que perderam os seus familiares e estão de luto neste momento no nosso País!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

Desde o primeiro momento da abertura, desde quando o Senador Izalci conduziu a votação para Presidente e Vice-Presidente, o Senador Major Olimpio vem sendo lembrado sistematicamente por todos os oradores. E meu companheiro, meu Líder Otto Alencar teria sugerido, no grupo de Senadores, que a gente colocasse o nome da sala como Senador Major Olimpio, nesta Comissão de Segurança Pública. Mas, como primeiro Presidente desta Comissão, eu vou propor a esta Comissão que o Major Olimpio seja o Presidente de Honra de todos os outros Presidentes que venham a me suceder nesta Comissão. Então, nós iremos fazer todas as homenagens que o Major Olimpio merecia. É uma pena que a gente não pôde fazer em vida, mas tenho certeza de que a família dele, de onde estiver, estará me agradecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Major Olimpio foi um amigo que eu criei. Ele já tinha sido promovido de major para coronel. Ele realmente era aquele coronelzão, mas com um coração enorme. Só tinha aquele vozeirão, mas ele era uma pessoa muito do bem e que tinha uma conversa muito franca comigo, porque, quando eu fui Governador, eu fui referência no Brasil em relação ao plano de cargos e carreiras tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil, à unificação das Polícias Civil e Militar para poder fazer um bom trabalho, e eles tinham um respeito muito grande pelo trabalho que eu tinha feito. Era uma referência, inclusive, para o Major Olimpio. Para você ter uma ideia, o coronel da Polícia Militar do Estado do Amazonas ganha bem melhor do que o coronel da polícia de São Paulo.

Então, o Major Olimpio não será só lembrado; ele será homenageado. E eu espero que eu possa ter o apoio dos meus pares para que ele seja o Presidente de Honra; que a foto dele esteja na parede, em frente a esta Comissão, como Presidente de Honra eternamente. Daqui a 30 anos, haverá um novo Presidente, mas estará lá o Major Olimpio sendo lembrado como o grande Presidente de Honra, porque ele presidiria uma Comissão como esta e teria capacidade para fazê-lo.

Eu tenho o Senador e Líder Nelsinho e o meu Líder Otto logo em seguida.

Líder Nelsinho com a palavra; depois, Senador Otto Alencar.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Caro Omar, eu quero aqui apenas dar um testemunho.

Nós estávamos, no final desse último ano que passou, início deste, reunidos na sede do nosso partido, o PSD, os 11 Senadores. E o Senador Omar Aziz pediu a palavra, naquela discussão ainda de quem seria o candidato a Presidente, e falou o seguinte: "Gente, eu tenho uma bandeira a ser empunhada e eu gostaria do apoio de vocês. Seja quem for o Presidente que nós vamos apoiar ou que vamos eleger, eu tenho a bandeira da segurança pública. Quando fui Governador do meu Estado, uma das áreas que o destino, Deus ajudou e conspirou para que mais se destacasse foi a área de segurança pública, e até hoje eu sou reconhecido por essa *expertise*". Isso ficou pelo menos na minha cabeça. E, quando nós elegemos o Presidente Rodrigo Pacheco, no dia seguinte apresentamos esse projeto de resolução, criando a Comissão de Segurança Pública, assinado por todos os membros do PSD.

Qual não foi a nossa surpresa ao ver que esse ideal levantado pelo Omar era também uma bandeira do Major Olimpio! Inclusive, em uma das oportunidades, antes de ele falecer, em que ele usou da tribuna – vocês haverão de lembrar isso, principalmente quem lá estava, e eu estava e lembro –, ele fez um discurso realmente veemente na defesa da criação desta Comissão. Eu até falei: será que o Omar conversou com ele ou alguém do nosso grupo conversou com ele para saber que nós tínhamos já protocolado o projeto? E fui procurar saber dele. Ele falou: "Não, Nelsinho, eu nem sabia disso, mas quero dizer que endosso, assino embaixo e sou defensor dessa bandeira também. Parabéns por essa iniciativa de vocês, especificamente do ex-Governador, o nosso querido colega Senador Omar Aziz".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria deixar este testemunho, dizendo que o PSD indicou membros experientes para fazerem parte desta Comissão, na certeza de que vão poder contribuir muito com o desenrolar dos trabalhos muito bem liderados pelo nosso querido Omar Aziz – vejo aqui Marcos do Val, Mecias, Wellington, a própria Soraya, Otto, Carlos Viana, Vanderlan, Roberto Rocha. E digo o seguinte: eu não tinha ainda feito as indicações por completo desta Comissão, mas eu me vi aqui sendo alertado pela minha colega de bancada Senadora Soraya de que nós, sendo do Mato Grosso do Sul, não temos como nos furtar de participar desta Comissão. Então, Soraya, você é o estímulo que vai me fazer me indicar. Eu sempre abri mão das indicações, na qualidade de Líder, para outro colega, mas você tem toda a razão: nós temos Bolívia, temos Paraguai, temos uma zona de fronteira grande. Já sobrevoamos, de helicóptero, aquilo tudo, junto com os outros integrantes do Ministério da Justiça, e vou participar para poder ajudar, pela experiência que temos lá, no nosso Estado, a fortalecer a segurança pública do nosso País.

Parabéns, Omar! Você foi o grande inspirador, junto com o Major Olimpio, de toda essa conquista.

E muito obrigado ao Presidente Rodrigo Pacheco por levar avante esse compromisso que tinha com a bancada do PSD.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E ao Senador Anastasia, que foi o Relator dessa resolução, temos que agradecer bastante.

Meu querido Líder, Senador Otto Alencar, hoje eu soube – e me solidarizo com o povo baiano – do falecimento do Haroldo Lima. Foi um grande companheiro meu, convivi muitos anos com ele. Brasileiro, Presidente da Agência Nacional do Petróleo, era uma pessoa que defendia o Brasil, tinha as suas convicções, mas respeitava outra convicção, era um democrata. Meus sentimentos ao povo baiano pela perda desse grande político que a Bahia teve.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Agradeço, meu estimado amigo, Senador Omar Aziz. Quero saudar o meu Líder, Nelson Trad, saudar todos os Senadores e Senadoras. Ouvi com atenção as colocações que me foram proferidas antes da minha intervenção.

Quero também fazer referência ao Senador Major Olimpio. Eu tinha uma amizade muito grande com ele. Apesar de termos, às vezes, posições diferentes, conversávamos muito, e ele sempre provocava as coisas comigo. No dia em que nós instalamos a Comissão de Assuntos Econômicos, ele me pediu para relatar um projeto em favor do Município de São Paulo. Veja a grandeza do Major Olimpio: ele, adversário do Bruno Covas, me pede para relatar um projeto. Eu fiz uma reunião extraordinária da CAE para que ele pudesse relatar e ajudar a capital do Estado de São Paulo, dirigida pelo adversário dele. Veja a grandeza dele! Ele ficou até o final para relatar esse projeto, e relatou. Na saída, eu estava sentado – eu tenho essa foto comigo –, ele me abraçou e disse que iria para São Paulo, para cuidar das coisas que estavam acontecendo lá por conta da doença, a Covid-19. Ele foi grande, foi um Senador de grandeza em todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momentos. Nunca abriu mão das suas convicções, sobretudo da dignidade, da honra e também do seu compromisso com as coisas, dentro da legislação.

Quando tive essa ideia de apresentar esse projeto de resolução ao Senado, foi para que esse espaço da Comissão de Segurança passasse a ter o seu nome, em homenagem a ele. Aliás, é tradição no Senado Federal. Quem passa pelo Senado vê nomes de ex-Senadores em várias salas. Então, não é uma coisa nova; é uma tradição do Senado Federal homenagear esses que passaram pelo Senado Federal e deixaram uma marca de compromisso, de trabalho, de patriotismo e compromisso com a Nação.

Eu quero lhe pedir desculpa, Omar, pois me atrasei um pouquinho. Não é comum eu me atrasar, eu sempre chego mais cedo, mas sei que já foi eleito. Eu sou o mais velho da turma. Depois de mim, o Izalci. O Izalci fez a sua eleição por aclamação, e eu o parabenizo. E também permita, Presidente, que eu possa fazer essa homenagem póstuma ao militante, ao político, ao brasileiro Haroldo Lima, que foi Presidente do Partido Comunista no meu Estado, que trabalhou muito pela redemocratização do Brasil. Era realmente um democrata, tinha posições, por convicção, de esquerda, mas sempre foi um homem do diálogo. Haroldo Lima deixa também uma história de vida importante, pela luta das liberdades democráticas. Cada um de nós constrói a própria história, e ele construiu a dele pautado em seu trabalho, em sua luta para que a população baiana e brasileira – ele foi Deputado Federal, foi Presidente da Agência Nacional de Petróleo – tivesse esses momentos de vida democrática da qual nós estamos até agora participando.

Portanto, eu estou aqui muito feliz com a sua ascensão ao cargo. Você teve iniciativa, lembrou da nossa bancada, como falou o nosso Líder Nelsinho Trad, e eu estarei à sua disposição para colaborar. Essa é uma coisa muito importante.

Eu ouvi há pouco o nosso amigo e também Senador de Minas, Carlos Viana, falar sobre segurança pública. Realmente é preciso que se tenha um protagonismo do Governo Federal estabelecendo uma legislação que possa ser uniforme para o País e venha a dar mais segurança ao povo brasileiro, e aqui também ao meu Estado da Bahia.

Eu queria deixar um abraço de solidariedade para o Senador Nelsinho Trad e esperar que nós possamos logo voltar à normalidade, com as nossas sessões presenciais, porque me faz muita falta, mas muita falta mesmo, estar ao lado dos meus colegas Senadores e Senadoras debatendo temas importantes para o futuro do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu que agradeço, Líder Otto.

Eu vou encerrar a reunião.

Comunicarei aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras qual será o horário dessas reuniões, para que a gente não conflite muito com outras Comissões, porque muitos de nós aqui participam da CCI, CAE e de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras Comissões. Veremos um horário que possa ser compatível, porque creio que esse tema da segurança pública merece que a sociedade dele participe, porque é uma atividade fim, uma atividade do dia a dia.

Só para vocês terem uma ideia, o ano passado, no primeiro semestre, a cada dez minutos, morria uma pessoa de morte violenta no Brasil – a cada dez minutos, no primeiro semestre de 2020! Depois, com a pandemia, o que aconteceu? A ocupação por facções de bairros de todas as cidades brasileiras. Então, nós precisamos debater isso com profundidade.

Quero agradecer a confiança dos meus pares, agradecer o Vice-Presidente Marcos do Val, os Líderes que estão aqui. Muito obrigado.

E tenha certeza, Senadora Soraya, de que o Major Olimpio será homenageado diuturnamente por esta Comissão, pelo carinho que todos nós tínhamos por ele. Era uma pessoa do bem, de um bom coração, carinhoso, às vezes, duro, mas nunca sem perder aquela sua aura de bondade e daquele pai maravilhoso que ele sempre foi.

Meu muito obrigado.



A nossa reunião está encerrada e eu convocarei os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para a próxima reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 03 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

